



Departamento de Sociologia

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Aida Maria Valadas de Lima Pinto Guizo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Orientador:

Professor Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida,
Professor Catedrático, ISCTE-IUL

Julho de 2011

O Júri

Presidente: Doutor Luís Antero Reto, Professor Catedrático, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Vogais:

Doutor Fernando Silva de Oliveira Baptista, Professor Catedrático, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor João Manuel Machado Ferrão, Investigador Principal, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Luísa Carvalho de Albuquerque Schmidt, Investigadora Principal, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Joaquim Domingos Gil Nave, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Orientador: Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida, Professor Catedrático, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

À memória de meus Pais

Agradecimentos

Esta tese é o resultado de um já longo percurso do exercício da docência e da investigação. Porém, não teria sido possível concluí-la não fora o apoio que recebi por parte de um conjunto de pessoas.

De entre elas, destaco a orientação, mas também o constante incentivo, do Professor Doutor João Ferreira de Almeida. Estou-lhe grata por me ter ajudado a superar algumas das minhas inércias, pela confiança que depositou em mim, pelo seu acompanhamento empenhado, pela leitura pronta dos materiais e pela respectiva crítica construtiva. Mas também pela sua amizade. As suas observações e conselhos foram determinantes para o resultado final.

Durante o referido percurso, tive oportunidade de me cruzar com várias pessoas que, em muito, contribuíram para a minha formação científica e a quem expressei o meu agradecimento. De entre elas, gostaria, neste momento, de destacar o Professor Doutor Afonso de Barros com quem iniciei o interesse pela temática, primeiro no ISCTE e depois no CEEA da FCG, e o Professor Doutor Manuel Villaverde que em muito contribuiu para o meu crescimento científico, ao mesmo tempo que me transmitiu o seu inesgotável entusiasmo pela matéria.

Agradeço aos agricultores de Trás-os-Montes, do Alentejo e do Oeste que se dispuseram a responder aos Inquéritos por Questionário, dispensando-me o seu tempo e paciência. Com eles, aprendi muito da agricultura e do rural “vividros”.

À Catarina, minha filha, estou grata por nunca ter duvidado de que um dia eu a faria, pela subtileza com que, nos momentos certos, me perguntava pelo seu curso. Mas também às minhas netas, Sara e Joana que, sem o saberem, me trouxeram a alegria que foi alento em todo o desenrolar deste trabalho.

Agradeço, ainda, aos colegas do Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL e aos colegas do ICS-IUL pelo incentivo que nunca deixaram esmorecer. Para o meu colega de gabinete, com quem tive a oportunidade de trocar saberes e experiências de investigação sobre o rural em Portugal, vai um agradecimento especial.

Ao Edgar Rocha, agradeço o apoio nas lides do arranjo gráfico do texto e a disponibilidade e paciência com que me ouviu, bastas vezes, falar da tese.

Resumo

O desafio que actualmente se coloca aos estudiosos da agricultura e do espaço rural é o da redefinição das respectivas problemáticas, a qual passa pela centralidade que as questões ambientais assumem nas sociedades contemporâneas.

De entre as linhas de investigação que contribuem para tal redefinição, tomou-se a da análise da articulação entre agricultura, ruralidade e ambiente. A sua relevância social é tanto maior quanto contempla os temas e problemas relacionados com a concepção e aplicação das políticas públicas dirigidas ao sector agrícola e ao rural.

Esta tese tem por objecto central analisar a relação entre agricultura e ruralidade no Portugal contemporâneo, bem como recensear e problematizar os principais problemas que hoje se colocam ao desenvolvimento sustentável dos seus territórios rurais.

Argumenta-se que a situação da agricultura e do rural em Portugal pode constituir um conjunto de “vantagens comparativas” para novas estratégias do respectivo desenvolvimento.

Para além da introdução e conclusões, a tese estrutura-se em seis capítulos. Nos dois primeiros, faz-se a revisão da literatura e o enquadramento da pesquisa e nos restantes, a análise empírica. Depois de caracterizar os principais sectores de agricultura antes da adesão de Portugal à CEE e no limiar do século XXI, procede-se à análise do sector da agricultura pluriactiva e da aplicação das primeiras medidas agro-ambientais, através de dois estudos de caso: um incidindo sobre a agricultura tradicional e outro sobre a agricultura intensiva.

Conclui-se pela importância decisiva da manutenção da actividade agrícola para o desenvolvimento sustentável de boa parte dos territórios rurais portugueses.

Palavras-chave: Representações sociais do rural; Multifuncionalidade da agricultura; Ambiente; Desenvolvimento rural sustentável

Abstract

The challenge faced by those who study agriculture and (the) rural world is that of redefining their terms, a redefinition that assumes the central role that the environmental questions take in the contemporary societies.

Among the lines of research that give a contribution for such redefinition, it has been adopted that of the articulation among agriculture, rurality and environment. Its social relevance is large inasmuch as it contemplates the topics and problems related to the inception and application of the public policies pertaining to the agricultural sector and the rural world.

This thesis aims at analyzing the relationship between agriculture and rurality in today's Portugal, as well as enumerating and questioning the main problems that nowadays face the sustainable development of the rural territories.

It is argued that the situation of the agricultural sector and the rural world in Portugal can be the basis of a set of "comparative advantages" for new strategies of their development.

In addition to the introduction and the conclusion, the thesis is structured in six chapters. In the first two chapters, a revision of the literature and the placing in context of the research is made, while in the remaining chapters an empiric analysis is performed. After presenting the features of the main sectors of agriculture before Portugal joined the EEC and at the outset of the 21st century, an analysis is made of the sector of pluriactive agriculture and of the application of the first agro-environmental measures through two case studies: one pertaining to traditional agriculture and the other pertaining to intensive agriculture.

The conclusion is drawn that the preservation of agricultural activity is crucial for the sustainable development of a large part of the rural territories of Portugal.

Keywords: Social representations of the rural; Multifunctionality of agriculture; Environment; Sustainable rural development

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice do texto.....	ix
Lista dos Quadros.....	xiii
Lista dos Gráficos.....	xvii
Abreviaturas utilizadas.....	xix
CV	377

Índice do texto

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2. AGRICULTURA, RURALIDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	11
2.1. Introdução	11
2.2. A Agricultura, o Rural e a Ruralidade nas Sociedades Contemporâneas.....	11
2.3. Ambiente, Sociedade e Ruralidade Contemporânea.....	23
2.4. Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente	34
2.4.1. Desenvolvimento Rural: Políticas e Filosofias	34
2.4.2. Da Multifuncionalidade da Agricultura e do Rural à Noção de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	43
2.5. Notas Finais	58
CAPÍTULO 3. A AGRICULTURA E O ESPAÇO RURAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E NA POLÍTICA AGRÍCOLA E RURAL COMUM	67
3.1. A Reforma da Política Agrícola Comum de 1992	67
3.1.1. Contexto Histórico e Político da Reforma da Política Agrícola Comum de 1992	67
3.1.2. As primeiras reformas da Política Agrícola Comum	70
3.1.3. A Reforma de 1992	73
3.2. As Alternativas à Reforma da Reforma da PAC de 1992.....	80
3.3. A Agenda 2000: a Reforma da PAC de 1999	86
3.4. Da Política Agrícola Comum (PAC) à Política Agrícola e Rural Comum (PARC)	94
3.5. Notas Conclusivas	98
CAPÍTULO 4. A AGRICULTURA PORTUGUESA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1970 E 2000: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO.....	105

4.1.	O Sector Agrícola nas Relações de Troca Intersectoriais em 1970: Uma economia agrícola tendencialmente camponesa	105
4.1.1.	O Contributo da Análise Input-Output – Virtualidades e Limites	107
4.1.2.	A Mercantilização do Sector Agrícola. Análise das Relações Intersectoriais.....	108
4.1.3.	Relações do Sector Agrícola com o Mercado a Montante – A Agricultura enquanto Mercado Comprador de Produtos Intermédios.....	111
4.1.4.	Relações do Sector Agrícola com o Mercado a Jusante.....	118
4.1.5.	Caracterização da economia agrícola e alimentar portuguesa em 1970	125
4.1.6.	Notas conclusivas.....	128
4.2.	Traços Gerais da Evolução da Agricultura de 1950 a 1979/1981.....	131
4.3.	Os Principais Sectores de Agricultura no Limiar da Adesão de Portugal à CEE.....	139
4.3.1.	As Unidades Colectivas de Produção (UCP) e as Cooperativas de Produção Agrícola em 1979.....	146
4.3.2.	As Explorações Agrícolas dos Produtores Individuais: o predomínio numérico do sector da agricultura pluriactiva.....	148
4.4.	Traços Gerais da Evolução da Agricultura de 1979 a 1999-2000	156
4.5.	Os Principais Sectores da Agricultura no Limiar do Século XXI.....	158
4.6.	Notas Conclusivas	161
CAPÍTULO 5. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA DE PLURIACTIVIDADE.....		165
5.1.	Introdução	165
5.2.	A Agricultura de Pluriactividade no final da década de 70.....	173
5.3.	A Agricultura de Pluriactividade na Alvorada do Século XXI.....	186
5.4.	Notas Conclusivas	202
CAPÍTULO 6. O PROCESSO DE AGRO-AMBIENTALIZAÇÃO DA AGRICULTURA PORTUGUESA		207
6.1.	Da Política Agro-Ambiental Europeia à sua Tradução em Portugal	207
6.1.1.	Introdução	207

6.1.2.	A Política Agro-Ambiental da União Europeia	209
6.1.3.	A “Tradução” das Medidas Agro-Ambientais em Portugal	219
6.1.4.	O Discurso Agro-ambiental dos Actores-Chave	224
6.2.	A Aplicação das Medidas Agro-ambientais: dois estudos de caso	232
6.2.1.	Introdução	232
6.2.2.	A Problemática da Agro-Ambientalização na Agricultura Tradicional e Extensiva.....	234
6.2.3.	A Problemática da Agro-Ambientalização na Agricultura Intensiva.....	251
6.3.	Notas Conclusivas	288
CAPÍTULO 7. RURALIDADE, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL.....		293
7.1.	Introdução	293
7.2.	Das Novas Funções Sociais da Agricultura e do Rural aos Contornos da Construção Social da Ruralidade no Portugal dos Inícios do Século XXI.....	295
7.3.	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	304
7.4.	Notas Conclusivas	310
CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES		315
Bibliografia		327
Anexo A		349
Anexo B		357
Anexo C		361
CURRICULUM VITAE.....		377

Lista de Quadros

QUADRO 2.1: OS DISCURSOS DOMINANTES SOBRE A RURALIDADE NA MODERNIDADE E NA MODERNIDADE AVANÇADA.....	21
QUADRO 3.1: EVOLUÇÃO RECENTE E COMPOSIÇÃO FUTURA DA PAC (VALORES EM PERCENTAGEM)	100
QUADRO 4.1: IMPORTÂNCIA DO SECTOR AGRÍCOLA ENQUANTO MERCADO COMPRADOR DE PRODUTOS INTERMÉDIOS EM 1970 (PERCENTAGENS RELATIVAMENTE AOS TOTAIS DA ECONOMIA)	111
QUADRO 4.2: PERCENTAGEM DIRECTA E INDIRECTAMENTE IMPORTADA NOS CONSUMOS INTERMÉDIOS DO SECTOR AGRÍCOLA - 1970	112
QUADRO 4.3: COEFICIENTES DIRECTOS DE PRODUÇÃO. GRAU DE TRANSFORMAÇÃO/INTENSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS INTERMÉDIOS	113
QUADRO 4.4: PERCENTAGEM DE INPUTS NACIONAIS ORIGINÁRIOS DO SECTOR AGRÍCOLA NO TOTAL DOS INPUTS NACIONAIS DO SECTOR E DO SUBSECTOR	114
QUADRO 4.5: IMPORTÂNCIA DO SECTOR AGRÍCOLA COMO FORNECEDOR DE BENS INTERMÉDIOS	118
QUADRO 4.6: IMPORTÂNCIA DO SECTOR AGRÍCOLA NA SATISFAÇÃO DA PROCURA DE BENS FINAIS	120
QUADRO 4.7: INDICADOR DO GRAU DE TRANSFORMAÇÃO DOS RAMOS CLIENTES DO SECTOR AGRÍCOLA	124
QUADRO 4.8: INDICADOR DO ESTÁDIO DA ECONOMIA AGRÍCOLA E ALIMENTAR EM PORTUGAL, ESPANHA E FRANÇA	127
QUADRO 4.9: EVOLUÇÃO DO ESTÁDIO DA ECONOMIA AGRÍCOLA E ALIMENTAR PORTUGUESA ENTRE 1964 E 1978.....	128
QUADRO 4.10:EVOLUÇÃO DO PAB, DO PIB E DA RELAÇÃO PAB/PIB: 1950/1981	132
QUADRO 4.11:EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA NA POPULAÇÃO ACTIVA TOTAL (CONTINENTE)	133
QUADRO 4.12 :EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA (CONTINENTE)	134
QUADRO 4.13: REPARTIÇÃO DA ÁREA ARVENSE E DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA POR ESTRATOS DE AGRICULTURA DO CONTINENTE.....	135
QUADRO 4.14:REPARTIÇÃO DA ÁREA ARVENSE E DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA POR ESTRATOS DE AGRICULTURA - NORTE E CENTRO LITORAL.....	136
QUADRO 4.15: REPARTIÇÃO DA ÁREA ARVENSE E DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA POR ESTRATOS DE AGRICULTURA - NORTE E CENTRO INTERIOR	137
QUADRO 4.16: REPARTIÇÃO DA ÁREA ARVENSE E DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA POR ESTRATOS DE AGRICULTURA - OESTE E RIBATEJO.....	137

QUADRO 4.17: REPARTIÇÃO DA ÁREA ARVENSE E DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA POR ESTRATOS DE AGRICULTURA - ALENTEJO	137
QUADRO 4.18: ÁREA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES EM PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL, 1968-79.....	138
QUADRO 4.19: ACTIVOS AGRÍCOLAS SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO (%) – CONTINENTE, 1981	139
QUADRO 4.20: POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E ACTIVIDADES ECONÓMICAS (%) – CONTINENTE, 1981	140
QUADRO 4.21: UTILIZAÇÃO DA TERRA – CONTINENTE, 1979.....	140
QUADRO 4.22: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E REPARTIÇÃO POR ESTRATOS DE DIMENSÃO – CONTINENTE, 1979.....	141
QUADRO 4.23: REPARTIÇÃO (%) DA SUPERFÍCIE TOTAL POR ESTRATOS – CONTINENTE, 1979.....	141
QUADRO 4.24: SUPERFÍCIE MÉDIA POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (HA) – CONTINENTE, 1979.....	141
QUADRO 4.25: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL (SAU) EM % DA SUPERFÍCIE TOTAL POR ESTRATOS – CONTINENTE, 1979.....	142
QUADRO 4.26 : SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL (SAU) POR UNIDADE DE TRABALHO AGRÍCOLA (UTA) – CONTINENTE, 1979.....	142
QUADRO 4.27: ÁREA IRRIGADA EM % DA SAU POR CLASSES DE SAU – CONTINENTE, 1979	142
QUADRO 4.28: REPARTIÇÃO EM % DO GADO (CN) POR ESTRATOS – CONTINENTE, 1979	143
QUADRO 4.29: ÁREA EM CONTA PRÓPRIA EM % DA ÁREA TOTAL POR ESTRATOS – CONTINENTE, 1979	143
QUADRO 4.30: ÁREA DOS AGRICULTORES AUTÓNOMOS EM % DA ÁREA TOTAL – CONTINENTE, 1979	143
QUADRO 4.31: TRABALHO AGRÍCOLA (UTA) FAMILIAR EM % DO TOTAL – CONTINENTE, 1979	144
QUADRO 4.32: PRODUTORES AGRÍCOLAS INDIVIDUAIS CUJO RENDIMENTO PROVÉM EM MAIS DE 50% DE FORA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA POR ESTRATOS – CONTINENTE, 1979	144
QUADRO 4.33: NÚMERO E ÁREA DAS UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO E DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO (1979).....	147
QUADRO 4.34: RECURSOS DAS UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO E DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO EM PERCENTAGEM DOS RECURSOS DO CONJUNTO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (1979).....	147
QUADRO 4.35: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS INDIVIDUAIS - CONTINENTE ..	149
QUADRO 4.36: CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES INDIVIDUAIS - TAXA DE MASCULINIDADE	150
QUADRO 4.37: ESTRATOS DE AGRICULTURA SEGUNDO A CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR INDIVIDUAL (EXPLORAÇÕES COM TERRA; PERCENTAGEM EM LINHA)	151
QUADRO 4.38: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES INDIVIDUAIS (EXPLORAÇÕES COM TERRA) – MILHARES.....	152

QUADRO 4.39: PRINCIPAIS SECTORES DE AGRICULTURA EM 1979	153
QUADRO 4.40: «TIPOS» DE AGRICULTURAS, CONTINENTE, 1999 (% NO TOTAL).....	158
QUADRO 4.41: OS TIPOS DE AGRICULTURA EM 1979 E EM 1999 (PERCENTAGEM NO TOTAL).....	160
QUADRO 5.1: INDICADORES SÍNTESE DA IMPORTÂNCIA SOCIAL DA AGRICULTURA PORTUGUESA, 1979/81	174
QUADRO 5.2: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES INDIVIDUAIS (A) E DOS OUTROS MEMBROS (B) (DE IDADE SUPERIOR A 7 ANOS) DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR.....	175
QUADRO 5.3: PRODUTORES INDIVIDUAIS (EXPLORAÇÕES COM TERRA) COM ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO E/OU COM ACTIVIDADE FORA DA EXPLORAÇÃO	177
QUADRO 5.4: OUTROS MEMBROS DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR (DE IDADE SUPERIOR A 7 ANOS; EXPLORAÇÕES COM TERRA) COM ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO E/OU COM ACTIVIDADE FORA DA EXPLORAÇÃO	182
QUADRO 5.5: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES INDIVIDUAIS, DO CÔNJUGE E DOS OUTROS MEMBROS (MAIS DE 12 ANOS) DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR – 1989	188
QUADRO 5.6: CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES INDIVIDUAIS, DO CÔNJUGE E DOS OUTROS MEMBROS (MAIS DE 15 ANOS) DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR – 1999	189
QUADRO 5.7: TEMPO DE ACTIVIDADE DISPENDIDO PELO PRODUTOR SINGULAR NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA POR REGIÕES AGRÁRIAS - 1989	190
QUADRO 5.8: TEMPO DE ACTIVIDADE DISPENDIDO PELO PRODUTOR SINGULAR NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA POR REGIÕES AGRÁRIAS - 1999	191
QUADRO 5.9: NÚMERO E PERCENTAGEM (EM RELAÇÃO AO TOTAL) DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CUJO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR SINGULAR PROVINHA EXCLUSIVAMENTE DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	192
QUADRO 5.10: NÚMERO E PERCENTAGEM (EM RELAÇÃO AO TOTAL) DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CUJO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR SINGULAR PROVINHA PRINCIPALMENTE DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	193
QUADRO 5.11: NÚMERO E PERCENTAGEM (EM RELAÇÃO AO TOTAL) DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CUJO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR SINGULAR PROVINHA PRINCIPALMENTE DE ORIGEM EXTERIOR À ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	194
QUADRO 5.12: ORIGEM DO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR SINGULAR SEGUNDO A DIMENSÃO ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA - MBP - EM 1999	195
QUADRO 5.13: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS SEGUNDO O TIPO DE ACTIVIDADES LUCRATIVAS NÃO AGRÍCOLAS EXERCIDAS NA EXPLORAÇÃO - 1999.....	200
QUADRO 6.1: MONTANTES FINANCEIROS PREVISIONAIS PARA O QUINQUÉNIO 1994-98, MONTANTES ATRIBUÍDOS E EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS (MONTANTES EXPRESSOS EM 1000 ESCUDOS).....	224

QUADRO 6.2: DISTRIBUIÇÃO E VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1950-1991.....	235
QUADRO 6.3: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS.....	236
QUADRO 6.4: DISTRIBUIÇÃO DA SAU POR TIPOS DE CULTURA.....	236
QUADRO 6.5: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSES DE ÁREA (SAU)	240
QUADRO 6.6 : NÚMERO E PERCENTAGEM DE CANDIDATURAS ÀS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS.	244
QUADRO 6.7: MOTIVOS DE CANDIDATURA ÀS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS.....	245
QUADRO 6.8: RESULTADOS PRÁTICOS ESPERADOS DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA	247
QUADRO 6.9: TOTAL DE CANDIDATURAS AO GRUPO I DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS NO OESTE PAGAS PELO IFADAP ATÉ 19/08/97 E REGISTADAS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS LOCAIS.....	256
QUADRO 6.10: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS POR MEDIDAS E POR ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS	257
QUADRO 6.11: DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS NA SUB-REGIÃO DO OESTE PAGAS PELO IFADAP ATÉ 19/08/97 E REGISTADAS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS LOCAIS, POR TIPO DE MEDIDAS E POR CONCELHOS.....	258
QUADRO 6.12: NÚMERO DE CANDIDATURAS ÀS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS	268
QUADRO 6.13: MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS DE ADESÃO ÀS MEDIDAS.....	269
QUADRO 6.14: MOTIVAÇÕES AMBIENTAIS DE ADESÃO ÀS MEDIDAS	271
QUADRO 6.15: MOTIVAÇÕES TÉCNICAS DE ADESÃO ÀS MEDIDAS	272

Lista de Gráficos

GRÁFICO 6.1: LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES DE ADESÃO ÀS MEDIDAS	269
GRÁFICO 6.2: LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES SEGUNDO OS ANOS DE PRÁTICA.....	276
GRÁFICO 6.3: RAZÕES DE ADESÃO SEGUNDO OS ANOS DE PRÁTICA	277
GRÁFICO 6.4: PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA AGRICULTURA	279
GRÁFICO 6.5: PERCEPÇÃO SOBRE AS ACTIVIDADES CAUSADORAS DE MAIORES PROBLEMAS, NÍVEL NACIONAL E NÍVEL REGIONAL.....	281
GRÁFICO 6.6: GRAU DE SENSIBILIDADE AMBIENTAL DOS AGRICULTORES INQUIRIDOS	283
GRÁFICO 6.7: SENSIBILIDADE AMBIENTAL SEGUNDO AS MOTIVAÇÕES DE ADESÃO ÀS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS	285

Abreviaturas utilizadas

AARA – Associação de Agricultores da Região de Alcobça
AATV – Associação de Agricultores de Torres Vedras
AB – Agricultura Biológica
AJAP – Associação dos Jovens Agricultores Portugueses
APAS – Associação de Produtores Agrícolas de Sobrena
AVA – Associação dos Viticultores de Alenquer
AVAPI – Associação de Valorização Agrícola em Produção Integrada
CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses
CCE – Comissão das Comunidades Europeias
CI – Consumos Intermédios
CN – Cabeças Normais
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNUDA – Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Ambiente
DGDR – Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural
DL – Decreto-Lei
EU – União Europeia
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização da Agricultura e Alimentação)
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FEADER – Fundo Europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural
FEGA – Fundo Europeu de Garantia Agrícola
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FVR – Fruteiras de Variedade Regional
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEBEI – Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial
GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente
IAA – Indústrias Agrícolas e Alimentares
IEADR – Instituto de Estruturas Agrárias e de Desenvolvimento Rural
IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISA – Índice de Sensibilidade Ambiental

LPN – Liga para a Protecção da Natureza
LQA – Luta Química Aconselhada
MBP – Margem Bruta de Produção
NEP – New Ecological Paradigm (Novo Paradigma Ecológico)
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OCM – Organização Comum de Mercado
OILB/SROP – Organização Internacional de Luta Biológica/Secção Regional Oeste Paleártica
OMC – Organização Mundial do Comércio
OP – Organizações de Produtores
PAA – População Activa Agrícola
PAB – Produto Agrícola Bruto
PAC – Política Agrícola Comum
PARC – política Agrícola e Rural Comum
PAT – População Activa Total
PdI – Produção Integrada
PECO – Países da Europa Central e Oriental
PEDAP – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PIB – Produto Interno Bruto
PtI – Protecção Integrada
RAC – Recenseamento Agrícola do Continente
RGA – Recenseamento Geral da Agricultura
SAU – Superfície Agrícola Útil
UCP – Unidade Colectiva de Produção

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

Ao contrário do que no início dos anos 80 do passado século alguns sociólogos rurais chegaram a vaticinar, estamos longe do “fim do rural”. Sendo certo que as novas e complexas configurações espaciais resultantes das transformações sociais ocorridas nas sociedades europeias nos últimos trinta anos não são analisáveis em função das tradicionais categorias do rural e do urbano, a proximidade com a natureza, bem como o estilo de vida e o padrão específico de relações sociais que o viver no campo tornam possível justificam a pertinência sociológica das referidas categorias.

A análise das transformações ocorridas no espaço rural, nas últimas três décadas sensivelmente, sobretudo as ocorridas nos espaços rurais dos países do Norte e Centro Europeu, constituiu, como não podia deixar de ser, o pano de fundo sobre o qual a questão do “fim do rural” emergiu e se alicerçou durante os anos 80. A evolução da agricultura e do rural no período que vai do início dos anos 50 ao início dos anos 80 do passado século apontou, com efeito, para a especialização do espaço agrícola, por um lado, e para a diversificação económica e social do espaço rural, por outro. Todavia, este duplo movimento - especialização do espaço agrícola e diversificação do espaço rural, por via do surgimento nesse espaço de novas funções e do recuo da actividade agrícola - conduziu sobretudo a uma ruralidade transformada, mais do que à sua dissolução.

Ao nível macro social ou da relação do rural com a sociedade envolvente - relação que pode ser sociologicamente traduzida pela análise dos sistemas dominantes de representação social do rural, num dado período histórico - assiste-se, hoje, nas sociedades mais desenvolvidas, a uma redefinição social da ruralidade. A ecologia, a guarda da natureza, a preservação dos recursos não renováveis são, resumidamente, alguns dos principais aspectos dessa redefinição. A ruralidade entendida nestes termos ganha coerência não mais a partir do tipo de região, actividade ou população, mas a partir do tipo particular de gestão do território.

Assim sendo, no contexto de análise dos cenários futuros do desenvolvimento rural, uma das questões que se coloca é a de em que medida as actuais representações sociais do rural e da ruralidade, concorrentes ou alternativas à representação clássica do rural, determinarão o futuro das designadas regiões rurais das sociedades europeias contemporâneas.

Em Portugal, a partir, *grosso modo*, da segunda metade dos anos 90 tem-se vindo a assistir a um processo conducente a uma nova representação do rural e da ruralidade. A representação social

do rural e da ruralidade que vem ganhando expressão está, por variadas razões – desde económicas a ambientais, mas também da ordem do património e da cultura rurais - associada ao preenchimento de “novas” funções, por parte da agricultura e do rural.

Trata-se de uma ruralidade para cuja percepção concorrem já traços de um dado princípio de organização social e de um dado sistema de valores. O processo conducente a esta definição da ruralidade reforça-se, a par com a visibilidade social das questões ambientais, na componente do que se pode designar por “reserva de qualificação ambiental” da agricultura e do rural.

A revalorização social e a revalorização simbólica do rural no país, em parte resultante da emergência daquela representação social, inscrevem-se nas transformações sócio-económicas e políticas da última década e reforçam-se por via da introdução da problemática agro-ambiental e do ambiente rural, com a transposição e aplicação das designadas Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e, mais especificamente, com a transposição e aplicação das chamadas medidas Agro-Ambientais, a partir de 1992 nos países do Norte e do Centro da Europa e a partir de 1994, em Portugal.

Mais do que votar a designação rural ao “ostracismo”, importa, então, munirmo-nos dos instrumentos analíticos e metodológicos capazes de equacionar o papel e as funções que a agricultura e o rural desempenham nas sociedades modernas e apreender as várias realidades territoriais rurais à luz do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, entrando em linha de conta com o contributo fundamental nele desempenhado pela agricultura.

Daqui decorre que os desafios essenciais que hoje se colocam aos que estudam a agricultura e o espaço rural nas sociedades europeias passam, em boa medida, pela redefinição da problemática central associada à agricultura e ao rural, a qual se consubstancia, entre outras, numa linha de investigação que aponta para a análise da articulação entre agricultura, ruralidade e ambiente. Tal problemática ganha relevância social quando, por sua vez, se articula com as questões relativas às políticas públicas dirigidas ao sector agrícola e ao espaço rural das sociedades contemporâneas.

A questão ambiental ganhou visibilidade social justamente no momento em que os estudiosos do rural se interrogavam sobre o futuro ou a dissolução do rural como objecto específico de pesquisa em ciências sociais, constituindo-se num desafio adicional para os sociólogos e outros investigadores do rural. Com efeito, ela interpela a forma como a pesquisa sobre o rural e a agricultura pode contribuir para tratar a questão da natureza e, mais genericamente, a questão do ambiente biofísico.

As consequências do ponto de vista ambiental resultantes das rápidas transformações sociais ocorridas, nas últimas décadas, em meio agrícola e rural, têm vindo a contribuir, decisivamente, para que os sociólogos incidam a sua atenção na análise das relações entre a agricultura, o rural e o meio ambiente natural.

Essas consequências manifestam-se seja porque a intensificação dos sistemas produtivos agrícolas conduziu a um conjunto de problemas ambientais resultante do processo de modernização agrícola subjacente à Política Agrícola Comum (PAC), seja porque o abandono de certas práticas agrícolas, em espaços rurais ditos marginais, conduziu à respectiva desertificação física.

Na esteira das questões acima recenseadas, analisar o lugar da agricultura e do rural nas sociedades contemporâneas, designadamente na vertente relativa à relação entre sociedade e ambiente biofísico, assume particular interesse quer para a sociologia rural, ou - como alguns propõem - para a sociologia da ruralidade, quer, do mesmo passo, para a sociologia do ambiente. No caso da sociologia rural, esse interesse desdobra-se e especifica-se, entre outros, na avaliação do potencial patenteado pelo rural encarado como reserva de qualificação ambiental e pelas variadas modalidades de agricultura ligadas ao território - da agricultura tradicional à agricultura biológica, passando pela agricultura extensiva e pela agricultura de pluriactividade ou multifuncional - na concretização do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Tal equivale a dizer que a sociologia rural terá, cada vez mais, de incorporar no seu objecto de estudo a análise dos processos de modernização ecológica da actividade agrícola e do rural.

Sucintamente apresentados o contexto e a problemática mais geral nos quais este trabalho se inscreve, tem ele por objecto central analisar, tomando como ponto de partida a perspectiva sociológica, a relação entre agricultura e ruralidade no Portugal contemporâneo, tendo em linha de conta não só as transformações sociais registadas pela agricultura e pelos territórios rurais durante o período que vai de 1970 a 2000, como a importância social hoje conferida às questões ambientais. Tal objecto desdobra-se, ainda, na análise e na problematização dos principais temas e problemas que a discussão em torno do(s) processo(s) conducente(s) ao desenvolvimento sustentável dos territórios portugueses actualmente enfrenta.

Por outras palavras, pretende-se vir a contribuir para a análise do processo pelo qual tem passado a construção social do rural desde, *grosso modo*, os anos 70 até aos nossos dias, bem como discutir, no contexto das novas concepções do desenvolvimento rural - as quais apontam

claramente para a diversificação económica assente na valorização dos recursos materiais e imateriais dos territórios rurais -, as várias modalidades possíveis de transformar o rural, quantas vezes tomado ainda como sinónimo de imobilismo e de passadismo, em laboratório de inovação social através, designadamente, do concurso fornecido pelo exercício de práticas agrícolas multifuncionais.

Procurar-se-á, ainda, encetar - pese embora algumas das limitações do material empírico - uma discussão em torno do modo como o relativo atraso económico do país poderá vir a constituir um conjunto de “vantagens comparativas”, por relação aos países da Europa do Centro e do Norte, no que diz respeito ao reequacionamento de estratégias relativas ao respectivo desenvolvimento rural e agrícola.

Os materiais de índole empírica coligidos e trabalhados obedecem a um fio condutor que, numa perspectiva diacrónica, pretende restituir os aspectos mais marcantes das transformações ocorridas na agricultura e na ruralidade nos últimos trinta anos, bem como os elementos susceptíveis de contribuir para o referido reequacionamento, questão que constitui, também ela, um dos objectivos principais da pesquisa. A partir daqueles aspectos, avaliar-se-á não só da importância social e simbólica que a ruralidade assumirá hoje na sociedade portuguesa, como do seu contributo para o desenvolvimento rural sustentável.

Sublinhe-se, por conseguinte, que não será nosso objectivo proceder a uma análise exaustiva das transformações da agricultura e do rural no período em análise, as quais estão já, como é sabido, em boa medida, estudadas quer pelas ciências sociais, quer pelas ciências agronómicas.

Por aspectos mais marcantes das transformações ocorridas na agricultura e na ruralidade, entendem-se aqueles que, durante o período em análise, terão concorrido para materializar a actual fase da representação social dominante da agricultura e do rural em Portugal, a qual aponta para a percepção da agricultura e do rural enquanto reservas de qualificação ambiental, em sentido lato. Mais concretamente, aqueles aspectos constituem ilustrações dos principais processos conducentes à referida representação, ao mesmo tempo que contribuem, pela sua pertinência, para a discussão da problemática relativa ao desenvolvimento rural sustentável.

A metodologia adoptada é tributária dos temas e problemas – os referidos aspectos mais marcantes da evolução da agricultura e do rural - abordados ao longo da pesquisa. As técnicas de investigação utilizadas foram, sobretudo, a análise documental, a análise estatística (com recurso às estatísticas oficiais) e a realização de inquéritos por questionário.

A análise não contempla as questões relativas ao sector florestal, não que estas não concorram para a discussão que se pretendeu levar a cabo - antes pelo contrário -, mas porque se trata de matéria complexa e a reclamar, por si só, investigação que não estava ao nosso alcance.

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, para além da introdução e da conclusão. Os primeiros dois capítulos remetem para a revisão da literatura e para o enquadramento institucional da pesquisa e os restantes para a análise empírica do material recolhido e tratado.

O capítulo 2 é consagrado ao enquadramento teórico da problemática relativa à agricultura, ao espaço rural e à ruralidade, tendo como principal referencial a literatura europeia e portuguesa sobre a matéria, a qual, no essencial, provem da subdisciplina da sociologia rural, mas também da subdisciplina da sociologia do ambiente. Com efeito, a já aludida importância da designada questão ambiental, bem como dos seus potenciais impactes analíticos e metodológicos na matéria em análise, convoca o olhar de uma sociologia do ambiente.

No capítulo 3, procede-se à análise dos aspectos considerados relevantes - do ponto de vista da respectiva contribuição para o enquadramento institucional da pesquisa - das sucessivas fases do desenvolvimento da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política Agrícola e Rural Comum (PARC).

Um dos aspectos centrais, ainda que não propriamente inovadores da evolução conducente à adopção de uma perspectiva que procura articular agricultura e desenvolvimento rural numa Política Agrícola e Rural Comum (PARC) é, justamente, o da questão da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, enquanto elemento capaz de congrega e contribuir para - se não resolver - minimizar os principais problemas de ordem económica, social e ambiental - em boa medida resultantes do “sucesso” da PAC até, *grosso modo*, 1980 – com os quais se confrontam hoje as agriculturas e os espaços rurais europeus.

O capítulo 4 é dedicado à apresentação e caracterização dos aspectos mais marcantes da evolução da agricultura e do espaço rural em Portugal, durante o período que decorre entre 1970 e 2000, depois de analisada - ainda que a traços largos - a respectiva evolução relativa ao período que vai de 1950 a 1970.

Nele se avançam alguns elementos quantitativos sobre o tipo de inserção do sector agrícola na economia portuguesa em 1970 e, por essa via, na sociedade portuguesa de então. Apesar dos limites do material estatístico utilizado, essa análise permite-nos carrear alguns dos principais

indicadores não só de caracterização do sector e respectivos sub-sectores, como, com as reservas que se impõem, da evolução do sector agrícola que tais indicadores, de alguma forma, retratam.

O então relacionamento do sector com o mercado aponta para um relacionamento de tipo “camponês”, entendido como a presença de uma lógica não especificamente empresarial por parte de muitas explorações agrícolas. Por outras palavras, do ponto de vista da análise do lugar do sector agrícola português nas relações de troca intersectoriais, este, em 1970, caracterizava-se por constituir uma “economia tendencialmente camponesa”. O objectivo central deste capítulo é, no entanto, o de delimitar e o de caracterizar os principais sectores de agricultura quer no limiar da adesão de Portugal à então CEE, quer, posteriormente, nos finais dos anos 90. De entre os diferentes tipos delineados destaca-se, do ponto de vista social, mas também económico - em ambas as datas - o sector da designada agricultura de pluriactividade.

A problemática da agricultura de pluriactividade em Portugal é alvo de aprofundamento e de caracterização, designadamente do ponto de vista das respectivas modalidades, no capítulo 5. Neste capítulo, caracteriza-se e analisa-se, com base no material estatístico proveniente do INE, a acentuada heterogeneidade das situações de pluriactividade agrícola. Tal heterogeneidade retrata processos originais de ajustamento dos seus protagonistas às condicionantes internas ao próprio sector agrícola e às condicionantes externas do mercado de trabalho rural ou - mais recentemente - às condicionantes das novas procuras urbanas que sobre ele recaem. Tais processos de ajustamento são, em grande medida, tributários dos sistemas económicos e sociais locais.

É também e já objectivo deste capítulo discutir as potencialidades que certas formas de agricultura de pluriactividade podem vir a apresentar relativamente à designada agricultura profissional ou intensiva. Até, *grosso modo*, à primeira reforma da Política Agrícola Comum (PAC), concretizada em 1992, os agricultores a tempo parcial eram considerados concorrentes “desleais” dos chamados agricultores profissionais. A partir de meados da década de 90, assiste-se a uma mudança, por parte dos poderes públicos e, bem assim, por parte da política agrícola, no sentido de reconhecer e apoiar a pluriactividade das famílias agrícolas, se bem que sob novas modalidades correspondentes, em número cada vez maior, ao preenchimento de novas funções que, nas sociedades contemporâneas, a agricultura e o espaço rural são chamados a desempenhar. As virtudes da agricultura pluriactiva, no contexto de uma situação de sobreprodução agrícola na Europa Comunitária e dos efeitos dos vários acordos internacionais de comércio de produtos agrícolas - designadamente, com os Estados Unidos da América - não só são aparentemente

reconhecidas, como também se advoga a prática da multifuncionalidade da agricultura e do rural enquanto um dos principais pilares da actual Política Agrícola e Rural Comum (PARC), proposta pela União Europeia.

Com vista ao objectivo enunciado, aprofunda-se – tanto quanto o material estatístico nos permite – as principais lógicas económicas e sociais subjacentes ao sector da agricultura de pluriactividade, bem como a respectiva evolução até 2000. Após uma breve discussão das noções de agricultura a tempo parcial, de agricultura de pluriactividade e de agricultura de plurirendimento sem pluriactividade, caracterizam-se as modalidades de que se reveste este sector segundo uma óptica de análise que procurará privilegiar, por um lado, o respectivo contributo para a análise dos mecanismos económicos e sociais subjacentes ao processo de transformação da agricultura e dos espaços rurais no período em análise e, por outro, as respectivas potencialidades na reprodução económica e social de uma parte muito significativa da população rural portuguesa.

O capítulo 6, começa por situar a política agro-ambiental da União Europeia (UE) no seu contexto histórico; caracteriza e analisa o processo de “tradução” dessa política em Portugal, nas vertentes relativas às medidas de apoio à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais ou extensivos e às dos incentivos à reconversão de práticas agrícolas intensivas para práticas agrícolas consentâneas com a preservação do ambiente, bem como a primeira fase da respectiva aplicação; e, caracteriza e discute alguns dos principais contornos do discurso agro-ambiental dos actores-chave implicados na formulação e na aplicação daquela que constitui a primeira fase do processo de ambientalização da agricultura portuguesa.

A análise dos discursos desses actores - associações de agricultores, associações ambientalistas, Ministério da Agricultura e Ministério do Ambiente - constitui um dos principais elementos quer da primeira reacção dos referidos actores à sua aplicação, quer dos seus potenciais efeitos.

Neste capítulo procede-se, ainda, à análise dos resultados relativos a dois estudos de caso: o primeiro refere-se à aplicação das medidas agro-ambientais destinadas a apoiar a agricultura tradicional e a incentivar a agricultura extensiva e o segundo à aplicação das medidas agro-ambientais respeitantes à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura convencional ou intensiva.

Os dois estudos de caso procuram - enquanto ilustrações - concorrer para carrear alguns elementos das representações e das atitudes económicas e ambientais dos agricultores implicados, bem como das respectivas motivações de adesão às medidas.

O primeiro estudo de caso tem como referencial empírico os agricultores de duas sub-regiões: uma sub-região de Trás-os-Montes e uma sub-região do Alentejo. A análise das representações, atitudes e motivos de candidatura desses agricultores permitirá avaliar alguns aspectos do papel desempenhado por aquele tipo de medidas, tomadas enquanto instrumentos de ordenamento do território e de defesa dos recursos naturais e paisagísticos.

O segundo estudo de caso tem por referencial empírico os agricultores da Região do Oeste. Também aqui se trata de captar as representações, atitudes e motivações de candidatura por parte dos agricultores, as quais, por sua vez, permitirão aferir alguns dos aspectos relativos ao processo de reconversão de práticas agrícolas convencionais ou intensivas a práticas agrícolas mais compatíveis com a preservação do ambiente.

Em suma, os capítulos 4,5,6 tratam de caracterizar e analisar os elementos conducentes à actual (re)definição da ruralidade em Portugal, a qual não deixa de ser, todavia, em grande medida tributária da integração de Portugal, em 1986, na então Comunidade Económica Europeia.

No capítulo 7, discute-se a articulação entre a questão da multifuncionalidade, em sentido amplo, da agricultura e do rural e a questão do desenvolvimento rural sustentável. O seu propósito é o de analisar e problematizar não só o papel da agricultura - de específicas práticas agrícolas, mais precisamente - na manutenção e na conservação do ambiente rural, como no seu processo de revalorização económica e social no contexto das sociedades modernas.

Para esse efeito, inicia-se o capítulo caracterizando e problematizando a importância social e simbólica que a ruralidade actualmente assume na sociedade portuguesa, bem como os moldes segundo os quais ela é representada e percebida quer pelos actores sociais urbanos, quer pelo próprio Estado. Tal caracterização e problematização assenta sobretudo na análise dos processos de emergência das designadas “novas” funções que a agricultura e o rural vêm desempenhando nas sociedades contemporâneas, designadamente as associadas à valorização das questões da natureza e do ambiente.

As problemáticas relativas à agricultura de pluriactividade e ao processo de aplicação da política agro-ambiental, enquanto modalidades de exercício da multifuncionalidade agrícola e, em muitos casos, de modernização ecológica da agricultura, constituem-se, cada vez mais, ao abrigo das

sucessivas reformas da PAC, em dois dos principais eixos da evolução futura da agricultura e dos espaços rurais, sobretudo no que aos países da Europa do Sul diz respeito. Tais problemáticas estão explicitamente associadas à discussão e à concretização da perspectiva agro-territorial do desenvolvimento rural presente no Regulamento CE nº 1257/1999 e, mais específica e claramente, no Regulamento CE nº 1783/2003.

É, assim, neste capítulo que – carreados e discutidos nos capítulos anteriores os aspectos essenciais caracterizadores do sector agrícola durante o período em análise – mais explicitamente se apresenta a tese central da investigação, qual seja a da decisiva importância da manutenção da actividade agrícola para a concretização do desenvolvimento sustentável de parte significativa dos territórios rurais portugueses.

Por outro lado, do ponto de vista da sociedade no seu conjunto, a prática de uma agricultura multifuncional - a par de um rural multifuncional – assume hoje particular importância. Com efeito, as potencialidades deste sector de agricultura, nomeadamente na criação de externalidades positivas associadas à produção de bens que têm, claramente, procura social, mas que tradicionalmente não têm mercado, dado tratar-se, em muitos casos, de bens públicos (a manutenção e guarda da natureza, a manutenção da paisagem, entre outros), são, - cada vez mais - social e ambientalmente reconhecidas.

No último capítulo, apresentam-se e discutem-se as principais conclusões, bem como se apontam os temas e os problemas a necessitar de investigação, ora porque têm estado de todo ausentes da preocupação quer dos sociólogos rurais, quer dos sociólogos do ambiente, ora porque carecem de aprofundamento analítico e empírico. Nesse sentido, apresentam-se algumas linhas de investigação que poderão contribuir para o estabelecimento de uma nova agenda para a sociologia rural capaz de equacionar as problemáticas associadas à agricultura e à ruralidade nas sociedades pós-industriais, bem como ainda algumas recomendações relativas à tradução para Portugal - possível por via da margem de manobra conferida a cada Estado-Membro - das actuais políticas da União Europeia em matéria agrícola e rural. Estão nesse caso, designadamente, as que apontam para as potencialidades associadas ao exercício da multifuncionalidade do rural, através da manutenção de uma agricultura ligada ao território, tendo presente as “vantagens comparativas” que a agricultura e o rural portugueses apresentam, quando comparados com a agricultura e o rural de outros países da União Europeia, sobretudo os do Norte e do Centro.

Capítulo 2. AGRICULTURA, RURALIDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1. Introdução

Neste capítulo passaremos em revista as abordagens teóricas mobilizadas, bem como os resultados provenientes de algumas pesquisas empíricas, no que às problemáticas subjacentes ao objecto de estudo diz respeito. Não se trata de discutir de modo sistemático a literatura existente, mas sim de nos centrarmos sobre as perspectivas capazes de enquadrar, restituir e fornecer os fios condutores que conduziram a pesquisa e a reflexão efectuadas.

Nesse sentido, convocando, essencialmente, os contributos da sociologia rural e da sociologia do ambiente procederemos à revisão da literatura sobre as matérias relativas ao lugar da agricultura, do rural e da ruralidade nas sociedades contemporâneas à qual se seguirá a das relações entre agricultura, ambiente e desenvolvimento rural. Partiremos do conhecimento acumulado sobre as referidas matérias para chegar à situação que baliza o seu debate actual.

Ainda que privilegiemos uma abordagem organizada em torno da perspectiva sociológica, não deixaremos de contemplar a necessária informação conceptual e empírica proveniente de outras disciplinas.

2.2. A Agricultura, o Rural e a Ruralidade nas Sociedades Contemporâneas

Grande parte da abordagem conceptual da sociologia rural procurou encontrar diferenças entre o urbano e o rural com base na análise das respectivas variáveis sociodemográficas, comportamentais e culturais. No que ao rural dizia respeito, três conjuntos de variáveis foram, assim, consideradas: as ecológicas, as ocupacionais e as culturais, respectivamente equivalentes à densidade populacional, à agricultura e aos valores e normas. Cada um dessas variáveis comportava, no entanto, ambiguidades e problemas conceptuais.

A análise das interacções espaciais rural/urbano e das transformações sociais ocorridas no espaço rural tem recorrido a vários modelos. Com efeito, os anos 50 foram marcados pela concepção clássica da relação cidade/campo: o modelo de análise da interacção entre esses dois espaços tinha subjacente a relação contraditória, se não mesmo antagónica, entre o campo e a cidade.

A partir dos anos 60 um novo modelo de análise se torna dominante, o da urbanização dos campos, enquanto a “difusão de um sistema de atitudes e de condutas nascido num grupo específico, a sociedade urbana” (Rimbaud, 1973:15). Esse modelo punha em causa a relação

enunciada pelo anterior, negava a existência de uma descontinuidade espacial entre os campos e a cidade e privilegiava a assimilação/integração do rural, através da difusão da cultura, dos produtos e das práticas urbanas.

Nos anos 70, as relações cidade/campo voltam a ser pensadas em termos de oposição, enunciando-se a anexação de um espaço pelo outro: o espaço rural é dominado pelo espaço urbano. Alguns autores evocam a este propósito a relação centro/periferia e a assimetria entre países desenvolvidos e países sub-desenvolvidos (Mathieu, 1985). A própria diferenciação entre os espaços rurais era analisada em função dos diversos graus de subordinação do rural ao urbano. Novas realidades empíricas e novos questionamentos teóricos e metodológicos conduziram à problematização das teorias e terminologias clássicas ou neo-clássicas e a tomar o espaço como objecto teórico ou, por outras palavras, a privilegiar a dimensão territorial das relações sociais.

Com efeito, “no plano do conhecimento, o processo [profundo e rápido] de mudança na organização territorial veio a traduzir-se, designadamente, na emergência da problemática do espaço no domínio das ciências sociais [...] tornando inevitável romper com a perspectiva tradicional que consistia em visualizar o espaço como categoria abstracta, como meio vazio, como continente sem conteúdo” (Barros, 1990: 43, 44). Segundo o mesmo autor, “[...] a problemática espacial [vem-se] desenhando, com precisão crescente, como representando o campo analítico e a perspectiva de análise susceptíveis de conferir especificidade tanto à sociologia rural como à urbana – e, ao mesmo tempo, como o ponto de convergência entre ambas” (Barros, 1990: 51).

No início dos anos 80, começa, por outro lado, a ganhar expressão a imagem do “fim do rural”. Esta noção parece evocar um fim precedente, o “fim dos camponeses”, e traduz o reflexo de uma concepção evolucionista que pode e deve ser contestada (Maclouf, 1985).

A análise das transformações económicas e sociais ocorridas no espaço rural europeu colocava, à data, a tónica num duplo movimento: o da especialização do espaço agrícola, por um lado, e o da diversificação do espaço rural, por outro. As novas e complexas configurações espaciais resultantes das referidas transformações sociais e económicas colocavam flagrantemente em causa as duas dicotomias sobre as quais assentava o modelo espaço-temporal do pensamento clássico: a dicotomia rural/urbano e a dicotomia agricultura/indústria.

Tais transformações, todavia, não significaram que o rural e a agricultura tivessem desaparecido. A especialização do espaço agrícola e a recomposição e diversificação do espaço rural, por via,

designadamente, do preenchimento de novas funções e do recuo da actividade agrícola, conduziram a uma ruralidade transformada mais do que à sua dissolução.

A questão que hoje se coloca é, então, a da articulação/integração entre os espaços sociais urbanos e rurais. Tal articulação/integração tem de ser reexaminada à luz de novos modelos de análise que, designadamente, contemplem os efeitos espaciais de novos modelos de regulação económica e social. Por outro lado, “[...] emergem abordagens sobre territórios, em que analiticamente se privilegia a diferenciação e a história de destinos e trajectos” (Caldas, 2003:533).

O resultado mais imediato deste posicionamento foi o do questionamento do potencial heurístico dos paradigmas anteriores da oposição rural/urbano e do *continuum* rural-urbano. Se é pertinente defender que as novas configurações espaciais não são analisáveis em função das tradicionais categorias do rural e do urbano, não se ganha, todavia, analiticamente falando, ao anunciar o “fim do rural”. É o exercício de reconceptualização dessas categorias que se impõe fazer.

Estamos hoje perante uma ruralidade transformada e não perante o fim do rural, no contexto da qual práticas agrícolas pluriactivas, bem como práticas agrícolas tradicionais ou extensivas encontram condições para a sua manutenção ou, mesmo, expansão, por via do reforço das respectivas funções ambientais, patrimoniais, sociais e simbólicas, nas quais, por seu turno, podem assentar novas dinâmicas de desenvolvimento sustentável de alguns dos territórios rurais.

Enquanto a sociedade rural pré-industrial se caracterizava por ser uma sociedade pluriactiva e tendencialmente autárquica, a sociedade rural pós-revolução industrial perde as características de espaço social integrado e multifuncional. Os campos especializam-se na produção agrícola (agriculturização do espaço rural) sob comando do mercado, em crescimento com as cidades e a indústria. Assiste-se ao rompimento do ciclo produtivo da agricultura pelo recurso a “inputs” industriais em crescente substituição das produções intermédias, com a consequente destruição da integração produtiva da exploração agrícola camponesa, e ao abandono progressivo da fase final de valorização dos produtos agrícolas para entidades comerciais e industriais exteriores à agricultura e ao espaço rural. Tais mudanças implicaram a transferência de força de trabalho para a cidade e para a indústria.

O êxodo agrícola e rural, por um lado, e a “agriculturização” de alguns espaços rurais, por outro, saldaram-se por um processo de recomposição social desses espaços. As profundas mudanças nas

relações cidade-campo remeteram-nos para específicas funções de fornecimento de alimentos, de matérias-primas e de força de trabalho.

A vida nos campos, o quotidiano do trabalho agrícola, as relações de trabalho na agricultura, o meio ambiente e a paisagem sofreram alterações radicais. Houve lugar à concentração das explorações agrícolas, à redução do seu número e ao aumento da sua intensificação em capital, a qual permitiu a diminuição apreciável do número de assalariados agrícolas e de trabalhadores familiares.

Os agricultores viram os seus rendimentos globais aumentados de forma inequívoca e substancial, mas ao sector passou a caber uma parcela relativa cada vez menor do valor acrescentado da produção alimentar.

Em suma, o cumprimento simultâneo e articulado, por parte da agricultura, das funções alimentar e de oferta de mão-de-obra, através da promoção de técnicas mais produtivas, em muitos casos com a intervenção simultânea das indústrias a montante (meios e factores de produção) e a jusante (industrialização/comercialização alimentar) da produção agrícola, conduziu ao modelo agrícola então dominante.

De entre os traços característicos desse modelo, destacam-se: o crescimento mais rápido da produtividade do trabalho do que o da procura de produtos agrícolas; a libertação de força de trabalho; a redução da procura agrícola, essencialmente a procura para fins alimentares. A agricultura passou a ser um mercado da indústria e o mercado alimentar passou a ser um mercado industrial.

Este modelo, saído da segunda revolução verde, conduziu à ameaça de diminuição do rendimento dos agricultores, colocando limites às estratégias produtivas assentes na intensificação das empresas agrícolas em capital constante, e, por fim, a elevados custos ecológicos.

Hoje, o ambiente é uma questão de particular relevo para o futuro do mundo rural. Com efeito, “se não foi a partir da agricultura e do campo que as preocupações ambientais tomaram corpo (as primeiras vieram com a indústria e as suas poluições), a agricultura, os recursos naturais renováveis (a água em particular, mas também os solos, as florestas, etc.), a qualidade dos produtos agrícolas e do espaço rural não tardaram a entrar em cena” (Jollivet, 1998:9).

Objecto e problemáticas da sociologia rural: do declínio ao renascimento do rural

As temáticas da sociologia rural gravitaram, *grosso modo*, em torno das questões colocadas a respeito do mundo rural, da agricultura e dos agricultores na sociedade como um todo. Segundo Jollivet, podem enunciar-se cinco temas principais que, ao longo do tempo, organizaram o questionamento dos sociólogos rurais (Jollivet, 1998).

O primeiro dizia respeito às relações cidade-campo; o segundo, às transformações da agricultura; o terceiro, ao lugar que os camponeses - e depois os agricultores - ocupavam na sociedade; o quarto, ao desenvolvimento local e, mais recentemente, ao futuro do mundo rural no quadro de uma política de organização do território; o quinto, ao ambiente (Jollivet, 1998). Os referidos cinco temas ilustram “[...] a estreita correspondência entre as grandes temáticas da sociologia rural e o que se poderia chamar as “questões da sociedade” (Jollivet, 1998:9).

Hoje, as problemáticas e os objectos definidores de uma sociologia rural ou, como alguns autores propõem, de uma sociologia da ruralidade (Mormont, 1997; Lagrave, 1991) são, fundamentalmente, as que se reportam, por um lado, ao lugar do rural – e de certas formas de agricultura – na sociedade através, justamente, da noção do rural como categoria simbólica da representação da própria sociedade como um todo e, por outro, as que permitem reequacionar a questão do desenvolvimento dos territórios rurais e, por essa via, dos paradigmas dominantes de desenvolvimento.

Com efeito, a análise do rural, tendo em conta a sua evolução nas últimas décadas, “[implicou] substituir a perspectiva agrícola [...] pela consideração das funções que a sociedade (urbana e rural) espera hoje do espaço rural [...] ligadas à herança rural (património material e imaterial); [analisar] o desfasamento entre [essas] funções e os interesses e agentes cuja perspectiva é ainda prevalecente no desenho e na aplicação das políticas públicas [...]; considerar a posição dos agentes locais, por um lado, e [dos agentes] exteriores ao rural, por outro, [...] explicitando as consequências que pode ter a preponderância de um ou de outro [desses] grupos de agentes e interesses no futuro do rural; [considerar] novas identidades na relação da população rural com os territórios” (Baptista, 2010: 3).

Por outras palavras, “[...] o desafio da *démarche* científica é [...] o de propor uma caracterização adequada [da ruralidade] a qual é, como tantos outros [objectos], uma produção social” (Jean, 2002:5). Tanto mais quanto “[...] novos mecanismos de construção social da ruralidade em

categoria específica e eficiente do discurso e da acção [fazem] pensar que o rural não desapareceu com a modernidade avançada” (Jean, 2002:5).

No que mais directamente diz respeito à actividade agrícola, é necessária uma nova perspectiva sobre a mudança das respectivas práticas nas sociedades e nas economias avançadas. Tal perspectiva, como sugerem Ward e Munton, “necessita de incorporar, por um lado, a redução da preocupação com a produção e um maior comprometimento com a preocupação ambiental e, por outro, a maior incerteza dos ambientes económicos e políticos. Em conjunto, estas mudanças exigem modelos que tomem mais atenção a considerações ao nível das explorações agrícolas e das capacidades dos agricultores individuais e respectivas explorações para negociar os seus próprios futuros” (Ward e Munton, 1992: 141,142).

No que respeita à ruralidade, esta tem vindo, desde, *grosso modo*, o início da década de 90, a ser analisada segundo uma abordagem, em boa medida, tributária de um construtivismo social. Isto é, não mais a partir da análise de quem é rural, mas de como as diferentes pessoas se sentem ou podem vir a sentir como rurais (Mormont, 1990).

Seguindo de perto a conceptualização de Mormont (Mormont, 1997), a ruralidade já não se define como oposição entre regiões e grupos espacialmente definidos, mas antes como um princípio de organização e um sistema de valores. É um projecto desenvolvido fora dos grupos sociais rurais - particularmente dos que estão ligados à agricultura. Os grupos sociais urbanos ou urbanizados são os principais portadores desta nova redefinição social da ruralidade.

Tal redefinição social da ruralidade tem como consequência aquilo que Kayser (Kayser, 1990) designou, reportando-se à realidade francesa, de “renascimento rural”. Esse renascimento não se identifica com a modernização do rural segundo os padrões da cidade, mas com novas formas de sociabilidade e de relações sociais (Carneiro, 2008).

Por outras palavras, assiste-se hoje a um processo de revalorização do rural assente no respectivo fornecimento de bens simbólicos, os quais poderão vir a alimentar uma outra dinâmica económica e social de que a natureza e a cultura constituiriam os elementos base. A esta modalidade de revalorização do rural pode, no entanto, estar associado o risco de se substituir um mito por outro: o mito da oposição rural/urbano pelo mito da ruralidade idílica, resultante do olhar urbano sobre o rural. Com muito antigas ressonâncias, o mito da ruralidade idílica pode, com efeito, traduzir-se numa nova forma de subordinação do rural ao urbano.

Esta forma de revalorização do rural, ao contrário do que se poderia pensar, é tributária da manutenção de uma agricultura que concorra para consubstanciar as referidas novas formas de sociabilidade e de relações sociais. A actividade agrícola é, ainda hoje, tomada como referência para qualificar o espaço rural, seja para afirmar o seu fim, seja para definir os seus novos parâmetros (Mendras, 1976, referido por Carneiro, 2008).

A recomposição dos espaços rurais assente nas novas funções que sobre ele hoje recaem implica, com efeito, que “[um] novo cenário se imponha para [esses espaços, onde] a produção agrária deverá continuar a desempenhar o seu papel” (Guerreiro, 2003: 516).

Em termos gerais, as questões de maior actualidade, no que ao rural e à agricultura das sociedades contemporâneas concerne, são as relativas “[...] [à] multifuncionalidade e [aos] novos usos do território, onde se incluem as questões da competitividade dos territórios e da sua abertura à iniciativa de novos actores [assentes em] perspectivas sobre o património, sobre a patrimonialização, sobre o emergir da questão ambiental e sobre as novas procuras, [e as relativas ao] território, agricultura e desenvolvimento [as quais remetem para] problemas suscitados pelo quadro de mudança institucional das políticas das estruturas e dos processos de produção agrícola” (Caldas, 2003: 534). Estas últimas serão objecto de caracterização e análise no capítulo 3.

Assim sendo, a actualidade e a relevância da sociologia rural ou, mais apropriadamente, dos estudos rurais é incontestável. As referidas questões convocam, no entanto, a necessidade de o sociólogo rural se munir de novas dimensões analíticas e de novos conceitos que lhe permitam dar conta do que é e o do que significa o rural nas sociedades contemporâneas.

Enquanto a sociologia rural norte americana continua, em boa medida, uma sociologia da agricultura e “[...] uma sociologia descritiva dos problemas sociais das populações vivendo em meios não-metropolitanos” (Jean, 2002:8), a sociologia rural europeia “[...] depois de se interessar longamente pela urbanização dos campos, um tema de pesquisa [...] que vai provocar uma crise no próprio seio dos estudos rurais, lembra agora que a dimensão ecológica assume relevo. O quadro de vida torna-se uma espécie de variável decisiva, discriminante. [...] Como diz [...] Marcel Jollivet, os rurais tornaram-se neste contexto actores sociais importantes porque a tarefa de protecção da natureza se joga principalmente no campo. Mais, a protecção do ambiente [...] interessa a toda a sociedade” (Jean, 2002:8).

Em trabalho anterior (Reis e Lima, 1998), discutimos alguns dos aspectos que então considerámos definidores das principais abordagens do rural e da agricultura nas sociedades europeias e, em particular, em Portugal, por parte da sociologia rural. Permitimo-nos, então, tendo por objectivo - como já anunciado - convocar a revisão da literatura relativa aos temas e problemas subjacentes ao enquadramento teórico das dimensões de análise presentes no objecto e objectivos deste trabalho, retomar alguns desses aspectos.

A leitura sociológica do espaço rural português que, durante várias décadas, foi sendo feita quer ao nível da investigação propriamente dita, quer ao nível da sua institucionalização académica, sob a forma de área disciplinar em sociologia rural, ficou largamente tributária do modelo de análise dominante nos anos 70. Tal paradigma incorporava sobretudo problemáticas e preocupações predominantemente suscitadas pela natureza das transformações da agricultura e das áreas rurais nas sociedades mais avançadas da Europa, orientando-se sobretudo pela preocupação de explicar a prolongada sobrevivência do campesinato e os modos de articulação da sua economia com a sociedade global (Newby, 1983¹; Jollivet e Mendras, 1971; Shanin, 1971).

De entre as consequências analíticas que daí resultaram é de assinalar o maior interesse conferido ao campesinato e às modalidades de pequena agricultura familiar, o qual, em certa medida, reproduziu algumas “invisibilidades” sobre outras dinâmicas presentes no espaço rural. Dessas “invisibilidades” destaque-se o menor conhecimento acerca dos assalariados agrícolas e das especificidades sociais associadas ao sistema latifundista².

O espaço rural era então encarado no quadro de uma dicotomia que o subordinava ao urbano por via essencialmente da “submissão formal” da agricultura camponesa aos sectores de produção especificamente capitalista (Freitas, Almeida e Cabral, 1976). Com a tese da autonomia relativa do rural salvaguardava-se, no entanto, a possibilidade analítica de olhar a sociedade rural na perspectiva dos seus próprios equilíbrios e mecanismos de reprodução internos (Jollivet, 1974).

¹ A que não é alheia, no plano empírico português, a verificação do declínio das explorações agrícolas patronais e do proletariado agrícola.

² Exceptuam-se os trabalhos de José Cutileiro (1977), Fernando Oliveira Baptista (1980, 1993) e Afonso de Barros (1980, 1986) que constituem importante contributo para superar aquela lacuna.

Reportando-nos aos inícios do século XX, cumpre assinalar o imprescindível contributo de José da Silva Picão (1983 (1903-1905)).

Representativos da aplicação desta perspectiva às relações sociais nos campos portugueses são os trabalhos de Pinto (1985) e Almeida (1986). O rigor teórico-metodológico e a riqueza de análise com que logram restituir os principais processos de transformação numa comunidade rural com profundas ligações, nomeadamente através do mercado de trabalho, a contextos urbano-industriais não é incompatível com uma conceptualização do espaço rural em termos de funções externas e de funções internas.

O referido modelo de análise, se - em parte - restituía o processo de desenvolvimento urbanocentrado dos países mais desenvolvidos da Europa (e dos mais periféricos também), impediu, de certa forma, que se tomassem em conta outras dinâmicas, nomeadamente as da Europa do Sul, onde o espaço rural era mais diferenciado.

Com efeito, novas lógicas e experiências de industrialização, surgidas de forma difusa em áreas rurais, inauguraram em alguns países da Europa do Sul importantes processos de desenvolvimento baseados sobretudo em recursos e complementaridades locais cuja evolução se fez de forma relativamente autónoma ao modelo de desenvolvimento dominante do pós-guerra, designado por fordista (Fua e Zacchia, 1983; Vasquez-Barquero, 1988).

Algumas análises sobre a recomposição espacial das estruturas económicas nacionais, com base em movimentos do tipo dos que foram identificados por aqueles autores podem ver-se em Ferrão (1987, 1988); Pires (1986); Reis (1985, 1987, 1988); Silva (1988).

Novas abordagens sobre as fronteiras entre o rural e o urbano (Auriac e Brunet, 1986; Jollivet, 1985; Mingione e Pugliese, 1987; Newby, 1986b; Barros, 1990; Lima, 1990; Mormont, 1990) foram, por seu turno, sistematicamente introduzindo, também elas, novas orientações e perspectivas.

Ao confrontarmo-nos com análises empíricas sobre o espaço rural europeu realizadas durante a década de 90³, deparamo-nos com a concordância generalizada, a par das preocupações com o presumível bloqueamento de algumas zonas, sobre o renascimento das áreas rurais.

³ O título de uma publicação, no início dos anos 90, de Bernard Kayser, *La renaissance rurale - sociologie des campagnes du monde occidental* (Kayser, 1990), decalcado, como o próprio autor refere, da expressão anglo-saxónica *rural renaissance*, é sintomático do que se pretende sublinhar. No que concerne ao espaço rural português, à excepção de alguns estudos que serão evidenciados no momento adequado, a sua investigação parece ter-se quedado pelos anos 70 e pela averiguação das questões, já abordadas, que então dominavam as perspectivas de análise da época.

Com efeito, o modelo de êxodo rural que caracterizou os anos 60 extinguiu-se praticamente em todos os países mais avançados da Europa - com excepção dos países do Sul Mediterrânico - e é agora a sua inversão, implicando, a nível demográfico, fluxos migratórios para zonas rurais, que marca a configuração de muitos desses espaços.

A este propósito, por razões que directamente se prendem com directivas comunitárias cujos efeitos se traduziram em políticas e instrumentos de acção concretos para o mundo rural,⁴ atenhamo-nos a alguns dados contidos no documento da Comissão das Comunidades Europeias (CCE), de 1988, intitulado *L'avenir du monde rural*.

Segundo este documento, o espaço rural europeu absorvia, na sua globalidade, 50% da população e abrangia 80% do território (CCE, 1988), podendo ainda contabilizar-se para a maior parte das áreas rurais dos países da Comunidade saldos migratórios positivos (CCE, 1988) reveladores de uma inesperada capacidade de atracção por parte dessas áreas.

Os novos habitantes do espaço rural ou os seus potenciais utilizadores seriam assim atraídos por lugares que alegadamente conservam alguma pureza ecológica e estruturas sociais que propiciam o retorno a práticas de “solidariedade mecânica”, mas onde – convém assinalar – simultaneamente, é já possível beneficiar de um quadro de vida que inclui condições urbanas.

Aliado à modernização do sector agrícola, o investimento público em infra-estruturas económicas, sociais e culturais, directo ou assumindo formas várias de descentralização política, que desde os anos 70 foi penetrando boa parte das zonas rurais europeias, contribuiu relevantemente para aí criar condições e oportunidades de (re)localização de indústrias, serviços e empresas.

Eis um conjunto de processos que vão constituir a base do que na década de 80 do passado século, se viria a designar por processos de desenvolvimento local ou endógeno (Maclouf, 1985; Allaire, Boudou e Neuman, 1985).

Actualmente, o interesse pelo espaço rural está longe das preocupações com um grupo social específico, estruturante da actividade agrícola e do seu espaço circundante. De há muito que a diversificação de actividades, com destaque para a industrialização, iniciou sucessivos e importantes processos de recomposição social nos campos, levando ao crescente reconhecimento do espaço rural como espaço socialmente heterógeneo (Newby, 1985; Mendras, 1984).

⁴ Políticas e instrumentos de acção a aprofundar no capítulo 3.

No plano do pensamento sociológico sobre o rural assiste-se, então, a uma mudança de paradigma. Com efeito, “[...] à época da modernidade nascente, [...] um consenso foi rapidamente estabelecido sobre o modelo interpretativo das dinâmicas rurais. As transformações do mundo rural explicavam-se por um único fenómeno, uma única causa: a integração das economias e das sociedades rurais na economia e na sociedade modernas. [...] Foi necessário dar conta de que o mundo rural não desaparecia com a modernidade; transformava-se, era objecto de mutações profundas [para que surgisse] [...] uma nova abordagem interpretativa, a da recomposição da ruralidade” (Jean, 2002: 9, 10).

Ao ensaiar uma cartografia conceptual das grandes representações da ruralidade na modernidade e na modernidade avançada, o autor citado referencia-as a três tipos de discurso: o discurso sociológico, o discurso social e o discurso político.

Quadro 2.1: Os discursos dominantes sobre a ruralidade na modernidade e na modernidade avançada

Discurso sociológico	Discurso social	Discurso político
Na modernidade Ruralidade = comunidades camponesas	Ruralidade = tradicional, ultrapassada e em atraso	Modernização (ordenamento rural)
Na modernidade avançada Ruralidade = ambiente	Rural = paisagem natural e ambiente	Preservação (desenvolvimento sustentável)

Fonte: Adaptado de Jean (2002).

Nas sociedades contemporâneas de modernidade avançada, o discurso sociológico dominante sobre o rural é o que tende a identificar o rural com o ambiente. Por outras palavras, é um discurso que tende a atribuir à ruralidade o estatuto de reserva de qualificação ambiental, colocando, deste modo, um novo desafio à sociologia, e às ciências sociais em geral, qual seja o de analiticamente integrar a relação entre a natureza - e, mais genericamente, o ambiente - e a sociedade.

Por seu turno, o discurso social dominante, exprime, segundo o autor, “[...] uma curiosa inversão de perspectiva [em relação ao discurso da modernidade]. [Esse] mundo rural [...] tradicional e passadista foi rapidamente objecto de uma sobrevalorização pelas [populações] urbanas que aí descobriram um mundo de autenticidade” (Jean, 2002:9).

O discurso político, esse, “[...] professa a sua intenção de desenvolver fórmulas apropriadas de «desenvolvimento sustentável» dos campos. As veleidades de modernização dão lugar às de uma preservação dos territórios e das comunidades rurais vistos, praticamente, como zonas sinistradas ou de espécies em vias de extinção, [a necessitar] da solicitude dos poderes públicos para assegurar a [respectiva] perenidade” (Jean, 2002:9).

À mudança paradigmática a que se assiste no pensamento sociológico sobre o rural não é alheia uma visão do rural que se pode traduzir pela redefinição da ruralidade (Mormont, 1987). Tal redefinição passa, justamente, pelo entendimento da ruralidade como um princípio de organização e um sistema de valores que, a par da visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente de reserva de qualificação ambiental. São os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores desta redefinição social da ruralidade, a qual não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais.

A este propósito, pode dizer-se que “[no princípio] do século XXI [...] é muito provável que o que era, não até há muito tempo, julgado como um traço secundário da ruralidade, a relação particular que a ruralidade mantinha com o que chamamos [hoje] o ambiente, seja agora uma característica maior. A ruralidade como um ambiente a proteger ou a valorizar inscreve-se então numa problemática que diz respeito a toda a sociedade e não somente aos rurais” (Jean, 2002:5).

Com efeito, nas sociedades modernas europeias o paralelismo: o ambiente é a natureza e a natureza é o rural (Mathieu e Jollivet, 1989) é uma equação cidadina que vem ganhando crescente expressão. Nessas sociedades os conceitos de natureza e de paisagem identificam-se com o designado “mundo rural”.

Sendo tal facto crescentemente observado, o confronto entre as visões dominantes da natureza por parte dos cidadãos, e - cada vez mais - por parte do Estado, e as visões dominantes da natureza por parte dos rurais - em particular por parte dos agricultores - é susceptível de criar conflitos entre os interesses, as necessidades e as aspirações dos vários agentes económicos e sociais, instituições e entidades oficiais envolvidos na protecção e na gestão do ambiente nas

áreas rurais. Com efeito, se os cidadãos e o Estado – ainda que menos claramente - têm da natureza uma representação que resumiremos como estética, os rurais, por seu turno, têm dela uma representação essencialmente utilitária (Figueiredo, 1996).

A sensibilidade ambiental, em suma, mudou o olhar das sociedades de modernidade tardia (Giddens, 1992) sobre o rural, contribuindo para que este perdure, ainda que sob novas formas.

Tal facto acarreta, entre outras, uma consequência central para a sociologia rural ou para uma sociologia da ruralidade, qual seja a de que “a nossa concepção [sobre] a ocupação do espaço em meio rural deve ser revista em profundidade. As formas de ocupação dos territórios rurais mudaram radicalmente e é necessário [caracterizá-las e analisá-las]. [Acredita-se que] [...] várias experiências de revitalização rural assentes [em novas ocupações dos territórios rurais até então] inéditas tiveram sucesso” (Jean, 2002: 11).

A revalorização do rural implica que a actividade agrícola seja assumida quer na sua vertente produtiva (funcionalidade económica), quer na sua vertente organizadora do espaço e da estrutura social (funcionalidade territorial e social). O agricultor divide-se, então, entre o exercício de uma função produtiva e o exercício de uma função de gestão do território.

2.3. Ambiente, Sociedade e Ruralidade Contemporânea

A relação entre a questão ambiental e o mundo rural não pode ser compreendida sem um entendimento global sobre as sociedades contemporâneas, o que equivale a dizer que é necessário ter presente os processos de mudança social que as caracterizam, designadamente os que ocorrem ao nível dos sistemas de valores e das tendências culturais de âmbito global, de que a “causa verde” constitui uma importante referência (Mormont, 1987).

Nas referidas sociedades, a questão do ambiente é essencial no processo de estruturação do conceito colectivo de ruralidade. É ela que, em larga medida, contribui para definir os seus conteúdos simbólicos, ao mesmo tempo que delimita o âmbito de acção das diversas forças sociais que interferem no espaço rural.

A procura de alternativas à cultura dominante e aos estilos de vida urbanos é, em parte, satisfeita através de um novo olhar sobre o rural. Em concreto, esse novo olhar toma por referência os contrastes e as antinomias que revêem as concepções dualistas da relação entre a sociedade e o espaço físico. O mundo rural surge neste cenário de contrastes não só como arquétipo de uma

vivência humana e humanizada em toda a sua plenitude, mas também como substituto funcional da natureza “genuína”.

A actual preocupação colectiva com o ambiente saldou-se, assim, por um novo olhar sobre o rural e a agricultura, ao mesmo tempo que constituiu um novo desafio para a sociologia e, em particular, para a sociologia rural, do rural ou da ruralidade, qual seja o de recolocar a natureza na sociedade.

Em consequência desse novo olhar, os dois enunciados tipo dos problemas ambientais de origem agrícola e rural são os que subjazem às acções de protecção, preservação e gestão do ambiente natural e às acções relacionadas com a mudança do padrão técnico dominante da produção agrícola.

Assim sendo, o entendimento da relação entre ambiente e ruralidade contemporânea carece dos contributos de uma sociologia preocupada com a análise da relação entre ambiente e sociedade. Passemos, então, muito brevemente em revista os temas e os problemas que subjazem à sociologia do ambiente.

A análise sociológica dos problemas ambientais colocou um conjunto de desafios – de ordem teórica, conceptual e empírica - à sociologia *mainstream*. A abordagem que, depois dos anos 70 do século XX, abriu caminho à institucionalização do que ficou conhecido por uma sociologia do ambiente centra a sua atenção nas inter-relações entre as sociedades modernas e o seu ambiente biofísico.

Os sociólogos do ambiente têm, assim, por objecto de estudo os factores sociais que estão na origem dos problemas ambientais, os impactes sociais desses problemas e as múltiplas formas segundo as quais as relações entre os humanos e o seu ambiente são influenciadas pelos processos sócio-culturais, tais como as respectivas representações sociais, definições colectivas, e controvérsias públicas, entre outros.

Enquanto os sociólogos do ambiente norte-americanos William Catton e Riley Dunlap se filiam numa perspectiva mais pragmática ou mesmo instrumental, preocupando-se explicitamente com os esforços sociais para a resolução dos problemas ambientais presentes nas sociedades contemporâneas, a sociologia do ambiente europeia (Macnaghten e Urry, 1998; Hanningan, 1995; Irwin, 2001) está fundamentalmente interessada – sobretudo os sociólogos com uma orientação construtivista – nos processos sociais, segundo os quais determinadas condições ambientais são socialmente definidas enquanto problemas ambientais.

A abordagem norte-americana da sociologia do ambiente detém um conjunto de características distintivas em relação às abordagens europeias. Tende a ser mais empírica; está muito mais preocupada com o desenvolvimento de teorias de médio alcance e com teorias empiricamente testáveis e não tanto com as grandes teorias sobre as quais tem incidido uma grande parte da sociologia europeia do ambiente; diz respeito a uma grande variedade de ambientes – do ambiente “natural” aos ambientes construídos.

Esta perspectiva – que emergiu nos anos 70 do século passado na Washington State University, com Riley Dunlap e William Catton – posiciona-se em oposição às abordagens teóricas dominantes da sociologia, as quais tinham eliminado toda e qualquer preocupação com as questões materiais e infraestruturais. Segundo elas, a sociedade funcionava fora do seu espaço e do seu ambiente biofísico, independentemente dos recursos naturais ou da respectiva base material.

Apesar de a sociologia clássica e da sociologia do pós-2ª Guerra Mundial terem tomado a natureza como um dado, é importante referir que muitos dos pais fundadores da sociologia tinham já mostrado interesse pela relação entre as sociedades humanas e os seus ambientes biofísicos ou, mais exactamente, tinham mostrado interesse pela relação entre cultura e natureza. Durkheim, Weber e Marx – e antes deles, pensadores como Montesquieu e Malthus – escreveram sobre a relação entre cultura e natureza. Todavia, a força do pensamento sociológico destes autores assentou, como sabemos, no axioma de Durkheim, segundo o qual um facto social só pode ser explicado por outro facto social.

O debate entre as abordagens construtivistas e as abordagens realistas da sociologia do ambiente ou, por outras palavras, entre, *grosso modo*, as abordagens europeias⁵ e as abordagens norte-americanas da sociologia do ambiente, levado a cabo sobretudo durante os anos 90, resultou no facto de quer umas, quer outras virem a considerar que, tendo embora muitos dos problemas ambientais uma “realidade” material, tais problemas só se tornam problemas sociais através da intervenção de processos humanos como os do conhecimento científico, do activismo ambiental e da atenção dos *media* aos mesmos conferida.

⁵ De entre as perspectivas conceptuais sobre a relação entre ambiente e sociedade que podemos recensear na literatura disponível, a perspectiva do realismo dialéctico (Benton, 1989 e 1996; Dickens, 1992) constitui uma das mais profícuas para a consolidação teórica e metodológica da sociologia do ambiente.

Noutros termos, a maioria dos problemas ambientais torna-se problemas sociais através de processos sociais, segundo os quais - sob certas condições - aqueles são construídos enquanto tais pelos investigadores, pelos activistas, pelos *media* e pelos restantes actores sociais. O mesmo é dizer que os problemas ambientais, apesar da sua base material, devem ser entendidos e analisados no contexto de um dado conjunto de processos sociais.

Actualmente, as preocupações teóricas e de pesquisa empírica da Sociologia do Ambiente alargaram-se aos problemas provenientes da mudança ambiental global, compreendendo ainda problemas ligados ao desarmamento e ao desenvolvimento sustentável, aos níveis internacional, nacional, regional e local. O interesse sociológico pelos problemas ambientais centra-se, cada vez mais, nas questões levantadas pelos processos de globalização e nas relações entre a economia, a ecologia e a sociedade. Paralelamente, o diálogo entre as duas grandes perspectivas da sociologia do ambiente (a norte-americana e a europeia) tem vindo a aprofundar-se, contribuindo para consolidar o campo científico de uma abordagem sociológica das questões ambientais.

No que concerne aos principais desafios que as questões ambientais colocam à sociedade e à sociologia, refiram-se os relativos à mudança paradigmática que tais questões introduziram. A visão antropocêntrica a que correspondia um paradigma de excepcionalidade e de isentabilidade humanas em relação à natureza e ao ambiente tem vindo a dar lugar a uma nova visão da relação entre a sociedade e o ambiente biofísico a que corresponde o novo paradigma ecológico (Catton e Dunlap, 1978; Catton e Dunlap, 1980, Dunlap e Catton, 1979, Dunlap, 1983, Dunlap, 1993, Dunlap, 2002). Tal mudança paradigmática acarreta, por seu turno, a necessidade de a sociologia convocar variáveis extra-sociais.

O corolário daqueles desafios traduz-se na necessidade de se aprofundar o diálogo entre as ciências sociais e humanas e as ciências da natureza ou à prática da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade entre elas.

No que, mais especificamente, concerne aos aspectos relativos à pertinência da problemática ambiental para a análise da mudança social nas sociedades contemporâneas faz sentido referir, ainda que muito sucintamente, as duas principais perspectivas disponíveis nesta matéria: a teoria da sociedade de risco e a teoria da modernização ecológica.

Com efeito, “o ambiente surge [...] nas sociologias contemporâneas por duas vias diferentes. Uma busca na *nova relação entre o homem e a natureza* o objecto específico de uma sociologia do ambiente – é o caso de Dunlap e Catton nos EUA. Outra encontra na sociologia do ambiente

sobretudo uma *expressão crítica dos problemas da modernidade*, em articulação com a mediatização da vida social – são os casos de Giddens e Beck” (Schmidt, 1999: 177).

A teoria da sociedade de risco a que corresponde uma perspectiva eco-pessimista tem U. Beck (Beck, 1992) como seu principal representante; as teorias da modernização ecológica, cujo pioneiro foi o economista Joseph Huber, correspondem a uma visão eco-optimista e desembocam na noção/conceito de desenvolvimento sustentável (Spaargaren e Mol, 1992; Mol e Spaargaren, 1993; Mol, 2000; Mol e Spaargaren 2000; Hajer, 1995; Hajer, 1996). O contributo de Giddens (1992) constitui uma mais-valia de inegável interesse, caracterizando-se por ser menos eco-pessimista do que o contributo de U. Beck (1992) e por uma problematização consistente do eco-optimismo subjacente às teorias da modernização ecológica.

Mais do que enunciar e discutir as teses subjacentes a essas perspectivas, importa-nos sobretudo destacar algumas das temáticas que configuram - ainda que com substanciais diferenças tanto entre si, como entre os respectivos autores – o papel da questão ambiental na mudança social das sociedades contemporâneas ou de modernidade tardia.

De entre elas, salientem-se as associadas às questões colocadas pelo lugar ocupado pela ciência e pela tecnologia, pelo político e pela política na gestão social da questão ambiental e ecológica.

A análise de tais temáticas exige e reclama o contributo das ciências sociais e humanas e da sociologia, em particular. Com efeito, qualquer delas se desdobra em aspectos que se constituem em objecto sociológico por excelência. A análise das percepções sociais sobre a questão ambiental e sobre os riscos e respectiva institucionalização nas sociedades actuais é, por si só, exemplo de algumas das questões chave para a compreensão dos contornos da actual crise ambiental global e, conseqüentemente, para a gestão e minimização dos seus efeitos sociais quer sobre as gerações presentes, quer sobre as gerações vindouras.

A operacionalização do conceito de percepção social do risco ambiental levanta, todavia, alguns obstáculos quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista metodológico. As teorias sociais da percepção dos riscos são, ainda hoje, simultaneamente indispensáveis e insuficientes. Os trabalhos de Beck (Beck, 1992; Beck 1999) e de Giddens (Giddens, 1992), por um lado, e os trabalhos de Douglas e de Wildavsky (Douglas 1986; Douglas 1992; Douglas e Wildavsky, 1982), por outro, são muito válidos, sobretudo porque geraram algumas questões teóricas interessantes que concorreram para um debate entre os cientistas das ciências sociais sobre matéria que, durante um longo período, era monopólio dos cientistas das ciências da natureza.

As propostas destes autores, constituindo, inegavelmente, ferramentas indispensáveis para a obtenção de conhecimento sobre a realidade social e cultural da percepção do risco, são, todavia, insuficientes para dar conta de todas as complexas e contraditórias variáveis, através das quais os actores sociais percebem e respondem ao risco. A importância das suas teorias reside, essencialmente, segundo Wilkinson, “[...] na polémica que proporcionaram mais do que no facto de terem fornecido concepções claras sobre a realidade social no contexto da qual as pessoas adquirem e constroem interpretações dos “perigos” enquanto “riscos”. [...] Mais, [o elevado carácter de abstracção das suas propostas] pode impedir-nos de equacionar uma das componentes vitais da percepção do risco, a saber: a percepção do risco é constituída por uma experiência socialmente e culturalmente complexa, de convicção e de incerteza” (Wilkinson, 2001: 2).

Em suma, de entre os fenómenos e processos de mudança social que reconfiguram a relação entre sociedade e ambiente, as questões relacionadas com o lado “obscuro” da ciência e da técnica, com a justiça ambiental, com a equidade social inter e intra gerações - questões que, não é de mais salientar, emergiram do debate em torno das dimensões sociais dos problemas ambientais – assumem hoje particular relevância quer para a Humanidade, quer para a natureza e o ambiente. Com efeito, trata-se de temas e problemas cuja pertinência para o estudo da mudança social nas sociedades contemporâneas é inegável e que se constituem e constituirão enquanto matéria de reflexão sociológica.

Feita esta breve resenha relativa a alguns dos temas e problemas que caracterizam a abordagem sociológica das questões ambientais, retomemos o objecto de análise desta secção: o lugar do ambiente no processo de construção e de estruturação do conceito colectivo de ruralidade nas sociedades contemporâneas, o qual, em boa medida, se salda pela sua contribuição para a definição dos respectivos conteúdos simbólicos. Assim sendo, a representação social contemporânea da ruralidade, expressão da atribuição ao espaço rural – e a particulares modalidades de agricultura - da função de fornecedor de amenidades e de bens públicos, entre os quais se salienta o ambiente, pode justamente ser encarada como resultante do processo de reflexividade social, característico das sociedades de modernidade tardia ou de modernidade avançada.

A problemática do rural e da ruralidade está hoje, em termos gerais, perante uma controvérsia que gira em torno de duas posições: a do desaparecimento do rural agrícola e a da reconstrução de uma ruralidade que resgata o rural e que resulta de valores urbanos. Como é sabido, a actividade

agrícola constitui, de há muito, a actividade que de forma mais directa interfere com o ambiente natural. O seu impacte foi continuamente decisivo na alteração da paisagem e no condicionamento das funções dos *habitats* naturais. A sua capacidade de configurar o espaço, de moldar o elemento natural, contribuiu igualmente para a formação das condições físicas (sempre transitórias) do que se considera ser o “ambiente rural” (Whitby, 1996:3).

A modernização do sector agrícola, com a respectiva dissolução crescente no modelo industrial de exploração dos recursos, contribuiu para a definição de um quadro ambiental rural marcado pela degradação, pela poluição e pela desertificação física. É a inversão de tal quadro ambiental que, em grande medida, configura e alimenta hoje em dia o debate em torno da necessidade de a agricultura “[...] atender a uma variedade de formas, a fim de encontrar novas plataformas e espaços políticos, sociais e ecológicos mais amplos que a [distingam] dos processos de modernização convencional, os quais tendem a continuar a desvalorizar a sua base” (Marsden, 2009: 121).

Seguindo de perto o sucinto inventário do impacte da actividade agrícola sobre o ambiente, proposto por Marcel Jollivet (Jollivet, 1992), podemos afirmar que foi sobretudo em relação à água - qualidade e custo da água potável - que se desenvolveu a sensibilização para os problemas ambientais causados pela actividade agrícola.

Já no que concerne aos solos, “o desafio colocado pela erosão é de há muito expressão de uma vontade de preservar um «recurso natural» raro: o solo arável, como então se dizia. As preocupações ambientais [tornam mais premente] o sentimento de que [os solos são] um «património» a conservar” (Jollivet, 1992: 7).

Quanto à questão da biodiversidade verifica-se a presença de múltiplos aspectos, na origem dos quais estão as próprias práticas agrícolas. Com efeito, “[...] as pesquisas sobre a diversificação do gado e da agricultura, a propósito, nomeadamente, das zonas marginais, [conduziram] à reabilitação de uma diversidade biológica incarnada pelas «raças» e variedades locais, os «cultivos» e as espécies endémicas. As pesquisas sobre a «extensificação» vão no mesmo sentido” (Jollivet, 1992: 8).

No que respeita às paisagens, “[...] a questão do ambiente e a referência à noção de paisagem e à [sua] protecção têm estreitas afinidades. A noção de ambiente enriquece a de paisagem com um sentido novo. [Com efeito] [...], a noção de paisagem torna-se o receptáculo da totalidade do

sentido da noção de ambiente e [...] um nível privilegiado a tomar em consideração na concepção de uma gestão agro-ecológica do espaço rural” (Jollivet, 1992: 8).

Finalmente, no que respeita à mudança climática, assiste-se cada vez mais “[ao interesse] pelo metano que [...] contribui para o crescimento do efeito de estufa [o qual se relaciona directamente com a] produção de gado (mas também [com as] zonas húmidas)” (Jollivet, 1992: 8).

A actividade agrícola cobre cerca de 60% da superfície da terra e mais de um quarto das terras de cultivo, sendo responsável por cerca de 20% do total das emissões de gases de efeito de estufa (Iglésias e Medina, 2009). A mitigação dos efeitos da agricultura sobre a mudança climática passa, então, por optar por novas práticas agrícolas as quais, por sua vez, têm também, na maioria dos casos, efeitos positivos significativos sobre o controlo da erosão, a contaminação difusa e o ambiente em geral. Segundo esta óptica, vale a pena insistir não só na promoção de práticas agrícolas alternativas mais compatíveis com o ambiente, mas também na manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais e extensivos.

Uma vez que, por outro lado, a agricultura continua a ser um dos sectores de actividade mais vulnerável aos impactes do clima, há que contemplar a questão da mudança climática nos desafios que se lhe colocam quer a curto, quer a médio prazo. As medidas que contribuam para reduzir a vulnerabilidade da agricultura aos riscos climáticos ou para aproveitar as oportunidades por elas criadas só serão, contudo, eficazes se “[...] [vierem a] incluir os distintos níveis do sistema produtivo: os agricultores, os mercados e o sector público” (Iglésias e Medina, 2009: 65). Dos riscos provenientes da produção agrícola convencional ou intensiva, tomem-se os associados à utilização de pesticidas os quais constituem, como é sabido, um dos aspectos definidores do que Beck (Beck, 1992) designa por sociedade de risco. Tais riscos têm grande abrangência geográfica e social e estão ligados entre si através dos mercados globais de produtos alimentares. Caracterizam-se, em grande medida, por serem riscos que resultam na “expropriação dos sentidos” (Mette e Blok, 2008: 760), uma vez que não são captados pelos mesmos, contribuindo para a insegurança, característica da referida sociedade de risco.

A propósito dos efeitos da utilização de pesticidas na agricultura (sobretudo do DDT), cumpre referir que o livro de Rachel Carson, intitulado *Silent Spring* e publicado em 1962, foi pioneiro na matéria, tendo contribuído para que as então percepções sociais sobre os pesticidas se tivessem vindo a alterar.

Em suma, as relações entre a agricultura e o ambiente são múltiplas, razão pela qual se tem vindo a assitir ao reconhecimento da agricultura alternativa e à consideração da agricultura tradicional e da agricultura extensiva.

Parafraseando Frederick Buttel, as variáveis-chave conducentes à mudança nas práticas agrícolas e no sector agro-alimentar são as relativas, por um lado, aos constrangimentos ambientais/biológicos dos sistemas de agricultura e, por outro, ao papel da preocupação social com o ambiente, no desenho das políticas públicas para os sectores agrícola e agro-alimentar (Buttel, 1994). A transição de um quadro centrado nas questões agrícolas para um quadro que contempla as temáticas ambientais foi, com efeito, amplamente encarreirada pelos mecanismos políticos e institucionais de decisão (Bonanno, 1991).

Com efeito, o processo de ambientalização da agricultura europeia, mais explicitamente inaugurado aquando da reforma da PAC de 1992, reflecte ou legitima, em alguma medida - já que, como veremos no capítulo 3, o que fundamentalmente preside à formulação do programa agro-ambiental prende-se sobretudo, pelo menos num primeiro momento, com objectivos de redução de excedentes e de viabilização de acordos internacionais sobre o livre comércio (GATT, OMC) - o resultado da actuação conjunta dos referidos mecanismos. Tal programa traduz as expectativas ou interesses de categorias e estratos sociais cada vez mais comprometidos com a defesa do meio ambiente, com a revalorização do rural enquanto espaço de múltiplas funções e com a qualidade alimentar.

O processo de ambientalização da agricultura tendeu a contemplar um conjunto de apoios aos sistemas agrícolas familiares de pequena escala, ao mesmo tempo que incentivou a reconversão da agricultura intensiva ou convencional à agricultura alternativa, através do apoio às seguintes práticas: luta química aconselhada, protecção integrada, produção integrada e agricultura biológica. Desenvolveremos esta questão nos capítulos 3, 6 e 7.

A propósito da crescente importância da agricultura biológica na Europa, Truninger refere, parafraseando Murdoch e Miele (1999), “[...] o [surgimento] de consumidores mais selectivos em relação à alimentação; ou até mesmo mais «conscientes» e «reflexivos» no sentido de um envolvimento político e ético responsável nas escolhas alimentares do dia-a-dia, dando lugar à passagem do estatuto de «consumidor» para o de «cidadão»” (Truninger, 2010: 20, 21).

Do ponto de vista da agricultura, o que está ainda em causa - no contexto do respectivo processo de ambientalização - são, todavia, os respectivos rendimento, *métier* e estatuto na sociedade

(Jollivet, 1992). Voltaremos a esta questão, reportando-nos à realidade empírica portuguesa, nos capítulos 6. e 7.

O discurso social tem vindo, como vimos, a integrar as noções de natureza, de ambiente e de espaço rural num mesmo quadro simbólico. No mesmo plano em que natureza e a paisagem rural surgem conotadas, sobrepõe-se um conjunto heterógeneo de valores sociais e de enunciados normativos associados a grupos específicos. É tão importante saber que imagens se evocam relativamente à questão do que é a natureza, como aquilo que ela representa para os interesses de um determinado grupo social, aquilo que ela é ou deve ser ou, ainda, de que modo nos relacionamos ou devemos relacionar com ela.

De entre as questões que a superação da dicotomia ambiente-sociedade convoca, retenhamos, ainda, as relativas às das representações urbanas sobre o rural e sobre a agricultura, assentes – se bem que não só - nas preocupações sobre o ambiente; a das representações dos rurais e dos agricultores sobre os processos de ambientalização do rural e da agricultura e, no caso destes últimos, sobre as consequências de tais processos no que concerne à respectiva identidade profissional; e, por fim, as representações, expectativas e interesses de ambos (rurais e cidadãos) sobre o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Ora, o estudo e a problematização de qualquer das referidas questões reclama, indubitavelmente, o concurso analítico da sociologia do ambiente.

Sendo que hoje o futuro do mundo rural passa, em boa medida, pelas representações dos cidadãos sobre a ruralidade, as quais se vêm expressando, lembre-se, segundo a fórmula “o ambiente é a natureza e a natureza é o campo” (Mathieu e Jollivet, 1989), a análise da evolução das representações sociais sobre o rural e sobre a agricultura por parte da população citadina e da população em geral constitui aspecto central na definição de estratégias de desenvolvimento para o mundo rural.

Por outro lado, equacionar o papel da agricultura na construção do ambiente rural, através, designadamente, do respectivo processo de ambientalização ou da manutenção de práticas agrícolas tradicionais ou extensivas, implica ter presente quer as representações dos agricultores sobre a natureza e sobre o ambiente, quer as representações sobre a respectiva identidade profissional. Aos agricultores são crescentemente cometidas, para além da função produtiva propriamente dita, as funções de gestão do território, da paisagem e do ambiente.

No que respeita às representações, expectativas e interesses quer dos rurais, quer dos cidadãos sobre o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, as perspectivas da sociologia do ambiente assentes num construtivismo social moderado, o qual afirma a importância da realidade objectiva dos problemas ambientais, mas procura entender quando e como surgem enquanto tais e, bem assim, como se podem vir a negociar soluções alternativas, surgem, por relação às abordagens puramente realistas, como mais apropriadas.

Com efeito, as perspectivas puramente realistas carecem da flexibilidade necessária para entender e para lidar com as diferentes percepções ambientais dado que, na maior parte dos casos, não reconhecem a existência de diferentes tipos de racionalidades e de conhecimentos (de carácter pericial e de carácter leigo). Ao colocarem a ênfase na realidade dos problemas ambientais sem contemplar as interpretações e os significados dados a tais problemas pelos diferentes actores sociais neles envolvidos, as perspectivas puramente realistas podem conduzir a uma concepção tecnicista do desenvolvimento e, por essa via, a conflitos sociais entre a população local e os restantes intervenientes no processo de desenvolvimento sustentável, designadamente os peritos. (Guivant, 2002).

Pelo contrário, as perspectivas que se caracterizam por um construtivismo moderado podem vir a contribuir significativamente para o esclarecimento das percepções quer dos leigos, quer dos peritos - subjacentes às quais estão interesses e expectativas diferentes - e, desse modo, constituir instrumento analítico indispensável para lidar com as questões que a concretização de políticas de sustentabilidade agrícola e rural acarretam.

No que respeita, designadamente, a um dos aspectos fundamentais que subjazem à aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável, qual seja o da participação dos actores sociais, é necessário, com efeito, ter presente que nem o conhecimento dos peritos nem o das comunidades-alvo são produtos estanques, sendo um verdadeiro e o outro falso ou um racional e o outro irracional. A concretização de processos de participação social implica contemplar não só os valores associados ao conhecimento pericial, como os valores associados ao conhecimento leigo. Só o conhecimento do processo ou processos subjacente(s) à definição desses valores, bem como dos diferentes significados que eles assumem para os diversos grupos e actores sociais, permitirá contemplar os diferentes interesses em jogo.

2.4. Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente

2.4.1. Desenvolvimento Rural: Políticas e Filosofias

Recorrendo, uma vez mais, à análise desenvolvida no trabalho já referido (Reis e Lima, 1998), convoquemos, também aqui, o balanço que então fizemos da literatura relativa ao eixo de análise que dá título a esta secção.

A renovação teórica que convocou novas abordagens a propósito das fronteiras do rural e do urbano foi sistematicamente introduzindo orientações e perspectivas que, ao centrarem então a sua atenção em processos endógenos de transformação ou em iniciativas de base local referenciáveis a contextos e a estratégias regionais, contribuíram para o surgimento de novas concepções relativamente à análise dos processos de desenvolvimento.

As concepções dominantes de desenvolvimento que marcaram o período do pós-guerra (1950 e 1960) assimilavam, de certa forma, desenvolvimento a crescimento económico. As primeiras críticas a estas concepções surgem nos finais dos anos 70 e consubstanciam-se na necessidade de entrar em linha de conta com “o crescimento em condições de articulação social [que se traduziria], assim, num “ciclo benigno” de crescimento, exigindo a intervenção da política económica na implementação de estratégias de crescimento” (Almeida *e al.*, 1994).

Do debate resultante, com consagrações no perfil das propostas de desenvolvimento por parte das principais instituições internacionais, destaca-se a problemática dos diversos níveis a que o desenvolvimento passa a ser encarado (Almeida *e al.*, 1994). A importância dos designados nível regional e nível local trará uma nova óptica de análise mais consentânea com a necessária flexibilidade das unidades produtivas. Como consequência, o desenvolvimento regional e local vai caracterizar-se pela diversificação de actividades que procure combater a fragilidade de algumas regiões ou de sectores mais tradicionais, como seja a agricultura.

A década de 80 é, por sua vez, no rescaldo das consequências económicas e sociais de um conjunto de acontecimentos, com destaque para a crise petrolífera, fértil em novas concepções sobre o processo de desenvolvimento. Em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland (CNUDA), chega-se à noção de desenvolvimento sustentável enquanto corolário da renovada discussão sobre os processos de desenvolvimento, a qual aponta para um novo paradigma. O desenvolvimento sustentável é, parafraseando o Relatório Brundtland, um processo de desenvolvimento que permita às gerações presentes satisfazerem as suas necessidades de

melhoria das condições de vida, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Se bem que o processo de conceptualização da noção de desenvolvimento sustentável esteja ainda, em boa medida, em curso, são de destacar as seguintes dimensões que a noção de desenvolvimento sustentável pretende analiticamente cobrir: a integração dos aspectos ecológicos e demográficos, a cooperação em moldes novos entre os países do Norte e os países do Sul, a atenção prestada ao investimento em capital humano e o surgimento de um novo actor social, as gerações futuras.

No que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura e do espaço rural, é no âmbito do que Almeida *et al.* (1994) apelidam de quarta geração de paradigmas de desenvolvimento regional – o paradigma da inter-regionalidade – que se podem situar dois documentos fundamentais: *L'avenir du monde rural* (CCE, 1988), já anteriormente referido, e *Quel avenir pour les campagnes? Une politique de développement rural* (OCDE, 1993).

Das concepções contidas no primeiro documento no que concerne aos eixos estratégicos de intervenção a privilegiar para o espaço rural europeu, retiram-se as principais orientações que irão balizar, nos anos seguintes, as políticas de desenvolvimento rural na União Europeia.

Com efeito, o documento intitulado *L'avenir du monde rural* (CCE, 1988) é um balanço de discussão e de inventariação tipológica das consequências da lógica produtivista da Política Agrícola Comum (PAC) sobre a agricultura e o espaço rural europeus, como que preparando a respectiva reforma, a qual terá lugar em 1992.

Atribuindo ao espaço rural funções de regeneração “vitais para a sociedade” (CCE, 1988:3), três objectivos fundamentais norteiam a estratégia de acção da Comissão em 1988. São eles: atingir a coesão económica e social; promover o ajustamento da agricultura europeia às novas realidades do mercado mundial; proteger o ambiente e o património natural. Objectivos que indiciam claramente a necessidade de reflectir sobre as modalidades de recuperação das regiões rurais em atraso ou marginalizadas, sobre as consequências da Política Agrícola Comum (PAC) e sobre modos de desenvolvimento menos produtivistas, não depredadores dos recursos naturais. A análise dos incentivos e dos instrumentos mobilizados para o cumprimento daqueles objectivos, permitirá discutir as contradições inerentes aos mesmos, salientando, do mesmo passo, as dificuldades ou as eventuais vantagens comparativas que, nesse contexto, se colocam aos espaços rurais portugueses.

De forma mais explícita, recomenda-se a não concentração de esforços de desenvolvimento em centros intermédios ou subpólos, preconizando-se como política de desenvolvimento rural a valorização do potencial endógeno, a qual deverá reflectir as necessidades e as iniciativas locais. Refira-se que nesta expressão não está subsumido qualquer entendimento de desenvolvimento auto-centrado, antes se pressupõe “a optimização dos trunfos de que dispõem as regiões [...] [a necessidade] de mobilizar capitais financeiros e humanos disponíveis na região, trazendo do exterior os meios que faltam [...]. [Em suma], promover o desenvolvimento endógeno não significa dizer que deve excluir-se *a priori* a implantação de actividades económicas exteriores [...] ou de determinados sectores” (CCE, 1988: 13).

Balizadas as linhas de actuação para o espaço rural, três ideias fundamentais parecem destacar-se da filosofia que então enforma as concepções de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a consciência de crise global e profunda da economia e da sociedade em geral e a necessidade de pensar e introduzir reformas amplas, ou mesmo rupturas, no modelo de desenvolvimento económico das anteriores décadas o qual, se deu às sociedades mais avançadas da Europa um crescimento sem precedentes, acompanhado de níveis de bem-estar material jamais iguados, também instituiu o esvaziamento de regiões, de modos de vida e de recursos naturais.

Dessa consciência faz claramente parte a inversão da ideia de que o colapso do mundo rural constitui indicador de desenvolvimento e de progresso. Ao invés, reconhecendo ao mundo rural, além das referidas funções regeneradoras, papel crucial a desempenhar na inflexão das tendências de crescimento, a preocupação desloca-se então das políticas de assistência, através das quais os países industrializados sempre procuraram compensar os desequilíbrios presentes no mundo rural, para a atribuição a este universo de um papel activo, partindo justamente da valorização das suas potencialidades.

Em segundo lugar, perante o reconhecido insucesso relativo das políticas e dos planos de ordenamento rural accionadas por boa parte dos países europeus desde os anos 50, com a modernização da agricultura e a necessidade do estabelecimento de novas infra-estruturas, e, duas décadas depois, procurando francamente contrariar a concentração e o desordenamento urbano (Allaire *et al.*, 1985; Jollivet, 1985; Kayser, 1990, Maclouf, 1985), o processo de desenvolvimento para estas áreas é, a partir dos anos 80, pensado com base na consideração de que o mesmo deve assumir formas e características marcadamente locais ou endógenas. Através de programas de animação específicos, procura-se o envolvimento, a participação e o

compromisso com os actores locais para que estes, por vontade colectiva, definam ou venham a aceitar estratégias de reorganização do espaço rural.

Todavia, como aponta Kayser, “o desenvolvimento local não pode funcionar sem intervenções exteriores, embora também não possa desbloquear e progredir sem vontade e iniciativas locais [...]. Trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza à realização de projectos indutores de progresso” (Kayser, 1990:222).

Em terceiro lugar, retira-se do documento em análise a ideia de que, embora a agricultura não constitua a principal dimensão organizadora dos sistemas e práticas económicas, sociais e culturais associados ao mundo rural, dada a diversificação de actividades que este tem conhecido, não é irrelevante, para a problemática do desenvolvimento rural, a análise das transformações do sector agrícola.

Com efeito, é também – mas não só - das opções em matéria de política agrícola que resulta a definição do quadro de renovação, em termos de necessidades, prioridades e funções, que a União Europeia destina aos respectivos espaços rurais. O sector agrícola e as sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC) como um dos instrumentos condicionantes da sua evolução persistem, apesar de tudo, enquanto dimensão económica ou simbólica referenciável aos espaços rurais.

Constituindo este um conjunto de questões essenciais para a abordagem dos processos de desenvolvimento rural, importa, no entanto, retomar outras questões, igualmente pertinentes, para esse efeito. São elas as que se seguem.

A revalorização económica e social dos espaços rurais não passa pelo retorno a ideias passadistas sobre “paraísos perdidos”, nem pela reabilitação de métodos funcionalistas no estudo das comunidades locais, nem ainda pela simples averiguação dos efeitos locais da sua inscrição no quadro dos processos globais de mudança. A promoção da localidade, apoiada na revisão deste conceito, é hoje essencial para compreender as transformações contemporâneas e nelas ir agindo. Dessa revisão faz parte o entendimento segundo o qual a delimitação de qualquer espaço económico ou social se baseia na rede de relações em que os indivíduos participam (Mormont, 1990), ainda que o espaço geográfico mantenha um papel essencial na estruturação das relações sociais.

Assim sendo, o conjunto de expressões como desenvolvimento local ou endógeno, para designar processos de desenvolvimento rural, coloca, como noção fundamental para pensar e gerir esses processos, a ideia de rede de relações na qual estão integrados os actores sociais a quem as acções de desenvolvimento se dirigem. A maior ou menor participação efectiva das populações locais num dado processo de desenvolvimento depende, todavia, da relação de forças que, em cada momento, se estabelece no interior da específica rede de relações que estrutura esse processo.

O grau de envolvimento das populações locais traduz-se, então, na sua capacidade para atrair, negociar e controlar investimentos potencialmente susceptíveis de corresponder aos respectivos interesses (Ferrão e Baptista, 1989). Por outras palavras, depende não só da natureza do tecido social local em que aquelas populações se acham inseridas, mas também de outros contextos de interacção onde estejam presentes forças exógenas. É à luz destes entendimentos que surge a noção de “desenvolvimento integrado” e se observa o crescimento de agentes de desenvolvimento e de animadores locais.

Relativamente “[...] [ao] uso e [ao] significado de “desenvolvimento integrado”, [este] mais não traduz do que a ideia de existência de políticas que requerem “coordenação”, o que demonstra a fragmentação do espaço geográfico e a forma como a unidade territorial local é múltipla e heterónima, não mais pertença de um só actor, a comunidade local” (Mormont, 1990:34).

O crescimento do número de agentes de desenvolvimento e de animadores locais reflecte, por sua vez, a importância concedida – que se revela crucial para os espaços rurais mais marginalizados – e atribuída à mobilização das forças locais através da reflexão colectiva sobre o projecto de desenvolvimento. Tal reflexão “mesmo que a curto prazo não conduza a transformações reais, pode ter um papel importante na dinamização [desses] espaços, dando-lhes uma alma, um corpo, fazendo-os existir, criando condições para se desenvolverem” (Kayser, 1990:219).

Se é verdade que o decréscimo da actividade agrícola – em produção, superfície e efectivos de trabalho – tem contribuído largamente para a reconstrução do conceito de rural – ou, no limite, para o surgimento da ideia do fim do rural - nem por isso a importância económica, social e política da agricultura deve ser descurada.

Com efeito, a caracterização das estruturas do espaço rural que contemple o seu passado e o seu presente agrícolas não é desprovida de interesse teórico. Tal caracterização é tanto mais pertinente quanto, à medida que o papel da agricultura diminui, se redefinem funções para o espaço rural que incluem outros sistemas de produção agrícola - tais como a manutenção de

práticas agrícolas tradicionais e extensivas ou o surgimento de práticas agrícolas alternativas – e outras funções de consumo – tais como as de residência, lazer, conservação do património e protecção do ambiente.

Por outro lado, a estes espaços continuam a corresponder - em diferentes graus de articulação com a agricultura - processos e mercados de trabalho com características próprias, apesar das algumas tendências de reestruturação e de localização ou organização espacial das actividades produtivas (Bradley e Lowe; 1984; Urry, 1984; Newby, 1986a).

Estas são questões que constituem elementos imprescindíveis para dar conta da diferenciação que, em termos de oportunidades de transformação e de desenvolvimento, alguns espaços rurais oferecem, designadamente aqueles em que a agricultura familiar ou pluriactiva domina.

Com efeito, a maior parte dos estudos que se têm dedicado à análise das condições, das dinâmicas e dos resultados da reestruturação da agricultura nas sociedades modernas fornece elementos sobre as perspectivas que se colocam ao desenvolvimento dos espaços rurais. Em paralelo com este tipo de análises, tem-se desenvolvido uma linha de reflexão que visa acentuar os traços de esgotamento do modelo produtivista aplicado ao sector agrícola e equacionar a emergência de novas formas de produção em consonância com as políticas traçadas para o sector, fornecendo elementos para a compreensão do desenvolvimento rural a partir desta dimensão de análise (Alphandéry et al., 1989; Commins, 1990, Jollivet, 1985).

Entre as características mais marcantes do modelo agrícola produtivista iniciado nos anos 60 do século passado, destacam-se a concentração e a especialização da produção, com as respectivas economias de escala, o aumento dos custos da ajuda estatal à agricultura, sob a forma de subsídios para apoio aos preços dos produtos ou como compensação à baixa dos rendimentos dos agricultores, a consolidação das disparidades regionais e a dos grupos sociais que suportam o sector e os impactes ambientais negativos.

No sentido de ultrapassar alguns desses efeitos, “comparativamente maiores do que o tamanho do próprio sector” (Commins, 1990:59), iniciou-se um movimento de recomposição daquele modelo, accionando medidas assentes em sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC), bem como num conjunto de iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento rural.

Tais medidas, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, têm vindo a contemplar um sistema de incentivos e de compensações destinadas à redução das áreas de produção, à diminuição da intensificação, à promoção de métodos alternativos de produção ou, ainda, à

diversificação de actividades, associada sobretudo ao turismo rural, ao artesanato, à produção de produtos agrícolas de qualidade, apontando para a necessidade de manutenção, ou mesmo de salvaguarda, da agricultura nas sociedades modernas, atribuindo-lhe, embora, outras funções sociais.

Não é, todavia, de descartar que as sucessivas reestruturações do sector agrícola não venham a consolidar ou, até mesmo, a reforçar a sua estrutura dualista, com a produção a concentrar-se num número cada vez mais pequeno de explorações especializadas, de grande eficiência produtiva, a par de uma proporção acrescida de explorações familiares que praticam várias formas de diversificação (Alphandéry *et al.*, 1989).

Estendendo o raciocínio à escala europeia e convictos da perda de capacidade dos países do Sul para imporem os seus produtos e os seus sistemas de produção, alguns autores advertem para a provável institucionalização da função agrícola para os espaços rurais da Europa do Norte e da função de lazer e reserva natural para o espaço europeu mediterrânico, assim inviabilizando a modernização da agricultura nos países periféricos (Baptista, 1993a).

É no contexto da reflexão acerca das questões ambientais e do seu contributo em termos de modernidade que, cada vez mais, se virá a equacionar o lugar e as formas de participação do rural e da agricultura na sociedade portuguesa.

Se até meados dos anos 80 a ruralidade em Portugal se prendia com o exercício directo ou indirecto – por via, designadamente, das redes familiares – da actividade agrícola, sob formas e modalidades económica e socialmente heterogéneas (Lima, 1990), hoje uma nova ruralidade emerge assente na revalorização social e simbólica do rural, através do regresso à natureza e da necessidade de a preservar. Esta nova representação da ruralidade, a qual se inscreve nas transformações socioeconómicas e políticas dos últimos anos do século XX, tem vindo a reforçar-se a partir de meados dos anos 90, por via da introdução da problemática agro-ambiental e do ambiente rural, com a tradução e a aplicação das medidas agro-ambientais, no âmbito das designadas medidas de acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum de 1992.

A tradução em Portugal do Regulamento CEE nº 2078/92 teve subjacente uma preocupação muito centrada no despovoamento dos espaços agrícolas e rurais sem contudo negar os efeitos da poluição agrícola causados pelo excessivo uso de adubos e pesticidas. Em consequência desse facto, privilegiou-se, no primeiro ano de aplicação das medidas agro-ambientais, uma modalidade

de articulação agricultura/ambiente caracterizada pela manutenção da agricultura em nome da qualidade do território e da paisagem. Aprofundaremos esta questão nos capítulos 6. e 7.

Em suma, no que à sociedade portuguesa diz respeito, as análises e os dados disponíveis que temos vindo a enquadrar e a comentar mostram bem o facto de não existir ainda um saber sistematizado e aprofundado, a partir do qual possam vir a ser traçadas tendências sobre a respectiva evolução da agricultura e dos espaços rurais. Porém, do que parece não haver dúvida é do facto de existir, ao nível da opinião pública portuguesa, uma cada vez maior “consciência ambiental”, mesmo que os níveis de organização e de militância da população na designada “causa verde” não sejam por enquanto expressivos (Lima e Schmidt, 1996; Almeida, 2000; Almeida, 2004).

Do mesmo modo, nas estratégias e nas políticas de desenvolvimento rural preconizadas pelo ministério da tutela, sob a égide da UE, vislumbram-se princípios de intervenção que parecem vir ao encontro das referidas orientações dominantes. Com efeito, no texto publicado pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural em 1997, sobre as linhas de enquadramento e de orientação do programa de desenvolvimento rural, destacam-se, enquanto preocupações fundamentais, a salvaguarda da indissociabilidade entre a agricultura e o desenvolvimento rural; a interligação das várias medidas, programas e iniciativas locais de desenvolvimento; a garantia de uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC), com aplicação modulada territorialmente e que privilegie a adopção de um sistema de ajudas associado a objectivos de manutenção dos espaços rurais e de preservação dos recursos naturais e do ambiente (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 1997).

Com efeito, o processo de modernização da agricultura portuguesa assente na concentração da produção num número reduzido de explorações agrícolas competitivas e especializadas está há muito comprometido. No actual contexto económico, social e ambiental da Europa comunitária, em geral, e de Portugal, em particular, a modernização do sector passa por um conjunto de medidas que tendam a tirar partido do processo de modernização ecológica de que as medidas agro-ambientais constituem alavanca.

Por outro lado, a construção social de uma ruralidade que integre novas noções de protecção da natureza e da paisagem articula-se com o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e do rural.

Assim sendo, o desafio que hoje se coloca à sociedade portuguesa passa por encontrar uma via de desenvolvimento dos seus territórios rurais que envolva novas soluções de modernização ecológica da agricultura e do rural que contemplem não só, mas também, o exercício da multifuncionalidade da agricultura e do rural e que procurem “beneficiar” do atraso relativo da agricultura e da sociedade rural tradicionais. Para tal, será, fundamental e necessária a participação de todos os actores sociais implicados: os agricultores, os urbanos, os *policy makers*. Diferentes abordagens sobre as transformações mais recentes do espaço rural nas sociedades contemporâneas foram permitindo apontar um conjunto de estratégias para no mesmo intervir, não sendo irrelevante, para quase todas, o pressuposto de que o colapso do mundo rural, exemplificado pelo modelo de êxodo dos anos 60 do século passado, já não se constitui como indicador de desenvolvimento e de progresso sociais.

Deste entendimento global, que atribui ou redefine novas funções ao espaço rural, baseadas na necessidade de repensar as formas de reorganização económica, social e espacial características do desenvolvimento do pós-guerra e na visibilidade de um movimento de renascimento do rural, resultam perspectivas e possibilidades não despiciendas para a reestruturação dos espaços rurais, incluindo os mais marginalizados, apoiadas por diversos instrumentos de desenvolvimento,

A consideração da problemática ambiental, enquanto dimensão da modernidade, suscita, ela própria, novas perspectivas a integrar no quadro das políticas de desenvolvimento rural. Uma dessas perspectivas articula-se com uma nova filosofia do desenvolvimento que, ao procurar compatibilizar sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ecológica, vem reformular os actuais padrões de qualidade de vida.

Tal significa que a problemática da situação, evolução e perspectivas do mundo rural está longe de se acantonar a um grupo social específico, estruturante da actividade agrícola. A diversificação de actividades no espaço rural iniciou sucessivos e significativos processos de recomposição social nos campos, conduzindo - mais recentemente - à atribuição ao espaço rural de novas funções de lazer e de qualidade de vida, onde as dimensões de preservação do ambiente e da natureza assumem particular relevo.

Destas asserções - insista-se - não decorre a ideia de que a agricultura não constitua dimensão organizadora dos sistemas e das práticas económicas, sociais e culturais associados ao mundo rural. Dir-se-ia, pelo contrário, que a agricultura sai, neste contexto, económica e simbolicamente valorizada, nomeadamente por via de um conjunto de medidas de política agro-ambiental e de

valorização das paisagens tomadas sob o impulso da União Europeia. Tal revalorização passa, ainda, pelo reconhecimento da importância da multifuncionalidade agrícola na manutenção do espaço rural.

Em suma, o desenvolvimento rural deve procurar diversificar as actividades e aproveitar a variedade de funções desempenhadas pela agricultura e pelo espaço rural em termos de ambiente, paisagem, ócio e património cultural.

Com efeito, segundo Estrada e Fernandez, “a modernidade mede-se hoje [através de critérios, tais como]: pluriactividade, diversificação e eficiência no âmbito produtivo (medindo os custos não só económicos, como também sociais e ecológicos sobre o ambiente cultural e paisagístico); optimização no uso dos recursos naturais (principalmente no que se refere ao solo e à água); utilização racional e sustentável de fertilizantes e pesticidas de origem química (prevendo os seus efeitos presentes e futuros sobre o ambiente); equidade, utilidade pública e corresponsabilidade na concessão de ajudas e incentivos aos agricultores (introduzindo lógicas contratuais)” (Estrada e Fernandez, 2007:2).

Neste contexto, a noção de multifuncionalidade “ [...] serve de ponto de referência, de guia para medir até que ponto um sistema agrário ou um ambiente rural responde aos cânones da modernidade no século XXI” (Estrada e Fernandez, 2007:2).

2.4.2. Da Multifuncionalidade da Agricultura e do Rural à Noção de Desenvolvimento Rural Sustentável

Da multifuncionalidade ...

A multifuncionalidade é hoje um conceito recorrente na agenda política e nos debates sobre o futuro da agricultura e das zonas rurais, ainda que se trate de um termo ambíguo e polisémico que pode ser utilizado em diversas acepções. Com efeito, quer “[...] a multifuncionalidade [quer] a sustentabilidade são evocadas como conceitos chave para a agricultura e o desenvolvimento rural [...]. Contudo, os documentos das Nações Unidas permanecem vagos no que respeita à definição e ao conteúdo operacional de ambos os princípios” (Hediger, 2006: 150).

Apontando para um novo paradigma, a multifuncionalidade da agricultura e do rural têm vindo a constituir-se num novo guia para as políticas agrícolas e rurais. O que está implícito na concepção da multifuncionalidade é o de que as funções da agricultura ou do território são todas

as externalidades positivas e bens públicos por aqueles propiciados. De entre as várias externalidades positivas da agricultura, refira-se a da relação entre a produção de uma identidade e a respectiva procura por parte dos seus utilizadores (agricultores ou não) (Aumand, Barthélemy e Caron, 2006). É nesta esteira que se pode considerar a multifuncionalidade da agricultura e do rural como o pôr em prática uma economia do património (Hediger, 2006).

A primeira questão a reter é a que remete para a distinção entre a multifuncionalidade da agricultura e a multifuncionalidade do rural. Na acepção agrícola, o termo é utilizado para fundamentar uma nova legitimidade da profissão de agricultor ou para restabelecer a relação entre a actividade desenvolvida nas explorações agrícolas e o território que as circunda, mas é-o também para justificar as ajudas à agricultura. Na acepção rural (territorial), recorre-se à noção de multifuncionalidade para basear os programas de desenvolvimento na multiplicidade de funções que os espaços rurais desempenham, segundo uma concepção integral das suas potencialidades (Estrada e Fernandez, 2007).

Na primeira acepção, é a agricultura que desempenha múltiplas funções que há que valorizar e promover, apontando-se para a recuperação dos elementos típicos da agricultura tradicional enquanto, designadamente, exemplo de multifuncionalidade na sua relação com a natureza e o território. Na segunda acepção, a multifuncionalidade é um atributo do espaço e dos territórios rurais, independentemente de neles existir ou não actividade agrícola.

A convergência das dimensões agrícola e territorial da multifuncionalidade surge mais claramente explicitada nos regulamentos europeus de desenvolvimento rural. No capítulo seguinte, aprofundar-se-á a questão da multifuncionalidade agrícola quer no contexto da política agrícola comum (PAC) e respectivas reformas, quer no contexto do desenvolvimento rural.

Por ora, referir que, no começo da PAC conviviam duas lógicas: “[...] uma, liberal, que a impelia para um modelo unidimensional, especializado, intensivo e produtivista; e outra, agrarista, que a levava a proteger uma diversidade de modelos agrícolas integrados nos territórios e orientados para o desenvolvimento das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura” (Estrada e Fernandez, 2007: 2,3). Esta última tinha por vocação ajudar os agricultores, tornando viáveis formas tradicionais de agricultura que, de outro modo, teriam desaparecido da paisagem agrária europeia (Estrada e Fernandez, 2007).

O modelo unidimensional de agricultura era constituído por explorações integradas no sistema económico global enquanto consumidoras de produtos produzidos pelas empresas de maquinaria,

fertilizantes e pesticidas e fornecedoras de matérias-primas para as indústrias alimentares. Os outros sistemas agrícolas (a agricultura tradicional, a agricultura a tempo parcial ou pluriactiva) eram considerados como sistemas incapazes de sobreviver no cenário da modernização produtivista.

Uma das consequências da aplicação PAC foi, então, a da instalação de um sistema dual de agricultura: um modelo empresarial competitivo e eficiente que garantia o potencial exportador da UE e um modelo de agricultura estreitamente integrada no território e orientada sobretudo para o auto-emprego que assegurava a presença de um determinado nível de população nas zonas rurais, evitando êxodos massivos para os centros urbanos.

Uma vez lograda a autosuficiência alimentar na maior parte dos produtos básicos, surgem os problemas relacionados com a gestão dos excedentes, começa a questionar-se a utilidade social da despesa com a agricultura e a prestar atenção aos efeitos negativos sobre o meio ambiente resultantes das práticas agrícolas intensivas nas quais assentava, em grande parte, o modelo europeu de agricultura.

Por outro lado, a emergência de uma geração de urbanos impregnados de novos valores em relação ao rural e o surgimento de novos tratados e políticas, de novos reptos na construção europeia e de mudanças no contexto internacional - com a inclusão da agricultura na agenda da liberalização do comércio - conduziram a que as ajudas públicas à agricultura tivessem de ser redefinidas e justificadas. Para o efeito, recorreu-se ao princípio da multifuncionalidade a fim de assegurar a manutenção do sistema proteccionista europeu e a legitimação do modelo herdeiro da agricultura camponesa. Tal legitimação operou-se através da contribuição desse modelo para a preservação e conservação do ambiente e da paisagem e para a manutenção de um rural vivo.

Com efeito, “[...] o novo quadro de referência propiciado pelas últimas reformas da PAC gira em torno do princípio da multifuncionalidade [...] alargada aos seus dois pilares, cujo traço comum é o de orientar os recursos públicos para um tipo de agricultura menos intensiva e mais diversificada, plenamente integrada no território e geradora de rendimentos e de auto-emprego, ao mesmo tempo que elemento fundamental no equilíbrio sustentável dos ecossistemas. [...] [Os modelos agrícolas produtivistas, competitivos, especializados e intensivos] que haviam sido o bastião da primeira PAC, vêm-se agora relegados para segundo plano nas preferências das políticas públicas, pois considera-se que têm capacidade suficiente para responder às exigências

dos mercados sem necessidade de contar com sistemas específicos de protecção” (Estrada e Fernandez, 2007: 7).

Ainda que a Reforma da PAC acordada em 1999 e resultante da Agenda 2000 tenha no conceito de multifuncionalidade da agricultura europeia um dos seus objectivos e justificações essenciais, o termo tinha começado a gerar debate desde os seus primeiros usos oficiais em 1997 (Muñiz e Saralegui, 2000)⁶. Com efeito, é em Dezembro de 1997 que o Conselho de Ministros de Agricultura e o Conselho Europeu de Luxemburgo se pronunciam a favor de uma agricultura europeia multifuncional. Estabelecem-se então três funções principais para a agricultura europeia: a produção de matérias-primas e de alimentos em condições competitivas, a conservação do meio ambiente e da paisagem rural e a contribuição para a viabilidade das áreas rurais e para um desenvolvimento territorial equilibrado.

A intervenção pública no sector agrícola justifica-se hoje, em boa medida, pela produção de externalidades por parte deste sector. Tais externalidades “[...] apresentam, maioritariamente, a particularidade de possuir as características de bens (ou de males) públicos” (Muñiz e Saralegui, 2000: 31). O conceito de multifuncionalidade surge, então, “[...] num momento histórico em que existe «perigo» para a actividade agrária, já que a obtenção de produtos agrários deixa de ser um objectivo social desejável, ao poder importá-los mais baratos de outros países, pelo que no caso de se abandonar a actividade produtiva podem perder-se «conjuntamente» as [respectivas] externalidades positivas” (Muñiz e Saralegui, 2000: 33)⁷.

Os riscos associados à prática da multifuncionalidade são, entre outros, os relativos à possibilidade de os sistemas menos competitivos se ficarem pelo recebimento de subsídios públicos enquanto modo de garantir a respectiva sobrevivência. Em grande medida, tal risco dependerá, no entanto, da maior ou menor capacidade de desenvolvimento de sistemas que incorporem as preferências da sociedade através, designadamente, da diferenciação de produtos

⁶ Refira-se, no entanto, que a noção de multifuncionalidade não é uma invenção comunitária. Com efeito, fora já introduzida no capítulo 14 da designada Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no respeitante à promoção de um desenvolvimento agrícola e rural sustentável (Martí, 2000).

⁷ Por exemplo, a estreita relação existente entre a agricultura e o ambiente implica que as decisões tomadas pelo agricultor, aquando da gestão da respectiva exploração agrícola, tenham repercussão imediata sobre esse meio ambiente. Tal repercussão (positiva ou negativa) corresponde à noção de externalidade.

quer pelas suas maiores qualidades organoléticas, quer pelos benefícios sociais associados à respectiva produção.

As principais linhas de uma política de apoio aos objectivos da multifuncionalidade da agricultura poderiam passar pela eleição dos instrumentos capazes de fomentar uma agricultura produtiva e competitiva por via da produção quer de produtos a preços internacionalmente competitivos, quer de produtos diferenciados de elevada qualidade, destinados a cobrir nichos de mercado locais, regionais ou internacionais.

Será através do programa agro-ambiental incluído na reforma da PAC de 1992 que se recuperaria o discurso da multifuncionalidade da agricultura. Com efeito, foi nesse programa que “[...] se plasmou de forma concreta o princípio da multifuncionalidade agrícola utilizando-se fórmulas contratuais para a sua concretização, [...] condicionando as ajudas aos agricultores ao compromisso de [estes ampliarem] as suas estratégias empresariais para além do âmbito específico e unidimensional da produção de alimentos com destino ao mercado” (Estrada e Fernandez, 2007: 6,7).

Mas é na Agenda 2000 que, pela primeira vez, a UE assume oficialmente a multifuncionalidade como um dos objectivos da PAC. Com efeito, na reforma resultante da Agenda 2000 está consignada a preocupação com o assegurar de uma agricultura multifuncional, sustentável e competitiva por toda a Europa, incluindo nas regiões que se deparam com dificuldades particulares, de modo a, através dela, manter a paisagem e o campo, contribuir para a vitalidade das comunidades rurais e responder às preocupações e procuras dos consumidores por alimentação segura e de qualidade, protecção ambiental e manutenção de padrões de bem estar animal.

De entre as várias linhas de pesquisa empírica sobre a multifuncionalidade, refiram-se as têm por objecto a análise das condições para o exercício da multifuncionalidade por parte das explorações agrícolas; as que procuram analisar os impactes e as contribuições da agricultura e das áreas rurais sobre a sociedade, as comunidades locais e o ambiente; as que analisam a agricultura multifuncional enquanto conexão complementar ou conflituosa entre a produção de bens e a

produção de identidade e património⁸; as que estudam as estratégias e as práticas dos agricultores perante a multifuncionalidade; as que se debruçam sobre as funções sociais da agricultura e do rural no que respeita às expectativas e procuras provenientes da sociedade no seu conjunto; as que tem por objecto a análise da consistência entre as políticas destinadas a promover a multifuncionalidade e as medidas efectivamente postas em prática.

Em paralelo com as mudanças da PAC, como se verá mais aprofundadamente no capítulo seguinte dedicado a agricultura e ao espaço rural no contexto da PAC e da PARC, foi germinando, durante os anos 90, o que seria mais tarde uma política de desenvolvimento das zonas rurais e, com ela, a ideia da multifuncionalidade dos espaços rurais.

Com a adopção do designado Modelo Europeu de Agricultura em 1999 e, em particular, com a importância que esse modelo confere à questão da multifuncionalidade, os governos da UE voltaram, assim, a afirmar que as explorações agrícolas e, em particular, as explorações agrícolas familiares, têm, hoje, um papel central nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável (Bergmann, Dax, Hovorka e Thomson, 2007).

Para entender o futuro papel da agricultura nas zonas rurais é, então, crucial proceder à análise crítica e prospectiva dos diferentes aspectos económicos, sociais e ambientais que a multifuncionalidade da agricultura potencialmente configura. Vale a pena insistir que a inclusão da noção de multifuncionalidade na filosofia das sucessivas Reformas da PAC e da Política Europeia de Desenvolvimento Rural suscita várias questões que urge analisar e problematizar.

Com efeito, a noção de multifuncionalidade tem vindo a ser usada com diferentes significados quer no contexto do debate científico, quer no quadro das políticas dirigidas à agricultura e ao espaço rural. A noção aponta para a diversificação das actividades desenvolvidas pela agricultura e pelos territórios rurais. Uma diversificação assente na valorização dos respectivos recursos materiais e imateriais, sendo estes últimos constituídos, essencialmente, pelo ambiente rural, a paisagem agrícola e o património cultural. Tais recursos são, como é sabido, alvo de crescente procura.

Do ponto de vista meramente empírico, a multifuncionalidade da agricultura corresponde à constatação de que as explorações agrícolas preenchem diferentes funções que vão muito para

⁸ Concluindo, nalguns casos, que a dimensão não mercantil da produção agrícola restaura relações de identidade e de reciprocidade no que respeita à gestão da comunidade e dos recursos, à cultura e à interligação geracional.

além da produção de alimentos e de matérias-primas e das quais podem resultar quer consequências danosas (poluição das águas subterrâneas, perda da biodiversidade, produção de dióxido de carbono, etc.), quer benéficas (facilidades turísticas, protecção da biodiversidade, criação e protecção da paisagem, etc.).

De acordo com a FAO (1999), não existem definições unânimes sobre o carácter multifuncional da agricultura. Contudo, são várias as referências segundo as quais parece existir acordo relativamente ao termo. A definição de multifuncionalidade da agricultura mais comumente referida é a desenvolvida pela OCDE: “[...] a existência de múltiplos outputs, materiais e não materiais, que, em conjunto, são produzidos pela agricultura e o facto de alguns dos outputs não materiais exibirem as características de externalidades ou de bens públicos” (OCDE, 2001:6). A sua concretização traduz-se num conjunto de efeitos múltiplos e interrelacionados, os quais podem ser positivos ou negativos, intencionais ou não intencionais, sinérgicos ou conflituais, possuir ou não valor de mercado (OCDE, 2001).

Ainda que se encontrem diferentes posições e diferentes definições relativamente à noção de multifuncionalidade da agricultura, o seu conceito geral aponta para a produção de mercadorias e de bens públicos e refere-se à contribuição do sector agrícola para um dado território, bem como aos respectivos impactes – económicos, sociais e ambientais – quer sobre esse território e respectivas comunidades, quer sobre a sociedade no seu conjunto.

A definição proposta pela OCDE é, todavia, uma definição a que subjaz uma perspectiva essencialmente económica. Do ponto de vista sociológico, interessará, essencialmente, perspectivar e analisar a multifuncionalidade da agricultura enquanto conjunto de expectativas e de objectivos económicos e sociais que tanto os actores locais, como a sociedade no seu conjunto conferem à agricultura e aos agricultores (Laurent e Rémy, 2004).

Tal implica, desde logo, a necessidade de conhecer e compreender como é que os agricultores percebem o conceito de multifuncionalidade, bem como de comparar as suas percepções sobre o referido conceito com as da sociedade e respectivas expectativas (Aumand, Barthélemy e Caron, 2006). Com efeito, “[...]o [...] entendimento do que motiva e conduz as famílias agrícolas a valorizar as diferentes funções da agricultura pode ter uma indispensável implicação no sentido de melhor orientar as políticas no interesse daqueles que são os seus destinatários” (Petrics, 2007:2). Em termos mais gerais, por conseguinte, a análise das relações entre a agricultura, o

ambiente, a paisagem e a biodiversidade requer o contributo das ciências sociais (Aumand, Barthélemy e Caron, 2006).

A noção de multifuncionalidade está, por outro lado, estritamente relacionada com a de sustentabilidade. Essa relação não é uma questão completamente nova. Com efeito, ela está presente na comunicação da Comissão Europeia “L’avenir du monde rural” (CCE, 1988: 501); na Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992; na Declaração de Cork (1996) e na primeira Reforma da PAC (1992).

Ambas se referem à combinação de aspectos económicos, sociais e ambientais. Contudo, “[...] a multifuncionalidade [refere, essencialmente,] um quadro da agricultura e das [suas] relações [com] a sociedade num dado momento, [...] [enquanto que] a sustentabilidade [pressupõe] imaginar o futuro, [isto é, imaginar] como é que agricultura contribui para um desenvolvimento sustentável futuro. [...] Um agricultor que preenche diferentes funções nem sempre contribui para um desenvolvimento [rural] sustentável. [...] Mas um agricultor que rejeita a função ambiental e social é pouco provável que seja sustentável” (Guillaumin e Dockès, 2007: 1).

Como afirmou na Conferência Europeia de Cork em 1996 Franz Fischler, o então Comissário para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, “a sociedade rural [europeia] é um modelo socioeconómico no seu pleno direito que deve ser preservado no interesse da sociedade europeia como um todo” (Fischler, 1996: 8). Esta afirmação conduziu ao uso crescente da expressão “Modelo Europeu de Agricultura”, o qual foi descrito pela Comissão Europeia em 1999 como tendo por base uma agricultura multifuncional, sustentável e competitiva em toda a Europa, incluindo as áreas rurais confrontadas com dificuldades especiais.

A obtenção de externalidades positivas associadas à produção agrícola ou, por outras palavras, a produção de bens que claramente têm procura, mas que, tradicionalmente, não têm mercado - dado tratar de bens públicos - constitui, em suma, a questão essencial subjacente à importância da multifuncionalidade da agricultura para o conjunto da sociedade. Com efeito, autores há que consideram a multifuncionalidade agrícola “[...] uma alternativa para restaurar o diálogo entre agricultura e sociedade” (Dogot e Lebailly, 2007:1).

...À nova ruralidade e ao desenvolvimento rural sustentável

A atenção actualmente atribuída à multifuncionalidade da agricultura é parte integrante não só do debate em torno da relação da agricultura com a sociedade no seu conjunto, como também da sua contribuição para o desenvolvimento rural.

Segundo Oostindie, Roep e Renting, “o conceito de desenvolvimento rural compreende [hoje] uma abordagem multi-níveis [que confere] particular atenção [à] alteração das interrelações da agricultura com a sociedade; [à] procura de um novo modelo de desenvolvimento para o sector agrícola; [à] redefinição de identidades, estratégias, interrelações e redes ao nível da exploração agrícola; a novas formas e mecanismos de coordenação e de gestão do conflito nos espaços rurais; [às] interrelações entre as políticas e as instituições” (Oostindie, Roep e Renting, 2006: 49, 50).

Em termos de pesquisa e de tradução política, a crescente atenção conferida ao uso múltiplo da agricultura e do espaço rural tem sido debatida segundo duas linhas: a da neo-modernização da agricultura e a do desenvolvimento rural sustentável.

No que respeita ao desenvolvimento rural sustentável, a abordagem da multifuncionalidade da agricultura pode fazer-se a diferentes escalas. Se não vejamos:

À escala da exploração agrícola familiar: abordagem que envolve, muitas vezes, o conceito de pluriactividade (Bryden, 2003); neste caso, são analisadas as interrelações entre a exploração agrícola e o trabalho e o rendimento da família do agricultor, tais interrelações estão frequentemente associadas à economia e à sociedade envolventes. À escala do sector agrícola e da sua importância para o conjunto da região: abordagem segundo a qual a multifuncionalidade da agricultura fornece uma importante contribuição territorial, sobretudo em regiões de pequena escala. E, por fim, à escala da sociedade como um todo: abordagem que aponta para a importância social da ruralidade.

Em 1988, segundo a FAO, entendia-se por desenvolvimento sustentável: “a gestão e conservação da base dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional de molde a assegurar a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras. O desenvolvimento sustentável nos sectores da agricultura, floresta e pescas conserva os recursos terra, água, fauna e flora, não degrada o ambiente, é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável”. (FAO, 1988: 2).

Em 2001, a OCDE, adoptando um ponto de vista económico, afirma, por sua vez, que: “a sustentabilidade [se refere] ao uso dos recursos - humanos, naturais e construídos – de forma a permitir às gerações presentes satisfazerem as suas necessidades sem depauperar a capacidade das gerações futuras virem a preencher as suas. Como tal, a sustentabilidade é um conceito orientado para os recursos; para o longo prazo e para uma perspectiva global. É orientado para os recursos, porque não sabemos que uso as gerações futuras deles farão e que actividades económicas virão a desenvolver com esses mesmos recursos. É, por definição, de longo prazo, porque envolve os interesses das gerações futuras. É inerentemente global, já que o uso sustentável dos recursos por parte de um sector, região ou país, só muito dificilmente se poderá atingir se o uso dos recursos por parte de outros sectores, regiões ou países não for sustentável. O conceito de sustentabilidade, está essencialmente orientado para objectivos, implicando que os recursos devem ser usados de modo a que o valor do total de stock de capital não diminua [...]” (OCDE, 2001: 20).

No que se refere ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do rural, este tem por objectivos, segundo a Agenda 21 das Nações Unidas de 1992, “[...] aumentar a produção de produtos alimentares de uma forma sustentável e [...] garantir a segurança alimentar. Este objectivo implica a promoção de iniciativas educacionais; a utilização de incentivos económicos e o desenvolvimento de novas e apropriadas tecnologias, capazes de garantir fornecimentos estáveis de produtos alimentares; o acesso a esses produtos por parte dos grupos sociais vulneráveis; a produção para o mercado; a criação de emprego e rendimento que aliviem a pobreza; e, finalmente, a gestão dos recursos naturais e a protecção ambiental” (Nações Unidas, 1992: 4).

Em suma, o desenvolvimento rural sustentável traduz-se na gestão sustentável dos recursos em capital humano, social e físico dos territórios rurais. A sua gestão e desenvolvimento constituem o objectivo primeiro do desenvolvimento sustentável.

Com vista a aferir os resultados das diferentes políticas de desenvolvimento rural sustentável, tem vindo a desenvolver-se uma lista de indicadores, susceptíveis de descrever os impactes dessas políticas sobre a sustentabilidade de uma dada região. Esses indicadores procuram cobrir as seguintes categorias: 1) rendimento local e economia regional, com recurso às variáveis percentagem do rendimento regional total e taxa de início de novas actividades; 2) sector agrícola regional e multifuncionalidade da agricultura, com recurso às variáveis número de agricultores,

rendimento proveniente do total das actividades desenvolvidas nas explorações agrícolas, rendimento proveniente da diversificação das explorações agrícolas; 3) coesão e equidade sociais, com recurso à variável taxa de actividade da população; 4) qualidade de vida local, com recurso à construção de uma variável compósita de qualidade de vida; 5) população rural, com recurso à variável estrutura de idades da população e à variável percentagem da população total regional; 6) ambiente local, com recurso às variáveis impacte climático, qualidade da água, uso do solo (Bergmann, Dax, Hovorka e Thomson, 2007).

No actual contexto económico, social e ambiental das sociedades europeias contemporâneas, a multifuncionalidade e o desenvolvimento sustentável - originalmente dois conceitos distintos - apresentam uma clara relação entre si. Os ingredientes dessa relação são: “[...] a morfologia ambiental, a estrutura social, os sistemas agro-alimentares tradicionais, a pequena dimensão das explorações agrícolas, as novas preocupações dos consumidores, a globalização, o *interface* entre o local e o extra-local e o surgimento de novos actores [sociais]” (Guarino, 2007:1).

O *interface* entre o local e o processo de globalização da economia e da sociedade contém em si mesmo a possibilidade de se traduzir na atribuição de um valor acrescentado a práticas agrícolas multifuncionais ligadas ao território, redesenhando - por essa via - uma nova territorialização dos espaços rurais. Nesse processo, o número de consumidores de produtos de qualidade e de amenidades rurais, dispostos a pagar preços mais elevados “[...] por uma percepção de qualidade (seja ela objectiva ou socialmente construída)” (Moreira, 2004:92), constitui uma das principais variáveis da sustentabilidade da multifuncionalidade da agricultura e do rural (Moreira, 2004).

Não existe uma definição clara do que a sustentabilidade significa na prática, mas há, contudo, consenso sobre o facto de a sustentabilidade ser um conceito multidimensional e que envolve, pelo menos, três esferas: o ambiente, a sociedade e a economia. Para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento rural, tem então de se tomar em consideração todas aquelas esferas e equacionar as respectivas relações. A abordagem analítica do desenvolvimento rural sustentável exige, por conseguinte, tomar uma perspectiva integrada que alie objectivos económicos, sociais e ambientais em todos os sectores, constituindo o uso adequado dos recursos não renováveis o seu princípio chave.

Em suma, ao analisar os processos de desenvolvimento rural sustentável importa entrar em linha de conta com o modo como os seus conceitos centrais – o de multifuncionalidade e o de

sustentabilidade - se constituem, explorando o *interface* entre o níveis “local” e “extra-local” e o papel que este último nível pode vir a ter nas dinâmicas de desenvolvimento.

É com a Declaração Europeia de Cork (1996) que a União Europeia introduz a necessidade de se caminhar para o desenvolvimento rural integrado, colocando a ênfase nas políticas respeitantes à sustentabilidade ambiental. No quadro dessa sustentabilidade, a multifuncionalidade da agricultura, argumentam Mardsen e Sonino (2005), não pode ser vista como uma mera “estratégia de sobrevivência”. Ela deve, ao invés, ser vista como instrumento de promoção de economias sustentáveis.

Em termos gerais, o desenvolvimento dos territórios rurais passa, então, segundo Belletti, Brunori, Marescotti e Rossi (2002), pela capacidade de “mudança na conservação”. Mudança que deve assentar nos recursos endógenos naturais, culturais e sociais do rural para gerar actividades económicas capazes de garantir a respectiva sustentabilidade. Todos esses recursos têm papel fundamental no que se pode vir a designar por processo de desenvolvimento “neo-endógeno” (Guarino, 2007).

O termo desenvolvimento “neo-endógeno” procura descrever uma abordagem segundo a qual, para além da importância central conferida às questões do território e à participação dos actores-chave nos processos de desenvolvimento local⁹, se reconhece, explicitamente, aos actores extra-locais a capacidade de fornecer contributos essenciais para esse mesmo desenvolvimento.

Segundo esta abordagem, “o processo de [revalorização local/rural] é [a resultante] do encontro dos recursos internos com os recursos externos, o *loci* onde globalização e territórios se encontram e descortinam forma de os pequenos produtores permanecerem no mercado num processo contínuo de negociação e de acumulação de capital social” (Guarino, 2007: 11). Esse capital social pode ser usado em vários campos, quais sejam, por exemplo, o do turismo, da melhoria da *performance* dos produtos agrícolas ou da imagem crescente do idílico, permitindo ao território “[...] competir num mercado global, focando-se nas diferenças entre diferentes caminhos” (Guarino, 2007: 11).

De entre os vários actores extra-locais, os consumidores urbanos assumem papel fundamental na promoção do desenvolvimento agrícola e rural seja por via do consumo de alimentos típicos e de proveniência local, seja por via de outros novos consumos do rural. Na percepção dos

⁹ Refira-se que estas questões estavam já presentes na problemática do desenvolvimento endógeno.

consumidores urbanos, aquele tipo de alimentos possui uma qualidade intrínseca ou uma segurança e autenticidade (Truninger, 2010). A conservação dos recursos associados aos novos consumos do rural constitui, assim, um aspecto essencial dos respectivos processos de desenvolvimento sustentável.

A multifuncionalidade, ao concorrer para que o espaço rural preencha as referidas novas funções – alimentos de qualidade, lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, ordenamento e gestão do território, entre outras -, pode vir a contribuir para revalorizar quer a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura. Para que a integração das explorações agrícolas numa estratégia coerente de maximização dos recursos locais seja bem sucedida, é, no entanto, decisivo o concurso de processos de inovação social. Com efeito, “a inovação social é crucial na criação de um ambiente mais estimulante e reactivo para a multifuncionalidade da agricultura” (Oostindie, Roep e Renting, 2006: 68).

A concretização de uma estratégia coerente de maximização dos recursos dos territórios rurais, conducente à promoção das bases necessárias a um desenvolvimento rural sustentável, está, ainda, dependente da emergência de um contexto social e cultural favorável quer por parte dos actores sociais locais, quer por parte dos consumidores urbanos do rural e da ruralidade.

O desenvolvimento rural sustentável implica a articulação entre as várias dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade social, a sustentabilidade ambiental e, mais recentemente, a sustentabilidade institucional (a dimensão do exercício da cidadania e da governação, por parte de todos os actores sociais implicados nos processos de desenvolvimento) e, numa primeira fase, carece de apoios e incentivos por parte dos poderes públicos.

Estes últimos, pelas razões já discutidas, devem pensar as políticas públicas no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento rural que contemple a agricultura. Só assim é possível gerir e controlar os impactes da produção agrícola sobre o ambiente quer nas regiões onde a agricultura intensiva tem sido dominante, quer nas regiões onde se verifica um crescente processo de despovoamento e de desertificação física, por abandono da actividade agrícola.

Os riscos ambientais resultantes do abandono de formas de agricultura benéficas para a conservação da biodiversidade (o abandono da agricultura tradicional ou da agricultura extensiva, por exemplo) são, em muitos casos, muito maiores do que os resultantes da prática de uma agricultura intensiva. Com efeito, a subutilização da terra agrícola ou o seu abandono podem

acarretar consequências desastrosas para os ecossistemas e, por consequência, para o ambiente natural.

Em suma, é necessário que os sistemas territoriais rurais sejam encarados enquanto ecossistemas cuja ordem actual é o resultado histórico da interacção entre o elemento humano e o ambiente. Tal interacção contribuiu, ao longo do tempo, para a existência de uma biodiversidade específica e para um sistema sociocultural, também ele, específico.

Como já referido, desde, *grosso modo*, a Reforma da PAC de 1992 que, explicitamente, se tem vindo a reconhecer à agricultura a tarefa de preencher novas funções associadas a novas necessidades sociais e ambientais, com particular destaque para estas últimas. Com o surgimento da política de agro-ambientalização da agricultura europeia, a agricultura perdeu “o estado de graça” que, em termos representacionais, detinha relativamente às suas consequências sobre o ambiente. Um novo paradigma emerge: o da agricultura sustentável. Uma agricultura que, a partir das suas múltiplas funções económicas, sociais e ambientais, possa vir a constituir um contributo importante para o desenvolvimento rural sustentável.

A análise e a discussão em torno do potencial contributo da agricultura multifuncional para o desenvolvimento agrícola e rural sustentável revestem-se, então, de primordial importância. A conjugação e a diversificação de actividades protagonizadas pelo sector agrícola não constituem, por si mesmas, uma novidade. No período anterior ao predomínio da agricultura capitalizada ou industrializada, muitos agricultores - mais precisamente muitos camponeses - conjugavam a actividade desenvolvida nas respectivas explorações agrícolas com um conjunto de outras actividades – venda directa dos respectivos produtos, transformação dos produtos na exploração agrícola, produção de bens artesanais, etc. A novidade, essa, reside no tipo de procura social que as sociedades contemporâneas exercem sobre a agricultura e sobre o espaço rural. Tal procura traduz-se, sobretudo, na procura da conservação da natureza, da paisagem e do ambiente, para efeitos de lazer.

A questão da diversificação e do preenchimento de outras funções - que não fundamentalmente as funções económicas tradicionais - por parte da agricultura parece ter consolidado o respectivo percurso¹⁰, instituindo-se como uma das temáticas centrais quer em termos do discurso, quer em

¹⁰ Refira-se que, antes mesmo da consagração da importância actualmente conferida à multifuncionalidade agrícola, o sector da designada agricultura pluriactiva que fora, durante a maior parte da vigência da

termos da tentativa de adopção de um conjunto de outro e diferenciado tipo de políticas para o sector, por parte da UE. As razões para tal são bem conhecidas e variam desde as de ordem económica (o problema dos excedentes agrícolas e dos acordos internacionais) às de ordem ambiental.

Como explicitamente reconhece a Política de Desenvolvimento Rural da UE, “é preciso manter um número suficiente de agricultores na terra. Não há outra forma de preservar o ambiente natural, as paisagens tradicionais e um modelo de agricultura baseado na exploração agrícola familiar como pretendido pela sociedade em geral” (Com(91) 100: 9 e 10, citado por Lowe, 1992:7). Num artigo com o sugestivo título de “A Política Agrícola Comum e a Re-invenção do Rural”, John Gray aponta para o facto de, “[...] contrariamente à trajectória do debate académico no sentido da des-espacialização do rural, houve na formação da Comunidade [Europeia] e na construção da sua política agrícola comum uma continuada reinvenção do rural como tipo distintivo de espaço(s)” (Gray, 2000: 31).

Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios rurais, refiram-se, por fim, os principais contributos potenciais da agricultura multifuncional no plano ambiental, social e económico, tanto ao nível local como ao nível global.

No plano ambiental a nível local, a agricultura multifuncional pode contribuir para a prevenção da erosão do solo, a manutenção da paisagem e a preservação do ambiente e da biodiversidade locais. No plano ambiental a nível global, para a manutenção e a defesa do património genético e da biodiversidade, a exploração sustentável dos recursos, a manutenção do equilíbrio ecológico do ecossistema agrário, a garantia de segurança alimentar, a manutenção do capital natural e a contribuição para a defesa do ambiente em geral.

No plano social a nível local, o exercício da multifuncionalidade agrícola pode contribuir para a viabilidade do rural e respectiva qualidade de vida, a coesão social da comunidade, o surgimento de novas oportunidades de emprego da mão-de-obra agrícola, a identidade e boa imagem do território, a promoção de sinergias, a manutenção do património construído e dos saberes locais tradicionais e a fixação da população. No plano social a nível global, para a biodiversidade cultural, a diversidade dos sistemas de produção agrícola e a produção de bens públicos.

primeira PAC, considerado como “concorrente desleal” da então designada agricultura moderna, passara a ser encarado como capaz de contribuir para a mitigação de alguns dos problemas resultantes do “sucesso” da referida política. Com efeito, é forte a relação entre pluriactividade e multifuncionalidade.

No plano económico a nível local, a diversificação de actividades por parte da agricultura pode melhorar os rendimentos das famílias agrícolas, aumentar o emprego directo na exploração agrícola, diminuir a “subsídio-dependência”, contribuir para a tomada de atitudes empresariais, contribuir para a diversificação económica e para a dinamização do mercado local. No plano económico a nível global, para estabilizar numericamente a população rural; criar emprego rural; contribuir para a qualidade e a diversificação da produção agrícola; contribuir para a competitividade dos territórios rurais.

A sustentabilidade de que a multifuncionalidade da agricultura é uma das componentes não deve, contudo, ser encarada como um estado fixo, mas antes como um processo dinâmico e de mudança, o qual, por sua vez, é - em grande medida - tributário das agendas económicas, sociais e políticas da sociedade como um todo.

2.5. Notas Finais

Do conjunto da bibliografia trabalhada, retenhamos, em jeito de síntese, alguns temas e problemas provenientes das contribuições mais produtivas e estimulantes para o debate acerca da relação entre agricultura, ruralidade e desenvolvimento sustentável.

Segundo Buttel, em 1980 “as contribuições decisivas para a [...] sociologia rural foram, em larga medida, exógenas: a apropriação das ferramentas teóricas da sociologia do desenvolvimento e dos estudos camponeses [...], a fortuita «redescoberta» de uma vasta literatura da antropologia e da economia política clássica da agricultura (de Kaustsky, Chayanov e Lenine) por pessoas como Goodman e Redclieft (1981) e Teodor Shanin (1987) [...] e a relacionada entrada fortuita de sociólogos não rurais (por exemplo, Howard Newby, Susan Mann, Harriet Friedman, William Friedland) na sociologia rural e na sociologia da agricultura. [...] O neo-Marxismo, [por seu turno], foi particularmente relevante para o aumento da crítica e do descontentamento em relação às políticas de modernização agrícola e rural” (Buttel, 2001: 167).

A literatura mais recente, segundo o mesmo autor, “[...] dá conta de alguns dos temas-chave – [a relação] do «global» com o «local», o dualismo sociedade-natureza, [os processos de] homogeneização/resistência, etc.” (Buttel, 2001: 177).

No caso português, “um olhar e pensar heterodoxos sobre o território, a sociedade rural e o agro nacional dependem quer de elementos que questionem visões já petrificadas quer de conceitos

estimulantes da reflexão e da observação. [...] Para *re-ver* a agricultura, os conceitos de produção integrada, produtos agrícolas funcionais, economia das convenções, sistema agroalimentar localizado, descontextualização social da agricultura; para *re-conceber* o território, as noções de competitividade territorial, redes densas de valor acrescentado, economia de especificidades e de interdependências” (Portela, 2003: 16, 17).

O actual debate sobre o rural e sobre a realidade que lhe subjaz teve início nas duas últimas décadas do século XX e foi conduzido pela problematização do modelo agrícola até então seguido, na sequência do processo de desagriculturização dos espaços rurais enquanto produto da modernização agrícola e do acentuar, sobretudo a partir dos anos 80, de sucessivas crises estruturais na agricultura. Tal debate tem vindo a saldar-se pela necessidade de contemplar a questão da (re)valorização do rural e, mais especificamente, de certas formas de agricultura.

A relevância sociológica do rural assenta, hoje, em larga medida, no facto de ele assumir, cada vez mais, “ um valor que [...] tem muito a ver com a função [que desempenha] na construção das identidades nas sociedades postindustriais, [...]. [...] O seu carácter *representacional* [...] [serve] de referente a modos alternativos de organização da vida social, fundamentalmente no que diz respeito a uma maior sociabilidade e qualidade de vida” (Fernandéz, 2006: 129) (sublinhado do autor). O rural converteu-se “[...] numa etiqueta de valor no plano simbólico e patrimonial, através de critérios ambientais e de sociabilidade” (Fernandéz, 2006: 121).

Discutidos que foram os principais temas e eixos de análise do debate em torno da agricultura e da ruralidade no contexto do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, tomem-se, então, os que se revelam mais profícuos para a análise da agricultura e do rural no Portugal do século XXI. Por outras palavras, retenham-se os principais temas e problemas e respectivos eixos conceptuais que conduziram a análise do material empírico carreado e trabalhado, bem como a problematização dos resultados.

De entre os temas e problemas relativos às novas funções cometidas à agricultura e ao rural; à actual representação social dominante da ruralidade; às questão do ambiente, em geral, e do ambiente rural, em particular; ao papel da multifuncionalidade agrícola e rural; ao concurso da agricultura ou - mais precisamente - de certas modalidades de agricultura para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, centre-se o teor destas notas finais, na questão que, hoje, convoca, aglutina e sintetiza, em maior ou menor grau, todos os referidos temas e problemas, com vista a aprofundar e a problematizar um pouco mais alguns dos seus aspectos. Referimo-nos

à questão do desenvolvimento rural sustentável enquanto corolário de um novo paradigma de desenvolvimento, assente no que se designa por modernização ecológica da agricultura e do rural. Como argumentado, o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais não dispensa o concurso da agricultura. Com efeito, a agricultura, pese embora o acentuar do processo de diversificação dos espaços rurais, conserva ainda importância do ponto de vista social e simbólico, constituindo, em muitos casos, - no contexto económico, social e ambiental das sociedades contemporâneas - base fundamental para a multifuncionalidade do rural, sobretudo no que aos países da Europa do Sul diz respeito. Desde 1992 que as políticas da UE para o sector vêm procurando, entre outros aspectos, responder às novas procuras da sociedade no que respeita à utilização do espaço rural, tendo vindo a materializar-se, no que respeita à agricultura, num conjunto de medidas relativas à multifuncionalidade à agro-ambientalização.

As políticas relativas à promoção da multifuncionalidade da agricultura – mas também do rural - tendem, no contexto da globalização das economias e das sociedades actuais, a produzir uma nova valorização da agricultura e do território e, por essa via, a criar uma nova estrutura de oportunidades económicas e identitárias para o rural.

Quando se evoca a importância das três componentes principais da multifuncionalidade da agricultura - a económica, a ambiental e a social – está-se, no fundo, a reconhecer à agricultura a produção simultânea de diferentes bens e serviços. Com efeito, “o reconhecimento do carácter multifuncional da agricultura sustenta a pluriactividade do agricultor ou do produtor, garante a segurança sanitária dos alimentos, constitui agente da conservação do meio ambiente, é engenheiro do ordenamento do território e operador económico capaz de estimular o emprego nas zonas rurais” (Hervieu e Abis, 2006: 18).

Constituindo a promoção da multifuncionalidade uma das componentes essenciais do processo de revalorização de grande parte dos territórios rurais portugueses, impõe-se aprofundar alguns aspectos mais que balizam o debate em torno do seu efectivo processo de concretização.

Em muitos casos, a defesa e a promoção da multifuncionalidade não entram em linha de conta quer com os custos económicos provenientes do processo de reconversão da agricultura à modalidade em causa, quer com a respectiva viabilidade ou, ainda, com a compatibilidade entre as diferentes actuações comunitárias. A recuperação de técnicas tradicionais de agricultura que no passado se consideravam retrógradas conduz a custos económicos expressivos, para além de implicar uma mudança nos consumidores habituados a produtos agrícolas “industriais”.

A estas questões há que adicionar ainda o conhecimento insuficiente ou, nalguns casos, a ausência de conhecimento da realidade sobre a qual incidem as políticas relativas à multifuncionalidade da agricultura e do rural, o que resulta na aplicação de políticas homogêneas em âmbitos de grande diversidade paisagística e estrutural ou, inclusivamente, na adopção de iniciativas com objectivos contraditórios. Em suma, sob este ponto de vista, um dos maiores desafios que se colocam aos territórios rurais - particularmente aos dos países da Europa do Sul - residirá na continuidade efectiva - sob os efeitos da PAC e da PARC - do carácter multifuncional da agricultura.

Por outro lado, se bem que desde 1990 o conceito de desenvolvimento sustentável esteja presente em diferentes políticas sectoriais da UE, “as ambiguidades inerentes [ao referido conceito] dão lugar a continuadas controvérsias políticas e científicas e a reinterpretações [...] que se traduzem numa variedade de significados, evidenciando as variantes de interesses [subjacentes ao] discurso dos respectivos participantes” (Bruckmeir e Tovey, 2008: 314).

Ora, sendo o rural e a ruralidade - ao nível do actual discurso europeu - parcialmente definidos de forma relacional (por relação ao urbano) e em parceria, mas também, em parte, subsumidos na economia política regional europeia, outra questão se coloca, qual seja a de saber “[...] como é que, [em tais circunstâncias], a ruralidade e os interesses rurais [...] [se podem construir] localmente no [âmbito] das instituições regionais responsáveis pelo desenvolvimento e [pela aplicação] de políticas [...] com implicações espaciais” (Richardson, 2000: 66).

Por outras palavras, interrogar “que interesses serão excluídos ou marginalizados ao longo do percurso? [ou, ainda,] [...] qual o lugar da ruralidade nos debates sobre o desenvolvimento?” (Richardson, 2000: 67). Com efeito, parafraseando o autor citado, se a hegemonia urbana sobre a política espacial da UE acabar por prevalecer, a construção da(s) ruralidade(s), por parte dos diferentes territórios locais, corre o risco de não sobreviver, de - em suma - não ser sustentável (Richardson, 2000).

A este respeito, vale a pena reter a distinção entre ruralidade como localidade e ruralidade como representação social. Em matéria de políticas para o sector agrícola e rural, a UE tem adoptado a noção de ruralidade como representação ou a noção de ruralidade como localidade, consoante se trate da produção das referidas políticas ou da análise das localidades rurais que resultam dos efeitos da aplicação concreta dessas medidas (Gray, 2000).

Mercê da atenção hoje conferida aos recursos naturais não renováveis, enquanto elementos de primordial importância da noção de sustentabilidade, as áreas rurais estão particularmente vocacionadas para servir de referência em matéria de sustentabilidade, “[...] já que [é nelas, principalmente,] que os recursos naturais e os ecossistemas ao serviço da sociedade se localizam” (Bruckmeier e Tovey, 2008: 316).

Com efeito, o debate sobre o paradigma da sustentabilidade no que, em particular, ao meio rural diz respeito permite “[...] clarificar como se criam *novas bases de recursos*, como o irrelevante [na óptica do paradigma da modernização] se torna em valor e como, depois de combinado com outros recursos, [...] se orienta para novas necessidades, perspectivas e interesses” (Van der Ploeg, Renting, Brunori, Knickel, Mannion, Marsden, De Roest, Sevilla-Guzmán e Ventura, 2000: 398, sublinhado dos autores). Ou, ainda, permite “[...] [a] combinação do «velho» com o «novo»” (Van der Ploeg, Renting, Brunori, Knickel, Mannion, Marsden, De Roest, Sevilla-Guzmán e Ventura, 2000: 400).

Daqui resulta que a problemática associada ao desenvolvimento rural sustentável não pode dispensar a importância da agricultura para o referido desenvolvimento. Conquanto os processos de desenvolvimento rural envolvam muitas categorias de actores sociais, “[...] [é de rejeitar] a noção de que [aquele] apenas pode continuar através da «expropriação» da agricultura; [...] [hoje] os agricultores procuram formas de reduzir elevados níveis de *inputs* externos e tentam desenvolver novas formas de cooperação entre si ou de pluriactividade na base de circuitos não-mercantis” (Van der Ploeg, Renting, Brunori, Knickel, Mannion, Marsden, De Roest, Sevilla-Guzmán e Ventura, 2000: 401, 402).

Segundo os autores citados, “[...] a velha e bem conhecida *resistência camponesa* reemerge no contexto do desenvolvimento rural e fornece o capital social tão urgentemente necessário para um «campo em melhores condições para ser vivido»” (Van der Ploeg, Renting, Brunori, Knickel, Mannion, Marsden, De Roest, Sevilla-Guzmán e Ventura, 2000: 401, 403, sublinhado dos autores). Por outras palavras, a emergência daquele tipo de práticas pode ser vista como um processo conducente a uma espécie de retorno à lógica camponesa, por parte das explorações agrícolas europeias, ao mesmo tempo que lhes desenha os contornos de uma nova identidade.

O paradigma do desenvolvimento rural sustentável tem sido alvo de várias controvérsias. Resumidamente, registam-se duas posições principais: ora é considerado uma nova forma de produção de nicho no contexto global de liberalização e de continuado agroindustrialismo – é o

caso para alguns economistas agrários -, ora é tomado como retorno à uma lógica camponesa post-moderna, através da qual se iniciam processos de desenvolvimento rural endógeno (Marsden, 2009).

O desenvolvimento sustentável mais não é do que o corolário das teorias da modernização ecológica, as quais emergem como resultado do papel assumido pela questão ambiental nas sociedades contemporâneas. Tais teorias “[constituem] significativo desafio teórico e empírico quer para a sociologia rural, quer para a campo mais alargado das ciências sociais do ambiente” (Marsden, 2004: 132). Não tendo sido a sociologia rural das sociedades avançadas muito produtiva em matéria de estudos sobre o desenvolvimento, “[...] uma [abordagem] teórica e conceptual baseada na teoria social sobre o ambiente, pode [apoiar] a sociologia rural contemporânea a [progredir] na respectiva agenda [designadamente, em termos metateóricos] (Marsden, 2004: 129,130).

Se, durante os anos 80 e 90, a sociologia rural assentou no desenvolvimento de intensa e efectiva crítica ao projecto de industrialização/modernização dos finais do século XX, particularmente no que dizia respeito ao complexo agro-alimentar, hoje a sociologia rural precisa de “[...] reconstruir e desconstruir modelos e enquadramentos [...] [de forma a ver] como é que se pode funcionar em moldes diferentes e mais socioecológicos no espaço e no tempo. [Precisa] de visualizar e de articular [novos] projectos de mudança. [...] [Precisa] de temas integrativos [...] que possam conduzir a um empenhamento mais robusto e teoricamente [fundamentado] entre a sociologia rural e a sociologia do ambiente, [...] [de forma a] não apenas dar sentido às «novas ruralidades» com que nos confrontamos, como também a [...] interpretações críticas [por parte de] ambas [as sociologias]” (Marsden, 2004: 133).

Com efeito, “confrontados com [...] o inesperado, podemos continuar a confiar no aparelho teórico existente? É necessário proceder à revisão constante das teorias e das metodologias [da sociologia rural]” (Portela, 1994: 32). Em trabalho posterior, o mesmo autor, referindo-se especificamente a Portugal, reforça esta questão, afirmando que “um olhar e pensar heterodoxos sobre o território, a sociedade rural e o agro nacional dependem quer de elementos que questionem visões já petrificadas quer de conceitos estimulantes da reflexão e da observação. [...] Para *re-ver* a agricultura, os conceitos de produção integrada, produtos agrícolas funcionais, economia das convenções, sistema agroalimentar localizado, descontextualização social da

agricultura; para *re-conceber* o território, as noções de competitividade territorial, redes densas de valor acrescentado, economia de especificidades e de interdependências” (Portela, 2003: 16 e 17). No que mais especificamente diz respeito à necessária relação entre a sociologia rural e a sociologia do ambiente, que a análise da situação actual da agricultura e do rural convoca, Frouws e Mol (1999) sugerem que a sociologia do ambiente “ [...] parece [...], com efeito, capaz de ter um «poder formativo» no desenvolvimento da sociologia rural. A sua contribuição é especialmente valiosa para a clarificação de todo o impacte da questão ambiental na reconstrução tecnológica e institucional da agricultura e para tratar das respectivas implicações sociais, políticas e económicas” (citados por Marsden, 2004: 133). A sociologia do ambiente contribui, ainda, para a incorporação do retorno da questão territorial na sociologia rural.

Marsden vai mais longe do que os referidos autores ao afirmar que, “[porque] o domínio rural [se está a tornar] num campo central para a exploração do significado e do papel dos debates sociais sobre a natureza, [...] [tal] pode representar uma nova fonte de conexões críticas e criativas entre a teoria social sobre o ambiente, representada, [designadamente], pela modernização ecológica, e uma sociologia rural [socialmente] empenhada, mais pluralista e mais aberta” (Marsden, 2004: 130). Todavia, alerta-nos o autor, uma sociologia rural da modernização ecológica e do desenvolvimento está, segundo ele, “[...] ainda muito na sua infância e mais ligada à marginalização e à dependência do que [...] ao desenvolvimento” (Marsden, 2004: 144).

Encerram-se estas notas finais propondo – preconizando – a promoção, com o concurso da sociologia do ambiente, do diálogo entre as principais perspectivas que hoje balizam a análise do rural, com vista a ancorar as linhas de aprofundamento de uma abordagem sociológica da agricultura e da ruralidade nas sociedades europeias contemporâneas.

No actual contexto político, económico, social e ambiental da União Europeia, tal aprofundamento ganhará, ainda, em contemplar e em problematizar a situação da agricultura e do rural nos países da Europa do Sul à luz das respectivas potenciais “vantagens comparativas”, por relação aos países da Europa do Norte e do Centro. Tais “vantagens comparativas” remetem, em alguma medida, para o “atraso” na aplicação do modelo de modernização agrícola saído da primeira PAC, por parte desses países.

Em suma, a abordagem sociológica da ruralidade contemporânea ganhará, ainda e também, com a “fertilização” proveniente de uma reflexão que equacione a situação da agricultura e do rural nos países da Europa do Sul como laboratório potencial de inovação social, ao invés de a

perspectivar como marginal e dependente, no que às limitações do respectivo desenvolvimento diz respeito.

Capítulo 3. A AGRICULTURA E O ESPAÇO RURAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E NA POLÍTICA AGRÍCOLA E RURAL COMUM

3.1. A Reforma da Política Agrícola Comum de 1992

3.1.1. Contexto Histórico e Político da Reforma da Política Agrícola Comum de 1992

Com o objectivo de assegurar a auto-suficiência alimentar e de diminuir a dependência externa de produtos de origem agrícola, os então seis Estados-membros da Comunidade Económica Europeia assinaram, em 1957, o Tratado de Roma o qual, no capítulo agrícola, instituiu a primeira política europeia: a Política Agrícola Comum (PAC). Sucintamente, os objectivos fundamentais da PAC assentavam no aumento da produtividade agrícola, na promoção do nível de vida e do rendimento dos agricultores e na garantia do abastecimento de bens alimentares e a preços razoáveis aos consumidores (nº 1 do artigo 33º do Tratado de Roma).

Os três princípios que guiaram a concepção da PAC – unicidade do mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira – visavam dar corpo à ideia europeia e aumentar a produção agrícola. Com vista a atingir aqueles princípios, instituiu-se uma organização comum dos mercados agrícolas. Cada actividade agrícola enquadrava-se na respectiva Organização Comum de Mercado (OCM). O instrumento privilegiado pelas Organizações Comuns de Mercado (OCM) foi a garantia de preços aos agricultores. Sublinhe-se que, neste estágio, a PAC conferia um papel muito marginal aos aspectos sócio-estruturais da agricultura. O seu impacto sobre as estruturas agrárias foi, todavia, considerável, conduzindo ao desenvolvimento de um modelo de exploração agrícola produtivista ou intensivo (Jollivet e Eizner, 1996).

Os primeiros indícios de crise da PAC surgem no início da década de 70 do século passado. Como refere Mormont (Mormont, 1994), se a PAC entrou em crise, não é por ter fracassado economicamente, mas por ter tido demasiado êxito.

A partir da década de 70, os excedentes agrícolas aumentaram consideravelmente e, por consequência, os respectivos custos orçamentais: compras por intervenção, despesas de armazenagem e restituições à exportação¹¹. Os *stocks* reguladores da estabilidade dos preços

¹¹ A restituição à exportação consiste no pagamento ao exportador da diferença entre o preço mundial e o preço institucional comunitário.

agrícolas converteram-se em excedentes nas principais produções agrícolas comunitárias (cereais e carne de bovino, entre outras), assumindo, progressivamente, custos in comportáveis.

Tal facto conduziu a Comunidade Europeia (CE) a aumentar as verbas destinadas às subvenções à exportação dos seus produtos agrícolas, uma vez que os preços do mercado mundial eram inferiores aos pagos aos agricultores comunitários. Esta questão constituiu uma das principais causas do diferendo entre a CE e os EUA, tendo-se traduzido no arrastamento das negociações do GATT (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), já que os subsídios às exportações, provenientes dos países da CE, originavam distorções no mercado internacional.

O compromisso de reduzir em 21%, durante um período de 6 anos, as exportações agrícolas que beneficiassem de restituições financeiras, acordado nas negociações do GATT, reclamava, em larga medida, a necessidade de proceder a uma reforma da PAC. Tal reforma passaria por uma gradual atenuação do proteccionismo conferido pela CE ao respectivo sector agrícola, através, designadamente, da redução dos preços dos produtos agrícolas, de molde a aumentar a competitividade do sector em termos mundiais.

A conjugação desta questão com outros aspectos foi, também ela, apontando para a necessidade de se proceder à reforma dos princípios e das regras da PAC.

Com efeito, apesar dos elevados custos orçamentais da PAC (cerca de 50% do orçamento total da CE), o rendimento médio dos agricultores continuava abaixo do auferido noutros sectores de actividade. A este facto, acrescia uma distribuição pouco criteriosa dos apoios. Viladomiu (Viladomiu, 1994) refere, a este respeito, que 80% dos gastos do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) se destinaram a, apenas, 20% dos agricultores, essencialmente aos detentores de grandes explorações e aos produtores de produtos continentais ou tradicionais da CE.

Os consumidores europeus, por seu turno, ao pagarem os produtos agrícolas a preços superiores aos do mercado mundial, foram, progressivamente, evidenciando o seu desagrado, tanto mais que encararam a medida relativa às subvenções à exportação como um subsídio inútil aos excedentes agrícolas, um subsídio que patenteava o desfazamento entre a produção e as necessidades reais em matéria de produtos agrícolas.

Os processos de intensificação, de especialização e de concentração excessivas da produção, encorajados pela PAC, traduziram-se em efeitos perversos não só em termos ambientais, como

em termos sociais e territoriais. Os seus impactes negativos faziam-se, ainda, sentir na qualidade dos produtos agrícolas.

Com efeito, a alteração das práticas e das técnicas agrícolas, resultante da aplicação da PAC, teve um significativo impacte sobre o ambiente, ao ponto de se questionar a própria reprodução agrícola de alguns espaços (regiões) da CE. Refira-se a este propósito a erosão e a redução da fertilidade dos solos, a poluição das águas subterrâneas, a diminuição da resistência dos agro-ecossistemas e o empobrecimento da diversidade genética (biodiversidade), a presença de resíduos tóxicos nos produtos agrícolas, a uniformidade da paisagem, etc. Estes factos tiveram origem, em larga medida, na crescente utilização de produtos químicos, na criação intensiva de animais, no aumento da dimensão das explorações e na modificação das respectivas infra-estruturas e, por outro lado, no abandono e na marginalização de muitas explorações agrícolas.

Os problemas da PAC, surgidos no decurso dos anos 80, podem então, esquematicamente, ser recenseados em quatro grandes tipos, a saber:

1. Limites sociais, traduzidos na diminuição considerável do número de explorações na CE, diminuição que favoreceu a manutenção ou o crescimento do rendimento agrícola individual, se bem que não tenha evitado a irregularidade registada na evolução dos rendimentos individuais dos agricultores, durante os anos 80;
2. Limites relativos ao ordenamento do território, observáveis no favorecimento de especializações regionais em detrimento de outro tipo de ocupação do espaço rural;
3. Limites ambientais, traduzidos na degradação da qualidade das águas subterrâneas, em consequência do aumento do uso de nitratos, na erosão dos solos, na acumulação de resíduos provenientes de práticas culturais intensivas, nos riscos para a saúde quer dos trabalhadores agrícolas, quer dos consumidores, provenientes do emprego massivo de produtos fitossanitários, na destruição de *habitats* de fauna e de flora e na degradação das paisagens tradicionais;
4. Limites orçamentais, repercutidos num orçamento que canalizava cerca de 50% do total do orçamento comunitário.

Os limites orçamentais de tal política deixam já antever a importância que, doravante, assumirá a coesão económica e social do espaço da CE. A PAC gerou uma agricultura a duas velocidades, com graves desequilíbrios regionais. Com a sobre-exploração das regiões mais desenvolvidas, onde a agricultura industrializada beneficiava da fracção mais importante do total das ajudas

económicas, coexistia a sub-exploração das regiões periféricas desfavorecidas, cuja agricultura, marginalizada, não permitia fixar as respectivas populações conduzindo, conseqüentemente, ao abandono das respectivas terras.

Estas últimas regiões, mais do que penalizadas pelas suas desvantagens vinculadas às condições naturais como sejam o solo, o clima e o relevo, são-no fundamentalmente pela sua distância física e social relativamente aos pólos ou aos centros industriais da Europa. Neste contexto, assiste-se progressivamente a uma deslocalização da produção agrícola para algumas regiões em detrimento de outras, processo que Mormont (Mormont 1994) define como o da desterritorialização da agricultura.

A articulação desta questão com a da dualidade da agricultura europeia, fez com que os diferentes países da CE fossem exprimindo, por intermédio de argumentos distintos e, por vezes, mesmo contraditórios entre si, as razões do seu descontentamento. Os países do Sul exprimiram a sua preocupação com a desvantagem comparativa das respectivas produções agrícolas, relativamente às provenientes da agricultura centro-continental. A Inglaterra, dada a reduzida importância do respectivo sector agrícola, discordava da distribuição dos custos orçamentais. A Alemanha, embora pretendendo continuar a assegurar a protecção aos respectivos agricultores, não aceitava realizar esforços orçamentais suplementares. A França - o maior produtor agrícola europeu -, perante quaisquer possíveis ameaças ao respectivo sector agrícola como as potencialmente resultantes do alargamento da CE e da concretização dos acordos do GATT, por seu turno, não pretendia abdicar dos direitos adquiridos.

3.1.2. As primeiras reformas da Política Agrícola Comum

Data de 1968 a primeira proposta de reforma da PAC:: o “Memorando sobre a Reforma da PAC” ou Plano Mansholt, o qual visava combater a acumulação dos excedentes e reduzir os respectivos custos orçamentais, privilegiando as explorações agrícolas mais eficientes, reduzindo preços e procedendo à retirada de terras aráveis para fins florestais ou de conservação (Cordovil et al., 2004: 43). A forte contestação que tal proposta teve, por parte das organizações de agricultores, conduziu à sua não aplicação.

Nos anos 70, por seu turno, foi reconhecida “(...) a necessidade de reforma das estruturas agrícolas e do papel da agricultura na manutenção do espaço natural” (Cordovil et al., 2004: 37).

O primeiro programa de assistência às regiões de montanha e às zonas com desvantagens naturais e o programa de modernização das explorações agrícolas, regulados pela Directiva do Conselho, datada de 28 de Abril de 1975, e pela Directiva do Conselho, datada de 17 de Abril de 1972, respectivamente, vêm reconhecer, por um lado, a necessidade de ter soluções diferenciadas segundo as regiões e, por outro, a função fundamental que a agricultura de algumas das regiões desfavorecidas desempenha na manutenção do espaço rural (Cordovil, Dimas, Alves, Baptista, 2004).

Das intervenções subsequentes são de destacar: a imposição, em 1979, das taxas de co-responsabilidade que penalizam os agricultores em caso de sobreprodução no sector do leite e dos cereais; a imposição, em 1984, de um sistema de quotas leiteiras; a criação, em 1988, do regime de estabilizadores de mercado, através do qual são estipuladas, para as diferentes OCM, as quantidades máximas asseguradas por preços de garantia.

Para adequar as explorações agrícolas ao conjunto de medidas destinadas ao controlo da produção, desencadearam-se, ainda, pequenas alterações na política de estruturas. Essas alterações foram consignadas no Reg. 797/85. Mais tarde, em 1987, concretizaram-se as primeiras ajudas financeiras destinadas a fomentar a reconversão e a extensificação da produção, sucedidas, em 1988, pelos apoios concedidos à retirada das terras (*set-aside*) e ao abandono antecipado da actividade agrícola (pré-reforma dos agricultores).

Em 1988 é elaborado pela CE um importante documento intitulado o *Futuro do Mundo Rural*. Nesse documento apontam-se as principais tendências e os problemas-tipo dos espaços rurais europeus e expressam-se as preocupações centrais do desenvolvimento futuro desses espaços. Inicia-se, então, uma significativa mudança no discurso comunitário sobre a agricultura e os espaços rurais europeus.

Com efeito, a questão do desenvolvimento agrícola vai dando lugar à questão do desenvolvimento rural e da melhoria dos rendimentos dos agricultores. Através do fomento da pluriactividade, a actividade agrícola passa a ser delineada como uma, entre outras, das actividades que operam no espaço rural, deixando o desenvolvimento desse espaço de se basear exclusivamente no desenvolvimento da agricultura. Assinale-se, ainda, a crescente preocupação com as questões ambientais directamente articuladas com a actividade agrícola. A este respeito refira-se a publicação, também em 1988, do documento da Comissão intitulado *Agricultura e Ambiente*, no qual se realçam os problemas ambientais do desenvolvimento agrícola.

Não obstante essa assinalável mudança discursiva, os apoios financeiros, com vista a perseguir os objectivos delineados nos referidos documentos, foram pouco expressivos. Por um lado, a secção Orientação do FEOGA, destinada a financiar tais objectivos, representava, apenas, 5% do estipulado para o total do respectivo orçamento. Por outro lado, as medidas consignadas naqueles objectivos concretizar-se-iam em regime de co-financiamento com os Estados-membros, aos quais caberia financiar cerca de 50% do financiamento total. No caso das regiões desfavorecidas, a contribuição dos Estados-membros baixava para 25%.

Apesar das referidas mudanças introduzidas na PAC, a partir dos anos 80 os objectivos relativos à redução dos preços agrícolas, à diminuição da produção e à contenção orçamental não foram atingidos. Ao longo dos anos 80, a agricultura europeia demonstrou uma enorme capacidade de adaptação às novas regras. O exemplo mais elucidativo dessa adaptação foi o do rápido crescimento da produção de produtos não submetidos a qualquer tipo de restrições (veja-se o caso das oleaginosas e da carne bovina).

Perante a queda dos rendimentos provenientes da produção de cereais e de leite, resultante, no caso dos cereais, da aplicação das taxas de co-responsabilidade, no caso do leite, da instalação do regime de quotas, e, em ambos os casos, da redução progressiva dos respectivos preços, os agricultores comunitários foram, progressivamente, substituindo aquelas produções pela produção de oleaginosas e de carne bovina, respectivamente. O resultado foi o de estas últimas produções passaram a ser, também elas, produções excedentárias.

Não se tendo, entretanto, registado uma diminuição das despesas orçamentais comunitárias, as tensões internacionais agravaram-se. Com efeito, após as primeiras negociações comerciais mundiais em 1960-62, a então CEE conseguiu impôr um sistema proteccionista relativamente às suas principais produções agrícolas, tendo fornecido, como contrapartida, a não aplicação de taxas aduaneiras ou a aplicação de taxas aduaneiras baixas a uma série de produtos, de entre os quais se destacavam as oleaginosas.

As oleaginosas constituíram, de facto, a principal produção agrícola através da qual os EUA entraram no mercado da CE tendo constituído, deste modo, a principal cultura responsável pelo amortecimento das tensões entre esses dois grandes blocos comerciais. A partir do momento em que a agricultura europeia se foi adaptando às acima referidas novas condicionantes das alterações da PAC, os EUA foram, simultaneamente, perdendo importância como grandes exportadores de oleaginosas para a Europa. Tal facto levou a que os EUA transportassem para as

negociações do GATT a denúncia de ilegalidade nas ajudas concedidas às oleaginosas pela CE, a qual conduziu à condenação das referidas medidas, em Março de 1992.

3.1.3. A Reforma de 1992

Em 1991, no Documento de Reflexão da Comissão Europeia sobre a Evolução Futura da PAC anunciam-se, pela primeira vez, os princípios e os objectivos do desenvolvimento rural. São eles: a “preservação da face rural da Europa”, o que implica assegurar “um número suficientemente elevado de agricultores”; a multifuncionalidade como perspectiva futura de encarar a actividade agrícola; o carácter necessariamente integrado das futuras políticas dirigidas ao mundo rural.

Nesse sentido, o referido documento anuncia a necessidade de pôr em prática um conjunto de medidas destinadas a incentivar o agricultor a recorrer a práticas culturais respeitadoras do ambiente, a afectar terras agrícolas a um programa de arborização a longo prazo e a melhorar o regime da reforma voluntária antecipada dos agricultores. O documento propõe, ainda, combinar o sistema de preços de protecção com um sistema de ajudas directas aos agricultores, através da aplicação de medidas de controlo da produção agrícola, de medidas de excepção para as pequenas explorações agrícolas e de medidas de acompanhamento, as quais, mais especificamente, se destinariam a criar condições para a concretização do princípio da multifuncionalidade da agricultura.

O princípio da multifuncionalidade da agricultura não logrou, todavia, ser contemplado, uma vez que, no referido documento, estavam ausentes quaisquer medidas concretas a favor da diversificação económica das pequenas explorações agrícolas.

As medidas de acompanhamento foram, nesse mesmo ano de 1991, aprovadas aquando da Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Desenvolvimento e o Futuro da PAC. Essas medidas tinham por principais objectivos possibilitar aos agricultores a hipótese de optar por uma actividade mais diversificada e encorajar a prática de uma agricultura extensiva.

Com efeito, tais medidas tinham tripla vocação, a saber: uma vocação estrutural, consubstanciada na concessão de ajudas aos agricultores e aos trabalhadores agrícolas, de modo a que estes pudessem cessar a sua actividade antes da idade normal da reforma (Regulamento CE nº 2079/92); uma vocação florestal, consubstanciada na concessão de ajudas à arborização de terras agrícolas, enquanto forma alternativa de utilização das terras (Regulamento CE nº 2080/92); e,

uma vocação de protecção ambiental, consubstanciada na concessão de ajudas destinadas à utilização de métodos e práticas agrícolas mais compatíveis com as exigências de protecção do ambiente, de preservação do espaço natural e de conservação da paisagem (Regulamento CE nº 2078/92).

Os efeitos práticos da proposição desse conjunto de medidas ficaram, todavia, muito aquém do proposto no referido Documento de Reflexão da Comissão Europeia sobre a Evolução Futura da PAC.

O potencial valor acrescentado que tais medidas introduziriam, no que à correcção do desequilíbrio entre a política de preços e as componentes estrutural, de protecção do ambiente e sócio-regional que caracterizou a PAC, foi relegado para segundo plano.

A Reforma da PAC, realizada em Maio de 1992, constituiu, apesar de tudo, uma assinalável viragem no seu processo evolutivo. Com efeito, a sua filosofia assentou na diminuição dos preços agrícolas; na atribuição de ajudas directas aos agricultores, de forma a compensá-los das perdas de rendimento originadas pelo ajustamento ou pela aproximação dos preços comunitários aos preços mundiais; e, na aprovação das medidas de acompanhamento da reforma: as medidas agro-ambientais, as medidas de florestação em áreas agrícolas e as medidas de apoio à reforma antecipada dos agricultores.

Tal filosofia conduziu à proposição de um modelo o qual, na realidade, não é mais do que a concretização do sistema clássico dos *deficiency payments*, com a particularidade de as compensações passarem a ser calculadas em função da produção média regional realizada nas três últimas campanhas (os designados níveis históricos de produção). Para esse efeito, processou-se uma reorientação nas principais OCM, a qual comportou três aspectos essenciais: uma baixa de preços (os preços indicativos dos cereais foram reduzidos em 29% e os preços de intervenção na carne bovina em 15%); um sistema de pagamentos compensatórios não ligados directamente à produção, mas às respectivas áreas (caso das oleaginosas) e aos rebanhos de referência (caso dos ovinos), apoiado em médias de produtividade regional; e, por fim, um incitamento ou uma obrigação à redução da produção - mecanismos de controlo da oferta (através do *set-aside*, da extensificação da produção ou, ainda, da diminuição obrigatória da produção, imposta pelas quotas leiteiras e pelas quotas do açúcar). Paralelamente, foram suprimidas as taxas de co-responsabilidade no caso dos cereais e do leite.

A concretização das reformas nas diferentes OCM foi completada pela introdução das designadas medidas de acompanhamento que visaram três grandes objectivos: (i) favorecer a instauração de regimes de reforma antecipada; (ii) fomentar a utilização de terras para fins silvícolas; e (iii) conceder ajudas para a protecção do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais.

O regime de reforma antecipada (Reg. CE nº2079/92) concedia ajudas aos agricultores e aos trabalhadores agrícolas, com um mínimo de 55 anos de idade, de modo a que estes pudessem cessar a sua actividade antes da idade estipulada para a respectiva reforma. Estes apoios assumiam formas diferenciadas, tais como: prémios à cessação da actividade; subsídios anuais, não proporcionais à superfície de terras libertadas; prémios anuais por hectare de terra libertada; e, complementos de reforma quando esta se estimasse insuficiente. As terras abandonadas por estes agricultores poderiam ser cedidas a novos produtores, respeitando as exigências de protecção do ambiente ou, ainda, ser utilizadas para fins não agrícolas em condições compatíveis com a manutenção ou a melhoria da qualidade do ambiente e do espaço rural.

As ajudas financeiras destinadas a fomentar a utilização de terras para fins silvícolas (Reg. CE nº 2080/92), por seu turno, tinham por objectivo oferecer uma utilização alternativa às terras agrícolas, incentivando a implantação de actividades florestais nas explorações agrícolas. Para tal, instituiu-se um regime de ajudas destinadas a cobrir as despesas de arborização, prémios anuais por hectare arborizado quer para cobrir os custos de manutenção, quer para compensar as perdas de rendimento, bem como ajudas aos investimentos relativos à melhoria das superfícies arborizadas.

As medidas agro-ambientais, instituídas pelo Reg. CE nº 2078/92, por sua vez, destinaram-se a incentivar a utilização de métodos e práticas agrícolas mais compatíveis com as exigências da protecção do ambiente, da preservação do espaço natural e das paisagens. De entre elas, refiram-se as medidas respeitantes ao apoio a práticas de produção que diminuam os efeitos poluentes da agricultura; as respeitantes à extensificação das produções vegetais e animais; as respeitantes à manutenção de terras agrícolas e florestais abandonadas; as respeitantes à retirada de terras agrícolas a longo prazo, com fins vinculados ao ambiente; e, as respeitantes à sensibilização e a formação dos agricultores, em matéria de produção agrícola compatível com a conservação do espaço natural.

O regime de ajudas atribuído às medidas agro-ambientais assume a forma de prémios anuais por hectare ou por cabeça de gado para os agricultores que aceitem pô-las em prática por um período

mínimo de 5 anos, à excepção do caso da retirada de terras relativamente ao qual o compromisso é de 20 anos.

Todas as medidas de acompanhamento da Reforma da PAC de 1992 funcionavam em regime de co-financiamento com os Estados-membros, os quais, no caso de pretenderem pô-las em prática, assumiriam taxas de responsabilidade financeira que variavam entre os 25% e os 50%, consoante as regiões em causa. No caso das regiões marginais, a CE assumia uma participação orçamental mais elevada, a qual rondava os 50% do total. Realce-se, ainda, que estas medidas se sobrepuseram a anteriores medidas estruturais com idênticos fins, em concreto, as introduzidas em 1987 e 1988, atrás enunciadas.

De certo modo, a reforma da PAC de 1992, para além de constituir um processo evolutivo fortemente vinculado às especificidades contextuais da época, não é mais do que um afinamento das propostas do plano MacSharry apresentadas em 1991, as quais permitiram desbloquear o impasse das negociações do GATT.

Como refere Burrell (Burrell, 1992), constituem características positivas da Reforma da PAC de 1992: (i) a simplificação dos processos tanto no sector cerealífero, com a eliminação dos "preços de compra" e com a supressão das medidas anteriormente acumuladas (por exemplo, as taxas de co-responsabilização e os estabilizadores), como no sector leiteiro, com a simplificação da base legislativa das quotas; (ii) a concessão aos agricultores de um horizonte a médio prazo, a fim de estes poderem planear melhor as respectivas acções (as propostas em causa só entraram em pleno vigor em 1997, até aquela data vigorou um período de transição); (iii) o esforço para impôr uma maior coerência entre as medidas que diziam respeito a produtos concorrenciais e entre estas e as medidas complementares para os mesmos produtos; e, por último, (iv) uma maior preocupação relativamente ao respeito pelo ambiente, salientando-se, neste caso, as medidas relativas aos pousios temporários ou rotativos, as medidas relativas à adopção de métodos de produção mais extensivos - não só no caso do sector vegetal, como no caso do sector animal - e, ainda, os programas de acção agro-ambiental e de reflorestação.

À margem da reforma, foram, também em 1992, introduzidos os conceitos comunitários de denominação de origem protegida e de indicação geográfica protegida (Reg. CE nº 2081/92) os quais vieram dinamizar, no mercado europeu, os produtos-tipo de certas regiões.

Os princípios desta reforma contêm, assim, algumas respostas às críticas dirigidas à anterior PAC. No essencial, esta reforma põe aparentemente em causa o modelo produtivista ao dissociar,

ainda que parcialmente, o apoio recebido pelo agricultor do respectivo nível de produção. Actuando deste modo, tal política contribui para diminuir a pressão exercida sobre o ambiente, por parte das práticas agrícolas intensivas.

A atribuição aos agricultores das designadas ajudas compensatórias, por seu turno, poderá já ser entendida como um primeiro passo para a remuneração de serviços prestados pela agricultura ao ambiente, à manutenção do espaço rural e ao ordenamento do território.

Na prática, todavia, as ajudas directas aos agricultores, contrariamente à proposta inicial do plano MacSharry, não se modularam em função do respectivo nível de rendimento, nem tiveram efeitos redistributivos. Ao invés, articularam-se numa relação directa com os níveis de produção históricos, mediante compensações por superfície, proporcionais aos rendimentos médios das respectivas regiões.

Neste sentido, a reforma da PAC continuou, em boa medida, a apoiar quem mais produzia e mais viria a produzir. Por outras palavras, foram as regiões mais desenvolvidas da Europa as que mais beneficiaram do orçamento total do FEOGA. Por sua vez, os problemas ambientais provenientes do tipo de agricultura característico daquelas regiões continuaram a agravar-se, visto que, no fundo, se prosseguiu com o apoio ao aumento da produtividade das explorações agrícolas o qual, por sua vez, implicou o recurso crescente à utilização de produtos químicos.

As regiões menos favorecidas, essas, em grande parte, continuaram a enfrentar os problemas ambientais e sociais específicos de que enfermavam, a saber: a desertificação física, o abandono de terras e o despovoamento. E isto porque não lograram canalizar os apoios e as verbas capazes de concorrer para inverter os referidos problemas ambientais e sociais.

Saliente-se, ainda, que mesmo em matéria respeitante à aplicação de restrições quantitativas à produção, o sistema de quotas directas à produção consagrava direitos adquiridos aos produtores já existentes. Com efeito, tal sistema, ao impedir a entrada de novos produtores, permitia a manutenção de preços relativamente elevados, através do controlo da oferta, reduzindo, por conseguinte, a competitividade dos produtos (contrariamente às orientações do mercado único) e a eficiência dos agricultores favorecidos por aquelas medidas.

O mesmo sistema de quotas implicava, por sua vez, o surgimento, no interior da CE, de distorções e, até mesmo, de tensões entre os diferentes Estados-membros. Veja-se, a título de exemplo, as variações no nível da quota adjudicada a cada Estado-membro. Segundo dados de Viladomiu (Viladomiu, 1994), aquelas variações oscilavam, no caso do leite, entre os 1.440 Kg,

na Irlanda, e os 54 Kg, na Grécia e, no caso do açúcar, entre os 83 Kg, na Bélgica, e os 7 Kg em Portugal. Por outras palavras, os países deficitários nas referidas produções subvencionariam os países excedentários, de cada vez que consumissem aquele tipo de produtos, com a agravante dos respectivos preços serem superiores aos do mercado mundial (refira-se que o preço do açúcar na CE era, então, quatro vezes superior ao preço mundial). O desligamento da respectiva produção do sistema de ajudas (*pure decoupling*), o qual pretendia contribuir para a liberalização dos mercados agrícolas, era, ainda, por seu turno, muito parcial.

As contrapropostas que levaram os países do Sul - Portugal, a Grécia e a Espanha - a, *grosso modo*, aceitar as grandes linhas de reforma da PAC de 1992, tais como as ajudas às produções mediterrânicas, particularmente às OCM da fruticultura, da horticultura, do azeite e do vinho, continuavam, por outro lado, fora do processo de reforma.

Em termos financeiros, embora as despesas tivessem estabilizado, não foi alcançada a tão almejada redução dos custos orçamentais. A PAC resultante da reforma de 1992 continuava a ser bastante despesista com os produtos excedentários, o que dificultava, em larga escala, a transferência de verbas significativas para os programas de desenvolvimento rural e para os programas agro-ambientais.

O impacto das medidas de acompanhamento e, em particular, das medidas agro-ambientais – o instrumento mais inovador da reforma – é muito limitado. A aplicação do programa agro-ambiental, na maior parte das vezes, circunscreve-se a regiões específicas e o seu financiamento, por parte da CE, sem ser negligenciável, é manifestamente pouco significativo, quando comparado com as despesas do FEOGA-Garantia.

Com efeito, Bontemps e Bureau (Bontemps e Bureau, 1996) chamam justamente a atenção para o facto de, enquanto que às medidas agro-ambientais foram atribuídos, durante o período de 1994-97, apenas, 6,5 milhões de ECU, a secção Garantia do FEOGA absorveu num único ano – o ano de 1995 - 34 milhões de ECU. Por sua vez, para a totalidade das medidas de acompanhamento da Reforma da PAC foram atribuídos, em 1997, 1.866 milhões de ECU, o que representa, tão só, cerca de 4,6% das verbas canalizadas para a secção Garantia do FEOGA.

Acresce que o facto de, por um lado, os programas agro-ambientais poderem ser facultativos e, por outro, terem de ser co-financiados pelos Estados-membros, limita a sua aplicação. Por seu turno, a margem de manobra atribuída a cada Estado-membro, aquando da “tradução” do Reg. CE nº 2078/92, pode acarretar riscos de renacionalização da PAC. Com efeito, tal como no caso

das medidas relativas ao controlo da produção, também aqui podem vir a ocorrer distorções da concorrência, por via das adaptações nacionais do referido regulamento. Como salientam, uma vez mais, Bontemps e Bureau (Bontemps e Bureau, 1996), a análise e a comparação pormenorizadas dos cadernos de encargos relativos à gestão, pelos vários Estados-membros, daquele tipo de medidas, sugere que a fronteira entre a subsidiariedade e a distorção da concorrência é estreita.

Com efeito, para além de o montante das ajudas poder ser muito diferente de Estado-membro para Estado-membro (caso dos prémios à extensificação da produção que oscilam entre os 17 e os 700 ecus/ha), estas podem, a coberto da protecção ambiental, vir a camuflar outros objectivos. Refira-se, a este propósito, o caso das ajudas à produção de forragem as quais, em larga medida, podem vir a subsidiar as explorações produtoras de gado bovino.

Por outro lado, algumas das medidas agro-ambientais são ainda ecologicamente pouco coerentes ou apresentam uma relação futura custo-benefício difícil de prever. Atente-se, por exemplo, entre outras, na medida relativa à retirada de terras a longo prazo (20 anos), cujo objectivo ambiental se apresenta muito ambíguo.

Os objectivos das medidas agro-ambientais, quando introduzidas pela reforma da PAC, são indissociáveis das questões atrás recenseadas. Com efeito, além dos objectivos de cariz explicitamente ambiental, elas cobrem, ainda, objectivos referentes ao apoio aos rendimentos dos agricultores e à redução da produção agrícola. Estas medidas acabam por funcionar quer como ajudas directas aos rendimentos dos agricultores (sob a forma de remuneração pelos serviços prestados à preservação do ambiente), quer como um controlo à produção, mediante o que poderíamos designar por um sistema indirecto de quotas, exercido através do controlo dos meios de produção, designadamente da retirada de terras ou dos níveis de adubação.

Em síntese, seria necessário empreender uma maior racionalidade e uma maior eficácia na aplicação dos apoios de âmbito agro-ambiental, de modo a tornar mais claros os seus objectivos, sobretudo no que aos objectivos ambientais diz respeito, procurando, por essa via, limitar as suas ainda significativas ambiguidades. Necessário seria, ainda, atribuir aos programas agro-ambientais montantes financeiros mais elevados, a fim de os tornar alternativas viáveis não só para as regiões comunitárias menos competitivas, como para as regiões mais desenvolvidas, caso em que poderiam vir a contribuir para o surgimento e a consolidação de práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação dos bens ambientais.

Ora, a possibilidade de atribuir um reforço financeiro aos programas agro-ambientais e, conseqüentemente, de lhes conferir uma maior importância é tributária dos contornos que a PAC vier a assumir no futuro. Com efeito, se a evolução da PAC incidir sobre um desenvolvimento do processo de reforma de 1992 (*restyling*), ajustando-a e afinando-a, manter-se-á, no essencial, o actual modelo assimétrico de afectação dos fundos agrícolas comunitários, continuando a secção Garantia a canalizar a quase totalidade dos fundos do FEOGA.

Se, por sua vez, se encetar um aprofundamento do processo de reforma de 1992, assente, essencialmente, na liberalização dos mercados agrícolas, por intermédio de políticas de *pure decoupling* (o desligamento das ajudas da respectiva produção), assistir-se-á a uma reformulação dos itinerários técnicos da agricultura, os quais se encaminharão no sentido de uma produção tendencialmente menor. Tal evolução poder-se-á vir a traduzir em efeitos positivos para o ambiente. Esses efeitos serão tanto mais positivos, quanto as ajudas agro-ambientais tiverem em vista objectivos claramente associados à preservação ambiental. A fim de lograr obter tais objectivos, necessário se tornaria, então, aumentar gradual, mas substancialmente, a transferência de verbas do FEOGA-Garantia para o financiamento de programas de natureza ambiental, social e rural ou, por outras palavras, para programas de desenvolvimento rural sustentável.

3.2. As Alternativas à Reforma da Reforma da PAC de 1992

Pelo que ficou dito atrás, é legítimo afirmar que a Reforma da PAC de 1992 não colocou verdadeiramente em causa o modelo agrícola produtivista e não contribuiu significativamente para abrir novas perspectivas de futuro à agricultura da Europa comunitária. Com efeito, aquela reforma continuou tributária do enclausuramento fixado entre uma política de mercados e uma política sócio-estrutural.

Perante as reacções aos efeitos da referida reforma, oriundas de diferentes quadrantes, começam a esboçar-se cenários alternativos ao desenvolvimento futuro da PAC.

A propósito do alargamento da UE, a Comissão Europeia elaborou um documento, apresentado na Cimeira de Madrid nos finais de 1995, no qual traçou os três cenários de evolução da PAC: o de *status quo*, o de desenvolvimento do processo de reforma de 1992 e o de uma reforma radical da PAC.

O primeiro cenário não é mais do que um cenário de continuação da PAC em vigor em 1995. O *status quo* assentaria na manutenção dos então níveis de apoio aos preços de mercado, assim como dos sistemas de ajudas compensatórias à produção directa ou indirecta, as quais seriam continuamente indexadas a níveis históricos de produção e associadas a medidas de controlo directo da produção (a manutenção do *set-aside*, das áreas e dos rebanhos de referência e dos sistemas de quotas de produção).

No caso da Europa comunitária pretender garantir o cumprimento dos compromissos estabelecidos com o GATT, logo a partir do ano 2000, àquele quadro acresceria a necessidade de introduzir medidas de gestão da oferta mais restritivas do que as então em vigor. O cenário em causa obrigaria a accionar taxas de *set-aside* mais elevadas e maiores cortes ou reduções no montante das quotas de produção. Em síntese, o modelo de afectação dos fundos comunitários destinados ao sector iria continuar a beneficiar e a apoiar os mercados, as regiões e os sistemas de produção historicamente geradores de excedentes.

Para que o cenário de *status quo* vingasse ter-se-ia de verificar uma de duas premissas: (i) observar-se uma evolução dos mercados mundiais que assegurasse a manutenção dos preços agrícolas a níveis elevados; (ii) verificar-se uma evolução dos mercados agrícolas comunitários que não conduzisse à formação de excedentes de produção.

No extremo oposto ao cenário do *status quo*, o referido documento apresenta o cenário que, pelo alcance dos objectivos visados, veio a ser intitulado de cenário de reforma radical da PAC, o qual assentaria numa revisão profunda do processo de reforma da reforma da PAC de 1992.

Tal processo passaria pela total harmonização entre os preços agrícolas praticados na UE e os preços do mercado mundial, o que acarretaria a redução dos preços de apoio para os níveis esperados dos preços mundiais. Como consequência, as medidas de controlo directo da produção, tais como as relativas ao *set-aside* ou ao sistema de quotas, sofreriam uma redução substancial, já que o próprio mercado passaria a assumir o papel até então desempenhado pelas referidas medidas, e, por sua vez, os subsídios à exportação teriam tendência a desaparecer.

Este cenário obrigaria à introdução de um sistema de ajudas compensatórias totalmente desligado da produção (*decoupled*). Ou seja, a filosofia de base da PAC deixaria de entender a atribuição das ajudas financeiras como uma compensação de perdas de rendimento para passar a encará-las enquanto um meio de conceder tempo e recursos aos produtores, a fim de que estes viessem a

adaptar-se às profundas mudanças introduzidas pelo referido processo de aprofundamento da reforma de 1992.

O sistema de ajudas a atribuir aos agricultores passaria assim a ser, a partir de então, personalizado, individual, decrescente, consoante a competitividade das explorações, e a ter uma duração limitada, sensivelmente de 10 a 15 anos, período de tempo considerado necessário para os agricultores se poderem adaptar às mudanças a introduzir pelo cenário em análise. Num tal contexto, a médio prazo, as decisões dos produtores tenderiam a basear-se numa maior racionalidade na utilização da área agrícola disponível e não a basear-se, apenas, na necessidade de satisfazer as exigências regulamentares, estipuladas pelas ajudas directas à produção.

Neste cenário, a reforma teria então por objectivo imprimir uma alteração profunda no modelo de afectação dos fundos agrícolas comunitários. Aumentar-se-iam, gradual e significativamente, as transferências de fundos do FEOGA – secção Garantia para o FEOGA – secção Orientação, por forma a garantir o financiamento de programas regionais de natureza ambiental, social e de desenvolvimento económico das zonas rurais. A diminuição das verbas aplicadas nos subsídios à exportação, nos custos de armazenagem dos excedentes, nas ajudas compensatórias, nos custos administrativos do processo de organização e de supervisão, subjacentes à aplicação do sistema de ajudas directas à produção, permitiria tais transferências.

Numa posição intermédia aos dois cenários extremos, situa-se o cenário do desenvolvimento do processo da reforma de 1992. Este cenário caracterizar-se-ia pela introdução de ajustamentos nas OCM já reformuladas (ex. cereais, carne de bovino, leite e açúcar) e pelo alargamento às restantes OCM das reformas em curso (ex. vinho, frutas, hortícolas e azeite) mantendo-se, *grosso modo*, o então modelo de afectação dos fundos agrícolas comunitários. A aplicação destas reformas quer às OCM já reformadas, quer às OCM a sujeitar a reforma pela primeira vez, teria por objectivo a redução dos níveis de apoio aos preços comunitários. Todavia, tal redução manteria, ainda assim, aqueles preços a um nível superior (caso do leite e do açúcar, por exemplo) ou idêntico (caso dos cereais, carne de bovino, entre outros produtos) ao dos preços agrícolas mundiais. Concomitantemente, proceder-se-ia a uma maior simplificação e eficiência dos instrumentos de política de preços e de mercado.

Neste cenário, os compromissos assumidos no contexto dos acordos do GATT teriam condições para vir a ser alcançados, sem que fosse necessária uma profunda reconversão da agricultura comunitária.

As medidas de controlo directo da oferta, como as relativas ao "*set-aside*" obrigatório e às áreas e aos rebanhos de referência, passariam a assumir uma importância menor. O sistema de quotas de produção, por seu turno, teria de ver reduzidos os respectivos subsídios. Como tal, criar-se-iam condições favoráveis para uma maior flexibilidade na gestão/transferência de quotas entre produtores e para a venda no mercado mundial, a preços não subsidiados, das produções que ultrapassassem o estipulado pela quota. Esta última questão poderia vir a contribuir para o aumento da eficiência dos sistemas de produção agrícola de então.

Em tal cenário, o sistema de ajudas compensatórias manter-se-ia indexado aos sectores e aos níveis históricos de produção, com possível introdução de compensações adicionais moduladas como, por exemplo, o plafonamento individual (limites de produção apoiada, por exploração agrícola). Esta situação criaria, indesejavelmente, casos de produtores não eficientes os quais produziam com o único propósito de não vir a perder os direitos adquiridos, no que ao pagamento das respectivas compensações diria respeito. Uma solução possível passaria pelo aumento das áreas em "*set-aside*" voluntário, com a garantia do pagamento integral aos agricultores das anteriores ajudas compensatórias. Tal solução poderia vir a ter ainda algumas consequências positivas ao nível ambiental.

Na eventualidade de se vir a enveredar por esse caminho, os fundos destinados a acções quer de natureza ambiental, quer de natureza social poderiam vir a ser gradualmente reforçados o que, por seu turno, deveria exigir uma maior racionalidade e eficácia na respectiva aplicação. Com efeito, as verbas canalizadas pelo derrube progressivo das medidas de apoio aos preços, das ajudas compensatórias à produção e das medidas de gestão da oferta poderiam passar a ser integralmente afectadas ao financiamento das acções de âmbito ambiental, sócio-estrutural e de desenvolvimento rural.

Todavia, com a opção por este cenário de reforma da reforma da PAC de 1992, previsivelmente, as principais directrizes do modelo assimétrico de afectação interregional e intersectorial dos fundos agrícolas da UE manter-se-iam, no essencial.

Dos três cenários hipotéticos da nova reforma da PAC, o aprofundamento do processo de reforma de 1992 é aquele que melhor sintetiza o documento de base da reforma da PAC de 1999 (Berlim,

Março de 1999), no âmbito da Agenda 2000¹². Refira-se que, já no documento de estratégia agrícola apresentado no Conselho Europeu de Madrid, em 1995, se propusera o aprofundamento e o alargamento da reforma de 1992, através de uma orientação mais clara no respeitante às ajudas directas, em detrimento do apoio aos preços, e no respeitante ao desenvolvimento de uma política rural coerente.

Já no documento CE COM (1998) 158 final, que reformulou, desenvolveu e operacionalizou as principais linhas da Agenda 2000, se referia a inevitabilidade de proceder a uma nova reforma da PAC. Vários desafios de ordem interna e de ordem externa se colocavam à UE, contribuindo para a necessidade de a ela se proceder.

Quanto aos desafios de ordem interna, evidenciem-se, sinteticamente, três. Um deles prende-se com a questão relativa à evolução, a longo prazo, dos principais mercados agrícolas, evolução capaz de vir a desencadear elevados riscos para a agricultura europeia. Se, por um lado, as perspectivas relativas ao mercado mundial previam um forte crescimento da procura de produtos agrícolas a preços remuneradores, por outro, os preços elevados dos produtos agrícolas praticados na UE não permitiam conferir a tais produtos a necessária competitividade. Ademais, tais preços poderiam vir a comprometer os acordos internacionais estabelecidos. Os riscos previsíveis seriam os relativos ao crescimento de excedentes, com os respectivos custos orçamentais associados, e à perda de competitividade da UE tanto no mercado interno, como no mercado mundial.

Alguns dos aspectos mais problemáticos que conduziram à reforma da PAC de 1992 não foram por ela resolvidos. Com efeito, a desigualdade na afectação dos apoios da PAC a nível regional, os quais continuavam a favorecer as regiões já de si mais desenvolvidas, teve repercussões nefastas em termos de ordenamento e de degradação ambiental do espaço rural. Para além de fomentar o declínio da actividade agrícola em numerosas regiões desfavorecidas, tal desigualdade promoveu, em simultâneo, o desenvolvimento, nas regiões mais desenvolvidas, de práticas agrícolas excessivamente intensivas. Este facto, a par da manutenção de preços elevados para os produtos agrícolas, esteve na origem da contestação social à PAC a qual foi, essencialmente,

¹² A Agenda 2000 traduz a proposta da Comissão Europeia do cenário financeiro correspondente ao período 2000-2006. O debate sobre as perspectivas financeiras para o período 2007-2013 girou em torno de uma proposta da Comissão Europeia de natureza semelhante à do documento da Agenda 2000, ainda que de conteúdo diferente já que é dirigida a uma UE a 25 membros.

desencadeada pelos consumidores europeus. Daí que se tornasse premente reconciliar o cidadão com a PAC. E este constituiu um segundo desafio conducente à reforma da PAC de 1992.

O terceiro desafio prendia-se com o facto de a heterogeneidade dos tipos de agricultura da UE continuar a não ser reconhecida.

Confrontada com essa questão, a UE teria de caminhar para um modelo mais descentralizado de gestão da PAC que conferisse aos Estados-membros a possibilidade de resolver, por si mesmos, um determinado número de problemas ligados às especificidades próprias das respectivas agriculturas. Contudo, se esse novo modelo de gestão não viesse a assentar em critérios objectivos e precisos comuns, aliados a mecanismos rigorosos de controlo, os riscos de renacionalização da PAC e de distorção da concorrência no interior da UE poderiam vir a criar graves tensões entre os Estados-membros. E este era (é), efectivamente, um dos principais desafios a considerar.

As razões de ordem externa que, por seu turno, impunham a reforma da então PAC prendiam-se, essencialmente, com o alargamento da UE e com os novos acordos do GATT. Com efeito, a entrada dos PECO na EU tenderia, no contexto ditado pela PAC resultante da reforma de 1992, a agravar quer os problemas relacionados com os excedentes agrícolas, quer os problemas orçamentais da UE. Ademais, assistir-se-ia ao aumento da complexidade e da burocracia da PAC. Por sua vez, aquele agravamento repercutir-se-ia negativamente nas futuras negociações comerciais internacionais. Com efeito, quer no quadro do então *round* agrícola da OMC, quer no contexto dos acordos bilaterais resultantes das negociações comerciais internacionais, a previsão era a de que o movimento de liberalização do comércio prosseguisse o seu caminho, o que, pelo que se tem vindo a destacar, teria implicações profundas no mercado comunitário. A UE teria, assim, de definir a política agrícola que pretendia concretizar antes de encetar tais negociações. Só dessa forma lhe seria possível não apenas negociar numa base sólida, como traçar os limites a aceitar.

Perante os desafios recenseados, a Comissão Europeia fixou vários objectivos para a reforma da PAC:

(i) aumentar a competitividade da agricultura da UE quer interna, quer externamente, de modo a que aquela conseguisse beneficiar dos desenvolvimentos positivos do mercado mundial, sem se ter de recorrer excessivamente às subvenções as quais eram cada vez mais limitadas e menos toleradas no plano internacional;

(ii) garantir um nível de vida equitativo para a população agrícola, contribuindo para a estabilização dos rendimentos agrícolas;

(iii) fomentar métodos de produção sãos e respeitosos do ambiente, integrando, deste modo, não só os objectivos de preservação ambiental, mas também as exigências dos consumidores, as quais vão no sentido de a agricultura europeia lhes fornecer produtos seguros e de qualidade;

(iv) diversificar a agricultura, a fim de que a sua finalidade não seja apenas a da produção de bens alimentares e de matérias-primas de origem agrícola, mas a de manter a diversidade da paisagem e do mundo rural, incitando à manutenção e à criação de fontes de rendimento e de oportunidades de emprego alternativas para os agricultores e respectivas famílias;

(v) simplificar e tornar mais inteligível a política agrícola, em especial no que diz respeito à demarcação clara entre as decisões comuns e as reservadas a cada Estado-membro;

(vi) por último, concretizar uma política agrícola capaz de justificar aos cidadãos europeus que as despesas por ela assumidas derivam do facto de a agricultura preencher, ainda, um vasto conjunto de funções ambientais, de conservação da paisagem e de ordenamento do território rural necessárias à sociedade.

3.3. A Agenda 2000: a Reforma da PAC de 1999

Como atrás referimos, na Cimeira de Madrid, realizada em 1995, a Comissão Europeia apresenta um documento que constituirá a base estratégica das propostas da Agenda 2000. Nesse documento, a Comissão considera que a estratégia negocial para o alargamento da UE aos países da Europa Oriental e de Leste é indissociável da evolução da PAC, tendo traçado os já referidos três cenários possíveis dessa evolução, acima analisados: o cenário do *status quo*, o cenário do desenvolvimento da Reforma de 1992 e o cenário de uma reforma radical da PAC.

A Comissão Europeia acabou por optar pelo cenário do desenvolvimento da Reforma da PAC de 1992 e fê-lo através da aplicação de três grandes princípios: o da simplificação radical dos procedimentos, o do aumento da competitividade da agricultura comunitária e o da criação de uma política de desenvolvimento rural integrada.

Relativamente à elaboração de uma política integrada de desenvolvimento rural propunha-se, por um lado, uma revisão das medidas existentes, com vista a assegurar a respectiva consistência

interna e, por outro, um alargamento do âmbito dessa política a dimensões de natureza social, ambiental e regional.

Aquando da Conferência de Cork em 1996¹³ é apresentada nova reforma da PAC que propõe uma estratégia de preços orientados para o mercado e que defende, pela primeira vez, uma abordagem integrada e multisectorial do desenvolvimento rural, através dos princípios de: preferência rural; abordagem integrada; diversificação; sustentabilidade; subsidiariedade; simplificação; programação; financiamento; gestão, avaliação e investigação.

Se bem que o debate resultante do que ficou conhecido pela Declaração de Cork tivesse apontado para uma melhor integração da questão do desenvolvimento rural nas políticas comunitárias, muitas das recomendações da referida Declaração não foram, no entanto, contempladas no Regulamento do Desenvolvimento Rural – o Regulamento CE, nº 1257/1999 de 17 de Maio –, elaborado no âmbito da Agenda 2000.

Com efeito, dos nove capítulos constantes da política de desenvolvimento rural resultante da Agenda 2000, quatro dirigem-se exclusivamente à agricultura (capítulos I, II, IV e VII) e apenas dois dizem directamente respeito a outras actividades: o capítulo VIII, relativo a medidas agro-florestais, e o capítulo IX, relativo à promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais. Os restantes capítulos, por sua vez, estão orientados para a formação profissional dirigida a agricultores ou a pessoas ligadas a actividades agrícolas ou silvícolas (capítulo III), para o apoio de actividades agrícolas nas zonas desfavorecidas ou com condicionantes ambientais (capítulo V) e para o apoio às medidas agro-ambientais (capítulo VI).

De molde a responder aos objectivos atrás enunciados, a UE, no documento "Agenda 2000" e, posteriormente, de forma mais precisa, no documento CE COM (1998) 158 final, enumera as propostas técnicas da Reforma da Reforma da PAC de 1992. Vejamos algumas das principais:

Ao nível das culturas arvenses, a Comissão propõe uma redução de 20% no preço de intervenção dos cereais (passando este de 119,19 ecus/ton para 95,35 ecus/ton). Esta redução realizar-se-ia numa só etapa e executar-se-ia no ano 2000. A compensação aos produtores de culturas arvenses permanece, mediante uma ajuda específica à superfície não ligada à cultura, isto é, mediante um pagamento directo de 66 ecus/ton quer as culturas sejam de cereais, de oleaginosas ou de proteaginosas, contra os então 54,34 ecus/ton, 94,24 ecus/ton e 78,49 ecus/ton, respectivamente.

¹³ Sobre a conferência de Cork, veja-se o trabalho de Delgado (2005).

O valor por ha continuará a ser orientado pelos rendimentos unitários de referência, introduzidos no âmbito da reforma de 1992. As proteaginosas beneficiarão de ajuda directa suplementar de 6,5 ecus/ton, a fim de garantir a sua relativa rentabilidade por relação às outras culturas arvenses.

O pousio obrigatório mantém-se e o pousio extraordinário é abolido. A retirada voluntária de terras, por sua vez, mantém-se, sendo compensada por uma ajuda de montante igual ao da ajuda específica à superfície não ligada à respectiva cultura (com uma taxa mínima da responsabilidade da UE de 10% e uma taxa máxima da responsabilidade de cada Estado-membro). Aquele montante poderá ser garantido por um período máximo de cinco anos, a fim de aumentar o respectivo impacte ambiental.

A reforma do sector da carne de bovino resulta, por seu turno, da reforma do sector das culturas arvenses. Tal reforma, contudo, não trata de problemas específicos ao sector, de entre os quais são de destacar, designadamente, os referentes ao desequilíbrio estrutural do mercado. No que se refere à carne de bovino prevê-se, então, uma redução de 30% no preço de intervenção (o qual passa de 2780 ecus/ton para 1950 ecus/ton), sendo tal redução executada de forma gradual, na ordem dos 10% ao ano, entre os anos 2000 e 2002. Os pagamentos directos passarão a ser elegíveis até 2 cabeças normais por ha (CN/ha) de superfície forrageira e integram duas componentes: um prémio base, comum ao conjunto dos Estados-membros, e um pagamento adicional, a definir por cada Estado-membro, no contexto dos pacotes financeiros nacionais estabelecidos para o efeito. Os prémios base propostos sofrerão aumentos, também eles graduais, por oposição ao decréscimo do preço de intervenção, de 145 para 180 ecus/CN, no caso das vacas aleitantes, de 135 para 220 ecus/CN, no caso dos touros (bovinos machos não castrados), e de 109 para 170 ecus/CN, para os bois (novilhos castrados), sendo nestes dois últimos casos pagos em duas prestações. Os pagamentos adicionais poderão ser atribuídos por CN ou por ha de superfície forrageira e poderão ser modulados entre as diferentes categorias de bovinos, no respeito por determinados níveis máximos globais (prémio base e pagamento adicional considerados), os quais são de 235 ecus/CN para as vacas aleitantes, 355 ecus/CN para os touros, 530 ecus/CN para os bois e de 350 ecus/ha, no caso dos pagamentos adicionais serem atribuídos às áreas de superfície forrageira. A este título, refira-se, ainda, a instauração de uma ajuda directa às vacas leiteiras, assente num prémio base de 35 ecus/CN e num suplemento nacional que poderá atingir um valor global máximo de 330 ecus/CN.

As explorações agrícolas que utilizem métodos extensivos de produção poderão vir a beneficiar de um pagamento complementar de 100 ecus/CN, no caso de a respectiva densidade pecuária efectiva não ultrapassar os 1,4 CN/ha de superfície forrageira, sendo esta calculada com base nas áreas ocupadas por prados e pastagens permanentes, exclusivamente. Assinale-se, por fim, o ajustamento nacional das manadas de referência relativas às vacas aleitantes e a redução dos tectos correspondentes aos novilhos machos.

Relativamente ao sector do leite e dos produtos lácteos, estipula-se a manutenção, até ao ano de 2006, do regime de quotas leiteiras. A continuação do regime de quotas visa, a médio prazo, o equilíbrio do mercado, já que a Comissão rejeita soluções radicais, tais como reduções drásticas nos preços e a supressão do sistema de quotas. Embora o sistema de quotas permaneça, *grosso modo*, sem grandes alterações, nele são introduzidos mecanismos que visam aumentar a respectiva flexibilidade e simplificação.

A possibilidade de transferência de montantes de referência entre produtores é um dos exemplos da referida flexibilidade e simplificação. Paralelamente, cria-se uma quota leiteira adicional de 2%, em média, destinada a ser prioritariamente distribuída entre os jovens produtores e os produtores situados em zonas de montanha.

Tal como já se fez menção, prefigura-se a introdução de uma ajuda directa aos produtores de gado, a qual terá como prémio base 100 ecus por vaca leiteira e um correspondente pagamento adicional, decorrente do pacote financeiro de cada Estado-membro. O número de vacas leiteiras elegíveis para efeitos das novas ajudas directas à produção quer no âmbito da OCM do leite, quer no âmbito da OCM da carne de bovino deverá ser calculado pelo coeficiente entre a quota individual de cada produtor e a quota média comunitária que se venha a estabelecer no ano de 2000 (prevendo-se que esta seja na ordem dos 5800 litros por vaca leiteira). A componente adicional da ajuda poderá, também aqui, ser paga por CN ou por ha de superfície forrageira. Assim, os valores máximos globais das ajudas serão de 330 ecus por vaca leiteira ou de 350 ecus/ha.

Estabelece-se, ainda, que, durante o período 2000-2006, os preços da manteiga e do leite em pó desnatado decrescerão, gradualmente, em 15%, o que corresponderá a uma redução de cerca de 17% do então preço indicativo para os respectivos produtores.

No tocante aos produtos mediterrânicos, a proposta da Comissão vai no sentido de alterar a legislação que os enquadrava. Deste modo, a OCM do tabaco tem como orientação o incentivo à

produção de qualidade, o respeito pelas normas ambientais e de saúde pública, o apoio à reconversão para outros tipos de ocupação cultural, o reforço das medidas de controlo e uma maior flexibilidade e simplificação no respectivo sistema de quotas (à semelhança do previsto para o sistema das quotas leiteiras).

Em relação à OCM do azeite, prevê-se, previamente, a sua revisão antes de se proceder à respectiva reforma para o período correspondente ao da campanha de 2001/2002. Tal revisão assentará num aumento e numa redistribuição dos montantes máximos garantidos, os quais passarão de comunitários a nacionais.

Quanto às frutas e aos produtos hortícolas, a Comissão acompanhará de perto a reforma concretizada em Julho de 1996, a qual assentou, em termos gerais, num conjunto de regras aplicáveis às organizações de produtores (OP). A proposta de reformulação da OCM do vinho, por seu turno, encontrava-se, à altura, em fase de finalização.

O aspecto mais inovador presente na Reforma da PAC de 1999 é o da criação de um regulamento relativo ao desenvolvimento rural, o Regulamento 1257/99. Este regulamento destina-se a apoiar o desenvolvimento rural e tem como grande objectivo acompanhar e complementar as reformas propostas no domínio dos preços e dos mercados, isto é, no domínio das várias OCM.

Se bem que as propostas de medidas de apoio ao desenvolvimento rural não sejam inteiramente novas, por relação às discutidas na Conferência Europeia de Cork em Novembro de 1996, o seu maior interesse residirá no facto de aquelas terem sido agrupadas num único regulamento, o que, em princípio, lhes irá conferir maior articulação e coerência e, bem assim, uma simplificação do respectivo quadro legislativo. A garantia de coerência entre as medidas de desenvolvimento rural e os outros instrumentos de política agrícola passaria, então, essencialmente, pela determinação de um conjunto de regras específicas que não permitissem a sobreposição das referidas medidas e instrumentos.

Por sua vez, a simplificação dos processos relativos à aplicação do regulamento de desenvolvimento rural seria assegurada por meio do estabelecimento, no referido regulamento, de apenas alguns critérios de elegibilidade base, sendo os restantes conferidos, em regime de maior flexibilidade e de subsidiariedade, aos diferentes Estados-membros.

Um outro aspecto presente no referido regulamento prende-se com a necessidade de estabelecer maior integração entre os objectivos ambientais e a política de desenvolvimento rural. Para tal, o regulamento estabelece dois grandes grupos de medidas, a saber: um grupo constituído pelas

medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC de 1992 (as medidas agro-ambientais, as medidas de florestação e as medidas relativas à reforma antecipada dos agricultores) e pelo regime de apoio às zonas desfavorecidas (ZD); e um grupo que contempla as medidas de modernização e de diversificação das explorações agrícolas (investimentos nas explorações agrícolas, instalação de jovens agricultores, formação profissional, apoio aos investimentos nas instalações de transformação e de comercialização, apoio adicional à silvicultura e medidas de promoção e de reconversão da agricultura, no contexto do desenvolvimento rural).

Refira-se, ainda, que o regime de apoio às zonas desfavorecidas (ZD) será gradualmente transformado num instrumento destinado à manutenção e à promoção de métodos de exploração agrícola com reduzido consumo de factores industriais. Por sua vez, as medidas agro-ambientais serão, também elas, mais especificamente orientadas para a obtenção dos objectivos relativos à protecção do ambiente e à preservação dos espaços naturais.

O primeiro grupo de medidas é de aplicação horizontal em todo o espaço da UE, sendo co-financiado por esta, através da secção Garantia do FEOGA. A passagem do financiamento destas medidas da secção Orientação para a secção Garantia constitui, também, uma novidade. Para além do previsível reforço financeiro destinado a este tipo de medidas, a principal mudança que aquela passagem traduz reflecte-se no facto de a PAC assumir, pela primeira vez, enquanto objectivos centrais, as questões ambientais e as questões de desenvolvimento económico-social do espaço rural. Por outras palavras, às referidas questões, as quais anteriormente eram, em boa medida, colaterais à PAC, confere-se-lhes posição mais destacada.

As medidas de modernização e de diversificação que constituem o segundo grupo seguem uma abordagem diferente, consoante o contexto regional. Nas regiões de objectivos 1 e 2, estas medidas irão ser incluídas nos programas regionais e, desse modo, contribuirão para a realização dos objectivos específicos fixados no âmbito da política tendente à coesão económica e social. Nas regiões de objectivo 1 elas serão financiadas pelo FEOGA - Orientação, enquanto que nas regiões de objectivo 2 e em todas as outras regiões serão abrangidas pelo FEOGA - Garantia. Nestas últimas regiões (não abrangidas pelos objectivos 1 ou 2) tudo se processará à semelhança das disposições administrativas e financeiras que regulam as medidas de acompanhamento da Reforma da PAC de 1992 e do regime de apoio às ZD. Todas estas medidas serão aplicadas de modo descentralizado por iniciativa dos Estados-membros, mediante programações plurianuais.

O avanço da consciência social e política sobre o que ocorria nos territórios rurais, não se traduziu, no entanto, na consolidação de uma política europeia de desenvolvimento rural autónoma e diferenciada da PAC. Com efeito, “(...) O Regulamento 1257/99 do Conselho [Europeu], resultante da Agenda 2000 e intitulado (confusamente) de Desenvolvimento Rural, era na realidade um regulamento enquadrado no âmbito da clássica política de estruturas agrárias, se bem que com algumas novidades - como a da inclusão dos programas agro-ambientais que anteriormente eram regulados por um regulamento específico [o Regulamento CE nº 2078/92]” (Estrada, 2005: 3), traduzindo, por consequência “(...) uma concepção restrita do desenvolvimento rural (que poderíamos denominar de “agrária”)” (Moyano, 2005:.3).

Uma última e substancial alteração preconizada pela reformulação da PAC em 1999 prende-se com a regulamentação horizontal da política agrícola comunitária. Por outras palavras, prende-se com a questão da modulação e com a regressividade do pagamento das ajudas directas.

Quanto à modulação, os Estados-membros ficarão autorizados a modular os pagamentos directos aos agricultores dentro de determinados limites e em função da totalidade do emprego gerado na exploração. Prevê-se, então, a ocorrência de uma redução parcial, até um máximo de 20%, do valor daqueles pagamentos, no caso de não virem a ser respeitados os níveis de emprego agrícola por exploração, os quais, por sua vez, serão estabelecidos por cada Estado-membro.

Segundo a abordagem da subsidiariedade, e com vista a uma melhor integração do ambiente na PAC, acresce que os Estados-membros passarão a aplicar exigências de carácter ambiental no que se refere aos regimes especiais de apoio ao mercado. Os Estados-membros podem, assim, definir sanções ou reduzir e até mesmo suprimir os pagamentos directos, no caso em que se verifiquem infracções à aplicação daquele tipo de exigências. Se no primeiro caso (sanção por infracção) se trata da aplicação à agricultura do princípio do poluidor - pagador, no segundo caso (redução ou supressão das ajudas por infracção) trata-se do que poderemos designar como o princípio do poluidor - não recebedor.

A poupança de fundos financeiros, resultantes das reduções nas ajudas relativas à modulação e das referidas exigências ambientais, reverterá para os orçamentos nacionais os quais a poderão utilizar enquanto reforço e complemento das medidas agro-ambientais.

O regulamento horizontal respeitante à regressividade dos pagamentos directos estipula, por sua vez, montantes máximos das ajudas totais a conceder por exploração agrícola. Este regime regressivo de pagamento do total das ajudas directas, decorrente das OCM, concretizar-se-á do

seguinte modo: pagamento integral das ajudas até ao valor total de 100.000 ecus por exploração beneficiada; redução de 20% no valor dos pagamentos directos compreendidos entre 100.000 e 200.000 ecus por exploração; redução de 25% no valor dos pagamentos directos superiores a 200.000 ecus por exploração.

A poupança de fundos financeiros daqui resultante reverterá, por seu turno, para o orçamento comunitário, prevendo-se a respectiva reafecção em função das necessidades de financiamento que se venham a verificar.

A reforma da PAC de 1992 introduziu, como vimos, alterações radicais na agricultura comunitária. Com as medidas relativas ao pousio, em particular o *set-aside*, e a queda dos preços de apoio, tal reforma impôs uma revisão significativa dos itinerários técnicos da agricultura, no sentido de menor intensificação e, essencialmente por essa via, de uma menor pressão sobre o ambiente. As propostas da reforma da PAC consignadas na Agenda 2000, por seu turno, procuram atender ao que se considerou serem, no então contexto económico e social da CE, as vertentes essenciais de uma filosofia que contemplasse para além dos aspectos produtivos, os aspectos sócio-ambientais da agricultura.

Essas vertentes são, justamente, o prosseguimento de uma produção qualitativamente melhor e mais diferenciada; a manutenção “de um número suficiente de agricultores”, segundo as proposições de 1992 da reforma da PAC; a passagem do sistema de ajudas directas aos agricultores de uma lógica compensatória, pela diminuição da produção, a uma lógica de remuneração de serviços fundamentais prestados pela agricultura, designadamente os serviços de cariz ambiental.

Resta-nos referir, uma vez mais, que o surgimento de um novo regulamento relativo ao desenvolvimento rural (Regulamento (CE) n° 1257/999) constituiu, apesar dos limites acima referidos, um dos mais interessantes “valores acrescentados” da reforma da reforma da PAC (a Reforma de 1999, levada a cabo no âmbito da designada Agenda 2000).

O regulamento em causa consubstanciava-se, essencialmente, numa maior articulação e coerência entre as diversas medidas nele inseridas e os instrumentos de política agrícola, integrando, num único instrumento jurídico, o conteúdo dos nove regulamentos comunitários até então em vigor: o Regulamento FEOGA relativo aos Fundos Estruturais; os quatro regulamentos relativos ao objectivo 5° da anterior política estrutural (adaptação e melhoria da eficácia das explorações

agrícolas); os três regulamentos referentes às medidas de acompanhamento da Reforma de 1992; e, finalmente, um regulamento sobre ajudas estruturais às medidas florestais.

Em síntese, o acordo de Berlim de 1999 (Agenda 2000) que estabeleceu as directrizes para a PAC no período de 2000 a 2006, incorpora os conceitos de multifuncionalidade agrícola, de desenvolvimento rural, sendo este reconhecido como o 2º pilar da PAC, e de meio ambiente e introduz critérios de equidade e de sustentabilidade na alocação do sistema de ajudas.

Nesse sentido, a Reforma da PAC de 1999 “(...) deve ser positivamente valorizada como uma etapa de consolidação e desenvolvimento do modelo saído da Reforma de 1992 e de criação de algumas das condições necessárias para se enfrentar um novo ciclo que tem por principais balizas, em primeiro lugar, o alargamento, e, em segundo, as negociações internacionais a realizar no âmbito da OMC” (Cordovil e alli, 2004: 61).

Saliente-se, no entanto, que, no quadro das perspectivas financeiras estabelecidas no Documento da Agenda 2000, apenas 10.2% do total da despesa prevista com a PAC - a qual, por sua vez, constituía 43.4% do orçamento total da UE -, se destinava à política de desenvolvimento rural (CE, 2000).

Ademais, as medidas previstas no Regulamento CE nº 1257/1999 obedeciam ao regime de co-financiamento entre a UE e os Estados-membros, variando a participação da UE entre os 25% e os 50% do total das despesas, excepção feita à despesa efectuada com a aplicação das medidas agro-ambientais nas zonas desfavorecidas (de objectivo 1), relativamente às quais a contribuição da UE podia ascender aos 75% (CE, 1999).

3.4. Da Política Agrícola Comum (PAC) à Política Agrícola e Rural Comum (PARC)

Quando em Junho de 2002 a Comissão apresentou a sua Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a Revisão Intercalar da PAC, verificou-se que a Reforma de 1999 era audaciosa e inovadora.

Em Junho do ano seguinte iniciou-se, então, nova reforma da PAC (Reforma Fischler). A reforma da PAC de 2003 (no limiar do alargamento da União para 25 Estados-membros) consubstancia-se em seis grandes linhas de orientação:

- 1) Maior orientação para o mercado, com menor protecção em relação ao exterior e maior liberdade de produção para os agricultores;
- 2) Prioridade acrescida à qualidade e à segurança dos produtos e serviços agrícolas e à preservação do ambiente;
- 3) Salvaguarda e estabilização dos rendimentos dos agricultores;
- 4) Maior equilíbrio na repartição dos recursos financeiros e reforço do desenvolvimento rural;
- 5) Gestão mais simplificada e descentralizada das políticas, sem perda da eficácia e com salvaguarda da boa gestão financeira;
- 6) Maior legitimidade e aceitação por parte dos cidadãos europeus e dos parceiros internacionais da UE.

Por seu turno, os elementos que dão corpo à reforma iniciada em 2003 podem agrupar-se nos seguintes componentes:

- 1) Diversas alterações nas OCM, traduzidas em novas reduções de preços com compensação na adaptação pontual dos mecanismos de intervenção e na criação ou revisão de alguns prémios e ajudas específicas à produção;
- 2) Uma mudança radical dos regimes de apoio directo ao rendimento, desligando da produção a maior parte dos pagamentos directos aos agricultores, substituindo-os por um pagamento único por exploração agrícola e reforçando a condicionalidade;
- 3) Alargamento do âmbito das medidas de desenvolvimento rural e aumento dos respectivos recursos financeiros por modulação (redução) e transferência de uma parte do valor dos pagamentos directos.

A reforma da PAC de 1999 estabelece que, a partir de 2005, todos os montantes dos pagamentos directos que excedam 5000 euros por agricultor serão reduzidos ou modulados numa determinada percentagem (3%, em 2005; 4%, em 2006; 5% nos anos seguintes até 2012) e a poupança assim obtida reverterá a favor do apoio às medidas de desenvolvimento rural, co-financiadas pelo FEOGA Garantia.

Aquando da Reforma da PAC de 2003, os debates para a aprovação de um novo Regulamento do Desenvolvimento Rural – que iria substituir o Regulamento (UE) nº 1257/99 – centraram-se, por sua vez, na discussão de diferentes concepções desse mesmo desenvolvimento rural. Foram três as concepções que emergiram desses debates: a concepção agrária; a concepção territorial e a concepção agro-territorial (Estrada, 2005).

Sigamos a caracterização das referidas concepções, sumariada por Estrada (2005).

A concepção agrária do desenvolvimento rural remete para: conferir à agricultura o estatuto de motor do desenvolvimento das zonas rurais; conferir à PAC o papel de eixo prioritário do desenvolvimento das zonas rurais, devendo manter-se como uma política autónoma; conferir à PAC o estatuto de destinatária dos fundos europeus para o desenvolvimento rural (transferindo recursos do 1º pilar para o 2º pilar); considerar que a multifuncionalidade da actividade agrícola é a melhor prova da sua contribuição para o desenvolvimento rural; e, finalmente, considerar que os objectivos da política agrícola se devem orientar para a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade ambiental.

Para a concepção territorial do desenvolvimento rural, a agricultura não constitui o motor do desenvolvimento rural, há outras actividades mais relevantes; o desenvolvimento rural deve basear-se numa abordagem territorial e não sectorial, ascendente e não descendente e participativa, através da acção de grupos de desenvolvimento, segundo, designadamente, o modelo do projecto Leader; o 2º pilar da PAC deve ser integrado numa política de desenvolvimento rural orientada para o território; deve criar-se um fundo específico para o desenvolvimento rural gerido de modo independente a nível dos territórios, mediante planos estratégicos; o conceito de multiactividade aplica-se ao espaço rural e não à agricultura; os objectivos da política de desenvolvimento rural devem ser guiados pela criação de emprego, a fixação da população, a sustentabilidade e a qualidade de vida em meio rural

A concepção agro-territorial do desenvolvimento rural, por sua vez, toma a agricultura como um elemento fundamental do desenvolvimento das zonas rurais; considera que a PAC se dirige a um colectivo diferenciado de agricultores: os que detêm explorações modernas, as quais há que tornar mais eficientes, e os que detêm explorações não competitivas, as quais há que proteger por razões sociais e territoriais; considera que a PAC, enquanto política autónoma, é necessária para melhorar a competitividade e a eficiência das explorações agrícolas, devendo o 2º pilar manter-se como uma política de estruturas agrárias; e, por fim, sob o conceito de multifuncionalidade agrícola, devem adoptar-se actuações dirigidas a garantir a reprodução das pequenas explorações não competitivas.

O Regulamento do Desenvolvimento Rural de 2003, o Regulamento CE nº 1783/2003, integra as concepção agrária e territorial ou, por outras palavras, toma a concepção agro-territorial do desenvolvimento rural, em torno do 2º pilar da PAC, o qual, ampliado, passa a converter-se na

base sobre a qual assentará a política europeia de desenvolvimento rural. Com efeito, “de este modo pretende[-se] evitar a dissociação observada durante [todos aqueles] anos entre, por um lado, a agricultura e, por outro, o desenvolvimento rural, procurando recuperar a dimensão territorial da actividade agrária e incorporando a dimensão agrária nas estratégias territoriais de desenvolvimento” (Estrada, 2005: 7).

Na sequência do referido regulamento, cria-se o Fundo Europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural (FEADER), separado do FEOGA, o qual passa a denominar-se de FEGA, destinando-se este último a financiar o primeiro pilar da PAC, isto é, a política de mercados.

Acresce que este novo regulamento do desenvolvimento rural confere aos governos nacionais uma ampla margem de manobra para a respectiva aplicação em cada território.

O primeiro eixo do referido Regulamento persegue, assim, dois objectivos: melhorar a competitividade da agricultura e melhorar a qualidade das produções alimentares; o 2º eixo tem por objectivos a gestão sustentável das explorações agrícolas, através do programa agro-ambiental, e a gestão sustentável dos territórios, através da aplicação da Rede Natura 2000; o 3º eixo, por seu turno, tem por objectivos a diversificação das actividades económicas e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Transversal a estes três eixos, o 4º eixo do Regulamento pretende que a abordagem participativa por parte dos diferentes actores sociais, presente em anteriores programas de desenvolvimento rural como, por exemplo, o Programa Leader, seja aplicada aos três eixos anteriores.

A proposta de um novo Regulamento sobre o Desenvolvimento Rural integra, de facto, as duas concepções de desenvolvimento rural: a agrícola (articulada com o primeiro eixo e com parte do segundo, tomando os agricultores como os seus exclusivos beneficiários) e a territorial (articulada com parte do 2º eixo e com o 3º eixo, dirigindo-se ao conjunto da população rural). Desta forma, pretende-se evitar o divórcio entre agricultores e não agricultores, no que à questão do desenvolvimento rural diz respeito.

O novo Regulamento abre caminho a um conjunto de oportunidades para os distintos grupos de interesses presentes nos territórios rurais. No que aos agricultores diz respeito, “[estes] poderão aproveitar as oportunidades da política de desenvolvimento rural enquanto cidadãos residentes no meio rural que adoptam iniciativas benéficas para o conjunto da comunidade”, passando “(...) a defesa dos interesses dos agricultores (...) tanto por concentrar esforços no 1º pilar da PAC (cada

vez mais restritivo), como por ampliar as suas acções para o 2º pilar (no qual a profissão de agricultor encontrará uma nova legitimidade social)” (Estrada, 2005:14).

Segundo o mesmo autor (Estrada, 2005), o Regulamento do Desenvolvimento Rural de 2003 contempla três lógicas que poderão ser dificilmente conciliáveis se não existir uma clara vontade política de as integrar. São elas: uma lógica orientada para a competitividade (a do 1º eixo); uma lógica destinada a promover o desenvolvimento sustentável (a do 2º eixo); e, uma lógica dirigida à criação de emprego, mediante a diversificação de actividades (a do 3º eixo).

Uma das mais significativas inovações do Regulamento em análise prende-se justamente com o facto de este atribuir à agricultura, especialmente às pequenas explorações agrícolas, um papel essencial no desenvolvimento rural, designadamente segundo critérios de sustentabilidade e em sintonia com o princípio da multifuncionalidade. Para esse efeito, amplia-se a margem de manobra dos governos nacionais e regionais na definição e na aplicação das respectivas políticas agrícolas e rurais.

3.5. Notas Conclusivas

Ao longo do período em análise, a PAC sofreu uma série de reformas que a procuraram adaptar às mudanças ocorridas na agricultura da UE e às exigências do mercado mundial. As suas sucessivas mudanças têm vindo, progressivamente, a direccionar-se para a atribuição de menos subsídios à produção, os quais resultam em regulamentação excessiva, distorções de mercado, sobreprodução e problemas ambientais, e para a atribuição de mais pagamentos directos aos agricultores pelos serviços públicos por estes desempenhados, como é o caso da sua contribuição para a manutenção e preservação do ambiente.

A primeira PAC assentou no apoio aos preços de mercado. A política de manutenção de preços elevados ao nível interno foi vítima do seu próprio sucesso, criando nos anos 80 o problema dos excedentes.

A Reforma da PAC de 1992 veio introduzir alterações de relevo na agricultura da UE, tendentes a uma revisão importante do itinerário técnico produtivista da respectiva agricultura e, por essa via, apontando para uma menor pressão sobre o ambiente (pousios obrigatórios, *set-aside*, diminuição dos preços de apoio). A introdução dos pagamentos directos ligados à produção constituiu o seu principal mecanismo de apoio

A reforma da PAC de 1999, resultante da Agenda 2000 procurou, por seu turno, atender a uma nova filosofia a qual pretendia contemplar, de forma crescentemente mais integrada, os aspectos produtivos e os aspectos sócio-ambientais da agricultura (uma produção de melhor qualidade e mais diferenciada, a manutenção do número de agricultores, a evolução das ajudas directas para uma lógica de remuneração de serviços prestados pela agricultura, designadamente os de cariz ambiental), reflectindo o amadurecimento do compromisso em relação ao ambiente, por parte da UE.

A este propósito cabe, ainda, assinalar que, paralelamente à Agenda 2000, surge a designada Directiva Quadro da Água a qual desenvolve uma política comum em matéria de água, considerando que esta não é um produto comercial como qualquer outro, mas um património que deve ser protegido. Com efeito, e no que à água de rega diz respeito, o critério que a Directiva Quadro da Água estabelece é o de que o preço a pagar pela água de regadio deve ser o suficiente para recuperar os investimentos realizados e para compensar os possíveis danos ambientais, causados pela agricultura irrigada (Elfkah e Chóliz, 2005: 11).

A Reforma da PAC de 2003 aprofunda a reforma de 1999 consignando, no essencial, maior liberdade de produção aos agricultores e, simultaneamente, uma sua menor protecção relativamente ao exterior; prioridade à qualidade e à segurança dos produtos e serviços agrícolas e à preservação do ambiente; salvaguarda e estabilização dos rendimentos dos agricultores, bem como uma maior legitimidade e aceitação por parte dos cidadãos europeus e dos parceiros internacionais da UE; e, por fim, maior equilíbrio na repartição dos recursos financeiros.

O principal mecanismo de apoio da Reforma traduziu-se no designado pagamento único. Em algumas produções, quebrou-se a relação entre a produção e o recebimento de pagamentos directos. A Reforma conferiu, ainda, aos Estados-membros a possibilidade de fixar o novo pagamento único ao nível dos pagamentos históricos ou ao nível da área.

Paralelamente, atribuiu às medidas do 2º Pilar da PAC cerca de 5% dos antigos pagamentos directos e introduziu uma nova condicionalidade, qual seja: o recebimento de pagamentos directos ficaria condicionado à manutenção da terra em “boas condições ambientais e agrícolas”. O facto de os Estados-membros poderem reter uma parte dos montantes relativos a esse tipo de pagamentos, não obviou, todavia, a que uma proporção significativa da despesa em pagamentos directos (cifrada em cerca de 40% do total do orçamento da PAC de 2003) permanecesse ligada à produção (Department of Environment, Food and Rural Affairs, 2005).

Em poucas palavras, podemos concluir que a reforma da PAC de 2003 resulta não só do alargamento da UE, como também da necessidade quer de se chegar a um acordo no contexto das negociações com a OMC, quer, ainda, de se introduzirem medidas de política mais adequadas à promoção da multifuncionalidade agrícola.

Em síntese, com a PAC do final do século (a de 1999) assiste-se a uma renovação dos objectivos presentes na Reforma da PAC de 1992, conferindo-se maior ênfase à questão da multifuncionalidade da agricultura. A ênfase atribuída à multifuncionalidade da agricultura é, todavia mais discursiva do que efectiva, uma vez que não é acompanhada pela renovação coerente dos respectivos instrumentos de apoio. Daqui resulta que, após as Reformas de 1992 e de 1999, a matriz inicial da PAC tenha persistido, prevalecendo, o *status quo* (Raul Jorge, s/d).

Em contrapartida, a PAC do virar do século (a de 2003) tem por objectivos, como vimos, promover uma agricultura competitiva, mais respeitadora do ambiente e mais preocupada com a qualidade e a segurança alimentar; uma agricultura diversificada e que preserve o valor das paisagens e do mundo rural. O apoio à agricultura é, então, justificado pelo facto de ela prestar um conjunto diversificado de serviços necessários ao funcionamento da sociedade como um todo. A evolução e a composição recente e futura da PAC (Quadro 3.1), segundo dados da OCDE, sintetizam e ilustram o que temos vindo a referir. Se não, vejamos:

Quadro 3.1: Evolução Recente e Composição Futura da PAC (valores em percentagem)

Tipos de medidas de políticas agrícolas	1986/88 (dados OCDE)	2001/2003 (dados OCDE)	2013 (projeções OCDE)	Após 2013 (estimativas)
Medidas de suporte aos preços de mercado	83	54	50	25
Pagamentos directamente ligados à produção	5	30	3	-
Pagamentos directamente desligados da produção	2	4	35	55

Tipos de medidas de políticas agrícolas	1986/88 (dados OCDE)	2001/2003 (dados OCDE)	2013 (projeções OCDE)	Após 2013 (estimativas)
Apoios indirectos aos produtores	10	12	12	20
Total	100	100	100	100

Fonte: Jorge, Raul (s/d), “A Política Agrícola Comum. Perspectivas para a Agricultura Portuguesa”, Departamento de Economia e Sociologia Rural do ISA/UTL: 31.

Nos dois primeiros períodos de tempo considerados (1986/1988 e 2001/2003) assistiu-se a acentuada diminuição da percentagem dos apoios conferidos aos preços de mercado, acompanhada por um aumento substancial da percentagem atribuída aos pagamentos directamente ligados à produção e por um aumento, ainda que menos significativo, da percentagem atribuída aos pagamentos directamente desligados da produção e aos apoios indirectos aos produtores.

As estimativas da OCDE para 2013 e para o período após 2013 tendem a reforçar a filosofia expressa na Reforma da PAC de 2003. Com efeito, e ainda que de estimativas se trate, a partir de 2013 verificar-se-ia muito acentuada diminuição percentual (abaixo do valor percentual verificado no período de 1986/88) dos pagamentos directamente ligados à produção até à sua completa extinção, após aquela data. A proporção do orçamento total atribuída aos pagamentos directamente desligados da produção registaria, por seu turno, um aumento percentual muito acentuado, passando dos 35%, em 2013, para os 55%, no período após 2013. Por fim, a proporção destinada aos apoios indirectos aos produtores passaria de 12%, em 2013, para 20%, no período após 2013, registando assim, também ela, aumento significativo.

A diminuição do valor percentual das medidas de apoio aos preços de mercado e aos pagamentos directamente ligados à produção seria, assim, compensada pelo aumento do valor percentual das medidas relativas aos pagamentos directamente desligados da produção e aos apoios indirectos aos produtores.

Em suma, as estimativas da OCDE para 2013 e para após aquela data apontam, inequivocamente, no sentido da necessária continuação do aprofundamento das sucessivas reformas da PAC e, ao fazê-lo, reforçam a importância atribuída à questão do desenvolvimento rural.

Com efeito, a questão do desenvolvimento rural e das respectivas políticas ou, por outras palavras, a questão da passagem de uma política agrícola comum (PAC) a uma política agrícola e rural comum (PARC) e respectiva consolidação impor-se-á, cada vez mais, como problemática central da preservação quer dos territórios rurais, quer do ambiente rural.

No âmbito de tal política, o contributo da agricultura sob modalidades económica e socialmente diversificadas, desde as associadas à prática da multifuncionalidade, no cumprimento das designadas novas funções do rural e da ruralidade nas sociedades contemporânea, às associadas a sistemas extensivos e a processos de modernização ecológica, como sejam as práticas agrícolas de protecção e de produção integrada ou a prática de uma agricultura biológica, é, todavia, imprescindível.

Só em 1999 a política de desenvolvimento rural inicia, ainda que sob uma perspectiva predominantemente agrária, o respectivo processo de consolidação enquanto política diferenciada da PAC, procurando integrar, em moldes globais, os problemas dos territórios rurais e as procuras urbanas que, cada vez mais, se fazem sentir sobre esses territórios.

Ao Regulamento CE nº 1783/2003 subjaz, ao invés, uma orientação agro-territorial da política de desenvolvimento rural na Europa comunitária, a qual, como vimos, atribui à agricultura um papel fundamental no desenvolvimento das zonas rurais; concebe a política agrícola como uma política que se deve dirigir a um colectivo diferenciado de agricultores (agricultores detentores de explorações modernas e agricultores detentores de explorações não competitivas); reconhece a importância da PAC enquanto política autónoma, com vista a melhorar a competitividade e a eficiência das explorações agrícolas; e, por fim, advoga que, sob os conceitos de multifuncionalidade agrícola e rural, se devem adoptar actuações dirigidas a manter a reprodução das pequenas explorações não competitivas.

Nesse sentido, o quadro das actuações visando o desenvolvimento dos territórios rurais passa pela consideração de que os elementos constituídos pelo território, pela paisagem, pelo ambiente, pela economia produtiva e pelas actividades recreativas e de ócio não são elementos estanques, devendo, antes, ser tomados como um todo interdependente (Estrada, 2005).

Em síntese, o aprofundamento da reforma das OCM, por um lado, e o Regulamento do Desenvolvimento Rural, ambos datados de 2003, por outro, introduzem, inegavelmente, um novo quadro de integração da agricultura e do espaço rural na sociedade e conferem maior margem de

manobra aos governos nacionais e regionais na definição das respectivas políticas agrícolas e rurais.

Assim sendo, a concretização do processo de desenvolvimento rural será, em boa medida, tributária do lugar conferido, por cada um dos Estado-membros, à agricultura e aos territórios rurais na respectiva sociedade envolvente. Reportando esta problemática ao caso português, João Ferrão refere, que “a missão extensionista que tão útil se revelou no que se refere às actividades agrícolas é importante, mas insuficiente. De facto, o patamar de exigência, nos dias de hoje, deve ser outro: colocar na agenda das instituições de sede urbana os problemas do mundo rural” (Ferrão, 2000: 49).

Se a primeira Reforma da PAC deste século (datada de Junho de 2003) vai ter um impacte sobre a agricultura portuguesa, tanto mais significativo quanto a sua aplicação comportará riscos de abandono da produção e do território, as novas orientações por ela contempladas, designadamente as relativas às novas medidas agro-ambientais e às novas oportunidades de reconversão dos sistemas de produção agrícola, podem vir a constituir um contributo muito significativo para a minimização dos referidos riscos (Avillez, s/d).

Nesse sentido, será necessário que os centros de decisão nacionais, ainda que no âmbito de uma política comum, coloquem efectivamente, parafraseando Ferrão (2000: 49), “(...) na agenda das instituições de sede urbana os problemas do mundo rural”, o que significará enfrentar, concomitantemente, dois grandes desafios, a saber: como minimizar os riscos de abandono da produção e, sobretudo, como aproveitar as novas oportunidades de reconversão, atendendo às vantagens comparativas que o nosso país apresenta, relativamente aos outros países do Norte e do Centro da Europa comunitária. Voltaremos a esta questão no capítulo subordinado ao título Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável em Portugal, no qual, a propósito, entre outras questões, da análise do discurso sobre o desenvolvimento rural em Portugal e dos principais aspectos das respectivas políticas, discutimos e analisamos as referidas vantagens comparativas.

Capítulo 4. A AGRICULTURA PORTUGUESA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1970 E 2000: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Neste capítulo, analisam-se de início as relações de troca que, em 1970, a agricultura mantinha com os outros sectores da economia, as quais apontavam para o predomínio de uma economia agrícola parcialmente mercantil, resultante do peso numérico e das respectivas características de parte significativa do então sector constituído pelas explorações agrícolas familiares. Procederemos em seguida à caracterização, em geral, das estruturas agrárias e respectiva evolução durante o período em análise, com particular destaque para o subperíodo compreendido entre 1979/81 e 1999/2000¹⁴, não sem antes fazer uma breve apresentação e análise de alguns dos principais traços gerais da evolução da agricultura e respectivas estruturas, reportando-nos a 1950.

Advirta-se que a análise dos materiais de índole empírica coligidos e trabalhados neste capítulo não tem a pretensão de ser exaustiva, antes obedece a um fio condutor que pretende restituir os principais aspectos e contextos do processo de transformação da agricultura e do espaço rural portugueses, durante os últimos trinta anos do passado século.

4.1. O Sector Agrícola nas Relações de Troca Intersectoriais em 1970: Uma economia agrícola tendencialmente camponesa

A análise do lugar ocupado pelo sector agrícola na troca de bens e de serviços com os outros sectores económicos contribui de forma expressiva para a determinação do tipo de inserção do sector na sociedade portuguesa no início do período em estudo. Ao abordar esta questão importa sair da mera análise quantitativa e económica e enveredar por uma análise que permita compreender o significado social de cada um dos aspectos relacionados com a inserção do sector

¹⁴ A datação em causa corresponde à disponibilidade de dados gerais publicados pelo INE relativos, respectivamente, à população e à estrutura das explorações agrícolas; por outras palavras, às datas de realização dos Recenseamentos da População e da Agricultura. Refira-se que os Recenseamentos Agrícolas anteriores ao de 1979 reportam-se aos anos de 1968 e de 1953-54.

no mercado a montante e no mercado a jusante, bem como a articulação ou o desfasamento entre ambos os tipos de inserção mercantil.

Embora se trate essencialmente de um problema de análise económica, a problemática da inserção mercantil do sector agrícola encerra em si mesma uma multiplicidade de dimensões sociais, só possíveis de destacar mediante uma análise que passe, necessariamente, pela apreensão dos mecanismos de “reação” ao mercado, por parte do referido sector; mecanismos esses que mais não são do que o resultado de lógicas económicas próprias e de características peculiares do meio social em que a agricultura se desenvolve.

Tratar de analisar o lugar e as funções da agricultura e, mais genericamente, do espaço rural implica ter presente o que João Ferreira de Almeida (1977) designa por funções internas e por funções externas do espaço rural. É a análise das funções externas do espaço rural, as quais, de certa maneira, estruturam as formas através das quais se concretizam as respectivas funções internas, que, em parte, nos informará sobre os tipos e as modalidades de inserção da agricultura na sociedade englobante.

Analise-se, então, as funções de fornecimento de bens alimentares e de acumulação de capital a montante e a jusante. No que respeita ao mercado a montante, vimo-nos impossibilitados de contemplar as compras de bens de capital¹⁵; trabalharemos apenas com as aquisições de bens intermédios. Todavia, a não inclusão da análise dos bens de capital não vem colocar decisivamente em causa os resultados obtidos. Em 1970, o investimento no sector agrícola representava apenas 6.4% do investimento total da economia.

A análise contemplará igualmente – ainda que muito sucintamente - o lugar do sector no comércio externo, não só porque podemos e devemos considerar o seu posicionamento no comércio externo como um prolongamento da sua função nas trocas intersectoriais nacionais, mas também porque só a consideração desta dimensão permitirá apreender as formas específicas assumidas pelo relacionamento da agricultura com o resto da economia.

Utilizámos o *Sistema de Matrizes da Economia Portuguesa* para 1970 como fonte de informação privilegiada já que a metodologia *input-output* constitui elemento de valioso contributo para o estudo da mercantilização de um dado sector económico. Atendendo ao tipo de material

¹⁵ Visto que não dispomos de dados referentes às amortizações de capital, isto é, ao montante de bens de capital consumido no ano em análise (1970).

estatístico disponível, a análise far-se-á em termos do conjunto do sector agrícola e respectivos subsectores e para o conjunto do país, ficando por especificar as variações existentes segundo os produtos, as regiões e os tipos de agricultura.

Dadas as características heterogéneas da agricultura portuguesa em 1970 quer do ponto de vista sectorial, quer do ponto de vista regional, o tipo de material disponível introduz algumas limitações. Na verdade, a par de uma agricultura capitalista de elevada dimensão, fortemente mercantilizada, coexistia, à época, uma agricultura familiar, também ela heterogénea, na qual se podiam recortar três tipos básicos: a agricultura complementar (correspondendo a uma situação de pluriactividade ou de plurirendimento); a agricultura residual (correspondendo a uma situação de complemento de pensões e reformas); e, a agricultura mercantil com formas e ênfases diferenciadas no que respeitava à respectiva inserção no mercado. Saliente-se, portanto, que a homogeneidade sugerida pelos materiais empíricos e pelo método utilizado está longe de ser real.

4.1.1. O Contributo da Análise Input-Output – Virtualidades e Limites

As matrizes de relações interindustriais são “um método de análise que tira partido do modelo relativamente estável do fluxo de bens e serviços entre os elementos da economia, para obter uma imagem estatística muito mais pormenorizada do sistema” (Leontief, 1996:14). Apresentam-se como quadros de dupla entrada, onde as linhas indicam como o *output* de cada sector da economia é distribuído pelos outros sectores e as colunas indicam como cada sector obtém dos outros sectores os *inputs* de bens e serviços necessários à respectiva produção. As principais aplicações concretas da análise *input-output* são os estudos de estruturas económicas e a previsão e planificação.

A principal virtualidade desta metodologia é a de permitir inter-relacionar, no caso, o sector agrícola – bem como os seus subsectores agricultura, silvicultura e pecuária – com os restantes ramos da economia, possibilitando, assim, uma análise mais integrada da respectiva inserção na economia nacional. Em última análise, esta metodologia permite definir aquilo que Malassis designa por campo de “*affaires agricoles*” (Malassis, 1973a: 223) e que está na origem dos primeiros desenvolvimentos da chamada economia agro-alimentar.

Um dos limites mais óbvios dos quadros *input-output*, no caso dos sistemas de matrizes para Portugal, reside na inexistência de tais quadros por regiões e por sectores económicos. Com efeito, apenas se ensaiaram matrizes para o continente contemplando todos os ramos – 60 no caso

do *Sistema de Matrizes* para 1970 – através dos quais se traduziu a economia portuguesa, não se dispondo, portanto, de uma matriz para o sector agrícola a qual se revelaria de importância crucial. Tal reflecte-se, imediatamente, no sistema de agregações que foi possível levar a cabo, o qual se revela insatisfatório.

Os ramos foram definidos “por grupos de produtos correspondentes a bens produzidos ou serviços prestados, característicos de uma determinada actividade económica, de modo que cada grupo de produtos está incluído num e num só ramo da matriz” (GEBEI, 1970:14). Uma maior desagregação por produtos permitir-nos-ia chegar a uma análise mais pormenorizada da mercantilização do sector, nomeadamente do tipo ou tipos de produtos mais utilizados como *inputs* intermédios, no referente à mercantilização a montante¹⁶, e da definição das indústrias agrícolas e alimentares, principais clientes do sector, no referente à mercantilização a jusante.

Resta-nos chamar a atenção para aquilo que na terminologia *input-output* se designa por procura final. Os produtos destinados à procura final não coincidem aqui com uma definição em termos de utilização final. Assim, os bens destinados à exportação contemplam, em termos da sua utilização, quer bens finais, quer bens intermédios.

Utilizámos na análise que se segue a *Matriz das Relações Intersectoriais*, *A Matriz da Produção Nacional* e a *Matriz das Importações*. Todos os fluxos estão registados, como não podia deixar de ser, em termos de preços. O sistema de preços utilizado foi o sistema de preços ao produtor.

4.1.2. A Mercantilização do Sector Agrícola. Análise das Relações Intersectoriais

Tendo presente a especificidade do sector agrícola enquanto sector de actividade, a primeira questão que se nos coloca tem a ver com o facto de o agricultor não produzir exclusivamente para o mercado. A capacidade de auto-consumo – quer consumo propriamente dito, quer auto-consumo produtivo (ou auto-aprovisionamento) – por parte do sector permite explicar que a

¹⁶ O Ramo 29 – Produtos Químicos de Base, por exemplo, engloba, sob esta designação, uma vasta gama de produtos de que apenas os sub-ramos Adubos, Fungicidas e Pesticidas produzem exclusivamente para o sector agrícola.

inserção mercantil a montante e a inserção mercantil a jusante possam ser, sejam nalguns casos, relativamente independentes entre si.¹⁷

Todavia, sob certas condições, o agricultor “deixa de ter a alternativa de, consoante a conjuntura [...], incrementar a produção destinada [ao] mercado ou, pelo contrário, acrescer a retida para o consumo da família. [...] Com frequência, o momento em que a opção deixa de ser possível é determinado pelo nível de implicação mercantil a montante” (Barros, 1981:128). Para além desta situação limite, fortemente correlacionada com uma agricultura especializada, toda uma variada gama de situações pode subsistir, relativamente às quais a análise da mercantilização a jusante e, sobretudo, a análise da sua articulação ou do seu desfazamento com a mercantilização a montante só é inteligível se procurar traduzir a especificidade económica da agricultura enquanto sector de actividade, particularmente quando se trata de uma agricultura familiar camponesa, a qual apresenta um relacionamento muito específico com o mercado.

Em termos práticos, um dos indicadores a reter seria o resultante da análise da questão da articulação ou desfazamento entre a inserção mercantil a jusante e a montante, tomando produção a produção. Consoante o tipo de produção(ões) comercializada(s), maior ou menor seria a dependência total relativamente ao mercado a montante. Com efeito, o agricultor que pratica a policultura pode orientar para o mercado certo tipo de produções¹⁸ a fim de realizar os recursos monetários necessários a um reforço da inserção mercantil a montante não dessas, mas de outras produções.

Outra questão com implicações decisivas no nível de mercantilização do sector agrícola, particularmente importante no caso do sector agrícola português em 1970, é a questão da emigração. A emigração da população rural, “embora tradicional [...] acelerou-se nos anos 50, e principalmente a partir de 1960, e as remessas dos emigrantes passaram a constituir factor de relevo na economia nacional” (Rocha, 1979:850).

A emigração, permitindo o acesso a recursos monetários obtidos através das respectivas remessas, pode concorrer para um fechamento no auto-consumo, ainda que, em muitos casos, se assista a um recurso, eventualmente acrescido, ao mercado a montante. Tais recursos monetários

¹⁷ A situação de plurirendimento e a pequena dimensão de boa parte das explorações agrícolas não fazem mais do que reforçar esta questão.

¹⁸ É, nomeadamente, o caso daquelas produções que vêm o seu preço tabelado. É sabido que a questão dos preços é uma das coordenadas fundamentais de qualquer política agrícola.

representavam uma importante fonte de receita das famílias agrícolas. Com efeito, “[...] a relação entre as remessas recebidas pelo sector agrícola e o produto agrícola bruto aumentou de 1% no início da década de 50 para 6% em 1960, 26% em 1970 e 35% em 1972” (Rocha, 1979:850, 851).

Também as situações provenientes da pluriactividade e do plurirendimento, as quais, por seu turno, possibilitam o acesso a recursos monetários provenientes quer de salários auferidos noutros sectores de actividade, quer de pensões de reformas ou de juros de depósitos¹⁹, podem concorrer para explicar o eventual desfasamento entre o grau de inserção do sector no mercado a montante e no mercado a jusante. Sem negar a existência de, certamente, toda uma variedade de situações, se o impacte da pluriactividade ou do plurirendimento e da emigração não se traduzir, fundamentalmente, numa menor inserção mercantil a jusante, pode, todavia, justificar o referido desfasamento.

O projecto de emigração continha elementos de uma estratégia para assegurar a viabilidade/reprodução das explorações agrícolas. Tal facto, pelo menos numa primeira fase, ter-se-á traduzido numa eventual maior implicação mercantil das explorações agrícolas pertencentes às famílias de emigrantes. Pelo contrário, a prática da pluriactividade tendia, em muitos casos, a revelar-se uma estratégia de abandono da agricultura.

É, sobretudo, problematizando, a este e a outros níveis, a questão da mercantilização do sector agrícola que poderemos detectar a lógica de funcionamento económico de vastos sectores da agricultura portuguesa, nomeadamente do sector da agricultura familiar²⁰, e, do mesmo passo, projectar a presença dessa mesma lógica económica na avaliação da questão relativa ao grau de inserção mercantil da agricultura portuguesa no seu conjunto.

Acresce que a evolução da função da agricultura nas trocas intersectoriais explica-se, ainda, pela parte relativa que a mesma ocupa no emprego. Com efeito, a disponibilidade de força de trabalho permite, sob certas condições, que as relações entre os factores de produção acabem por minimizar as substituições de tipo factor terra por factor capital e de factor trabalho por factor capital, privilegiando a substituição mútua entre os factores terra e trabalho, com o consequente modelo de inserção assimétrica no mercado a jusante e a montante.

¹⁹ Nalguns casos, tais recursos monetários podem provir de lucros realizados noutros sectores de actividade.

²⁰ Uma agricultura mercantil não é forçosamente uma agricultura capitalista.

Refira-se, a este propósito, que, em 1970, a população activa agrícola com profissão agrícola representava, em Portugal, 30% do total da população activa com profissão. Se passarmos do efectivo de pessoas profissionalmente activas para o número de famílias, a situação, neste domínio, aparece com um peso substancialmente acrescido. Para o mesmo ano de 1970, as famílias com função produtiva agrícola representavam 41.1% do total das famílias portuguesas²¹, (Cordovil, 1979a).

4.1.3. Relações do Sector Agrícola com o Mercado a Montante – A Agricultura enquanto Mercado Comprador de Produtos Intermédios

O Quadro 4.1 dá-nos uma ideia, para cada subsector, do peso dos consumos intermédios totais, nacionais e importados no consumo intermédio total, nacional e importado da economia. O peso do sector agrícola no consumo intermédio total da economia no seu conjunto era de apenas 9%, o que apontava, ainda que de forma relativamente imprecisa, para uma fraca inserção do sector no mercado a montante.

Quadro 4.1: Importância do sector agrícola enquanto mercado comprador de produtos intermédios em 1970 (percentagens relativamente aos totais da economia)

Origem dos produtos intermédios	01 Agricultura	02 Silvicultura	03 Pecuária	Total
Nacional	6.63	0.14	3.64	10.41
Importado	1.95	0.04	1.65	3.64
Total	5.65	0.12	3.22	8.99

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Era a agricultura a que concorria com as percentagens mais elevadas para o total dos consumos intermédios consumidos pela economia, seguindo-se-lhe a pecuária. A silvicultura assumia expressão muito reduzida.

²¹ Entende-se por família com função produtiva agrícola aquela em que, pelo menos, um dos seus membros exerce trabalho produtivo na agricultura, em regime remunerado ou em regime não remunerado.

A estrutura do consumo intermédio em termos de produtos nacionais e importados parece apontar para que o sector agrícola português assentasse predominantemente no mercado interno – apenas 8.5% do total do consumo intermédio do sector provinha do exterior.

Porém, se acrescentarmos à análise das importações directas a componente das importações indirectas, veremos que a conclusão anterior vem substancialmente alterada. Tomámos como componente indirecta de importação, o total dos efeitos de importação de *inputs* intermédios dos ramos nacionais importadores líquidos, fornecedores de produtos intermédios ao sector agrícola imputáveis ao sector²².

O quadro 4.2 permite-nos avaliar do total do valor importado em consumos intermédios, bem como do peso nesse valor da componente directa e da componente indirecta de importação. Verifica-se que a consideração desta última componente no valor importado total vem alterar significativamente as conclusões, sobretudo no caso da pecuária.

Quadro 4.2: Percentagem directa e indirectamente importada nos consumos intermédios do sector agrícola - 1970

Valores	01 Agricultura	2 Silvicultura	03 Pecuária	Total
Valor directo importado	78.5 (1)	64.1 (1)	43.2 (1)	57.2 (1)
	7.2 (2)	6.6 (2)	10.7 (2)	8.5 (2)
	53.6 (3)	1.0 (3)	45.3 (3)	100.0 (3)
Valor indirecto importado	21.5 (1)	35.9 (1)	56.8 (1)	42.8 (1)
	2.0 (2)	3.7 (2)	14.1 (2)	6.4 (2)
	19.7 (3)	10.2(3)	79.6 (3)	100.0 (3)
Total do valor importado	100.0 (1)	100.0 (1)	100.0 (1)	100.0 (1)
	9.2 (2)	10.2 (2)	24.8 (2)	14.8 (2)
	39.1 (3)	0.9 (3)	60.0 (3)	100.0 (3)

²² Calculámos, para cada ramo fornecedor (com excepção dos ramos 01., 02., 03.) de produtos intermédios para o sector agrícola, os efeitos de importação de *inputs* desse ramo imputáveis à agricultura, segundo a expressão:

Somatório para todos os ramos fornecedores de produtos intermédios ao sector agrícola do total dos produtos intermédios adquiridos pelo sector agrícola provenientes do ramo x [(total dos produtos intermédios importados pelo ramo – total das exportações do ramo)/valor bruto da produção (VBP) do ramo].

Valores	01 Agricultura	2 Silvicultura	03 Pecuária	Total
Total dos consumos intermédios	100.0 ⁻ (2) 62.8 (3)	100.0 ⁻ (2) 1.3 (3)	100.0 ⁻ (2) 35.9 (3)	100.0 ⁻ (2) 100.0 (3)

(1) Percentagem em relação ao total do valor importado.

(2) Percentagem em relação ao total dos consumos intermédios.

(3) Percentagem em relação ao total (ramos 01.+02.+03.).

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Neste caso, o peso da componente importação indirecta era de 56.8%, passando a importação a representar 24.8% dos consumos intermédios totais, isto é, mais do dobro. A pecuária era, por outro lado, responsável por 79.6% da componente indirecta de importação do sector.

Passemos à análise da importância relativa dos consumos intermédios no sector agrícola. Um primeiro indicador dá-nos o grau de transformação/intensidade de utilização de produtos intermédios (Quadro 4.3.); isto é, fornece-nos o peso dos consumos intermédios na produção total do sector e subsectores.

Quadro 4.3: Coeficientes directos de produção. Grau de transformação/intensidade de utilização de produtos intermédios

Ramos	CI/VBP
01. Agricultura	0.35
02. Silvicultura	0.05
03. Pecuária	0.40
Total (01.+02 +03)	0.34

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Cabia à pecuária maior recurso a consumos intermédios por unidade de valor bruto de produção (VBP) – 0.40 -, logo seguida da agricultura, com 0.35. A silvicultura, como seria de esperar, apresentava valor mínimo sob este indicador. Para o sector no seu conjunto, a intensidade de utilização de produtos intermédios correspondia a 34% do VBP.

Porém, dadas as já referidas características da agricultura enquanto sector produtivo²³, a consideração do auto-provisionamento não só é imprescindível para corrigir os valores atrás calculados, como fornece um indicador da caracterização e da evolução do sector.

Não tendo dados relativos ao montante dos *inputs* intermédios de origem agrícola provenientes do auto-provisionamento, construímos o Quadro 4.4. o qual nos fornece a percentagem de *inputs* nacionais de origem agrícola no total de *inputs* nacionais do sector e subsectores. Trata-se de medir a intensidade das trocas do sector com ele próprio. Na sector agrícola português, essa intensidade assumia, à data, o valor de 35%. Por outras palavras, mais de um terço dos produtos intermédios consumidos pelo sector não passava por qualquer transformação industrial²⁴. Era na pecuária que se observava maior participação dos outros sectores da economia.

Quadro 4.4: Percentagem de inputs nacionais originários do sector agrícola no total dos inputs nacionais do sector e do subsector

Ramos	Percentagem de <i>inputs</i> agrícolas
01 Agricultura	43.3
02 Silvicultura	7.0
03 Pecuária	21.3
Total (ramos 01.+02.+03.)	35.0

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Se bem que não estejamos exactamente perante um indicador da “intensidade interna” do conjunto das explorações agrícolas (Tepicht, 1973), na medida em que não se está perante os *inputs* de origem agrícola provenientes do auto-provisionamento, aqueles valores são de molde a sugerir que não se tratava de uma circulação de meios de produção no interior do sector, de

²³ Um agricultor não produz exclusivamente para o mercado, o que introduz um aspecto diferenciador relativamente aos restantes sectores económicos. Trata-se da questão da criação de valor de uso por parte das explorações agrícolas, a qual assume particular importância no caso de muitas explorações agrícolas familiares.

²⁴ Os *inputs* de origem industrial consumidos pelo sector agrícola representavam, em 1970, apenas 18% do valor bruto da produção (VBP). Este valor era, em 1972, de 64% em França, 81% na Holanda, 70% na Inglaterra e 67% na Alemanha (Malassis, 1973c).

exploração agrícola para exploração agrícola, o que apontaria para uma eventual especialização, mas, sobretudo, no interior de uma mesma exploração.

Todavia, como sugere Tepicht (1973), é no valor assumido pelas transferências²⁵ da produção animal à vegetal (0%), da produção vegetal à animal (19%) e no interior da produção vegetal (43%,) que, conhecida a estrutura da agricultura de um dado país, se pode equacionar a hipótese acima enunciada.

A ser assim, se bem que com todas as limitações que a metodologia *input-output* impõe, estaríamos perante um dos elementos do relacionamento da agricultura com o mercado que apontaria para o seu “carácter camponês”²⁶. A articulação deste indicador com o indicador do peso do sector no domínio do trabalho parece reforçar esse carácter. Com efeito, em 1968/70 as famílias com função produtiva agrícola representavam 46% do número total das famílias do continente; a repartição percentual das famílias com função produtiva agrícola, segundo a actividade económica principal dos respectivos membros, era, por seu turno, a seguinte: 29.7% eram constituídas por famílias cuja função principal passava pela prestação de trabalho assalariado agrícola; 53.9% eram constituídas por famílias cuja função principal era a do exercício de trabalho não remunerado agrícola; e, 16.4% tratava-se de famílias cuja função principal era a do desempenho de uma actividade não agrícola (Cordovil, 1979a).

Em reforço desta tese, atente-se, igualmente, nos valores registados pelas taxas médias de crescimento da produtividade do trabalho no sector agrícola (1960/1976) quando comparadas com as da produtividade do trabalho no sector não agrícola (Quadro 1, Anexo A) e no tipo de força de trabalho agrícola utilizada – força de trabalho envelhecida e feminina. Em 1968, segundo o *Inquérito às Explorações Agrícolas*, 53% dos trabalhadores que integravam o pessoal das explorações agrícolas eram mulheres.

Acresce que o desenvolvimento do sector da pecuária, justamente por volta dos finais da década de 60, princípios de 70²⁷, como “especulação” que permite valorizar as designadas forças marginais ou não transferíveis da exploração agrícola (Tepicht, 1973), isto é, o trabalho a tempo

²⁵ Os valores entre parênteses referem-se ao quantitativo, no caso português -1970 -, das respectivas transferências.

²⁶ Entendemos por tal, uma agricultura com uma lógica não especificamente empresarial, mas sim uma lógica parcialmente mercantil (Tepicht, 1973).

²⁷ Ver INE, *Repartição Regional do Produto*, 1960 e 1970.

parcial das mulheres, crianças e velhos, é uma das estratégias, quando outras alternativas não são possíveis, da exploração agrícola camponesa. Com efeito, em 1970, a distribuição do produto da pecuária, por classes de área, era a seguinte: até 20 ha concentrava-se 77% da produção total de leite de vaca e até 4 ha, 47%; 77% do produto da carne de bovino estava concentrado nas explorações até 20 ha e 49% nas explorações até 4 ha; por último, e no que respeita ao produto da carne de suíno, até 20 ha concentrava-se 79% da produção total do continente e até 4 ha, 55% (Cordovil, 1979b).

Para avaliar dos ramos principais fornecedores de produtos intermédios ao sector agrícola, destacámos os ramos cuja percentagem, no total dos *inputs* intermédios totais do referido sector, fosse maior do que 1% e agregámos, sob a designação de “Outros ramos”, aqueles cuja percentagem fosse inferior a 1%.

Os ramos que assumiam maior importância (quadro 2, Anexo A) eram, para além do ramo 01. Agricultura (34.1%), o ramo 11. Alimentos para animais (23.3%) e o ramo 29. Produtos químicos de base (17.9%). Na agricultura, o destaque ia para os ramos 01. Agricultura (43.1%) e 29. Produtos químicos de base (28%). Na silvicultura para os ramos 40. Produtos metálicos (39.5%) e 59. Bancos, seguros e operações sobre imóveis (30.1%). Na pecuária, salientavam-se os ramos 11. Alimentos para animais (59.5%) e 01. Agricultura (19%). Não se regista alteração no posicionamento relativo dos ramos fornecedores quando passamos dos consumos intermédios nacionais para os consumos intermédios totais (nacionais mais importados), uma vez que a componente directa de importação apresentava peso diminuto, cabendo, desse ponto de vista, papel fundamental às indústrias nacionais.

Através do indicador fornecimentos do ramo²⁸ ao sector (subsectores)/VBP do mesmo ramo, podemos ter uma ideia da importância do sector agrícola para os ramos nacionais a montante (quadro 3, Anexo A). Se excluirmos o ramo 11. Alimentos para animais e o ramo 29. Produtos químicos de base, a importância do sector para os restantes ramos é diminuta. De facto, no caso do ramo 11. Alimentos para animais os fornecimentos ao sector representavam 98% do respectivo VBP e no caso do ramo 29. Produtos químicos de base 30%. O valor assumido pelo ramo 01. Agricultura era de 20%, apontando, mais uma vez, para um peso não negligenciável das

²⁸ Para aqueles ramos que representavam mais de 1% do total dos *inputs* intermédios nacionais consumidos pelo sector agrícola.

relações no interior do sector agrícola. A esmagadora importância do valor assumido pelo coeficiente em análise no caso do ramo 11. Alimentos para animais, quando comparada com a de outros ramos, tem fundamentalmente que ver com o facto de se estar a trabalhar com ramos e não com produtos.

A consideração da importância de cada um dos subsectores para os ramos nacionais a montante associa, como seria de esperar, os ramos 29. Produtos químicos de base e 01. Agricultura à agricultura e o ramo 11. Alimentos para animais à pecuária. Indica-nos-nos, ainda, o tipo de inserção de cada um dos subsectores no mercado a montante. Pode concluir-se por um baixo grau de diversificação dos *inputs* de origem industrial que, à data, eram incorporados no processo de produção do sector agrícola. No que concerne aos ramos 33. Produtos químicos diversos, 34. Derivados do petróleo e do carvão e 40. Produtos metálicos, o subsector agricultura assumia importância diminuta (da ordem dos 3% a 8%). A silvicultura não tinha praticamente expressão para os ramos nacionais a montante.

Para o total dos *inputs* intermédios importados pelo sector (Quadro 4, Anexo A). contribuíam decisivamente os ramos 01. Agricultura, 29. Produtos químicos de base e 11. Alimentos para animais com 38.1%, 27.2% e 8.6%, respectivamente. Os *inputs* provenientes destes ramos representavam cerca de 74% do total das importações daquele tipo de bens. A comparação com a estrutura dos *inputs* intermédios de origem nacional revela-se interessante: no caso da pecuária, o peso das importações provenientes do ramo 40. Produtos metálicos quase que duplica relativamente aos fornecimentos de origem nacional; o ramo 01. Agricultura passa a representar maior peso na pecuária. Tal apontava para uma maior incapacidade de resposta, por parte da agricultura, relativamente à satisfação das necessidades do subsector pecuário, a qual se traduzia na oferta insuficiente de determinados produtos, como era o caso do milho²⁹. Com efeito, “o comércio externo em produtos agrícolas e relacionados com a agricultura [apresentava] um défice fortemente crescente tanto em valores absolutos como em valores relativos, [tendo passado] de 5% do défice comercial total em 1960-61 para 8% em 1970-71 e 15% em 1973” (Rocha, 1979: 841).

²⁹ A importação de milho no total dos cereais importados representava, em 1970, 43% (INE, Estatísticas do Comércio Externo de 1970).

4.1.4. Relações do Sector Agrícola com o Mercado a Jusante

À data, o sector estava fundamentalmente virada para o consumo. A exportação assentava nalguns produtos originários da agricultura e da silvicultura, tais como o vinho, as conservas de frutos, o tomate, a cortiça, a pasta para papel e a madeira transformada.

O Quadro 4.5 fornece-nos a contribuição do sector agrícola e dos respectivos subsectores para a satisfação da procura intermédia³⁰. No seu conjunto, o sector contribuía com 17.5% para o total da procura intermédia nacional. Os subsectores agricultura e pecuária contribuíram com percentagens muito semelhantes, as quais rondavam os 7%.

Quadro 4.5: Importância do sector agrícola como fornecedor de bens intermédios

Fornecimento de produtos para procura intermédia	01 Agricultura	02 Silvicultura	03 Pecuária	01+02+03	Total da economia (60 ramos)
Produtos importados	86.9 (1)	4.8 (1)	8.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	39.1 (2)	9.9 (2)	6.5 (2)	25.0 (2)	
	19.1 (3)	1.1 (3)	1.8 (3)	22.0 (3)	
Produtos nacionais	45.1 (1)	14.6 (1)	40.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	60.9 (2)	90.1 (2)	93.6 (2)	75.0 (2)	
	7.9 (3)	2.5 (3)	7.1 (3)	17.5 (3)	
Total	55.6 (1)	12.1 (1)	32.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)	
	10.3 (3)	2.2 (3)	6.0 (3)	18.4 (3)	

(1) Percentagem em relação ao total do sector agrícola (01+02+03).

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura intermédia de cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Os produtos intermédios importados de origem agrícola representavam já 22% do total da importação de bens intermédios, cabendo à agricultura 19.1% desse total. Para a procura intermédia total (procura intermédia nacional + procura intermédia importada), o sector, à data, concorria, com 18.4%, cabendo à agricultura 10.3% daquela procura.

³⁰ Trata-se de conhecer o peso das matérias-primas de origem agrícola no total das matérias-primas trabalhadas pelos 60 ramos de actividade, através dos quais se traduziu a economia portuguesa em 1970.

A percentagem dos produtos intermédios de origem nacional no total devido ao sector era, no caso da pecuária, de 93.6% e, no da silvicultura, de 90.1%. Já na agricultura, as matérias-primas de origem nacional representavam 60.9% daquele total. Era, portanto, neste subsector, que a percentagem de produtos importados se revelava significativa (39.1%)³¹.

Se tomarmos a participação de cada um dos subsectores para o sector agrícola no seu conjunto, verificamos pertencer à agricultura mais de metade do total dos produtos intermédios (produtos intermédios nacionais + produtos intermédios importados) do sector. No que respeita ao total importado daquele tipo de produtos, 86.9% cabem, ainda, ao subsector da agricultura. No que, por sua vez, concerne aos produtos intermédios de origem nacional no total dos produtos intermédios produzidos pelo sector, a agricultura e a pecuária apresentavam contribuição muito semelhante.

A importância assumida pela agricultura e a sua relativa incapacidade de resposta, a par da respectiva contribuição, só ligeiramente superior à da pecuária, no que respeita a bens de origem nacional, aponta, uma vez mais, para um indicador inequívoco da evolução do sector. Todavia, só a análise do tipo de produtos importados, imputáveis à agricultura, nos permitiria contribuir para caracterizar os sistemas agrícolas e de cultivo dominantes, bem como chegar ao referido indicador da respectiva evolução. Com efeito, tal análise apontaria não só para a sua dependência externa³², mas, igualmente, para o facto de, nalguns casos, se tratar justamente de produtos importados cujo processo de fabrico está normalmente associado a um recurso significativo e diversificado ao mercado a montante. Do mesmo passo, a referida análise permitir-nos-ia, em parte, aprofundar o tipo de inserção da agricultura portuguesa no mercado a montante e, sobretudo, o desfasamento entre a respectiva inserção mercantil a jusante e a montante.

Antes de passarmos ao mesmo tipo de análise, agora sob a óptica da agricultura enquanto fornecedora de produtos finais, convém discutir previamente o que se entende por procura final³³, bem como apontar as limitações de uma análise confinada à distinção entre produtos para procura intermédia e produtos para procura final. Na procura final incluem-se as componentes consumo

³¹ Note-se que nestes cálculos não está contemplado o efeito indirecto de importação, o qual, mais uma vez, acentuaria o peso da importação no total do fornecimento de bens intermédios.

³² Recorde-se a maior incapacidade relativa de resposta do subsector agricultura, só superada pelo recurso à importação, no abastecimento de produtos intermédios ao subsector da pecuária.

³³ Segundo a terminologia da análise *input-output*.

(consumo privado+consumo público), exportação, formação bruta de capital fixo (FBCF), variação de *stocks* e produtos em vias de fabrico.

Se no caso da componente consumo não existe qualquer dúvida de que se trata de produtos finais, já no caso da componente exportação muitos deles são matérias-primas. A análise da estrutura das exportações de origem agrícola apontaria, precisamente, para um peso não negligenciável deste último tipo de produtos. Saliente-se, portanto, a subavaliação do papel do sector na produção de bens destinados a uma utilização intermédia.

O peso do sector para a satisfação da procura final nacional total era, à data, reduzido, da ordem dos 8.8%, cabendo à agricultura 6.8% (Quadro 4.6).

Quadro 4.6: Importância do sector agrícola na satisfação da procura de bens finais

Fornecimento de produtos para procura final	01 Agricultura	02 Silvicultura	03 Pecuária	01+02+03	Total da economia (60 ramos)
Produtos importados	84.0 (1)	8.8 (1)	7.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	2.3 (2)	5.8 (2)	0.8 (2)	2.1 (2)	
	1.6 (3)	0.2	0.1 (3)	2.0 (3)	
Produtos nacionais	77.5 (1)	3.0 (1)	19.4 (1)	100.0 (1)	100.0
	98.0 (2)	94.2 (2)	99.2 (2)	97.9 (2)	
	6.8 (3)	0.3 (3)	1.7 (3)	8.8 (3)	
Total	77.7 (1)	3.2 (1)	19.2 (1)	100.0 (1)	100.0
	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)	
	6.4 (3)	0.3 (3)	1.6 (3)	8.2 (3)	

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola (01+02+03).

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura final de cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Quanto a bens finais importados³⁴, o contributo do sector era pouco significativo. Mais uma vez, era a agricultura que apresentava contributo mais elevado. Em contrapartida, o mesmo subsector era responsável por 84% dos produtos importados pelo sector no seu conjunto e por 77.5% do

³⁴ Refira-se que a percentagem importada deduzida no quadro não é inteiramente representativa da percentagem importada incorporada na procura final de bens alimentares e agrícolas, por nela não estarem contemplados os efeitos indirectos de importação.

total dos produtos de produção nacional imputáveis ao sector. A contribuição da pecuária para os produtos finais totais do sector rondava, por seu turno, os 20%; a silvicultura, pela própria natureza dos produtos fornecidos, tinha expressão insignificante.

Estrutura da procura final do sector e subsectores

A silvicultura e a pecuária constituíam os subsectores cuja produção se destinava predominantemente à satisfação da procura intermédia (84.1% e 69.6%). A produção da agricultura destinava-se, em grande medida, à satisfação da procura final (60.9%) (Quadro 5, Anexo A).

O contributo da agricultura para o total da produção de bens intermédios produzidos pelo sector era, por seu turno, o mais elevado dos três subsectores (45.1%). A pecuária contribuía com 40.3% e a silvicultura com apenas 14.5%. Idêntica posição entre os subsectores se encontra no que respeita à participação de cada um deles para a procura final do sector agrícola, ainda que a participação da pecuária fosse, nesse caso, expressivamente menor (19.4%) e a da agricultura expressivamente maior (77.5%). Refira-se, no entanto, que, como a respectiva componente das exportações era, em boa parte, utilizada enquanto matéria-prima, a produção destinada à procura final por parte da agricultura representava, na realidade, um valor inferior.

Esta primeira abordagem permitiu salientar o papel decisivo da agricultura para a procura final do sector, bem como o carácter mais acentuado de produtor de matérias-primas por parte da pecuária, o qual apontava para maior grau de integração no processo de transformação industrial dos respectivos produtos. No entanto, cabe referir aqui que, dado o tipo de agregação dos produtos e serviços com os quais se trabalhou no *Sistema de Matrizes*, ao ramo 07. Carne e conservas de carne, por exemplo, foram associadas actividades próprias dos matadouros, as quais não implicavam qualquer transformação industrial.

Abordemos, agora, a estrutura da procura final do sector e o seu tipo de relacionamento com os ramos de actividade a jusante. No que respeita à satisfação da procura final, a qual engloba uma parte da importante função alimentar, apenas estão representadas as componentes: consumo privado, variação de *stocks* e exportações³⁵. A estrutura da procura final do sector apontava para

³⁵ O sector, como é óbvio, contribui para a formação bruta de capital fixo (FBCF) apenas com plantações. A formação bruta de capital fixo (FBCF) não está representada, já que as plantações foram todas elas

o predomínio da componente consumo privado (a agricultura contribuía com 77.6% e a pecuária com 20.7%). A componente exportações era particularmente importante no caso da silvicultura e, embora em muito menor peso, no da agricultura.

Em 1970, a procura final do sector agrícola repartia-se do seguinte modo: 93% para a componente consumo privado, 4.5% para a variação de *stocks* e 11.5% para as exportações. Tratava-se, por conseguinte, de sector muito direccionado para o consumo e no qual a componente exportação tinha peso reduzido, assentando num número também ele reduzido de produções. Se contemplarmos as exportações indirectas³⁶, o peso nas exportações totais vem acrescido. As principais exportações indirectas do sector eram o vinho, a pasta de tomate, a cortiça, a pasta para papel e a madeira transformada. Entre 1950 e 1973 “[verificou-se] uma evolução no sentido de uma maior participação [nas exportações totais de origem agrícola – directas e indirectas] das componentes sujeitas em maior grau a transformação industrial” (Girão, 1980: 93).

A agricultura detinha maior importância relativa na componente consumo, bem como na componente exportações. A maior ou menor importância relativa da agricultura para a componente consumo está, em última análise, relacionada com um dado perfil da procura total nacional de bens alimentares. Terá sido justamente nos finais da década de 60 do século XX que o perfil dessa procura começou a sofrer alterações, orientando-se mais expressivamente para os produtos originários do subsector da pecuária.

Com efeito, “de 1970 a 1974, a proporção do consumo alimentar no consumo total apresenta uma tendência decrescente: de 54.2%, em 1970, para 49.3%, em 1974. Paralelamente, o consumo não alimentar passa de 45.8% do consumo total em 1970 para 50.7% em 1974. [...] De 1975 a 1976, [registra-se] uma moderada elevação na proporção dos gastos em consumo alimentar e, consequentemente, uma ligeira quebra nos gastos em consumo não alimentar. (Lima, 1985: 518).

incluídas no 1º quadrante da Matriz, o que equivale a dizer que foram consideradas como um consumo intermédio. Rigorosamente, haveria que distinguir aquelas que se tornam imediatamente produtivas - bens intermédios - das que requerem um longo período de tratamento até se tornarem produtivas – bens de capital.

³⁶ Entendemos por exportações indirectas, as exportações que são efectuadas por outros ramos da economia que se encontram fortemente dependentes do sector agrícola, em termos do respectivo fornecimento de matérias-primas.

No período de 1977 a 1981, “ [...] o consumo de leite, queijo e ovos cresce, em termos reais, [...], os óleos e gorduras, as batatas e outros tubérculos registam um ligeiro aumento, [bem como] o açúcar. Todas as outras categorias [...] sofrem uma quebra mais ou menos acentuada, dependendo da marcha diferenciada dos respectivos preços e da maior ou menor capacidade de substituição entre si. O pão e os cereais veem o seu consumo diminuir [...], o pescado e as carnes, mais o primeiro do que o segundo, diminuem igualmente [...], as frutas e produtos hortícolas apresentam uma quebra” (Lima, 1985:519). A carne, as frutas e os produtos hortícolas, o pescado, o pão e os cereais eram, no entanto, os que mais pesavam no total do consumo alimentar das famílias portuguesas (Lima, 1985), denotando, claramente, a consolidação da importância dos produtos oriundos do subsector da pecuária no processo de evolução da estrutura do consumo alimentar que tivera início durante os anos 70.

O tipo de relacionamento do sector e subsectores com ramos a jusante

Também aqui destacámos os ramos cuja percentagem de produtos intermédios provenientes do sector agrícola, no total da respectiva produção, representasse mais de 1% e agregámos, sob a designação de “Outros ramos”, aqueles cuja percentagem era inferior a 1%.

Os principais clientes da agricultura eram (quadro 6, Anexo A), para além dela própria, com 36.2% do total³⁷, os ramos: 12. Outros produtos alimentares (34%); 03. Pecuária (8.8%); 13. Bebidas (6.3%); 09. Conservas de frutos (6%); 11. Alimentos para animais (4.8%) e 10. Óleos alimentares (3.1%). A silvicultura tinha por principais clientes os ramos: 21. Madeira (28.3%); 22. Cortiça (24.6%); 24. Pasta para papel (21.8%); 30. Resinosos (15.5%); seguiam-se os ramos 46. Construção civil e obras públicas (3.4%), 38. Indústrias do ferro e do aço (1.7%) e 12. Outros produtos alimentares (1.5%). Quanto à pecuária, os clientes mais importantes eram os ramos: 07. Carne e conservas de carne (87.5% do total); 08. Lacticínios (7.9%) e 15. Têxteis de lã e mistos (2.7%).

³⁷ Mais uma vez se coloca aqui a questão do auto-consumo produtivo ou auto-aprovisionamento, por parte do próprio subsector agricultura, para o qual não possuímos elementos, dado tratar-se de fluxos de produtos que não entram no circuito do mercado. Isto significa que o valor contabilizado não entra em linha de conta com o auto-aprovisionamento mobilizado no interior das explorações agrícolas, o qual assume particular importância no caso das explorações agrícolas familiares.

Tomando como indicador do grau de transformação de um dado ramo o quociente consumos intermédios/valor acrescentado bruto (VAB), os ramos principais clientes do sector, os quais coincidiam com as indústrias agrícolas e alimentares (IAA), apresentavam um grau de transformação da ordem dos 3.7.

Quadro 4.7: Indicador do grau de transformação dos ramos clientes do sector agrícola

Ramos	CI totais/VAB
07 Carne e conservas de carne	25.7
08 Lacticínios	1.7
09 Conservas de frutos	2.0
11. Alimentos para animais	6.2
12 Outros produtos alimentares	3.4
13 Bebidas	1.1
22. Cortiça	2.6
24 Pasta para papel	1.9
30 Resinosos	4.9
IAA	3.7

Fonte: GEBEI, Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, Vol. V, Sistema de Matrizes (60 por 60) – 1970

Se uma das características daquele tipo de indústrias é o de serem indústrias à base de consumos intermédios³⁸, o valor em causa é, ainda assim, muito alto, denunciando a existência de ramos onde o grau de transformação é pouco elevado. Em França, por exemplo, o valor assumido pelo indicador em causa era, em 1971, de 1.9 (Malassis, 1973c).

Dos ramos que compunham as IAA (quadro 4.7) destacava-se precisamente o ramo 07. Carne e conservas de carne, em relação ao qual o indicador em análise apresentava o valor mais elevado – 25.7 – apontando para a já referida agregação, neste ramo, de uma série de actividades que não implicavam qualquer transformação industrial. Os ramos 11. Alimentos para animais, 30. Resinosos e 12. Outros produtos alimentares apresentavam igualmente valores elevados no que concerne aquele indicador: 6.2, 4.9 e 3.4, respectivamente. O ramo para o qual o referido

³⁸ Daí que estas indústrias tenham justamente “tendência para intervir no mercado a montante se o ajustamento de fluxos pelo mercado não conduz a resultados satisfatórios. É assim que as indústrias agrícolas e alimentares estão frequentemente a intervir na organização da produção agrícola [...], nomeadamente através de técnicas de quase integração” (Malassis, 1973c: 193,194).

indicador registava valor mais baixo era o ramo 13. Bebidas. Cabe aqui assinalar que a produção de vinhos comuns foi incluída na agricultura; apenas os vinhos com designação de origem foram incluídos no ramo 13. Bebidas.

Se tomarmos como medida do grau de transformação da indústria transformadora, o quociente consumos intermédios totais / VBP, ponderado pelo respectivo peso no VBP total da economia, o valor que se obtem é de 0.7%. Ora, no caso das IAA, o indicador consumos intermédios/VBP, ponderado pelo peso do bruto da VBP das (IAA) no valor acrescentado total da indústria transformadora, assumia o valor de 0.8, denotando “tecnologia e desenvolvimento [...] que se mostram de baixo nível [no] alimentar no seu conjunto” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Nacional da FAO, Ministério da Agricultura e Pescas, 1977:12).

Quanto às importações de matérias-primas de origem agrícola, importa aqui acrescentar que cabia à agricultura menor capacidade de satisfação do mercado nacional e, ainda, que a componente de importação era particularmente importante no abastecimento aos ramos 01. Agricultura e 12. Outros produtos alimentares. Na pecuária, a importação tem algum significado - ainda que diminuto - apenas para o ramo 07. Carne e conservas de carne.

Os resultados relativos à dependência dos ramos clientes do sector em relação aos fornecimentos agrícolas nacionais³⁹ (Quadro 7, Anexo A) vêm alterar, em alguns casos, as conclusões a que chegáramos anteriormente. Com efeito, no caso da agricultura, para além da própria agricultura (43.1%) e da pecuária (19%), os ramos mais dependentes eram os ramos: 09. Conservas de frutos; 12. Outros produtos alimentares; 13. Bebidas; 10. Óleos alimentares; e, 11. Alimentos para animais. Na silvicultura destacavam-se os ramos: 30. Resinosos, 24. Pasta para papel, 21. Madeira e 22. Cortiça. Na pecuária mereciam destaque os ramos 07. Carne e conservas de carne e 08. Lacticínios.

4.1.5. Caracterização da economia agrícola e alimentar portuguesa em 1970

A análise que até aqui fizemos do relacionamento do sector agrícola, e respectivos subsectores, com os ramos de actividade a jusante não é particularmente adequada para iniciar a abordagem das formas de integração do sector no processo de industrialização. Necessário se torna, portanto,

³⁹ Trabalharemos apenas com os ramos cuja percentagem, no total dos produtos intermédios fornecidos pelo sector, é maior do que 1%.

desenvolver e construir outro tipo de indicadores⁴⁰, através, designadamente, da análise da economia alimentar portuguesa. Segundo Louis Malassis, “[...] a economia alimentar [de um dado país] pode ser qualificada de agrícola quando o valor acrescentado pela agricultura representa, por exemplo, mais de 50% do valor final do produto alimentar pago pelo consumidor. Tal não sucede quando esse valor não representa mais do que 1/3 (França) ou mesmo 1/5 (América do Norte). Podem assinalar-se as alterações produzidas no decurso do processo de desenvolvimento [da economia alimentar de um dado país], qualificando de economia agro-industrial o estágio atingido naqueles casos” (Malassis, 1973a: 223).

O sector agrícola no seu conjunto, mais as indústrias agrícolas e alimentares (IAA), contribuía com 33.4% do total do fornecimento de consumos intermédios de origem nacional e 15.4% dos de origem importada. Em contrapartida, a sua importância para a procura final da economia traduzia-se por uma percentagem da ordem dos 20.3% (Lima, 1983).

Tendo presente que os *inputs* de origem industrial consumidos pelo sector agrícola português representavam apenas 18% do respectivo Valor Bruto da Produção (VBP)⁴¹, carreamos, por fim, os indicadores necessários para avaliar do estágio em que se encontrava a economia agrícola e alimentar portuguesa em 1970.

Um primeiro indicador que nos permite avaliar a importância do sector agrícola, no seu conjunto, relativamente às IAA, é o que nos fornece o peso do valor acrescentado bruto (VAB) do sector no valor acrescentado bruto (VAB) agrícola e alimentar total (somatório do VAB do sector e do VAB das IAA). Este indicador fornece-nos, de forma suficientemente expressiva, uma vez que a componente valor acrescentado bruto (VAB) se transmite na sua globalidade ao consumo final⁴², a contribuição do sector para o consumo final agrícola e alimentar. Em 1970, esse indicador assumia o valor de 0.75, o que equivale a dizer que o sector agrícola concorria com 75% para o

⁴⁰ Para a construção dos quais a metodologia *input-output* surge particularmente vocacionada. No entanto, para uma abordagem mais analítica e potencialmente mais explicativa da situação, seria de cruzar os resultados aqui obtidos com os resultados obtidos mediante a análise do processo de formação e de localização espacial do sistema agro-industrial em Portugal. Uma outra abordagem consistiria no estudo das cadeias agro-alimentares industriais.

⁴¹ Este valor era, em 1972, de 64% em França, 81% na Holanda, 70% na Inglaterra e 67% na Alemanha (Malassis, 1973(c)).

⁴² Devendo representar, segundo os nossos cálculos, cerca de 90% do consumo final.

consumo final total de bens agrícolas e alimentares. Tal valor, como sugere Malassis (Malassis, 1973b), colocava a economia agrícola e alimentar portuguesa na fase de economia agrícola.

Por outras palavras, as indústrias agrícolas e alimentares concorriam com 25%, apenas, para o valor acrescentado bruto (VAB) agrícola e alimentar total. Em França, para o mesmo ano de 1970, a repartição do valor acrescentado bruto (VAB) agrícola e alimentar total era a seguinte: 55,5% do total correspondia ao valor acrescentado bruto (VAB) do sector e 44,5% correspondia ao valor acrescentado bruto (VAB) das indústrias agrícolas e alimentares (IAA) (Malassis, 1973b).

Outro indicador a considerar vem dado pelo quociente $VAB\ IAA/VAB\ A$. Em 1970, este indicador assumia o valor de 0,3, isto é, o valor acrescentado bruto das indústrias agrícolas e alimentares (IAA) representava 30% do valor acrescentado bruto do sector agrícola (A). Ainda aqui, é possível ensaiar uma comparação com a situação das economias agrícolas e alimentares da Espanha e da França⁴³ (Quadro 4.8).

Quadro 4.8: Indicador do estágio da economia agrícola e alimentar em Portugal, Espanha e França

Países	VAB IAA/VAB A (1970)
Portugal (1)	0.3
Espanha (2)	0.8
França (3)	0.8

Fontes: (1) GEBEI (1979), Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, Vol V, Sistema de Matrizes (60x60).

(2) Fenollar (1978: 42).

(3) Malassis (1973c: 199).

Quando o coeficiente estrutural do complexo agro-alimentar, dado pela expressão $VAB\ IAA/VAB\ A$, é igual à unidade - igualando-se, por conseguinte, os valores acrescentados do sector agrícola e das indústrias agrícolas e alimentares -, a economia agrícola e alimentar atinge o estágio denominado de agro-indústria (Malassis, 1973a).

⁴³ As comparações internacionais neste domínio devem ser encaradas com cautela, uma vez que os critérios de definição das indústrias agrícolas e alimentares e a metodologia em que assenta a construção dos quadros *input-output* variam muito de país para país.

As economias agrícolas e alimentares de França e de Espanha encontravam-se, à data, numa situação muito próxima da de uma economia agro-industrial, enquanto que a economia agrícola e alimentar portuguesa, ao registar um valor da ordem dos 0.3 para o referido coeficiente, se encontrava significativamente bem mais longe do dito estágio. Ainda assim, 55% do consumo alimentar total provinha dos ramos pertencentes às indústrias alimentares.

Por outro lado, a evolução, entre 1964 e 1978, dos valores assumidos por alguns dos indicadores atrás calculados (Quadro 4.9) indicia o lento desenvolvimento do processo de agro-industrialização da economia agrícola e alimentar portuguesa.

Quadro 4.9: Evolução do estágio da economia agrícola e alimentar portuguesa entre 1964 e 1978

Anos	VAB A/VAB total	VAB IAA/VAB total	VAA IAA/VAB A
1964 (a)	0.9	0.1	0.2
1970	0.8	0.3	0.3
1978	0.6	0.4	0.6

(a) O sistema de preços é o de preços no utilizador.

Fontes: GEBEI, *Matrizes para a Economia Portuguesa de 1964 e de 1970* e INE, *Matriz para a Economia Portuguesa de 1978*.

4.1.6. Notas conclusivas

Tomando a mercantilização do sector agrícola como objecto de estudo, foi nosso objectivo avançar com alguns elementos quantitativos sobre o tipo de inserção do sector na economia e na sociedade portuguesas no início do período em análise. Todavia, são muitas as limitações de tal exercício quando se trata, como é o caso, de sector com marcada especificidade em relação aos outros sectores de actividade económica, designadamente no que à questão da mercantilização concerne.

Como sugere Fernando Ribeiro Mendes, “a aplicação [...] das categorias analíticas, próprias à economia urbano-industrial, às esferas onde a mercantilização não recobre aspectos centrais da actividade produtiva, torna-se artificiosa em demasia. [...] Nas formas de produção agrícola em que predomina trabalho não assalariado e onde os principais meios de produção são, ao menos em parte, propriedade dos produtores directos, a economia doméstica coincide no essencial com a economia da empresa e a aplicação das categorias inspiradas em economia totalmente

mercantilizada há-de implicar funda distorção da lógica de produção e reprodução dessas mesmas formas produtivas” (Mendes, 1981: 421, 422). Acresce que a função do sector agrícola no fornecimento de bens alimentares e de matérias-primas e na acumulação de capital a montante e a jusante não esgota a questão da articulação entre o referido sector e a economia e a sociedade no seu conjunto. Com efeito, a função do sector no domínio do emprego é outra das dimensões daquela articulação.

Conhecer o grau de implicação mercantil do sector agrícola no mercado a montante e a jusante e o eventual desfasamento entre uma e outra dessas formas de mercantilização contribuirá, no entanto, para situar, numa dada sociedade, o tipo específico de inserção económica, mas também social do sector. Todavia, só uma análise que passe necessariamente pela apreensão dos mecanismos de “reacção” da própria agricultura ao mercado - mecanismos esses que mais não são do que o resultado de lógicas económicas próprias e de características peculiares do meio social em que a agricultura se desenvolve – nos permitirá restituir a multiplicidade de modalidades sob as quais tal inserção se processa. Sendo assim, não é de mais sublinhar que é necessário ter presente os limites do emprego, no que ao sector agrícola diz respeito, de certas categorias da análise económica.

O facto de o agricultor não produzir exclusivamente para o mercado permite explicar que os respectivos graus de inserção no mercado a montante e a jusante possam ser relativamente independentes entre si, ao contrário do que se passa na agricultura capitalizada ou industrializada, ainda que de tipo familiar. A pequena dimensão da exploração agrícola e a existência de plurirendimento reforçam, por seu turno, essa independência. Por outro lado, a disponibilidade de força de trabalho permite privilegiar a substituição mútua entre os factores terra e trabalho com o consequente modelo de inserção assimétrica no mercado a montante e a jusante.

A quantificação do grau de implicação mercantil do sector agrícola português apontou para a sua fraca inserção no mercado a montante⁴⁴. Com efeito, a intensidade de utilização de bens intermédios era, para o sector no seu conjunto, de 34% do respectivo valor bruto da produção (VBP); mais de 1/3 deles não passava por qualquer transformação industrial. No interior do sector, salientava-se, no entanto, a pecuária, relativamente à qual se vislumbravam alguns

⁴⁴ Cabe, no entanto, lembrar que, porque não dispúnhamos da matriz das amortizações, não contemplámos na análise os bens de capital.

“sintomas” de integração no que irá ser o lento processo de agro-industrialização do sector agrícola em Portugal. Por outras palavras, o relacionamento do sector com o mercado a montante apontava para o seu “caracter camponês”. Por tal, entende-se a presença de uma lógica não especificamente empresarial por parte das explorações agrícolas. Ademais, o desenvolvimento da pecuária por volta de finais da década de 60 parece obedecer à valorização das designadas forças marginais ou não transferíveis das respectivas explorações - o trabalho a tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, facto que vem em reforço do referido carácter.

Da análise da composição e da estrutura dos produtos intermédios consumidos pelo sector, conclui-se pelo seu baixo grau de diversificação e pela dependência da pecuária relativamente à importação de matérias-primas provenientes da agricultura. Todavia, as transformações ocorridas entre 1970 e 1978 apontam claramente para um reforço da inserção do sector no mercado a montante. Tal reforço foi particularmente importante no caso da pecuária.

A análise da inserção mercantil do sector no mercado a jusante permitiu-nos, por seu turno, concluir tratar-se de sector cujo produto se destinava sobretudo ao consumo final. Acresce que, “o PAB correspondente à produção comercializada [em 1968-70 se estimava] em 53% e mais de metade deste, cerca de 60%, provinha da agricultura patronal; as pequenas explorações agrícolas familiares comercializavam apenas 29% da produção e as médias não iam além de 41%” (Barros e Mendes, 1983: 63, 64). A exportação assumia peso reduzido. Todavia, no período compreendido entre 1950 e 1973, as exportações indirectas - produtos submetidos a transformação industrial provenientes do sector – foram tendo peso acrescido (Girão, 1980).

A caracterização da economia agrícola e alimentar portuguesa permitiu-nos concluir encontrar-se aquela, na sua generalidade, na fase do que se designa por economia agrícola, ainda longe, por conseguinte, do processo que, noutros países, conduziu ao complexo agro-industrial.

À necessidade de ter presentes os limites relativos quer ao material trabalhado, quer ao emprego de categorias de análise económica a sector então caracterizado por expressiva presença do que, em termos chayanovianos, se podia designar por sistemas económicos não capitalistas, junta-se a necessidade de ter igualmente presente, apesar daqueles limites, o interesse das conclusões a que chegámos, as quais, muito resumidamente, se situam sobretudo ao nível do respectivo concurso para a problematização da questão da inserção mercantil do sector, à época. Com efeito, os indicadores construídos foram tomados enquanto instrumentos de trabalho susceptíveis de formular a questão da inserção mercantil de sectores agrícolas marcados pelo predomínio de

explorações agrícolas familiares e parcialmente mercantis, mas igualmente capazes de remeter para a problematização da eventual especificidade do sector agrícola português.

Em função dos objectivos delineados, a principal conclusão a reter é a de que, em 1970, o sector agrícola português caracterizava-se por constituir uma “economia tendencialmente camponesa”. Com tal designação, pretende-se, sobretudo, apontar para o facto de, à data, o sector agrícola português apresentar traços de funcionamento económico de tipo camponês, e não tanto por se tratar de sector caracterizado pelo carácter camponês das respectivas explorações agrícolas familiares⁴⁵

4.2. Traços Gerais da Evolução da Agricultura de 1950 a 1979/1981

Vejam, agora, alguns indicadores estatísticos gerais de caracterização e evolução das estruturas agrárias em Portugal Continental para o período compreendido entre, *grosso modo*, 1950 e 1981. Sendo a referência o território nacional⁴⁶, parte-se da unidade geográfico-administrativa distrito⁴⁷. As fontes de informação trabalhadas são, na sua grande maioria, publicações do INE. Iniciaremos a análise pela aproximação estatística a alguns dos indicadores gerais de enquadramento sócio-económico e de caracterização da economia do sector agrícola. De seguida, passaremos aos principais indicadores de caracterização da estrutura das explorações agrícolas e dos respectivos agentes sociais, no período em análise.

⁴⁵ A este propósito, ver os principais teóricos da análise económica e sociológica da agricultura camponesa, Chayanov (1925), Thomas e Znanieki (1918-1920), Shanin (1972), Tepicht (1973), entre outros.

⁴⁶ Dada a quase inexistência, para o período em análise, de material estatístico para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

⁴⁷ Tal não significa que a unidade geográfico-administrativa por que optámos (o distrito) seja necessariamente detentora de homogeneidade económica e social. A heterogeneidade é uma das principais características da agricultura portuguesa, sendo alguns dos distritos atravessados por significativos contrastes no que à agricultura diz respeito (é o caso, por exemplo, dos distritos de Castelo Branco, Viseu, Santarém, Setubal e Faro). Apesar desta limitação, terá ficado suficientemente salvaguardada a revelação das principais problemáticas regionais agrárias do continente português, do mesmo passo que se facilita o cruzamento com outras fontes de informação disponíveis, as quais, regra geral, se ficam também pelo nível de desagregação distrital.

Quadro 4.10: Evolução do PAB, do PIB e da relação PAB/PIB: 1950/1981

Indicadores	% do PIB em 1950	Taxa de cresc. médio anual: 1950/60	% do PIB em 1960	Taxa de cresc. médio anual: 1960/70	% do PIB em 1970	Taxa de cresc. médio anual: 1970/76	% do PIB em 1976	Taxa de cresc. médio anual: 1977/81	% do PIB: 1981
PAB total	34.0	0.90	23.1	1.80	14.4	-0.80	10.3	3.50	11.5
Agricultura e pecuária	–	–	19.4	1.80	12.2	-0.63	8.7	3.55	9.9
Silvicultura e caça	–	–	3.7	0.78	2.2	-0.86	1.6	1.83	1.6
PIB	100.0	4.84	100.0	6.13	100.0	5.09	100.0	3.64	100.0

Fonte: INE, *Contas Nacionais*, 1950-1981; Rolo, Joaquim C., Fausto Cardoso, Francisco C. Cordovil e Raul Lopes (1986), *O Produto Agrícola Bruto no Continente, Regiões e Concelhos*, Cadernos NPR 1/86, Departamento Central de Planeamento, Secretaria de Estado de Planeamento.

Em 1950, a relevância económica do sector agrícola rondava os 34% do produto interno bruto (PIB); em 10 anos, de 1950 a 1960, o produto agrícola bruto (PAB) cresce a uma taxa média anual da ordem dos 0.9%, representando, em 1960, 23.1% do PIB; por sua vez, de 1960 a 1970, o PAB regista um crescimento médio anual da ordem dos 1.8%, contribuindo, em 1970, com 14.4% para o PIB.

Em contrapartida, entre 1970 e 1976, o PAB decresce a uma taxa média anual de cerca de 1%, voltando a registar novo processo de crescimento, cifrado em cerca de 3.5% aproximadamente, no período compreendido entre 1977 e 1981. Nesse último ano, a respectiva contribuição para o PIB foi de 11.5%.

Com efeito, o PAB representava, em média, no período 1977/81, 12.6% do PIB; o sector vegetal era então o sector que mais pesava na estrutura do PAB; no interior desse sector, e para o triénio de 1979/81, destacavam-se os contributos do vinho, dos produtos hortícolas, das frutas e dos cereais; o contributo da pecuária (20% do total) permitia concluir por um esforço de adaptação do sector à evolução do consumo urbano.

Ainda assim, segundo Francisco Avillez, a evolução do Produto Agrícola Bruto (PAB) apontou para que a partir de meados da década de 70 do século passado e, designadamente “a partir de 1974 se [começasse] a consolidar o papel de travão que [...] se reconhece que o sector agrícola

[desempenhou] no processo de desenvolvimento sócio-económico em Portugal” (Avillez, 1985: 381).

Enquanto a contribuição do sector agrícola português para o produto interno bruto (PIB) era, em 1985, de cerca de 9% (correspondendo a uma diminuição da ordem dos 3.6% em relação ao período compreendido entre 1997 e 1981), a participação do sector agrícola do conjunto dos países da CEE para o respectivo PIB era de aproximadamente de 4%. Todavia, “ [o] declíneo relativo, aparentemente conforme às evoluções das economias em expansão, longe de ser um sintoma de um desenvolvimento económico global, exprime uma estagnação permanente da produção agrícola [portuguesa], cujo crescimento anual permaneceu sempre inferior a 2% depois de 1940 (a preços constantes, a taxa de crescimento média da agricultura foi de 1% entre 1960 e 1975, tornando-se negativa a partir daí” (Carrière, 1989: 10).

A relativa estagnação da produção agrícola, a par do peso que o sector representava ainda em termos de população activa, revela ter a agricultura portuguesa, essencialmente, preenchido a função de reserva de força de trabalho para outros sectores de actividade económica quer de âmbito nacional, quer, sobretudo durante a década de 60 até meados da década de 70 do século passado, de âmbito extra-nacional, designadamente através da emigração da respectiva população para os países do centro europeu.

Com efeito, entre 1950 e 1970, cerca de 2 milhões de pessoas, isto é, quase 25% da população do Continente, abandonaram o país, tendo-se verificado que “por 3 activos agrícolas que abandonavam o sector, 2 partiam para o estrangeiro” (Carrière, 1989: 16). Por outras palavras, assistiu-se a um processo massivo e sistemático de expulsão dos camponeses pobres que afluíam às cidades, aos centros industriais ou, sobretudo, emigravam.

Quadro 4.11: Evolução da população activa agrícola na população activa total (Continente)

Anos	Total da PAA na PAT (%)	Assalariados agrícolas na PAT (%)	Outros activos agrícolas na PAT (%)	Numero de explorações agrícolas em % do número total de famílias
1950	51	29	22	–
1960	47	23	24	–

Anos	Total da PAA na PAT (%)	Assalariados agrícolas na PAT (%)	Outros activos agrícolas na PAT (%)	Numero de explorações agrícolas em % do número total de famílias
1970	36	14	22	36
1974	34	10	24	–
1979	30	6	24	–
1981	28	6	22	34

Fonte: INE, IX, X, XI e XII *Recenseamentos Gerais da População*, 1950, 1960, 1970 e 1981; INE, *Inquérito Permanente ao Emprego*, 1974-1981; INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

A evolução do peso da população activa agrícola (PAA) na população activa total (PAT) revela a importância não negligenciável daquela no total da população activa: em 1981, rondava os 28%, tendo representado cerca de metade da população activa total em 1950 e 36% em 1970.

A importância social da agricultura, por seu turno, expressava-se, sobretudo, - ainda que com marcada heterogeneidade regional - na percentagem de famílias com exploração agrícola no total das famílias residentes. A agricultura enquanto fonte de rendimento das famílias portuguesas fornecia, por conseguinte, um contributo não negligenciável, mesmo tomando por referência indicadores monetários, os quais tendem a subavaliar a utilidade económica conferida aos produtos agrícolas provenientes da exploração agrícola e directamente consumidos. Com efeito, em 1970, tal percentagem era da ordem dos 36% e em 1981 da ordem dos ainda 34%.

Para o trabalho agrícola concorriam, em elevada percentagem, as mulheres, sobretudo enquanto trabalhadoras não remuneradas ou ajudas familiares, registando-se, assim, - ainda que com alguma diferenciação regional, - um efectivo processo de feminização da agricultura.

Quadro 4.12 :Evolução da participação das mulheres na população activa agrícola (Continente)

Anos	Total (em % da PAA)	Remuneradas (em % da PAA)	Não-remuneradas (% da PAA)
1960	28	9	48
1970	41	19	54
1974	48	36	54

Anos	Total (em % da PAA)	Remuneradas (em % da PAA)	Não-remuneradas (% da PAA)
1978	50	35	54
1981	51	32	56

Fonte: INE, IX, X, XI e XII *Recenseamentos Gerais da População*, 1950, 1960, 1970 e 1981; INE, *Inquérito Permanente ao Emprego*, 1974-1981; INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

Em articulação com a principal função que a agricultura tinha vindo a desempenhar relativamente ao sistema económico e social global – a de reserva de força de trabalho –, acentuou-se a feminização do trabalho agrícola. Com efeito, as mulheres que em 1960 constituíam 28% do total da população activa agrícola (PAA) passam, em 1981, a representar cerca de metade dos activos agrícolas.

Quadro 4.13: Repartição da área arvens e da superfície agrícola por estratos de agricultura do Continente

Anos	AA: muito pequena	AA: Pequena	AA: Média	AA: Grande	SA muito pequena	SA pequena	SA Média s	SA grande
1952	7.8	25.4	20.6	46.2	–	–	–	–
1968	8.9	26.2	18.7	46.2	10.5	28.0	24.1	37.4
1979	–	–	–	–	14.2	25.5	22.1	38.2

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

No que respeita à evolução da repartição da área arvens e da superfície agrícola útil (SAU) por estratos de agricultura⁴⁸, a comparação da situação em 1952, 1968 e 1979 revela a importância

⁴⁸ Os limites considerados para a definição regionalizada dos estratos de agricultura foram os seguintes:
Distritos de Aveiro, Braga, Coimbra e Faro – 0 a 1 ha, no caso das muito pequenas; 1 a 10 ha, no caso das pequenas; 10 a 50 ha, no caso das médias; e, mais de 50 ha, no caso das grandes explorações;
Distritos de Lisboa e Porto – 0 a 1 ha, no caso das muito pequenas; 1 a 4 ha, no caso das pequenas; 4 a 50 ha, no caso das médias; e, mais de 50 ha, no caso das grandes explorações;
Distritos de Santarém e Setúbal – 0 a 1 ha, no caso das muito pequenas; 1 a 10 ha, no caso das pequenas; 10 a 200 ha, no caso das médias; e, mais de 200 ha, no caso das grandes explorações;

cada vez maior das muito pequenas e das pequenas explorações, em detrimento, sobretudo, das explorações de média dimensão. Embora o indicador utilizado na análise desta questão apresente limitações, já que a área trabalhada não é o único indicador nem, porventura, o indicador mais interessante para proceder a uma estratificação económica das explorações⁴⁹, pode concluir-se pelo reforço das assimetrias ao nível das explorações agrícolas, designadamente no que respeita a um dos factores fundamentais de produção – o factor terra.

Os quadros que se seguem regionalizam os indicadores em análise, os quais apontam, uma vez mais, para a acentuada heterogeneidade da agricultura portuguesa.

Quadro 4.14: Repartição da área arvens e da superfície agrícola por estratos de agricultura - Norte e Centro Litoral

Anos	AA: muito pequena	AA: Pequena	AA: Média	AA: Grande	SA muito pequena	SA pequena	SA Médias	SA grande
1952	15.6	55.6	26.1	2.7	–	–	–	–
1968	22.5	55.7	17.0	4.8	21.3	53.2	21.2	4.3
1979	–	–	–	–	29.9	51.5	15.2	3.4

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

Distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda e Portalegre – 0 a 4 ha, no caso das muito pequenas; 4 a 20 ha, no caso das pequenas; 20 a 200 ha, no caso das médias; e, mais de 200 ha, no caso das grandes explorações;

Distrito de Vila Real – 0 a 4 ha, no caso das muito pequenas; 4 a 10 ha, no caso das pequenas; 10 a 50 ha, no caso das médias; e, mais de 50 ha, no caso das grandes explorações (Lima e Cordovil, 1986).

⁴⁹ O dimensionamento das explorações agrícolas de acordo com o seu real peso económico exigiria recorrer-se não ao indicador área, mas ao indicador produto agrícola bruto (PAB).

Quadro 4.15: Repartição da área arvens e da superfície agrícola por estratos de agricultura - Norte e Centro Interior

Anos	AA: muito pequena	AA: Pequena	AA: Média	AA: Grande	SA muito pequena	SA pequena	SA Médias	SA grande
1952	18.8	45.6	26.1	9.3	–	–	–	–
1968	15.3	39.6	25.8	19.3	15.3	38.0	26.7	20.0
1979	–	–	–	–	26.7	38.1	18.7	16.5

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

Quadro 4.16: Repartição da área arvens e da superfície agrícola por estratos de agricultura - Oeste e Ribatejo

Anos	AA: muito pequena	AA: Pequena	AA: Média	AA: Grande	SA muito pequena	SA pequena	SA Médias	SA grande
1952	8.0	27.1	22.8	42.1	–	–	–	–
1968	6.5	32.2	29.0	32.3	8.6	34.9	29.5	27.0
1979	–	–	–	–	10.4	28.9	27.8	32.9

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

Quadro 4.17: Repartição da área arvens e da superfície agrícola por estratos de agricultura - Alentejo

Anos	AA: muito pequena	AA: Pequena	AA: Média	AA: Grande	SA muito pequena	SA pequena	SA Médias	SA grande
1952	1.4	7.5	16.4	74.7	–	–	–	–
1968	2.3	9.1	12.7	75.9	3.4	9.6	20.8	66.2
1979	–	–	–	–	3.3	8.6	24.6	63.5

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

A pequena e a muito pequena agricultura localizavam-se, sobretudo, no Norte e Centro Litoral. Entre 1968 e 1979, na região em causa, a pequena agricultura viu a proporção da respectiva SAU no total da SAU sofrer uma ligeira diminuição (cerca de -1.7), enquanto a muito pequena registou um acréscimo da ordem dos 8.6.

Os estratos de agricultura de média e de grande dimensão tinham maior expressão no Ribatejo e Oeste e no Alentejo, respectivamente. Na região do Ribatejo e Oeste, a média agricultura passou de 29.5% para 27.8% do total da SAU entre 1968 e 1979. No Alentejo, a grande agricultura passou, em idêntico período, de 66.2% para 63.5% da SAU total.

Quadro 4.18: Área das explorações agrícolas familiares em percentagem da área total, 1968-79

Regiões/distritos	Em 1968	Em 1979
Continente	44.6	51.4
Norte Litoral:		
Aveiro	71.3	88.8
Braga	80.9	82.5
Porto	79.6	81.1
Viana do Castelo	85.5	86.6
Centro Litoral:		
Coimbra	66.3	84.5
Leiria	61.7	84.0
Norte e Centro Interior:		
Bragança	69.3	77.8
Castelo Branco	46.1	58.4
Guarda	71.1	81.5
Vila Real	73.4	80.5
Viseu	72.2	76.8
Santarém	37.5	43.1
Lisboa	47.8	64.2
Setúbal	20.7	31.1
Alentejo:		
Beja	26.4	39.4
Évora	14.1	13.9
Portalegre	18.6	24.7
Faro	69.9	79.0

Fonte: INE, *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1968 e 1979*.

A percentagem da área detida pelas explorações agrícolas familiares na área total que era, em 1968, de 44.6% passou a ser da ordem dos 51.4%, em 1979, assumindo maior expressão na região Norte e Centro Interior. Em contrapartida, era no Alentejo que tal área assumia menor expressão.

Em suma, o aspecto mais saliente da então evolução da estrutura das explorações agrícolas traduziu-se na crescente importância numérica das explorações agrícolas familiares, sector que em 1970, como vimos no capítulo anterior, era constituído por apreciável contingente de explorações tendencialmente camponesas, em termos da respectiva inserção no mercado.

De salientar, ainda, a importância percentual, em termos numéricos, do número de produtores agrícolas individuais cujo rendimento provinha, em mais de 50%, de actividades ou de rendimentos exteriores à exploração agrícola.

A estratificação social da população agrícola, expressa pela evolução e características do sector, traduzia-se, assim, por consideráveis disparidades categoriais e regionais.

4.3. Os Principais Sectores de Agricultura no Limiar da Adesão de Portugal à CEE

Vejamos, agora, um conjunto de indicadores relativos à estrutura das explorações agrícolas e aos respectivos agentes sociais em 1979/81, com vista a, posteriormente, construirmos – com base nos dados do último recenseamento agrícola então disponível, o RAC de 1979 - uma tipologia dos principais sectores da agricultura portuguesa no limiar da adesão de Portugal à então CEE.

O recenseamento agrícola é - para além de dados locais e parciais, por regra mais actualizados – a fonte disponível mais adequada para estudar as estruturas sociais da agricultura portuguesa.

Os indicadores em causa figuram nos quadros seguintes.

Quadro 4.19: Activos agrícolas segundo a situação na profissão (%) – Continente, 1981

Número total	Patrões (%)	Trabalhadores independentes (%)	Trabalhadores familiares não-remunerados (%)	Trabalhadores Assalariados e membros das coop. de Produção (%)
1 179 371	0.7	27.9	50.2	21.2

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População de 1981*

Em 1979/81, os trabalhadores independentes representavam cerca de 28% dos activos agrícolas e os trabalhadores familiares não remunerados constituíam a maioria dos activos agrícolas. De

salientar a perda da importância numérica dos patrões e o facto de os trabalhadores assalariados e os membros das cooperativas de produção assumirem um peso ainda considerável no total dos activos.

Quadro 4.20: População agrícola familiar e actividades económicas (%) – Continente, 1981

Número Total	2 697 174
Inactivos	42.6
Assalariados Agrícolas	3.5
Outros Activos Agrícolas	34.5
Indústria	5.1
Construção	3.8
Comércio	2.2
Outros Não-agrícolas	8.3

Fontes: INE, *Recenseamento Geral da População de 1981* e Cordovil, Francisco Cabral (1985), *População e Actividades Económicas em 1981*, CIDE/ISCTE, Lisboa.

Do total da população agrícola familiar, cerca de 35% era constituída por chefes de exploração ou por trabalhadores familiares e 43% por inactivos; cerca de 20% da população em causa exercia actividades não agrícolas. Acresce que o trabalho agrícola desenvolvido pelas mulheres representava cerca de metade do respectivo montante global.

Quadro 4.21: Utilização da terra – Continente, 1979

Superfície florestal em % da superfície total	Superfície irrigada em % da SAU	Pousio em % da terra arável
29.2	18.0	41.5

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Em 1979, a superfície irrigada correspondia a 18% do total da SAU e a superfície florestal representava 29.2% da superfície total, atingindo o pousio percentagem apreciável, cerca de 42% (mercê da sua elevada expressão no Alentejo e no Norte e Centro Interiores - com excepção dos

distritos de Vila Real e de Viseu - associado que estava a um particular sistema de cultivo: o sistema extensivo).

Quadro 4.22: Número de explorações agrícolas e repartição por estratos de dimensão – Continente, 1979

Total	Sem terra	Total com terra	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
783 944	4 132 (0.5)	779 812 (99.5)	421 800 (54.1)	315 947 (40.3)	38 115 (4.9)	3 950 (0.5)

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

A esmagadora maioria das explorações são explorações com terra. Destas, 94.4% são constituídas por muito pequenas e pequenas explorações.

Quadro 4.23: Repartição (%) da superfície total por estratos – Continente, 1979

Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
7.7	24.1	21.7	46.5

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

As grandes explorações ocupam cerca de 47% da superfície total; seguem-se-lhe as pequenas explorações (com 24.1%), as médias (com 21.7%) e as muito pequenas (com cerca de 8%).

Quadro 4.24: Superfície média por exploração agrícola (ha) – Continente, 1979

Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
6.6	0.9	3.9	29.5	610.7

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

A superfície total média por exploração era de cerca de 7 ha. Acresce que a superfície média por estratos de agricultura revela a forte assimetria existente no interior dos quatro estratos considerados.

Quadro 4.25: Superfície agrícola útil (SAU) em % da superfície total por estratos – Continente, 1979

Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
64.0	72.4	68.5	67.5	58.6

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

A percentagem da SAU na respectiva superfície total era, como seria de esperar, mais elevada nas muito pequenas e nas pequenas explorações agrícolas (72.4% e 68.5%, respectivamente).

Quadro 4.26 : Superfície agrícola útil (SAU) por unidade de trabalho agrícola (UTA) – Continente, 1979

Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
3.13	0.70	1.77	7.72	22.13

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Em média, a superfície agrícola útil por unidade de trabalho agrícola era de 3.13 ha. As muito pequenas e as pequenas explorações agrícolas eram as que menor *ratio* apresentavam, apontando para um processo produtivo de tipo trabalho-intensivo, revelando, uma vez mais, o seu carácter tendencialmente camponês ou, como veremos - sobretudo no caso das muito pequenas explorações - os seus detentores eram camponeses parciais.

Com efeito, tratava-se de explorações agrícolas que, para além de apresentarem fraco nível de inserção mercantil, sobretudo no que ao mercado a montante dizia respeito - por via da substituição mútua entre terra e trabalho - utilizavam intensivamente o trabalho das designadas forças marginais ou não transferíveis para outros sectores de actividade económica (Chayanov; 1925; 1985).

Quadro 4.27: Área irrigada em % da SAU por classes de SAU – Continente, 1979

Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
18.0	41.3	31.5	16.4	6.0

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

A área irrigada estava, por sua vez, sobretudo representada nas muito pequenas e nas pequenas explorações agrícolas (cerca de 41% e 32% da correspondente SAU, respectivamente).

Quadro 4.28: Repartição em % do gado (CN) por estratos – Continente, 1979

Explorações sem terra	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
2.0	21.6	39.8	16.7	19.9

Os efectivos pecuários foram convertidos numa mesma unidade de medida – a cabeça normal. Ver Barros, Henrique e Fernando Estácio (1972), *Economia da Empresa Agrícola*, Universidade de Luanda, Nova Lisboa, pp. 79 a 81; Direcção-Geral de Extensão Rural/D. de Serviços de Planeamento e Gestão da Empresa Agrícola (s/d), *Tabelas a utilizar na gestão da empresa agrícola*, policopiado.

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Em termos do número total de cabeças normais de gado, as pequenas e as muito pequenas explorações detinham, respectivamente, cerca de 40% e de 22% desse total.

Quadro 4.29: Área em conta própria em % da área total por estratos – Continente, 1979

Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
76.7	81.8	81.4	70.2	76.2

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

No referente ao estatuto jurídico das explorações, predominava a conta própria. Com efeito, a área em conta própria assumia, no Continente, cerca de 77% da área total, destacando-se, neste caso e uma vez mais, as muito pequenas e as pequenas explorações agrícolas cuja área em conta própria representava 81.4% e 70.2% da respectiva área total.

Quadro 4.30: Área dos agricultores autónomos em % da área total – Continente, 1979

Total das explorações	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
45.9	92.2	89.4	63.2	7.7

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Pouco menos de metade do número total de explorações pertencia a agricultores autónomos, configurando uma agricultura de tipo familiar de muito pequena e da pequena dimensão física.

Quadro 4.31: Trabalho agrícola (UTA) familiar em % do total – Continente, 1979

Total	Explorações sem terra	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
84.6	78.1	96.0	90.8	59.1	4.5

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

O trabalho agrícola familiar concentrava-se, assim, nas muito pequenas (96.0% do respectivo total) e nas pequenas explorações (90.8% do respectivo total) e representava cerca de 85% do total do trabalho agrícola.

Quadro 4.32: Produtores agrícolas individuais cujo rendimento provém em mais de 50% de fora da exploração agrícola por estratos – Continente, 1979

% do número total de explorações	% da área Total	% da área total das muito pequenas	% da área total das pequenas	% da área total das médias	% da área total das grandes
60.5	29.4	62.9	38.3	19.6	11.5

Fontes: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente, 1979*; Cordovil, Francisco C., Joaquim A. C. Rolo e Fausto M. V. Cardoso (1985), *Estrutura das Explorações Agrícolas*, Ed. CIDE/DEESA.

Em 1979, os produtores agrícolas individuais cujo rendimento provinha em mais de 50% do exercício de actividades extra-exploração agrícola representavam já 60.5% do seu número total e 29.4% do total da área. Nas muito pequenas e nas pequenas explorações agrícolas, a área detida por aquele tipo de agricultores correspondia, por seu turno, a 62.9% e a 38.3% das respectivas áreas totais.

Em síntese, no que respeita às estruturas analisadas (repartição das explorações por tipo de exploração, por estatuto jurídico, por dimensão) a situação portuguesa aproximava-se da situação de outros países da Europa do Sul. Um tanto esquematicamente, estava-se perante três modos de organização da produção agrícola: “[...] o modo de autosubsistência, funcionando como auxiliar da pequena produção mercantil ou como reserva de força de trabalho [...]; a pequena produção

mercantil, a mais apta a favorecer a integração do sector [...] na economia capitalista por intermédio dos mecanismos de troca e de crédito [...]; a produção capitalista propriamente dita [...]” (Carrière, 1989: 38).

A regionalização dos indicadores trabalhados por regiões agrárias e respectivos distritos permite observar a acentuada heterogeneidade de situações. Não iremos aprofundar esta questão, mas alguns daqueles indicadores podem ser consultados no Anexo B.

A importância social da agricultura era então, em 1979, - como *grosso modo* o será no período seguinte - muito maior do que a sua importância económica, aferida pelos respectivos fluxos mercantis.

O número de famílias com exploração agrícola individual em percentagem do número total de famílias no Continente somava 33.7% se incluirmos as explorações agrícolas com menos de 5000 metros quadrados inquiridas pelo questionário simplificado. Se apenas incluirmos as explorações agrícolas inquiridas pelo questionário normal, atingia 27.8%. A população agrícola familiar em percentagem da população residente total no continente era, por seu turno, de 28.9%; o emprego agrícola em percentagem do emprego total cifrava-se em 28.3%, se nele incluirmos os trabalhadores familiares não-remunerados, e de 16.5% se não incluirmos os trabalhadores familiares não-remuneradas; finalmente, o rendimento agrícola em percentagem do rendimento total ⁵⁰das famílias do continente representava, como vimos, cerca de 11%.

Como vimos no capítulo 2, a agricultura e o espaço social rural portugueses têm sido objecto de um número apreciável de análises, as quais se saldaram pela publicação de trabalhos com impacto renovador. Acresce que as perspectivas ou ângulos de abordagem – agronómicos, económicos, sociológicos, antropológicos e históricos - se multiplicaram e interpenetraram.

De tais trabalhos, tanto mais enriquecedores quanto provêm de diferentes perspectivas disciplinares, o que nos parece mais importante realçar é, justamente, a constituição de uma base de dados e de análises que apontam, inequivocamente, para a marcada heterogeneidade económica e social da agricultura portuguesa e dos seus protagonistas e, por essa via, em boa medida, para a heterogeneidade económica e social dos espaços rurais.

Todavia, não está ainda suficientemente consolidada uma linha de pesquisa que permita o aprofundamento de uma tipologia das lógicas económicas e sociais subjacentes à agricultura

⁵⁰ No rendimento total incluem-se as transferências correntes do exterior e as prestações sociais.

portuguesa. O conhecimento mais aprofundado da realidade agrícola portuguesa passa, então e necessariamente, pela inventariação e pela caracterização daquelas lógicas.

Com efeito, em nosso entender, tal inventariação e respectiva caracterização constituem contributos decisivos para equacionar qualquer balanço que se faça a respeito da situação do sector e, bem assim, das suas perspectivas futuras. Se à data da entrada de Portugal na CEE – no contexto da então PAC - a perspectiva era a da modernização da agricultura, após a Reforma da PAC de 1992 e, sobretudo, das suas subsequentes revisões, a perspectiva parece passar, cada vez mais, pela modernização ecológica, em sentido amplo, da agricultura. Voltaremos a esta questão. Por ora, é um exercício de aproximação à delimitação e à caracterização das lógicas económicas e sociais presentes na agricultura portuguesa no limiar da adesão à então CEE que vamos ensaiar. Como vimos, em 1979, de um total de 783 944 explorações agrícolas, 99.3% eram constituídas por explorações agrícolas de produtores individuais. Interessa então sobretudo analisar as principais lógicas económicas e sociais deste tipo de explorações, as quais, em número, representavam a esmagadora maioria do sector. Antes, porém, proceder-se-á à caracterização sumária do sector resultante do processo de Reforma Agrária ocorrido depois de Abril de 1974, procurando, fundamentalmente, aferir o seu significado económico e social no que concerne ao sector agrícola português no seu conjunto.

4.3.1. As Unidades Colectivas de Produção (UCP) e as Cooperativas de Produção Agrícola em 1979

A Reforma Agrária desenvolveu-se e concretizou-se, como se sabe, na região sul do país, fundamentalmente no Alentejo e no Ribatejo, acantonando-se no que se designou por Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Caracterizou-se por ter tido uma natureza essencialmente colectivista. Com efeito, “a reconversão das unidades produtivas operada no processo de constituição e consolidação das novas unidades de produção resultantes da reforma agrária não só evitou qualquer divisão das explorações agrícolas ocupadas, como acentuou, inclusivamente, a concentração fundiária característica da agricultura da zona de intervenção da reforma agrária” (Barros, 1979:66).

Os quadros seguintes fornecem alguns indicadores relativos ao número de explorações, área e recursos do sector.

Quadro 4.33: Número e Área das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas de Produção (1979)

Distritos	Número de UCP e cooperativas	Área (ha)	0-100 ha (percentagem)	100 ha-1000 ha (percentage)	1000 ha-2500 ha (percentagem)	+de 2500 ha (percentagem)
Continente	502	898940	0.1	15.1	28.5	56.3
Distritos da ZIRA (a)	498	898457	0.1	15.0	28.5	56.4
Beja	154	240356	—	21.9	29.7	48.4
Castelo Branco	6	9378	—	20.0	80.0	—
Évora	147	351607	—	8.7	25.8	71.2
Lisboa	4	486	10.7	89.3	—	—
Portalegre	62	164692	—	6.6	22.2	71.2
Santarém	63	54244	0.8	31.5	51.1	16.6
Setúbal	66	78180	0.1	45.9	47.2	34.2

(a) O distrito de Lisboa não está incluído neste sub-total.

Fonte: Lima, Aida Valadas de e Francisco Cabral Cordovil (1986), “Anexo estatístico. A agricultura na sociedade portuguesa”, in: *Aspectos do Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais: Braga.

O designado sector da reforma agrária, num total de 502 unidades colectivas de produção e cooperativas de produção, estava maioritariamente representado nos dois distritos alentejanos de Beja e Évora. A sua área total correspondia a 898 940 ha e, exceptuando os casos dos distritos de Santarém e Setúbal, o sector era em mais de metade constituído por explorações com uma dimensão superior a 2500 ha.

Quadro 4.34: Recursos das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas de Produção em percentagem dos recursos do conjunto das explorações agrícolas (1979)

Distritos	Superfície agrícola e florestal	Total da SAU	SAU irrigada	Gado (CN)	Trabalho (UTA) total	Trabalho (UTA) não familiar
Continente	18.4	20.7	5.5	8.2	3.2	20.6
Distritos da ZIRA	30.6	32.0	17.3	19.4	14.1	40.0
Beja	29.4	29.7	25.2	25.2	23.0	48.7

Distritos	Superfície agrícola e florestal	Total da SAU	SAU irrigada	Gado (CN)	Trabalho (UTA) total	Trabalho (UTA) não familiar
Castelo Branco		3.6	2.6	2.7	0.4	4.0
Évora		61.2	58.2	48.0	49.0	70.1
Portalegre		33.0	22.8	23.6	22.7	49.5
Santarém		9.1	9.1	3.5	4.0	15.1
Setúbal		17.7	17.7	8.2	9.9	23.5

Fonte: Lima, Aida Valadas de e Francisco cabral Cordovil (1986), “Anexo estatístico. A agricultura na sociedade portuguesa”, in: *Aspectos do Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais: Braga.

Correspondendo em 1979 a uma superfície agrícola e florestal da ordem dos 18.4% da superfície agrícola e florestal total, o sector constituído pelas UCP e Cooperativas de Produção assumia reduzida expressão económica e social relativamente ao total do país.

Com efeito, em 1970, a região a que o sector se encontrava delimitado representava somente cerca de 18.7% do Produto Interno Bruto (PIB) e apenas 16.3% da população (Barros, 1979). Por outro lado, “O PAB formado nas unidades de produção da reforma agrária não [passava] dos 30% e 9% do PAB da zona de intervenção da reforma agrária [ZIRA] e do País, respectivamente, e [representava] apenas 8% e 1.5% do PIB da ZIRA e do País, respectivamente” (Barros, 1979:67).

O que se verificava, assim, era uma considerável desproporção entre o impacte político da reforma agrária e a real expressão económica e social que representava.

4.3.2. As Explorações Agrícolas dos Produtores Individuais: o predomínio numérico do sector da agricultura pluriactiva

As explorações agrícolas dos produtores individuais não constituíam um grupo homogéneo, apesar de, na sua esmagadora maioria (93.1% do total), serem constituídas por explorações familiares ou semi-familiares, isto é, por explorações em que a totalidade ou a maior parte do trabalho agrícola era realizado pelo agregado doméstico do produtor.

Aceitando como analiticamente fértil uma abordagem que, procurando sair da mera estratificação socioeconómica das explorações agrícolas segundo um número maior ou menor de indicadores, tenha por objectivo restituir as lógicas económicas e sociais do referido sector da agricultura,

começamos por trabalhar os dados disponíveis na óptica de caracterizar a natureza do agente social responsável pelas principais decisões em matéria de gestão da exploração agrícola – o chefe de exploração.

No quadro 4.35. apresenta-se a caracterização dos produtores individuais, os quais, na esmagadora maioria dos casos, coincidem com os chefes de exploração agrícola, segundo a ocupação e as classes de área das respectivas explorações e no quadro 4.36. a caracterização dos produtores individuais segundo a respectiva taxa de masculinidade.

Quadro 4.35: Caracterização dos Produtores Agrícolas Individuais - Continente

Classes de área (hectares)	Total	Trabalhando apenas na exploração agrícola (%)	Duplo-ativos (%)	Com actividade fora e sem actividade na exploração agrícola (%)	Sem actividade fora e sem actividade na exploração agrícola (%)
Total	778 782	48.8	43.9	4.3	3.0
Sem terra	3 993	30.1	59.6	9.2	1.2
Com terra	774 789	48.9	43.9	4.2	3.0
0 - 0.5	132 061	35.6	54.9	6.9	2.6
0.5 - 1	211 537	43.1	48.9	4.5	3.5
1 - 2	171 475	49.1	44.3	3.6	2.9
2 - 3	80 348	54.5	39.6	3.2	2.7
3 - 4	46 037	58.0	36.4	2.9	2.7
4 - 5	29 478	60.6	34.0	2.7	2.7
5 - 10	59 934	64.0	30.4	2.8	2.8
10 - 20	25 620	66.3	26.9	3.3	3.6
20 - 50	11 559	67.3	24.5	3.8	4.4
50 - 100	3 251	68.9	20.6	4.8	5.7
100 - 200	1 825	72.7	17.3	5.0	5.0
200 - 500	1 354	75.0	14.7	3.4	6.9
500 - 1 000	269	76.6	13.0	3.3	7.1
1.000-2.500	39	59.0	10.3	5.1	25.6
+ de 2 500	2	100.0	0	0	0

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979

Quadro 4.36: Características dos produtores individuais - Taxa de masculinidade

Classes de área (hectares)	Total	Trabalhando apenas na exploração agrícola	Duplo-activos	Com actividade fora e sem actividade na exploração agrícola	Sem actividade fora e sem actividade na exploração agrícola
Total	86.7	79.7	95.0	92.6	70.7
Sem terra	91.4	82.1	95.0	98.6	89.1
Com terra	86.7	79.7	95.0	92.6	70.6
0 - 0.5	81.0	60.2	92.9	96.0	74.0
0.5 - 1	82.9	70.1	94.2	92,4	71.0
1 - 2	87.6	80.7	95.8	91.8	73.2
2 - 3	90.5	87.1	96.6	90.4	71.1
3 - 4	91.8	89.8	96.7	89.9	70.7
4 - 5	92.4	91.0	97.1	89.2	69.0
5 - 10	93.0	92.6	97.1	87.8	64.4
10 - 20	93.4	93.5	97.4	90.2	64.1
20 - 50	93.2	94.0	97.7	87.8	60.6
50 - 100	93.3	95.0	97.5	88.5	60.9
100 - 200	92.5	94.4	98.4	83.7	52.7
200 - 500	90.2	92.4	96.5	91.3	51.6
500 - 1 000	90.3	93.2	97.1	66.7	57.9
1.000-2.500	74.4	82.6	100.0	100.0	40.0
+ de 2 500	50.0	50.0	0	0	0

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979.

Com base no critério “modo de participação no trabalho agrícola”, identificaram-se três grandes perfis-tipo de agricultores: os que trabalham exclusivamente na exploração agrícola; os duplo-activos; os que têm como actividade exclusiva uma actividade externa à exploração agrícola.

Em 1979, e para o continente, os chefes de exploração com actividade exclusiva na exploração agrícola não chegavam a representar metade do total (48.8%); os duplo-activos⁵¹ representavam 43.9% do total; por sua vez, os que apenas detinham uma actividade extra-exploração cifravam-se em 4.3% do total.

⁵¹ Do número total dos duplo-activos, 72% dedicavam menos de 50% do tempo de actividade à exploração agrícola; em 74.4% dos casos a actividade desenvolvida externamente era uma actividade não agrícola.

Dos cerca de 779 000 chefes de exploração, 86.7% eram homens. Registe-se, no entanto, que, no caso dos que possuíam actividade exclusivamente na exploração, a respectiva taxa de masculinidade era um pouco menos elevada, cerca de 79.7%.

A grande maioria das explorações agrícolas era constituída por explorações com terra. As explorações sem terra representavam, tão só, 0.5% do total. Não aprofundaremos este grupo de explorações. Note-se, todavia, que tanto a taxa de masculinidade, como a percentagem de chefes de exploração duplo-activos e de chefes de exploração com actividade externa e sem actividade na exploração são mais elevadas quando comparadas com as das suas congéneres com terra.

Se fizermos coincidir a pequena, a média e a grande agricultura com os escalões de área⁵² de menos de 4 ha, de 4 ha-50 ha e mais de 50 ha⁵³, respectivamente, a pequena agricultura representava 82.8% do total das explorações com terra.

Quadro 4.37: Estratos de agricultura segundo a caracterização do produtor individual (explorações com terra; percentagem em linha)

Caracterização do produtor individual	Pequena (menos de 4 ha)	Média (4ha a 50 ha)	Grande (mais de 50 ha)
Total	82.8	16.3	0.9
Trabalha apenas na exploração agrícola	77.3	21.4	1.3
Caracterização do produtor individual	Pequena (menos de 4 ha)	Média (4ha a 50 ha)	Grande (mais de 50 ha)
Duplo-activos	88.5	11.2	0.3
Com actividade fora e sem actividade na exploração agrícola	87.5	11.5	1.0
Sem actividade fora e sem actividade na exploração agrícola	81.8	16.5	1.7

Fonte:INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979.

⁵² Mal grado as suas limitações na aferição da dimensão económica de uma exploração agrícola. Para tal, como já referimos, o indicador mais pertinente seria o do rendimento da exploração (o PAB).

⁵³ A exemplo do que fizeram outros autores: Caldas (1978); Cabral (1978); Barros (1981).

Quadro 4.38: Caracterização dos produtores individuais (explorações com terra) – milhares

Situação do produtor individual	Pequena (menos de 4 ha)	Média (4ha a 50 ha)	Grande (mais de 50 ha)
Trabalha apenas na exploração agrícola	293 (37.8%)	81 (10.5%)	5 (0.6%)
Duplo-activos	301 (38.8%)	38 (4.9%)	1 (0.2%)
Com actividade fora e sem actividade na exploração agrícola	29 (3.7%)	4 (0.5%)	0.3 (0.04%)
Sem actividade fora e sem actividade na exploração agrícola	19 (2.5%)	4 (0.5%)	0.4 (0.05)

(1) Percentagem em relação ao total dos produtores individuais.

Fonte:INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979.

O predomínio tão marcado da pequena agricultura traduz-se no facto de ser neste sector que vamos encontrar maior peso de qualquer dos três tipos atrás delineados: 77.3% do total dos produtores com actividade exclusivamente na exploração; 88.5% do total dos produtores duplo-activos; 87.5% do total dos produtores com actividade exclusivamente extra exploração agrícola. Tão importante quanto a conjugação, por parte do chefe de exploração, da actividade na exploração agrícola com outras actividades, é a diversificação das fontes de rendimento dos titulares das explorações. Há, portanto, que contemplar a questão do plurirendimento. Com efeito, a importância numérica da agricultura que assentava no plurirendimento e a respectiva caracterização do ponto de vista do tipo de fontes de onde provinha esse rendimento constituem, porventura, os indicadores-síntese mais expressivos da situação da agricultura no final da década de 70 do século passado, como iremos ver.

Em 1979, cerca de 82% do total das explorações agrícolas pertenciam a produtores cujo rendimento total do agregado familiar provinha da actividade na exploração e de actividades e/ou de rendimentos extra-exploração agrícola. Destes produtores, 73.8% obtinham da exploração agrícola menos de 50% do respectivo rendimento total.

Quadro 4.39: Principais sectores de agricultura em 1979

Sectores	Nº de explorações	Percentagem	Área (ha)	Percentagem
Total	774 789	100.0	3 882 826	100.0
Agricultura “empresarial”: total	85 793	11.1	2 118 917	54.5
Média agricultura “empresarial”	80 978	10.5	898 856	23.1
Grande agricultura “empresarial”	4 815	0.6	1 220 121	31.4
Agricultura de pluriactividade: total	372 560	48.5	1 245 353	31.4
Pequena agricultura de pluriactividade	329 323	42.5	395 188	10.2
Média agricultura de pluriactividade	41 709	5.4	462 970	11.9
Grande agricultura de pluriactividade	1 528	0.2	387 195	10.0
Pequena agricultura de plurirendimento	292 843	37.8	351 412	9.1
Outra	23 593	3.1	167 084	4.3

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979.

Com base na conjugação dos indicadores carreados, identifiquem-se, por fim, os sectores de agricultura que maior expressão assumiam em 1979, diferenciando-os segundo a lógica económica e social que lhes marca a respectiva especificidade (Quadro 4.39).

No início dos anos 80, eram três os principais sectores da agricultura praticada pelo total dos produtores individuais:

- 1) A agricultura tendencialmente empresarial, isto é, a agricultura constituída por aquelas explorações agrícolas que denotavam características técnico-económicas acima da média, já que se situavam no que definimos por média e grande agricultura, e cujo chefe de

exploração tinha por ocupação exclusiva a agricultura. Este sector representaria aproximadamente 11.1% do número total de explorações, abrangendo, em contrapartida, uma área que se situaria próximo dos 54.5% da área total;

- 2) A agricultura de pluriactividade ou a agricultura a tempo parcial que representava já o sector com o maior número de explorações, abrangendo cerca de 48.1% e 32.1% do número e da área totais, respectivamente. A esmagadora maioria deste sector encontrava-se confinado à pequena agricultura. É na pequena agricultura de pluriactividade dos finais dos anos 70 do século passado que, porventura, se regista mais acentuada heterogeneidade interna; o que é específico à situação portuguesa é o facto de a maior parte dessas explorações constituir uma agricultura a tempo parcial de base camponesa, isto é, de carácter defensivo. Com efeito, tratava-se, na maior parte dos casos, de uma agricultura que funcionava como retaguarda de outras fontes de rendimento, designadamente das provenientes de salários (Lima, 1985);
- 3) A pequena agricultura de plurirendimento, cuja expressão era de aproximadamente 37.8% do número total de explorações e de 9.1% da área total, caracterizada pela exclusividade do trabalho na exploração por parte do chefe da exploração. Este sector das explorações mantinha-se graças a rendimentos externos provenientes do exercício de outras actividades pelos outros membros do agregado doméstico do produtor ou graças ao plurirendimento sem pluriactividade, com origem, sobretudo, em pensões sociais e reformas, juros de poupanças, remessas de emigração. Neste último caso, maioritariamente, coincidem com situações de envelhecimento da população agrícola. Tratava-se de sub-sector caracterizado, por alguns autores, como de agricultura residual, pretendendo-se com este qualificativo “evidenciar sobretudo a natureza problemática da reprodução destas explorações agrícolas do que propriamente afirmar a sua completa inviabilidade” (Barros, 1981:134).

À falta de elementos estatísticos que nos permitam, com alguma precisão, avaliar a contribuição de cada uma das delineadas modalidades de agricultura para o produto agrícola total, é plausível pensar que existiria uma correlação positiva entre esse contributo e a respectiva área. A fracção do produto agrícola comercializado, por seu turno, aumentaria quando se passava da pequena para a grande agricultura e da agricultura de plurirendimento para a agricultura de pluriactividade e desta para a agricultura tendencialmente empresarial.

Os principais problemas atribuídos à agricultura portuguesa de então eram, resumidamente, os seguintes: a profunda assimetria ao nível dos rendimentos agrícolas (uma parte considerável da agricultura era, como vimos, incapaz de assegurar uma remuneração compatível); a rigidez do mercado fundiário, resultante da importância do plurirendimento enquanto, fundamentalmente, estratégia defensiva, bem como das consequências da emigração sobre o preço da terra⁵⁴; o envelhecimento dos agricultores - 75% deles tinham mais de 45 anos e 25% mais de 65 anos; o muito baixo nível de instrução da maioria - 61.4% não tinham qualquer grau de instrução (não sabiam ler nem escrever ou sabiam ler e escrever sem grau de instrução) e 34.1% possuíam apenas o ensino básico elementar.

Identificados os principais sectores de agricultura e quantificada a sua importância relativa em termos do número de explorações agrícolas e da respectiva área, a reconversão ou a reestruturação do sector não poderia deixar de passar por potenciar os resultados globais - económicos, mas também sociais - de cada um deles, através, justamente, de um conjunto coerente, mas diferenciado de medidas de política agrícola.

Se é plausível admitir que o grosso das explorações com maior dinamismo económico se situava nos sectores do que designámos por agricultura tendencialmente empresarial e por agricultura de pluriactividade de média e de grande dimensão física (16.7% do número total das explorações agrícolas e cerca de 76.4% do total da área), não é menos importante reconhecer o papel desempenhado pelos restantes sectores. Com efeito, ora como retaguarda de outras fontes de rendimento, designadamente do salário industrial, sobretudo nas zonas rurais do litoral; ora como meio de manter os já frágeis equilíbrios ambientais nas zonas rurais do interior, tais sectores assumiam papel social de inegável importância no contexto dos respectivos sistemas produtivos locais.

⁵⁴ A forte componente emigratória que atingira a população agrícola não deixou, enquanto resultado do aumento da disponibilidade monetária dos que emigraram, de provocar pressão sobre a terra com a consequente sobrevalorização especulativa do respectivo preço. Com efeito, nos finais dos anos 70, o preço da terra situar-se-ia muito acima do seu real valor económico.

4.4. Traços Gerais da Evolução da Agricultura de 1979 a 1999-2000

Em 1986, Portugal aderiu à então CEE, justamente dois anos antes de a Europa Comunitária iniciar a discussão das principais linhas do processo que viria a conduzir à reforma da PAC de 1992⁵⁵.

Em traços muito gerais, a evolução sofrida pela agricultura portuguesa durante o período em análise (1979 a 1999/2000) traduziu-se, segundo os dados publicados pelo INE, por uma acentuada redução do número total de explorações agrícolas⁵⁶.

Entre 1989 e 1997 operaram-se alterações significativas no Portugal agrícola. Segundo o *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* de 1997 publicado pelo INE, o número de

⁵⁵ Recorde-se que o documento da Comissão das Comunidades Europeias publicado em 1988 e intitulado *L'avenir du monde rural* encetou, como vimos, essa discussão. Esse documento constituiu um dos principais documentos que balizaram as futuras propostas relativamente ao desenvolvimento da agricultura e do espaço rural europeus. O referido documento procede a uma inventariação tipológica das consequências resultantes da lógica produtivista da PAC sobre a agricultura e o espaço rural da Europa Comunitária, preparando a respectiva reforma de 1992. Segue-se-lhe, em 1993, o documento *Quel avenir pour les campagnes? Une politique de développement rural* da OCDE.

⁵⁶ Atente-se, todavia, no seguinte. De acordo com uma primeira leitura dos dados fornecidos pelo INE, entre 1979 e 1989, o número de explorações agrícolas teria registado uma diminuição da ordem dos 27%; a diminuição no número de explorações teria sido mais acentuada entre as explorações agrícolas com SAU inferior a 1 ha e localizadas na região Norte Interior do país. O número de explorações com SAU inferior a 1 ha teria, assim, registado um decréscimo da ordem dos 60% (INE, 1993).

Tais percentagens de diminuição no número de explorações agrícolas resultam do facto de o critério subjacente à definição de exploração agrícola não ter sido o mesmo aquando da realização do Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 e do Recenseamento Geral da Agricultura de 1989. Com efeito, não é possível comparar termo a termo os dados resultantes dos referidos recenseamentos, porquanto se registou, para efeitos de comparabilidade com os dados europeus, uma alteração no conceito de exploração agrícola do recenseamento de 1979 para o recenseamento de 1989. Neste último não foram inquiridas as explorações agrícolas com menos de 1 ha de SAU, a não ser as que não tendo 1 ha atingiam um certo limiar mínimo de produção especializada (Ex: 500 m² de flores, 2000 m² de vinha, uma vaca, ...) (ver Conceitos, INE Recenseamento Geral da Agricultura de 1989).

Deste modo e de acordo com J. Cabral Rolo, em 1989 não foram inquiridas 350.000 explorações agrícolas (Rolo, 1992). Em suma, a não equivalência entre os critérios de definição de exploração agrícola nos dois recenseamentos não só, como referimos, impede a comparação termo a termo da situação em 1979 e em 1989, como tende a atenuar as características da anterior diversidade regional em matéria de dimensão física das explorações.

explorações agrícolas diminuiu em cerca de 30%; a SAU, por seu turno, decresceu apenas 5%, ficando a dever-se esta redução pouco substantiva da SAU ao facto de terem sido, sobretudo, as pequenas explorações que desapareceram. Tal situação conduziu a um aumento da SAU média por exploração agrícola a qual passou de 6.7 ha, em 1989, para 9.2 ha, em 1997.

O nível de instrução dos produtores agrícolas aumentou, tendo-se verificado uma redução de cerca de 8% no número de agricultores “sem qualquer tipo de escolaridade”. Ainda assim, aqueles agricultores representavam, em 1997, 33% do total. Por sua vez, os agricultores com mais de 65 anos de idade cifravam-se, então, em 38% do total (mais 8% do que em 1989).

Nas décadas de 1980 e de 1990, em particular na década de 90, segundo os dados fornecidos pelo INE, o trabalho agrícola a tempo completo diminuiu, ainda que subsista o predomínio do trabalho familiar, o qual, todavia, vai sofrer uma redução acentuada, com o conseqüente aumento da participação dos assalariados.

Se o número dos agricultores empresários não regista alterações expressivas na respectiva posição relativa no conjunto da agricultura portuguesa, o mesmo não sucede ao número dos agricultores familiares, o qual regride nos anos 90. Com efeito, o número de explorações familiares passa a representar 94% do conjunto das explorações e menos de 56% da área, enquanto o número de explorações com o estatuto jurídico de sociedades aumenta, assumindo 1.3% do número total de explorações agrícolas, mas a expressiva percentagem de 18% da área.

A pluriactividade e o plurirendimento agrícolas acentuam-se, como veremos quando aprofundarmos este aspecto da evolução da agricultura portuguesa nas últimas décadas do século passado.

Em síntese, no período compreendido entre 1986 e 2000, a população e a mão-de-obra agrícolas diminuem em mais de 35% e em cerca de 55%, respectivamente, passando o sector agrícola a representar, no final do período, menos de 5% da população economicamente activa e empregada e menos de 3% do total do valor acrescentado bruto (VAB).

Mais de 60% do território continental correspondia ao “rural de baixa densidade”, o qual concentrava pouco mais de 10% da população e contribuía com menos de 10% para a economia nacional; o sector agrícola e florestal concentrava-se sobretudo no rural de baixa densidade agrícola, mas também no rural de média densidade agrícola (Rolo, 2005).

A população rural regista, então, expressiva diminuição. Entre 1991 e 2001, segundo os respectivos Recenseamentos Gerais da População, a população rural sofre um decréscimo da ordem dos 25%.

A “desagriculturização” e a “desruralização” são, assim, dois dos traços mais marcantes da sociedade portuguesa no início deste século.

4.5. Os Principais Sectores da Agricultura no Limiar do Século XXI

Partindo de um exercício semelhante ao que desenvolvemos para tentar captar as principais lógicas económicas e sociais da agricultura portuguesa em 1979, J. Cabral Rolo propõe “[a partir da] conjugação dos critérios dimensão económica das explorações e origem principal dos rendimentos dos agregados domésticos agrícolas [...] uma «tipologia» das agriculturas portuguesas em 1999” (Rolo, 2005:29).

Quadro 4.40: «Tipos» de agriculturas, Continente, 1999 (% no total)

«Tipos» de agriculturas	Número de explorações	Margem Bruta (Euros)	SAU (ha)	UTA (número)
Grande agricultura: rendimento principalmente da exploração	1.7	22.2	21.5	6.3
Pequena agricultura: rendimento principalmente de pensões	26.1	17.0	16.0	24.6
Pequena agricultura: rendimentos principalmente de salários	24.5	12.4	11.0	22.0

«Tipos» de agriculturas	Número de explorações	Margem Bruta (Euros)	SAU (ha)	UTA (número)
Pequena agricultura: outros rendimentos (remessas de emigração, juros, ...)	23.5	9.9	8.5	19.5
Grande agricultura: outras (inclui produtores não individuais não sociedades)	0.3	8.4	11.0	2.0
Pequena agricultura: rendimentos principalmente da exploração	19.6	7.0	7.3	16.8
Média agricultura: rendimentos principalmente da exploração	2.7	6.3	6.5	4.1
Soma	98.4	83.2	81.8	95.2

Fonte: Rolo, J. Cabral (2005), “População, Agricultura e Espaços «Rurais» de Portugal no Século XX”, in: Barros, Vitor Coelho e José Brito Ramos (coord.) (2005), *Seminário Evolução da Família Agrícola*, Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, Estação Agronómica Nacional, Lisboa: 30.

Conclui o autor que “[...] a agricultura portuguesa depende dos que encontram em outras fontes o fundamental dos seus proventos económicos. Quase 75% das unidades agrícolas, assegurando perto de 40% do valor económico da agricultura e cerca de 65% do emprego, são *pequenas* explorações que encontram no exterior à actividade na exploração a principal quota-parte dos respectivos rendimentos familiares. Importando, contudo, não ignorar, e em contraste, que 2% das explorações, com apenas 6% das unidades de trabalho totais contabilizadas em 1999 – as da

grande agricultura com rendimentos provenientes principalmente da exploração – geram um pouco mais de 20% do valor económico da agricultura do Continente português” (Rolo, 2005:29) [itálicos do autor]. Por outras palavras acentua-se, segundo Lacombe, “[...] o paradoxo de «a produção agrícola [ser] cada vez mais familiar enquanto as famílias são cada vez menos agrícolas»” (Lacombe, 1982: 44, citado por Almeida, 1986: 385).

Tendo embora presentes os limites provenientes quer da *démarche* metodológica subjacente a cada uma das tipologias - a referente a 1979, por nós trabalhada, e a referente a 1999, proposta pelo autor em causa -, quer da alteração que o conceito de exploração agrícola registou do Recenseamento Agrícola de 1979 para o Recenseamento Geral da Agricultura de 1999⁵⁷, ensaia-se, a concluir esta secção, uma abordagem que não podendo, em rigor, ser comparativa coloca, lado a lado, os resultados obtidos para aqueles dois anos.

Quadro 4.41: Os tipos de agricultura em 1979 e em 1999 (percentagem no total)

Sectores de agricultura	Número de explorações e SAU em 1979	Número de explorações e SAU em 1999
Grande agricultura tendencialmente empresarial	0.6 31.4	2.0 32.5
Média agricultura tendencialmente empresarial	10.5 23.1	– –
Pequena agricultura de pluriactividade ou de plurirendimento	80.3 19.3	93.7 42.8
Média agricultura de pluriactividade	5.4 11.9	2.7 6.5
Soma	96.8 85.7	98.4 81.8

Fontes: INE, *Recenseamento Agrícola de 1979* e Rolo (2005).

Partindo, ainda que com as reservas acima enunciadas, dos dados constantes do quadro 4.41, obtidos através da agregação de alguns dos tipos observados em 1999 de molde a aproximá-los dos tipos a que chegámos para 1979, observa-se que a proporção do número das grandes explorações tendencialmente empresariais passa de 0.6% para 2.0% do total e a respectiva área de 31.4% para 32.5% e que a pequena agricultura de pluriactividade ou de plurirendimento passa de 80.3% para 93.7% do número total de explorações e a respectiva área de 19.3% para 42.8%.

⁵⁷ Ver nota 55.

Volvidos 20 anos, ter-se-á assistido a um aumento muito substancial do número das grandes explorações, as quais, todavia, contribuíam em 1999, relembre-se, com pouco mais de 20% para o valor económico da agricultura e com 6% para o emprego; a pequena agricultura de pluriactividade ou de plurirendimento, a qual viu igualmente a respectiva proporção numérica aumentar, era então o sector que mais contribuía para o valor económico da agricultura e para as unidades de trabalho agrícola totais, com, recorde-se, 40% e 65%, respectivamente.⁵⁸

4.6. Notas Conclusivas

A agricultura portuguesa que, em 1950, representava 30% do PIB, 55% do total das exportações e cerca de 50% da população residente passa a representar, no início do século XXI, menos de 5% do total da população activa e menos de 3% do VAB total.

Durante toda a década de 60 do passado século até meados da década seguinte, a agricultura caracterizou-se, essencialmente, por constituir uma reserva de força de trabalho para os restantes sectores de actividade económica, incluindo os de âmbito extra-nacional. Ainda assim, como vimos, representava em 1970 um contributo apreciável enquanto fonte de rendimento das famílias portuguesas. Relembre-se que, no final da década, o rendimento agrícola em percentagem do rendimento total das famílias residentes no Continente se cifrava em cerca de 11%.

⁵⁸ Segundo os dados preliminares relativos ao Recenseamento Geral da Agricultura de 2009, divulgados pelo INE em Janeiro de 2011, o número total de explorações agrícolas cifrava-se, naquele ano, em 304 mil. Entre 1999 e 2009, o território dedicado à prática agrícola recuou em quase meio milhão de hectares. A área média das explorações registou um aumento, tendo passado para 11.9 hectares. O sector continuava a evidenciar grandes contrastes: $\frac{3}{4}$ das explorações agrícolas tinham uma dimensão média abaixo dos 5 hectares, enquanto cerca de 260, com mais de 1000 hectares, exploravam 12% do total da superfície agrícola. Por outro lado, 80% do volume de trabalho realizado no sector continuava a depender da mão-de-obra familiar. As explorações que funcionavam como empresas, apesar de constituírem 2% do total, cobriam uma área que representava 25% da superfície agrícola. O sector agrícola continuava a envelhecer: a idade média do produtor aumentou quatro anos e cerca de metade dos agricultores tinha mais de 65 anos. As mulheres representavam só $\frac{1}{3}$ do universo profissional do sector. Apenas 6% dos agricultores obtinham o seu rendimento exclusivamente da actividade agrícola e 64% declararam receber pensões e reformas.

As funções políticas e ideológicas do espaço rural caracterizado pela pequena agricultura familiar foram, por outro lado, significativas até 1974, com particular destaque para o período salazarista (Mansinho e Schmidt, 1997).

O aspecto mais saliente da evolução ocorrida na estrutura das explorações agrícolas entre 1952/54 e 1979 traduziu-se no aumento do número de explorações de tipo familiar, as quais se concentravam nos estratos de área da muito pequena e da pequena agricultura e eram, em número não dispiciendo, constituídas por explorações cuja relação com o mercado se caracterizava por ser de tipo tendencialmente camponês.

Em consequência do referido aumento, assistiu-se, no final do período em causa, a uma expressiva perda da importância numérica dos patrões; em contrapartida, os trabalhadores familiares não remunerados representavam a maioria dos activos agrícolas. Os trabalhadores assalariados e os membros das unidades colectivas de produção e das cooperativas de produção assumiam, ainda, um peso considerável no total dos activos agrícolas.

Ao predomínio numérico das explorações de tipo familiar associava-se o facto de em mais de metade delas o rendimento do agregado familiar ter sobretudo origem no exercício de actividades desenvolvidas fora da exploração agrícola. A área que lhes correspondia representava menos de um terço da área total. A regionalização dos indicadores trabalhados permitiu-nos salientar, ainda, a marcada heterogeneidade económica e social daquele tipo de explorações.

Delimitados os principais sectores da agricultura protagonizada pela maioria das explorações agrícolas no início dos anos oitenta, concluiu-se que, tão só, 11% das explorações, às quais equivalia, no entanto, mais de metade da área total, se caracterizavam por constituir uma agricultura tendencialmente empresarial. A agricultura de pluriactividade ou a tempo parcial correspondia a cerca de 48% e a cerca de 32% do número e da área totais, respectivamente. A esmagadora maioria deste sector estava confinada à pequena agricultura e, na maior parte dos casos, caracterizava-se por constituir retaguarda de outras fontes de rendimento, predominantemente as de origem salarial.

O restante sector representava aproximadamente 38% das explorações e 9% da área e era constituído pela pequena agricultura de plurirendimento, resultante quer do exercício de outras actividades remuneradas por parte dos outros membros do agregado doméstico do produtor, quer da existência de outros rendimentos tais como, remessas de emigração, juros de poupanças, pensões e reformas.

No período entre 1979 e 1999/2000, o traço mais marcante da evolução da agricultura portuguesa foi, por sua vez, o da acentuada redução do número total de explorações agrícolas. Acresce que durante as décadas de 80 e 90, em particular durante a década de 90, o trabalho agrícola a tempo completo diminuiu, subsistindo embora o predomínio do trabalho familiar. Este observou, contudo, uma redução acentuada do respectivo montante. Concomitantemente, a participação do trabalho assalariado regista um aumento.

Em síntese, a diminuição do número total de explorações traduziu-se na diminuição do número de agricultores familiares e no aumento, por relação à década de 80, do número de sociedades agrícolas. Estas últimas assumiam, no final dos anos 90, 1.3% do número total das explorações e 18% do total da área.

Quanto aos principais sectores de agricultura, concluiu-se que, em 20 anos (de 1979 a 1999), se terá verificado um expressivo aumento no número das grandes explorações de tipo empresarial, as quais, no entanto, contribuíam, respectivamente, com pouco mais de 20% e de 6% para o valor económico da agricultura e para o emprego. O sector da pequena agricultura de pluriactividade e de plurirendimento terá, também ele, registado um aumento da respectiva proporção relativamente ao número total das explorações, representando 40% e 65% dos então valor económico da agricultura e do montante total das unidades de trabalho agrícola, respectivamente. A diminuição registada no número total de agricultores e na população rural, em geral, acentuou o processo de “desagriculturalização” e de “desruralização” da sociedade portuguesa. Apesar disso, continua a ter sentido falar de rural e equacionar o seu futuro e o das respectivas práticas agrícolas.

Com efeito, o mundo rural é e será sempre objecto de redefinições sucessivas induzidas pelas transformações sociais globais e não apenas pelas transformações ocorridas nos campos (Mormont, 1987) e a agricultura constitui a referência simbólica do ruralismo Mormont (1993). Ela representa “[...] a independência dos indivíduos, os valores familiares, o sentido do trabalho, a ligação à terra e à natureza, o pequeno património e as solidariedades locais” (Mormont, 1993:5).

Nas modernas sociedades contemporâneas, o rural vem assumindo particular importância, designadamente pelo facto de “[se encontrar] entre uma natureza crescentemente “socializada” ou “humanizada” – isto é, socialmente integrada e hoje crescentemente pensada à luz da dimensão global dos problemas ambientais que gizam a crise ecológica contemporânea - e um mundo

urbano hiperdimensionado e estandardizado em variantes diversas de suburbanização metropolitana estruturadas como *locus* de consumo do mercado global” (Nave, 2003: 129, 130).

A outro nível de análise – o dos sistemas de representação do rural - a ecologia, a guarda da natureza, a preservação dos recursos não renováveis constituem alguns dos aspectos que caracterizam a actual redefinição social da ruralidade. Neste contexto representacional, a manutenção de uma agricultura ligada ao território assume particular importância, uma vez que, em boa medida, se institue como garante de todos esses aspectos.

Capítulo 5. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA DE PLURIACTIVIDADE

5.1. Introdução

Recorde-se que o objectivo central de aprofundar os processos e os aspectos resultantes da evolução económica e social da agricultura no período em análise se destina a ver em que medida, no contexto das actuais políticas agrícola e rural europeias, tal evolução pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável dos espaços rurais portugueses.

De entre esses processos e aspectos, os que remetem para as problemáticas relativas à agricultura de pluriactividade enquanto potencial expressão do exercício da multifuncionalidade agrícola e à aplicação da política agro-ambiental europeia enquanto expressão do processo de modernização ecológica do sector constituem, ao abrigo das sucessivas reformas da PAC e no quadro da PARC, dois dos principais eixos da evolução futura da agricultura e dos espaços rurais, sobretudo no que aos países da Europa do Sul diz respeito.

Com efeito, tais problemáticas estão, como vimos no capítulo 3, explicitamente associadas à discussão e à concretização da perspectiva agro-territorial do desenvolvimento rural presente no Regulamento CE nº 1257/1999 e, mais específica e explicitamente, no Regulamento CE nº 1783/2003, através, designadamente da importância conferida - se bem que em termos mais discursivos do que efectivos - à prática da multifuncionalidade agrícola e rural e à concretização do processo de modernização ecológica da agricultura convencional.

Interessa agora caracterizar as modalidades de que se revestia o sector da agricultura pluriactiva em Portugal segundo uma dupla perspectiva. Por um lado, a do aprofundamento da análise dos mecanismos económicos e sociais subjacentes ao processo de transformação da agricultura e dos espaços rurais de que o sector em causa é, no período em análise (1970/2000), expressão. Por outro, a das respectivas potencialidades – nas actuais condições económicas, sociais e ambientais espelhadas na filosofia presente nas recentes políticas públicas dirigidas ao sector – no que respeita à concretização do processo de desenvolvimento rural sustentável e, conseqüentemente, à reprodução económica e social de uma franja ainda significativa da população rural.

A questão que concerne à aplicação do processo de ambientalização da agricultura portuguesa será aprofundada no capítulo seguinte.

Equacionar as eventuais potencialidades da agricultura pluriactiva relativamente ao preenchimento das designadas novas funções cometidas à agricultura e ao espaço rural nas sociedades contemporâneas e, por essa via, a respectiva contribuição para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, passa, necessariamente, por analisar a respectiva evolução durante o período em análise, bem como por aprofundar - tanto quanto o material empírico disponível nos permita - as principais lógicas económicas e sociais que lhe estão subjacentes.

A heterogeneidade de lógicas presentes no exercício da pluriactividade agrícola retrata(rá), em boa medida, quer processos originais de ajustamento dos respectivos protagonistas às condicionantes internas ao próprio sector agrícola e às condicionantes externas do mercado de trabalho rural quer, sobretudo no final da década de 90, às condicionantes das novas procuras urbanas que recaem sobre o rural.

Como vimos, no início dos anos 80 do passado século, a agricultura pluriactiva constituia já o sector maioritário em termos do número total de explorações agrícolas, representando expressão não dispicienda em termos de área, expressão que aumentará na década de 90.

A agricultura pluriactiva expandiu-se durante a década de 70. Com efeito, “o número de produtores com dupla actividade passou de 38.7% em 1968 para 43.9% em 1979; o número de explorações em que a totalidade do trabalho é prestado pelos membros do agregado familiar e a maioria do rendimento é proveniente do exterior, com grande representação numérica no total das explorações, cresceu em 35.2% entre 1968 (27.2%) e 1979 (62.4%)” (Barros, Carvalho e Fragata, 1992: 7, 8).

A expansão da agricultura a tempo parcial em Portugal foi encorajada e tornada possível pelo incremento das oportunidades de acesso a um emprego não agrícola nas áreas rurais ou perto delas. Acresce que, sobretudo nas áreas rurais do litoral, não se observavam, genericamente falando, fortes factores sociais de repulsão por parte dessas áreas.

As melhorias registadas no sistema de transportes e de comunicações facilitaram não só a descentralização da indústria, como também as possibilidades do exercício de migrações pendulares, por parte da população rural, “[...] caracterizando uma agricultura a tempo parcial diferente, por causa [do] tipo de mobilidade geográfica, de [outras] modalidades «sedentárias»” (Almeida, 1986: 384).

Essa agricultura era sobretudo protagonizada por um campesinato parcial, configurando situações “[...] de abandono [da agricultura] que se [compatibilizavam], no entanto, com estratégias de

conservação, pois na grande maioria dos casos [era] imperativo manter a residência local a par da agricultura de complemento. Assim se [fraccionavam grupos domésticos], destacando da força-de-trabalho familiar, outrora invisível no quadro produtivo de cada casa agrícola, os elementos masculinos e mais jovens, capazes de corresponder à procura citadina” (Almeida, 1986: 381).

Após uma breve discussão das noções de agricultura a tempo parcial, de agricultura de pluriactividade e de agricultura de plurirendimento sem pluriactividade, caracterizem-se, então, a partir dos dados fornecidos pelo Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 e pelos Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e 1999, as modalidades de que se revestia o sector da agricultura pluriactiva em Portugal, durante as três últimas décadas do século XX.

Muitos dos primeiros estudos sobre a agricultura a tempo parcial colocavam a ênfase na sua natureza transitória; viam-na como um estádio do movimento da população agrícola no interior da própria agricultura ou, mais frequentemente, para o exterior da agricultura.

Os estudos elaborados a partir dos inícios dos anos 80 do século passado revelaram que uma boa parte deste tipo de agricultura apresentava uma natureza estável ou, pelo menos, persistente. Em geral, a principal motivação da prática da agricultura a tempo parcial é o desejo de combinar a segurança e outras vantagens possibilitadas pela existência de uma exploração agrícola – tais como o complemento de rendimento, a manutenção da residência, dos laços de sociabilidade e das redes de vizinhança, estas últimas com consequências económicas ainda que não obedecendo a um explícito cálculo económico⁵⁹ - com a possibilidade de participar nas oportunidades resultantes do contexto económico geral.

Ainda que se reconheça a persistência da agricultura a tempo parcial, é, contudo, necessário não perder de vista a sua natureza dinâmica. Os actores sociais envolvidos e as respectivas funções mudam em função do contexto económico global, mas também, e particularmente, em função do ciclo de vida da família. Daí a importância de, ao proceder à sua caracterização, tomar por unidade analítica pertinente o grupo doméstico “[...] já que é ele, e não o indivíduo, o lugar originário de estratégias e a referência fundamental e permanente de avaliações” (Almeida, 1986: 380).

Os termos de “agricultura a tempo parcial” e de “agricultor a tempo parcial” são, no entanto, insatisfatórios. Definem o fenómeno de forma muito estreita e, durante muito tempo, contiveram

⁵⁹ Ver, entre outros autores, Almeida (1986).

conotações negativas, tais como falta de especialização, ineficiência, amadorismo, traduzidas, bastas vezes, pelo epíteto de “concorrência desleal” à agricultura a tempo inteiro. Daí que optemos por utilizar um termo mais abrangente, o de “agricultura de pluriactividade”, designação que, em nosso entender, melhor se adequa quer à heterogeneidade de situações que constituem o sector em causa, quer ao contexto mais amplo da problemática subjacente ao desenvolvimento rural.

Quem se debruça sobre a caracterização e a análise da agricultura e do espaço social rural em Portugal não pode deixar de se confrontar com a importância, diversidade e expansão do plurirendimento das famílias agrícolas. A importância numérica da agricultura assente no plurirendimento, isto é, da agricultura que se caracteriza pela associação da actividade desenvolvida na exploração agrícola com outras actividades desempenhadas fora da exploração ou com outros rendimentos - juros de poupança, reformas ou pensões sociais, remessas da emigração - recobre todo o período em análise.

Em 1979, e para o continente português, o número de explorações agrícolas de produtores individuais⁶⁰ recenseados como tendo rendimento exclusivamente agrícola representava apenas 17.9% do total. De um total de 778 782 explorações agrícolas⁶¹, 639 108, isto é, cerca de 82%, pertenciam a produtores individuais cujo rendimento total do agregado doméstico provinha simultaneamente do exercício da actividade agrícola e de actividades ou de rendimentos extra-exploração. A grande maioria desses produtores (73.8%) obtinha da exploração agrícola menos de 50% do rendimento total.

Sendo certo que a agricultura a tempo parcial, pluriactiva ou, mais genericamente, de plurirendimento não constituía, em 1979, algo de novo em Portugal⁶², o facto é que conhecer as

⁶⁰ Produtor individual: quando o produtor agrícola é uma pessoa singular.

⁶¹ Inquiridas pelo Questionário Normal, isto é, aquelas que se recortam com o essencial dos recursos agrícolas. Pelo Questionário Simplificado foram inquiridas as explorações agrícolas que, não satisfazendo as condições para serem inquiridas pelo Questionário Normal, tinham 200 m² ou mais de área agro-florestal e/ou qualquer cabeça de gado, colmeia ou cortiço e/ou 10 ou mais animais de capoeira. A sua expressão numérica é variável consoante as regiões, sendo, por vezes, significativa.

⁶² Nos finais da década de 60, princípios da década de 70, do passado século, a emigração alcançou tal importância que, nalgumas regiões, sobretudo no Norte e Centro do país, as remessas dos emigrantes quase superavam a produção agrícola (o PAB), traduzindo-se, como consequência, no facto de uma

modalidades que então assumia constitui, inequivocamente, um dos principais elementos de análise dos mecanismos económicos e sociais subjacentes ao processo de transformação da agricultura sob o impacto de processos de industrialização e de urbanização ou, mais recentemente, sob o impacto das novas procuras urbanas que vêm, cada vez mais, encarando os espaços rurais enquanto reserva de qualificação ambiental das sociedades pós-industriais.

O aprofundamento da problemática relativa às lógicas económicas e sociais subjacentes às diferentes modalidades de pluriactividade agrícola em 1979, umas e outras - particularmente no litoral português - configuradoras de integrações espaciais com características simultaneamente rurais e urbanas, passa, então, por enquadrar os elementos sociográficos trabalhados, no contexto dos processos sociais presentes nos vários territórios rurais. Com efeito, “[...] há que ter [...] em conta as lógicas e as respostas geradas na dinâmica própria das regiões votadas principalmente à agricultura – as funções internas do espaço rural” (Almeida, 1986:21).

Por outras palavras, só uma análise que conjugue as funções externas do espaço rural com as funções internas desse mesmo espaço nos permitirá esclarecer e aprofundar as lógicas económicas e sociais presentes nas diferentes modalidades do exercício da agricultura pluriactiva, ao mesmo tempo que contribuirá para equacionar, no que ao desenvolvimento rural diz respeito, o carácter potencialmente dinâmico da articulação entre a prática da actividade agrícola e a de outras actividades económicas.

A agricultura de pluriactividade constitui, cada vez mais, uma nova articulação entre a agricultura e outros sectores de actividade económica. Como referem Mingione e Pugliese, “ a expansão e as novas características da agricultura a tempo parcial fazem ressaltar um problema muito generalizado [...]: a articulação entre a agricultura e outros sectores de produção num contexto que já foi agrícola e rural, e que é hoje cada vez mais caracterizado pela presença, em variados graus, de diferentes actividades (excepto nas áreas mais atrasadas e mais pobres)” (Mingione e Pugliese, 1987: 91).

Em Portugal, como vimos, a integração da agricultura e do espaço rural na economia e na sociedade englobantes tem-se feito, sobretudo, através do mercado de trabalho e não tanto através do mercado de produtos a montante e a jusante do sector agrícola. A industrialização da

apreciável percentagem da população agrícola não depender da agricultura para preencher a maior parte das suas necessidades monetárias.

agricultura, cuja fase mais acabada aponta para situações de integração vertical e, no limite, para situações do que se designa por processos de *agri-business*, está porventura, depois da entrada de Portugal na CEE, de algum modo comprometida.

A significativa expressão numérica da agricultura praticada numa base pluriactiva releva, justamente, daquele modelo dominante de integração na economia e na sociedade englobantes, tendo conduzido, sobretudo no Norte e Centro Litorais do país, a configurações socioespaciais onde a clássica dicotomia rural/urbano se dissolve. Na base da importância económica e social desse tipo de agricultura estiveram processos de urbanização difusa e de industrialização em meio rural os quais, nalguns casos, iam da implantação da indústria, cujos centros de decisão se localizavam fora desses espaços, até a formas industriais de carácter endógeno, a designada industrialização difusa.

É na análise do mercado de trabalho que a imprecisão das fronteiras entre rural e urbano e agricultura e indústria é mais patente (Mingione e Pugliese, 1987). Enquanto a análise do mercado de trabalho local pelo lado da oferta revela as modalidades de produção e de reprodução da força-de-trabalho e o modo como as famílias regulam a vinculação dos seus membros aos mercados de trabalho extra-exploração, a análise do mercado de trabalho local pelo lado da procura evidencia a natureza do sistema produtivo local (Reis, 1987).

A este propósito refira-se que a noção de sistema produtivo local encerra, quanto aos aspectos materiais de produção e de reprodução dos espaços sociais locais, capacidade heurística de inegável interesse. Dois aspectos, porém, importa reter no que à operacionalização da noção de sistema produtivo local diz respeito: o peso a conferir à articulação do(s) sistema(s) produtivo(s) local(ais) com o sistema económico global; a operacionalização dessa articulação aos níveis regional, nacional e, até, internacional. Acresce que a noção de sistema produtivo local deve ser tomada em termos abrangentes, contemplando o que se poderá designar por matriz das formas de produção agrícolas e não-agrícolas.

Através da caracterização e da análise aprofundada das modalidades de pluriactividade agrícola é possível, então, restituir as respectivas lógicas e, do mesmo passo, equacionar o papel estratégico ou tático da agricultura na angariação e na composição do rendimento familiar, bem como a(s) lógica(s) dominante(s) ou em afirmação numa dada realidade socioespacial.

Entre a agricultura de pluriactividade em que o rendimento da agricultura é uma forma de complementar rendimentos auferidos noutros sectores de actividade, a designada pequena

agricultura de complemento, com importância decisiva em alguns espaços locais em termos de reprodução social dos respectivos habitantes, e formas de agricultura de pluriactividade apontando para situações de produção agrícola (articulada com outros sectores de actividade económica) e não meramente de reprodução social dos seus protagonistas, há uma vasta gama de situações intermédias que apontam para lógicas sociais e configurações espaciais específicas.

Se bem que nas sociedades do Sul da Europa a pluriactividade como sistema socioeconómico constitua uma tendência mais vasta, isto é, não tenha exclusivamente como centro a agricultura, a especificidade da pluriactividade agrícola reside na especificidade da agricultura, isto é, na sua específica distribuição espacial⁶³. Assim sendo, o desenvolvimento da pluriactividade agrícola tem implicações que lhe são próprias, designadamente sobre a geografia do emprego e do povoamento, para além das relativas à (re)organização do trabalho na exploração agrícola.

O material com que trabalhamos apresenta, todavia, algumas limitações no que concerne ao aprofundamento das diferentes lógicas sociais e económicas protagonizadas pelos agricultores pluriactivos. Com efeito, tal aprofundamento reclama o concurso não só de outro tipo de informação empírica proveniente de estudos de caso que contemplem o contexto social local onde essas lógicas têm lugar, como de outros campos disciplinares que não apenas o da economia e da sociologia rurais. Com excepção de alguns trabalhos de sede sociológica ou antropológica⁶⁴, não há, contudo, praticamente outras fontes.

Não iremos reproduzir aqui a discussão teórica e metodológica subjacente à definição da agricultura pluriactiva ou a tempo parcial. Tendo como pano de fundo as características da informação estatística disponível, vale a pena tão-só explicitar claramente os critérios subjacentes à respectiva quantificação.

Ainda assim, retenhamos desde já uma primeira distinção a fazer entre o que se designa por uma agricultura de plurirendimento com recurso à pluriactividade – uma agricultura a tempo parcial – e o que se designa por uma agricultura residual – uma agricultura de rendimento com algum contributo agrícola, mas sem corresponder a uma situação de pluriactividade, praticada, na maior parte dos casos, por uma população envelhecida, para cujo rendimento total contribuem reformas e pensões sociais.

⁶³ Específica distribuição espacial essa que resulta da dependência da agricultura em relação ao factor terra.

⁶⁴ Ver, entre outros, Almeida (1986), Lourenço (1991), Sobral (1999) e O'Neill (1984).

Uma outra situação, pertinente do ponto de vista sociológico, é aquela em que o chefe da exploração agrícola (ou algum dos membros do seu agregado doméstico) emigrou, havendo lugar a uma situação de plurirendimento (proveniente das remessas da emigração) que, nalguns casos – porque associada a uma estratégia de manutenção e de reprodução da exploração agrícola familiar –, pode conduzir a práticas económicas e sociais distintas das levadas a cabo pela agricultura a tempo parcial e pela agricultura que designámos por agricultura residual.

Com efeito, enquanto a emigração contemplava – pelo menos como projecto inicial – uma estratégia com vista a assegurar não só a manutenção, como a viabilidade, pelo menos a prazo, da exploração agrícola, outras modalidades de pluriactividade agrícola podiam vir a revelar-se quer estratégias de abandono parcial da agricultura, quer estratégias de abandono puro e simples da actividade agrícola.

De entre as distinções acima apresentadas, é da agricultura a tempo parcial que nos vamos ocupar. Esta define-se, genericamente, pela conjugação, por parte dos agricultores, da prática da actividade agrícola na exploração com o exercício de actividades remuneradas exteriores à mesma. Das várias definições operativas para efeitos de análise empírica destacam-se as que tomam como agricultura a tempo parcial, aquela em que a actividade na exploração agrícola ocupa uma determinada percentagem do tempo de trabalho do agricultor ou o total dos rendimentos extra-exploração excede uma dada proporção dos rendimentos totais. Por vezes, aplicam-se estes critérios apenas ao chefe da exploração agrícola, outras vezes tais critérios estendem-se aos restantes membros da família.

Ao invés de pré-estabelecer, de forma mais ou menos arbitrária, um critério delimitador rígido, considerar-se-á, enquanto elemento determinante da presença da agricultura a tempo parcial, a existência da dupla actividade. Por outro lado, é sociologicamente pertinente, sobretudo quando a análise incide sobre o espaço rural de pequena agricultura, tomar como unidade de análise a família “[...] não só por ela constituir o ponto de partida objectivo e subjectivo de [trajectos sociais], mas ainda por lhes predeterminar as possibilidades de encaminhamento, através dos múltiplos mecanismos que articulam o capital adquirido ao capital herdado” (Almeida, 1986: 382).

Ainda assim, importa, igualmente, isolar a situação, em termos do exercício ou não de dupla actividade, daquele que é o chefe da exploração agrícola⁶⁵. Com efeito, a dupla ocupação dos outros membros do agregado familiar apresenta uma multiplicidade de situações quer em termos de participação futura no trabalho agrícola, quer de contributo para o rendimento familiar⁶⁶, correspondendo, potencialmente, a estratégias distintas das observadas quando a dupla actividade se reporta ao chefe da exploração agrícola.

5.2. A Agricultura de Pluriactividade no final da década de 70

Iniciaremos a análise dos dados empíricos relativos à expressão e à caracterização da agricultura pluriactiva reportando-nos ao final da década de 70 do século XX. Tais dados, como anteriormente referido, reflectirão o resultado de estratégias económicas e sociais de maximização, dentro de condicionantes internas e externas ao sector agrícola, dos recursos familiares disponíveis. Por isso - insista-se - se deve reter e privilegiar a família ou o grupo doméstico como unidade de observação.

Resulta, então, que o nosso objecto de estudo recobre as situações em que se verifica a conjugação da actividade na exploração agrícola com actividade(s) externa(s) desenvolvidas quer por parte do chefe da exploração agrícola, quer por parte de outros membros do correspondente agregado familiar.

Retomemos alguns indicadores síntese, abordados no capítulo anterior, relativos à importância da agricultura para o total das famílias portuguesas, a fim de fornecer o quadro geral em que se inscrevia a prática da agricultura pluriactiva.

⁶⁵ Ou do chefe da família. Note-se, contudo, que, nalgumas situações, a organização do trabalho agrícola não está exclusivamente centrada na figura do chefe da exploração, encontrando-se a cargo de outros elementos do agregado familiar.

⁶⁶ O que se verifica relativamente à situação de pluriactividade dos outros membros da família que não os chefes de exploração, no final das décadas de 80 e de 90 do século passado, como veremos.

Quadro 5.1: Indicadores síntese da importância social da agricultura portuguesa, 1979/81

Indicadores	Continente
Percentagem do número de famílias agrícolas no total das famílias residentes	27.8
Percentagem da população agrícola familiar no total da população residente	28.9
Área média das explorações (ha), em 1979	6.6
Percentagem do número de explorações com área compreendida entre 0 e 3 ha detidas por produtores individuais em relação ao respectivo total, em 1979	76.8
Percentagem do número de explorações em que a totalidade ou a maior parte do trabalho é feita pelo agregado doméstico do produtor individual em relação ao total das explorações detidas por produtores individuais, em 1979	93.1

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*; *Recenseamento Geral da População de 1981*.

Em 1979-81, a percentagem de famílias com exploração agrícola, no total de famílias, era de cerca de 28%, abrangendo uma população agrícola familiar da ordem dos 30% do total da população residente. Estas percentagens revelam de forma expressiva a importância social que, à data, a agricultura e o espaço social rural ainda detinham. Tal importância traduzia-se, basicamente, por aquela se constituir, essencialmente, em retaguarda de salários ou de outros rendimentos e aquele em reserva de força de trabalho para outros sectores económicos.

Recorde-se, por outro lado, que se tratava sobretudo de uma agricultura de pequena dimensão e predominantemente organizada em moldes familiares – do total das explorações dos agricultores individuais, mais de 76% detinham uma área não superior a 3 ha.

Tendo presente o contexto traduzido pelos valores assumidos por esses indicadores, passemos à quantificação da agricultura de pluriactividade em 1979, a partir de um conjunto de indicadores construídos com base nos critérios atrás apresentados e discutidos.

Quadro 5.2: Caracterização dos produtores individuais (A) e dos outros membros (B) (de idade superior a 7 anos) do agregado doméstico do produtor

	Total em milhares	Com actividade exclusivamente na exploração (milhares)	Com actividade na exploração e com actividade fora (duplo-activos) (milhares)	Com actividade fora e sem actividade na exploração (milhares)	Sem actividade fora e sem actividade na exploração (milhares)
A. Produtores individuais:					
Total das explorações:					
HM	778.8	379.8	342.2	33.2	23.6
(Percentagem)	(100.0)	(48.7)	(43.9)	(4.3)	(3.0)
H	675.2	302.8	325.0	30.7	16.7
(Percentagem)	(100.0)	(44.8)	(48.1)	(4.5)	(2.5)
Explorações com terra:					
HM	774.8	378.6	339.8	32.8	23.6
(Percentagem)	(100.0)	(48.9)	(43.9)	(4.2)	(3.0)
H	671.5	301.8	322.7	30.3	16.7
(Percentagem)	(100.0)	(44.9)	(48.1)	(4.5)	(2.5)
Taxa de masculinidade	86.7	79.7	95.0	92.6	70.7
Explorações sem terra:					
HM	4.0	1.2	2.4	0.4	0.05
(Percentagem)	(100.0)	(30.1)	(59.6)	(9.2)	(1.2)
H	3.7	1.0	2.3	0.4	0.04
(Percentagem)	(100.0)	(27.1)	(61.9)	(9.9)	(1.1)
Taxa de masculinidade	91.4	82.1	95.0	98.6	89.1

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

B. Outros Membros: Total das explorações: HM	1667.6	867.5	246.4	143.0	410.7
(Percentagem)	(100.0)	(52.0)	(14.8)	(8.6)	(24.6)
H	546.2	164.9	129.4	85.6	166.3
(Percentagem)	(100.0)	(30.2)	(23.7)	(15.7)	(30.4)
Explorações com terra: HM	1661.5	865.4	245.7	142.0	408.4
(Percentagem)	(100.0)	(52.1)	(14.8)	(8.5)	(24.6)
H	544.5	164.7	129.2	85.1	165.5
(Percentagem)	(100.0)	(30.2)	(23.7)	(15.6)	(30.4)
Taxa de masculinidade	32.8	19.0	52.6	59.9	40.5
Explorações sem terra: HM	6.1	2.1	0.7	1.0	2.3
(Percentagem)	(100.0)	(35.6)	(11.2)	(16.3)	(36.8)
H	1.7	0.2	0.2	0.5	0.8
(Percentagem)	(100.0)	(12.6)	(8.8)	(28.4)	(50.1)
Taxa de masculinidade	27.2	9.6	21.5	47.4	37.1

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Tomando o total dos produtores individuais, salientam-se os seguintes aspectos: menos de metade (48.7%) dos chefes de exploração tem actividade exclusivamente na exploração agrícola. Dos chefes de exploração que não têm actividade na exploração agrícola ou a acumulam com outra actividade externa, o grupo mais importante é o constituído pelos chefes de exploração duplo activos (43.9%). Regista-se, ainda, uma pequena percentagem dos que têm actividade fora, mas não têm actividade na exploração agrícola (4.3%); os chefes de exploração que não exercem actividade na exploração agrícola nem fora dela representam, por sua vez, 3% do total.

Dos cerca de 779 000 chefes de exploração, 86.7% são homens. A taxa de masculinidade é, no entanto, inferior (cerca de 79.7%) no caso dos que apenas desenvolvem actividade na exploração agrícola. A grande maioria das explorações agrícolas é constituída por explorações com terra, representando as explorações sem terra apenas 0.5% do total.

É neste último tipo de explorações que tanto a taxa de masculinidade dos chefes de exploração, como as percentagens relativas aos chefes de exploração duplo activos e aos que têm actividade externa e não têm actividade na exploração agrícola são mais elevadas. Os duplo activos são significativamente em maior número do que no caso das explorações com terra, atingindo cerca de 60% do total.

Em síntese, estes agricultores constituem um grupo numericamente minoritário, mas o seu comportamento em termos de padrões de trabalho difere claramente do respeitante aos chefes das explorações com terra. Por essas razões, trabalharemos apenas os indicadores seleccionados segundo as modalidades de trabalho dos chefes das explorações com terra.

Porque os dados fornecidos pelo recenseamento agrícola não permitem estabelecer uma relação entre as explorações agrícolas e as respectivas modalidades de trabalho dos outros membros do agregado doméstico do produtor, teremos de analisar a situação dos chefes de exploração e a situação dos outros membros em separado. Começemos por caracterizar a dupla actividade dos chefes de exploração.

Quadro 5.3: Produtores individuais (explorações com terra) com actividade na exploração e/ou com actividade fora da exploração

	Com actividade exclusiva na exploração HM (milhares)	Com actividade exclusiva na exploração H (milhares)	Com actividade na exploração e com actividade fora (duplo-activos) HM (milhares)	Com actividade na exploração e com actividade fora (duplo-activos) H (milhares)	Com actividade fora e sem actividade na exploração HM (milhares)	Com actividade fora e sem actividade na exploração H (milhares)
Total dos produtores individuais	378.6	301.8	339.8	322.7	32.8	30.3

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Desagregação						
A. Tempo de actividade na exploração: Inferior a 50%	94.9 (25.0)	68.5 (22.7)	244.8 (72.0)	233.8 (72.5)	- (-)	- (-)
Superior a 50%	283.7 (75.0)	233.3 (77.3)	95.0 (28.0)	88.9 (27.5)	- (-)	- (-)
B. Natureza da actividade fora da exploração: Actividade agrícola	- (-)	- (-)	87.1 (25.6)	81.1 (25.2)	0.7 (2.2)	0.6 (2.1)
Actividades não agrícolas	- (-)	- (-)	252.7 (74.4)	241.3 (74.8)	32.1 (97.8)	29.7 (97.9)
C. Tempo de actividade na exploração e natureza da actividade fora: Actividade agrícola e menos de 50%	- (-)	- (-)	43.2 (49.6)	40.3 (49.5)	- (-)	- (-)
Actividade agrícola e mais de 50%	- (-)	- (-)	43.9 (50.4)	41.1 (50.5)	- (-)	- (-)
Actividades não agrícolas e menos de 50%	- (-)	- (-)	201.6 (79.8)	193.5 (80.2)	- (-)	- (-)
Actividades não agrícolas e mais de 50%	- (-)	- (-)	51.1 (20.2)	47.8 (19.8)	- (-)	- (-)

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Cerca de 72% dos chefes de exploração duplo activos dedicam à actividade na exploração agrícola menos de 50% do respectivo tempo de trabalho. As actividades externas à exploração são constituídas, sobretudo, por actividades não agrícolas, as quais representam 74% do total. De entre essas actividades, destacam-se, por ordem percentual decrescente, as outras actividades remuneradas, basicamente constituídas por actividades exercidas no sector dos serviços, as quais representavam 49.8%; o comércio e a hotelaria com 9.5%; e, a indústria (incluindo a indústria extractiva) com 6.0% do total. A dupla-actividade dos chefes de exploração registava, assim, forte articulação com o sector terciário.

A ausência de informação sobre a situação na profissão relativamente à ocupação extra-exploração agrícola quer dos chefes de exploração, quer dos outros membros do agregado familiar, não permite aprofundar a questão da agricultura pluriactiva do ponto de vista sociológico.

Com efeito, na indisponibilidade de tais elementos, não é possível distinguir a agricultura a tempo parcial de tipo patronal - de “ricos” - da agricultura a tempo parcial exercida por aqueles que tinham actividade extra-exploração agrícola enquanto assalariados noutros sectores de actividade. Esta última era, à época, em muitos casos regida segundo “uma lógica de sobrevivência [que] [comandava] [...] o «apego à terra», à valorização simbólica da propriedade e do trabalho agrícolas” (Almeida, 1986: 206).

A agricultura a tempo parcial protagonizada por aqueles que, tendo uma actividade extra-exploração no comércio ou na indústria, a exerciam com o estatuto de isolados ou de trabalhadores familiares, aponta para uma outra lógica social e económica, podendo, nalguns casos, encontrar-se numa situação de transição para uma agricultura pluriactiva de tipo patronal.

Em 25.6% dos casos de dupla actividade, a actividade extra-exploração agrícola é exercida no mesmo sector, a agricultura. Esta combinação de actividades no interior do sector agrícola pode, todavia, apontar para duas situações bem distintas: uma situação de semi-proletarização tradicional ou de campesinato parcial, que se traduz pela procura de um complemento ao rendimento auferido na exploração agrícola, através do recurso ao assalariamento em explorações agrícolas com características patronais⁶⁷ ou em explorações agrícolas familiares de maior

⁶⁷ Tratava-se da articulação entre a pequena exploração agrícola familiar e a grande exploração de tipo patronal, situada na mesma ou em outras regiões, como fora já o caso das migrações sazonais de

dimensão; uma situação em que a actividade extra-exploração se associa, sobretudo, à prestação de serviços, tais como o de alugar de máquinas.

Estas duas modalidades de trabalho extra-exploração agrícola apontam para perfis sociais distintos por parte dos respectivos protagonistas, constituindo a última delas, em particular nalgumas regiões de agricultura de pequena dimensão, a modalidade dominante.

O tempo de trabalho dedicado à exploração agrícola é, por sua vez, função, em alguma medida, da natureza da actividade extra-exploração. Com efeito, os duplo activos com actividade exterior não agrícola, maioritariamente – em 79.8% dos casos –, dedicam menos de 50% do tempo de trabalho à exploração agrícola, enquanto os duplo activos com actividade extra-exploração na agricultura e dedicando menos de 50% do tempo de trabalho à exploração agrícola representam menos de metade dos anteriores (49.6%).

O cruzamento da questão relativa ao tempo de actividade dedicado à exploração agrícola por parte do produtor com os respectivos tipos de actividade extra-exploração segundo a situação na profissão (patrão, isolado, trabalhador familiar ou assalariado) revelar-se-ia de particular interesse, na medida em que constituiria um elemento relevante da análise das tendências de evolução da agricultura pluriactiva.

Refira-se, por fim, que, como seria de esperar, os agricultores chefes de exploração com actividade exclusiva na exploração, na sua maioria – 75% dos casos –, dedicam à exploração mais de 50% do seu tempo de trabalho. Por outro lado, só uma minoria (2.2%) dos que não exercem qualquer actividade na exploração agrícola desenvolve actividade na agricultura. Esta última situação configura uma modalidade bem distinta das anteriormente caracterizadas e, porventura, a forma mais transitória da agricultura a tempo parcial, na medida em que a actividade na exploração já só é exercida pelos outros membros do agregado familiar do produtor individual e, nalguns casos, apenas pelo respectivo cônjuge.

Quanto à caracterização dos outros membros do agregado familiar do produtor individual, sob o ponto de vista do exercício da dupla actividade, há que, desde logo, fazer uma primeira observação: os dados disponíveis reportam-se aos outros membros da família com idade superior a 7 anos.

população agrícola, proveniente do Minho e das Beiras, para as grandes explorações latifundiárias do Sul do país, registadas aquando do período anterior à mecanização da cultura trigueira.

Da comparação da situação dos outros membros da família (Quadro 5.4) com a situação relativa aos chefes de exploração destacam-se os seguintes aspectos: a taxa de masculinidade é significativamente menor (32.8% do total); menor é também a percentagem dos duplo activos (14.8% do total). Pouco mais de metade deles (52%) trabalha exclusivamente na exploração; destes últimos, cerca de 80% são mulheres. Observa-se, ainda, que é percentualmente mais elevado o número de casos dos que só exercem actividade fora da exploração (8.6%), sendo mais de metade destes, cerca de 60%, homens. Acresce que, como seria de esperar, a percentagem dos que não exercem qualquer actividade (24.6%) é muitíssimo mais elevada, uma vez que no cômputo global dos outros membros do agregado doméstico do produtor agrícola estão, relembre-se, crianças e jovens.

Por fim, é ainda interessante salientar que é numericamente pouco expressivo o grupo dos que tendo uma actividade externa à exploração não contribuem, em maior ou menor grau, para o trabalho desenvolvido na exploração agrícola. Por outras palavras, tudo parece indicar que pertencer a uma família agrícola⁶⁸ implica, quase sempre, concorrer para as tarefas respeitantes à actividade agrícola, sobretudo, como os dados trabalhados sugerem, no caso de se ser mulher.

Uma vez mais, esta questão remete-nos para a importância numérica de uma agricultura pluriactiva de base tendencialmente camponesa, ainda que assumindo variegadas formas.

No que respeita às explorações agrícolas sem terra – à semelhança, de resto, do que acontecia no caso dos chefes de exploração - registam-se também aqui notórias diferenças relativamente ao grosso das explorações - as explorações com terra. A dupla actividade é, por um lado, protagonizada sobretudo pelos chefes de exploração e, por outro, assumem maior expressão numérica os outros membros do agregado doméstico do produtor que apenas detêm uma actividade extra-exploração agrícola e os que não desenvolvem qualquer actividade.

⁶⁸ Na acepção de uma família detentora de uma exploração agrícola.

Quadro 5.4: Outros membros do agregado doméstico do produtor (de idade superior a 7 anos; explorações com terra) com actividade na exploração e/ou com actividade fora da exploração

	Com actividade exclusiva na exploração HM (milhares)	Com actividade exclusiva na exploração H (milhares)	Com actividade na exploração e com actividade fora (duplo-activos) HM (milhares)	Com actividade na exploração e com actividade fora (duplo-activos) H (milhares)	Com actividade fora e sem actividade na exploração HM (milhares)	Com actividade fora e sem actividade na exploração H (milhares)
Total dos outros membros	865.4	164.7	245.7	129.2	142.0	85.1
Desagregação:						
A. Tempo de actividade na exploração:						
Inferior a 50%	362.2 (41.9)	91.0 (55.2)	199.9 (81.4)	112.9 (87.3)	- (-)	- (-)
Superior a 50%	503.2 (58.1)	73.7 (44.8)	45.8 (18.6)	16.3 (12.7)	- (-)	- (-)
B. Natureza da actividade fora da exploração:						
Actividade agrícola	- (-)	- (-)	67.0 (27.3)	23.2 (17.9)	7.0 (5.0)	3.5 (4.1)
Actividades não agrícolas	- (-)	- (-)	178.7 (72.7)	106.0 (82.1)	135.0 (95.0)	81.6 (95.9)

C. Tempo de actividade na exploração e natureza da actividade fora: Actividade agrícola e menos de 50%	- (-)	- (-)	44.0 (65.7)	15.9 (68.6)	- (-)	- (-)
Actividade agrícola e mais de 50%	- (-)	- (-)	23.0 (34.3)	7.3 (31.4)	- (-)	- (-)
Actividades não agrícolas e menos de 50%	- (-)	- (-)	155.9 (87.3)	96.9 (1.4)	- (-)	- (-)
Actividades não agrícolas e mais de 50%	- (-)	- (-)	22.8 (12.7)	9.1 (8.6)	- (-)	- (-)

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

À semelhança do que se fez anteriormente e pelas razões então apresentadas, apenas se trabalham os dados relativos às explorações com terra.

O que se passa com a dupla actividade dos outros membros da família do produtor individual? Dos que são duplo activos, 81.4% dedicam à actividade na exploração agrícola menos de 50% do respectivo tempo de trabalho; mais de metade deles são homens. A participação destes outros membros masculinos da família no trabalho desenvolvido na exploração agrícola é, portanto, inferior à dos chefes de exploração duplo-activos.

Quanto à natureza da actividade externa, regista-se a seguinte distribuição: 27.3% do total exerciam-na no sector agrícola – grupo constituído predominantemente por mulheres - e 72.7% – na sua maioria homens – em outros sectores de actividade. Esta última situação é, de resto, muito semelhante à registada pelos chefes de exploração.

Se atendermos, agora, ao tempo de actividade na exploração segundo a natureza da actividade externa detida pelos outros membros do agregado familiar, verifica-se que a percentagem dos duplo activos com actividade externa não agrícola que dedicam menos de 50% do seu tempo de trabalho à exploração agrícola é ainda mais elevada do que a verificada no caso dos chefes de exploração.

Por sua vez, dos que detêm uma actividade extra-exploração no sector agrícola, 65.7% dedicam à exploração menos de 50% do respectivo tempo de trabalho. Do total dos outros membros da família com actividade exclusivamente na exploração agrícola, 58.1% dedicam-lhe mais de 50% do seu tempo de trabalho; destes, apenas 14.6% são homens. Por fim, os que apenas detêm actividade extra-exploração são, em 60.4% dos casos, homens e quase todos eles (95%) desenvolvem actividades não agrícolas.

Acrescente-se que apesar da elevada taxa de feminização do trabalho agrícola, bem patente nos dados trabalhados, serão em número reduzido as mulheres que detêm tarefas de gestão da exploração agrícola familiar.

Quantificou-se e caracterizou-se a agricultura a tempo parcial na óptica dos indivíduos que constituíam o agregado familiar, distinguindo a situação do chefe de exploração da dos outros membros da família. Dadas as limitações já aludidas no material estatístico disponível, em rigor, apenas se pode concluir - tomando como critério da respectiva quantificação o exercício da dupla actividade por parte dos chefes de exploração - que as explorações agrícolas a tempo parcial representavam pelo menos cerca de 44% do número total de explorações. Fica por quantificar a percentagem de explorações agrícolas em que a dupla actividade era protagonizada apenas pelos outros membros da família que não o chefe de exploração ou por aqueles e o chefe da exploração. De particular interesse para a sociologia rural seria o de, já à época, avaliar e aprofundar a análise do papel de travão ou de dinamismo que as práticas agrícolas pluriactivas poderiam vir a protagonizar no desenvolvimento integrado das realidades socioespaciais em que tais práticas se inseriam e, bem assim, as respectivas lógicas sociais e económicas dominantes ou em afirmação.

Apesar de uma tradição teórica caracterizada por associar rural a imobilismo e agricultura a tempo parcial a sobrevivência de formas camponesas, em meados dos anos 80 do século passado surgiram em Portugal propostas de desenvolvimento e de planeamento regional⁶⁹ e experiências

⁶⁹ Pires, Artur da Rosa (1987).

de intervenção urbanística⁷⁰ que procuraram ter em conta o carácter dinâmico da articulação entre agricultura e indústria, por via do mercado de trabalho extra-exploração agrícola.

No contexto inaugurado pela Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992, o qual se vê reforçado através das reformas programadas ou efectuadas posteriormente, a agricultura de pluriactividade ou a agricultura a tempo parcial, como vimos no capítulo 3, ganha, ou parece ganhar, um novo estatuto económico e social, qual seja o de poder vir a apresentar “vantagens comparativas” em relação às clássicas modalidades de agricultura familiar a tempo inteiro. E isso, designadamente no que respeita à respectiva articulação com o preenchimento das novas funções sociais e simbólicas atribuídas à agricultura e ao espaço rural pelas sociedades modernas.

Com efeito, as situações que configuram a associação da prática de uma agricultura familiar a tempo parcial com o exercício de funções económicas e produtivas ligadas ao lazer, à recreação e à conservação e defesa da natureza são, cada vez mais, situações que podem vir a contribuir para a valorização produtiva e económica daqueles que são os designados recursos endógenos dos territórios rurais, recursos tão insistentemente apresentados como essenciais à concretização do desenvolvimento local sustentável.

Ao contrário do que se verificou no contexto resultante da plena efectivação da Política Agrícola Comum (PAC) - contexto que se prolongou até, *grosso modo*, inícios dos anos 90 do passado século- o exercício da agricultura a tempo parcial⁷¹ vê hoje renovadas alternativas, podendo o referido sector de agricultura vir a atenuar ou, mesmo, a contrariar os efeitos “perversos” do “sucesso económico”⁷² atribuído àquela política.

Se não vejamos: a visibilidade social crescente das questões ambientais à qual vem associada uma procura social do espaço rural, também ela crescente, sobretudo por parte de certas fracções dos cidadãos, tem concorrido para aquilo a que se vem designando por processo de requalificação ambiental do rural. Tal processo social favorecerá potencialmente o estabelecimento de novas formas de articulação – também elas produtivamente renovadas - entre

⁷⁰ Sá, Manuel Fernandes de (1988).

⁷¹ Todavia, não deixa de ser interessante que já em 1984 o então Comissário para a Agricultura da CEE, aquando do anúncio de um conjunto de medidas destinadas a reduzir a produção de leite, aluda a que, no futuro, a típica exploração agrícola familiar não poderá esperar viver exclusivamente da agricultura.

⁷² Por “sucesso económico”, entende-se, aqui, o avaliado à luz dos então considerados indicadores de sucesso na aplicação de políticas públicas ao sector agrícola.

a agricultura e novos e mais dinâmicos sectores da economia. A resultante daquele processo poderá vir a saldar-se quer em benefícios económicos para os territórios rurais no seu conjunto, quer na possibilidade de “restituição” à respectiva população agrícola - ainda que dentro de certos limites - dos estatutos social e profissional há muito perdidos.

5.3. A Agricultura de Pluriactividade na Alvorada do Século XXI

Retomando a metodologia utilizada na análise relativa aos diferentes estatutos de trabalho presentes na agricultura familiar em 1979, actualizem-se, agora, os resultados atrás trabalhados, para os anos de 1989 e 1999, com base nos dados fornecidos pelo Recenseamento Geral da Agricultura de 1989 e pelo Recenseamento Geral da Agricultura de 1999⁷³.

Retenham-se então alguns indicadores sumários da caracterização das estruturas agrárias em 1989 e em 1999, trabalhados no capítulo anterior, com o fito de, muito sucintamente, fornecer o contexto no qual a agricultura pluriactiva, então, se inscrevia.

Entre 1989 e 1999 registou-se uma diminuição do número total de explorações agrícolas da ordem dos 30.5%; em 1989, 95.5% do total das explorações era constituído por explorações familiares (de produtores singulares autónomos); dez anos mais tarde, em 1999, as explorações agrícolas familiares representavam 94.3% do número total de explorações. Numa década, tais explorações registaram uma diminuição da ordem dos 31.4%, sofrendo um decréscimo superior, ainda que ligeiro, ao decréscimo observado no número total de explorações agrícolas.

As regiões agrárias de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral foram as que, por relação às restantes regiões agrárias do país, registaram decréscimo mais acentuado do número de explorações agrícolas familiares, que foi da ordem dos 40.2% e dos 37.4%, respectivamente.

O decréscimo do número dos produtores singulares empresários foi entre 1989 e 1999 de 21.8%. Ele foi particularmente expressivo na Região Agrária da Madeira, região onde em 1999 existiam menos 85.9% de produtores singulares empresários do que em 1989. Nas Regiões Agrárias dos Açores e da Beira Litoral, em contrapartida, não houve quaisquer decréscimos no número deste tipo de agricultores, tendo, ao invés, o seu número aumentado em cerca de 18% em ambas as Regiões Agrárias.

⁷³ Refira-se que os recenseamentos agrícolas de 1989 e de 1999 contemplam informação relativa ao Continente e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Os dados relativos ao envelhecimento dos produtores singulares revelam que, em 1989, 28.8% do total dos produtores singulares tinham 65 ou mais anos; dez anos depois, o efectivo dos agricultores singulares com 65 ou mais anos de idade tinha passado para 37.8% do total. Em apenas uma década, recorde-se que, para além da diminuição do número total de explorações agrícolas, se acentuou então o processo de envelhecimento dos agricultores individuais.

Acresce que igualmente se acentua o processo de feminização dos chefes de exploração, os responsáveis, em princípio, pelas principais decisões relativas à exploração agrícola. Atente-se na variação regional do referido processo. Nas Regiões Agrárias de Trás-os-Montes e dos Açores, por exemplo, o crescimento registado, entre 1989 e 1999, no número de mulheres chefes de exploração foi da ordem dos 23%.

A mão-de-obra agrícola familiar que, em 1989, se cifrava em 1 974 808 indivíduos passa, dez anos depois, a 1 236 214 indivíduos. A mão-de-obra constituída pelos membros do agregado doméstico do produtor regista, assim, uma quebra da ordem dos 738.594 indivíduos. As regiões agrárias de Entre Douro e Minho e da Beira Litoral eram as que mais contribuíam para o total da mão-de-obra agrícola de natureza familiar. Com efeito, em conjunto, essas duas regiões detinham cerca de 40% desse total.

Retomados alguns dos indicadores de caracterização sumária da evolução das explorações agrícolas entre 1989 e 1999, quantifique-se e caracterize-se, para os referidos anos, os protagonistas da agricultura a tempo parcial, de molde a contribuir para a elucidação das lógicas económicas e sociais daqueles que, então, constituíam a maioria dos agricultores portugueses.

Detenhamo-nos, em suma, sobre o peso e o significado sociológico da designada agricultura a tempo parcial nas duas últimas décadas do século XX. Se bem que com as reservas metodológicas que qualquer exercício de comparação entre os dados de 1979 e os de 1989 e de 1999 impõem⁷⁴, não deixaremos de, por fim, ensaiar uma breve reflexão sobre as tendências de evolução dos processos de pluriactividade e de plurirendimento na agricultura portuguesa durante os últimos 30 anos do século passado para os quais se dispõe de informação estatística.

Nos Quadros nº 5.5 e 5.6 resumem-se os dados, em função das características da informação estatística disponível nos Recenseamentos de 1989 e de 1999, sobre os vários tipos de relação

⁷⁴ Ver nota 55 do capítulo anterior, relativa ao conceito de exploração agrícola adoptado no Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 e nos Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e de 1999.

que os produtores individuais ou singulares e os respectivos cônjuges⁷⁵ e outros membros da família mantinham com a actividade agrícola desenvolvida na exploração.

Quadro 5.5: Caracterização dos produtores individuais, do cônjuge e dos outros membros (mais de 12 anos) do agregado doméstico do produtor – 1989

	Total (milhares)	Tempo completo de trabalho na exploração	Tempo parcial na exploração	Tempo de actividade na exploração: Menos de 50%	Tempo de actividade na exploração: Mais de 50%	Sem actividade na exploração
A. Produtores Individuais:						
Total	593590 (100.0)	123789 (20.9)	469801 (79.1)	285854 (60.8)	183947 (39.2)	– (–)
H	501978 (100.0)	105838 (21.1)	396140 (78.9)	247747 (62.6)	148393 (37.4)	– (–)
B. Cônjuge:						
Total	493879 (100.0)	65374 (13.2)	373448 (75.6)	209444 (56.1)	164004 (43.9)	55057 (11.1)
H	36205 (100.0)	3156 (8.7)	28100 (77.6)	22474 (80.0)	5626 (20.0)	4949 (13.7)
C. Outros Membros:						
Total	887339 (100.0)	40395 (4.6)	401750 (45.3)	332644 (82.8)	69106 (17.2)	229075 (25.8)
H	457299 (100.0)	19175 (4.2)	221578 (48.5)	191929 (86.6)	29649 (13.4)	102847 (22.5)

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola de 1989*.

Em 1989, 79.1% dos produtores singulares eram produtores a tempo parcial. Destes, cerca de 61% dedicavam menos de 50% do tempo de actividade à exploração agrícola. Do total dos outros membros do agregado doméstico do produtor, cerca de 76% dos cônjuges e aproximadamente 45% dos restantes membros estavam a tempo parcial na exploração agrícola. Do total dos

⁷⁵ Os Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e de 1999 desagregam a informação relativa à população agrícola familiar por cônjuge e outros membros do agregado doméstico do produtor. O Recenseamento Geral Agrícola do Continente de 1979 não procedeu a essa desagregação.

primeiros, 56.1% dedicavam menos de 50% do tempo de actividade à exploração agrícola; do total dos segundos, 83% dedicavam-lhe menos de 50% do respectivo tempo de actividade.

Quadro 5.6: Caracterização dos produtores individuais, do cônjuge e dos outros membros (mais de 15 anos) do agregado doméstico do produtor – 1999

	Total (milhares)	Tempo completo de trabalho na exploração	Tempo parcial na exploração	Tempo de actividade na exploração: Menos de 50%	Tempo de actividade na exploração: Mais de 50%	Sem actividade na exploração
A. Produtores Individuais:						
Total	409308 (100.0)	67044 (16.4)	342264 (83.6)	205867 (60.1)	136397 (39.9)	– (–)
H	314254 (100.0)	52449 (16.7)	261805 (83.3)	162355 (62)	99450 (38)	– (–)
B. Cônjuge:						
Total	332943	28136	275363	185177	90186	29444
H	(100.0)	(8.5)	(82.7)	(67.2)	(32.8)	(8.8)
	52118	4944	44485	33570	10915	2689
	(100.0)	(9.5)	(85.4)	(75.5)	(24.5)	(5.1)
C. Outros Membros:						
Total	493963 (100.0)	11685 (2.4)	298183 (60.4)	270404 (90.7)	27779 (9.3)	184095 (37.2)
H	257824 (100.0)	6226 (2.4)	163458 (63.4)	150159 (91.9)	13299 (8.1)	88140 (34.2)

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola de 1989*.

Em 1999 tinha aumentado o número total dos produtores individuais que se encontravam a tempo parcial. Com efeito, representavam 84% dos produtores, 83% dos cônjuges e cerca de 60% dos outros membros; acresce que, se exceptuarmos os chefes de exploração, os restantes membros do agregado familiar dedicavam menos de 50% do seu tempo de actividade à exploração agrícola. Em síntese, entre 1989 e 1999 - num contexto, saliente-se, de diminuição do número total de explorações agrícolas - aumenta o número de agricultores a tempo parcial e diminui, globalmente

falando, o tempo que aqueles dedicam à exploração agrícola, sobretudo no que aos outros membros da família diz respeito.

Os Quadros 5.7 e 5.8 fornecem-nos, por regiões agrárias, os dados relativos ao tempo dispendido na exploração agrícola pelo produtor singular em 1989 e em 1999, permitindo-nos ter uma ideia da regionalização da agricultura a tempo parcial, ainda que aferida apenas a partir da situação do produtor individual.

Quadro 5.7: Tempo de actividade dispendido pelo produtor singular na exploração agrícola por regiões agrárias - 1989

Unidade geográfica	Total	0 a 25%	Mais de 25% a 50%	Mais de 50% a 75%	Mais de 75% a menos de 100%	Tempo completo
País	593590 (100.0)	163294 (27.5)	122560 (20.6)	86221 (14.5)	97726 (16.5)	123789 (20.9)
Entre Douro e Minho	110814 (100.0)	19555 (17.6)	14242 (12.9)	11877 (10.7)	22641 (20.4)	42499 (38.4)
Trás-os-Montes	80054 (100.0)	24725 (30.9)	18507 (23.1)	16081 (20.1)	14279 (17.8)	6462 (8.1)
Beira Litoral	124979 (100.0)	32821 (26.3)	23724 (19.0)	17441 (14.0)	25652 (20.5)	25341 (20.3)
Beira Interior	60135 (100.0)	11654 (19.4)	12301 (20.5)	9689 (16.1)	10319 (17.2)	16172 (26.9)
Ribatejo e Oeste	96882 (100.0)	25726 (26.6)	26870 (27.7)	16224 (16.7)	11315 (11.7)	16747 (17.3)
Alentejo	47324 (100.0)	18737 (39.6)	10717 (22.6)	6045 (12.8)	5169 (10.9)	6656 (14.1)
Algarve	25881 (100.0)	7042 (27.2)	5708 (22.1)	3585 (13.9)	4538 (17.5)	5008 (19.4)
Açores	24463 (100.0)	12037 (49.2)	4949 (20.2)	2179 (8.9)	1672 (6.8)	3626 (14.8)
Madeira	23058 (100.0)	10997 (47.7)	5542 (24.0)	3100 (13.4)	2141 (9.3)	1278 (5.5)

Fonte: INE; *Recenseamento Geral Agrícola de 1989*.

Quadro 5.8: Tempo de actividade dispendido pelo produtor singular na exploração agrícola por regiões agrárias - 1999

Unidade geográfica	Total	0 a 25%	Mais de 25% a 50%	Mais de 50% a 75%	Mais de 75% a menos de 100%	Tempo completo
País	409308 (100.0)	120312 (29.4)	85555 (20.9)	55784 (13.6)	80613 (19.7)	67044 (16.4)
Entre Douro e Minho	66580 (100.0)	7992 (12.0)	8352 (12.5)	7962 (12.0)	17602 (26.4)	24672 (37.1)
Trás-os-Montes	69108 (100.0)	22981 (33.3)	17060 (24.7)	10892 (15.8)	13714 (19.8)	4461 (6.5)
Beira Litoral	79266 (100.0)	17697 (22.3)	15523 (19.6)	10739 (13.5)	21613 (27.3)	13694 (17.3)
Beira Interior	47939 (100.0)	14633 (30.5)	12520 (26.1)	8681 (18.1)	8376 (17.5)	3729 (7.8)
Ribatejo e Oeste	59944 (100.0)	19777 (33.0)	13882 (23.2)	7414 (12.4)	9276 (15.5)	9595 (16.0)
Alentejo	34445 (100.0)	14369 (41.7)	6392 (18.6)	3555 (10.3)	3948 (11.5)	6181 (17.9)
Algarve	18656 (100.0)	7160 (38.4)	4616 (24.7)	2802 (15.0)	2922 (15.7)	1156 (6.2)
Açores	19086 (100.0)	10103 (52.9)	3529 (18.5)	1225 (6.4)	1462 (7.7)	2767 (14.5)
Madeira	14284 (100.0)	5600 (39.2)	3681 (25.8)	2514 (17.6)	1700 (11.9)	789 (5.5)

Fonte: INE; *Recenseamento Geral Agrícola de 1999*.

Com expressão em todo o país, a agricultura pluriactiva, para além de, em termos regionais, apresentar diferentes formas de articulação com os outros sectores de actividade económica - em todo o caso, com forte ligação ao sector terciário - assumia, ainda, diferentes níveis de intensificação, entendida enquanto volume total de tempo consagrado pelo produtor individual à respectiva exploração.

Os três quadros seguintes, fornecem-nos, para os anos de 1989 e 1999, o número de explorações cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha exclusivamente da

actividade na exploração; principalmente da actividade na exploração; e, principalmente de origem exterior à actividade na exploração, respectivamente.

Quadro 5.9: Número e percentagem (em relação ao total) de explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha exclusivamente da exploração agrícola

Unidade geográfica	1989	1999	Evolução entre 1989/99
País	66019 (11.0)	34376 (8.3%)	-47.9%
Entre Douro e Minho	13475 (12.1)	4087 (6.1)	-69.7%
Trás-os-Montes	10269 (12.7)	8309 (11.9)	-19.1%
Beira Litoral	12773 (10.2)	6223 (7.8)	-51.3%
Beira Interior	7083 (11.7)	3096 (6.4)	56.3%
Ribatejo e Oeste	9628 (9.8)	5433 (8.8)	-43.6%
Alentejo	6410 (13.2)	3406 (9.5)	-46.9%
Algarve	2927 (11.2)	1087 (5.7)	-62.9%
Açores	2741 (11.1)	1885 (9.8)	-31.2%
Madeira	713 (3.1)	850 (5.9)	+19.2%

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e de 1999*.

Nos dois últimos casos estamos perante uma agricultura de plurirendimento que se caracteriza pela associação da actividade agrícola com outras actividades desempenhadas fora da exploração agrícola (pluriactividade) ou com outros rendimentos: juros de poupanças, reformas ou pensões sociais, remessas da emigração e outros.

Durante a última década do século XX, o número de agricultores a tempo inteiro diminuiu para cerca de metade. Com efeito, o número de explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor provinha exclusivamente da exploração passou de 11%, em 1989, para, apenas, 8.3%, em 1999.

As regiões agrárias do Algarve (5.7%), da Madeira (5.9%), de Entre Douro e Minho (6.1%) e da Beira Interior (6.4%) eram as que registavam menor número de produtores singulares com rendimento proveniente exclusivamente da actividade exercida na exploração agrícola.

As explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha principalmente da actividade na exploração representavam 27.4% do total em 1989 e 22.1% em 1999.

Quadro 5.10: Número e percentagem (em relação ao total) de explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha principalmente da exploração agrícola

Unidade geográfica	1989	1999	Evolução entre 1989/99
País	164172 (27.4)	92052 (22.1)	-43.9%
Entre Douro e Minho	37787 (33.9)	20740 (30.7)	-45.1%
Trás-os-Montes	27564 (34.2)	17678 (25.3)	-35.9%
Beira Litoral	34663 (27.7)	16492 (20.7)	-52.4%
Beira Interior	14518 (24.0)	7253 (15.9)	-50.0%
Ribatejo e Oeste	22536 (22.9)	12087 (19.6)	-46.4
Alentejo	10094 (20.7)	7769 (21.6)	-23.0%
Algarve	7085 (27.1)	3070 (16.2)	-56.7%
Açores	4360 (17.6)	3224 (16.7)	-26.1%
Madeira	5562 (24.0)	3739 (25.7)	-32.8%

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e de 1999*.

Esses produtores localizavam-se, sobretudo, nas regiões agrárias de Entre Douro e Minho, da Madeira e de Trás-os-Montes.

As explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha principalmente de actividade exterior à exploração representavam, por sua vez, 60.7% e 68%, em 1989 e 1999, respectivamente. Na Beira Interior em 1999, estas explorações atingiam, em termos numéricos, a percentagem de 77.8%, remetendo, neste caso, sobretudo para rendimentos exteriores provenientes de reformas e pensões sociais.

Quadro 5.11: Número e percentagem (em relação ao total) de explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provinha principalmente de origem exterior à actividade na exploração agrícola

Unidade geográfica	1989	1999	Evolução entre 1989/99
País	363339 (60.7)	282880 (68.0)	-22.2%
Entre Douro e Minho	59552 (53.4)	41753 (61.8)	-29.9%
Trás-os-Montes	42221 (52.4)	43121 (61.6)	+2.1%
Beira Litoral	77543 (61.9)	56551 (70.9)	-27.1%
Beira Interior	38534 (63.8)	37590 (77.8)	-2.4%
Ribatejo e Oeste	64718 (65.8)	42424 (68.9)	-34.4%
Alentejo	30820 (63.3)	23270 (64.8)	-24.5%
Algarve	15869 (60.7)	14499 (76.4)	-8.6%
Açores	17362 (70.3)	13977 (72.5)	-19.5%
Madeira	16780 (72.5)	9695 (66.7)	-42.2%

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e de 1999*.

Em síntese, a estrutura do tempo de trabalho dedicado pelo produtor à exploração agrícola pouco variou entre 1989 e 1999. No final da década de 90, as pensões e reformas (47%) constituíam a principal fonte de rendimentos exteriores à exploração agrícola, seguidas pelo trabalho por conta de outrem (44%). A actividade exterior à exploração agrícola de carácter empresarial constituía a principal fonte de rendimento para, apenas, 5% dos produtores.

Atente-se, por fim, no Quadro 5.12. que nos fornece para 1999 a proveniência do rendimento do agregado doméstico do produtor singular em Portugal, segundo a dimensão económica da exploração agrícola aferida pela margem bruta de produção (MBP).

Cerca de 20% dos produtores que viviam exclusivamente da actividade desenvolvida na exploração agrícola detinham uma exploração cuja dimensão económica variava entre 4 a menos de 8 unidades de margem bruta de produção. Por outras palavras, o sector da agricultura a tempo inteiro caracterizado pelos poucos resultados económicos obtidos assumia, ainda, expressão não negligenciável.

Dos produtores que viviam principalmente da actividade na exploração, 28.1% eram detentores de explorações agrícolas com dimensão económica situada entre >0 a <2 unidades. Por sua vez, do total de produtores que viviam principalmente de rendimentos de origem exterior à actividade na exploração, 61 % detinham explorações cuja margem bruta de exploração se situava entre >0 a <2 unidades de dimensão económica.

Quadro 5.12: Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular segundo a dimensão económica da exploração agrícola - MBP - em 1999

Origem do rendimento	Número	Percentagem
Exclusivamente da exploração agrícola:		
Total	34363	8.4
De mais de 0 a menos de 2 MBP	6131	17.8
De 2 a menos de 4 MBP	6269	18.2

De 4 a menos de 8 MBP	6850	19.9
De 8 a menos de 16 MBP	6458	18.8
De 16 a menos de 40 MBP	5783	16.8
De 40 a menos de 100 MBP	663	1.9
100+ MBP		
Principalmente da exploração agrícola:		
Total	91991	22.5
De mais de 0 a menos de 2 MBP	25894	28.1
De 2 a menos de 4 MBP	22736	24.7
De 4 a menos de 8 MBP	18690	20.3
De 8 a menos de 16 MBP	12394	13.4
De 16 a menos de 40 MBP	8733	9.5
De 40 a menos de 100 MBP	2809	3.1
100+ MBP	645	0.7
Principalmente de actividade exterior à exploração agrícola:		
Total	281704	69.0
De mais de 0 a menos de 2 MBP	171710	61.0
De 2 a menos de 4 MBP	64232	22.8
De 4 a menos de 8 MBP	30019	10.7
De 8 a menos de 16 MBP	10651	3.8
De 16 a menos de 40 MBP	4088	1.5
De 40 a menos de 100 MBP	835	0.3
100+ MBP	169	0.1

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura de 1999*.

Em resumo, nas últimas três décadas do passado século, ainda que com as reservas que a comparação dos dados provenientes dos recenseamentos agrícolas de 1979, 1989 e 1999 impõem, tudo indica que se acentuou o processo de abandono da actividade agrícola a tempo inteiro por parte dos agricultores individuais.

Em 1979 cerca de pouco menos de metade do total dos produtores individuais exercia actividade exclusivamente na exploração agrícola e os restantes eram, quase todos, duplo-activos. As explorações agrícolas dos produtores individuais recenseados como tendo rendimento exclusivamente agrícola representavam cerca de 18% do total.

Em 1989, a percentagem do número de produtores singulares a tempo inteiro na exploração era de 20.9%, tendo passado para 16.4% em 1999. No último ano em análise, 84% do total dos produtores, 83% dos respectivos cônjuges e cerca de 60% dos restantes membros da família

encontravam-se na situação de dupla-actividade. Todos eles, à excepção do produtor agrícola, dedicavam menos de 50% do seu tempo de actividade à exploração.

Em suma, o plurirendimento, característica marcante da agricultura portuguesa desde longa data, acentua-se nas duas últimas décadas do século XX. O número de agricultores que se dedicam exclusivamente à actividade agrícola diminui. Simultaneamente, o desempenho de trabalho na exploração por parte dos outros membros do agregado familiar do produtor decresce.

O perfil dominante dos agricultores pluriactivos no início deste século aponta, então, para agricultores de pequena dimensão económica (de 2 a menos de 4 unidades de MBP e de 4 a menos de 8 unidades de MBP) e de rendimento oriundo principalmente do exercício de uma actividade exterior à exploração agrícola com o estatuto de trabalhadores por conta de outrem. Apenas 5% do total dos agricultores pluriactivos tinham como actividade exterior à exploração agrícola uma actividade empresarial.

O aprofundamento da caracterização sociológica destes agricultores implicaria o recurso a outras variáveis de carácter sociográfico (idade, grau de instrução, sistema de produção, estatuto jurídico da exploração, entre outras) e à determinação do papel conferido à exploração na delimitação das respectivas estratégias de angariação do rendimento e de alocação da mão-de-obra familiar.

Durante as duas primeiras décadas do 2º quartel do século XX, a agricultura de pluriactividade - sobretudo a familiar de muito pequena e de pequena dimensão física e económica - contribuiu, como vimos, para a reprodução de sistemas produtivos locais assentes na industrialização difusa ou na industrialização em meio rural. Os agricultores diversificavam as suas fontes de rendimento com vista a garantir a preservação da exploração agrícola, contribuindo, dessa forma, para o fornecimento da subsistência mínima em tempos de crise económica e para a manutenção dos baixos salários na indústria.

Este sector da agricultura portuguesa assentava, maioritariamente, em rendimentos auferidos exteriormente e orientava-se por outras considerações que não as do mercado de produtos agrícolas.

Hoje, a agricultura de pluriactividade - mas também a agricultura tradicional e a agricultura alternativa - dispõe, no contexto das oportunidades criadas pelas já referidas condições em matéria de políticas públicas e de novas procuras sociais relativamente ao rural, de um acrescido campo de manobra.

Com efeito, por via, sobretudo, da importância conferida à manutenção de uma agricultura ligada ao território, tais práticas agrícolas estão particularmente vocacionadas para a preservação da natureza e da paisagem rurais, aspecto - de resto - através do qual se exprimem, em boa medida, as novas procuras sociais características da actual representação social do rural e da ruralidade.

Nestes termos, a análise do papel da agricultura pluriactiva nos novos modelos de desenvolvimento rural, assentes na noção de multifuncionalidade agrícola e rural, revela-se, também ela, de particular importância e acuidade. Tal análise tem, no entanto, de ter presente o contexto das dinâmicas regionais e locais onde essas práticas agrícolas se enquadram.

A redução do emprego agrícola em Portugal contribuiu, em grande medida, para o êxodo da população rural. Nos espaços rurais marginais, em particular, tal êxodo foi reforçado pela falta de trabalho noutras actividades económicas.

Sendo os agricultores os principais intervenientes na gestão da paisagem e do ambiente rurais, a sua manutenção é – no actual contexto marcado pela crescente preocupação e visibilidade social das questões ambientais - particularmente importante. Ao determinarem a ocupação do solo, os agricultores determinam os sistemas produtivos, a paisagem e o ambiente constituindo-se, desse modo, em actores-chave no processo de mitigação dos efeitos do despovoamento e da consequente desertificação física características de tais espaços. As suas decisões nas referidas matérias têm implicações sociais, paisagísticas e ambientais decisivas.

No entanto, como adverte Fernando Oliveira Baptista, se “ a natureza trabalhada contém [...] os traços profundos da identidade territorial a que, com frequência, se atribui um sentido de perenidade [...], [a] atitude [que vê o território, sobretudo, como o passado] tem vindo a impregnar todo o relacionamento com o espaço, não deixando, muitas vezes, detectar as profundas mudanças que nele ocorrem, nem permitindo repensar, com ousadia, o seu futuro” (Baptista, 2001:23).

Em muitos desses espaços, dado o conjunto de factores estruturais que os condicionam, entre os quais os relativos à idade, à baixa instrução e ao baixo nível de formação profissional dos agricultores, as possibilidades reais de promoção de trabalho fora da agricultura são diminutas. Todavia, como vimos, os problemas das áreas rurais onde a agricultura constitui uma componente fundamental do espaço físico e social têm vindo a ser crescentemente equacionados e considerados do ponto de vista do planeamento territorial e do equilíbrio ambiental ou ecológico.

A manutenção de uma agricultura ligada ao território revela-se aí, com efeito, de particular interesse, na medida em que ela assume importância não negligenciável enquanto um dos principais elementos responsáveis pela respectiva ocupação, mudança social e viabilidade económica.

As novas e diversificadas iniciativas que emergem no mundo rural não deverão, por conseguinte, substituir a agricultura, mas servir-lhe de retaguarda. Só a associação de tais iniciativas com a prática da agricultura – tradicional, pluriactiva ou, mais exactamente, multifuncional, – lhes permitirá assegurar a respectiva sustentabilidade.

Com efeito, a dimensão simbólica, a qualidade das relações sociais e a qualidade ambiental atribuídas ao rural - elementos fundadores da nova representação social da ruralidade - são tributárias da presença da agricultura, actividade sem a qual o seu conteúdo corre o risco de se esvaziar.

Em suma, o divórcio entre a agricultura e o rural – resultante dos processos de modernização agrícola sob a égide da PAC - é, em princípio, adverso à manutenção das imagens e das percepções que as sociedades europeias contemporâneas constróem em torno do respectivo espaço rural. Neste sentido, é pertinente analisar não só a evolução das representações sociais sobre o rural, como também as representações sociais sobre a agricultura.

É, em grande medida, pelas razões acima apresentadas e discutidas que a agricultura permanece uma área relevante de estudo para a sociologia rural ou, por maioria de razão, para o que já designámos por uma sociologia do rural. Voltaremos a esta questão.

De entre as novas actividades que, no actual contexto, emergem nos territórios rurais, a agricultura pluriactiva associada a actividades lúdicas, de recreação e lazer e a actividades de conservação da natureza e da paisagem prefigura uma das principais modalidades disponibilizadas pelo referido alargamento do seu campo de manobra.

O Recenseamento Geral da Agricultura de 1999 permite-nos, justamente, explorar as modalidades produtivas e sociais presentes na conjugação da prática da actividade agrícola com actividades lucrativas não agrícolas realizadas na própria exploração agrícola, ao fornecer-nos dados sobre a respectiva quantificação e caracterização.

Os dados constantes do quadro seguinte revelam que, à data, aquele tipo de actividades assumia expressão numérica muito incipiente.

Tenha-se presente que, em termos dominantes, a ruralidade esteve durante muito tempo associada ao exercício (directo ou indirecto, por via das redes familiares) da actividade agrícola. A representação social da ruralidade associada ao preenchimento de funções tais como a guarda da natureza, a preservação dos recursos renováveis, o ambiente, embora se revelasse por volta do início dos anos 90 como tendência, não assumia ainda - ao contrário do que já acontecia nos países da Europa do Norte e do Centro - expressão de movimento social (Lima, 1990).

Está, por conseguinte, aberto um novo campo de manobra às tradicionais alternativas em que tem vindo a assentar o grosso da agricultura pluriactiva em Portugal, assim haja protagonistas capazes de as pôr em prática e se reforce a procura das amenidades rurais por parte da população urbana.

Quadro 5.13: Número de explorações agrícolas segundo o tipo de actividades lucrativas não agrícolas exercidas na exploração - 1999

Tipo de actividades	Número de explorações	Percentagem em relação ao total das explorações
Turismo rural e actividades directamente relacionadas	444	0.1
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	369	0.1
Transformação de produtos agrícolas alimentares certificados	13107	3.2
Transformação de produtos agrícolas alimentares não certificados	18984	4.6
Transformação de madeira	684	0.2
Aquacultura	32	0.01
Produção de energias renováveis	24	0.01
Aluguer de equipamento	2185	0.5
Outras formas de actividades lucrativas não agrícolas	923	0.2

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura de 1999*.

Em 1999 apenas 0,1% do número total de explorações agrícolas se dedicava ao turismo rural ou a actividades directamente relacionadas e, tão só, 0,06% explorava actividades artesanais.

Embora tais práticas, em termos numéricos, representassem expressão simbólica (pelo menos no que se refere à sua quantificação pelas estatísticas oficiais)⁷⁶, esta é uma realidade que interessa acompanhar e problematizar, com o objectivo de as enquadrar no âmbito das actuais políticas públicas que conferem particular relevância à multifuncionalidade da agricultura e do rural.

No contexto do que anteriormente designámos por ruralidade transformada, a agricultura pluriactiva ou multifuncional pode, em suma, vir a concorrer para reforçar quer as inegáveis funções sociais e ambientais de certas práticas agrícolas, quer ainda para valorizar economicamente produções agrícolas com qualidade ou, em particular, detentoras do que se vem designando por bioqualidade.

No que ao turismo rural diz respeito, em Portugal os apoios e incentivos financeiros destinados ao turismo, no âmbito dos quais foi reconhecida em 1983 a “utilidade pública” do turismo rural, datam do início da década de 80, mas só em 1984 algumas das actividades turísticas em meio rural seriam consagradas do ponto de vista legal (Lourenço, 2005). Há mais de duas décadas, portanto, que tais apoios e incentivos estão contemplados nas políticas públicas destinadas ao turismo.

Posteriormente, após a entrada de Portugal na CEE, seguem-se-lhe os apoios e incentivos destinados à produção de bens alimentares de qualidade, ao artesanato, à produção de energias renováveis, entre outras actividades.

Malgrado a existência desses apoios e incentivos, o turismo rural assume, ainda hoje, expressão reduzida, apesar de todo um discurso assente na ideia de que essa actividade constituiria a panaceia para os territórios de baixa densidade, ao contribuir para a revitalização das respectivas economias locais e ao evitar o despovoamento de que tais territórios enfermam.

A este propósito, refira-se que é necessário ter presente “[não só] uma perspectiva crítica [...] face à generalizada convicção sobre os contributos que [a actividade turística] pode gerar na superação dos problemas que pesam sobre os meios rurais [como] questionar tentativas de sacralização da cultura, de museificação do património [...] ou de folclorização dos [respectivos] costumes e festividades” (Lourenço, 2005: 52).

⁷⁶ Sabe-se existir, ainda, todo um sector de alojamento e hospedagem ligado à fruição dos territórios cujo funcionamento é tributário de uma economia subterrânea.

5.4. Notas Conclusivas

A crescente importância numérica do sector da agricultura pluriactiva constituiu um dos aspectos mais salientes da evolução da agricultura portuguesa durante o período em análise.

A quantificação do sector tomou por base o exercício da dupla actividade por parte dos indivíduos que constituíam os agregados familiares dos produtores agrícolas. A sua caracterização assentou sobretudo, mas não só, no tipo de actividade exercida fora da exploração agrícola. Estes critérios foram aplicados ao chefe da exploração, por um lado, e aos outros membros do agregado familiar, por outro.

Do ponto de vista sociológico, a análise a que procedemos enferma de alguns limites, já que se confronta com diversos obstáculos dos quais se salienta a relativa desactualização do material estatístico e a mudança de critérios para efeitos do respectivo cômputo, a qual, em parte, compromete uma abordagem diacrónica.

A principal questão reside, todavia, na genérica insuficiência dos dados para efeitos da análise sociológica do sector. O aprofundamento desse tipo de análise requer entrar em linha de conta com as especificidades sociais características das totalidades estruturais e conjunturais no âmbito das quais o sector se encontra inserido.

Com efeito, partindo embora da forma específica que a agricultura a tempo parcial reveste por relação aos outros sectores de agricultura, “todo o esforço de centrar determinações [sociológicas] mais gerais tem de passar [...] pela paciente multiplicação de investigações, as quais, desde que conduzidas a partir de quadros conceptuais e metodológicos comunicáveis, poderão avaliar similitudes e diferenças, ao mesmo tempo que irão definindo perspectivas globais fundamentadas” (Almeida, 1986: 385).

O mesmo é dizer que só o recurso a estudos de caso, a partir de metodologias e técnicas de investigação que lhes são próprias, permitirá captar as dimensões sociológicas capazes de restituir o perfil e as estratégias dos diferentes actores que protagonizam as referidas práticas agrícolas.

Tais dimensões de análise são tanto mais importantes - porquanto se constituem em variáveis estratégicas - quando se trata de analisar e de avaliar a capacidade de reconversão dos agricultores pluriactivos ao exercício de uma agricultura multifuncional, ou seja, ao exercício de outras actividades no interior da exploração agrícola, configurando uma agricultura a tempo parcial caracterizada por nova diversificação de actividades, consentânea com as procuras sociais de que o espaço rural é, actualmente, objecto.

Em 1979, pouco menos de metade do total dos chefes de exploração exercia já a dupla actividade, sendo que a maioria dedicava à exploração agrícola menos de 50% do respectivo tempo de trabalho. As actividades extra-exploração agrícola eram esmagadoramente não agrícolas. A comparação entre a situação dos outros membros do agregado familiar e a situação do chefe da exploração permitiu-nos concluir serem, no caso dos primeiros, significativamente menores as taxas de masculinidade e a percentagem de duplo activos.

A função de reserva de mão-de-obra desempenhada pela agricultura portuguesa traduziu-se no reforço da agricultura pluriactiva e na presença de uma agricultura “residual” de plurirendimento sem pluriactividade.

Até, *grosso modo*, aos finais da década de 70, a maior parte da pequena agricultura pluriactiva era constituída por uma agricultura a tempo parcial de base camponesa, assumindo papel decisivo na reprodução da força de trabalho assalariada noutros sectores de actividade, designadamente na indústria e nos serviços.

Para Jean-Paul Carrière “[...] no limite [podemos] considerar que a manutenção de [estruturas agrárias arcaicas e sub-produtivas] permitiu à agricultura portuguesa melhor preencher a sua «função de reprodução da força de trabalho». A função de produção alimentar foi relegada para segundo plano. Em apoio desta afirmação, dois factos essenciais devem ser [considerados]: o desenvolvimento da pluriactividade e a distorção dos investimentos em proveito de equipamentos «labor saving»” (Carrière, 1989: 29).

No período compreendido entre 1989 e 1999, num contexto caracterizado pela acentuada diminuição do número total de explorações, o número de agricultores a tempo parcial continuou a aumentar. Em simultâneo, registou-se, globalmente falando, uma diminuição do tempo que esses agricultores consagravam à exploração agrícola.

Em síntese, a importância da agricultura de pluriactividade e de plurirendimento, se bem que registando variações regionais mais ou menos acentuadas, fica claramente expressa no facto de, no final da década de noventa, a percentagem de explorações agrícolas cujo rendimento provinha exclusivamente da exploração representar, apenas, 8.3% do total. Por outras palavras, ainda que com as reservas que nos impossibilitam de, em rigor, comparar os dados do recenseamento agrícola de 1979 com os dos recenseamentos de 1989 e 1999, o processo de abandono da actividade agrícola a tempo inteiro, por parte dos agricultores individuais, registou acentuado aumento nas últimas duas décadas do passado século.

Um dos objectivos deste capítulo foi também o de discutir e problematizar o potencial contributo para o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais de práticas agrícolas pluriactivas ou, mais genericamente, de práticas agrícolas multifuncionais, porque recobrando novas formas e modalidades.

A agricultura multifuncional, associada ao preenchimento das novas procuras sociais que, em escala crescente, impendem sobre o espaço rural dos países económica e socialmente mais desenvolvidos - em particular as ligadas à preservação da natureza e da paisagem rurais - constitui, como vimos no capítulo dedicado ao enquadramento institucional da pesquisa, um dos elementos chave dos actuais processos de desenvolvimento dos territórios rurais.

A agricultura de pluriactividade ou a agricultura a tempo parcial, no contexto do reconhecimento do seu papel por parte quer das políticas públicas aplicadas ao sector, quer das referidas procuras sociais, depara-se, por conseguinte, com um campo de oportunidades que não poderá deixar de ser equacionado e tido em conta no que ao processo de desenvolvimento de uma parte substancial dos territórios rurais portugueses diz respeito.

A conjugação da prática agrícola com a prática de actividades lucrativas não agrícolas realizadas no interior da exploração agrícola e associadas às referidas procuras assumia, aquando da alvorada do século XXI, expressão ainda manifestamente reduzida.

Todavia, a problematização analítica e prospectiva de tais práticas, bem como a sua posterior monitorização em termos da aplicação das políticas públicas, são questões que importa contemplar. Com efeito, só desse modo se podem vir a carrear os elementos necessários para avaliar a efectiva contribuição fornecida por aquelas actividades lucrativas, - as quais, por sua vez, enformam um novo tipo de multifuncionalidade do rural - para a manutenção da actividade agrícola e, por essa via, para a manutenção dos territórios rurais.

Sendo certo que, à data, a agricultura assente no exercício da pluriactividade constituia, em termos numéricos, o sector maioritário da agricultura familiar em Portugal, registe-se, todavia, que o potencial de renovação e de dinamismo resultante da conjugação da prática agrícola com as referidas actividades lucrativas dependerá, entre outros factores, do perfil sociográfico dos actores sociais que a venham a protagonizar, tendendo a ser tanto mais elevado quanto mais jovens e escolarizados aqueles forem. Mas não só, dependerá igualmente da evolução das representações, atitudes e práticas sobre o espaço rural - e também sobre a agricultura - por parte da população urbana.

No âmbito do debate mais alargado sobre o futuro da agricultura e do espaço rural nas sociedades contemporâneas há ainda, como referimos, uma outra dimensão a considerar. Trata-se da dimensão relativa à concretização do processo de ambientalização da agricultura e do espaço rural.

A discussão desta outra dimensão e dos respectivos contributos para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais que entre em linha de conta com o concurso da agricultura será objecto do capítulo seguinte, a partir, essencialmente, da análise dos resultados empíricos provenientes de dois estudos de caso relativos ao referido processo. O primeiro diz respeito ao apoio à agricultura tradicional e extensiva e o segundo ao processo de modernização ecológica da designada agricultura convencional.

Capítulo 6. O PROCESSO DE AGRO-AMBIENTALIZAÇÃO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

6.1. Da Política Agro-Ambiental Europeia à sua Tradução em Portugal

6.1.1. Introdução

Este subcapítulo procura situar a política agro-ambiental da União Europeia (UE) no respectivo contexto histórico; analisar o processo de "tradução" dessa política em Portugal, bem como a primeira fase da respectiva aplicação, e, por fim, apresentar e discutir alguns dos principais contornos do discurso agro-ambiental dos actores-chave implicados na formulação e na aplicação daquelas que constituem as primeiras medidas de política agro-ambiental em Portugal.

No subcapítulo que se segue (6.2.) apresentam-se e discutem-se os resultados relativos a dois estudos de caso: o primeiro referente à aplicação das medidas agro-ambientais, destinadas a apoiar a agricultura tradicional e a incentivar a agricultura extensiva e o segundo referente à aplicação das medidas agro-ambientais, destinadas a diminuir os efeitos poluentes da agricultura convencional ou intensiva.

A política ambiental europeia é recente, surgindo com algum atraso relativamente à política ambiental internacional, como ilustram os casos do Japão e da Suécia (ambos em 1967) e dos EUA (em 1969). No entanto, a evolução do debate sobre as questões ambientais na União Europeia tem dado lugar a um aperfeiçoamento dos instrumentos de aplicação dos respectivos Programas de Acção Ambiental. Os Programas de Acção Ambiental constituem as bases programáticas de apoio à legislação ambiental europeia e são apoiados por Directivas, instrumento legal a ser incorporado no direito interno dos Estados-Membros.

Embora o primeiro Programa de Acção Ambiental tenha sido publicado em 1973, só a partir da entrada em vigor do Acto Único (1987) é que a integração da protecção ambiental nas diferentes políticas sectoriais da Comunidade Europeia passou a constituir uma exigência legal.

Logo aquando do Primeiro Programa de Acção Ambiental (1973-76), a UE aponta para a necessidade de adoptar medidas com vista a corrigir e a minimizar as externalidades ambientais negativas de origem agrícola. No Segundo Programa de Acção Ambiental (1977-1982) esta matéria é reafirmada. Posteriormente, o Terceiro Programa de Acção Ambiental, publicado em 1983, é mais ambicioso e mais explícito no que à referida questão concerne, já que aponta para a necessidade de tornar a política ambiental parte do desenvolvimento económico e social,

nomeadamente na área da agricultura. Embora no Quarto Programa de Acção Ambiental (1987-1991), o acima referido objectivo tenha sido, uma vez mais, reafirmado, é apenas com o Quinto Programa de Acção Ambiental (1993-2000) que a política ambiental europeia regista uma significativa mudança de direcção.

Com efeito, o Quinto Programa de Acção Ambiental inclui, pela primeira vez, um pacote de medidas destinadas a enfrentar os problemas ambientais provenientes da produção agrícola, assinalando, ainda, uma mudança de sentido na relação entre as entidades políticas e as entidades civis no que a esta matéria diz respeito. O princípio da responsabilidade partilhada, por exemplo, salienta a necessidade de diálogo entre os vários protagonistas em presença, desde as instituições da UE aos cidadãos de cada país, passando pela acção dos Estados-Membros ao nível das respectivas instituições centrais, regionais e locais.

A concepção de uma política agro-ambiental na Europa assinala, por conseguinte, uma trajectória de mudança no correspondente sector agrícola com repercussões directas sobre a organização económica, social e ambiental dos respectivos territórios rurais. Esta política surge integrada na Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992, por via do Regulamento CE nº 2078/92.

Tal política se, por um lado, traduz um interesse cada vez mais generalizado na sociedade pelas questões ambientais, por outro, pretende ser uma parte integrante da alternativa ao modelo de desenvolvimento agrícola que se esboçou a partir do fim da II Guerra Mundial. Enquanto aquele modelo assentava em conceitos como o da soberania e da independência alimentar da população europeia, a reforma da PAC de 1992 inaugura uma nova linha de abordagem relativamente à agricultura, caracterizada pelo seu não centramento na dimensão produtiva daquela actividade.

A primeira fase de aplicação do Regulamento CE nº 2078/92, o qual consigna as designadas Medidas Agro-Ambientais, tem sido objecto de vários estudos de índole sociológica. Tal facto justifica-se à luz das mudanças qualitativas resultantes da aplicação desse programa como sejam, designadamente, as que se esboçam ao nível do papel do agricultor na sociedade ou ao nível da diversificação dos usos do espaço rural.

Muitos desses estudos, não obstante partirem de diferentes perspectivas e de distintos universos de análise, revelam, como traço comum, a tentativa de conhecer a posição dos agricultores relativamente ao programa agro-ambiental da União Europeia. Com efeito, as representações sociais, as atitudes e os comportamentos dos agricultores relativamente às Medidas Agro-Ambientais constituem variáveis indispensáveis para ponderar sobre a própria adequação e sobre

o sucesso das referidas medidas, aos contextos nacionais e regionais da sua aplicação. Algumas pesquisas feitas neste domínio dão relevo às posições individuais dos agricultores relativamente ao referido programa quer numa fase anterior, quer em fases decorrentes do respectivo processo de concretização (Just, 1994; Estrada *et al.*, 1996; Bruckmeier e Ehlert, 2002).

São ainda de recensear outro tipo de estudos, designadamente os que, em grande parte, versam sobre a “tradução” do programa agro-ambiental para os respectivos contextos nacionais (Baldock e Lowe, 1995; Lowe e Baldock, 2000;) ou os que se debruçam sobre os conteúdos simbólicos e sobre os esquemas de acção colectiva que se produzem relativamente ao dito programa (Just, 1994; Estrada e Fernandez, 1998; Bruckmeier e Ehlert, 2002). Neste último caso, os discursos dos diversos actores colectivos em presença constituem as unidades analíticas a privilegiar. Tais estudos pretendem restituir o discurso dos actores sociais enquanto elemento portador de representações e de padrões de acção colectivos, mas também enquanto quadro de leitura da realidade e instrumento de articulação com a diversidade social.

6.1.2. A Política Agro-Ambiental da União Europeia

A introdução da problemática agro-ambiental no domínio da actividade agrícola procede de um conjunto de mudanças operadas em diversos contextos das sociedades contemporâneas. Com efeito, a atenção prestada aos problemas ambientais e o compromisso social e político empreendido para a solução desses problemas podem ser considerados, do ponto de vista ecológico, como o despertar tardio da modernidade, na sua dimensão reflexiva, relativamente ao cúmulo de factores de risco e de padrões de acção humana efectivamente perniciosos do ponto de vista ambiental.

A análise das circunstâncias históricas e sócio-culturais que promoveram a temática ambiental e que a conduziram de uma situação de relativa marginalidade para o centro do debate sobre a problemática da modernidade tende a enfatizar o papel da comunidade científica, dos movimentos sociais e, ainda, dos ajustamentos institucionais a que foi e é necessário proceder em resposta aos inéditos desafios colocados por aquela temática.

O papel da comunidade científica assenta na construção de matrizes de interpretação sobre as questões ambientais, enquanto o papel dos movimentos sociais se manifesta na respectiva acção de ruptura com a ordem vigente (Mormont, 1992).

Seria no entanto demasiado simplista considerar a inclusão da problemática ambiental no contexto da agricultura como um prolongamento “natural” daquele núcleo de factores ou como um epifenómeno da dinâmica de globalização da “questão” ambiental.

Não é possível identificar uma sucessão cronológica de acontecimentos que relacione linearmente o progresso da “causa verde” ao fenómeno de ambientalização da agricultura e dos espaços rurais. Veremos, de seguida, que esta relação é pontuada por acontecimentos isolados no tempo.

Impõe-se desde logo referir que a tardia percepção dos impactes ambientais associados à agricultura se ficou, fundamentalmente, a dever à resistência de um elemento cultural, de uma noção partilhada não só pelos habitantes dos espaços rurais, como também pela sociedade em geral. Trata-se da noção de inocuidade das forças produtivas agrícolas sobre o ambiente natural. Esta noção manifesta-se ainda de forma negativa (mais exactamente, por omissão), no conjunto das preocupações ambientalistas e nos modelos de acção dos respectivos protagonistas, justificando a evidente fixação de umas e de outros nos efeitos poluentes de outras actividades económicas, como por exemplo a indústria.

Para autores como Philip Lowe (1992), tais representações colectivas estão na base da chamada desregulamentação ambiental da agricultura, enquanto ausência de mecanismos de controlo ambiental para esta actividade, o que constitui uma excepção relativamente aos processos definidos no enquadramento legal de outros sectores de produção.

Esta questão vê-se acrescida pelo facto de o aparelho legislativo estar, inicialmente, apto a lidar com fontes de poluição concentradas (correspondendo ao padrão de efeitos poluentes de actividades como a indústria extractiva ou a indústria transformadora) e não com fontes difusas, como as que encontramos no caso da actividade agrícola.

Entre os factores de natureza técnica, associados à prática da agricultura, que contribuíram para que o sector agrícola permanecesse, durante um largo período de tempo, em “estado de graça”, relativamente aos problemas ambientais dele decorrentes, estão o carácter difuso desses problemas e as dificuldades quer da sua detecção no curto prazo, quer da identificação do verdadeiro agente poluidor, mercê, em larga medida, da dispersão territorial das explorações agrícolas.

Tal “estado de graça” ou situação de excepcionalidade da agricultura em relação ao ambiente só vem a ser posto em causa no decorrer das crises petrolíferas de 1973 e de 1979 (Lowe, 1992). Com efeito, em tal contexto, tornou-se urgente a criação de estratégias de poupança energética, a

reciclagem de matérias-primas ou, ainda, a concepção de formas alternativas de energia. Este conjunto de procedimentos traduziu-se quer numa redução da pressão ambiental sobre determinadas áreas, o que, no conjunto das expectativas ambientalistas, pode ser interpretado como um êxito assinalável, quer numa maior visibilidade dos efeitos ambientais indesejáveis da actividade agrícola. A agenda ecológica passa, deste modo, a incluir a agricultura no conjunto das suas preocupações e interesses, iniciando uma muito lenta mudança conceptual da relação entre aquela última e o meio ambiente.

A acção mobilizadora de determinados grupos e de determinadas categorias sociais, o movimento de renovação cultural associado ao ambientalismo e a assimilação dos termos do conflito social decorrente, por parte das instituições públicas, são, então, referências incontornáveis para o quadro de evolução da agricultura, mas os seus efeitos específicos sobre o sentido da mudança só podem ser considerados numa perspectiva de articulação com elementos habitualmente mais integrados (e integrantes) no contexto daquela actividade.

Esta advertência faz mais sentido ainda se tivermos em conta que a agricultura se vincula ao processo global de modernização das sociedades (no qual também se inclui o debate sobre a questão ambiental), em resultado da progressiva dependência a que foi sujeita ao longo do seu percurso histórico, nomeadamente com o advento da era industrial.

A trajectória de mudança da agricultura pode, de facto, ser analisada como um sucessão de etapas em que a sua autonomia relativa decresce à medida que aumenta a sua capacidade produtiva. Este decréscimo de autonomia relativa da agricultura não equivale, todavia, a uma falência completa do poder reivindicativo das classes ou categorias profissionais agrícolas, mas está relacionado com a crise do modelo corporativo, como no caso da Inglaterra (Baldock e Lowe, 1995) ou com a crise do “contrato social” o qual, em França por exemplo, legitimava o papel e o estatuto do agricultor enquanto produtor de alimentos (Deverre, 1995).

A preponderância dos governos centrais na criação dos programas para o desenvolvimento agrícola e, já no domínio da UE, a orientação política baseada no ideal de convergência dos Estados-Membros (de que a Política Agrícola Comum é exemplo esclarecedor) constituíram, à partida, limites comprometedores a um novo modo de vida agrícola mais auto-centrado, o qual só tem referência objectiva na memória social do campesinato.

A designada ambientalização da agricultura ou a transição de um quadro centrado nas questões agrícolas para um outro que contempla as temáticas ambientais foi amplamente conduzida pelos

mecanismos de decisão políticos e institucionais (Bonanno, 1991). Todavia, é de realçar que o protagonismo daqueles últimos se verifica mais no plano da regulação de procedimentos gerais do que no plano da divulgação de novos elementos que permitam questionar a relação entre a actividade agrícola e o ambiente.

Passemos então em revista as principais etapas que marcaram o processo de ambientalização da agricultura, tendo em conta a sua circunscrição à realidade europeia para, posteriormente, fazermos idêntico exercício, desta feita tendo em conta a sua circunscrição à realidade nacional.

Há razões válidas para afirmar que o enquadramento político das questões ambientais referentes à agricultura reflecte, numa fase inicial, as preocupações dos países do Norte e do Centro da Europa. Essas razões prendem-se com a procura de soluções para as dificuldades criadas no decorrer da aplicação da PAC, sobretudo durante o período de maior crescimento do sector agrícola (Baldock e Lowe, 1995). Os objectivos iniciais da PAC ganharam consistência ao longo das décadas de 60 e de 70 do século passado, acabando por ser inteiramente cumpridos já no fim dos anos 80.

Como resultado da II Guerra Mundial, a Europa encontrava-se, no final da década de 40 inícios da década de 50, numa situação de escassez e de dependência alimentares, vivendo dias difíceis quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social. O reforço das instituições democráticas e a estabilização dos mecanismos de regulação económica impunham-se.

É no seio deste cenário que o modelo agrícola produtivista irá conhecer um impetuoso avanço. Ao nível do modelo de funcionamento do processo produtivo, a ênfase é colocada na utilização de maquinaria agrícola e de produtos químicos de síntese, com vista a satisfazer as necessidades resultantes do incremento demográfico e a rentabilidade do sector agrícola, em função do sistema económico dominante na Europa.

O agricultor passa a preocupar-se, cada vez mais, com o aumento da produção e com a respectiva comercialização, integrando-se progressivamente no mercado. A agricultura torna-se uma actividade anexa à actividade industrial. Nesse sentido, têm lugar várias acções políticas que enquadram e potenciam esta fórmula produtivista e mercantil da produção agrícola.

Com efeito, a PAC dos anos 60, através de um sistema de preços subsidiados, contribuiu amplamente para que os níveis de produção subissem acima das exigências do mercado. Esta intervenção política sobre a agricultura europeia não ficaria, todavia, isenta de consequências

nocivas. A destruição dos solos, a poluição das águas, a devastação de numerosos recursos - muitos deles não renováveis -, a modificação da composição química da atmosfera e a transformação das paisagens foram, gradualmente, fazendo-se sentir, acrescentando motivos ao incremento de uma preocupação com o ambiente, em geral, e com o ambiente rural, em particular.

De igual modo, no campo socioeconómico, a prossecução de tal política agrícola originou também um conjunto de problemas. Em virtude da fraca rentabilidade produtiva de algumas terras e da elevada rentabilidade de outras, começam a surgir assimetrias regionais sem precedentes, com a marginalização e o abandono de algumas explorações agrícolas e a intensificação de outras.

Tais assimetrias fazem-se sentir em dois planos diferenciados, a saber: no plano intra-nacional e no plano dos vários países da Europa Ocidental. Relativamente a este último plano, os países das regiões do Norte e do Centro da Europa viram os seus produtos e respectivas explorações agrícolas beneficiados, distanciando-se, assim, no que concerne aos rendimentos agrícolas, dos países do Sul da Europa. Esses países passaram, por conseguinte, num curto período de tempo, de uma situação de escassez para uma situação excedentária de produtos de origem agrícola a qual se traduziu, fundamentalmente, em problemas orçamentais, resultantes dos elevados custos de armazenagem e de conservação daqueles excedentes.

A orientação produtivista da PAC, aliada a um conjunto de medidas que pretendiam garantir a preferência comunitária e a unicidade do mercado europeu, conduziu posteriormente (num período de, *grosso modo*, quarenta anos) a questões que definem os limites da continuidade do programa então em curso. A estratégia de acumulação de produtos e os mecanismos de regulação de preços dão origem a excedentes agrícolas os quais, por sua vez, implicam, não só, dificuldades significativas do ponto de vista da respectiva armazenagem e do elevado custo, como do ponto de vista da viabilidade do seu escoamento no mercado extra-comunitário.

Sublinhe-se, a propósito, que as medidas proteccionistas que a comunidade impôs ao comércio dos seus produtos causaram graves distorções nos mercados internacionais, uma vez que os preços dos produtos agrícolas ao nível comunitário eram superiores aos praticados no mercado mundial, tornando-se forçoso aumentar as verbas destinadas a subvencionar as exportações. Esta questão esteve na origem de um longo processo de negociações no âmbito do Acordo Geral

Sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), do qual a então designada CEE perdeu algumas vantagens comerciais, nomeadamente por se ver comprometida a reduzir em 21% as exportações agrícolas que beneficiassem de restituições, por um período de seis anos.

Os limites comerciais da PAC no plano internacional constituem, aliás, um factor central no reconhecimento da necessidade de alterar os pressupostos que a regiam (Baldock e Lowe, 1996). As desigualdades regionais associadas a uma lógica de selectividade subjacente aos programas de modernização técnica e orgânica do sector constituíram, também elas, um dos problemas de carácter estrutural originados pela PAC. Essas clivagens regionais traduzem-se na diferença de rendimentos entre os agricultores comunitários, e são, em parte, devidas às condicionantes externas e respectivas opções estratégicas ao nível da exploração agrícola e à distribuição dos apoios financeiros à produção, nomeadamente através do Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA).

A estrutura dualista da agricultura europeia criou, então, desequilíbrios no que concerne ao ordenamento do território, por estabelecer condições favoráveis à especialização em detrimento da diversidade funcional e do aproveitamento extensivo do espaço rural. Por outro lado, a aposta na intensificação e no conseqüente uso de *inputs* de origem industrial repercutiu-se em desequilíbrios ambientais e numa certa desqualificação dos bens alimentares, mercê dos riscos que tais factos comportam para a saúde pública. (Bonanno, 1991).

A contestação à PAC generalizou-se a vários segmentos da sociedade europeia, passando de reivindicações centradas numa certa confluência de interesses nacionais e regionais, como os que acentuavam a visibilidade dos países do Sul, cuja agricultura se encontrava, em muitos casos, incapaz de responder aos desígnios do mercado, às dos seus congéneres a Norte, detentores de produções mais elevadas, mas pouco inclinados a suportar os custos orçamentais ou a abdicar dos seus privilégios internos, acabando, enfim, por envolver os consumidores, suspeitosos da qualidade dos produtos e descontentes com a regularidade, em alta, dos respectivos preços, e os ecologistas, comprometidos com um discurso de tónica global sobre a qualidade do ambiente.

Os elevados custos orçamentais da PAC e as críticas de que foi alvo tornam urgente a inversão da linha estratégica até então seguida. As primeiras soluções adoptadas com esse fim tomaram curso em meados da década de 80 e englobaram medidas de controlo dos níveis de produção, accionando instrumentos como os relativos a penalizações à sobreprodução, à imposição de

quotas (as quotas leiteiras de 1984) e à estabilização dos preços dos produtos. Na persecução destas medidas, introduzem-se, a propósito, algumas alterações ao Regulamento CE 797/85, o qual incide sobre a reforma das estruturas agrícolas.

Tal reforma assume um carácter mais incisivo a partir de 1987, através do incremento dos apoios à reconversão e à extensificação da produção, das ajudas à retirada das terras (o *set aside*) e, ainda, do incentivo à pré-reforma dos agricultores. Deste modo, o controlo da produção passa a ser executado de forma mais veemente, já que as acções tomadas preconizam uma remodelação do regime de exploração e uma remodelação da lógica produtiva, estabelecidos aquando do Tratado de Roma.

Apesar de tornar mais claro o esboço de uma nova política agrícola comunitária, estas reformas foram algo insípidas e permissivas a opções que acabaram por contornar a sua linha de acção: os agricultores comunitários passaram a incrementar a produção de culturas não sujeitas às restrições apontadas (como as oleaginosas e a carne bovina), criando excedentes deste tipo de produtos e, deste modo, comprometendo a política de contenção da produção agrícola.

No que concerne a medidas de carácter ambiental, refira-se que elas surgem inicialmente vinculadas ao objectivo de redução de excedentes e incluídas no Regulamento CE 797/85. Este regulamento constitui uma resposta positiva ao Livro Verde da Comunidade Europeia de 1985, o qual coloca a conservação do ambiente e dos recursos naturais como uma das prioridades no desenvolvimento social e na garantia do bem-estar das populações rurais e urbanas. O artigo 19 do referido regulamento autoriza, de facto, os Estados-Membros a incentivarem o uso de técnicas mais compatíveis com a protecção do ambiente, mas o carácter opcional da sua aplicação e o facto de estar agregado a um conjunto de instrumentos de regulação estritamente económica limitaram a sua incorporação e respectivo nível de alcance.

A orientação para as questões ambientais reforça-se e manifesta-se mais claramente num conjunto de documentos elaborados pela Comissão no verão de 1988. Prosseguindo na linha das reformas sócio-estruturais, com destaque para o conteúdo do relatório intitulado *L'avenir du monde rural* (1988), avança-se com uma nova abordagem dos espaços rurais, ao colocar a ênfase na multifuncionalidade daqueles espaços, em detrimento da unicidade da agricultura, e na conseqüente diversificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas. Neste processo de reavaliação da política até então seguida, elabora-se ainda uma política de florestação mais concisa

(CCE (1988), 225) e propõe-se a adopção de medidas com vista à resolução de problemas ambientais ligados à produção agrícola (CCE(1988): 338).

Aquele conjunto de documentos pode, com efeito, ser encarado como um preâmbulo às medidas de acompanhamento da PAC inseridas na respectiva reforma de 1992 (Just, 1994). O quadro legal desta reforma constitui-se com base em três regulamentos: o Regulamento CE 2078/92, destinado a incentivar práticas agrícolas mais conformes à protecção do ambiente, no que ficou conhecido como o pacote de medidas agro-ambientais; o Regulamento CE 2079/92, o qual estabelece um esquema de ajudas à reforma antecipada dos agricultores; o Regulamento CE 2080/92, que consolida o apoio à florestação no espaço comunitário.

No que respeita ao Regulamento CE 2078/92, este enuncia directivas de carácter geral reafirmando a vontade de contribuir para a gestão dos espaços naturais, promovendo, por conseguinte, um melhor equilíbrio ambiental. Numa das suas declarações mais substanciais, assevera-se que os requisitos para a protecção do ambiente são uma parte integrante da PAC (princípio da integração) e que os agricultores têm uma importante função a desempenhar em benefício da sociedade no seu conjunto, através, designadamente, da introdução e da manutenção de métodos de produção mais consentâneos com a necessidade de proteger o ambiente, salvaguardar os recursos naturais e preservar a paisagem e o espaço natural.

Numa primeira análise às medidas agro-ambientais, consignadas no referido regulamento europeu, sublinhe-se o incentivo à extensificação das produções, à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, à retirada das terras por um período de 20 anos com o objectivo da protecção ambiental, e à formação técnica dos agricultores no âmbito dos métodos de produção mais compatíveis com a conservação do ambiente.

Em conjunto com as medidas propostas, avança-se com um esquema de ajudas que visam compensar os agricultores das eventuais perdas de rendimentos causadas quer pelos cortes nos apoios financeiros à produção, quer pelo aumento dos custos subjacentes à mesma.

A política agro-ambiental da UE, esquematizada a partir de um quadro legal cuja evolução foi lenta e cujos trâmites não deixam de estar associados a orientações mais próximas das questões agrícolas do que das questões ambientais e rurais, pretende contornar uma dinâmica redutora dos recursos naturais e inverter as tendências de uma agricultura fortemente alicerçada na exploração

intensiva daqueles últimos. É neste sentido que Baldock e Lowe (1995) consideram que tal política é susceptível de ser interpretada, mais como uma solução correctiva do ponto de vista da acumulação de excedentes do que como uma política orientada pelo conceito de modernização ecológica da agricultura.

O Regulamento CE nº 1257/99 de 17 de Maio, por seu turno, revoga o Regulamento CE nº 2078/92 e estabelece o quadro de apoio comunitário a favor de um desenvolvimento rural sustentável, identificando as medidas agro-ambientais como uma das nove medidas de desenvolvimento rural. No Regulamento de 1999, os objectivos gerais das Medidas Agro-Ambientais, a natureza dos contratos a estabelecer com os agricultores e os apoios a conceder, enquanto contrapartida dos compromissos agro-ambientais estabelecidos, são muito idênticos aos definidos no Regulamento CE nº 2078/92. Há, contudo, uma diferença de monta a registar entre estes dois regulamentos, qual seja: o aumento significativo dos montantes máximos anuais elegíveis para apoio comunitário.

Voltemos ao Regulamento CE 2078/92. Este Regulamento define duas modalidades de adopção de medidas agro-ambientais: uma modalidade obrigatória que correspondia aos designados Programas Zonais, isto é, programas verticais aplicados numa zona homogênea do ponto de vista ambiental, e uma modalidade facultativa a aplicar a todo o território nacional dos Estados-Membros, pelo que era designada por programa horizontal.

É certo que a inclusão no Regulamento CE 2078/92 de medidas como as que estimulam o desenvolvimento da agricultura biológica ou, ainda, de medidas que reflectem um interesse específico pela manutenção da agricultura tradicional em regiões desfavorecidas concede espaço de manobra para a adaptação da política agro-ambiental às especificidades nacionais e regionais de cada Estado-Membro, admitindo o aproveitamento de novas oportunidades para essas áreas. Contudo, aquelas medidas parecem constituir alternativas marginais num conjunto de medidas centradas nos programas de extensificação.

Noutra perspectiva, é a própria amplitude de aspectos a resolver que constitui um intrincado problema à prossecução da política agro-ambiental. Segundo Deverre (1995), a impossibilidade de discernir um princípio organizador no conteúdo da política agro-ambiental europeia dificulta a sua interpretação ou favorece entendimentos mais ambíguos.

De facto, os problemas ambientais geram-se não apenas num contexto de sobreexploração, como também num contexto de subdesenvolvimento ou de inviabilidade produtiva, pelo que se multiplicam os instrumentos de execução da política em causa. Em termos concretos, isto traduz-se numa diversificação das abordagens nacionais ou até mesmo regionais, a par de linhas de acção contraditórias. A retirada de terras por um período de 20 anos ilustra bem a ambiguidade interna de uma política que tanto visa reverter os efeitos danosos de práticas agrícolas intensivas, como enquadrar economicamente áreas cujo maior dano ambiental procede, justamente, do abandono da terra e do despovoamento.

Deverre (1995) identifica, assim, na sequência do que temos vindo a discutir, três lógicas diferentes de implantação de uma política agro-ambiental: a lógica da regulação - restritiva, proibitiva e punitiva; a lógica da participação – compensatória e baseada na negociação de forma a estimular a adopção das medidas agro-ambientais; a lógica da responsabilização que apela ao compromisso dos agricultores com as questões ambientais e consigna um código profissional adequado à renovação de atitudes em relação ao ambiente.

Estas modalidades de implantação da política agro-ambiental não podem deixar de ser confrontadas com os valores e as representações, mais ou menos cristalizados na visão particular dos agricultores sobre os riscos ambientais da respectiva actividade. Assim, a aplicação das lógicas da participação e da responsabilização exige ter presentes as resistências culturais, por parte dos agricultores, à adesão às referidas medidas.

O reconhecimento da diversidade de situações na UE quer no que concerne às realidades estruturais da agricultura de cada país ou região, quer no que concerne às realidades ambientais dos respectivos territórios rurais, reflectiu-se, então, na necessidade de adaptar a cada Estado-Membro o programa comunitário das Medidas Agro-Ambientais. Se o Regulamento CE 2078/92 contém já, quando comparado com o artigo 19 do Regulamento CE 797/85 e com outras medidas integradas na reforma das estruturas agrícolas, um princípio de diversificação das medidas em termos da sua aplicação à realidade de cada país (Baldock e Lowe, 1995), o passo seguinte, no sentido de satisfazer essas variantes nacionais, é dado por via da “tradução” das medidas agro-ambientais para o contexto da agricultura de cada Estado-Membro.

6.1.3. A “Tradução” das Medidas Agro-Ambientais em Portugal

Cabe agora apresentar as principais etapas e características da aplicação das medidas agro-ambientais em Portugal, procurando, ainda, fornecer uma panorâmica das condições em que esse processo se realizou.

Numa primeira fase, iniciada, apenas, em 1994 e não em 1992, como ocorreu nos países do Norte e do Centro da Europa, estas medidas dirigem-se, sobretudo, para a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais e para a conservação dos recursos e da paisagem rural. Posteriormente, a partir de 1995, elas abrangem a agricultura intensiva com o objectivo de reduzir os respectivos efeitos poluentes.

Não obstante o seu amplo contexto de aplicação, a “tradução” das medidas agro-ambientais em Portugal reflecte a necessidade de adaptar o que constitui uma orientação da política comunitária às principais características e às mais prementes dificuldades com que se debatiam a agricultura e as zonas rurais do país.

A primeira fase da aplicação das medidas agro-ambientais parece vir assim ao encontro do então contexto social predominante no espaço rural, tendo por objectivo principal a manutenção das práticas agrícolas presentes naquele espaço.

Os factores estruturais da agricultura nacional têm um peso diferenciado sobre a organização e o nível de desenvolvimento dos diferentes espaços rurais, mas, no seu conjunto, eles estão associados a um quadro de vulnerabilidade ou, mesmo, de aprofundamento das situações de marginalidade económica e de desarticulação das redes sociais. Com efeito, a agricultura não absorve todas as dinâmicas de desenvolvimento ou de estabilização dos espaços rurais, mas, em Portugal, ela é ainda um elemento importante neste aspecto e, em alguns casos, um elemento crucial. A debilidade da agricultura parece, assim, equivaler à degradação dos espaços rurais e, inclusivamente, do ambiente rural. Nesse sentido, em muitas situações, proteger o ambiente é sinónimo de proteger a agricultura.

A centralidade das metas acima enunciadas no processo de “tradução” da política agro-ambiental europeia à agricultura portuguesa espelha-se na prioridade e no maior volume de ajudas financeiras atribuídas à extensificação/manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais. As medidas que contemplaram a redução do efeito poluente da agricultura intensiva foram, como já

dissemos, introduzidas mais tarde e numa proporção inferior, relativamente ao orçamento previsto. Voltaremos a esta questão.

A lógica produtivista, associada à questão dos excedentes agrícolas, que sintetiza as preocupações ambientais identificadas pelos países da Europa do Norte, não é relevante para Portugal. Tal como noutros países da Europa do Sul, recentemente chegados à problemática ambiental, em Portugal, a evolução da agricultura colocou um outro conjunto de problemas quer económicos e sociais, quer ambientais. O abandono da terra e o consequente despovoamento e desertificação física têm conduzido a tendências para a erosão dos solos e para a degradação da paisagem agrícola e rural.

Assim, a tradução para Portugal do Regulamento CE nº 2078/92, em 1994, deixa antever uma preocupação mais centrada nas questões acima enumeradas, sem contudo deixar de equacionar os efeitos da poluição agrícola causada pelo excessivo uso de produtos químicos.

O Regulamento CE nº 2078/92 introduziu uma série de medidas que, de um modo geral, pretendem combater os efeitos poluentes resultantes da prática da agricultura intensiva, encorajando práticas agrícolas extensivas. A este objectivo geral, acrescem o apoio à prática da agricultura biológica, por um lado, e o apoio a formas de lazer em espaço rural, por outro, privilegiando, designadamente, a conservação da natureza. As restantes medidas que com o Regulamento CE nº 2078/92 constituem as designadas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC: os Regulamentos CE nº 2079/92 (medidas de apoio à reforma antecipada dos agricultores) e CE nº 2080/92 (medidas de apoio à florestação) pretendem, ainda mais explicitamente do que no caso do Regulamento em análise, reduzir os excedentes agrícolas.

Partindo do princípio de que a prática agrícola não é obrigatoriamente isenta de danos para com o meio ambiente, o programa das medidas agro-ambientais passa a introduzir uma componente ambiental na actividade agrícola. Este programa constitui-se em torno de quatro grandes grupos de medidas às quais correspondem quatro grandes preocupações e respectivas estratégias de resolução:

1. Diminuição do efeito poluente da agricultura, através da qual se pretende, essencialmente, combater o uso e o abuso de fertilizantes químicos e de pesticidas;

2. Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, através das quais se pretende apoiar um modelo de exploração, de produção e de práticas agrícolas tradicionais que evitem os excessos e os prejuízos normalmente resultantes de uma agricultura de tipo intensivo;
3. Conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, através da qual se procura encarar o espaço rural tradicional, na sua acepção mais ampla, enquanto património a manter e a preservar;
4. Formação profissional, tida como uma aposta nos recursos humanos da agricultura e na permanência de uma concepção ambiental da actividade agrícola, com vista a permitir que, no futuro, as três medidas anteriores possam vir a ter continuidade.

Como dissemos, a aplicação das Medidas Agro-Ambientais passou, em cada Estado-Membro, por um processo de adaptação ou “tradução” do nível europeu aos respectivos níveis nacional e regional. Em Portugal, se bem que o programa destas medidas se especifique em quatro grandes grupos, as medidas introduzidas até finais de 1994 dirigem-se, essencialmente, à manutenção de práticas agrícolas tradicionais extensivas e à conservação dos recursos e da paisagem rural, visando refrear situações de “desertificação de vastas zonas do interior do país” (IEADR, 1994: 21).

Com efeito, a “tradução” em Portugal das Medidas Agro-Ambientais consistiu em procurar dar conta, simultaneamente, da preservação do ambiente natural e de tendências demográficas e sociais problemáticas que afectavam parte significativa do espaço rural português. O objectivo do Ministério da Agricultura de então, no que se refere à aplicação das medidas, traduz-se em “[procurar] dar resposta aos nossos problemas concretos, designadamente nas regiões mais desfavorecidas, com evidentes fragilidades estruturais e caracterizadas por uma acentuada regressão demográfica, baixo nível de vida das populações e envelhecimento das mesmas” (IEADR, 1994: 1).

Com este tipo de “tradução” do Regulamento europeu relativo às medidas agro-ambientais, poder-se-ia pensar estar-se perante uma das modalidades de articulação agricultura/ambiente, caracterizada pela manutenção da agricultura em nome da qualidade do território e da paisagem. A introdução da variável ambiente como uma das variáveis decisivas do futuro dos espaços rurais

européus processar-se-ia, neste caso, através da redefinição do agricultor como gestor do território (Mormont, 1994).

Todavia, constata-se que a política de atribuição das ajudas financeiras às Medidas Agro-Ambientais se orientou, em Portugal, primordialmente, para as explorações agrícolas que não conseguiram adoptar os desafios da anterior PAC ou para as explorações agrícolas mais marginalizadas pelos imperativos do mercado. Visto que, de uma maneira geral, aquelas explorações se localizam nas regiões menos desenvolvidas em termos agrícolas, relativamente às quais o fenómeno do êxodo agrícola e rural mais se tem intensificado, a política adoptada na distribuição das ajudas foi uma política, essencialmente, de cariz económico-social, uma política que, ao apoiar a manutenção da população rural nas regiões mais marginalizadas, visava, simultaneamente, proteger o frágil ambiente dessas regiões e a manutenção das paisagens rurais aráveis.

As primeiras medidas Agro-Ambientais introduzidas pelo Estado português são, assim, essencialmente, medidas de manutenção da agricultura tradicional ou extensiva e foram introduzidas ao nível nacional, regional e sub-regional. Algumas delas aplicam-se a regiões específicas, destinando-se à preservação de um tipo particular de produção (veja-se, por exemplo, as destinadas ao figueiral de Torres Novas ou às amendoeiras do Algarve ou, ainda, à vinha do Douro). A maior parte, no entanto, diz respeito à extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, procurando, como referimos, combinar objectivos que encorajem práticas agrícolas compatíveis com a preservação do meio ambiente, com objectivos de aliviar tendências demográficas e sociais, características de espaços agrícolas marginalizados.

A agricultura portuguesa, ao caracterizar-se por ser uma agricultura predominantemente extensiva, colocava, de facto, outro tipo de problemas ambientais, os quais não eram equiparáveis aos colocados pela agricultura intensiva. No entanto, os problemas resultantes da agricultura intensiva, observáveis em certas regiões agrícolas, designadamente os provenientes da prática da horticultura em regime de forçagem ou da exploração intensiva da pecuária, tinham alguma expressão em Portugal. A poluição do solo e das águas provocada por aquelas práticas é tanto mais de assinalar, quanto se verifica uma outra situação: a da indisciplina na aplicação de produtos químicos (adubos, pesticidas, entre outros).

A aplicação das medidas relativas à manutenção da agricultura tradicional ou da agricultura extensiva, consideradas como sistemas favoráveis ou em simbiose com a natureza e com o ambiente, vai, assim, contextualizar as primeiras reacções dos agricultores e, porventura, marcar, acentuadamente, uma específica emergência e percepção da problemática ambiental na agricultura portuguesa.

Se não, vejamos: a abordagem que caracterizou o primeiro quinquénio de aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal, ao procurar traduzir o contexto económico e social da agricultura de grandes franjas do país (o Norte e o Centro Interiores, essencialmente) comporta alguns riscos. Com efeito, ao apostar na manutenção, sem objectivos ambientais claros, da agricultura tradicional e da agricultura extensiva, este tipo de abordagem pode comprometer a percepção da componente ambiental daquele tipo de medidas, sem a garantia de, paralelamente, através delas, amenizar a questão do abandono da terra e os consequentes processos de desertificação e de despovoamento respectivos. Acresce que, ao passar para os agricultores a ideia de que as medidas constantes do regulamento europeu CE nº 2078/92 teriam tido por base – o que não é inteiramente falso - a especificidade dos problemas ambientais característicos da agricultura intensiva dos países do Norte e do Centro da Europa, se corre o risco de perder a oportunidade de proceder a uma modernização ecológica das explorações agrícolas.

O quadro legal das medidas destinadas a incentivar métodos de produção tendentes à diminuição do efeito poluente da agricultura – grupo I das Medidas Agro-Ambientais –, à excepção do da agricultura biológica, é instituído, como referido, apenas em 1995, através do D.L. nº 180/95 de 26 de Julho e da Portaria nº 1059/95 de 29 de Agosto. O D.L. Nº 180/95 de 26 de Julho define os métodos de protecção das culturas, designadamente os métodos da luta química aconselhada (LQA), da protecção integrada (PtI) e da produção integrada (PdI). Por seu turno, a Portaria nº 1059/95 de 29 de Agosto institui o regime de ajudas à redução e à racionalização na aplicação de produtos fitossanitários.

Para melhor ilustrar o que temos vindo a referir, atente-se nos dados apresentados no quadro seguinte.

Quadro 6.1: Montantes financeiros previsionais para o quinquénio 1994-98, montantes atribuídos e execução financeira das Medidas Agro-Ambientais (montantes expressos em 1000 escudos)

GRUPO DE MEDIDAS	MONTANTES FINANCEIROS PREVISIONAIS	%	MONTANTES ATRIBUÍDOS	%	EXECUÇÃO FINANCEIRA (%)
I - Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura	4.168.962	8,6	793.029	7,6	19,0
II - Extensificação / manutenção de sistemas agrícolas tradicionais	33.690.848	69,4	8.207.288	78,6	24,4
III - Conservação dos recursos e da paisagem rural	10.713.899	22,0	1.443.619	13,8	13,5
TOTAL	48.573.709	100,0	10.443.936	100,0	21,5

Fonte: Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), 1993.

Os apoios financeiros destinados ao grupo de medidas que visam potenciar a diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva são, comparativamente aos destinados aos outros grupos de medidas, muito reduzidos. Podemos, assim, concluir, através dos dados constantes no Quadro 6.1, que a política de concessão de incentivos financeiros destinados a minimizar os problemas ambientais decorrentes das práticas agrícolas intensivas ou convencionais, no que respeita ao primeiro quinquénio de aplicação das Medidas Agro-Ambientais, foi encarada para segundo plano.

6.1.4. O Discurso Agro-ambiental dos Actores-Chave

A percepção social da relação entre agricultura e ambiente rural é, em larga medida, tributária de factores culturais respeitantes ao lugar da agricultura e da ruralidade no imaginário nacional. Todavia, é conveniente acentuar que a relação entre agricultura e ambiente rural se constitui sobre um plano no qual se intersectam não só factores sócio-culturais, determinantes na definição dos conteúdos simbólicos da ruralidade, da natureza e do ambiente, como factores sócio-económicos, os quais actuam sobre o espaço por via de actividades como a agricultura.

Esta dualidade de factores, ao contrário do que poderia ser subentendido, não reduz a análise desta problemática a opções de carácter monolítico. Não se trata de uma questão de cultura ou de

economia, é antes uma questão de ênfase, conforme nos colocamos perante um quadro simbólico de construção da ruralidade ou perante um quadro de mudança das estruturas e das funções económicas do espaço rural.

Por outro lado, o modo como estes dois conjuntos de factores se encontram relacionados depende, em larga medida, de um nível de mediação específico, o nível político. De facto, podemos admitir que o uso social dos elementos rurais (como por exemplo a natureza ou o que se pensa ser a natureza rural) condiciona o planeamento e a gestão do espaço rural e que este condicionamento releva de uma capacidade única de legitimação de um projecto colectivo ou de interesses mais ou menos partilhados por vários actores sociais (Mormont, 1987).

É às entidades públicas que compete agir sobre a gestão das áreas rurais, mas se esse poder deriva da sua legitimidade estatutária, o modo como ele se realiza decorre igualmente da necessidade de equilibrar as forças sociais organizadas no terreno da sociedade civil e de adequar certos interesses, expectativas e representações sociais às potencialidades geradoras de desenvolvimento sócio-económico.

Interessa, pois, ter em conta que a diversificação dos usos e das funções do espaço rural requer uma abordagem política articulada e, se tal nem sempre acontece, está-se perante um factor relevante para a análise sociológica. Se as funções de recriação e de conservação das amenidades rurais parecem interpor-se no caminho do desenvolvimento das funções produtivas clássicas, como, por exemplo, as tradicionalmente desenvolvidas pela agricultura, tal facto apela a soluções de compromisso. A produção económica não é necessariamente incompatível, antes pelo contrário, com os usos urbanos dos espaços rurais, podendo constituir-se em factor de preservação desses mesmos espaços.

Os problemas que conduziram à Reforma da PAC – a sobre-intensificação da agricultura e a conseqüente sobre-produção agrícola – surgem, como vimos, como irrelevantes no contexto português. De facto, os países do Sul da Europa têm sido predominantemente receptores de problemas com os quais, em larga medida, não se identificam e muito menos os podem identificar como prioritários (Fernández, 1995). Neste sentido, em Portugal, a agricultura é, nessa altura, percebida como um sector ainda a modernizar.

O discurso agrícola em Portugal assentara, tradicionalmente, na exploração familiar enquanto ideal social. Contudo, as dificuldades económicas associadas à agricultura conduziram a um redução massiva no número de explorações agrícolas, sem uma correspondente consolidação da

área média das explorações (Lima, 1991; Baptista, 1995). O resultado foi o abandono da terra e o êxodo rural. A percepção crescente era, então, a de que a agricultura estava sistematicamente a ser destruída e, por conseguinte, era necessária uma acção política concertada em prol da respectiva modernização.

Enquanto o discurso agrícola dominante expressa uma abordagem pessimista, um novo discurso centrado na ruralidade parece ganhar algum apoio, com a emergência de novas perspectivas económicas no que respeita aos usos do espaço rural (Portela, 1994).

Tal apropriação económica do espaço rural sugere novas formas de produção, como sejam o turismo rural e a produção de produtos regionais de qualidade, enquanto alternativas viáveis. Estas novas formas de produção económica são potencialmente mais conducentes à estabilização das populações rurais, através, designadamente, do encorajamento à prática da pluriactividade, sendo ainda compatíveis com a nova ênfase posta no ordenamento e na protecção do ambiente rural.

O debate sobre a relação entre o ambiente e a agricultura é muito recente entre nós, tendo tido o seu ímpeto com a entrada de Portugal na CEE e a conseqüente necessidade de encarar problemas agro-ambientais específicos (Patrício e Lima, 1996). A relativa fraqueza do debate nacional sobre problemas agro-ambientais deriva, por um lado, da perspectiva que vê a modernização da agricultura como um processo inacabado e, por outro lado, da perspectiva da compatibilidade entre agricultura e ambiente. Os problemas ambientais rurais são, não apenas, minimizados em função dos problemas económicos e sociais resultantes da crise da agricultura, como se crê resultarem dessa crise. Com efeito, o despovoamento do espaço rural não beneficia nem a agricultura, nem o ambiente, sobretudo quando conduz ao abandono de práticas agrícolas tradicionais.

As medidas agro-ambientais (sob a égide do Regulamento CE nº 2078/92) foram as primeiras medidas responsáveis pelo surgimento de um debate nacional acerca do impacte da agricultura sobre o ambiente (Patrício e Lima, 1996; Billaud et al., 1997). Estas medidas, como vimos, foram “traduzidas” para a política interna, sobretudo como um programa de apoio aos agricultores familiares tradicionais. A interligação entre a crise da agricultura e o despovoamento rural significou que a política agrícola subsumiu outros problemas e respectivos programas, tais como programas de apoio social e de diversidade regional, formatados, em parte, pelo novo discurso sobre a ruralidade (Reis e Lima, 1998).

Como vimos, a política agro-ambiental europeia tem subjacente uma nova perspectiva a qual se traduz na passagem de uma política sectorial para uma política espacial e territorial, envolvendo uma gama variada de actores institucionais. O Ministério da Agricultura assumiu o comando das operações de coordenação, de administração e de execução do programa agro-ambiental em Portugal, incluindo o pagamento dos fundos, e aglutinou a política agro-ambiental ao discurso agrário ou rural que confere à exploração agrícola o papel de componente-chave da economia e do ambiente rural.

O Ministério do Ambiente, então recém-criado, não tinha, ainda, por um lado, estabelecida a sua autoridade na hierarquia político-burocrática, e, por outro, não lidara com problemas ambientais oriundos da actividade agrícola.

Por outro lado, a coexistência de diversos modelos de agricultura em Portugal assenta sobre uma linha divisória mais nítida do que no caso dos países da Europa do Norte e do Centro e que opõe duas tendências associadas a dois sectores distintos no campo do debate sobre o futuro da agricultura nacional: um sector que designaremos por “sector da modernização agrícola” e um sector que designaremos, a falta de melhor, por “sector tradicional agrícola”. Estes sectores organizam-se e identificam-se com actores específicos no terreno da sociedade civil: as organizações profissionais de agricultores.

A Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) são as duas confederações que têm manifestado maior capacidade de discussão das problemáticas económicas e sociais relacionadas com a agricultura. A CAP representa os grandes e médios agricultores e reclama um projecto de modernização para a agricultura; a CNA, por sua vez, representa os pequenos agricultores familiares, proprietários e rendeiros, na defesa da agricultura tradicional e da sociedade rural.

Assim sendo, as marcadas diferenças ideológicas das duas principais associações de agricultores orientaram fortemente o debate nacional sobre a política agrícola em torno de questões específicas e dos respectivos discursos e pontos de vista acerca da PAC e da sua reforma.

A CAP aceita a Reforma da PAC no quadro de um discurso sobre a modernização e identifica os problemas ambientais numa perspectiva social mais ampla. A CNA, por seu turno, advoga uma articulação entre agricultura e ambiente através, justamente, do apoio à agricultura familiar tradicional, reforçando um discurso ruralista (ou “neo-ruralista”) da multifuncionalidade do espaço rural.

Apesar da predominância da CAP e da CNA, outras duas associações merecem, ainda, ser referidas: a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e a Associação dos Agricultores e Consumidores Ecológicos (Agrobio). Ambas perspectivam a agricultura tradicional enquanto base de um futuro espaço rural multifuncional, designadamente no que respeita à agricultura e ao espaço rural do Interior do país, articulando-a com a presença de uma agricultura moderna, mais competitiva, nas zonas do Litoral.

Assim, na aproximação à linha divisória que acima explicitámos, realça-se a preponderância de dois tipos de discursos colectivos: um discurso da modernização agrícola e um discurso com contornos "neo-rurais".

O discurso da modernização encerra o debate de então com a defesa de um projecto de modernização agrícola, representando a versão convencional de uma política centrada nos interesses agrários, política essa que, de certa forma, se pretende inverter com as directivas agro-ambientais. O papel da agricultura reduz-se, no interior deste discurso, à sua função produtiva, reconhecendo-se-lhe uma menor margem de relação com problemas de carácter social e ambiental. Este tipo de discurso é protagonizado pela CAP.

Já o discurso com contornos "neo-rurais", como assim o designámos, estende os limites do debate em causa ao tema do desenvolvimento dos espaços rurais e à reprodução social da pequena agricultura familiar, sendo protagonizado pela CNA.

Com efeito, os temas dominantes, o encadeamento lógico e simbólico desses temas e o sentido que o discurso toma na generalidade, quando confrontado com questões fundamentais da política agrícola, aproximam-no de um discurso de defesa do mundo rural na sua especificidade, de elevação de uma moral e de uma tradição associadas à pequena localidade e à vida nos campos, de valorização das amenidades rurais, como a alegada naturalidade da paisagem, do usufruir de uma existência quotidiana movida a ritmos mais pausados, da amplitude e das numerosas possibilidades de uso que o espaço rural oferece.

Deste posicionamento decorre que temas como a preservação do ambiente ou o desenvolvimento sustentável do espaço rural estejam igualmente presentes na estrutura discursiva da CNA, em particular no que concerne à argumentação que esta organização usa na defesa da primazia da agricultura familiar de pequena e de média produção.

Ainda que não dispunhamos do material empírico necessário para aprofundar o discurso dos urbanos sobre a agricultura e o rural em Portugal, questão que nos remeteria para um dos aspectos decisivos da construção social da ruralidade nas sociedades contemporâneas, devemos, todavia, salientar que aquilo que, mais propriamente, se designa por discurso neo-rural é um discurso protagonizado, justamente, pelos urbanos e, conseqüentemente, produzido pelas aspirações e pelos quadros de leitura extrínsecos à dinâmica da vida nos campos. É um discurso que acentua, sobretudo, os valores estéticos do mundo rural, enquanto fruto de uma atitude conservacionista e contemplativa e, por isso, menos atenta à base económica e social que suporta esses mesmos valores e menos atenta, ainda, aos seus limites e às suas potencialidades produtivas num contexto de reestruturação do sector agrícola.

De registar que o que parece ser sociologicamente interessante é o facto de se observar uma certa convergência entre o "olhar exterior" e um certo "olhar de dentro" - o da CNA - sobre o mundo rural no que diz respeito aquele que é um tema estruturante e que se tem imposto nas sociedades pós-industriais - a necessidade de retorno às chamadas virtudes do espaço rural, seja para sustentar um novo estilo de vida que tende a romper com o quotidiano urbano, seja para romper com a integração da agricultura num quadro de exploração de tipo industrial. É, tão só, relativamente à questão do retorno ao rural que se pode admitir a existência de alguns traços de um discurso neo-rural no discurso da CNA.

A definição do papel da agricultura para as duas confederações de agricultores é, desde logo, um ponto a aclarar. Com efeito, para a CNA a agricultura é um factor de produção, de integração do meio físico e de conexão aos diversos sectores económicos e sociais dos espaços rurais. A agricultura tem, portanto, na perspectiva da CNA, uma função de organização que transcende a respectiva vertente produtiva. É nesta moldura que esta confederação de agricultores esboça a definição de um modelo social para o mundo rural, ainda que parte dos argumentos que presidem à defesa do rural se formulem tendo por referência o modelo de modernização empresarial do sector em causa. A CAP, em contrapartida, surge justamente associada à defesa daquele tipo de modelo.

Os problemas ambientais de origem agrícola, esses, foram largamente minimizados pela comunidade agrícola. A ideia geral é a de que a agricultura intensiva, se bem que responsável por práticas danosas ao ambiente, não é suficientemente expressiva em Portugal. Esta percepção está

na base do argumento da especificidade do caso português, o qual não partilha dos mesmos problemas ambientais dos outros países da Europa, designadamente os dos Países do Norte e do Centro. Esta ideia expressa-se na relação de dependência entre a agricultura e o ambiente, isto é, para que o ambiente natural seja preservado, a agricultura deve ser apoiada. O discurso dominante caracteriza-se, relativamente a esta matéria, por ser um discurso de relativa harmonia entre agricultura e ambiente.

Registam-se, todavia, algumas diferenças entre as duas confederações de agricultores no que respeita à identificação e percepção dos problemas agro-ambientais. Assim, a CAP realça os problemas ambientais no que à erosão do solo e ao fornecimento de água dizem respeito. Estes problemas são identificados com uma crescente perda de produtividade, articulando a CAP as preocupações ambientais com questões de produtividade agrícola.

A CNA, por seu turno, identifica a desertificação física e social como o problema ambiental central. Para esta confederação de agricultores, o processo de desertificação potencia os incêndios florestais, a destruição dos *habitats* e a cultura local. Assim, ao defender o agricultor tradicional, a CNA defende o ambiente. Para a CNA, o agricultor, por via das suas práticas, é necessariamente “um guardião da natureza”.

A AJAP, tradicionalmente alinhada pela CAP, parece desenvolver uma postura mais independente relativamente a esta última, manifestando um interesse crescente pela agricultura alternativa. A Agrobio é a única a enfatizar explicitamente os danos da poluição agrícola resultantes quer da agricultura intensiva, quer do incontrolado uso de químicos na agricultura tradicional.

Quanto às associações ambientalistas, estas tendem a subavaliar os danos ambientais resultantes da agricultura. Para as três principais Associações Ambientalistas – a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus) e o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) – a preocupação com a agricultura, aliás recente, se exceptuarmos o caso da LPN, deriva fundamentalmente de uma preocupação com a conservação da natureza.

Assim que, para os grupos ambientalistas, os casos de problemas ambientais, causados pelas práticas agrícolas, são muito localizados e com carácter excepcional. O discurso dominante apresenta dois aspectos essenciais: o reconhecimento da importância da agricultura tradicional e

da agricultura extensiva para fins ambientais e o facto de essa importância não ser suficiente para preservar todos os recursos naturais.

Em síntese, as marcadas diferenças ideológicas entre as duas principais confederações de agricultores, a debilidade tradicional das negociações entre as organizações de agricultores e o Ministério da Agricultura e a fraqueza dos grupos ambientalistas, em matéria agro-ambiental, permitiram ao Ministério da Agricultura grande autonomia na condução do processo de tradução e de aplicação das Medidas Agro-Ambientais. Registe-se, no entanto, que, ainda que o processo de aplicação destas medidas se tenha caracterizado, essencialmente, por uma abordagem centralizada do topo para a base - uma abordagem *top-down* -, a CAP foi, na altura, consultada pelo Ministério da Agricultura.

No que diz respeito à posição dos agricultores individualmente considerados, no sub-capítulo que se segue procederemos, com recurso a dois estudos de caso, à análise das respectivas representações sociais, atitudes e comportamentos relativamente às Medidas Agro-Ambientais. Com efeito, a análise de tais representações, atitudes e comportamentos constitui contributo indispensável para ponderar sobre a adequação do referido programa aos diferentes contextos regionais, bem como para proceder a uma primeira avaliação do respectivo processo de concretização.

Àquela análise, acrescentaremos, ainda, a análise dos contornos específicos da mobilização dos agricultores para as questões agro-ambientais, a qual, por sua vez, nos permitirá avaliar do seu entendimento acerca dos problemas ambientais causados pela actividade que desenvolvem e do respectivo esforço para a resolução de tais problemas.

Como veremos, a mobilização ambiental por parte dos agricultores tradicionais ou extensivos apresenta contornos distintos dos apresentados pelos agricultores detentores de práticas agrícolas intensivas. Neste último caso, o esforço ambiental a que estes agricultores passarão a estar submetidos terá repercussões qualitativas e quantitativas apreciáveis no seu modo de produzir, implicando, em muitos casos, uma reconversão parcial ou total das anteriores práticas agrícolas.

Apesar de, em Portugal, a problemática da relação entre agricultura e ambiente ter sido, como vimos, mediada pelo sistema dominante de produção agrícola, aquando da aplicação das primeiras medidas de política agro-ambiental no país, e dos consequentes riscos associados a tal mediação, enunciados e discutidos noutra passo desta análise, novas perspectivas e novos temas emergem a partir daquela problemática, no que à agricultura e ao seu papel no desenvolvimento

do espaço rural dizem respeito. Acresce que a aplicação das referidas medidas, ao introduzir um novo conjunto de temáticas no campo do debate sobre o futuro da agricultura e dos espaços rurais, contribuiu para a actualização dos projectos sociais das duas confederações de agricultores, que estão entre os principais actores-chave para o êxito desta e de outras políticas pública dirigidas ao sector.

A partir do contexto criado pela primeira Reforma da PAC de 1992, em matéria de política agro-ambiental, e do seu aprofundamento que está subjacente à Agenda 2000 (a Reforma da Reforma da PAC), criam-se as condições necessárias, ainda que não suficientes, para a concretização de um processo de modernização ecológica da agricultura nacional, o qual poderá vir a ser encarado não só como uma das alternativas, mas, sobretudo, como vantagem comparativa da situação portuguesa, capaz de revalorizar economicamente as explorações agrícolas e, do mesmo passo, preservar o ambiente rural.

6.2. A Aplicação das Medidas Agro-ambientais: dois estudos de caso

6.2.1. Introdução

A reorientação da Reforma da PAC de 1992 no sentido de uma agricultura sustentável introduz uma nova dimensão na agricultura portuguesa.

A análise do processo de tradução e de aplicação das primeiras medidas de política agro-ambiental em Portugal pode concorrer para compreender a ligação que se virá a estabelecer entre a percepção da degradação do ambiente resultante da prática da actividade agrícola, sobretudo no que concerne a certas práticas agrícolas, e o debate social em torno das relações entre agricultura e sociedade. Por outro lado, a recente visibilidade social da importância das questões ambientais tem colocado novos desafios à análise da relação entre a sociedade e o ambiente biofísico a qual, no que à agricultura e ao espaço rural diz respeito, constitui um dos elementos-chave, nas actuais condições sociais e ecológicas, do processo de revalorização social do rural.

No contexto da Reforma da PAC de 1992, as Medidas Agro-Ambientais protagonizam uma nova forma de relacionamento entre a agricultura e a sociedade como um todo a qual se traduz por dois eixos fundamentais:

- 1) Instrumento de ordenamento do território e de defesa dos recursos naturais e paisagísticos;

2) Instrumento de controlo ambiental da agricultura intensiva, mediante a compatibilização de critérios económicos com critérios de sustentabilidade ecológica.

Se o primeiro eixo aponta para conferir aos agricultores o papel de “guardiões da natureza e da paisagem”, o segundo eixo confere-lhes o papel de produtores, cujo processo de produção terá em linha de conta a minimização ou a correcção dos efeitos poluentes da agricultura intensiva, modelo dominante resultante da anterior PAC e que encontrou (encontra) maior expressão nos países europeus mais desenvolvidos.

A introdução daquele tipo de medidas é, por outro lado, como vimos, indiciadora de regulamentação cujos dispositivos apresentam duas facetas: uma faceta ambiental, com objectivos explícitos de procura de uma articulação harmoniosa entre agricultura e ambiente; e, uma faceta agrícola, mais implícita, mas efectiva, a qual corresponde ao objectivo de redução dos excedentes agrícolas. O montante dos apoios financeiros acordados aos agricultores deriva directamente desta óptica, já que deve, em princípio, corresponder à compensação de uma perda de rendimento ligada a uma diminuição da produção.

Como vimos, a primeira “tradução” das Medidas Agro-Ambientais em Portugal consistiu em procurar dar, simultaneamente, conta da preservação do ambiente rural e de tendências demográficas e sociais problemáticas que afectavam parte significativa do espaço rural. Assim, as primeiras medidas dirigiram-se, essencialmente, à extensificação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos e à conservação dos recursos e da paisagem rurais.

Os dois estudos de caso que se seguem procuram, enquanto ilustrações, contribuir para a discussão e problematização de algumas das questões acima enunciadas, ao mesmo tempo que, espera-se, concorram para, apesar das suas limitações, designadamente no que diz respeito à possibilidade de generalização das respectivas conclusões, carrear alguns elementos das representações e atitudes económicas e ambientais dos agricultores implicados, bem como das respectivas motivações de adesão às medidas provenientes da aplicação da primeira política de agro-ambientalização da agricultura portuguesa.

O primeiro estudo de caso refere-se à aplicação das medidas relativas à extensificação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, tendo como referencial empírico os agricultores de duas sub-regiões: uma subregião de Trás-os-Montes e uma subregião do Alentejo. Trata-se de tomar como objecto de análise as representações, atitudes económicas e ambientais, relativamente às medidas, e os motivos de candidatura dos primeiros agricultores a concorrer à

primeira fase do programa agro-ambiental (quinquénio de 1994-1999) e, com base nessa análise, de elucidar alguns aspectos do papel daquele tipo de medidas enquanto instrumentos de ordenamento do território e de defesa dos recursos naturais e paisagísticos

O segundo estudo de caso, por seu turno, refere-se à aplicação das medidas relativas à redução do efeito poluente da agricultura intensiva e tem como referencial empírico os agricultores da Região do Oeste. Também aqui, trata-se de captar as representações, atitudes, motivações de candidatura às referidas medidas por parte dos primeiros agricultores (salvo no caso das candidaturas às medidas de apoio à agricultura biológica) do pacote de medidas agro-ambientais destinadas à reconversão dos sistemas agrícolas convencionais ou intensivos (quinquénio 1995 - 2000). Procurou-se, ainda, contribuir para elucidar alguns dos aspectos relativos ao controlo ambiental da agricultura intensiva, mediante a compatibilização de critérios económicos com critérios de sustentabilidade ecológica.

6.2.2. A Problemática da Agro-Ambientalização na Agricultura Tradicional e Extensiva

O estudo de caso tem por objectivo essencial analisar as percepções, as motivações e as atitudes dos agricultores candidatos ao designado grupo II das medidas agro-ambientais, as quais se destinam à extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais.⁷⁷

Como vimos, durante o primeiro ano de aplicação das medidas agro-ambientais, apenas se introduziram as medidas destinadas à preservação dos sistemas agrícolas tradicionais. Tal significou que foram as regiões do interior do país, onde o despovoamento e o conseqüente abandono da terra eram mais acentuados, as primeiras beneficiárias daquele tipo de medidas.

Com efeito, o espaço rural do Interior do país encontrava-se, à data da aplicação das medidas de política agro-ambiental oriundas da reforma da PAC (1992), com sérios problemas resultantes do êxodo agrícola e rural e do conseqüente abandono da terra. A população agrícola envelhecida praticava uma agricultura tradicional, com fraco nível de inserção mercantil quer a jusante, quer, por maioria de razão, a montante da produção.

⁷⁷ O estudo de caso foi realizado no âmbito de um projecto europeu sobre a política agro-ambiental coordenado por Karl Bruckmeier (ver Bruckmeier e Ehlert (eds.), 2002).

O quadro seguinte permite-nos comparar a evolução da população no Continente, na região do Norte Interior, na região do Alentejo e na região do Norte Litoral, durante o período de 1950 a 1991.

Quadro 6.2: Distribuição e Variação da População entre 1950-1991

Indicadores Populacionais	Continente	Norte Litoral	Norte Interior	Alentejo
Densidade Populacional em 1991 (por Km ²)	105	254	52	20
População Residente: variação entre 1950 e 1991 (em %)	+19	+35	-24	-32
População Residente: Variação entre 1981 e 1991 (em %)	+0.4	+4	-8	-7
População Residente em Meio Rural: Variação entre 1981 e 1991 (em %)	-8	-6	-11	-11
População Rural em % da População Total, em 1991	52	62	84	56
População Activa Agrícola em % do total da população activa, em 1981	30	20	51	52
População Activa Agrícola em % do total da população activa, em 1991	10	7	30	22
População Activa Agrícola em Percentagem da população	18	10	36	34

activa rural, em 1991				
-----------------------	--	--	--	--

Fonte: Baptista, 1995: 131.

Os dados relativos às regiões do Alentejo e do Norte Interior contrastam acentuadamente com os relativos à Região do Norte Litoral e do Continente. A SAU média das explorações agrícolas na Região do Alentejo é muito superior à das restantes regiões – 40.7 ha para 6.0 ha e 6.7 ha , na região de Trás-os-Montes e no Continente, respectivamente (Quadro 6.4). O quadro 6.3 fornece-nos, por seu turno, os dados relativos ao número de explorações no Alentejo e em Trás-os-Montes e a respectiva variação entre 1979 e 1989.

Quadro 6.3: Número de Explorações Agrícolas

Região	1979	1989	% de Variação
Continente	823 050	598 742	-27
Alentejo	46 612	47.049	+1
Trás-os-Montes	101 528	80 551	-21

Nota: Ver o que se disse atrás (Cap. 4) sobre os problemas de comparabilidade entre os Recenseamentos Agrícolas de 1979 e de 1989.

Fonte: INE, *Portugal Agrícola*, 1993.

Quadro 6.4: Distribuição da SAU por Tipos de Cultura

Regiões	SAU	Terra Arável	Culturas Permanentes	Pastagens	Family Plot
Continente	3 879 859 (100%)	2 330 365 (60.1%)	781 000 (20.1%)	736 651 (19.0%)	31 779 (0.8%)
Alentejo (% em relação ao Total do Continente)	1 842 187 (47.5%)	1 278 437 (54.9%)	169 039 (21.6%)	392 087 (53.2%)	2 561 (8.1%)
Trás-os-Montes (% em relação ao Total do	489 154 (12.6%)	222 027 (9.5%)	178 449 (22.8%)	80 685 (11.0%)	8 008 (25.2%)

Continente)					
-------------	--	--	--	--	--

Nota: *idem* do quadro anterior.

Fonte: INE, *Portugal Agrícola*, 1993.

As medidas em análise pretendem, como dissemos, preservar o ambiente natural e, ao mesmo tempo, mitigar os principais problemas resultantes das tendências demográficas e sociais problemáticas características das regiões do Interior do país. Assim que, numa primeira abordagem ao objecto empírico de análise tivéssemos seleccionado duas grandes regiões: a Região Agrária de Trás-os-Montes e a Região Agrária do Alentejo, ambas fortemente tocadas por problemas de êxodo agrícola e rural e pelo abandono da terra. Num segundo passo visando a delimitação do objecto empírico, foram, por seu turno, seleccionadas duas zonas em cada uma das regiões.

A opção por duas regiões, uma a norte e outra a sul do país, prendeu-se com o objectivo de ensaiar uma análise comparativa das eventuais diferenças entre si, no que concerne às representações e às atitudes dos respectivos agricultores relativamente às medidas, bem como aos motivos que os levaram a candidatar-se ao programa agro-ambiental. Para além disso, interessava-nos analisar as diferentes razões que teriam levado alguns agricultores a não aderir ao programa.

Para esse efeito, foram aplicados um total de 200 inquéritos por questionário, (ver exemplar do inquérito por questionário, Anexo C), durante a primavera de 1995.

Vale a pena insistir no interesse sociológico desta pesquisa. Com efeito, a análise das representações sociais, das atitudes e dos comportamentos dos agricultores, relativamente às Medidas Agro-Ambientais, constitui contributo indispensável não apenas para o conhecimento da sua posição relativamente às referidas medidas, como para a avaliação da adequação e do sucesso destas últimas aos contextos nacionais e regionais da respectiva aplicação.

Na Região Agrária de Trás-os-Montes candidataram-se às medidas um total de 12 405 agricultores (IEADR, 1994), enquanto na Região Agrária do Alentejo apenas se candidataram um total de 1 036 agricultores (IEADR, 1994). Em relação ao número total de agricultores de cada uma das regiões, os candidatos às Medidas Agro-Ambientais representavam 15.4% e 2.2% em Trás-os-Montes e no Alentejo, respectivamente.

A diferente difusão e disponibilização da informação sobre estas medidas, por parte das autoridades locais, bem como o facto de Trás-os-Montes ter sido a região à qual o programa agro-ambiental atribuiu maior número de medidas, explicará, pelo menos em parte, o desfasamento entre o número total de agricultores e o número total de candidatos, particularmente acentuado no caso da Região Alentejo.

O processo de selecção dos inquiridos envolveu três passos:

- 1) Selecção de dois concelhos em cada uma das regiões. No Alentejo, dado o pequeno número de agricultores candidatos às medidas, seleccionámos os dois concelhos com maior número de candidatos. Apenas dois concelhos registavam mais de 100 agricultores candidatos: o concelho de Nisa que registava 197 candidatos e o concelho de Portalegre que registava 135 candidatos. Em Trás-os-Montes, 26 concelhos registavam mais de 100 agricultores candidatos às medidas, apresentando um deles mais de 1000 agricultores candidatos. Foram, então, seleccionados os concelhos de Montalegre (com 1 822 candidaturas) e de Alfandega da Fé, quarto concelho em termos de número de agricultores candidatos e, simultaneamente, um dos concelhos ao qual se destinou o maior número daquele tipo de Medidas Agro-Ambientais;
- 2) Selecção para cada um dos quatro concelhos de duas freguesias que apresentassem maior número de candidatos (8 freguesias no total). Tendo surgido dificuldades em encontrar agricultores não candidatos em algumas das freguesias seleccionadas, estendemos, nesses casos, a inquirição a freguesias contíguas.
- 3) Finalmente, com base na lista de candidatos fornecida pelo Instituto de Estruturas Agrárias e do Desenvolvimento Rural (IEADR), foi seleccionada uma amostra constituída por 70 agricultores candidatos e 30 agricultores não candidatos para cada uma das regiões agrárias.

Foram, então, inquiridos um total de 140 agricultores candidatos ao primeiro conjunto de medidas agro-ambientais introduzidas no país e um total de 60 agricultores não candidatos. O processo de candidatura às referidas medidas teve início em Novembro de 1994. Findo o período de realização do trabalho de campo, os agricultores não tinham sido, ainda, informados sobre o resultado da respectiva candidatura, o que significa que, na primavera de 1995, os inquiridos

permaneciam candidatos às medidas. Um segundo período de candidatura ocorreu nos inícios de 1995 e um terceiro um pouco mais tarde.

Caracterização Sociográfica dos Inquiridos

Começamos por carrear alguns elementos de caracterização sociográfica sumária dos agricultores candidatos às Medidas Agro-Ambientais. Dos 140 agricultores inquiridos, a grande maioria são homens (86%), têm mais de 50 anos de idade (70%) e possuem pouca ou nenhuma educação formal. Acresce que 86% são casados, têm dois ou três filhos - 44% e 12%, respectivamente - e herdaram a exploração agrícola dos pais (46%) ou dos sogros (21%).

Do ponto de vista da dimensão física das respectivas explorações agrícolas, verifica-se que cerca de 58% são chefes de uma exploração agrícola de muito pequena (até 4 ha) ou de pequena dimensão (de 5 a 20 ha); estão instalados, há mais de 10 anos (75% do total); cerca de 47% do total pratica regularmente o pousio; cerca de 29% do total exerce outra actividade remunerada fora da exploração agrícola; por fim, cerca de 47% declara não ter sucessor para a exploração agrícola.

Em síntese, os dados sociodemográficos dos agricultores revelam tratar-se de um grupo razoavelmente homogêneo. Com efeito, os dados não indicam diferenças significativas entre as duas regiões no que respeita às características sócio-demográficas dos agricultores candidatos às medidas. Mais de 70% do total dos agricultores têm uma idade superior a 50 anos; em Trás-os-Montes a percentagem de agricultores com mais de 50 anos atinge os 56% e no Alentejo os 85%, revelando assim, este último caso, um mais acentuado processo de envelhecimento.

Os dados analisados apontam, ainda, para um número significativo de agricultores que trabalham menos de 20 ha. Constatam-se, no entanto, a existência de uma percentagem mais elevada de explorações agrícolas de média dimensão em Trás-os-Montes (43.9% contra 15.3%, no Alentejo). Apesar da Região do Alentejo, proporcionalmente, apresentar um número mais elevado de agricultores com mais de 200 ha (representados em 13.3% do total da amostra) terão sido os muito pequenos e os pequenos agricultores os que, nesta fase, mais se candidataram às medidas relativas à manutenção e preservação de práticas agrícolas tradicionais extensivas.

Quadro 6.5: Número de Explorações Agrícolas por Classes de Área (SAU)

Classes de dimensão (ha)	Total	%	Alentejo	%	Trás-os-Montes	%
Muito pequenas (0 a 4 ha)	55	28.1	39	39.8	16	16.3
Pequenas (4 a 20 ha)	66	33.7	31	31.6	35	35.7
Médias (20 a 200 ha)	58	29.6	15	15.3	43	43.9
Grandes (+ de 200 ha)	17	8.7	13	13.3	4	4.1
Total	196	100.0	98	100.0	98	100.0

Fonte: Inquérito por Questionário

A esmagadora maioria dos agricultores inquiridos não contrata assalariados permanentes (91% dos agricultores, em ambas as regiões). São os agricultores de Trás-os-Montes os que maior recurso fazem ao trabalho assalariado sazonal. As explorações agrícolas são explorações predominantemente familiares: em 89% dos casos, entre um a três membros da família trabalha na exploração e em 26.3% dos casos, o chefe da exploração agrícola é o único membro activo na exploração.

Em geral, o nível de mecanização das explorações é baixo: mais de 60% delas (mais precisamente, 61.5%) não possuem tractor. Por outro lado, 74% dos agricultores consagram mais de 50% do seu tempo de trabalho à exploração agrícola, enquanto que cerca de 24% lhe consagram menos de 50% do tempo. Estamos, portanto, sobretudo, perante agricultores a tempo inteiro.

A divulgação da informação relativa às medidas ficou a cargo das delegações regionais do Ministério da Agricultura (as designadas Zonas Agrárias), variando muito os seus resultados de Zona Agrária para Zona Agrária. No caso das freguesias seleccionadas em Trás-os-Montes, a informação, em larga medida, circulou informalmente entre os agricultores. Daí que quase todos os agricultores se tenham candidatado às medidas. Todavia, tal não significou que os agricultores tivessem tido cabal conhecimento dos respectivos objectivos específicos. Esta questão é de particular importância e deve constituir fonte de reflexão e de ponderação para quaisquer programas destinados aos agricultores.

A informação sobre as medidas agro-ambientais no Alentejo, pelo contrário, não foi suficientemente disseminada, revelando insuficiente difusão do programa, o que levou a que alguns agricultores não conhecessem as respectivas condições de elegibilidade.

Dos 30 agricultores não candidatos, entrevistados no Alentejo, 56% declarou conhecer a existência das medidas, enquanto que 44% a não conhecia. Muitos deles afirmaram que a principal razão para não ter aderido ao programa agro-ambiental foi a falta de informação sobre o mesmo. A principal razão evocada pelos que, tendo tido conhecimento da sua existência, a elas se não candidataram teve a ver com as dificuldades burocráticas no preenchimento dos formulários de candidatura. A segunda razão referida para a não candidatura teve, por sua vez, a ver com considerações de ordem económica. Invocaram considerar o montante dos subsídios demasiado baixo ou terem receado os constrangimentos à respectiva actividade produtiva, por elas impostos. Todavia, mais de metade dos que não se candidataram, alegando falta de informação, referiu que se a tivessem tido, ter-se-iam candidatado.

Com efeito, é legítimo colocar a hipótese de que se tivesse sido fornecida aos agricultores, clara e atempadamente, informação sobre as medidas e se lhes tivesse sido providenciada ajuda na elaboração das candidaturas, a maior parte deles ter-se-ia candidatado. A declaração, por parte de muitos dos não candidatos, de que, num futuro tão próximo quanto possível, tencionavam vir a aderir às medidas, não faz mais do que confirmar tal hipótese.

Segundo os dados fornecidos pelo IEADR, em 1994, a medida relativa aos sistemas de cultivo tradicionais mistos – medida que foi aplicada apenas às regiões do Norte e do Centro do país – foi a que, no total, maior número de candidaturas registou (15 509), seguida pela medida relativa ao olival tradicional (12 176 candidaturas) e à preservação das raças autóctones em vias de extinção (10 215 candidaturas e 37 245 cabeças). Todas estas medidas se dirigem aos sistemas

agrícolas tradicionais, não requerendo alterações significativas no processo de produção. A medida relativa à protecção das raças autóctones destina-se a explorações agrícolas detentoras de, no máximo, 1.4 cabeças por ha. Esta medida, a par de outras relativas à extensificação da produção, visa encorajar a extensificação da produção pecuária, apoiando a produção em pequena escala.

Os dados totais para o país do número de candidaturas dão-nos a dimensão global do impacto inicial das medidas sem, no entanto, nos fornecerem informação sobre as motivações de adesão ao programa agro-ambiental, por parte dos agricultores.

Percepções e Atitudes Relativas às Medidas e ao Ambiente

A exploração dos dados relativos à questão da relação entre agricultura e ambiente, obtidos através do inquérito por questionário, tendo como contexto a aplicação das medidas em análise, indicia uma leitura, por parte dos agricultores inquiridos, consentânea com a forma como o programa lhes foi apresentado. Assim, a esmagadora maioria dos agricultores vê as Medidas Agro-Ambientais como um programa de apoio à agricultura, enquanto apenas 10% as percebe como um programa de protecção ambiental. Com efeito, a relação entre a preservação de práticas agrícolas tradicionais, a mitigação do êxodo agrícola e rural e o abandono da terra e a preservação do ambiente não foi claramente explicitada aos agricultores por parte das autoridades competentes na matéria.

Quando inquiridos sobre os sectores de actividade económica que causam maiores problemas ambientais ao nível da região onde habitam, 34.1% dos agricultores declaram não existir qualquer sector responsável por danos daquela natureza; 17.4% identificam o sector da indústria e 16.7% os transportes e as vias de comunicação. O sector agrícola é identificado como causador dos principais problemas ambientais, apenas por 10% dos agricultores.

Por sua vez, quando inquiridos sobre os principais problemas ambientais causados pela agricultura, 21.5% referem a poluição da água, 16.5% a destruição ou erosão do solo e 11.5% a redução do número de espécies animais e a destruição da flora. Apenas, 4.5% dos agricultores enunciam a destruição da paisagem enquanto um problema ambiental provocado pela agricultura. Os dados trabalhados revelam, também, que 34% dos agricultores não conhecem as razões pelas quais a agricultura é causadora de problemas ambientais e 20.5% alega ter delas insuficiente conhecimento. Quando confrontados com a questão relativa às entidades que devem

responsabilizar-se pela resolução de tais problemas, mais de metade (50.8%) refere dever ser o Estado, enquanto poucos (17.1%) atribuem tal responsabilidade aos próprios agricultores.

Das Medidas aos Motivos de Candidatura

Do total das 18 medidas agro-ambientais⁷⁸, oferecidas no primeiro ano de aplicação do programa, apenas 12 se aplicavam às regiões em causa.

Em média, cada agricultor de Trás-os-Montes candidatou-se a cerca de duas medidas, enquanto que no Alentejo cada agricultor se candidatou apenas a uma. A maior diversificação da produção agrícola em Trás-os-Montes está patente no maior número de medidas a que os agricultores se candidataram, enquanto que, no Alentejo, uma estrutura produtiva menos diversificada se traduz na significativa adesão à medida de apoio ao olival tradicional.

A medida relativa ao olival tradicional foi, de longe, a que mais candidaturas granjeou – 44.4% do número total de candidaturas. Com efeito, através da análise dos sistemas de cultivo dos agricultores inquiridos, conclui-se que 41.4% deles têm no olival a sua produção dominante – mais de 50% da SAU.

O número de candidaturas relativas ao fomento da agricultura biológica e à conservação e protecção da paisagem foi irrisório – 1% e 0.5%, respectivamente.

O olival tradicional caracteriza-se por ser uma forma extensiva de produção que utiliza pouco fertilizantes e pesticidas e que requer pouca mecanização e pouco volume de trabalho. As condições de elegibilidade à medida respeitante ao olival tradicional implicam “uma área mínima de 0.5 ha de olival; o olival deve ter uma densidade mínima de 40 árvores por ha; quando consorciado, deve constituir, pelo menos, 80% do povoamento; os olivais [devem estar] implantados há mais de 20 anos” (IEADR, 1994: 40). Os compromissos assumidos pelos agricultores implicam, por sua vez, a manutenção, durante 5 anos, do olival “em boas condições de exploração”, a “não [utilização de] herbicidas e fitofarmacêuticos, excepto em casos excepcionais devidamente aconselhados pelo Sistema de Avisos” e a manutenção “em bom estado de conservação [dos] muretes e muros de suporte, caso existam” (IEADR, 1994: 40).

⁷⁸As restantes referem-se ao apoio à agricultura biológica; à formação profissional e a sistemas de produção específicos, característicos de certas regiões, a saber: o figueiral de Torres Novas, as vinhas do Douro, os pomares tradicionais do Algarve e o sobreiral da Beira Interior e do Alentejo.

O montante do subsídio aumenta na proporção da dimensão da exploração e da existência de muretes. Esta medida era aplicável às áreas de Trás-os-Montes, Beira Interior, certas regiões do Ribatejo e Oeste e ao norte do Alentejo onde o olival tradicional desempenha um importante papel na preservação da paisagem.

A medida mais contemplada a seguir ao olival tradicional, ainda que a uma distância significativa deste, foi a relativa ao amendoal, com 11.2% do número total de candidaturas. Esta medida contemplava os agricultores de Trás-os-Montes que tivessem um mínimo de 0.5 ha de amendoal e, pelo menos, 70 árvores por ha. A terceira e a quarta medidas a apresentar maior número de candidaturas foram as relativas à protecção dos lameiros e à produção de forragem em moldes extensivos, representando, cada uma delas, 8.8% do total das candidaturas.

Quadro 6.6 : Número e Percentagem de Candidaturas às Medidas Agro-Ambientais

Tipo de medida	Número total	%	Alentejo (%)	Trás-os-Montes (%)
Agricultura biológica	2.	1.0	0	1.5
Sistemas mistos de cultura	16	7.8	0	12.1
Cereal extensivo	11	5.4	4.1	6.1
Lameiros	18	8.8	-	13.6
Forragem extensiva	18	8.8	12.3	6.8
Olival tradicional	91	44.4	74.0	28.0
Fruteiras de variedade regional	5	2.4	0	3.8
Amendoal tradicional	23	11.2	0	17.4
Preservação de Raças autóctenes	11	5.4	0	8.3
Manutenção de áreas florestais em áreas agrícolas	7	3.4	6.8	1.5
Preservação de arvoredos em áreas de interesse biológico	2	1.0	1.4	0.9
Manutenção da exploração agrícola em áreas florestais	1	0.5	1.4	0
Total	205	100.0	100.0	100.0

Fonte: Inquérito por Questionário

Analisemos, agora, os motivos subjacentes às candidaturas por parte dos agricultores em causa, já que, relativamente a cada medida, o agricultor devia apresentar a razão pela qual se candidatava. Assim se explica que o número total de respostas relativamente a esta questão tenha sido de 205 e não de 140. Relembre-se que em Trás-os-Montes, cada agricultor se candidatou, em média, a cerca de duas medidas, enquanto que no Alentejo, cada agricultor se candidatou, apenas, a uma única medida.

Os motivos de candidatura foram agrupados em três ordens de razões: razões económicas, razões ambientais e razões de preservação ou de manutenção da exploração agrícola.

Quadro 6.7: Motivos de Candidatura às Medidas Agro-Ambientais

Tipo de Motivos	Total das Duas Regiões (Números Absolutos)	Percentagem	Alentejo (Números Absolutos)	Percentagem	Trás-os-Montes (Números Absolutos)	Percentagem
Económicos	131	63.3	46	60.5	85	64.9
Ambientais	5	2.4	0	0.0	5	3.8
Preservação Manutenção da exploração	57	27.5	16	21.1	41	31.3
Não Sabe	14	6.8	14	18.4	0	0.0
TOTAL	207	100.0	76	100.0	131	100.0

Fonte: Inquérito por Questionário

A maior parte dos candidatos (63.3%) aponta razões de ordem económica para a candidatura às medidas. Incluem-se nesta categoria respostas como a redução de custos, o rendimento adicional proporcionado pelas medidas e o montante das ajudas. Os resultados não diferem muito de uma região para a outra. Os motivos classificados como de preservação ou manutenção da exploração agrícola representam 27.5% do total das respostas. Os motivos ambientais apenas têm expressão em Trás-os-Montes, representando, todavia, apenas, 2.4% do total das respostas. Por sua vez, a opção de resposta “não sabe” obteve 6.8% do total, localizando-se, na sua totalidade, na região do Alentejo.

A análise dos motivos de candidatura reforça as conclusões apresentadas aquando da análise das percepções e das atitudes dos agricultores em relação às medidas. Por outras palavras, a motivação económica destaca-se, seguida da motivação preservação ou manutenção da exploração agrícola. A motivação ambiental está praticamente ausente.

Todavia, se agregarmos os motivos ambientais aos da preservação ou manutenção da exploração agrícola, cerca de 30% das candidaturas apresentam um perfil motivacional que parece indiciar a presença de algumas preocupações ambientais quer explicitamente (2.4% do total), quer implicitamente, a título de preservação ou de manutenção de práticas agrícolas tradicionais (27.5% do total).

Caracterizem-se, por fim, do ponto de vista sociográfico, os agricultores segundo o tipo de motivações associadas às respectivas candidaturas. Dos 62 agricultores que declararam motivações de ordem económica, cerca de 37% tem 65 e mais anos; mais de metade (51.2%) possui o nível básico de escolaridade; em 58.5% dos casos são chefes de uma exploração agrícola de muito pequena ou pequena dimensão física; a maioria deles encontra-se instalado há mais de 10 anos (75.6%, mais exactamente); 37.5% pratica regularmente o pousio. Por fim, 40% vende 50% ou mais da sua produção vegetal e/ou animal; 36.6% exerce outra actividade remunerada fora da exploração e 43.9% declara não ter sucessor para a respectiva exploração agrícola.

Os dados relativos aos resultados práticos esperados pela aplicação do programa (Quadro 6.8), permitem concluir pela importância que os agricultores atribuem aos resultados económicos, mas também pela existência de expectativas de muito curto prazo. Com efeito, do total dos agricultores, 25.4% espera obter como resultado prático a manutenção da respectiva exploração agrícola a curto prazo, 23.9% a redução dos respectivos custos de produção e 18.8% um rendimento adicional por tempo limitado.

A importância relativa assumida quer pela questão da manutenção da exploração agrícola a curto prazo, quer pela questão do rendimento adicional por um período de tempo limitado aponta, inequivocamente, para o tipo de expectativas referidas. Tendo, como vimos, o programa sido percebido, por grande parte dos agricultores, tão só, como a atribuição de mais um subsídio à agricultura, neste caso por um período limitado de tempo, então não será de esperar que, a mais longo prazo, os agricultores em causa articulem, por si sós, o futuro das respectivas práticas agrícolas com considerações de ordem ambiental.

Quadro 6.8: Resultados Práticos Esperados da Aplicação do Programa

Resultados Práticos	Número de respostas	%
Manutenção da exploração agrícola a curto prazo	35	25.4
Redução dos custos de produção	33	23.9
Rendimento adicional por um período de tempo limitado	26	18.8
Manutenção da exploração agrícola a longo prazo	18	13.0
Experimentação	8	5.8
Conversão de práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente	6	4.3
Estabilidade económica	1	0.7
Outras respostas	6	4.3
Não sabe	5	3.6

Fonte: Inquérito por Questionário

Quando inquiridos sobre os principais problemas com que se confrontam, os agricultores referem os problemas económicos. Com efeito, para estes agricultores, os principais problemas ligados à prática da agricultura na região são os baixos preços obtidos aquando da venda dos respectivos produtos (32.8% do total das respostas), seguidos pelos elevados custos de produção (23.6%) e pelo êxodo rural (22.6%). A comparação regional revela que o problema do êxodo rural é particularmente sentido em Trás-os-Montes (26 casos contra 9 casos no Alentejo).

As respostas à questão relativa ao tipo de mudanças operadas na exploração agrícola nos últimos três anos revelam, por outro lado, que 83.5% dos agricultores não aumentaram a produção durante o referido período; 93% não introduziram novas técnicas produtivas e 79% não tomaram quaisquer decisões no que concerne à respectiva exploração agrícola. Tais resultados apontam, inequivocamente, para uma agricultura pouco ou nada dinâmica.

Em contrapartida, a maioria dos agricultores (65.5%) manifesta a intenção de proceder a mudanças na exploração agrícola, enquanto 34.5% não planeia proceder a quaisquer mudanças. Todavia, tais mudanças estão, em grande medida, relacionadas com a manutenção do uso da terra. Por outras palavras, os planos futuros para as explorações agrícolas são, fundamentalmente, identificados com a continuação das mesmas práticas agrícolas (60.9%), seguidos de planos de modernização e intensificação (15.2%) e de planos para aumentar a área da exploração (9.1%). A maioria dos agricultores não tenciona alterar as práticas agrícolas desenvolvidas até então. Os próprios planos de manutenção de tais práticas parecem depender da criação de condições económicas viáveis para o futuro da produção agrícola na respectiva região.

Com efeito, quando inquiridos sobre as condições que consideram ser necessárias para, no futuro, manter as respectivas explorações agrícolas, 37.8% refere a existência de preços garantidos, 22.4% o aumento do nível de rendimento e 13.8% a criação de novas perspectivas para a agricultura. Cerca de 12% enunciam melhores condições de trabalho.

Mais de metade destes agricultores (51.3%) identificam a agricultura tradicional como a mais ecológica, como ambientalmente benigna. Identificando a agricultura tradicional como um tipo particular de agricultura ecológica, consideram as respectivas práticas agrícolas compatíveis com o ambiente. Esta noção da compatibilidade entre agricultura e ambiente sai reforçada quando os agricultores inquiridos identificam a exploração agrícola familiar tradicional como o modelo ideal de uma agricultura sustentável. Dito isto, não é certo que estes agricultores venham a internalizar o seu potencial papel na preservação do ambiente rural, designadamente através do cumprimento da função de guardiões da natureza.

O contexto sócio-económico da agricultura familiar tradicional, acima descrito, deve ser tido em conta quando se discute a questão das novas funções a desempenhar por este tipo de agricultura. Quando se pediu aos agricultores para identificarem as possíveis novas funções a atribuir à agricultura, muitos deles foram incapazes de identificar tais funções, cerca de um quarto identificou a protecção da natureza e da paisagem, alguns, poucos, continuam a associar o futuro da agricultura com a intensificação das práticas agrícolas.

O reconhecimento do potencial papel dos agricultores na manutenção e na preservação do ambiente e da sociedade rural exige não só uma política de preservação dos sistemas agrícolas tradicionais, como também uma política de apoio às dimensões sociais e culturais dessa sociedade. Só a existência de uma política concertada que contemple aquelas duas dimensões

permitirá o exercício consistente da multifuncionalidade da agricultura e do rural, enquanto uma das estratégias possíveis de desenvolvimento rural sustentável.

Notas Finais

Os dados trabalhados revelam similitudes consideráveis entre as duas regiões no que concerne às características sócio-demográficas, à dimensão das explorações agrícolas e aos respectivos sistemas produtivos. Tal facto não é de estranhar, uma vez que as diferenças regionais existentes entre Trás-os-Montes e o Alentejo se esbatem quando estão em causa os candidatos às medidas relativas à manutenção de práticas agrícolas tradicionais extensivas.

A decisão de candidatura às medidas é claramente motivada por preocupações relacionadas com a manutenção da exploração agrícola. As condições de elegibilidade às medidas não são, como vimos, especialmente restritivas, e por isso não requerem mudanças significativas nas anteriores práticas agrícolas. As principais preocupações manifestadas pelos agricultores, no que ao futuro das respectivas explorações agrícolas diz respeito, são preocupações económicas, designadamente as relacionadas com o mercado.

Verifica-se a existência de atitudes ambientais embrionárias, as quais se associam, sobretudo, à questão da preservação da exploração. Tais atitudes poderão vir a ser potencialmente favoráveis à conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, relativamente à qual os agricultores desempenham uma função primordial.

Tendo por objectivo a preservação dos sistemas agrícolas tradicionais, a aplicação deste tipo de medidas agro-ambientais pode, efectivamente, vir a contribuir para a manutenção da sociedade rural e, por essa via, para a manutenção da ruralidade. Todavia, ir para além da ruralidade existente nas regiões em causa requer apoios complementares aos que são concedidos por aquelas medidas.

Com efeito, a nova ruralidade equaciona o espaço rural como um espaço de actividades multifuncionais e, nesse sentido, também a agricultura pode vir a beneficiar de uma política concertada que apoie outras actividades produtivas, designadamente as que contemplem a preservação do ambiente. Cada vez mais se reconhece à ruralidade um importante papel na articulação entre preocupações ambientais, preservação da agricultura tradicional e conservação da paisagem rural.

Os apoios financeiros propiciados pelas medidas agro-ambientais em análise têm por duração um período de 5 anos, durante os quais o agricultor se compromete a manter as práticas agrícolas às quais aquelas se destinam. Para os agricultores, trata-se, fundamentalmente, de manter tais práticas agrícolas. Em contrapartida, o objectivo político que se pretende alcançar com estas medidas, após o seu termo contratual, não é claro: trata-se de contribuir para manter a curto prazo as referidas práticas agrícolas ou, pelo contrário, são esperados resultados mais duradouros e sustentáveis da aplicação das medidas agro-ambientais em causa?

A este respeito, duas questões fundamentais emergem. Em primeiro lugar, importa saber se a decisão de, numa primeira fase, aplicar as medidas agro-ambientais à agricultura tradicional extensiva, uma agricultura tendencialmente marginal, produzirá efeitos positivos na urgente e necessária construção de uma nova imagem do espaço rural do Interior do país.

Estas medidas, como vimos, parecem conter outras expectativas, para além das relativas à manutenção e preservação da agricultura tradicional. Manter e preservar a agricultura tradicional constitui, em nossa opinião, um passo em direcção à recuperação da sociedade rural. Todavia, a valorização do rural articula-se, cada vez mais, com a construção de uma nova ruralidade, a qual, por seu turno, implica articular a manutenção de sistemas de agricultura tradicional com a participação activa, pessoal e social, dos agricultores na vida comunitária, bem como na manifestação de atitudes e práticas indiciadoras de uma preocupação com a conservação da natureza.

Em segundo lugar, importa igualmente saber se os potenciais benefícios ambientais, resultantes da manutenção dos sistemas de produção agrícola tradicionais, serão, por si só, capazes de contribuir para o surgimento de um discurso agro-ambiental gerado pelos problemas específicos da agricultura e do espaço rural portugueses e não pelos problemas colocados pela agricultura dos países do Norte e do Centro da Europa.

Com efeito, a discussão em torno da aplicação das primeiras medidas de política agro-ambiental em Portugal contribui para actualizar o debate sobre o futuro da agricultura e da sociedade rural. A protecção da agricultura e, por consequência, do ambiente rural, nas regiões alvo da análise, implicará atribuir à agricultura tradicional um papel que lhe permita transformar-se numa base consistente para a prática da multifuncionalidade, através, designadamente, mas não só, do preenchimento de novos papéis e de novas funções por parte dos agricultores, tais como o de guardiões da natureza e de protectores da paisagem. A atribuição de um papel marginal a este

tipo de agricultura em nada concorrerá para a preservação do ambiente em zonas, como é o caso, afectadas por processos de despovoamento e de desertificação.

6.2.3. A Problemática da Agro-Ambientalização na Agricultura Intensiva

O objectivo central deste segundo estudo empírico foi o de analisar o processo de introdução da problemática ambiental na agricultura portuguesa através da análise das representações, atitudes e práticas relativamente aos problemas ambientais causados pela actividade agrícola, por parte de agricultores que desenvolviam práticas agrícolas de tipo intensivo. Através de tal análise, procurou-se antever quer as resistências, quer o potencial de mudança que o processo de aplicação das Medidas Agro-Ambientais transporta para a reconversão e a estruturação ambiental do espaço agrícola e rural português.

A pesquisa empírica realizou-se na Sub-Região Agrária do Oeste - uma das sub-regiões da Região Agrária do Ribatejo e Oeste – onde a agricultura intensiva tem maior expressão e, simultaneamente, apresenta alguma diversidade de lógicas produtivas. Os eixos condutores da pesquisa foram os seguintes:

- 1) Sistemas produtivos e respostas (adaptativas ou estratégicas) dos agricultores face às questões agro-ambientais;
- 2) Motivações de adesão ao programa agro-ambiental;
- 3) Adesão à problemática agro-ambiental.

O objectivo central de uma linha de investigação que assente na análise do processo de aplicação das medidas agro-ambientais destinadas à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva será o de procurar contribuir para balizar as frentes teóricas e metodológicas necessárias à análise e à problematização do processo de concretização e de desenvolvimento futuro de sistemas agrícolas alternativos. O mesmo é dizer que é necessário inventariar e problematizar, com recurso ao património da sociologia rural (e da sociologia da agricultura) e ao capital da sociologia do ambiente, os elementos centrais do que podemos designar por uma sociologia da agricultura sustentável, resultante da modernização ecológica da agricultura intensiva.

Tal posição terá, por conseguinte, de procurar “conectar” alguns dos temas e problemas substantivos das teorias da modernização ecológica da produção agrícola com o acervo teórico da sociologia rural (e da sociologia da agricultura) e da mais recente sociologia do ambiente.

Privilegiar-se-á, então, a discussão da emergência de questões ambientais nas estratégias dos agricultores, através da análise das respectivas motivações de adesão à candidatura às medidas agro-ambientais, bem como das suas representações e percepções acerca dos problemas ambientais causados pelas práticas agrícolas que desenvolvem. Esta última questão será trabalhada tentando relacionar sistemas produtivos com formas de representação da natureza e do ambiente.

Hipótese central é a de que o processo de reconversão de práticas agrícolas convencionais para práticas agrícolas alternativas depende, em muito, da percepção que os agricultores tenham, ou venham a ter, do equilíbrio entre custos e benefícios económicos e custos e benefícios profissionais, resultantes da concretização de tais práticas.

Com efeito, os agricultores podem equacionar uma “estratégia defensiva” negando a sua contribuição para os problemas agro-ambientais. Mas podem, por outro lado, definir uma “estratégia de modernização ecológica” interiorizando e racionalizando a visibilidade social das questões ambientais, com vista a minimizar os custos relativos à utilização de *inputs* de origem industrial (como é, sobretudo, o caso das práticas alternativas da protecção integrada e da produção integrada) e, do mesmo passo, construir/adquirir uma nova identidade profissional relativamente aos agricultores tradicionais e/ou convencionais, ou, ainda, nalguns casos, aos próprios agricultores biológicos.

Questões Metodológicas

Tendo em conta os objectivos da pesquisa, impõe-se que explicitemos, ainda que sumariamente, a metodologia utilizada. Assim, e numa primeira fase, a principal preocupação foi a de realizar aproximações sucessivas ao objecto de estudo, definindo-o e contextualizando-o progressivamente. Tal movimento de delimitação implicou, antes de mais, a recolha de material que se subdividiu em dois grandes grupos: o grupo da recolha documental e o grupo da recolha empírica.

Ao nível da recolha documental desenvolvemos dois tipos de pesquisa:

a) Uma pesquisa bibliográfica, que visou em primeiro lugar enquadrar e perspectivar sociologicamente o objecto de estudo, relacionando-o com processos e dinâmicas mais gerais e macro-sociais, como sejam a crítica a um modelo de desenvolvimento produtivista e a concomitante emergência de um conjunto de preocupações ambientais. Nesta linha, tornou-se

indispensável um suporte bibliográfico que desse conta das tendências históricas da agricultura e do espaço rural (europeu e português) desde o período do segundo pós-guerra até ao cenário de visibilidade social das questões ambientais.

b) Uma pesquisa de legislação, que para além de corroborar e ilustrar alguns dos processos já identificados, aquando da pesquisa bibliográfica, valerá também pela forma como nos permite ver cristalizadas as acções políticas que visam regulamentar as práticas agrícolas.

A recolha empírica, por sua vez, assentou na realização de entrevistas junto de informadores privilegiados e de contactos com actores-chave. Tais entrevistas tiveram como objectivo contribuir para a definição do objecto de estudo e para a delimitação do campo analítico. A prazo, tais entrevistas revelaram-se fundamentais para a preparação do inquérito a aplicar junto dos agricultores.

Os dados relativos às candidaturas às Medidas Agro-Ambientais foram obtidos junto da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) e incluem, apenas, as candidaturas aprovadas, com pagamento da primeira tranche dos correspondentes subsídios. Dado que o número de candidatos sofria constante actualização e que o ano de candidatura nem sempre coincidia com o ano de pagamento das ajudas, estabeleceu-se um critério para a definição dos candidatos a inquirir. Fixou-se, então, que inquiriríamos os candidatos a quem tinham sido pagas as primeiras ajudas, através do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), até 31 de Dezembro de 1997. Desta forma, privilegiaram-se os candidatos com um vínculo efectivo ao programa agro-ambiental

Delimitação do Universo Empírico de Análise

Dado que a pesquisa se enquadra na problemática da relação entre a prática de uma agricultura convencional e o ambiente, ela terá tanto mais interesse quanto mais intensiva, sob o ponto de vista agrícola, for a região em análise. Daí termos seleccionado a agricultura presente na região do Ribatejo e Oeste como objecto empírico do estudo. Com efeito, os problemas ambientais originados pela agricultura têm maior impacte nas regiões de forte intensificação agrícola, como é o caso desta região.

A testemunhar a forte modernização económica do sector agrícola operada na região do Ribatejo e Oeste, está, para além dos dados fornecidos pelas estatísticas oficiais os quais a colocam, sob este ponto de vista, numa posição cimeira relativamente a outras regiões de agricultura

intensiva⁷⁹, a elevada percentagem de fundos estruturais de apoio à agricultura portuguesa que foram canalizados para esta região entre 1988 e 1991.

No que concerne às ajudas ao investimento agrícola, foram transferidos para aquela região, entre 1988 e 1991, 22,1% do total dos apoios financeiros, assim repartidos: 22,6%, no âmbito do Regulamento CEE nº 2328/91, e 19%, no âmbito do Regulamento CEE nº 3828/85 (PEDAP). Quanto às ajudas aos investimentos agro-industriais, enquadradas no âmbito do Regulamento CEE nº 866/90, para a região do Ribatejo e Oeste foram canalizados 31,4% do total dos respectivos incentivos financeiros⁸⁰.

Mediante a análise dos dados fornecidos pela DGDR, constatou-se que na Sub-região Agrária do Oeste o número total de candidaturas, respectiva área e montantes financeiros representava 81%, 83% e 90%, respectivamente, do número total de candidaturas, respectiva área e montantes financeiros da Região Agrária do Ribatejo e Oeste.

Delimitámos, então, o universo empírico de análise à Sub-região do Oeste, a qual abrange as Zonas Agrárias do Alto Oeste e do Baixo Oeste. A primeira Zona Agrária engloba os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche, e a segunda, os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Tomou-se o número total de candidatos existentes entre 1994 e 1997. O total de candidaturas, com pagamentos efectuados, na Sub-região do Oeste, durante aquele período, foi de 191: 16 relativas à Luta Química Aconselhada (LQA), 165 à Protecção Integrada (PtI), 5 à Produção Integrada (PdI) e 5 à Agricultura Biológica (AB).

⁷⁹ Veja-se, por exemplo, os indicadores relativos à importância da região no total da produção agrícola nacional. A título de exemplo, refiram-se os seguintes: cerca de 85%, 50% e 35% da produção de pêra, de pêssego e de maçã, respectivamente, provêm desta região.

⁸⁰ Para melhor avaliar o peso desta região, relativamente às restantes regiões do país, no que à alocação, em geral, dos fundos estruturais diz respeito, veja-se Avillez, (1992). Geraldes (1994). Este último autor, reportando-se à aplicação dos fundos estruturais, refere que, no período entre 1986 e 31 de Agosto de 1993, foram canalizadas só para esta região 23,6% das ajudas inseridas no Regulamento CEE nº 797/85 e no Regulamento CEE nº 2328/91 (que substituiu aquele); 14% das ajudas provenientes do Regulamento CEE nº 3828/85 e 28,9% dos apoios no âmbito do Regulamento CEE nº 355/73 e do Regulamento CEE nº 866/90 (que substituiu aquele). Tais resultados evidenciam que, ainda que num período mais alargado, os valores relativos às ajudas sócio-estruturais pouco se diferenciam dos avançados por Avillez. (1992).

Tomadas estas opções, relativamente à delimitação do objecto empírico, foram estabelecidos contactos com a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), organismo do Ministério da Agricultura que, na altura, tutelava as Medidas Agro-Ambientais, no sentido de obter a listagem, com os respectivos contactos, do total dos candidatos obedecendo aos requisitos atrás enunciados.

Não tendo a DGDR facultado os referidos contactos, apesar de se tratar de candidaturas a um programa público, argumentando que os contratos celebrados entre os agricultores candidatos às Medidas Agro-Ambientais e a DGDR eram confidenciais⁸¹, recorreu-se a outra via – a das associações agrícolas locais - com vista a obter a referida listagem de agricultores. Havendo prévio conhecimento de que para os agricultores concorrerem a duas das medidas em análise – a da Protecção Integrada e a da Produção Integrada - tinham de estar vinculados a uma associação agrícola, era previsível que estas associações possuissem os dados pretendidos. Embora, relativamente às restantes medidas – a Luta Química Aconselhada e a Agricultura Biológica - aquele requisito não fosse obrigatório, eram também as associações agrícolas locais que, na maioria dos casos, formalizavam as respectivas candidaturas.

Após a inventariação exaustiva de todas as associações e cooperativas agrícolas locais que tinham, entre os seus associados, candidatos às medidas agro-ambientais, estas foram contactadas a fim de facultar os respectivos contactos. Das 10 associações contactadas, apenas uma, a Associação de Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS), remeteu o assunto para a DGDR, excusando-se, assim, a fornecer os contactos dos respectivos candidatos. Porém, de um total de 65 candidaturas apresentadas pela APAS, 15 correspondiam a agricultores membros de uma outra associação (FRUTUS), a qual nos forneceu os respectivos contactos. Tratava-se de candidaturas

⁸¹ Como alternativa, a DGDR propôs que se formulasse um documento, explicitando os intuitos do estudo e apelando à colaboração dos agricultores no fornecimento dos seus próprios contactos. Tal documento seria enviada aos agricultores pela DGDR, ficando-se a aguardar o posterior fornecimento das respectivas moradas. Esta proposta revelar-se-ia pouco ou nada eficaz. Em primeiro lugar, refira-se que o referido documento foi aprovado pela DGDR cerca de três meses depois, não obstante terem sido responsáveis da referida Direcção Geral a sugerir a sua elaboração. Em segundo lugar, dada a especificidade da população alvo - agricultores - à já de si previsível baixa taxa de envio dos contactos, acresceria o facto de o tempo de envio ser, também ele, previsivelmente longo.

às medidas relativas à protecção Integrada e à Produção Integrada de agricultores membros da FRUTUS, mas apresentadas através da APAS.

Quadro 6.9: Total de candidaturas ao Grupo I das Medidas Agro-Ambientais no Oeste pagas pelo IFADAP até 19/08/97 e registadas através das associações agrícolas locais

Medidas	Pagas até 19/08/97	Registadas p/associações
	Nº	Nº
Luta Química Aconselhada	16	15
Protecção Integrada	202	154
Produção Integrada	13	11
Agricultura Biológica	5	5
Total	236	185

Fonte: DGDR e Associações Agrícolas Locais

Confrontando os dados obtidos, por via das associações e das cooperativas de agricultores, com os dados oficiais actualizados provenientes da DGDR (Quadro 6.9), conclui-se que estes se aproximam. A diferença mais expressiva regista-se no número de candidatos à Protecção Integrada, o que se explica pela ausência dos contactos dos membros da APAS. Assim que, dos 185 agricultores candidatos registados através das associações agrícolas, apenas tenha sido possível inquirir 142.

Como se pode verificar (Quadro 6.9), a grande maioria dos candidatos registados através das respectivas associações e cooperativas agrícolas aderiu à Protecção Integrada (154), havendo apenas a assinalar 15 que aderiram às medidas relativas à Luta Química Aconselhada, 11 à Produção Integrada e 5 à Agricultura Biológica.

Relativamente aos candidatos à medida Fruteiras de Variedade Regional (uma das medidas contempladas no 2º grupo e não no 1º grupo das Medidas Agro-Ambientais), a não obtenção das listagens via DGDR comprometeu, de certa forma, a sua inquirição ainda que, como planeámos, através de um processo de amostragem. Embora os candidatos àquele tipo de medida tenham como denominador comum, com os candidatos às medidas do grupo I, o facto de todos eles serem fruticultores - daí o interesse da sua inclusão na amostra - apenas se obtiveram os contactos de 20 desses candidatos, num total de cerca de 250. Os contactos destes agricultores foram também obtidos através das associações agrícolas locais.

Quadro 6.10: Distribuição do número de candidatos por medidas e por associações agrícolas

Associações	LQA	Pt I	Pd I
AATV	15	-	-
AVA	-	46	-
AVAPI	-	46	-
COOPQUER	-	27	-
FRUBAÇA	-	-	10
FRUTOESTE	-	22	-
FRUTUS / APAS	-	13	1
Total	15	154	11

AVA - Associação dos Viticultores de Alenquer;

AVAPI - Associação de Valorização Agrícola em Produção Integrada (Alcobaça);

COOPQUER - Cooperativa Agrícola de Alenquer, CRL;

FRUBAÇA - Cooperativa de Hortofruticultores, CRL (Alcobaça);

FRUTOESTE - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL (Torres Vedras);

FRUTUS / APAS - FRUTUS, CRL / Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (Cadaval).

Fontes: AATV - Associação de Agricultores de Torres Vedras;

O quadro anterior fornece a repartição dos candidatos a inquirir, por tipo de medida e por associação de agricultores. Note-se que os contactos dos 5 candidatos à medida relativa ao apoio à Agricultura Biológica não foram obtidos por intermédio das associações de agricultores, daí que não constem do quadro. Ao abrigo do Regulamento CE nº 2092/91, o qual antecede o Regulamento CE nº 2078/92 e engloba a Agricultura Biológica, os agricultores praticantes deste tipo de agricultura têm de estar devidamente certificados para poder comercializar os seus produtos. Assim sendo, as listagens dos agricultores biológicos certificados são públicas. Foi por esta via que obtivemos os contactos do total dos agricultores biológicos, tendo-se, posteriormente, abordado os que tinham aderido à medida relativa à Agricultura Biológica, no âmbito das Medidas Agro-Ambientais.

Quadro 6.11: Distribuição das candidaturas na Sub-região do Oeste pagas pelo IFADAP até 19/08/97 e registadas através das associações agrícolas locais, por tipo de medidas e por concelhos

Concelhos	LQA		Pt I		Pd I		AB	
	1*	2*	1*	2*	1*	2*	1*	2*
Alcobaça	-	-	22	12	3	10	-	-
Alenquer	-	-	22	65	-	-	-	-
Arr. dos Vinhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Bombarral	-	-	28	6	3	-	-	-
Cadaval	-	-	70	11	4	1	-	-
Cal. da Rainha	-	-	27	9	1	-	-	-
Lourinhã	-	-	4	-	1	-	1	1
Mafra	1	-	7	2	-	-	3	3
Nazaré	-	-	-	-	1	-	-	-
Óbidos	-	-	9	13	-	-	-	-
Peniche	-	-	1	-	-	-	-	-
So. Mte Agraço	-	-	-	-	-	-	1	-
Torres Vedras	15	15	12	24	-	-	-	1
Grande Lisboa	-	-	-	12	-	-	-	-
Total	16	15	202	154	13	11	5	5

1* Candidaturas pagas pelo IFADAP até 19/08/97 (Fonte: DGDR)

2* Candidaturas pagas pelo IFADAP até 31/12/97 (Fonte: Associações Agrícolas Locais)

Fontes: DGDR, Associações Agrícolas Locais

No que concerne à localização dos candidatos por tipo de medidas e por concelhos (ver Quadro 6.11), verifica-se existir algum desfasamento entre os dados oficiais provenientes da DGDR e os recolhidos através das associações e das cooperativas agrícolas. Tal deve-se ao facto de os dados obtidos por via das associações e das cooperativas agrícolas se reportarem à localização

residencial dos candidatos, ao contrário do que acontece com os dados da DGDR, os quais se referem à localização das respectivas explorações agrícolas.⁸²

Princípios e Normas dos Modelos Agrícolas Alternativos

Segundo a «definição adoptada pela OILB / SROP⁸³ em 1973, a Protecção Integrada (PtI) é um processo de luta contra os organismos nocivos utilizando um conjunto de métodos que satisfaçam as exigências económicas, ecológicas e toxicológicas e dando carácter prioritário às acções fomentando a limitação natural dos inimigos das culturas e respeitando os níveis económicos de ataque» (Amaro, 1988:11). A PtI exige, antes de mais, que se proceda à estimativa do risco, isto é, à observação atenta e contínua das culturas de modo a detectar os seus potenciais inimigos e a avaliar, através da intensidade do seu ataque, os possíveis estragos ou prejuízos que aqueles possam causar.

Para efectuar tal estimativa têm de ser tomados em consideração aspectos qualitativos como o estado do tempo, o vigor da cultura, a presença de auxiliares⁸⁴, entre outros, os quais poderão condicionar a agressividade do inimigo da respectiva cultura. Quando a intervenção se torna indispensável, recorre-se a técnicas de luta biológica, biotécnica ou cultural.

No caso da luta biológica, a redução das populações inimigas das culturas obtém-se “através da utilização de substâncias naturais⁸⁵ ou de síntese [...] que agem negativamente sobre certas funções vitais [dos] organismos nocivos»; no caso da luta cultural, mediante “práticas culturais tendentes a reduzir a população dos inimigos das culturas por acção directa [...] ou indirecta” (Amaro e Baggiolini, 1982: 261-262).

⁸² A título de exemplo, veja-se o número de candidatos residentes na Grande Lisboa, cujas explorações se situam no Oeste. Por outro lado, o facto de apenas dispormos dos contactos de um pequeno número de candidatos associados da APAS (situada no concelho do Cadaval) explica o diferencial entre o número de candidaturas, obtidas através das referidas fontes, observado nos concelhos do Cadaval, do Bombarral, das Caldas da Rainha e de Alcobaça. Estes concelhos coincidem, justamente, com a área de apoio técnico da APAS.

⁸³ Organização Internacional de Luta Biológica / Secção Regional Oeste Paleártica.

⁸⁴ «Organismo antagonista, com actividade predadora, parasitóide ou patogénica de organismos inimigos das culturas» (Amaro e Baggiolini, 1982:258).

⁸⁵ As hormonas, as feromonas, as substâncias esterilizantes e os fago-inibidores, por exemplo.

Em síntese, a PtI exige a observância de quatro aspectos cruciais: “(i) é importante manter-se uma vigilância permanente das culturas para se poder diagnosticar atempadamente a presença de potenciais inimigos dessas mesmas culturas; (ii) deve ter-se em conta o princípio da tolerância, permitindo que as populações de inimigos das culturas se aceitem até que o nível económico de ataque não seja atingido; (iii) quando se intervém só em última instância se deve recorrer à luta química, privilegiando-se sempre a luta biológica, a luta cultural, a luta biotécnica e/ou as variedades resistentes; (iv) quando é indispensável recorrer a produtos fitofarmacêuticos devem seleccionar-se aqueles que forem menos agressivos, tanto para os auxiliares das culturas como para o homem quer no que respeita à sua aplicação, quer no que respeita à presença de resíduos nos produtos alimentares” Amaro 1988: 15).

A adesão do agricultor à PtI não se processa numa base de ruptura com as práticas da agricultura convencional. Uma tal adesão efectua-se através do desencadeamento de um ciclo evolutivo de transposição de sucessivas etapas, as quais se iniciam na luta química cega. Esta etapa é caracterizada pela utilização indiscriminada dos pesticidas mais eficazes, segundo esquemas de tratamentos fixos e previamente definidos. A tomada de decisão, por parte do agricultor, relativamente à realização dos tratamentos é condicionada, essencialmente, pelas empresas de produtos químicos, nomeadamente através dos respectivos técnicos. Nesta fase, apenas as razões de carácter toxicológico (destruição dos organismos inimigos das culturas, mediante a utilização de produtos químicos de elevada toxicidade, daí a eficácia, momentânea, dos mesmos) assumem real importância. Esta fórmula corresponde ao exercício de práticas agrícolas convencionais ou intensivas.

A segunda etapa, a Luta Química Aconselhada (LQA), baseia as intervenções do agricultor em sistemas de avisos, os quais limitam o emprego dos pesticidas aos períodos em que haja maiores probabilidades de ocorrência de estados sensíveis, ou seja, aos períodos em que o ataque dos organismos prejudiciais às culturas seja mais previsível. É nesta etapa que tem início uma ponderação entre preocupações de cariz ecológico e de cariz económico, visto que o número de tratamentos com pesticidas decresce. Tanto na luta química cega como na luta química aconselhada, a articulação dos tratamentos a realizar com o tipo de culturas é praticamente inexistente. A decisão do agricultor não se prende com a visualização objectiva das respectivas culturas, mas, fundamentalmente, com sistemas semi-rígidos exógenos.

A terceira etapa, a luta dirigida, é, por sua vez, a primeira etapa da PtI. Aí são reforçadas as preocupações de natureza económica e de natureza ecológica. Na luta dirigida, os pesticidas são utilizados, apenas, quando se alcança o nível económico de ataque, isto é, no momento em que os prejuízos originados pelos inimigos das culturas são superiores aos custos dos tratamentos a efectuar. Quando tal acontece, a escolha dos pesticidas recai sobre os que são menos tóxicos e que têm menores repercussões ecológicas nos organismos auxiliares, responsáveis pela limitação natural dos infestantes.

A última etapa, a PtI, além de se apoiar nos métodos da luta dirigida, tem por finalidade limitar ao máximo a luta química, recorrendo para tal aos vários meios de protecção contra os organismos nocivos das culturas, a saber: os biológicos, os biotécnicos, os genéticos e os culturais. As questões de carácter económico, ecológico e toxicológico assumem uma importância acrescida quer porque o número de tratamentos se reduz de forma muito expressiva, quer porque é maior a sua eficácia.

A Produção Integrada (PdI), por seu turno, além de seguir os princípios e normas da PtI, contempla também o processo relativo às fertilizações e à aplicação de diferentes métodos culturais, tais como técnicas de plantação, modos de condução da cultura e tipos de mobilizações do solo.

Dado o elevado nível de exigências técnicas e de conhecimentos que a PtI requer, tal prática agrícola pressupõe que os agricultores tenham formação adequada para o efeito e, simultaneamente, beneficiem de acompanhamento por parte de técnicos credenciados.

É precisamente atendendo a este necessário enquadramento técnico que, em 1995, o Decreto-Lei 180/95 de 26 de Julho passa a reger a PtI, para além da PdI e da LQA. Tomando por base os já referidos princípios e normas que orientam a PtI e a PdI, aquele Decreto-Lei estipulou que fossem constituídas organizações de agricultores, com um mínimo de dez associados e o compromisso de manter a respectiva actividade por um período mínimo de cinco anos, a fim de fomentar aquele tipo de práticas agrícolas.

Segundo o mesmo Decreto-Lei, os agricultores devem assinalar as suas acções nos cadernos de campo, nos quais registam os dados relativos às parcelas em PtI, PdI ou LQA, designadamente: superfície, produtos fitofarmacêuticos aplicados, observações realizadas no campo relativamente a pragas, doenças e organismos auxiliares, outros tratamentos e intervenções. Todos estes dados devem ser facultados aos técnicos, assim como se lhes deve dar livre acesso às culturas a fim de

poderem efectuar a colheita de amostras de folhas, frutos ou outros órgãos vegetativos para análise, designadamente da presença de resíduos químicos.

Por seu turno, são obrigações das associações elaborar os cadernos de campo nos termos em que os mesmos são elaborados pelos agricultores e promover, durante o primeiro ano, um curso de formação para os respectivos associados, bem como cursos de actualização, nos anos seguintes. Estas associações devem ainda fomentar a aplicação das técnicas da PtI e da PdI, prestar assistência técnica aos associados e promover a comercialização dos respectivos produtos.

Só mediante o preenchimento daqueles requisitos, por parte das associações, é que os respectivos agricultores associados se poderão candidatar aos incentivos financeiros concedidos à prática da PtI e da PdI, no âmbito das Medidas Agro-Ambientais.

Contextualização e Caracterização dos Candidatos às Medidas Agro-Ambientais

Como já referimos, a análise das motivações de adesão às Medidas Agro-Ambientais e das representações ambientais dos agricultores constituiu o objectivo primeiro do estudo, enquanto questão central para uma primeira avaliação do respectivo processo de adesão ao programa agro-ambiental.

Começamos por esboçar alguns elementos de caracterização sociográfica dos agricultores inquiridos, por relação aos agricultores da Região Agrária do Ribatejo e Oeste e aos agricultores da Sub-Região Agrária do Oeste.

Os dados estatísticos utilizados para a selecção dos indicadores de caracterização das explorações agrícolas foram os publicados pelo INE, em 1997, no Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA). Contudo, estes dados estão apenas disponíveis para a Região Agrária do Ribatejo e Oeste. Para a Sub-Região Agrária do Oeste apenas se encontravam disponíveis os dados do Recenseamento Geral Agrícola (RGA), os quais se reportam a 1989.

Os agricultores inquiridos foram, recorde-se, os candidatos ao primeiro grupo das Medidas Agro-Ambientais na Sub-Região Agrária do Oeste. A medida relativa à PtI registou 95,1% do total das candidaturas às quatro medidas do referido grupo das Medidas Agro-Ambientais. A esta medida, candidataram-se 128 inquiridos enquanto primeira candidatura e 7 enquanto segunda candidatura. Os agricultores inquiridos são, na sua quase totalidade (90,8%), do sexo masculino; a grande maioria é chefe da respectiva exploração agrícola (83,8%); há a registar, no entanto, alguns filhos dos chefes de exploração (13 casos - 9,2%) e alguns cônjuges do chefe de exploração (10 casos -

7%), estes últimos constituídos, maioritariamente, por mulheres. Cerca de 90% destes agricultores são casados ou vivem em união de facto. O local de residência dos 142 inquiridos reparte-se por 13 concelhos: 47 residem em Alenquer, 20 em Alcobaça, 14 em Torres Vedras, 11 em Lisboa, 11 em Óbidos, 10 nas Caldas da Rainha, 8 em Mafra, 8 no Cadaval, 6 no Bombarral, 4 em Porto de Mós. Os restantes três residem na Amadora, Cascais e Vila Franca de Xira. A esmagadora maioria reside próximo das respectivas explorações agrícolas (90,2%).

A idade dos inquiridos situa-se entre os 21 e os 85 anos, sendo a média de idades de 52,3 anos. A maioria dos agricultores tem mais de 45 anos de idade; o escalão etário dos 55 aos 64 anos regista mais de 1/4 do total dos inquiridos (26,1%).

Comparando estes dados com os referentes ao contexto regional, verifica-se que a média de idades dos agricultores inquiridos é inferior à média de idades dos agricultores da Região Agrária do Ribatejo e Oeste e dos agricultores da Sub-região Agrária do Oeste. No caso dos primeiros, o escalão etário que regista maior número de inquiridos é o escalão dos 25 e os 44 anos; enquanto que no caso dos agricultores da Região e da Sub-região Agrárias, é no escalão dos 45 ou mais anos que se regista maior número de agricultores.

No que respeita ao grau de instrução, as diferenças são, ainda, mais expressivas. Os chefes das explorações agrícolas situadas na Região Agrária do Ribatejo e Oeste detêm um baixo nível de escolaridade - 43% do total não possui qualquer grau de instrução e cerca de 47% apenas detem o ensino primário (1º Ciclo do Ensino Básico); no caso dos agricultores da Sub-Região Agrária do Oeste os respectivos valores são muito similares aos da Região Agrária no seu conjunto. Quanto aos inquiridos, apenas as percentagens referentes aos detentores do 1º ciclo do ensino básico são sensivelmente iguais às referentes aos agricultores da região. Os candidatos sem qualquer nível de escolaridade representam, apenas, 3,5% do total. Mais de 1/4 deles detem níveis de instrução superiores ao actual ensino básico. Destaque-se, por fim, a elevada expressão de inquiridos com ensino médio ou superior completo (16,2%).

A formação profissional agrícola dos produtores quer da região do Ribatejo e Oeste, quer da sub-região do Oeste, é, na sua quase totalidade, exclusivamente prática (mais de 90% do total); os agricultores detentores de formação profissional elementar (cursos de jovens empresários agrícolas, cursos monográficos, etc.) e de formação profissional completa (cursos agrícolas de dois ou mais anos, efectuados em estabelecimentos de vertente agrícola) representam,

respectivamente, apenas, 5,8% e 0,5% do total dos agricultores da região do Ribatejo e Oeste e 1,6% e 0,3% dos agricultores da Sub-região do Oeste.

No que respeita aos agricultores inquiridos, destaque-se o facto de apenas 22% do total não ter qualquer tipo de formação profissional. O número de agricultores com formação profissional elementar e com formação profissional completa aumenta de forma bastante expressiva, quando comparado com o dos agricultores da Região e da Sub-região Agrárias em idêntica posição, situando-se nos cerca de 68% e de 10% do total, respectivamente. Realce-se ainda que, do número total dos agricultores que detêm formação profissional, 51% frequentou mais do que um curso profissional ligado à agricultura, 23,2% possui 2 cursos (26 casos), 13,4% tem 3 cursos (15), 8% frequentou 4 cursos (9) e 6,3%, 5 cursos (7).

De entre os inquiridos que frequentaram um ou mais cursos profissionais, destaca-se o número dos que frequentaram o Curso de Protecção Integrada (83,9% do total); 71,1% do total dos praticantes da PtI estão nessa situação. Recorde-se que os candidatos àquela medida têm, obrigatoriamente, de frequentar o referido curso, no decorrer do primeiro ano da respectiva candidatura. Ainda assim, dos 135 candidatos à PtI, 39 responderam não o ter, ainda, frequentado, enquanto 13 se tinham candidatado às medidas, há menos de um ano.

O Curso de Jovem Empresário Agrícola surge em segundo lugar - 22,5% dos inquiridos referiram tê-lo frequentado (32 casos). Com efeito, só para a Região Agrária do Ribatejo e Oeste, no seu todo, foram canalizadas cerca 1/4 das ajudas totais, no âmbito do Regulamento nº 797/85 e do Regulamento nº 2328/91 (que veio substituir o primeiro). Estes regulamentos enquadraram os programas de apoio à instalação de jovens agricultores, destinando-se a agricultores com menos de 40 anos de idade que viessem a frequentar o referido curso.

Seguem-se, com posições muito próximas, o Curso Monográfico de Podas e o Curso Monográfico de Fruticultura. O primeiro curso foi frequentado por 17,6% dos inquiridos (25 casos) e o segundo por 13,4% (19). Tal explica-se pelo facto de grande parte destes agricultores praticar a fruticultura.

Dado que a esmagadora maioria dos inquiridos é candidata às medidas referentes à PtI ou à PdI, as quais, como vimos, implicam a pertença do agricultor a uma associação agrícola de fomento deste tipo de práticas agrícolas, quase todos eles são membros de, pelo menos, uma associação de agricultores. Apenas 8 inquiridos (5 candidatos à LQA e 3 à AB) não pertencem a associações, ainda que recorram a apoio técnico delas proveniente. Cerca de metade dos inquiridos é membro

de duas ou mais associações agrícolas (33,1% são membros de duas associações e 12,7% de três associações).

As associações mais referidas foram, como não podia deixar de ser, as dedicadas à promoção da PtI. Assim, a Associação para a Valorização Agrícola da Produção Integrada (AVAPI) congregou 33,1% dos inquiridos; a Associação de Viticultores de Alenquer (AVA) 26,1%; a Coopquer 16,9%; a Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena (APAS) 12,7%; a Frutoeste e a Associação de Agricultores da Região de Alcobaça (AARA) 8,5% cada; a Associação de Agricultores da Região de Torres Vedras (AATV) 6,3% e a Frubaça 4,9%. A grande maioria destas associações fomenta apenas práticas de PtI, como é o caso da AVAPI, AVA, Coopquer, APAS, Frutoeste e Frubaça; a APAS e a Frubaça fornecem, ainda, apoio à PdI. A AATV é a única que apoia os agricultores que se candidataram à medida relativa à LQA. De todas as referidas associações, apenas a AARA não fornece apoio a práticas agrícolas alternativas. Dos 3 inquiridos que se candidataram à AB, 2 estão integrados numa associação que dinamiza a AB: um na Agrobio e o outro na URZE – Agricultura Biológica.

Em síntese, conclui-se que os agricultores em análise são, regra geral, mais jovens, detêm níveis de escolaridade mais altos e fazem mais recurso à formação profissional agrícola do que a maior parte dos agricultores convencionais.

Em 1997, segundo o IEEA, o número de explorações agrícolas existentes na Região Agrária do Ribatejo e Oeste e na Sub-região Agrária do Oeste era de 99.938 e de 39.896, respectivamente, às quais, por seu turno, correspondia uma área total de 684.217 ha e de 145.464 ha, respectivamente. A área média das explorações era, então, de 10,8 ha na Região Agrária do Ribatejo e Oeste e de 3,6 ha na Sub-região Agrária do Oeste.

A Região Agrária do Ribatejo e Oeste, particularmente a Sub-região do Ribatejo, encontra-se numa zona de transição da pequena para a grande exploração do Sul. Em contrapartida, na Sub-região Agrária do Oeste predominam as explorações de menor dimensão. Se nos reportarmos apenas à SAU, a dimensão média das explorações agrícolas diminui para os 7,7 ha na Região Agrária do Ribatejo e Oeste e para os 2,9 ha na Sub-região Agrária do Oeste. Em média, tanto na Região Agrária como na Sub-região, cada exploração agrícola está repartida por 4 blocos, possuindo cada bloco uma área média de 1,9 ha e de 0,7 ha, respectivamente. No caso dos agricultores inquiridos, a superfície total por exploração é de 27 ha e a SAU de 18,7 ha, em média.

As explorações agrícolas detentoras de classes de área inferiores a 5 ha representavam 76.9% do número total de explorações na Região Agrária do Ribatejo e Oeste e 85,9% na Sub-região Agrária do Oeste, às quais correspondiam 44,2% e 20,1% da área total, respectivamente. Refira-se, ainda, que, na Sub-região Agrária do Oeste, a percentagem do número de explorações agrícolas sem terra é de 1,2% do total, facto que reflecte a importância relativa assumida, neste caso, pela pecuária intensiva.

Por seu vez, as explorações agrícolas detentoras de classes de área com mais de 5 ha tinham um peso pouco expressivo, representando 23,1% do número total das explorações agrícolas da Região do Ribatejo e Oeste e 14,1% do número total das explorações agrícolas da Sub-região do Oeste. A grande maioria das explorações localizava-se na classe dos 5 aos 20 ha. Note-se, finalmente, que na Região do Ribatejo e Oeste as explorações com mais de 50 ha representavam, somente, 1,5% do total, mas cerca de 50% da superfície agrícola útil (SAU).

No que respeita aos agricultores inquiridos, o número de explorações agrícolas com menos de 5 ha representa 21,1% do número total de explorações e 2,6% da SAU total; cerca de 10% dos inquiridos detêm explorações acima dos 50 ha, as quais correspondem a metade do total da SAU. Pouco menos de metade dos inquiridos (45,1%) tem explorações com áreas situadas entre os 5 e os 20 ha, as quais, por sua vez, correspondem a 20% do total da SAU, aproximadamente.

A esmagadora maioria dos agricultores da Sub-região do Oeste não recorre a qualquer tipo de contabilidade organizada (91%). Apenas cerca de 4% tem contabilidade organizada. Na Região Agrária do Ribatejo e Oeste a situação é relativamente análoga. No que respeita aos agricultores inquiridos, o cenário é diametralmente oposto: 2/3 dos inquiridos possuem contabilidade organizada. Ainda assim, a percentagem dos que não recorrem a qualquer tipo de contabilidade situa-se nos 34,5%.

Na Região Agrária do Ribatejo e Oeste, cerca de 41% da SAU é ocupada por culturas temporárias e 38% por culturas permanentes. A restante SAU está em pousio, é terra limpa ou está sob-coberto de matas/florestas (5%, 4% e 9%, respectivamente). Do conjunto das culturas temporárias destacam-se os cereais, nomeadamente o milho, o trigo e o arroz (41% da SAU), as culturas forrageiras anuais (28% da SAU) e as culturas hortícolas (15% da SAU). Aproximadamente 24.000 explorações produzem produtos hortícolas. Refira-se ser na Região Agrária do Ribatejo e Oeste que se localiza mais de metade da área hortícola nacional. No que respeita às culturas permanentes, são de destacar a cultura da vinha, do olival e de frutos frescos

as quais representam, respectivamente, 46%, 28% e 23% do total da área dedicada àquele tipo de culturas.

Na Sub-região do Oeste, as principais culturas permanentes são os frutos frescos (61% do número total das explorações e 44.5% do total da área dedicada a este tipo de culturas na Região Agrária) e a vinha (cerca de 50% do número total das explorações e 37% do total da área dedicada a este tipo de cultura na Região Agrária).

No caso dos agricultores inquiridos, de um total de 3.838 ha, 2.649 ha são constituídos por SAU (69,1%) e 1.168 ha por superfície florestal (30,4%). A maior parte da superfície florestal pertence às grandes explorações. A superfície agrícola não utilizável é de, apenas, 20 ha (0,5%).

Cerca de 3/4 do total da SAU é dedicada a culturas permanentes: à fruticultura corresponde 44.7%, à viticultura 28.9% e ao olival 0.3%. As culturas temporárias representam, somente, 7,8% da SAU e são, sobretudo, constituídas por cereais (3,6% da SAU), forragem (2,9% da SAU), horticultura (1,2% da SAU) e viveiros de plantas de fruto (0,1% da SAU). O pousio e/ou a terra limpa assumem 18,3% da SAU total (486 ha).

No que se refere à comercialização da produção, está-se perante uma região fortemente integrada nos circuitos de mercado. Mais de 3/4 dos fruticultores e dos viticultores da Região Agrária do Ribatejo e Oeste comercializam uma percentagem superior a 75% das suas produções. Se nos reportarmos à Sub-região do Oeste, cerca de 90% dos fruticultores e dos viticultores comercializam aquela percentagem ou mais das respectivas produções.

O número de agricultores inquiridos que comercializa mais de 75% da produção de frutos frescos e de uva para vinho é superior à média da sub-região do Oeste. A quase totalidade dos inquiridos que se dedicam à fruticultura e/ou à viticultura comercializa cerca de 95% ou mais das respectivas produções.

Em síntese, todos os agricultores inquiridos são membros de uma associação, sendo que a maioria está associada a mais do que uma organização de agricultores. Em 48% dos casos, os rendimentos do agregado familiar provêm exclusivamente da exploração e em 79% dos casos a agricultura é a actividade principal. A totalidade dos inquiridos comercializa praticamente 100% da produção vitícola ou frutícola. As explorações agrícolas são, em média, de maior dimensão do que as dos agricultores da região, estando bastante mecanizadas. Com efeito, cerca de metade delas possui dois ou mais tractores e, aproximadamente, 50% possui um ou dois motocultivadores/motoenxadas. Cerca de 66% dos agricultores têm contabilidade organizada. Por

fim, nos últimos 10 anos, 90% dos inquiridos fizeram investimentos de vária ordem na exploração agrícola; 56% já tinham beneficiado de outros programas subsidiados pela UE.

Dos 142 inquiridos, 133 candidataram-se apenas a uma das medidas e os restantes 9 a duas. No total, foram elaborados 151 processos de candidatura, dos quais 135 (95.1% dos casos) se referem à PtI; 5 à LQA; 5 às Fruteiras de Variedade Regional; 3 à PdI e 3 à AB. Não só o número de candidatos à PtI é esmagador, como alguns dos candidatos às restantes medidas são já, eles próprios, praticantes da PtI.

Quadro 6.12: Número de candidaturas às Medidas Agro-Ambientais

Medidas Agro-Ambientais	Nº	% Candidaturas	% Inquiridos
LUTA QUÍMICA ACONSELHADA (LQA)	5	3,3	3,5
PROTECÇÃO INTEGRADA (PTI)	135	89,4	95,1
PRODUÇÃO INTEGRADA (PdI)	3	2,0	2,1
AGRICULTURA BIOLÓGICA (AB)	3	2,0	2,1
FRUTEIRAS DE VARIEDADE REGIONAL (FVR)	5	3,3	3,5
TOTAL	151	100	106,3*

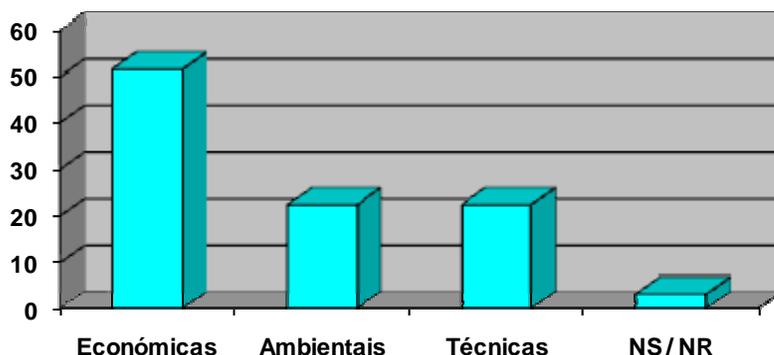
* Pelo facto de os 142 inquiridos se terem candidatado a 151 processos no âmbito das medidas agro-ambientais, as percentagens não somam 100%.

Fonte: Inquérito por Questionário

Motivações de Adesão às Medidas Agro-Ambientais

Passemos, agora, à análise das motivações de adesão às respectivas medidas, por parte dos agricultores. Para o efeito, agregaram-se as motivações apresentadas segundo três grandes lógicas dominantes, que são de tipo económico, de tipo ambiental e de tipo técnico.

Gráfico 6.1: LÓGICA DOMINANTE DAS MOTIVAÇÕES DE ADESÃO ÀS MEDIDAS



Fonte: Inquérito por Questionário

As motivações económicas foram, de longe, as mais referidas, envolvendo mais de metade dos inquiridos (51,6%). Os restantes inquiridos repartiram-se, de igual modo, pelas motivações de cariz ambiental e pelas motivações de cariz técnico (22,5%, em ambos os casos) (ver Gráfico 6.1).

Quadro 6.13: MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS DE ADESÃO ÀS MEDIDAS

MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS	Nº	%
DIMINUIR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO	34	22,5
RENDIMENTO ADICIONAL PROVENIENTE DAS AJUDAS	16	10,6
VALORIZAÇÃO FUTURA DOS PRODUTOS NO MERCADO	2	1,3
MONTANTE DAS AJUDAS	26	17,2
TOTAL	78	51,6
NR / NS	5	3,3

Fonte: Inquérito por Questionário

De entre as motivações económicas de adesão às medidas (Quadro 6.13), a diminuição dos custos de produção foi a que obteve maior número de respostas (1/4 do total). Relembre-se que a grande

vantagem, do ponto de vista económico, da PtI e da PdI, por relação à agricultura convencional, é, justamente, a da redução significativa do custo dos factores de produção, proporcionada por aquelas práticas.

Tendo sido a esmagadora maioria dos agricultores inquiridos candidatada a uma das práticas agrícolas (95,1% à PtI e 2,1% à PdI), não surpreende o valor assumido pela motivação “diminuição dos custos de produção”, enquanto factor de adesão às medidas. Adiante-se, desde já, que a quase totalidade dos inquiridos que se candidatou às medidas relativas ao apoio à protecção integrada e à produção integrada admitiu que, com a concretização das referidas práticas agrícolas, diminuiu o número de tratamentos fitossanitários efectuados até então. Segundo aqueles agricultores, o número de tratamentos realizados após a prática da PtI e da PdI foi, em média, de menos 32.5%. Com efeito, o número de tratamentos fitofarmacêuticos anteriormente efectuados era, em média, de 12,5 por época produtiva, passando a ser, após a adesão à PtI e/ou à PdI, de 8,5.

O montante das ajudas foi o motivo evocado por 17,2% dos inquiridos. Por outras palavras, para cerca de 1/5 dos agricultores, o referido montante terá sido equacionado como contribuindo para minimizar o risco inerente à reconversão das respectivas práticas agrícolas.

Segundo o relatório da *Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico das Medidas Agro-Ambientais* (DGDR, 1997), a ajuda média por ha, entre o período de 1994-1996, foi de 5 mil escudos para a LQA, 31 mil escudos para a AB, 77 mil escudos para a PtI e 99 mil escudos para a PdI. A ajuda média por contrato, relativa ao mesmo período, foi, por sua vez, de 37 mil escudos para os candidatos à LQA, 602 mil escudos para os candidatos à PtI, 1.133 mil escudos para os praticantes da PdI e 1.430 mil escudos para os candidatos à AB. O montante das ajudas terá, assim, constituído, para alguns agricultores, uma não negligenciável razão para a candidatura às referidas medidas.

O rendimento adicional proveniente das ajudas foi evocado por 10,6% dos agricultores inquiridos. Relembre-se que as ajudas e, conseqüentemente, o rendimento adicional por elas propiciado, se prolongavam por um período de 5 anos.

Dado o crescente interesse dos consumidores por produtos de bioqualidade e com menos resíduos tóxicos, tudo apontava para que a futura valorização comercial dos produtos oriundos daquele tipo de práticas agrícolas fosse também ela um factor assinalado pelos agricultores. Porém, apenas 2 deles a referiram, sendo ambos candidatos às Fruteiras de Variedade Regional (FVR). A

razão da manifesta descrença, por parte da esmagadora maioria dos agricultores, na futura valorização comercial de tais produtos, poder-se-á ficar a dever ao facto de, com excepção dos produtos oriundos da AB, aqueles não serem, à data, comercializados enquanto produtos de bioqualidade.

Com efeito, a criação e a aprovação, pelo Ministério da Agricultura, de um símbolo ou rótulo para a divulgação e comercialização dos produtos originários da PtI, enquanto produtos de bioqualidade, data, apenas, de finais de Maio de 1999, ainda que tal estivesse já previsto no quadro legislativo das Medidas Agro-Ambientais desde 1995. Os agricultores candidatos às FVR, pelo facto de serem membros da AARA, organismo de controlo e de certificação da designada Indicação Geográfica da Maça de Alcobaça (Regulamento CEE nº 2081/92), foram, por essa razão, sensíveis à questão da valorização comercial dos respectivos produtos.

Como já anteriormente se referiu, enquanto a agricultura convencional pretende sujeitar os processos biológicos a lógicas de produtividade e de rentabilidade, as práticas agrícolas alternativas procuram uma adequação e um equilíbrio entre o processo produtivo e os princípios ecológicos, ainda que não descurem a lógica da produtividade e da rentabilidade. Vejamos, então, a importância atribuída pelos agricultores a razões de ordem ambiental, aquando da candidatura às medidas.

Quadro 6.14: Motivações ambientais de adesão às medidas

MOTIVAÇÕES AMBIENTAIS	Nº	%
PROTECÇÃO DA NATUREZA	20	13,2
DIMINUIR E COMBATER O USO DE PRODUTOS QUÍMICOS	9	6,0
PRODUZIR ALIMENTOS DE MELHOR QUALIDADE	5	3,3
TOTAL	34	22,5
NR / NS	5	3,3

Fonte: Inquérito por Questionário

As motivações ambientais no seu conjunto (veja-se o Quadro 6.14) foram referidas por cerca de 1/4 dos inquiridos. O número de inquiridos que as referiu fica, assim, bastante aquém do número dos que apontaram motivações de ordem económica, ficando-se por menos de metade.

De entre as razões de cariz ambiental referidas, o destaque vai para a protecção da natureza. Cerca de 13% dos agricultores referem-se a esta questão, todos eles, aliás, candidatos à medida relativa à PtI. Por sua vez, a diminuição e o combate ao uso de produtos químicos foi apontada por, apenas, 6% dos inquiridos, ainda que uma das principais formas de proteger a natureza e o espaço rural passe, necessariamente, pela redução do emprego de produtos químicos por parte da agricultura.

A produção de alimentos de melhor qualidade motivou, tão só, 3,3% dos inquiridos. Ao contrário do que acontece com os produtos resultantes de práticas agrícolas convencionais, os produtos oriundos de práticas agrícolas alternativas, ao apresentarem menor, ou mesmo nulo, grau de resíduos tóxicos e qualidade biológica ou organoléptica, são produtos aos quais se aplica a designação de produtos de bioqualidade.

Como vimos, aquando da análise referente à valorização futura dos produtos no mercado, também a produção de produtos de qualidade ou, para sermos mais precisos, de bioqualidade, motivou um diminuto número de inquiridos (5 agricultores).

Tal como as motivações ambientais, as motivações técnicas, no seu conjunto, foram apontadas por cerca de 1/4 dos inquiridos. Com efeito, com a constante reformulação das políticas que enquadram o sector e dos métodos e práticas agrícolas, os agricultores sentem-se crescentemente incapazes, com base nos saberes práticos e nos saberes transmitidos de geração em geração, de enfrentar os novos desafios que o desenvolvimento da sua actividade lhes coloca. A procura de apoio técnico junto das associações agrícolas, propiciado pelas medidas, representa, assim, uma garantia de actualização e de modernização das respectivas explorações agrícolas.

Quadro 6.15: MOTIVAÇÕES TÉCNICAS DE ADESÃO ÀS MEDIDAS

MOTIVAÇÕES TÉCNICAS	Nº	%
TER COBERTURA / ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20	13,2
AUMENTAR O CONHECIMENTO E CONTROLO TÉCNICO	14	9,3
TOTAL	34	22,5
NR / NS	5	3,3

Fonte: Inquérito por Questionário

A cobertura/assistência técnica de que passariam a usufruir, com a adesão às medidas, foi referida por 13,2% do total dos inquiridos. Aproximadamente 9%, todos eles praticantes da PtI, elegeram, por sua vez, a questão relativa ao aumento do conhecimento e do controlo técnico da produção.

Sabe-se que uma das principais consequências do uso intensivo e indiscriminado de produtos fitofarmacêuticos foi a do desenvolvimento de um processo de resistência a esses produtos, por parte dos organismos inimigos das plantas. O emprego irracional dos fitossanitários desencadeou, então, o processo que se designa por "espiral de tratamentos", isto é, o «aumento progressivo das doses e/ou do número de tratamentos com pesticidas, em virtude da ocorrência do fenómeno da resistência ou em consequência da passagem de pragas potenciais ou ocasionais a permanentes» (Amaro & Baggiolini, 1982: 260). Por outras palavras, à medida que a eficácia dos pesticidas diminui, a tendência do agricultor é para aumentar o número de tratamentos, os quais acentuam o processo de resistência das pragas, visto aumentarem os efeitos negativos na estrutura biológica. Em consequência de tal prática, para além do aumento crescente dos custos em factores de produção, a produtividade tende a estagnar ou mesmo a decrescer, ocorrendo o que se designa por “lei dos rendimentos decrescentes” (Palacín e Pérez, 1980).

A PtI, ao diversificar os métodos de luta contra os organismos inimigos, permite aos agricultores maior controlo técnico da produção. Os meios de luta contra aqueles organismos, utilizados pela PtI, assim como pela PdI, são, para além da luta química (utilização de pesticidas selectivos): a luta biológica (acção dos organismos antagonistas naturais, actuando como predadores ou parasitas); a luta biotécnica (utilização de substâncias naturais ou de síntese que agem negativamente sobre certas funções vitais dos organismos nocivos) e a luta cultural (práticas culturais tendentes a reduzir a população dos inimigos das culturas).

Tal prática potencia a obtenção da produção óptima, através, designadamente, do respeito pelas questões de carácter ecológico, toxicológico e económico, em detrimento da produção máxima que não tem em conta aquelas questões. Todavia, a obtenção da produção óptima é função quer da formação do agricultor, quer do acompanhamento técnico de que este venha a dispor.

As motivações económicas foram determinantes para cerca de metade dos candidatos à medida da PtI (48,8% dos casos). À excepção de um candidato à AB, estes agricultores foram praticamente os únicos a referir razões de natureza ambiental, aquando da respectiva candidatura (24,5% do total). Por seu turno, 23% referiram razões de carácter técnico.

O diminuto número de candidatos às restantes medidas não permite tirar ilações. No entanto, assinala-se que os candidatos à LQA e à PdI se repartiram entre as motivações económicas e as motivações técnicas, não tendo, qualquer deles, referido motivações de ordem ambiental. Os candidatos à agricultura biológica (AB), por seu turno, apontaram as motivações económicas e as motivações ambientais (sobretudo a produção de alimentos de melhor qualidade). A totalidade dos candidatos às fruteiras de variedade regional (FVR) apenas referiu motivações económicas; dois deles, inclusive, foram os únicos a apontar a "valorização futura dos produtos no mercado". Contrariamente às restantes medidas, as quais se inserem no Grupo I das Medidas Agro-Ambientais - Diminuição dos efeitos poluentes da agricultura, a medida relativa às FVR está integrada no Grupo II - Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais. Enquanto que, no caso do Grupo I das Medidas Agro-Ambientais, os respectivos objectivos ambientais são mais facilmente apreendidos pelos agricultores, já que, para qualquer uma das medidas enquadradas nesse grupo, se explicita a necessidade de uma utilização mais racional de produtos químicos, no caso do Grupo II tal não acontece, como anteriormente vimos (estudo de caso anterior).

De molde a conhecer o perfil dos inquiridos, segundo as respectivas motivações de candidatura, procedemos ao cruzamento da variável motivações de candidatura com as variáveis sociográficas e com as variáveis relativas à caracterização das explorações agrícolas.

À medida que aumenta a idade dos candidatos, diminui o peso percentual das motivações económicas. Enquanto cerca de 3/4 dos inquiridos com menos de 34 anos e 60,7% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos se candidataram às medidas por motivos económicos, apenas 1/4 dos candidatos com mais de 65 anos o fizeram. Inversamente, as motivações técnicas são as mais referidas (43,8%) por parte dos inquiridos com mais de 65 anos. Em síntese, são os candidatos com mais idade os que, em maior número, referem motivações de ordem técnico-profissional. Os candidatos mais jovens, por seu turno, são os que em maior número evocam motivações de ordem económica. Refira-se, a este propósito, que dos 46 inquiridos com menos de 44 anos, apenas um não efectuou investimentos nos últimos 10 anos e nove não beneficiaram de outros programas subsidiados pela UE.

A expressão percentual das motivações ambientais ronda os 25% em todos os escalões etários, à excepção do escalão constituído pelos mais jovens (9,5%, apenas). Os agricultores com idade superior a 65 anos foram os que mais referiram aquele tipo de motivações (28,1% do total). Contrariamente ao que se esperaria, verifica-se que, *grosso modo*, à medida que aumenta a idade dos candidatos, aumenta o número daqueles que apontam motivações ambientais.

Tal como se acabou de referir, os inquiridos mais jovens parecem estar, essencialmente, preocupados com a sustentabilidade económica das respectivas explorações agrícolas; por sua

vez, os candidatos com mais idade, agricultores há mais anos, ter-se-ão dado conta dos efeitos ambientais nefastos e das respectivas consequências económicas do que, eles próprios, designam como “a espiral dos tratamentos químicos”. Com efeito, terão sido estes agricultores, sobretudo os que já anteriormente praticavam a PtI, os que mais se aperceberam do decréscimo da eficácia dos tratamentos fitossanitários.

Adiante-se que foram, justamente, os inquiridos com mais idade os que, no decurso do trabalho de campo, realçaram o desaparecimento de algumas espécies de fauna e de flora, anteriormente existentes na região. De entre aquelas espécies, o caso do desaparecimento da joaninha é, quiçá, o mais emblemático da então situação, já que a joaninha é um dos importantes organismos auxiliares das culturas - um dos predadores dos organismos nocivos às mesmas. Acresce que foram também estes agricultores os que, em conversas informais, mais nos manifestaram a sua grande apreensão pelas possíveis consequências resultantes do consumo de produtos produzidos segundo o modelo da agricultura convencional, designadamente no que à saúde pública diz respeito.

No que se refere às motivações de adesão às medidas segundo o nível de instrução dos inquiridos, observa-se que as motivações económicas têm maior expressão nos inquiridos com o 2º/3º ciclo do ensino básico. No que às motivações de ordem técnica diz respeito, são os inquiridos que registam um nível de escolaridade mais baixo - em especial os que não têm qualquer nível de instrução - e os inquiridos detentores de um diploma de ensino médio ou superior, os que, em maior número, a elas se referem. Quer uns, quer outros, ainda que por razões diferentes, parecem valorizar a possibilidade de contar com assistência técnica às respectivas explorações agrícolas. De um modo geral, as motivações ambientais não variam muito segundo os vários níveis de escolaridade dos agricultores, cifrando-se entre os 18%, no caso dos candidatos detentores do 1º/2º ciclo do ensino básico, e os 26.3%, no caso dos candidatos com o ensino secundário.

No que, por sua vez, concerne à variável dimensão das explorações agrícolas, referira-se que, a uma maior dimensão física das explorações corresponde, por um lado, uma percentagem mais elevada de agricultores que referem motivações económicas, e, por outro, uma percentagem mais baixa daqueles que evidenciam motivações técnicas.

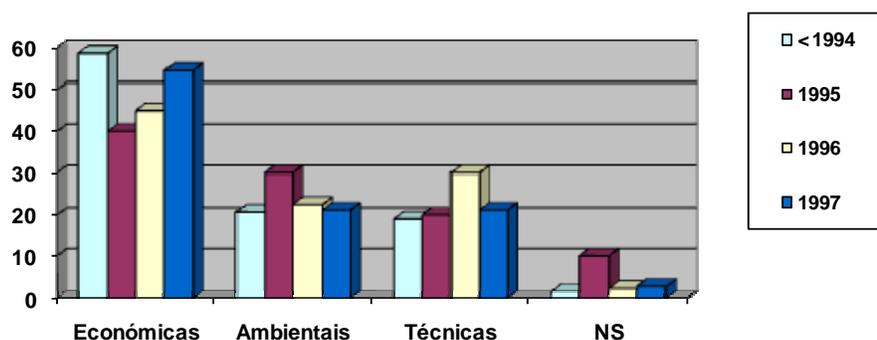
As motivações ambientais, exceptuando no caso dos agricultores detentores de explorações agrícolas com área situada entre os 10 e os 20 ha - 40% dos quais as referiram - e no caso dos agricultores detentores de explorações de grande dimensão - 13% dos quais as referiram -, rondam os 20%.

Verifica-se, assim, que as motivações referidas pelos inquiridos com explorações de pequena dimensão foram, sobretudo, as de natureza económica ou técnica. Os candidatos com explorações

de média e de grande dimensão, na sua grande maioria, foram motivados por razões económicas. Tal maioria é, contudo, mais expressiva no caso dos agricultores detentores de grandes explorações. Os inquiridos com explorações de média dimensão - 10 a 20 ha - foram os que, em termos percentuais, mais referência fizeram a motivações ambientais.

Os dados resultantes do cruzamento dos diferentes tipos de motivações de candidatura às Medidas Agro-Ambientais com a variável número de anos de aplicação, por parte dos agricultores, das práticas agrícolas alternativas a elas subjacentes, merecem também análise. Antes, contudo, importa chamar a atenção para o facto de que 2/5 dos inquiridos já anteriormente praticavam os modelos agrícolas a cujas medidas de apoio se vieram a candidatar. Assim sendo, embora tenham sido questionados – como todos os restantes inquiridos - sobre as respectivas motivações de candidatura às Medidas Agro-Ambientais, é possível que alguns deles tenham apontado não tanto as motivações que os levaram a candidatar-se às respectivas medidas, mas as motivações que terão estado na origem da sua adesão a modelos agrícolas alternativos.

Gráfico 6.2: Lógica dominante das motivações segundo os anos de prática



Fonte: Inquérito por Questionário

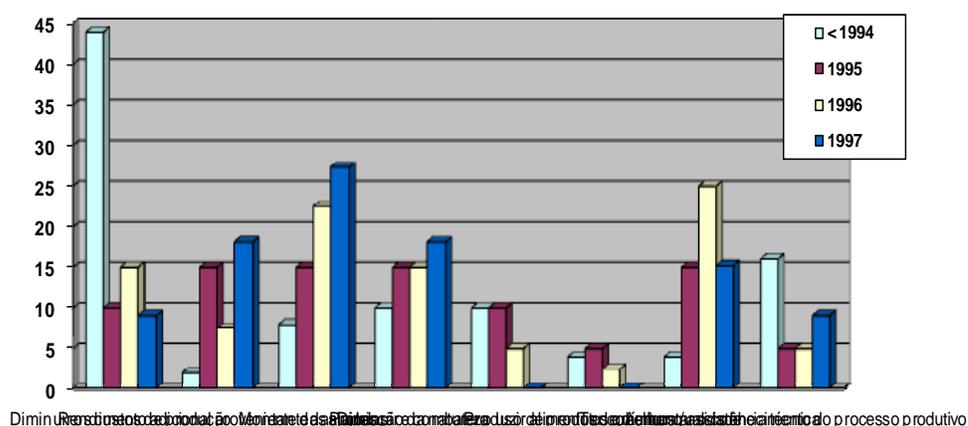
De entre os inquiridos que praticavam uma agricultura alternativa, antes da respectiva candidatura às medidas agro-ambientais, 54% referiram-se a motivações económicas. Saliente-se que, na sua esmagadora maioria (81,5%), tais motivações se prendem com a diminuição dos custos de produção e não com o apoio financeiro de que passariam a beneficiar. Apenas 10% referiu que se tinha candidatado pelo montante das ajudas (8%) ou pelo rendimento adicional que a adesão às medidas lhe proporcionava (2%).

Perante tais resultados, podemos concluir que mais de metade destes agricultores ter-se-á referido às principais motivações que os incitam a prosseguir com tais práticas, que dizem respeito,

sobretudo, às vantagens que aquele tipo de práticas agrícolas, em especial a PtI e a PdI, potencialmente apresentam no que à diminuição dos custos de produção diz respeito.

Relativamente aos restantes inquiridos, as motivações económicas foram também as mais referidas. Porém, neste caso, a grande maioria deste tipo de motivações prende-se com o montante das ajudas concedidas às medidas.

Gráfico 6.3: Razões de adesão segundo os anos de prática



Fonte: Inquérito por Questionário

Vale a pena analisar, mais pormenorizadamente, as respostas dos inquiridos segundo o número de anos de aplicação dos respectivos modelos agrícolas alternativos (Gráfico 6.3).

A grande maioria dos agricultores que, antes de 1994, tinham procedido à reconversão para práticas agrícolas alternativas apontou a diminuição dos custos de produção que tais práticas proporcionam. Com efeito, a percentagem dos que, de entre eles, referiram a diminuição dos custos de produção distancia-se expressivamente da percentagem dos que, referindo igual motivação, apenas iniciaram tais práticas agrícolas em 1995 (Gráfico 6.3). Entre estes últimos, não se regista um tipo específico de motivação que se saliente, apresentando as razões relativas ao rendimento adicional proveniente das ajudas, ao montante das ajudas, à protecção da natureza

e ao facto de passarem a ter assistência técnica, praticamente, o mesmo peso (em torno dos 15% do total).

Por seu turno, os agricultores que só em 1996 puseram em prática modelos agrícolas alternativos, através do processo de candidatura às medidas agro-ambientais, privilegiaram, essencialmente, a assistência técnica de que passariam a usufruir (25%) e o montante das ajudas (22,5%).

Do total dos inquiridos que apenas em 1997 passaram a desenvolver tais modelos agrícolas alternativos, 25% referem-se ao montante das ajudas. Se a estes agricultores se adicionarem os que referiram o rendimento adicional proveniente das ajudas (18,2%), conclui-se que o apoio financeiro concedido pelas Medidas Agro-Ambientais terá constituído, para muitos deles, uma motivação importante. A protecção da natureza motivou, ainda, 18,2%. Foi neste grupo de agricultores, os que em 1997 passaram a desenvolver práticas agrícolas alternativas, que se atingiu o valor percentual mais elevado do total das respostas para aquela categoria de motivações. Registe-se, no entanto, que as restantes razões de cariz ambiental não obtiveram qualquer resposta, por parte destes agricultores.

O número de anos de prática de modelos agrícolas alternativos parece influenciar, consideravelmente, a percepção que os agricultores têm de tais modelos. Com efeito, à medida que aumenta o número de anos em interacção com este tipo de práticas agrícolas, o agricultor vai apercebendo-se, cada vez mais, que elas contribuem para reduzir substancialmente os custos de produção, ao diminuírem a utilização de produtos químicos. Simultaneamente, o agricultor vai desenvolvendo uma dinâmica de procura constante de conhecimento do processo produtivo. A importância atribuída ao montante das ajudas e à assistência técnica - da qual, aliás, já beneficiava - acaba assim por ser remetida para segundo plano. No que respeita às motivações de carácter ambiental, a importância atribuída à protecção da natureza vai diminuindo com o número de anos de experiência de tais práticas, à medida que aumenta a atribuída ao combate e à diminuição do uso de produtos químicos e à produção de alimentos de melhor qualidade.

Representações Ambientais

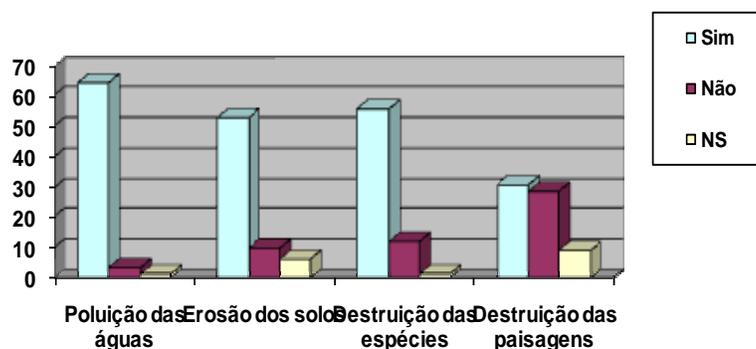
A análise do sistema de representações ambientais dos agricultores inquiridos pretende concorrer para determinar em que medida é que tais representações terão desempenhado um papel na reconversão das respectivas práticas agrícolas. Tendo a actividade agrícola, até data recente, sido percebida como uma actividade em simbiose com a natureza, impunha-se averiguar em que

medida os agricultores em causa manifestavam uma ruptura com aquela percepção ou, ao invés, continuavam a considerar que a agricultura não tem quaisquer impactes negativos sobre o ambiente, em geral, e sobre o ambiente rural, em particular.

O apoio financeiro concedido ao tipo de práticas agrícolas contempladas no Grupo I das Medidas Agro-Ambientais tem justamente por objectivo essencial, como vimos, que o agricultor desenvolva práticas mais consentâneas com a preservação ambiental. A grande maioria dos inquiridos (80,3%) destaca a protecção ambiental como o principal objectivo daquelas medidas. Para, apenas, 12,7% do total dos agricultores inquiridos o objectivo principal é o de apoiar a agricultura. Dos restantes inquiridos, 9 admitiram não saber qual era o objectivo das medidas e um referiu que as medidas não tinham objectivos claros.

Por outro lado, a esmagadora maioria dos agricultores (91.5%) considera que as medidas irão ter resultados concretos nas respectivas explorações agrícolas, designadamente ao nível da protecção do ambiente.

Gráfico 6.4: Percepção dos Agricultores sobre os Problemas Ambientais provocados pela Agricultura



Fonte: Inquérito por Questionário

Uma das características da poluição de origem agrícola é, como vimos anteriormente, o seu carácter geralmente difuso. Analisemos, então, a percepção que os agricultores inquiridos têm sobre a maior ou menor inocuidade do sector no que aos problemas ambientais diz respeito. Apenas dois inquiridos não souberam responder à questão. A maioria deles (69%) considera que a agricultura tem impactes negativos sobre o ambiente. Ainda assim, 29,6% afirma que a

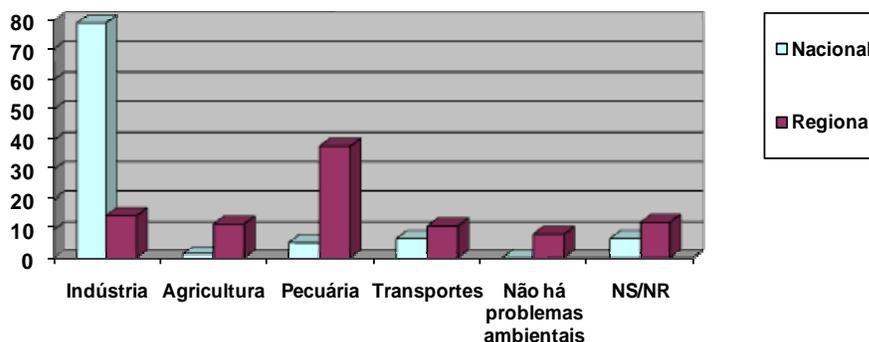
agricultura não é causadora de quaisquer problemas ambientais. Refira-se, todavia, que a maior parte já praticava uma agricultura alternativa. A percepção da inocuidade do sector, no que aos problemas ambientais diz respeito, reflectirá, porventura, a sua situação específica e não a situação relativa às práticas agrícolas dominantes na região.

De entre os agricultores que consideraram ter a agricultura impactos ambientais negativos (Gráfico 6.5), cerca de 60% referiu que ela pode provocar a poluição das águas e sensivelmente 50%, que a agricultura é responsável pela erosão dos solos e pela diminuição ou destruição das espécies. No que respeita à relação entre actividade agrícola e destruição da paisagem, a percentagem de respostas pela positiva e pela negativa é praticamente a mesma. Registe-se, ainda, que 13.3% dos agricultores não souberam responder à questão.

Confrontados com as causas dos problemas ambientais provenientes da actividade agrícola na região, sensivelmente 2/5 dos inquiridos declararam que tais problemas se devem à falta de conhecimento/formação dos agricultores. Estes resultados parecem revelar, por um lado, a atribuição de responsabilidade a alguns dos agricultores pelos problemas ambientais existentes na região, designadamente os agricultores convencionais, e, por outro, o contributo das práticas agrícolas alternativas para a manutenção e a preservação do ambiente. Dos restantes inquiridos, 7,7% responderam que os problemas ambientais se devem à concorrência/ pressão do mercado da CEE; 5,6% à falta de intervenção do Governo, 4,2% à política de intensificação dos sistemas agrícolas e 0,7% ao abandono agrícola. Há ainda a registar que 2,1% declararam não existirem problemas ambientais na região, 9,8% não soube responder e 1,4% optou pela não resposta.

No que respeita à questão sobre a quem devem ser atribuídas as responsabilidades pelos problemas ambientais provocados pela agricultura, 23.2% atribuíram essa responsabilidade aos agricultores e outros 23.2% ao Estado. Por sua vez, cerca de 6% afirmaram que deverão ser os consumidores, através do aumento dos preços dos produtos, a ser responsabilizados pelos problemas ambientais agrícolas. Dos restantes inquiridos, 4,9% referiram que terão de ser responsabilizados todos os agentes (agricultores, Estado e consumidores); 2,8% outros responsáveis, tais como empresas agro-químicas e Câmaras Municipais; 1,4% os agricultores e os consumidores; 0,7% os agricultores e o Estado; 6,3% não souberam responder ou não responderam.

Gráfico 6.5: Percepção sobre as actividades causadoras de maiores problemas, nível nacional e nível regional



Fonte: Inquérito por Questionário

Acerca das actividades económicas causadoras de maiores problemas ambientais a nível nacional, aproximadamente 4/5 (78,9%) afirmaram ser a indústria a maior causadora desse tipo de problemas. Já para 7% deles, a causa principal de tais problemas reside no sector dos transportes e para 5,6% na pecuária. Apenas para dois inquiridos é da agricultura que advêm os maiores problemas ambientais.

No que respeita às actividades causadoras de maiores problemas ambientais a nível regional, o cenário é substancialmente diferente. Pouco menos de 40% salientou que a causadora dos maiores problemas ambientais a nível regional é a actividade pecuária. Refira-se que a pecuária tem uma expressiva implantação na região do Oeste e que um dos vários impactes ambientais negativos, facilmente identificáveis, dela provenientes, prende-se com a poluição atmosférica.

A indústria, que a nível nacional tinha obtido uma elevada percentagem de respostas, é apenas por 14,8% considerada como a responsável pelos maiores problemas ambientais, a nível regional. Esta percentagem está muito próxima das percentagens assumidas por aqueles que referiram a agricultura ou os transportes como principais actividades causadoras dos problemas ambientais a nível regional, a saber: 17 casos (12%) e 16 casos (11,3%), respectivamente.

Cerca de 50% elegeram a agricultura biológica como o tipo de agricultura que melhor protege o ambiente e cerca de 1/3 a PtI e a PdI, valorizando, deste modo, no que concerne à preservação ambiental, as práticas agrícolas alternativas regionalmente mais representadas. A agricultura tradicional e a agricultura extensiva foram referidas, apenas, por 8,5% e 2,8%, respectivamente.

Aproximadamente 54% dos agricultores praticantes da PtI ou da PdI reforçaram a ideia de que tais práticas agrícolas são as únicas que preservam o ambiente e, simultaneamente, garantem bons rendimentos económicos. Com efeito, tais práticas agrícolas, como vimos, procuram a optimização da produção (Amaro e Baggiolini, 1982) e não a maximização da produção, a qual visa a produção máxima sem respeito pelo ambiente. Aqueles que, por seu turno, apontaram a agricultura biológica como sendo a que melhor faz a conjugação entre a preservação ambiental e a garantia de bons rendimentos económicos cifram-se em 7,7%, apenas. Assinale-se, ainda, que cerca de 5% do total dos agricultores inquiridos referiram não existir um tipo de agricultura capaz de, simultaneamente, garantir aqueles dois resultados e que 15,5% não soube responder à questão.

Colocados perante a possibilidade de a agricultura extensiva respeitar mais o ambiente do que a agricultura intensiva, cerca de 60% responderam ser a agricultura extensiva a que mais respeita o ambiente. A maioria deles referiu que tal se deve ao facto de a agricultura extensiva fazer menor uso de produtos químicos e proceder à prática do pousio. Ainda assim, 21,1% declararam que a agricultura extensiva não respeita mais o ambiente do que a agricultura intensiva e 21,1% não souberam responder.

Uma vez que o apoio financeiro, concedido através da candidatura às medidas agro-ambientais, tem uma duração de 5 anos e que 43,7% dos contratos terminavam em 2000, pareceu-nos pertinente questionar os agricultores sobre o que planeavam fazer após o termo dos compromissos assumidos no âmbito daquelas medidas. Cerca de 4/5 pretendiam continuar com as práticas agrícolas desenvolvidas até então; 7,7% previam, inclusive, vir a concretizar práticas agrícolas ainda mais respeitadoras do ambiente e os restantes alegaram não ter ainda planos definidos para o futuro. Apenas uma minoria (três agricultores) planeava encetar um processo de especialização e de intensificação das respectivas práticas agrícolas.

As percepções no que concerne ao caminho que a agricultura devia seguir no futuro parecem não estar dissociadas dos respectivos planos para o período pós medidas agro-ambientais. Se não vejamos: a produção de alimentos com menos resíduos tóxicos foi o caminho apontado por uma expressiva percentagem de agricultores (41,5%); cerca de 20,5%, por sua vez, apontaram a diversificação da produção e 13,4% a protecção e a preservação do ambiente.

Estes resultados parecem confirmar, até certo ponto, que boa parte dos agricultores terá, uma vez mais, procurado legitimar as respectivas práticas agrícolas, ao sugerir, como via de

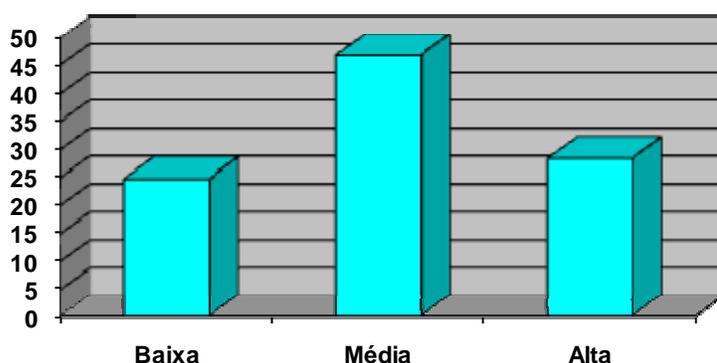
desenvolvimento futuro da agricultura, o fornecimento de produtos alimentares com menos resíduos tóxicos (produtos de bioqualidade) e a necessidade de aquela atender às questões relacionadas com a saúde pública e com a preservação ambiental.

A reforçar-se tal percepção, tudo aponta para a emergência de uma nova identidade profissional por parte destes agricultores. Com efeito, poder-se-á estar perante o início de um novo processo de hierarquização do grupo social dos agricultores, assente, agora, nas respectivas representações ambientais, a partir do qual, como sugerem Billaud e Soudière (1994), o grupo se reconhece e legitima o seu discurso. Mormont (1990: 35). refere-se a esta questão como a “batalha simbólica em torno da ruralidade”, travada aqui entre os agricultores convencionais e os agricultores ecológicos.

Com base na maior parte dos dados apresentados e trabalhados, procurou-se, por fim, determinar o grau de sensibilidade ambiental dos inquiridos, o qual, por seu turno, será tributário das representações que estes têm acerca da relação entre a agricultura e o ambiente.

O objectivo último do cálculo e da aferição do grau de sensibilidade dos agricultores em análise é, essencialmente, o de discutir a eventual relação entre a sensibilidade ambiental e o tipo de motivações que os conduziram à candidatura às respectivas medidas agro-ambientais.

Gráfico 6.6: Grau de Sensibilidade Ambiental dos Agricultores Inquiridos



Fonte: Inquérito por Questionário

Para o efeito, começámos por proceder à construção de um índice compósito, a partir de um conjunto de variáveis simples, o qual designámos por Índice de Sensibilidade Ambiental (ISA)⁸⁶. A maior parte dos inquiridos possui uma sensibilidade ambiental média (46.8%). Por sua vez, as percentagens relativas aos agricultores caracterizados por terem uma sensibilidade fraca (24.8% do total) e aos agricultores caracterizados por terem uma sensibilidade alta (28.4% do total) não são muito distintas.

Pese embora o facto de não se verificar uma relação evidente entre o índice de sensibilidade ambiental e a idade, ainda assim é possível apontar que são os agricultores mais jovens (com menos de 34 anos de idade) e os mais idosos (com mais de 65 anos) os que manifestam sensibilidade ambiental forte. No entanto, o número de agricultores detentores de baixa sensibilidade ambiental aumenta à medida que aumentam as respectivas classes etárias, com particular destaque para os agricultores com mais de 65 anos de idade. São também os agricultores mais idosos os que, em menor número, se caracterizam por apresentar uma sensibilidade ambiental média.

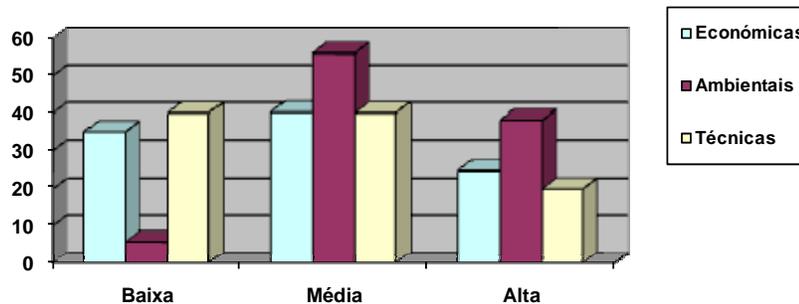
O cruzamento do índice de sensibilidade ambiental dos agricultores com o respectivo grau de instrução, permite-nos verificar que à medida que aumenta o grau de instrução diminui, *grosso modo*, o número dos que se situam no escalão de baixa sensibilidade ambiental e aumenta o número dos que se localizam nos escalões de média e forte sensibilidade ambiental. Nem todos os casos estão, no entanto, contemplados nesta tendência geral. Com efeito, os inquiridos que têm maior escolaridade e apresentam uma sensibilidade ambiental baixa, têm, por contraponto, idades mais avançadas. Já os mais idosos que denotam uma sensibilidade ambiental alta têm, por sua vez, um grau de instrução mais elevado.

Os resultados relativos ao cruzamento da dimensão física da exploração agrícola com a sensibilidade ambiental dos respectivos detentores permitem-nos concluir que consoante aumenta a área das explorações, aumenta a expressão dos inquiridos que se caracterizam por apresentar

⁸⁶ O índice de sensibilidade ambiental foi construído a partir de 11 variáveis respeitantes às representações, às atitudes e às práticas dos agricultores relativamente aos problemas ambientais de origem agrícola. Após o cômputo total das respostas, agregaram-se as ocorrências em três categorias, a saber: baixa sensibilidade ambiental, no caso dos inquiridos que registaram entre zero a 4 ocorrências; média sensibilidade ambiental, no caso dos inquiridos que registaram entre 5 a 8 ocorrências; e forte sensibilidade ambiental, no caso dos indivíduos que registaram entre 9 a 11 ocorrências.

uma sensibilidade ambiental média, mas diminui a importância dos que possuem uma sensibilidade ambiental alta. São os inquiridos com explorações agrícolas de pequena dimensão os que, em termos percentuais, mais manifestam uma forte sensibilidade ambiental, observando-se o oposto no caso dos inquiridos com explorações de maior dimensão. A percentagem de inquiridos que se caracteriza por apresentar uma baixa sensibilidade ambiental sofre, no entanto, um ligeiro decréscimo à medida que aumenta a dimensão das respectivas explorações agrícolas.

Gráfico 6.7: Sensibilidade ambiental segundo as motivações de adesão às medidas Agro-Ambientais



Fonte: Inquérito por Questionário

Como, de certa forma, era de prever, os inquiridos que aderiram às medidas por motivos ambientais são justamente os que manifestam uma sensibilidade ambiental mais elevada. Com efeito, cerca de 40% deles têm uma forte sensibilidade ambiental e 56% uma sensibilidade ambiental média.

Por seu turno, o número de agricultores que apontou motivações económicas ou motivações técnicas, aquando da candidatura às Medidas Agro-Ambientais, é, em termos gerais, muito próximo, ainda que os que evidenciaram motivações técnicas apresentem, no cômputo geral, uma sensibilidade ambiental mais elevada, por relação aos que se candidataram por motivações económicas. Destes últimos, cerca de um terço manifestou baixa sensibilidade ambiental. Deste terço, por sua vez, dois terços, aproximadamente, afirmaram, explicitamente, ter aderido às Medidas Agro-Ambientais motivados pelo apoio financeiro por elas concedido.

Notas Finais

O maior ou menor êxito do processo de reconversão de práticas agrícolas convencionais para práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente, através, designadamente, da adesão dos agricultores às medidas agro-ambientais do Grupo I – Diminuição do Efeito Poluente da Agricultura, ou, por outras palavras, o maior ou menor êxito da aplicação do processo de agro-ambientalização à agricultura intensiva, depende, em boa medida, da mobilização dos agricultores para as questões ambientais. Tal mobilização passa pela percepção de que a defesa do ambiente pode constituir uma oportunidade e não um obstáculo ao desenvolvimento da respectiva actividade agrícola.

Ora, como vimos, mais de metade dos inquiridos aderiu às medidas motivados por razões de ordem económica. De entre essas razões, destacam a diminuição dos respectivos custos de produção. À medida que decorre o número de anos de aplicação de práticas agrícolas alternativas - neste caso maioritariamente sob a forma da Pti e da PdI – mais se reforça a percepção dos agricultores relativamente à diminuição dos custos de produção, propiciada por aquele tipo de práticas.

Assim sendo, tudo parece indicar que, neste caso, a percepção da protecção do ambiente enquanto “oportunidade de negócio” se consolida porque, justamente, os agricultores nela perspectivam ganhos económicos. Se a este aspecto acrescentarmos a questão da potencial valorização dos respectivos produtos no mercado, estão criadas as condições para, como referíamos atrás, encetar, junto dos agricultores e com os agricultores, o que se designa pelo processo de modernização ecológica das respectivas explorações agrícolas, cujo corolário é uma das modalidades do desenvolvimento sustentável da agricultura. Modalidade esta que é particularmente adequada à região em causa. O apoio conferido pelas medidas destina-se, justamente, a apoiar o processo de reconversão das explorações de intensivas a alternativas.

A adesão às medidas fica ainda a dever-se, em alguma medida, a motivações técnicas e a motivações ambientais. No que concerne às motivações técnicas, salientam-se a referente à existência de apoio e assistência técnica na própria exploração agrícola – condição que o Regulamento CE nº 2078/92 veio a instituir - e a possibilidade de os agricultores virem a aumentar o seu conhecimento sobre o processo produtivo. Este último aspecto assume particular importância para os agricultores, uma vez que a maior parte deles se confrontou, no passado, com

a resistência dos organismos inimigos das respectivas culturas, resultante do uso indiscriminado de produtos químicos, dos quais as práticas agrícolas intensivas são fortemente tributárias.

A visibilidade social dos problemas ambientais de origem agrícola, como vimos, coincide, em larga medida, com a crítica social que, a partir dos finais da década de 80 do século passado, se começou a encetar aos modelos agrícolas de tipo intensivo. Tal crítica está, de alguma forma, patente no processo que, em 1992, conduziu à Reforma da PAC e, mais especificamente, à concepção das Medidas Agro-Ambientais. Através da análise do grau de sensibilidade ambiental manifestado pelos agricultores, procurou-se aprofundar, por um lado, a percepção que têm os agricultores sobre os problemas ambientais causados pela sua actividade e, por outro, a relação entre sensibilidade ambiental e motivações ambientais de adesão às medidas. Se bem que os resultados a que chegámos não tenham sido totalmente conclusivos, é possível colocar a hipótese de que se estará, no caso estudado, perante um processo paulatino de apropriação, por parte de um número expressivo de agricultores, das representações que salientam a importância económica e social das questões ambientais nas sociedades contemporâneas.

Isso mesmo se traduzirá em tendências para que estes agricultores venham, cada vez mais, a incorporar a variável ambiente nas respectivas estratégias produtivas. Se assim for, corporiza-se um dos elementos-chave do processo de redefinição e de construção de uma nova identidade profissional que os distinguirá quer dos agricultores tradicionais, quer dos agricultores convencionais ou intensivos, quer, ainda, parcialmente, dos agricultores que praticam uma agricultura biológica.

Se é plausível, apesar do, neste caso, aparente sucesso registado aquando do processo de adesão às medidas, vir a ocorrer, findos os cinco anos de duração do contrato agro-ambiental, o retorno às anteriores práticas agrícolas intensivas, por parte de alguns dos agricultores, por outro lado, o facto de nem todos eles terem concorrido às referidas medidas com a totalidade da área das respectivas explorações, mas, apenas, com a relativa a algumas das suas parcelas, poderá, por si só, não constituir um obstáculo à completa reconversão da exploração, num futuro mais ou próximo, para práticas agrícolas mais consentâneas com a preservação do ambiente.

Com efeito, por via da experimentação e da respectiva interacção com práticas agrícolas alternativas, as quais, como vimos, conduzem a uma redução significativa do número de tratamentos químicos e, conseqüentemente, a uma diminuição dos custos de produção, é possível que o agricultor acabe por estender tais métodos de cultivo às restantes parcelas. Todavia,

enquanto tal processo não se opera, a atribuição dos incentivos financeiros perde alguma da sua eficácia.

Resta salientar uma outra questão fundamental para garantir a continuidade deste tipo de práticas agrícolas – recorde-se, a PtI e a PdI, fundamentalmente. Com efeito, a transferência da responsabilidade da vulgarização técnica de tais práticas para as associações de agricultores não dispensa o Estado, pelo menos numa primeira fase da introdução das respectivas medidas, de exercer o papel de dinamizador do processo de consolidação deste tipo de práticas agrícolas alternativas.

Nestes termos, impõe-se que, por um lado, o Estado forneça informação clara e sistematizada sobre o referido processo quer à comunidade agrícola, quer aos consumidores e, por outro, contribua para a estruturação do processo de comercialização dos produtos oriundos de tais práticas agrícolas, de molde a possibilitar a sua valorização no mercado.

No que diz respeito a esta última questão, assinala-se que, estando, desde 1995, contemplada, no quadro legislativo que transpôs o Regulamento CE nº 2078/92 para Portugal, a vertente da comercialização dos produtos oriundos das referidas práticas agrícolas, só em Maio de 1999 foi criado o símbolo de certificação ⁸⁷da produção integrada, decorridos que foram quatro anos sobre a aplicação das medidas. A intervenção do Estado nesta matéria é fundamental, tanto mais que o papel das associações de agricultores se tem circunscrito ao apoio técnico.

6.3. Notas Conclusivas

Nas sociedades contemporâneas, a percepção social que se tem sobre o espaço rural e sobre o papel a desempenhar pela agricultura no desenvolvimento dos territórios rurais é também ela tributária da forma como, cada vez mais, os problemas relacionados com esses territórios têm vindo, por variadas razões – nem sempre as melhores⁸⁸ -, a ser, do ponto de vista político, incorporados num processo conducente ao que poderemos designar por uma nova ruralização. Com efeito, esses problemas têm vindo, progressivamente, a ser tratados como problemas diferentes dos tradicionalmente relacionados com a agricultura.

⁸⁷ Constituinte este o primeiro passo para a comercialização de produtos alimentares de bioqualidade.

⁸⁸ Referimo-nos, designadamente, à minimização dos efeitos perversos resultantes de anteriores políticas.

Como vimos (Cap. 3), propiciados pelos acordos alcançados na Conferência de Salzburgo, realizada em Nov. de 2003, e enquadrados na Reforma da PAC de Junho do mesmo ano, os debates para a aprovação e posterior aplicação do Regulamento de Desenvolvimento Rural que viria a substituir o Regulamento UE nº 1257/99, resultante da Agenda 2000, giraram em torno de duas concepções sobre o desenvolvimento rural: uma concepção “agrária” que enfatiza a importância da agricultura para o desenvolvimento rural; e, outra, “territorial”, que se orienta não para um sector de actividade em particular, mas para o território, dirigindo-se ao conjunto da população rural e não apenas aos agricultores.

Uma posição intermédia, que se poderia designar por “agro-territorial”, parte do princípio de que a política agrícola não é uma política homogênea, mas diferenciada nas suas acções e nos seus destinatários e na qual confluem (nem sempre em harmonia) dois objectivos. Um desses objectivos consiste na promoção de um modelo de explorações modernas, cada vez mais desvinculadas do território circundante, orientadas para o mercado e geridas enquanto empresas sob uma lógica de competitividade e de eficiência produtiva. O outro objectivo consiste no apoio a um tipo de agricultura estreitamente integrada no território e baseada em explorações também elas orientadas para o mercado, mas geridas segundo uma lógica de criação de emprego (no geral, auto-emprego) e de reprodução da mão-de-obra familiar.

Os que se situam nesta posição intermédia entendem que são precisamente as acções dirigidas às explorações integradas no território e sem condições competitivas em mercados abertos (promovendo a multifuncionalidade como via para evitar o seu abandono) as que se podem enquadrar no quadro das políticas de desenvolvimento rural ao inspirarem-se numa filosofia similar à subjacente a essas políticas, tendo por objectivo fixar a população em meio rural, manter o emprego e promover o desenvolvimento sustentável. Com base neste tipo de explorações, poder-se-á vir a estabelecer uma ponte entre a política agrícola e a política de desenvolvimento rural (Estrada, 2005).

Na óptica do contributo das Medidas Agro-Ambientais para a questão do desenvolvimento rural, que tipo de reflexões se poderão, então, ensaiar, a partir dos resultados provenientes dos dois estudos de caso ou, mais exactamente, das duas ilustrações do processo de aplicação das primeiras medidas agro-ambientais em Portugal?

O Regulamento de Desenvolvimento Rural de 2003, ao procurar integrar a concepção agrária e a concepção territorial do desenvolvimento rural no 2º Pilar da PAC, pretende evitar a dissociação

entre a agricultura e o desenvolvimento rural. Com efeito, por esta via, a agricultura é considerada como elemento fundamental do desenvolvimento dos territórios rurais, devendo a política agrícola dirigir-se a um colectivo diferenciado de agricultores e de explorações agrícolas, que há que tornar mais eficientes do ponto de vista económico e que há que proteger por razões sociais e territoriais, designadamente através da aplicação do conceito de multifuncionalidade da agricultura (Estrada, 2005).

O primeiro eixo do referido Regulamento persegue, assim, dois objectivos, que são melhorar a competitividade da agricultura e melhorar a qualidade das produções alimentares. O segundo eixo tem por objectivos a gestão sustentável das explorações agrícolas, através do programa agro-ambiental, e a gestão sustentável dos territórios, através da aplicação da Rede Natura 2000. O terceiro eixo destina-se a diversificar as actividades económicas e a melhorar a qualidade de vida no meio rural.

Transversal a estes três eixos, está um quarto eixo, o qual pretende que a abordagem participativa por parte dos diferentes actores sociais, presente em anteriores programas de desenvolvimento rural como, por exemplo, o Programa Leader, seja aplicada aos três eixos anteriores.

As percepções sobre as Medidas Agro-Ambientais e sobre a adesão ao Programa Agro-Ambiental manifestadas pela maior parte dos agricultores inquiridos num e noutro estudo, se bem que com as reservas subjacentes ao processo de amostragem neles utilizada, são de molde a encarar a possibilidade de valorização das respectivas explorações agrícolas e, por essa via, vir a contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais em causa.

Se associarmos estas conclusões à questão da margem de manobra conferida aos governos dos diferentes Estados-Membros, pelo Regulamento de Desenvolvimento Rural de 2003, e a algumas do que se poderá designar por “vantagens comparativas” da situação portuguesa, resultantes do seu “atraso” relativo, quando comparada com a situação dos países do Norte e do Centro da Europa, podemos colocar a hipótese de que o papel potencial da agricultura para o desenvolvimento rural em Portugal dependerá, não só, mas, em boa medida, da existência de uma política nacional que vise “maximizar” as referidas vantagens comparativas.

Com efeito, a presença de uma agricultura tradicional, condição base para o exercício da multifuncionalidade do espaço rural em zonas mais desfavorecidas, e a eventualmente mais fácil reconversão de algumas das restantes explorações agrícolas para práticas mais consentâneas com a preservação do ambiente são questões que, no actual contexto económico, social e ambiental

européu, urge incluir na filosofia das políticas e das acções conducentes ao desenvolvimento agrícola e rural sustentável em Portugal.

Capítulo 7. RURALIDADE, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

7.1. Introdução

Em articulação com a questão da dimensão ambiental da agricultura e do espaço rural desenvolvida no capítulo anterior e tendo em conta o contexto económico e social da agricultura tal como foi esboçado nos capítulos 4 e 5, importa agora ensaiar uma reflexão em torno do contributo da agricultura para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

O primeiro ponto será propor uma resenha histórica da evolução das representações sociais da agricultura e do rural durante o período compreendido entre, *grosso modo*, o regime salazarista e a adesão de Portugal à então CEE, bem como a análise, reportada ao ano de 2000, das representações sociais da população portuguesa sobre a natureza e o ambiente e do seu posicionamento relativamente ao processo de mudança do paradigma antropocêntrico para o novo paradigma ecológico. Procurar-se-á depois caracterizar, à luz da problemática das “novas” funções sociais e simbólicas atribuídas ao espaço rural nas sociedades modernas contemporâneas, os principais contornos da emergente representação social da ruralidade, no Portugal do início do século XXI.

Tendo como pano de fundo as questões enunciadas no parágrafo anterior, as quais contribuem para contextualizar a passagem, em Portugal, da representação social do rural à representação social da ruralidade, retomaremos os principais traços sociológicos dos dois aspectos mais marcantes da evolução recente da agricultura portuguesa. Pelas razões então enunciadas, foram alvo de maior aprofundamento analítico a importância numérica, mas também social e económica, da agricultura pluriactiva e a emergência de práticas agrícolas resultantes do processo de ambientalização da agricultura.

Há que articular os referidos aspectos com a problemática do desenvolvimento rural sustentável. Tais aspectos, em nosso entender, não só sintetizam os traços mais marcantes do processo de mudança social ocorrido na agricultura portuguesa e, por conseguinte, nos respectivos espaços rurais, entre 1970 e 2000, como constituem, à luz das mais recentes políticas públicas para a agricultura e para o espaço rural, dois dos seus elementos-chave, sobretudo no que aos países da Europa do Sul diz respeito.

Com efeito, no contexto da emergente representação social dominante da ruralidade, a capacidade potencialmente inovadora de alguns dos sectores da agricultura pluriactiva e dos sectores de agricultura resultantes da concretização do processo de aplicação da política agro-ambiental europeia assume relevância social. Ela manifesta-se no processo de mitigação dos problemas colocados pela desertificação física e pelo despovoamento de muitas zonas rurais – como é o caso de boa parte do espaço rural do interior do país - bem como no que respeita ao contributo que tais sectores podem vir a fornecer em prol de um processo de desenvolvimento rural sustentável, através, justamente, da maximização - no referido contexto - de algumas das vantagens comparativas que a agricultura e o espaço rural portugueses apresentam por relação a outros países da Europa comunitária, designadamente os do Norte e do Centro.

Em suma, eis as questões que subjazem aos objectivos centrais deste capítulo e a partir das quais se procurará equacionar a sua inegável importância e contributo – nas actuais condições económicas, sociais e ambientais – no que concerne às estratégias relativas à defesa da natureza, da segurança alimentar e, mais genericamente, da agricultura e dos territórios rurais portugueses. Com efeito, estamos perante matéria que assume pertinência crescente quer do ponto de vista sociológico, quer do ponto de vista social. Há para isso variadas razões que vão, como dizíamos, do contexto criado pelas políticas públicas aos aspectos controversos e mesmo voluntaristas não poucas vezes a ela associados - com destaque para os relativos à questão da multifuncionalidade agrícola.

Vimos que o processo relativo à passagem da representação social do rural à emergente representação da ruralidade assentou em factores sócio-culturais determinantes dos conteúdos simbólicos da ruralidade, da natureza e do ambiente (capítulo 5, sobretudo) e de factores sócio-económicos que, durante o período em análise (capítulo 4.), actuaram sobre a agricultura e o espaço rural portugueses.

Se o preenchimento das funções de recriação e de conservação das amenidades rurais parece interpor-se no caminho do desenvolvimento das funções produtivas da agricultura, o facto é que as actividades decorrentes de tais funções não são necessariamente incompatíveis com a obtenção de resultados económicos, podendo, ademais, constituir-se em factores de preservação do rural e da própria agricultura, ainda que sob formas e modalidades diferentes e diversas.

Do ponto de vista teórico, o preenchimento de tais funções articula, por seu turno, diversas áreas temáticas que incluem a economia agrícola, o desenvolvimento rural e o ambiente.

No que concerne à realidade da agricultura e do rural em Portugal e perante os traços que, no mapa comunitário, a definiam como “realidade singular”, a questão do desenvolvimento rural assume importância crucial. A coexistência de diversos modelos de agricultura em Portugal assentava, à data da aplicação das primeiras medidas de política agro-ambiental em Portugal (1994), sobre uma linha divisória que opunha duas tendências associadas a dois grandes sectores distintos no campo do debate sobre o futuro da agricultura e do espaço rural. Eram eles, como vimos, o sector do que designámos por “sector da modernização agrícola” e o sector que compreendia o que designámos por “sector da agricultura tradicional ou extensiva”.

A propósito do referido debate há, todavia, que contemplar, para além desses dois sectores, o sector da agricultura pluriactiva, quer pela sua importância numérica - em crescendo durante todo o período em análise - quer pela sua importância social, mas também económica.

Mais ou menos associados aos referidos sectores, descortinavam-se, fundamentalmente, dois discursos dominantes: o discurso assente na necessidade de proceder à modernização agrícola e o discurso que, então, designámos por neo-rural. O primeiro reduzia o papel da agricultura à função produtiva, enquanto o segundo alargava o debate à questão do desenvolvimento dos espaços rurais e à reprodução social da agricultura familiar, e, por essa via, à manutenção do espaço rural. Ora, é justamente no âmbito deste último discurso que os sectores da agricultura pluriactiva e da agricultura tradicional assumem maior relevância social.

7.2. Das Novas Funções Sociais da Agricultura e do Rural aos Contornos da Construção Social da Ruralidade no Portugal dos Inícios do Século XXI

A reflexão sociológica em torno do processo de revalorização social do rural na sociedade portuguesa reclama, em nosso entender, que se analisem os dados disponíveis relativos às representações, percepções e atitudes da população portuguesa sobre a natureza e o ambiente. Com efeito, tal processo é delas tributário tanto como o são, também, os traços da emergente construção social da ruralidade. Tal construção social da ruralidade tende a definir-se, à semelhança, de resto, do que se passa nas sociedades modernas contemporâneas, a partir da importância social conferida ao rural enquanto reserva de qualificação ambiental.

Hoje, a equação o ambiente é a natureza e a natureza é o rural tem origem citadina e vem ganhando crescente expressão (Mathieu e Jollivet (orgs.), 1989). Com efeito, os conceitos de

natureza e de paisagem nas sociedades modernas contemporâneas identificam-se com o designado “mundo rural”. Esta visão do rural pode traduzir-se por uma redefinição da ruralidade (Mormont, 1987). A ruralidade passa a ser crescentemente entendida como um princípio de organização e um sistema de valores que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental do rural. São os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores desta redefinição social da ruralidade a qual não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais.

Se os cidadãos e, por vezes menos claramente, o Estado, têm uma visão predominantemente “estética” da natureza, os rurais, por seu turno, em particular os agricultores, dela possuem uma representação predominantemente “utilitária” (Figueiredo, 1996). O mesmo é dizer que tais visões são susceptíveis de pôr em confronto interesses, necessidades e aspirações por parte de vários actores sociais, instituições e entidades oficiais. Assim sendo, no que à matéria de desenvolvimento rural diz respeito, o confronto entre as referidas noções de natureza pode conduzir a que alguns dos respectivos projectos contêm ora impasses, ora tendências mais ou menos folclorizantes. Com efeito, o radicalismo de algumas das representações e visões cidadinas do rural levaram Bourdieu a tomá-las enquanto “resultado de uma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas de uma natureza transformada em paisagem para os cidadãos” (Bourdieu, 1977: 4).

Como vimos, até meados dos anos 80, a ruralidade em Portugal prendia-se com o exercício directo ou indirecto - por via, designadamente, do autoconsumo familiar alargado - da actividade agrícola sob formas e modalidades económica e socialmente muito heterogêneas. Com, por um lado, o alargamento das gerações urbanas e, por outro, o novo quadro resultante das sucessivas Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e do surgimento da Política Agrícola e Rural Comum (PARC), a ruralidade constitui hoje quer para o Estado, quer para uma franja crescente de residentes nas cidades uma categoria diferente da que dominava em meados dos anos 80.

Em Portugal, a emergente construção social da ruralidade assente na revalorização social e simbólica do rural, através, designadamente, do regresso à natureza e da necessidade de a preservar, inscreve-se, como vimos, nas transformações sócio-económicas e políticas das duas últimas décadas do período em análise e reforça-se por via da introdução da problemática agro-

ambiental e do ambiente rural, com a tradução e a aplicação, a partir de 1994, de uma das designadas medidas de acompanhamento da Reforma da PAC - as medidas agro-ambientais.

Em Portugal o rural esteve no plano ideológico e no plano simbólico intimamente ligado ao agrícola durante um largo período de tempo. O rural era sinónimo de subdesenvolvimento e de passadismo. O reverso dessa representação social, inequivocamente dominante durante a maior parte do período coberto pelo regime de António de Oliveira Salazar, era, no entanto, o do culto da família tradicional e o da permanência dos valores morais transmitidos de geração em geração. O rural era representado enquanto sinónimo de harmonia, de natureza, de saúde, de qualidades morais. Em suma, era percepcionado como reserva moral da nação.

Essa concepção, tão cara ao corporativismo⁸⁹, foi a imagem de marca da concepção ideológica e política do regime. Traduziu-se, entre outras iniciativas, pelo concurso “A Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, promovido em 1938, de que António Ferro foi o principal mentor.

No final do regime salazarista e durante o período marcelista, o rural e, em particular, a agricultura, passam a ser percepcionados enquanto sectores que carecem de encetar um processo de modernização. Essa perspectiva foi - ainda que em moldes diferentes - como que reinventada, por assim dizer, em 1986, no âmbito das medidas produtivistas da Política Agrícola Comum (PAC) (Mansinho e Schmidt, 1997), designadamente com a aplicação do Regulamento CEE nº 797/75, destinado a apoiar a instalação de jovens agricultores

No post-25 de Abril de 1974, o rural - apesar das conquistas democráticas dos assalariados agrícolas e dos pequenos agricultores⁹⁰ - cede o seu lugar, por força do contexto social e político de então, a uma representação que valorizava sobretudo a vida urbana e a actividade industrial.

A representação social do rural que, em Portugal, emerge entre a última década do século XX e o início do século XXI - à data já com foros de consolidação na Europa Central e do Norte - está ligada à progressiva consciência social da necessidade de eleger o rural como reserva de qualidade ambiental. Os portadores desta representação são, como já aludimos, uma franja, - ainda que, à data, pouco expressiva em Portugal, - de cidadãos e, progressivamente, o próprio

⁸⁹ O sector agrícola constituiu o balão de ensaio do corporativismo português. Com efeito, durante a vigência da Campanha do Trigo, 1929/34, foram criados, entre outros organismos corporativos, a Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT) e a Federação Nacional dos Industriais de Moagem (Pais *et al.*, 1976 e 1978).

⁹⁰ Veja-se o caso da legislação sobre o arrendamento rural.

Estado, entidade que – mais em termos discursivos do que em quaisquer outros - associa a esta nova representação social do rural um conjunto de oportunidades, em particular a do respectivo concurso para o desenvolvimento e a requalificação ambiental dos territórios rurais.

Refira-se, no entanto, que o desenvolvimento e a requalificação ambiental dos territórios rurais portugueses parece caracterizar-se por ser sobretudo tributária do debate decorrente das políticas agrícola e rural provenientes da União Europeia e não tanto do debate em torno de uma política agrícola e rural equacionada pelas autoridades portuguesas, a partir da margem de manobra que tais políticas conferem a cada Estado-Membro.

No quadro de um novo ruralismo animado de uma sensibilidade ecológica, o qual, em boa medida, está subjacente à nova representação social da ruralidade, uma visão estética da natureza e do rural extremada pode, por vezes, como vimos, conduzir ao risco de se traduzir em potenciais efeitos perversos de folclorização do espaço rural. Como muito oportunamente Inês Mansinho e Luísa Schmidt lembram, o Plano de Desenvolvimento Regional para 1994-1999, apresentado por Portugal à UE, propunha medidas de apoio às cinco aldeias portuguesas mais tradicionais. (Mansinho e Schmidt, 1997).

A adesão de Portugal à UE em 1986 trouxe consigo políticas e leis de ambiente mais impositivas. A Lei do Ambiente foi aprovada e os movimentos ecologistas foram legalmente enquadrados e receberam ajudas específicas, tendo-se criado o Grupo de Estudos sobre o Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) e a QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza. Durante os anos 90 do século passado, o Ministério do Ambiente viu alargado o seu âmbito de acção ao ganhar competência sobre a gestão da caça e do litoral em zonas protegidas (Mansinho e Schmidt, 1997).

A criação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) dera-se no início dos anos 80, através da publicação do Decreto-Lei nº 451/82 de 16 de Novembro e do Decreto-Lei nº 321/83 de 5 de Julho, respectivamente. A instituição da primeira destinou-se a consagrar a importância do solo agrícola “[...] como valor de património que a todos interessa e é pertença da comunidade ao longo das gerações” (Decreto-Lei nº 451/82); a instituição da segunda teve como finalidade “[...] possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais” (Decreto-Lei nº 321/83). No início da aplicação da legislação

resultante da Rede Natura 2000, chegou-se a pretender converter ao estatuto de zona protegida cerca de 20% do território nacional.

Um novo discurso oficial sobre o rural emerge então: um discurso preocupado com a ruralidade enquanto suporte de uso turístico e de lazer das proclamadas “belezas naturais” do país. Tal discurso sublinha a importância dos “produtos tradicionais”, do artesanato, das raças autóctones e das medidas agro-ambientais e reflecte a tentativa de ultrapassar o impasse das relações que o país mantinha com a natureza, ainda muito dividido que estava entre o “discurso naturalista” e o “discurso produtivista” (Mansinho e Schmidt, 1997: 284).

Com efeito, ao nível das representações colectivas e do debate social e político, o rural que constituía o nó ideológico do regime antes de 1974 só reganhou importância no contexto da UE e da Reforma da PAC, mais exactamente nos anos 90, com o surgimento de novas preocupações ambientais quando, e por isso mesmo, a agricultura deixa de estar em “estado de graça” relativamente às respectivas consequências sobre o meio ambiente⁹¹. Concomitantemente, o surgimento de preocupações ambientais por parte da PAC reenvia o debate para as sociedades rurais tradicionais, episodicamente interrompido no post-revolução de Abril de 1974.

Quando as questões agro-ambientais se colocam assumem um duplo aspecto (capítulo 6): o de um problema de ambiente ligado à agricultura, por um lado, e o do futuro das sociedades rurais, por outro. Relembremos, resumidamente, os traços gerais dos discursos então em presença:

- 1) A “comunidade” agrícola tendia a atribuir pouca ou nenhuma importância às questões ambientais. O discurso dominante era o da relativa harmonia entre a agricultura e o ambiente;
- 2) Os grupos ambientalistas tendiam, em geral, a subvalorizar os danos ambientais resultantes da agricultura, ainda que a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) reconhecesse (reconheça) a importância da agricultura tradicional para fins ambientais.

Mas interessa observar, ainda, de que modo se posicionava a população portuguesa relativamente à natureza e ao ambiente.

Tomámos como ponto de partida os dados provenientes do *II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, levado a cabo pelo OBSERVA-Ambiente, Sociedade e Opinião Pública em 2000 (Almeida, 2004), que se destinou a analisar as

⁹¹ Refira-se, no entanto, que a agricultura europeia perde, como vimos, esse “estado de graça” por via, essencialmente, da constatação dos elevados custos de armanejamento dos excedentes, surgidos com o enorme sucesso económico da PAC.

atitudes, opiniões, representações e valores dos portugueses sobre as questões ambientais, consideradas no seu sentido mais amplo.

Ensaíamos uma primeira abordagem ao estado da opinião pública portuguesa na referida matéria, recorrendo aos resultados relativos a dois eixos de análise explorados nesse inquérito: as representações sociais da natureza e do ambiente, por um lado, e o processo de adesão da população portuguesa aos designados novos valores ecológicos, por outro. O último dos dois eixos sintetiza os principais indicadores relativos ao processo social de mudança do paradigma antropocêntrico para o paradigma ecológico, na sociedade portuguesa.

O ambiente é frequentemente assimilado – porventura herança das primeiras políticas conservacionistas - aos valores naturais e às ameaças que recaem sobre a natureza. Esta ideia de equivalência entre ambiente e natureza deixa de fora, todavia, o espaço de interacção entre o mundo social e o mundo natural. Hoje cada vez mais se assiste à demarcação do conceito de ambiente, o qual tem vindo a ganhar autonomia por relação à noção de natureza. As várias representações do ambiente que acentuam um ou outro conceito dão origem, fundamentalmente, a três grandes concepções que corresponderão a distintos estádios de autonomização da noção de ambiente em relação à noção de natureza (Theys, 1993). São elas:

- 1) Concepção objectiva e biocêntrica, segundo a qual o ambiente é entendido enquanto aglomerado de elementos naturais e respectivas relações e interdependências, pouco se distanciando da própria noção de natureza. O interesse pelo ambiente não traduzirá mais, de acordo que esta concepção, do que a crescente tomada de consciência da pertença do subsistema social ao sistema mais vasto da biosfera;
- 2) Concepção subjectiva e antropocêntrica, segundo a qual o ambiente é entendido enquanto espaço de relações entre o Homem e o seu meio envolvente (natural ou construído). No limite, a defesa do ambiente e a preservação dos recursos naturais mais não fazem do que pugnar pela manutenção das condições necessárias à sobrevivência da própria humanidade;
- 3) Concepção objecto-subjectiva e tecnocêntrica, segundo a qual o ambiente é entendido enquanto um conjunto de limites, de potenciais disfuncionalidades, de riscos ou de problemas que interessa resolver, tendo em conta as interacções do sistema global. O conceito de ambiente projecta, assim, a existência de relações de transformação recíproca entre a sociedade e o seu meio (natural e construído), através de um processo de acções e reacções,

efeitos e contra-efeitos. Segundo esta concepção, sociedade e natureza tendem a integrar-se cada vez mais, pelo que o destino de uma determinará, por certo, o futuro da outra.

Quais são, então, em 2000, as representações sociais dos portugueses sobre a natureza e o ambiente?

Sublinhe-se que “os observáveis [se referem] directamente, às dimensões simbólicas [...] [isto é às] representações – entendidas como avaliações cognitivas, constitutivas de recursos e referências para a acção [...] e [aos] valores – entendidos como sistemas estruturados e duradouros de preferências “ (Almeida, 2004: 3).

A cada uma das concepções de ambiente (Theys, 1993) associaram-se quatro palavras ou expressões, a saber: “animais”, “natureza”, “vegetação”, “Terra”, no caso da primeira das concepções; “campo”, “cidade”, “qualidade de vida”, “paisagem”, no caso da concepção subjectiva e antropocêntrica de ambiente; “limites do crescimento”, “riscos/perigos”, “poluição”; “ecossistemas”, no caso da última das concepções propostas por Theys.

A hipótese “natureza” foi a opção mais escolhida, seguida - ainda que a uma certa distância - das modalidades de resposta “animais” e “campo”. Com clareza se verifica a importância conferida pelos portugueses aos elementos assimiláveis à equação ambiente igual a natureza, isto é, a partilha de uma concepção marcadamente biocêntrica do ambiente.

A concepção tecnocêntrica, que alia o mundo natural ao mundo social, numa acção com efeitos e contra-efeitos, era ainda minoritária e parecia acantonada a algumas camadas da população. Com efeito, os grupos etários mais jovens e os grupos mais escolarizados tendiam a optar por maior adesão à concepção tecnocentrada do ambiente e, ainda, por um relativo distanciamento das concepções mais antropocêntricas que medem e lêem o mundo à medida das necessidades da humanidade.

Em suma, os portugueses tendiam a representar o ambiente, ainda e sobretudo, pela natureza e pelos elementos naturais⁹². Tais representações vinham acompanhadas de ideias bucólicas de campo e de paisagens, símbolos de uma qualidade de vida, porventura, perdida.

⁹² Já em 1997, o termo ambiente vinha sobretudo associado à natureza, ao meio exclusivamente biofísico (52% do total da população portuguesa); apenas 16% dos indivíduos identificavam o ambiente enquanto conceito de conteúdo socio-biofísico; 11% da população portuguesa, por seu turno, associava o ambiente ao ambiente social e humano (Almeida, 2000).

A relação desequilibrada com a natureza tem raízes profundas quer nos pressupostos expansionistas da modernidade, quer nas tradições judaico-cristãs (a natureza foi criada por Deus para suprir as necessidades humanas), o que revela o forte pendor antropocêntrico da cultura ocidental ao pressupor uma descontinuidade evolutiva entre a humanidade e os restantes seres da biosfera. Os avanços, sem precedentes, alcançados no desenvolvimento técnico-científico agudizaram esta abordagem e converteram este antropocentrismo de raízes antigas numa arrogância moderna para com e sobre a natureza.

Foi, todavia, o próprio desenrolar da modernidade que pôs em evidência a insustentabilidade dos modelos de crescimento adoptados. A crise ambiental globalizou-se nos anos 80 e impôs, ainda que de forma gradual, mudanças nas assunções que fundamentam as relações entre sociedade e ambiente. A alternativa que se vislumbra à visão optimista e antropocêntrica do mundo é uma forma mais equilibrada de relacionamento com o meio ambiente e com os recursos naturais, assumindo que dos efeitos nefastos da actividade humana podem advir consequências graves – se não desastrosas - para o planeta e, conseqüentemente, para a humanidade.

A emergência do paradigma ecológico nos meios científicos e académicos, bem como entre a população em geral reflecte, assim, a necessidade de interpretação de fenómenos como a ameaça da poluição, a escassez de recursos e o declínio da qualidade de vida das populações. Abre-se campo ao reconhecimento efectivo de que a humanidade está sujeita a constrangimentos (limites e interdependências ecológicas), ainda que, simultaneamente, detenha a capacidade de modificar o ambiente de acordo com as respectivas necessidades sociais.

O Novo Paradigma Ecológico (NEP) assenta na ideia de dependência ecológica das sociedades humanas, inserindo-as na rede complexa de relações interdependentes do ecossistema. A noção de escassez ecológica do ecossistema global, subjacente a esta perspectiva, implica a assunção de leis naturais a que os humanos não podem deixar de estar sujeitos. Segundo este paradigma, num planeta finito, os limites da humanidade serão, apesar do engenho tecnológico, as leis da natureza.

A partir do grau de concordância dos inquiridos com cada uma das quinze asserções da escala NEP, concebida pelos sociólogos do ambiente norte-americanos William Catton e Riley Dunlap (1980), cujo objectivo é medir o processo da mudança paradigmática em curso nas sociedades

modernas⁹³, criou-se um índice que, tendo em conta a média de todas as respostas dos inquiridos, pretendeu chegar a uma ideia global da forma como se desenrolaria o processo de adesão aos novos valores ecológicos, por parte da população portuguesa.

Apenas 10.2% do total da população se situava num pendor antropocêntrico. A grande maioria (73.0%) partilhava, ainda que moderadamente, os novos valores ecológicos e 11.0% assumia, de forma clara, os valores do novo paradigma ecológico (NEP). A adesão aos novos valores ecológicos parece ser tanto mais clara quanto mais jovens são os inquiridos. A escolaridade, por seu turno, parece funcionar como motor de mudança, estimulando a recusa dos valores antropocêntricos e, em simultâneo, a adesão aos valores do NEP. Ainda que não seja determinante, a condição urbana parece, também ela, estimular o processo de mudança paradigmática⁹⁴.

Como seria de esperar, os inquiridos com posturas mais ecológicas na escala dos novos valores ecológicos eram os que, tendencialmente, mais aderiam às concepções biocêntrica e tecnocêntrica, sobretudo a esta última.

Se a adesão aos novos valores ecológicos assumia já peso considerável entre os portugueses, tal adesão não se verificava sem algumas *nuances* que materializavam o respectivo processo de mudança paradigmática.

A fragilidade do equilíbrio ecológico era algo que poucos punham já em dúvida. Todavia, a equidade biótica e, sobretudo, os limites do crescimento, eram vertentes que não se mostravam consensuais (só cerca de 40% dos inquiridos revelou crer, de forma inequívoca, que os limites do crescimento estavam prestes a atingir-se e não mais de 64% aceitava, sem reservas, os pressupostos da equidade biótica).

Ainda que aderindo à ideia de que não há exagero na formulação da crise ecológica e de que a fragilidade do equilíbrio ecológico exige medidas que o defendam de um antropocentrismo cego,

⁹³ A este propósito ver ainda, entre outras, as seguintes referências: Dunlap, 1983; Dunlap, 1993; Dunlap et al., 2000.

⁹⁴ Com efeito, em Portugal, à semelhança do que se passa noutros países ocidentais, os níveis de preocupação com o ambiente tendem a aumentar com a densificação da população, com o aumento dos níveis de escolaridade e de rendimentos e entre as camadas mais jovens. Ao contrário das populações rurais, a população urbana tende, ainda, a privilegiar os aspectos globais do ambiente, menos visíveis e imediatos, e os espaços verdes (Almeida, 2000).

uma boa parte dos portugueses parecia, todavia, acreditar no engenho humano para contornar as dificuldades e ultrapassar os limites naturais que, segundo eles, estavam longe de ser atingidos.

7.3. Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável

Voltemos às questões subjacentes ao objectivo central deste capítulo, enunciando três dos seus principais aspectos: o que implicará, sociologicamente falando, o processo de ambientalização do rural e da agricultura portugueses? qual a disponibilidade dos portugueses para fruir do rural e da natureza? como articular desenvolvimento económico e social dos territórios rurais com sustentabilidade ambiental?

Mais do que responder às questões formuladas, há que inventariar e equacionar algumas das sub-questões que cada uma delas convoca. Em relação ao primeiro aspecto, a mobilização dos agricultores para as questões ambientais assume particular relevância. Tal mobilização passa pela percepção de que a defesa do ambiente pode constituir uma oportunidade e não um obstáculo à modernização ecológica da actividade agrícola – o caso, sobretudo, da reconversão de práticas agrícolas intensivas para práticas agrícolas alternativas - ou condição para a manutenção dessa actividade – no caso, sobretudo, da agricultura tradicional ou extensiva.

O segundo aspecto convoca, por seu turno - como dissêmos - o aprofundamento da análise das vertentes associadas à maior ou menor adesão dos portugueses a valores mais ecologicamente centrados. Com efeito, os processos de ambientalização do rural e da agricultura são fortemente tributários dessa adesão. Por outras palavras, aprofundar a análise da postura ecológica dos portugueses.

Se a postura ecológica dos portugueses no início do século XXI parece apresentar vertentes de um antropocentrismo actualizado, à luz das então condições económicas, sociais e ambientais, será que essa postura se configurará na defesa da natureza, da paisagem e do património identitário rural com vista à sua fruição e salvaguarda para as gerações futuras? A resposta positiva a esta questão não deixará de ter implicações decisivas no que à agricultura e ao rural concerne, designadamente na manutenção daquela para efeitos de preservação da natureza e da paisagem e daquele enquanto reserva ambiental, mas também patrimonial e cultural.

Por fim, o terceiro aspecto remete-nos, desde logo, para a questão da articulação - nem sempre pacífica - entre agricultura, ambiente e desenvolvimento. Tal articulação tem sido conceptualizada com recurso a dois modelos (Lowe, 1999):

O primeiro é o modelo do “impacte”, segundo o qual os impactes ambientais estão directamente associados ao uso de inputs de origem industrial. Este modelo assume que a agricultura age contra o ambiente. O corolário resultante é o de que as políticas conducentes à melhoria do ambiente devem restringir a actividade agrícola.

O outro modelo, o dos “bens públicos”, afirma que os atributos ambientais tomam a forma de bens públicos (as paisagens de pastorícia mantidas pelos sistemas tradicionais de forragem, entre outros exemplos). Defende-se aqui a manutenção de sistemas de agricultura ou práticas agrícolas que, ao coevolúrem com o ambiente durante um longo período de tempo, conduziram à existência de uma interrelação das características do ambiente com certos tipos de agricultura. O corolário resultante deste modelo é, então, o da existência de uma relação positiva, ainda que complexa e indeterminada, entre a prática da agricultura (leia-se certas práticas agrícolas tradicionais ou extensivas, designadamente) e o ambiente.

As implicações políticas decorrentes das duas perspectivas são substancialmente diferentes. Com efeito, enquanto o modelo do “impacte” prefigura uma política de diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva; o modelo dos “bens públicos” pugna por uma política de manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais ou extensivos e por uma política dos efeitos não mercantis da agricultura os quais, maioritariamente, se traduzem na ideia de conservação da paisagem e dos *habitats* da vida selvagem. Refira-se que estes dois modelos não são propriamente antagónicos, podendo coexistir no tempo e no espaço.

Promover a articulação entre agricultura, ambiente e desenvolvimento rural implica a adesão dos actores e dos protagonistas-chave na evolução das condições ambientais dos territórios rurais (estado, agricultores, industriais, operadores de turismo, entre outros), bem como da população em geral, ao processo de ambientalização da agricultura e do espaço rural.

Tal adesão é, todavia, fortemente tributária da “prova”, sobretudo no que aos agricultores diz respeito (ver Capítulo 6). Por outras palavras, é fortemente tributária da ideia de que a defesa da natureza e do ambiente poderá reverter em oportunidade económica e social, concorrendo para o desenvolvimento - que se quer sustentável - dos referidos territórios.

Assim sendo, é necessário que se opere uma mudança de perspectiva por parte dos referidos protagonistas, da população em geral e dos responsáveis políticos no sentido de que a defesa do ambiente rural não constitui - como é ainda em muitos casos recorrente - um entrave ao desenvolvimento da actividade económica, mas, ao invés, uma oportunidade.

Com efeito, tal mudança de perspectiva é uma das condições necessárias, ainda que não suficiente, para a mitigação - em tempo ambiental e socialmente útil - dos principais problemas presentes numa parte substancial dos territórios rurais, territórios cujas principais características se podem resumir em “redução continuada do peso da agricultura na [respectiva] economia, redução dos níveis de rendimento agrícola, fraca capacidade para atrair investimentos para os outros sectores, condições de vida e de trabalho pouco atractivas, problemas ambientais associados a poluição, abandono rural, erosão, incêndios rurais” (Cunha, 2004, citado por Cavaco, 2004: 99).

Em suma, trata-se de tomar o ambiente enquanto uma das variáveis estratégicas do desenvolvimento rural, pondo em prática - segundo os territórios em causa - políticas públicas conducentes à articulação entre agricultura, ambiente e desenvolvimento, através da concretização de um dos modelos, acima apresentados e discutidos, ou dos dois em simultâneo, com o objectivo de mobilizar os recursos endógenos disponíveis no “mundo rural” e os emergentes recursos exógenos que o circundam, por via, designadamente, do preenchimento, por parte daquele, de novas funções sociais e simbólicas.

Ainda que a política agrícola e rural portuguesa seja tributária da política europeia, é possível balizar uma política nacional que procure contemplar as vantagens comparativas do nosso atraso económico, designadamente, como dissemos, as resultantes - mais por inércia do que por estratégia de conservação da natureza e dos recursos naturais ou de transmissão do património “natural” às gerações vindouras - de processos que não imprimiram a sua marca no ambiente de forma decisiva, tendo permitido, nalguns casos, a conservação de comunidades detentoras de alguns dos traços característicos de uma anterior ruralidade.

Com efeito, a tardia integração da agricultura portuguesa no modelo da PAC contribuiu, entre outros factores - designadamente os referidos acima - para a manutenção e importância relativa de práticas agrícolas tradicionais e/ou extensivas e de uma agricultura a tempo parcial ou pluriactiva.

No quadro das Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política Agrícola e Rural Comum (PARC), a manutenção de tais práticas agrícolas e respectivos contextos sociais e culturais pode contribuir para evitar rupturas na relação entre actividade agrícola e ambiente rural. Ademais, a sua manutenção pode constituir uma das componentes do processo de diversificação económica das áreas rurais.

É nesse sentido que importa contribuir para a discussão em torno do papel da agricultura e, em particular, de específicas práticas agrícolas na manutenção e na conservação do ambiente e na mitigação de processos de desertificação e de despovoamento em meio rural. Por outras palavras, importa discutir a contribuição, que cremos ser inegável, da agricultura para o processo de revalorização social do rural na sociedade portuguesa.

A reflexão que se segue assentará, sobretudo, no contributo potencial - económico, social e ambiental - para uma política de desenvolvimento rural sustentável, quer pelo sector da agricultura pluriactiva, quer pelo sector da agricultura resultante do processo de aplicação das medidas agro-ambientais.

Nos países da Europa do Sul, onde o desenvolvimento do sector agrícola seguiu um padrão diferente *vis-à-vis* do dos outros países europeus, a diversificação das fontes de rendimento dos agricultores, através do exercício de actividades não agrícolas permite, efectivamente, pensar a agricultura pluriactiva enquanto via potencial para o desenvolvimento de práticas agrícolas multifuncionais, ao abrigo dos desenvolvimentos da PAC e da PARC. É o caso em Portugal, onde a agricultura pluriactiva assume particular relevo numérico.

Assim sendo, a análise dos diferentes significados económicos e sociais subjacentes à prática da agricultura pluriactiva assume hoje importância renovada no contexto da discussão em torno da possibilidade de essas práticas virem a enformar modalidades consistentes de multifuncionalidade agrícola, associadas a novas actividades resultantes das procuras sociais que, cada vez mais, impendem sobre a agricultura e o espaço rural.

A necessidade de aprofundar a análise das diferentes dimensões teóricas e operativas da noção de multifuncionalidade (ver Capítulo 2), bem como do seu significado sociológico prefigura-se, então, enquanto questão-chave para que se possa encetar uma discussão séria - porque teórica e metodologicamente informada - sobre as virtualidades e os limites da agricultura multifuncional na sua relação com o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais portugueses.

Sem esse aprofundamento – o actual enquadramento analítico é, ainda, em boa medida, insatisfatório - não será possível chegar ao balanço das virtualidades e limites de tais práticas agrícolas, bem como do modo como os agricultores portugueses estão a encarar e a interpretar as directrizes e as políticas no que à multifuncionalidade da agricultura concerne.

É, no entanto, importante distinguir o exercício da pluriactividade agrícola do da agricultura multifuncional. Enquanto a agricultura pluriactiva se define como qualquer forma de rendimento realizado extra-exploração agrícola, a agricultura multifuncional corresponde à situação em que os recursos da exploração afectos à produção agrária são parcialmente desviados para a concretização de outras actividades, designadamente as que resultam das procuras sociais e simbólicas subjacentes à nova representação social da ruralidade. Por outras palavras, à agricultura multifuncional está associado um processo de diversificação agrícola. Finalmente, importa distinguir, ainda, a diversificação agrícola que caracteriza a agricultura multifuncional da que subjaz à agricultura tradicional ou à agricultura extensiva. Com efeito, à agricultura tradicional ou extensiva está associado um tipo de diversificação agrícola há muito desaparecida nas agriculturas do norte e do centro da Europa.

Ainda assim, é pertinente equacionar a disponibilidade e a capacidade potenciais da agricultura pluriactiva para protagonizar práticas agrícolas multifuncionais de diversa índole, já que se trata de sector caracterizado pela presença de estratégias assentes na diversificação e na maximização, respectivamente, das fontes de rendimento e da capacidade de trabalho dos respectivos agregados domésticos.

A criação de condições e de incentivos para a sua reconversão a práticas agrícolas multifuncionais, permite-nos, então, pensá-la enquanto modalidade de agricultura capaz de vir a concorrer para a concretização de processos conducentes ao desenvolvimento sustentável de alguns dos territórios rurais.

No limiar deste século, a agricultura a tempo parcial associada ao preenchimento de novas procuras sociais representava, como vimos, aproximadamente 10% do número total das explorações agrícolas familiares.

O tipo de actividades que tais procuras podem vir a propiciar constitui, todavia, matéria a carecer de estudo e de pesquisa empírica por parte das ciências sociais, já que se institui enquanto terreno de novas oportunidades para os agricultores e, por conseguinte, para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Convém, todavia, sublinhar que a conjugação do exercício da actividade agrícola com algumas dessas novas actividades nem sempre se traduz num desenvolvimento sustentável dos referidos territórios. Com efeito, a conjugação da actividade agrícola com a actividade turística, por exemplo, pode, nalguns casos - como no caso das áreas ambientalmente sensíveis - vir a saldar-se por consequências negativas, ameaçando os já frágeis ecossistemas dessas áreas.

A emergência, nos finais dos anos 90, de situações de conjugação da actividade agrícola com outras actividades desenvolvidas no interior da exploração agrícola é a resultante, em alguma medida, da aplicação de uma política pública de incentivos à multifuncionalidade agrícola? Ou, ao invés, resulta, sobretudo, de iniciativas mais ou menos dispersas e sem garantias de sustentabilidade, encetadas pelos respectivos agricultores?

Do tipo de resposta às interrogações formuladas, bem como da observância do necessário encontro entre iniciativas individuais e medidas públicas de incentivo a tais práticas, dependerá, em boa medida, a contribuição da agricultura pluriactiva para a concretização sustentável de uma estratégia de multifuncionalidade agrícola e, por essa via, para a manutenção e reprodução dos respectivos protagonistas.

António Covas, um dos autores que se destaca pela sua posição inequívoca em favor de uma política de desenvolvimento rural que apoie os agricultores nas suas estratégias de diversificação de actividades, advoga que “a pluriactividade é o enquadramento mais adequado para operar a modernização agrícola [...]. Nas áreas de minifúndio, trata-se de sustentar a pluriactividade; nas zonas intermédias, de recriar a pluriactividade; e nas zonas em despovoamento, de inventar a pluriactividade” (Covas, 2004: 47).

O debate sobre as modalidades de agricultura que permitirão transformar o designado tradicional “imobilismo da agricultura e do rural” num laboratório de “inovação social”, assume - no actual contexto económico, social e ambiental de uma expressiva parte dos territórios rurais portugueses - importância decisiva.

Com efeito, como vimos, para além da agricultura multifuncional e dos referidos sistemas de agricultura tradicional ou extensiva, também as práticas agrícolas resultantes do processo designado por modernização ecológica da agricultura – designadamente a agricultura de protecção e de produção integradas e a agricultura biológica – constituem modalidades agrícolas que, em certas regiões e sob certas condições, poderão vir a contribuir para o processo de desenvolvimento sustentado e sustentável do espaço rural.

Em suma, a agricultura intimamente ligada ao território (a agricultura multifuncional e a agricultura tradicional ou extensiva) e a consolidação da emergência de práticas agrícolas resultantes da reconversão da agricultura intensiva poderão vir a constituir modalidades capazes quer de preencher novas funções sociais, patrimoniais e simbólicas, quer de concorrer para a protecção do ambiente em geral e do ambiente rural, em particular.

A análise dos efeitos económicos, sociais e ambientais das referidas modalidades de agricultura sobre o desenvolvimento dos territórios rurais implica que se adopte uma perspectiva sociológica com vista a caracterizar os actores sociais que a protagonizam. Com efeito, a sustentabilidade de tais práticas depende, em grande medida, do perfil sociográfico e das estratégias sociais e económicas dos seus protagonistas.

7.4. Notas Conclusivas

A análise efectuada nos capítulos dedicados à caracterização e à evolução da agricultura portuguesa no período compreendido entre 1979 e 2000 conduziu-nos - já que constituía um dos seus objectivos principais - a ensaiar uma reflexão, contemplada no presente capítulo, em torno da relação entre desenvolvimento rural sustentável, agricultura multifuncional, agricultura tradicional ou extensiva e agricultura alternativa.

Por outras palavras, conduziu-nos a reflectir sobre o contributo que, no contexto do debate em torno do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, determinados processos de diversificação agrícola - com destaque, pelas razões então evocadas, para os associados ao exercício da multifuncionalidade - e de modernização ecológica da actividade agrícola podem vir a fornecer.

O processo de (re)valorização dos territórios rurais é tributário quer do encontro entre recursos endógenos e recursos exógenos que sobre eles incidem, quer do processo de acumulação de capital social e de capacidade de negociação com a sociedade no seu conjunto, por parte dos referidos territórios. Com efeito, a existência potencial de recursos endógenos alvo das designadas novas procuras sociais não é, por si só, suficiente para garantir o respectivo desenvolvimento.

Tal significa que lograr atingir um processo de desenvolvimento rural sustentável implica necessariamente contemplar uma abordagem holística e integrada do mesmo, a qual, por sua vez,

assente numa “tradução nacional” das directrizes da UE, em matéria de políticas de desenvolvimento rural. Uma “tradução” que tenha presente não só as características e as condições particulares da agricultura e do rural portugueses, como contemple os instrumentos mediante os quais a população rural possa vir a participar na discussão do seu futuro.

Esta última questão remete-nos para a efectiva inclusão, nas políticas públicas dirigidas à agricultura e ao rural – como, de resto, a outros sectores da economia e da sociedade -- do que atrás designámos por dimensão institucional ou de governação dos processos de desenvolvimento, dimensão indispensável à prossecução da sustentabilidade.

No caso português, afigura-se, desde logo, necessário atentar na diversificação regional da agricultura pluriactiva, procurando captar as suas diferenciadas lógicas económicas e sociais e, do mesmo passo, equacionar o respectivo modo de integração no quadro de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, através, designadamente, do exercício de novas actividades associadas às já designadas novas procuras sociais.

Uma tal estratégia implicará pôr em prática políticas públicas regional e sectorialmente diferenciadas de apoios e incentivos, com o objectivo de concorrer para que os principais problemas económicos, sociais e ambientais imputados e imputáveis à agricultura e ao subdesenvolvimento dos espaços rurais não permaneçam por resolver ou venham, mesmo, a agravar-se.

Por outro lado, no que concerne à manutenção da agricultura tradicional e extensiva e à promoção da agricultura alternativa há que, no primeiro caso fornecer o quadro necessário à sua viabilização, substituindo a – ainda de certa forma dominante – perspectiva agrícola tradicional do rural pela consideração das funções que hoje a sociedade projecta sobre esse mesmo rural. No caso da agricultura tradicional, há que ter presente a herança paisagística, cultural e patrimonial. No da promoção da agricultura alternativa, importa atentar à preservação do ambiente e à produção de alimentos de qualidade e sem resíduos tóxicos.

Estamos, hoje, como vimos, perante uma “ruralidade transformada”, uma ruralidade que, sobretudo nos países mais desenvolvidos da Europa, não mais se constitui enquanto oposição entre regiões e grupos espacialmente definidos, mas enquanto princípio de organização territorial e sistema de valores.

Assim sendo, estudar o processo de surgimento de representações concorrentes/alternativas à representação clássica do rural, por parte dos agentes e dos actores sociais, é outra das dimensões

de análise a incluir na agenda da sociologia rural ou, se quisermos, de uma sociologia da ruralidade. Com efeito, essa dimensão é tanto mais importante quanto aquelas representações sociais determinarão, em alguma medida, o futuro dos territórios rurais portugueses.

No quadro da referida ruralidade, a agricultura multifuncional com origem na reconversão de parte da agricultura pluriactiva pode, efectivamente, vir a constituir uma via potencial para a manutenção ou, mesmo, para a expansão de práticas agrícolas consentâneas com a crescente e diversificada procura social que, no actual contexto social e ambiental, incide sobre os espaços rurais pós-industriais.

Em suma, a nova representação social da ruralidade que integra noções de protecção do ambiente, da natureza e da paisagem articula-se quer com o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, quer com sistemas de produção agrícola compatíveis com o ambiente.

Todavia, esta perspectiva não é garante nem da sustentabilidade da agricultura multifuncional, nem da modernização ecológica da agricultura, podendo vir a traduzir-se num mero “voto pio” com a agravante de não resolver, em tempo económica, social e ambientalmente útil, os principais problemas de parte considerável dos territórios rurais e respectiva agricultura.

O desafio será, então, o de encontrar vontade e estratégia políticas capazes de accionar todos os mecanismos conducentes à efectiva concretização, sob variadas formas, das externalidades positivas da agricultura nos domínios do ambiente e do ordenamento do território e não o de, meramente, aludir às tão proclamadas virtualidades da diversificação agrícola. Vencer o desafio enunciado - insista-se - passa, justamente, por encontrar uma via de desenvolvimento rural que envolva novas soluções de modernização ecológica da agricultura e do espaço rural que “beneficiem”, *soit disant*, do relativo atraso da agricultura portuguesa e que contemplem a participação dos vários actores sociais nelas implicados.

Atente-se, no entanto, num aspecto particularmente importante a salvaguardar na concretização de tais soluções: a consolidação das áreas rurais enquanto, designadamente, metáforas da diversidade e da memória (motivos pelos quais vêm sendo crescentemente valorizadas pela sociedade) não dispensa - antes pelo contrário reclama - que elas se constituam enquanto áreas com dinâmicas próprias, capazes de assegurar um contributo económico, social e cultural importante (Figueiredo, 2003).

A resposta aos desafios colocados pelo desenvolvimento das áreas rurais exige, em suma, que, como sugere João Ferrão, “[se coloquem] na agenda das instituições de sede urbana os problemas do mundo rural” (Ferrão, 2000: 52).

Capítulo 8. CONCLUSÕES

Pode partir-se do pressuposto de que a proximidade com a natureza, bem como o estilo de vida e o padrão específico de relações sociais, que os territórios rurais tornam possíveis, contribuem para que o rural e, cada vez mais, a ruralidade, constituam categorias sociologicamente pertinentes. Do ponto de vista da investigação empírica, o que então importa é apreender as várias territorialidades rurais à luz do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, contemplando o contributo que lhe dá a agricultura, ao equacionar o papel e as funções que o rural é progressivamente chamado a desempenhar nas sociedades contemporâneas.

Assim sendo, as questões essenciais que hoje se colocam aos sociólogos rurais são as da redefinição das problemáticas associadas ao rural e à agricultura. Tal redefinição vem-se centrando na análise das relações entre agricultura, espaço rural e ambiente.

Com efeito, a questão ambiental, a par da evolução da agricultura e do rural nas últimas décadas, constitui actualmente um dos eixos essenciais da respectiva análise. Os termos do debate sobre a questão rural (e agrícola) alteram-se, assumindo contornos diferentes e passam pela consideração de uma perspectiva que, como vimos, já não é a agrícola, mas a das funções que a sociedade (a sociedade urbana, sobretudo) espera ver desempenhadas pelo espaço rural.

As consequências ambientais resultantes quer da intensificação dos sistemas agrícolas, quer do abandono de certas práticas de agricultura têm, assim, conduzido a que os sociólogos – mas também outros cientistas sociais e da natureza – incidam, cada vez mais, a sua atenção sobre as relações entre a agricultura e o meio ambiente natural.

A análise do lugar do rural nas sociedades contemporâneas e a problemática da relação entre as várias modalidades de agricultura – da agricultura tradicional e extensiva à agricultura multifuncional e à agricultura alternativa – com o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, constituem, por conseguinte, aspectos de inegável interesse sociológico e social, a contemplar no objecto de estudo da sociologia rural.

A esses aspectos está associado um processo de redefinição do rural e dos sistemas dominantes de representação e percepção do mesmo, que é ele próprio essencial para entender as actuais procuras sociais e simbólicas que sobre o rural impendem e, bem assim, para equacionar o papel da agricultura numa ruralidade entendida, sobretudo, como sistema de valores. Ademais, na maior parte das sociedades modernas contemporâneas, o futuro dos territórios rurais parece em

muito depender dos contornos e da evolução das representações sociais sobre o rural, mas também sobre a agricultura.

O objecto central de estudo que elegemos - recorde-se – foi o de contribuir para caracterizar e problematizar a relação entre agricultura e ruralidade no Portugal do início deste século.

Num primeiro momento, tratou-se de fornecer - com recurso sobretudo a técnicas de análise documental e estatística - o quadro respeitante à evolução da agricultura portuguesa no período compreendido entre, *grosso modo*, 1970 e 2000.

Num segundo momento, a partir desse quadro, abordámos, do ponto de vista sociológico, alguns dos principais aspectos decorrentes daquela evolução, isto é, aprofundámos os aspectos relativos à importância numérica crescente da agricultura pluriactiva e à transposição e aplicação das primeiras medidas agro-ambientais.

Para tal aprofundamento, no caso da importância numérica crescente da agricultura pluriactiva o alimento proveio, sobretudo, do material estatístico disponível com origem no INE. No caso da problemática relativa à transposição e à aplicação das primeiras medidas agro-ambientais, recorreremos, por um lado, à análise documental de um conjunto de materiais com origem, essencialmente, no Ministério da Agricultura de então, obtendo assim o quadro geral da sua transposição para Portugal e, por outro, a dados provenientes da aplicação, em três regiões do país, de um inquérito por questionário a uma amostra de agricultores candidatos às medidas de apoio à agricultura tradicional ou extensiva (regiões do Alentejo e de Trás-os-Montes) e às medidas destinadas à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva (região do Oeste). O olhar sobre os referidos aspectos da evolução da agricultura portuguesa no período em análise procurou obedecer a um fio condutor – de certa forma prospectivo - que nos permitisse problematizar as virtualidades e as potencialidades da agricultura pluriactiva e da emergente agricultura multifuncional, bem como do processo de aplicação das primeiras medidas de ambientalização da agricultura, em matéria de desenvolvimento dos territórios rurais portugueses. As características da nossa agricultura, bem como o contexto de política agrícola e rural inaugurado pela primeira reforma da PAC e aprofundado por posteriores reformas, permitiram-nos concluir que o contributo da actividade agrícola (de tipo multifuncional, de conservação da natureza e da paisagem ou de tipo alternativo) poderá ser (será) de inegável valia para o processo de desenvolvimento de grande parte dos territórios rurais do país.

A crescer às referidas características definidoras da agricultura portuguesa no limiar do século XXI, registre-se o surgimento concomitante - ainda que paulatino - de novas representações sociais sobre a agricultura e sobre o rural quer por parte da população urbana, quer por parte do próprio Estado, à semelhança, de resto, do que havia já acontecido em grande parte das restantes sociedades contemporâneas.

Em Portugal, o surgimento de novas representações sociais sobre o rural e a agricultura, segundo as quais aquele tende a ser percebido como reserva da qualidade ambiental do país e aquela percebida não apenas enquanto produtora de bens alimentares e de matérias-primas, mas também de um conjunto de externalidades sociais que assentam na preservação do ambiente, da paisagem e do património resultou, essencialmente, de duas ordens de factores: os relativos à visibilidade social das questões ambientais e os relativos à introdução, a partir de 1994, de um conjunto de medidas de política agro-ambiental.

A principal tese subjacente à esta investigação foi, lembre-se, a de que - no quadro das actuais políticas públicas em matéria de desenvolvimento rural - os territórios rurais portugueses apresentam, tal como os territórios rurais de outros países da Europa do Sul, algumas “vantagens comparativas”, a partir das quais é possível equacionar o respectivo desenvolvimento. De entre essas vantagens comparativas, salientam-se as resultantes do relativo atraso do país no que diz respeito ao processo de industrialização da sua agricultura. Tal facto traduziu-se na manutenção de uma agricultura predominantemente familiar - ainda que com formas e ênfases de inserção mercantil marcadamente heterógeneas - expressiva parte da qual assentando numa base pluriactiva.

Se bem que - ou justamente porque - a agricultura familiar, no final do período em análise, mostrasse clara dominação de situações de pluriactividade e de plurirendimento, o nosso principal argumento consistiu na necessidade de manter e mesmo de promover esse tipo de agricultura, conjugando-a com o exercício de outras actividades como as que derivam da obtenção de externalidades positivas. É o caso, designadamente, da conservação da natureza e da paisagem - actividades que estão hoje associadas à prática de uma agricultura de tipo multifuncional. Ademais, à manutenção da prática agrícola está também associada a manutenção da identidade de uma parte ainda apreciável das populações de alguns dos territórios rurais portugueses.

Desde há muito que a definição do rural tem constituído preocupação da sociologia. Com efeito, grande parte da abordagem conceptual da sociologia rural procurou, como é sabido, encontrar diferenças entre o urbano e o rural com base na análise das respectivas variáveis sociodemográficas, comportamentais e culturais. Na definição do rural foram considerados três conjuntos de variáveis: as ecológicas, as ocupacionais e as culturais, equivalentes, respectivamente, à densidade populacional, à agricultura e aos valores e normas. Cada uma destas variáveis comportava, no entanto, as suas próprias ambiguidades e problemas conceptuais.

Em Portugal, a emergência - sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 do século passado - de uma nova representação social dominante do rural traduz-se, entre outros aspectos, na ruptura com a noção de que a função principal do espaço rural tem de ser necessariamente a produção de alimentos e de que a actividade predominante tem de ser a agrícola. Ora tal redefinição social da ruralidade implica(rá) também uma nova representação social da agricultura.

Por outras palavras, à questão relativa à definição conceptual do “rural”, acresce, hoje, a questão relativa à definição conceptual de “agricultura”. Continuamos a usar o termo agricultura quer se trate da agricultura industrializada ou empresarial, quer se trate das modalidades de agricultura resultantes da heterogeneidade económica e social de parte significativa da agricultura familiar. Ora, só a distinção conceptual entre as referidas práticas agrícolas constituirá passo efectivo para o reconhecimento das lógicas económicas, sociais e simbólicas articuladas a cada uma delas e, por conseguinte, passo essencial para lhes vir a atribuir a respectiva valia, segundo as especificidades próprias de cada território rural.

Após termos, no capítulo 2, procedido à revisão da literatura sobre a matéria em análise, privilegiando o debate em torno dos conceitos de multifuncionalidade agrícola e rural, de agro-ambientalização e de desenvolvimento rural sustentável, apresentou-se e caracterizou-se, no capítulo 3, o enquadramento institucional da pesquisa, o qual assentou, fundamentalmente, na análise da evolução da Política Agrícola Comum (PAC) e no surgimento das primeiras medidas da UE relativas ao desenvolvimento rural, a Política Agrícola e Rural Comum (PARC). Como se podem sumarizar as principais conclusões a que chegámos?

Ao longo do período em análise, a PAC foi procurando adaptar-se quer às mudanças sociais e económicas observadas na agricultura da UE, quer às lógicas económicas do mercado mundial.

Tal adaptação traduziu-se, essencialmente, pela atribuição de menos subsídios à produção e de mais pagamentos directos aos agricultores, através do respectivo fornecimento de bens públicos. Com efeito, aquando da primeira reforma da PAC, realizada em 1992, foram introduzidas medidas cujo objectivo era o de contribuir para a diminuição da pressão exercida sobre o ambiente por parte da agricultura. Na reforma de 1999 está ainda mais explicitamente contemplada a ideia de remunerar os serviços prestados pela agricultura, designadamente os de cariz ambiental.

A reforma de 2003, por sua vez, consigna menor protecção dos agricultores relativamente ao exterior, dá prioridade à qualidade e à segurança dos produtos e dos serviços agrícolas e reforça a componente da preservação do ambiente, propondo-se salvaguardar e estabilizar os rendimentos dos agricultores e legitimar a aceitação da PAC quer por parte dos cidadãos europeus, quer por parte dos parceiros internacionais. É assim que surge o designado pagamento único e se confere aos Estados-Membros a possibilidade de o fixar segundo o nível dos pagamentos históricos ou segundo a área. A condição para beneficiar desse pagamento é a de manter a terra “em boas condições ambientais e agrícolas”. Advoga-se, ainda, a prática da multifuncionalidade da agricultura e do rural.

Com o alargamento da UE, as negociações com a OMC e a introdução de medidas mais adequadas à promoção da multifuncionalidade agrícola, a reforma de 2003 teve por objectivo promover uma agricultura mais competitiva, mais diversificada e atenta à qualidade e à segurança alimentares.

É apenas em 1999 que a política de desenvolvimento rural inicia o seu processo de afirmação enquanto política diferenciada da PAC, procurando, justamente, integrar os problemas e as procuras sociais relativos aos territórios rurais. Em 2003, a essa política subjaz uma orientação territorial que atribui à agricultura papel fundamental no desenvolvimento das zonas rurais. Ao abrigo dos conceitos de multifuncionalidade agrícola e rural, propõe-se a manutenção das pequenas explorações agrícolas. Por outras palavras, à política agrícola caberia promover tanto as explorações modernas, cada vez mais desvinculadas do território circundante, como manter uma agricultura estreitamente integrada no território.

Em resumo, a política de desenvolvimento das zonas rurais da UE passa a integrar as noções de território, de natureza e de paisagem e faz depender o desenvolvimento daqueles territórios do lugar conferido por cada Estado-Membro à agricultura e ao rural.

Sem negar que a primeira reforma da PAC deste século pode vir a acarretar alguns riscos como os relativos ao abandono da produção agrícola e ao agravamento dos processos de desertificação física e de despovoamento do território, com as respectivas consequências sociais e ambientais, importa, todavia, ter presente que as orientações em matéria de reconversão dos sistemas agrícolas, contempladas na reforma de 2003, são susceptíveis de contribuir para a mitigação dos referidos riscos - sobretudo se Portugal se munir, como sugerimos, de uma política que contemple, efectivamente, as referidas e discutidas “vantagens comparativas”, por relação aos territórios rurais de outros países da Europa Comunitária.

A análise empírica relativa à evolução da agricultura portuguesa entre 1970 e 2000, efectuada no capítulo 4, permitiu destacar o facto de, no início do período em análise, o sector agrícola no seu conjunto - em termos da sua relação com o mercado - apresentar um “carácter tendencialmente camponês”. Por outras palavras, em 1970, parte significativa das explorações agrícolas portuguesas não se regia por uma lógica empresarial. Acresce que sobretudo durante as duas últimas décadas do referido período se assistiu a um acentuado processo de abandono da actividade agrícola.

Durante a década de 60 e meados da década de 70 do século XX, a agricultura desempenhou sobretudo uma função de reserva e fornecimento de força de trabalho para os restantes sectores de actividade, incluindo os de âmbito extra-nacional. Em consequência desse facto, a evolução ocorrida na estrutura das explorações agrícolas, de 1952/54 a 1979, traduziu-se no aumento do número de explorações agrícolas familiares as quais pertenciam, na maior parte dos casos, aos estratos de área da pequena e da muito pequena dimensão. Por outro lado, a regionalização dos indicadores trabalhados apontou para a marcada heterogeneidade económica e social de grande parte daquele tipo de explorações, conduzindo-nos a - mais apropriadamente - considerar estarmos perante uma pluralidade de agriculturas de tipo familiar.

No início da década de oitenta - seis anos antes da integração de Portugal na então CEE -, o sector da agricultura tendencialmente empresarial constituía ainda o sector minoritário em termos do número de explorações detendo, contudo, cerca de metade da área total. Os sectores constituídos pela agricultura a tempo parcial ou pluriactiva e pela agricultura de plurirendimento assumiam peso numérico considerável, estando ambos essencialmente representados na pequena agricultura. A agricultura pluriactiva caracterizava-se por desempenhar, em grande parte dos

casos, papel de retaguarda de salários auferidos em outros sectores de actividade económica e eventualmente de habitação/residência.

Em 20 anos – de 1979 a 1999 – registou-se um expressivo aumento quer do número das grandes explorações, quer do número das explorações de pequena agricultura de pluriactividade ou de plurirendimento; estas últimas representavam à data, ainda assim, 40% e 65% do valor económico da agricultura e do montante total das unidades de trabalho agrícola, respectivamente. Com o objectivo de olhar mais de perto o objecto de análise da investigação que se levou a cabo e, dessa forma, contribuir para o debate em torno da problemática da multifuncionalidade agrícola *versus* desenvolvimento rural (Capítulo 7), a qual constitui um dos actuais eixos fortes das políticas agrícola e rural comunitárias, aprofundou-se - no Capítulo 5 - a caracterização e a evolução do sector da agricultura pluriactiva durante as duas últimas décadas do referido período. Enquanto em 1979 aquele sector representava, pelo menos, cerca de metade do número total de explorações agrícolas, às quais a maioria dos respectivos chefes de exploração dedicava menos de 50% do seu tempo de trabalho e tinha por outra actividade uma actividade esmagadoramente não-agrícola, de 1989 a 1999 - período caracterizado pela diminuição acentuada do número total de explorações agrícolas – o número de agricultores a tempo parcial aumentou, tendo, todavia, o tempo de trabalho dedicado à exploração agrícola registado assinalável diminuição.

Na alvorada do século XXI, a agricultura pluriactiva constituía - em termos numéricos - o sector maioritário da agricultura familiar em Portugal. O seu potencial de renovação e de dinamismo para o exercício da multifuncionalidade agrícola dependerá, para além dos factores discutidos, sobretudo no Capítulo 5, ainda, se não decisivamente, do perfil sociográfico dos actores sociais que a protagonizam e que, num futuro próximo, a venham a protagonizar, tendendo a ser mais elevado quanto mais jovens aqueles forem.

A nova representação social da ruralidade em Portugal ao, tendencialmente, equacionar o espaço rural como um espaço de actividades multifuncionais, reconhece-lhes, cada vez mais, importante papel na articulação entre preocupações ambientais, de preservação da natureza e de conservação da paisagem rural. E é inegável que o sentido da evolução das representações, das atitudes e das práticas da população, em geral, e da população citadina, em particular, sobre o ambiente, o espaço rural e a agricultura constitui, também ele, importante variável na definição de contextos mais ou menos propícios ao desenvolvimento de uma agricultura de base multifuncional.

A transposição e a aplicação das primeiras medidas agro-ambientais e as dimensões sociais - mas também económicas – associadas ao processo de reconversão ecológica da agricultura e do espaço rural, induzido pela aplicação da política agro-ambiental da UE foram objecto de análise no capítulo 6.

Após se ter passado em revista o processo de “tradução” da política agro-ambiental resultante das medidas de acompanhamento da reforma da PAC de 1992 e os discursos dos principais actores e agentes sociais em presença, levámos a cabo dois estudos de caso relativos à adesão dos agricultores às medidas de apoio à manutenção da agricultura tradicional ou extensiva, por um lado, e às medidas destinadas à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva, por outro.

A análise das percepções dos agricultores sobre as medidas permitiu concluir que, em ambos os casos, a maior parte deles as encarava enquanto meio de manter ou de vir a valorizar as respectivas explorações agrícolas.

No caso dos inquiridos candidatos às medidas de manutenção da agricultura tradicional ou extensiva, a decisão de candidatura teve por motivação principal, como seria de esperar, preocupações relacionadas com a manutenção da exploração agrícola. As atitudes ambientais - ainda que embrionárias - surgiam associadas, essencialmente, à questão da preservação da exploração.

Em contrapartida, as motivações de candidatura manifestadas pela maior parte dos inquiridos às medidas destinadas à diminuição dos efeitos poluentes da agricultura intensiva apontavam tanto mais para o processo de valorização económica das respectivas explorações, por via da diminuição dos respectivos custos de produção, quanto maior fosse a sua experiência reflexiva sobre o exercício de tais práticas (a proteção integrada, no caso). Acresce que, segundo os agricultores, tais motivações aumentariam de expressão se, concomitantemente, tivessem sido criadas condições de comercialização dos produtos enquanto produtos de bio-qualidade. Por outras palavras, se, a par da aplicação das medidas, tivessem sido criadas condições de valorização dos produtos no mercado a jusante.

Os dados provenientes dos dois estudos de caso permitiram, ademais, concluir que, no contexto económico, social e ambiental dos territórios em causa, à época, revelar-se-ia de primordial importância continuar a contemplar, na filosofia e na prática das políticas e das acções conducentes ao desenvolvimento agrícola e rural sustentável, as questões relativas quer à

manutenção da agricultura tradicional, quer à modernização ecológica das explorações agrícolas intensivas ou convencionais.

A margem de manobra conferida pelo Regulamento de Desenvolvimento Rural de 2003 aos governos dos diferentes Estados-Membros permite que Portugal procure criar as condições para que tais práticas agrícolas venham a desempenhar papel não dispiciendo no desenvolvimento dos territórios rurais. Como fomos sugerindo, esse papel será tanto mais importante quanto mais tal margem de manobra se vier a traduzir por uma política que tenha em vista a “maximização” das vantagens comparativas da agricultura e dos espaços rurais portugueses, por relação a outros agriculturas e espaços rurais europeus.

Por fim, o Capítulo 7 teve por objecto a sistematização das principais reflexões, levadas a cabo nos capítulos anteriores, sobretudo - mas não só - nas respectivas notas conclusivas, acerca da relação entre agricultura, ruralidade, ambiente e desenvolvimento rural e suscitadas pelos principais aspectos da evolução da nossa agricultura no período compreendido entre 1970 e 2000. Partimos daí para uma reflexão em torno do contributo da agricultura para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais portugueses, contemplando ainda uma componente de problematização e, na medida do possível, de prospectiva.

Foi também nesse capítulo que procurámos caracterizar e discutir os principais contornos da representação social da ruralidade no Portugal do início do século XXI. As representações sociais da população portuguesa sobre a natureza e o ambiente indiciavam alguns elementos de uma visão bucólica de campo e de paisagem⁹⁵.

Feitas as observações que considerámos mais relevantes, relativas a algumas recomendações em matéria do contributo diferenciado - mas de importância inegável – da agricultura para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais portugueses e dirigidas aos decisores políticos, resta-nos apontar para o necessário aprofundamento do objecto da investigação subjacente a este trabalho. São vários os níveis de análise a carecer de continuidade e desenvolvimento.

⁹⁵ Questão a necessitar de aprofundamento é a de se o conteúdo de tais elementos já remetia de forma consistente, ou não, para um processo de representação social do rural conducente à nova redefinição da ruralidade. O aprofundamento desta questão possibilitará avaliar, pelo lado da procura, da maior ou menor viabilidade de práticas agrícolas multifuncionais.

Com efeito, é necessário aprofundar a análise dos instrumentos de desenvolvimento rural presentes na políticas da UE e sua transposição para os planos de desenvolvimento rural em Portugal e do lugar que neles é efectivamente atribuído à agricultura, bem como das principais dimensões relativas aos níveis da concretização de tais políticas e planos.

Por outro lado, o prosseguimento da investigação empírica respeitante à problemática da agricultura multifuncional implica a caracterização e a análise quer das dinâmicas territoriais e sociais relativas ao processo de diversificação da actividade das explorações agrícolas, designadamente através das apelidadas actividades não-convencionais, quer a avaliação do respectivo impacte sócio-económico e ambiental.

Sendo certo que já existe pesquisa sobre matéria relativa à associação do exercício da agricultura com, designadamente, a actividade turística ou a produção de produtos certificados ou de denominação de origem (ver entre outros autores, Ribeiro e Martins (1995); Cardoso (2001); Ribeiro (2003)), na maior parte dos casos a perspectiva de análise assumida não identifica a questão nos termos em que a procurámos formular, isto é, conferindo à agricultura um papel efectivamente não secundário. Por outras palavras, tende a descurar a interacção entre tais actividades e as actividades agrícolas propriamente ditas.

Assim sendo, só a partir da referida caracterização e análise se poderão vir a equacionar os limites e as virtualidades do contributo de tais práticas para o desenvolvimento sustentável dos diferentes territórios rurais. Ainda que a problemática situação demográfica de parte considerável dos territórios rurais do interior do país constitua um dos principais entraves ao exercício da multifuncionalidade agrícola e rural, a diversificação de actividades no interior das explorações agrícolas pode, nesses casos, ou em parte deles, vir a associar-se à recuperação de actividades entretanto abandonadas.

Por outro lado, uma linha de investigação, também ela de inegável interesse, será a que se reporta à análise das atitudes e comportamentos dos actuais produtores agrícolas no que respeita à respectiva adopção de componentes não agrícolas no interior das suas explorações. Por outras palavras, será a de investigar e perspectivar a disponibilidade dos agricultores para a produção de bens e serviços públicos.

Uma outra linha de pesquisa a convocar será, complementarmente, a de caracterizar e avaliar a multifuncionalidade da agricultura do ponto de vista da oferta. Mais especificamente, tratar-se-ia, neste caso, de determinar qual o conjunto de bens privados e públicos (externalidades sociais e

ambientais) disponíveis nos diferentes territórios rurais e respectivo potencial de evolução, bem como avaliar quais os agentes económicos e sociais capazes de os valorizar.

Relativamente à última questão, tem todo o sentido continuar a conferir importância à análise das estruturas agrárias. Tal análise permitirá desembocar na construção de uma tipologia das explorações agrícolas segundo as respectivas potencialidades para o exercício da multifuncionalidade e a predisposição dos seus responsáveis para a diversificação de actividades no interior da exploração agrícola ou para a adopção de técnicas agrícolas compatíveis com a preservação e a manutenção do ambiente.

Se à análise da oferta se aliar uma linha de pesquisa complementar, qual seja a referente à procura, carrear-se-á material para determinar quantitativa e qualitativamente a exequibilidade da prática da agricultura multifuncional, ao mesmo tempo que se contribuirá para identificar o tipo de instrumentos de política mais adequados à sua concretização, segundo os diferentes territórios rurais, incluindo a questão de se saber se esses instrumentos devem ou não adaptar-se a cada tipo de exploração agrícola.

Uma outra linha de aprofundamento consistirá na análise dos processos de comunicação da informação em matéria relacionada com os modos de concretização da diversificação associada à prática de uma agricultura multifuncional, bem, ainda, como do trabalho de extensão desenvolvido pelos organismos estatais.

No que à problemática subjacente ao processo de agro-ambientalização da agricultura portuguesa diz respeito, vários são os aprofundamentos que se impõe levar a cabo. De entre eles, destaque-se, desde logo, a análise do efectivo papel conferido às medidas agro-ambientais pela UE e, em particular, por Portugal, no contexto das políticas de desenvolvimento rural.

Acresce que o alargamento da análise realizada através dos estudos de caso, tomando outras regiões agrárias e outras medidas – designadamente, as relativas à aplicação das medidas destinadas à preservação das raças autóctones, em termos da manutenção da agricultura e da pecuária tradicionais, e das medidas destinadas a incentivar a agricultura biológica, no que à reconversão da agricultura intensiva concerne - permitirá avaliar da maior ou menor disponibilidade dos agricultores para aderir ao processo de ambientalização da respectiva actividade.

Do mesmo passo, tal alargamento fornecerá elementos necessários para efectuar o balanço - assente num processo de amostragem com maior representatividade – relativo ao primeiro

quinquénio de aplicação em Portugal das primeiras medidas de política agro-ambiental. A avaliação relativa à segunda fase de aplicação das medidas (segundo quinquénio, com início em 1997 para as medidas de manutenção da agricultura tradicional e extensiva e, em 2000, para as de reconversão da agricultura intensiva) constituiria, também ela, contributo de interesse para o aprofundamento da problemática em causa.

Por fim, a revisitação dos agricultores inquiridos na sub-região do Oeste que, com o apoio das medidas agro-ambientais, encetaram o processo de modernização ecológica da respectiva actividade constituiria elemento informativo adicional de alguma valia, na medida em que concorreria quer para delimitar as variáveis-chave implicadas no processo de reconversão de práticas agrícolas intensivas para práticas agrícolas de protecção e de produção integradas, quer para identificar os principais entraves à respectiva sustentabilidade.

A uma última questão - qual exercício reflexivo sobre todo o processo de pesquisa - se impõe fazer referência. Trata-se do facto de não termos podido contemplar, à semelhança do que fizemos relativamente à agricultura candidata às primeiras medidas de política agro-ambiental, uma pesquisa empírica mais aprofundada no que respeita à questão da multifuncionalidade agrícola.

Tendo, a pesquisa, no caso desta última questão, assentado sobretudo no material estatístico disponível proveniente do INE, o qual – como não podia deixar de ser – nem sempre se adequa à exploração de algumas das dimensões de análise, delimitadas e discutidas no capítulo relativo à revisão da literatura, a reflexão mais empiricamente informada da relação entre multifuncionalidade agrícola e desenvolvimento rural sustentável ficou, de algum modo, aquém do que se impunha. Daí termos, em certa medida, conferido maior desenvolvimento relativo às linhas de pesquisa que – no que concerne a tais matérias - se impõe aprofundar.

Bibliografia

Allaire, G., A. Boudou e J. P. Neuman (1985), “Enjeux, médiations et développement local – un point sur le mouvement des pays”, *Économie Rurale*, nº 166, pp. 33-37.

Almeida, João Ferreira de (1977), “Sobre a monografia rural”, *Análise Social*, nº 52, pp. 789-803.

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Almeida, João Ferreira de (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta Editora.

Almeida, João Ferreira de (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta Editora.

Almeida, João Ferreira de, Borrego Amaral, Luis Capucha e João Ferrão (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa: CIES/ISCTE.

Alphandéry, Pierre, P. Bitoun e Y. Dupont (1989), *Les Champs du Départ. Une France rurale sans paysans?*, Paris: la Découverte.

Amaro, Pedro (1988), *A Protecção das Plantas em Portugal e as Perspectivas de Evolução da Protecção Integrada*, Lisboa: ISA, Policopiado.

Amaro, Pedro e M. Baggiolini (1982), *Introdução à Protecção Integrada*, vol. I, Lisboa: FAO/DGPPA.

Aumand, Anthony, Denis Barthélemy e Patrick Caron (2006), “Definitions, references and interpretations of the concept of multifunctionality in France”, *European Series on Multifunctionality*, nº 10, pp: 5-39.

Auriac e Brunet (orgs.) (1986), *Espaces, jeux et enjeux*, Paris: Fayard.

Avillez, Francisco (1985), “A agricultura portuguesa no limiar da adesão à CEE”, *Pensamiento Ibero-Americano*, nº 8, pp. 381-390.

Avillez, Francisco (1992), “Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, nº 118-119, Lisboa, pp.691-702.

Avillez, Francisco (s/d), “O Futuro da PAC: Riscos, Oportunidades e Desafios”, comunicação ao Seminário *Agricultura, Competitividade e Ambiente*, ISA/UTL, policopiado, pp. 1-32.

Baldock, David e Philip Lowe (1995), “The development of agri-environmental policy”, in: Whitby, M. (ed.), *The European Rural Environment and CAP Reform*, Wallingford UK: CAB International, pp. 8-25.

Baptista, Fernando Oliveira (1980), “Economia do latifúndio – o caso português”, in Barros, Afonso de (coord.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras: IGC-CEEA, pp. 341-372.

Baptista, Fernando Oliveira (1993a), *Agricultura – Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra: Fora do Texto.

Baptista, Fernando Oliveira (1993b), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Edições Afrontamento.

Baptista, Fernando Oliveira (1995), “Agriculture, rural society and the land question in Portugal”, *Sociologia Ruralis*, vol. 35(3-4), pp. 309-321.

Baptista, Fernando Oliveira (2001), *Agricultura e Territórios*, Oeiras: Celta.

Baptista, Fernando Oliveira (2010), “Notas para o debate sobre o rural”, *IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*, SPER, Universidade de Aveiro, 4 a 6 de Fevereiro, pp. 3-4.

Barros, Afonso de (1979), “La reforma agraria en Portugal. De las ocupaciones de tierras a la formación de las nuevas unidades de producción”, *Agricultura y Sociedad*, nº 12, pp. 59-115.

Barros, Afonso de (org.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária/Instituto Gulbenkian de Ciência.

Barros, Afonso de (1981), “Modalidades de pequena agricultura”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 111-134.

Barros, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária – O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária/Instituto Gulbenkian de Ciência.

Barros, Afonso de (1990), “A Sociologia Rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 8, Lisboa: CIES/ISCTE, pp. 43-53.

Barros, Afonso de e Fernando Ribeiro Mendes (1983), “Formas e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa”, *Análise Social*, nº 75, pp. 57-78.

Barros, Henrique de (1980), “O latifúndio – tentativa de caracterização económica” in Barros, Afonso de (org.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária/Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 15-27.

Barros, Henrique de e Fernando Estácio (1972), *Economia da Empresa Agrícola*, Universidade de Luanda, Nova Lisboa.

Barros, Vitor Coelho, Agostinho de Carvalho e António Fragata (1992), *Agricultura a Tempo Parcial, Importância Social e Económica, Comportamento dos Agricultores e Perspectivas Futuras no Norte-Centro Litoral*, Oeiras: Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias do Instituto Nacional de Investigação Agrária do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Caderno nº 11.

Beck, Ulrich (1992), *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.

Beck, Ulrich (1995), *Ecological Politics in an Age of Risk*, Cambridge: Polity Press.

Beck, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Cambridge: Polity Press.

Belletti, G., G. Brunori, A. Marescotti e A. Rossi (2002), “Individual and collective levels in multifunctional agriculture”, comunicação ao *Colóquio Local Agri-food Systems: products, enterprises and local dynamics*, Montpellier, s/ p.

Benton, Ted (1989), “Marxism and Natural Limits: An Ecological Critique and Reconstruction”, *New Left Review*, nº 178: 51-86.

Benton, Ted (1996), *The Greening of Marxism*, New York: Guilford.

Bergmann, Holger, Thomas Dax, Gerhard Hovorka e Kenneth J. Thomson (2007), “Sustainable Rural Development Strategies and Multifunctionality of Agriculture – a comparison between Scotland and Austria”, comunicação ao Congresso Europeu de Sociologia Rural, Wageningen, 20-24 de Agosto, pp. 1-12.

Billaud, Jean-Paul e Martin de la Soudière (1989), “La nature pour repenser le rural”, in: Mathieu, Nicole e Marcel Jollivet, *Du rural à l’environnement aujourd’hui*, Paris: A.R.F. Éditions/L’Hatmattan, pp. 180-191.

Billaud, Jean-Paul, Karl Bruckmeier, Teresa Patrício e Florence Pinton (1997), “Social construction of the rural environment. Europe and discourses in France, Germany and Portugal”, in: De Haan, Henk, Babis Kasimis e Michael Redclift (eds.) (1997), *Sustainable Rural Development*, Aldershot: Ashgate, pp. 9-34.

Bonanno, Alessandro (1991), “From agrarian to environmental: food and natural resource base for agricultural policy: some reflections on the case of the EC”, *Rural Sociology*, 56(4), pp. 549-564.

Bono, Juan Ramón Gallego (2010), “La agricultura a tiempo parcial y la externalización de servicios agrarios como vehículo del cambio estructural”, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 225, pp. 13-45.

Bontemps, Philip e Jean-Christophe Bureau (1996), “Les paiements directs aux agriculteurs dans l’Union Européenne: politique communautaire ou politiques nationales?”, *Économie Rurale*, nº 233, pp.55-61.

Bourdieu, Pierre (1977), “La classe object”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 17-18, pp. 2-5.

Bradley, T. e Philip Lowe (1984), “Introduction: locality, rurality and social theory”, in: Bradley, T. e Philip Lowe (orgs.) (1984), *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*, Norwich: Geo Books, pp. 1-24.

Bruckmeier, Karl e Wiking Ehlert (eds.) (2002), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-Environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Frankfurt am Main: Peter Lang.

Bruckmeir, Karl e Hilary Tovey (2008), “Knowledge in Sustainable Rural Development: From Forms to Knowledge Processes”, *Sociologia Ruralis*, vol. 48(3), pp. 313-329.

- Bryden, J. (2003), “Some results of the research project on the Dynamics of Rural Areas in Europe”, *Proceedings of the International Rural Network Conference “Taking Charge”*, June, The International Rural Network, s/ p..
- Burrell, Alison (1992), “Le contexte historique et politique de la réforme de la PAC”, *Économie Rurale*, nº 211, pp. 5-9.
- Buttel, Frederick H. (1994), “Agricultural Change, Rural Society and the State in the Late Twentieth Century. Some theoretical observations”, in: Symes, David e Anton J. Janson (1994), *Agricultural Restructuring and Rural Change in Europe*, Wageningen: Agricultural University of Wageningen, pp. 13-31.
- Buttel, Frederick H. (2001), “Some Reflections on Late Twentieth Century Agrarian Political Economy”, *Sociologia Ruralis*, vol. 41(2), pp. 165-181.
- Buttel, Frederick H. e Craig R. Humphrey (2002), “Sociological Theory and the Natural Environment”, in: Buttel, Frederick H. e Craig R. Humphrey (eds.) (2002), *Handbook of Environmental Sociology*, Santa Barbara: Greenwood Press, pp. 33-69.
- Cabral, Manuel Villaverde (1978), “Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal”, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 5 (4), pp. 411-445.
- Caldas, Eugénio de Castro (1978), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras: CEEA/IGC.
- Caldas, João Castro (2003), Epílogo, in: Portela, José e João Castro Caldas (2003), *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp. 533-539.
- Cardoso, António Maria Ferreira (2001), “Turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável em áreas rurais”, comunicação ao *I Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real
- Carneiro, Maria José (2008), “«Rural» como categoria de pensamento”, *Ruris*, vol. 2(1), pp. 9-38.
- Carrière, Jean-Paul (1989), *Les transformations agraires au Portugal. Crise, réformes et financement de l’agriculture*, Paris: Economica.
- Catton, William R. e Riley E. Dunlap (1978), “Environmental sociology: a new paradigm”, *American Sociologist*, nº 13, pp. 41-49.

Catton, William R. e Riley E. Dunlap (1980), “A new ecological paradigm for post-exuberant sociology”, *American Behavioral Scientist*, nº 24(1), pp. 15-47.

Cavaco, Carminda (2004), “Desafios de Desenvolvimento Rural. Notas de Leitura”, *Finisterra*, nº 78: 99-112.

Chayanov Alexander (1985; (1925)), *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision.

CCE / Comissão das Comunidades Europeias (1988), *L'avenir du monde rural*, COM (88), Bruxelas: CCE.

CCE / Comissão das Comunidades Europeias (1997), *Agenda 2000. Para uma União Reforçada e Alargada*, Vol I, Bruxelas: CCE

CE / Comissão Europeia (1988), *Agricultura e Ambiente*, Bruxelas: CE.

CE / Comissão Europeia (1992), Regulamento (CE) nº 1765/1992 do Conselho de 30 de Junho de 1992, *Diário Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas: CE.

CE / Comissão Europeia (1998), COM (1998) 158 final, *Proposta de Regulamento de Desenvolvimento Rural*, Bruxelas: CE.

CE / Comissão Europeia (1999), Regulamento CE nº 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999, *Diário Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas: CE.

CE / Comissão Europeia (2000), Regulamento (CE) nº 1672/1999 do Conselho de 27 de Julho de 2000, *Diário Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas: CE

CE / Comissão Europeia (2003), Regulamento (CE) nº 1783/2003 do Conselho de 29 de Setembro de 2003, *Diário Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas: CE

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (W.C.E.D.) (1987), *Our Common Future*, Filadélfia: Temple University Press.

Commins, Patrick (1990), “Restructuring agriculture in advanced societies: transformation, crisis and responses”, in: Marsden, Terry, Philip Lowe e Sarah Whatmore (ed.) (1990), *Rural Restructuring- Global Processes and Their Responses*, Londres: David Fulton Publishers Ltd., pp: 45-76.

- Cordovil, Francisco Cabral (1979a), *Estruturas Agrárias em Portugal*, Lisboa: INSCOOP.
- Cordovil, Francisco Cabral (1979b), *Estrutura das Explorações Agrícolas. O Produto Agrícola Bruto como Instrumento de Análise e Determinação – Ensaio para 1968-70*, Oeiras: CEEA, IGC.
- Cordovil, Francisco Cabral (1985), *População e Actividades Económicas em 1981*, Lisboa: CIDE/ISCTE.
- Cordovil, Francisco Cabral, Bruno Dimas, Rui Alves e Daniel Baptista (2004), *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e políticas, futuro e opções*, S. João do Estoril: Principia.
- Cordovil, Francisco Cabral, Joaquim A. C. Rolo e Fausto M. V. Cardoso (1985), *Estrutura das Explorações Agrícolas*, Lisboa: Ed. CIDE/DEESA.
- Covas, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural. Temas e problemas*, Lisboa: Edições Colibri.
- Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa.
- Delgado, M. M. (2005), “La política rural europea: de la conferencia de Cork a la conferencia de Salzburgo”, *XII Informe Socioeconómico de la Agricultura Española*, Madrid:, Fundación de Estudios Rurales, pp.56-65.
- Department of Environment, Food and Rural Affairs (2005), *A Vision for the Common Agricultural Policy*, Norwich, pp. 1-69.
- Deverre, Christian (1995), “Social implications of agro-environmental policy in France and Europe”, *Sociologia Ruralis*, vol. 35 (2), pp. 227-247.
- Dickens, Peter (1992), *Society and Nature. Towards a Green Social Theory*, Londres: Temple University Press.
- Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (1993), “O mundo rural na estratégia de desenvolvimento regional”, *Jornadas de Reflexão sobre o PDR e o Mundo Rural*, Lisboa.
- Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (1997a), *Desenvolvimento Rural. Novas Realidades e Perspectivas*, Fórum Nacional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Santa Maria da Feira.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (1997b), *Avaliação Intermédia da Execução e do Impacte Socioeconómico das Medidas Agro-Ambientais*, Lisboa.

Direcção-Geral de Extensão Rural/Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão da Empresa Agrícola (s/d), *Tabelas a utilizar na gestão da empresa agrícola*, policopiado.

Dogot, Thomas e Philippe Lebailly (2007), “Multifunctionality in agriculture: from farmers’ motivation to public recognition, The case of Wallon Reguion – Belgium”, comunicação ao *Congresso Europeu de Sociologia Rural*, Wageningen, 20-24 de Agosto.

Douglas, Mary (1985), *Risk acceptability according to the social sciences*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation.

Douglas, Mary (1986), *Risk Acceptability According to the Social Sciences*, Londres: Routledge and Kegan Paul.

Douglas, Mary (1992), *Risk and Blame. Essays in cultural theory*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Douglas, Mary e A. Wildasky (1982), *Risk and Culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers*, Berkeley: University of California Press.

Dunlap, Riley E. (1983), “Ecologist versus exemptionalist: the Ehrlich-Simon Debate”, *Social Science Quarterly*, nº 64, pp. 200-203.

Dunlap, Riley E. (1993), “From environmental to ecological problems”, in: Calhoun, Craig e George Ritzer (orgs.) (1993), *Social Problems*, Nova Iorque: McGraw-Hill, pp. 707-738.

Dunlap, Riley E. (2002), “Environmental Sociology: An Introduction”, in Dunlap, Riley E., William Michaelson (eds.) (2002), *Handbook of Environmental Sociology*, USA: Greenwood Press, pp. 1-32.

Dunlap, Riley E. e William R. Catton (1979), “Environmental Sociology”, *Annual Review of Sociology*, nº 5, pp. 243-273.

Dunlap, Riley E. et al. (2000), “measuring endorsement of an ecological worldview: a revised NEP scale”, *Journal of Social Issues*, Vol. 56(3), pp. 425-442.

Elfkhi, Saida e Julio Sánchez (2005), “Impacto Socioeconómico y Ambiental de la Nueva PAC. Repercusiones sobre la agricultura de regadío en los Monegros (Aragón)”, *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 208, pp. 11-39.

Estrada, Eduardo Moyano (2005), “Nuevas Orientaciones de la Política Europea de Desarrollo Rural. A propósito del nuevo Reglamento de Desarrollo Rural”, *Revista de Fomento Social*, nº 238, pp. 219-242.

Estrada, Eduardo Moyano e Fernando Garrido Fernandez (1998), "Acción colectiva y política agroambiental en la Unión Europea", *Política y Sociedad*, nº 28, pp. 85-101.

Estrada, Eduardo Moyano e Fernando E. Garrido Fernandez (2007), “La multifuncionalidad agraria e territorial. Discursos y políticas sobre agricultura y desarrollo rural”, *Revista Economía Ensaíos*, vol. 22(1), pp. 1-17.

Estrada, Eduardo Moyano *et al.* (1996), *Percepción de los problemas medio ambientales por la población andaluza*, Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía, Consejo Superior de Investigaciones Científicas e Junta de Andalucía.

European Commission. Directorate-General of Agriculture (1999b), *Safeguarding the multifunctional role of EU agriculture: which instruments?*, Brussels.

FAO (1988), *Minutes of the 94th Session*, FAO.

FAO (1999), *Outcome of the Conference on the Multifunctional Character of Agriculture and Land*, Maastricht, Netherlands, Setembro.

Fenollar, Rafael Juan (1978), *La Formación de la Agroindustria en España 1960-1970*, Madrid: Servicio de Publicaciones Agrarias.

Fernández, Manuel T. González (2006), “Idas y vueltas en la desarrollo rural. De la diversificación de las economías locales a lo rural como categoría económica global”, *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 211, pp. 121-142.

Fernández, Xavier S. (1995), “Economía ecológica, agroecología y desarrollo rural sostenible”, *Agricultura y Sociedad*, nº 77, pp. 199-238.

Ferrão, João (1987), “Indústria e território: breve história de uma união feliz”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 55-68.

Ferrão, João (1988), “Industrialização em meios rurais: da diversidade de situações à multiplicidade de políticas”, comunicação apresentada no *Seminário Internacional: Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*, CCRC (mimeografado).

Ferrão, João (2000), “Relações entre o Mundo Rural e o Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 33, pp. 45-54.

Ferrão, João e A. M. Baptista (1989), “Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 7, pp.43-64.

Figueiredo, Elisabete (1996), “Verdes são os campos”, in: AA. VV., *O Mundo Rural como Reserva de Qualificação Ambiental*, V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Vol. I, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 309-319.

Figueiredo, Elisabete (2003), “Sol na Eira e Chuva no Nabal. Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?”, comunicação apresentada no *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais – Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, Bragança: SPER.

Fischler, Franz. (1996), “Europe and its rural areas in the year 2000: Integrated Rural development as a challenge for policy making”, *European Conference on Rural Development – “Rural Europe Future Perspectives”*, Novembro.

Freitas, Eduardo de, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral (1976), *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Lisboa: Presença.

Fua, G. e C. Zacchia (1983), *Industrializzazione senza Fratture*, Bolonha: Molino.

GEBEI (1973), *Sistema de Matrizes Multisectorias para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60x60) – 1970*, Lisboa: GEBEI

Geraldes, David (1994), “Plano de Desenvolvimento Regional do Ribatejo e Oeste”, *Vida Rural*, nº 1591, pp. 20-24.

Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society*, Cambridge: Polity Press.

Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.

Girão, José António (1980), *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-73): Uma Perspectiva*, Oeiras: CEEA, IGC.

Gray, John (2000), “The Common Agricultural Policy and the Re-invention of the Rural in the European Community”, *Sociologia Ruralis*, Vol. 40(1), pp. 30-52.

Guarino, Angela (2007), “The Role of Multifunctional Agriculture in Rural Sustainable Development in Less Favoured Areas: case study of «Bue Rosso» consortium (Central-western Sardinia, Italy)”, comunicação ao *Congresso Europeu de Sociologia Rural*, Wageningen, 20-24 de Agosto, pp. 1-13.

Guerreiro, João (2003), “As condições de inovação nas áreas rurais”, in: *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp. 515-529.

Guillaumin, Anne e Anne-Charlotte Dockès (2007), “Five types of farmers attitudes towards multifunctionality in France: a study in 5 small regions”, comunicação ao *Congresso Europeu de Sociologia Rural*, Wageningen, 20-24 de Agosto, pp. 1-8.

Guivant, Julia S. (2002), “Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo”, *Estudo Sociedade e Agricultura*, nº 19, pp. 72-88.

Hajer, Maarten A. (1995), *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernisation and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.

Hajer, Maarten A. (1996), “Ecological Modernisation as Cultural Politics”, in: Lash, Scott, Bronislaw Szerszynski e Briam Wynne (eds.), *Risk, Environment and Modernity. Towards a New Ecology*, Londres: Sage Publications, pp. 224-245.

Hanningan, John (1995), *Environmental Sociology. A Social Constructivist Perspective*, Londres: Routledge.

Hediger, Werner (2006), “Concepts and Definitions of Multifunctionality in Swiss. Agricultural Policy and Research”, *European Series on Multifunctionality*, nº 10, pp. 149-174.

Hernandéz, Maria Hernández e Enrique A. Moltó Mantero (2001), *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 191, pp. 9-40.

Hervieu, Bertrand e Sébastien Abis, (2006), “Agricultura y mundialización en el Mediterráneo: la cuestión del desarrollo rural”, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 209, pp. 13-40.

IEADR/Instituto das Estruturas Agrárias e do Desenvolvimento Rural (1994), *Medidas Agro-Ambientais*, Lisboa: Ministério da Agricultura.

Iglésias, Ana e Felipe Medina (2009), “Consecuencias del cambio climático para a agricultura: un problema de hoy o del futuro?”, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 221, pp. 45-70.

INE (1970), *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente 1968*.

INE (1981), *Matriz das Relações Interindustriais 1978*.

INE (1993), *Portugal Agrícola*.

INE (1999), *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997*.

INE (2001), Recenseamentos Gerais da Agricultura, Dados comparativos 1989-1999 (CD-ROM).

INE (2011), Recenseamento Geral da Agricultura de 2009: Dados Preliminares.

INE (Vários anos), *Contas Nacionais, 1950-1981*.

INE (Vários anos), Estatísticas do Comércio Externo.

INE (Vários anos), *Inquérito Permanente ao Emprego, 1974-1981*.

INE (Vários anos), IX, X, XI e XII *Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 e 1981*.

INE (Vários anos), Recenseamento Geral da Agricultura de 1989 e de 1999.

INE (Vários anos), *Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1952/54, 1968 e 1979*.

INE (Vários anos), *Repartição Regional do Produto 1960 e 1970*.

Irwin, A. (1995), *Citizen Science. A study of people, expertise and sustainable development*, Londres: Routledge.

Irwin, A. (2001), *Sociology and the Environment*, Londres: Polity Press.

Jean, Bruno (2002), “Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 18, pp. 5-27.

Jollivet, Marcel (1974), *Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village*, Paris: Armand Colin.

Jollivet, Marcel (1985), “Le développement local, mode ou mouvement social?”, *Économie Rurale*, vol. 166(1), pp. 10-16.

Jollivet, Marcel (1992), “Agriculture et Environnement: Reflexions Sociologiques”, *Économie Rural*, nº 208-209, pp. 5-10.

Jollivet, Marcel (1998), “A «vocaç o atual» da sociologia rural”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 11, pp. 5-25.

Jollivet, Marcel e Henri Mendras (1971), *Les Collectivités Rurales Françaises. Étude Comparative de Changement Social*, vol. II, Paris: Armand Colin.

Jollivet, Marcel e Nicole Eizner (1996), *L'Europe et ses Campagnes*, Paris: Presses de Science Po.

Jorge, Raul (s/d), “A Política Agrícola Comum. Perspectivas para a Agricultura Portuguesa”, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, ISA/UTL, policopiado, pp. 1-32.

Just, Flemming (1994), “Introduction”, in: Just, Flemming (coord.) (1994), *Incentives and Obstacles to the Implementation of more Sustainable Methods in Agriculture in Denmark, the Netherlands and Spain*”, Report 1. EU Environmental Programme, Area III, Socio-Economic Environmental Research (SEER), nº EV5V-CT92-0162, Esjberg: South Jutland University Press, pp. 3-5.

Kayser, Bernard (1990), *La Renaissance Rurale – Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*, Paris: Armand Colin.

Lagrave, Rose-Marie (1991), “Discours communs, discours savants sur le rural”, *Cahiers de l'IMPESA*, pp. 52-61.

Laurent, Claude e Jean Rémy (2004), “Multifonctionnalité, activités, identities”, *Les Cahiers de la Multifonctionnalité*, nº 7, pp. 5-15.

Leontief, W. (1966), *Input-Output Economics*, Nova Iorque: Oxford University Press.

Lima, Aida Valadas de (1983), “Contribuição para o estudo da mercantilização do sector agrícola”, *Análise Social*, nºs 77-78-79, pp. 439-475.

Lima, Aida Valadas de (1985), “O rendimento em Portugal ao longo da última década”, *Análise Social*, nº 87/88/89, pp. 499-526.

Lima, Aida Valadas de (1990), “Agricultura de pluriactividade e integração espacial”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 55-61.

Lima, Aida Valadas de (1991), “Velhos e Novos Agricultores em Portugal”, *Análise Social*, nº 111, pp. 335-359.

Lima, Aida Valadas de e Francisco Cabral Cordovil (1986), “Anexo estatístico. A agricultura na sociedade portuguesa”, in: *Aspectos do Portugal Rural*, Braga: SPER.

Lima, Aida Valadas de e Luísa Schmidt (1996), “Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades”, *Análise Social*, nº 135, pp. 205-227.

Lourenço, Filipa M. D. (2005), *Ruralidade, Turismo e Património: O Turismo em Espaço Rural no Norte Alentejo (Um Estudo de Caso)*, Dissertação de Mestrado em Turismo, Ambiente e Identidades Locais, Lisboa: ISCTE.

Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa: Fragmentos.

Lowe, Philip (1992), “Industrial agriculture and environment regulation: a new agenda for rural sociology”, *Sociologia Ruralis*, vol. 32 (1), 4-10.

Lowe, Philip (1999), *Integrating the Environment Into Cap Reform*, Newcastle: University of Newcastle-upon-Tyne, Centre for Rural Economy, Research Report.

Lowe, Philip e David Baldock (2000), "Integration of environmental objectives into agricultural policy making", in: Brower, F. e Lowe, P. (eds.) (2000), *CAP Regimes and the European Countryside*, Oxon: CAB International, pp. 31-52.

Maclouf, Pierre (1985), “L’après-crise, une troisième «fin des terroirs»?”, *Économie Rural*, nº 166, pp. 29-37.

Macnaghten, P. e J. Urry (1998), *Contested Natures*; Londres: Sage.

Malassis, Louis (1973a), “L’Agro-industrie: méthodes et concepts”, *Cahiers de L.I.S.E.A.*, n° 11/12, pp. 203-236

Malassis, Louis (1973b), “Analyse du complexe agro-alimentaire d’après la comptabilité nationale”, *Chahiers de L.I.S.E.A.*, n° 11/12, pp. 249-286

Malassis, Louis (1973c), *Économie Agro-Alimentaire*, Vol. 1: *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris: Cujas.

Mansinho, Inês e Luísa Schmidt (1997), “Réinventer le rural par l’environnement”, in: Jollivet, Marcel (dir.) (1997), *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris: Éditions L’Harmattan, pp. 261-308.

Marsden, T. e R. Sonnino (2005), “UK National report: setting up and management of public policies with multifunctional purpose: connecting agriculture with new markets and services and rural SMEs”, Multiagri, WP5.

Marsden, Terry (2004), “The Quest for Ecological Modernisation: Re-Spacing Rural Development and Agri-Food Studies”, *Sociologia Ruralis*, vol. 44(2), pp. 129-146.

Marsden, Terry (2009), “Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring Pathways from Denial to Sustainable Rural Development”, *Sociologia Ruralis*, vol. 49(2), pp. 113-146.

Martí, Albert Massot (2000), “La PAC, entre la Agenda 2000 y la Ronda del Milenio: A la búsqueda de una política en defensa de la multifuncionalidad agraria?”, *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, n° 188, pp. 9-66.

Mathieu, Nicole (1985), “Un nouveau modèle d’analyse des transformations en cours: La diversification-spécialisation de l’espace rural français”, *Économie Rurale*, n° 166, pp. 38-44.

Mathieu, Nicole e Marcel Jollivet (dir.) (1989), *Du rural à l’environnement: la question de la nature aujourd’hui*, Paris: ARF/L’Harmattan.

Mendes, Fernando Ribeiro (1981), “O sector agrícola, a economia nacional e as relações de troca intersectoriais (1950-80)”, *Análise Social*, n° 77-78-79, pp. 421-438.

Mendras, Henri (1984), *La fin des paysans (suivi d’une reflexion sur La fin des paysans – vingt ans après)*, Paris: Actes Sud.

Mette, Jensen e Anders Blok (2008), “Pesticides in Risk Society: The view from everyday life”, *Current Sociology*, nº 56, pp. 757-778.

Mingione, Enzo e Enrico Pugliese (1987), “A difícil delimitação do «urbano» e do «rural»: alguns exemplos e implicações teóricas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 83-98.

Ministério da Agricultura (1994), *Medidas Agro-Ambientais*, Lisboa: Ed. IEADR.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Nacional da FAO e Ministério da Agricultura e Pescas (1977), *Indústrias Alimentares em Portugal. Evolução e Situação Actual*, Lisboa.

Mol, Arthur P. J. (2000), “Globalization and Environment: Between apocalypse-blindness and ecological modernization”, in: Spaargaren, Gert, Arthur P. J. Mol e Frederick H. Buttel (eds.) (2000), *Environment and Global Modernity*, Londres: Sage Publications, pp. 121-150.

Mol, Arthur P. J. e Gert Spaargaren (1993), “Environment, Modernity and the Risky Society: The Apocalyptic Horizon of Environmental Reform”, *International Sociology*, vol. 8, nº 4, pp. 431-459.

Mol, Arthur P. J. e Gert Spaargaren (2000), “Ecological Modernisation Theory in debate: A Review”, in: Mol Arthur P. J. e David A. Sonnenfeld (eds.) (2000), *Ecological Modernisation Around the World – Perspectives and Critical Debates*, London/Portland: Frank Cass, PP. 17-49.

Moreira, Manuel Belo (2004), “The New Territorialisation of Rural Spaces in the Globalisation Context: Entrepreneurship in Marginalized Areas”, *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, Vol. 1(1), México: Asyd, pp. 85-100.

Mormont, Marc (1987), “Rural nature and urban nature”, *Sociologia Ruralis*, Vol. 27(1), pp. 3-20.

Mormont, Marc (1990), “Who is rural? Or how to be rural: towards a sociology of the rural”, in: Marsden, Terry, Philip Lowe e Sarah Whatmore (eds.) (1990), *Rural Restructuring – Global processes and their responses*, Londres: David Fulton, pp. 21-44.

Mormont, Marc (1992), *Sciences Sociales et Environnement. Approches et Conceptualisations*, Rapport au Service de la Recherche du Ministère de L'Environnement, Arlon: FUL (policopiado).

Mormont, Marc (1993), “Six propositions paradoxales sur la catégorie du «rural»”, Comunicação apresentada ao *Colloque – Les Fondements Agraires de L’Europe*, Arlon.

Mormont, Marc (1994), “La agricultura en el espacio rural europeo”, *Agricultura y Sociedad*, nº 71, pp. 17-49.

Mormont, Marc (1997), “À la recherche des spécifités rurales”, in: Jollivet, Marcel (dir.) (1997), *Vers un Rural Postindustriel – Rural et environnement en huit pays européens*, Paris: L’Harmattan, pp. 17-44.

Muñiz, Ignacio Atance e Carlos Tió Saralegui (2000), “La multifuncionalidad de la agricultura: Aspectos económicos e implicaciones sobre la política agraria”, *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 189, pp. 29-48.

Murdoch, Jonathan e Mara Miele (1999), “«Back to Nature»: Changing «Worlds of Production» in the Food Sector”, *Sociologia Ruralis*, 39(4), pp. 465-483.

Nave, Joaquim Gil (2003), “O rural e os seus duplos”, in: Portela, José e João Castro Caldas (org.) (2003), *Portugal Chão*, Oeiras: Celta, pp. 129-148.

Newby, Howard (1983), “La sociologia rural institucionalizada”, in: Newby, Howard e Eduardo Sevilla-Guzman (1983), *Introducción a la Sociologia Rural*, Madrid: Alianza Editorial, pp. 9-135.

Newby, Howard (1985), *Green and Pleasant Land? Social Change in Rural England*, Londres: Wildwood House.

Newby, Howard (1986a), “Cambio estructural en agricultura y futuro de la sociedad rural”, *Agricultura y Sociedad*, nº 38-39, pp. 171-184.

Newby, Howard (1986b), “Locality and rurality: the restructuring of rural social relations”, *Regional Studies*, nº 20, pp. 209-215.

OCDE (1993), *Quel avenir pour les campagnes? Une politique de développement rural*, Paris: OCDE

OCDE (2001), *Multifunctionality: Towards an Analytical Framework*, Paris: OCDE.

O'Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Porto: Ed. Afrontamento.

ONU (1992), Agenda 21. Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

Oostindie, Henk, Dirk Roep e Henk Renting (2006), “Definitions, references and interpretations of the concept of multifunctionality in the Netherlands”, *European Series on Multifunctionality*, nº 10, pp. 41-81.

Pais, José Machado et al. (1976), “O Fascismo nos Campos em Portugal - “A Campanha do Trigo” (I)”, *Análise Social*, nº 46.

Pais, José Machado et al. (1978), “O Fascismo nos Campos em Portugal - “A Campanha do Trigo” (II)”, *Análise Social*, nº 54.

Palacín, Pablo Campos e José Manuel Naredo Pérez (1980), “La energia en los sistemas agrarios”, *Agricultura y Sociedad*, nº 15, pp. 17-113.

Palmeiro, Maria Ludovina Faria (1977/78), *Análise Exploratória do Complexo Agro-Alimentar Industrial através das Matrizes Multissetoriais de 1970 e 1974*, Ministério da Agricultura e das Pescas, Gabinete de Planeamento, Lisboa.

Patrício, Teresa e Aida Valadas de Lima (1996), *Sociological Enquiry into the Conditions Required for the Success of the Supporting Environmental Measures within The Reform of the Common Agricultural Policy*, E. C. Commission , DG XII for Science, Research and Development, Lisboa: CIES/ISCTE.

Petric, Hajnalka (2007), “Rural livelihood strategies in the post-productivist transition: motivations, obstacles and identities – A comparative perspective between Italy and the Netherlands”, comunicação ao Congresso Europeu de Sociologia Rural, Wageningen, 20-24 de Agosto.

Picão, José da Silva (1983 (1903-1905)), *Através dos Campos, Usos e costumes agrícola-alentejanos*, Lisboa: D. Quixote.

Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos – Elementos de Teoria e Pesquisa Empírica*, Porto: Afrontamento.

Pires, Artur da Rosa (1986), “Industrialização difusa e «modelos» de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro”, *Finisterra*, nº42, pp. 239-269.

Pires, Artur da Rosa (1987), *Part Time Farming and Rural Development. A Regional Perspective of Portugal*, Phd. Thesis, University of Wales, Institute of Science and Technology, mimeografado.

Portela, José (1994), “Agriculture is Primary What?”, in: Symes, David e Anton J. Jansen (eds.) (1994), *Agricultural Restructuring and Rural Change in Europe*, Wageningen: Agricultural University, pp. 32-48.

Portela, José (2003), “Portugal Chão. Que futuro futurível?”, in: Portela, José e João Castro Caldas (orgs.) (2003), *Portugal Chão*, Oeiras: Celta, pp. 3-33.

Rambaud, Placide (1973), *Société rurale et urbanisation*, Paris: Seuil.

Reis, José (1985), “Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura – para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp. 225-260.

Reis, José (1987), “Os espaços da industrialização – notas sobre a regulação macroeconómica e o nível local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 13-31.

Reis, José (1988), “Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, pp. 127-141.

Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima (1998), “Desenvolvimento, Território e Ambiente”, in: Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (coords.) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras: Celta, pp. 328-363.

Ribeiro, Manuela (2003), “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”, in: Portela, José e João Castro Caldas (orgs.) (2003), *Portugal Chão*, Oeiras: Celta: pp. 199-215.

Ribeiro, Manuela e Conceição Martins (1995), “A tradição já não é o que era dantes: a valorização dos produtos tradicionais face à mudança social”, *Economia e Sociologia*, nº 60, pp. 29-45.

Richardson, Tim (2000), “Discourses of Rurality in EU. Spatial Policy: the European Spatial Development Perspective”, *Sociologia Ruralis*, vol. 40(1), pp. 53-71.

Rocha, Edgar (1979), “Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas”, *Análise Social*, nº 60, pp.839-857.

Rolo, Joaquim Cabral (1992), “Fontes de informação e estudos básicos sobre o sector agrícola português”, *Temas de Economia e Sociologia Agrárias*, Lisboa: DEESA, INIA, pp. 227-264.

Rolo, Joaquim Cabral (2005), “População, Agricultura e Espaços “Rurais” de Portugal no Século XX”, in: Barros, Vitor Coelho e José Brito Ramos (2005), *Seminário: Evolução da Família Agrícola*, INIAP, Oeiras: Estação Agronómica Nacional, pp.15-38.

Rolo, Joaquim Cabral, Fausto Cardoso, Francisco C. Cordovil e Raul Lopes (1986), *O Produto Agrícola Bruto no Continente, Regiões e Concelhos*, Cadernos NPR 1/86, Lisboa: Departamento Central de Planeamento, Secretaria de Estado do Planeamento.

Sá, Manuel Fernandes de (1988), *Planeamento e Gestão do Território – O caso do Vale do Ave*, mimeografado.

Schmidt, Luísa (1999), “Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência” *Análise Social*, nº 150, pp. 175-210.

Shanin, Theodor (1971), *Peasants and Peasant Societies*, Middlessex: Penguin Books.

Shanin, Teodor (1972), *The Awkward Class. Political Sociology of Peasantry in a Developing Society: Russia 1910-1925*, Oxford: Clarendon Press.

Silva, Mário R. (1988), “Desarrollo y espacios productivos locales: estudio sobre el Valle del Ave (Portugal)”, *Estudios Territoriales*, nº 27, pp. 68-85.

Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Spaargaren, Gert. e J. Mol (1992) “Sociology, environment, and modernity: ecological modernization as a theory of social change”, *Society and Natural Resources*, nº 5, pp. 323-344.

Tepicht, Jerzy (1973), *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris: Armand Colin.

Theys, Jacques (1993), *L'Environnement a la Recherche d'une Définition: Derrière Une Définition Introuvable, Trois Conceptions Irreductibles de l'Environnement*, Paris: Institut Français de l'Environnement

Thomas, William e Florian Znanieki (1966 (1918-20)), *The Polish Peasant in Europe and America – A Classic Work in Immigration History*, Editado por Eli Zaretsky, Urbana e Chicago: University of Illinois Press.

Truninger, Mónica (2010), *O Campo Vem à Cidade. Agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Urry, John (1984), “Capitalist restructuring, recomposition and the regions”, in: Bradley, T e Philip Lowe (orgs.) (1984), *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*, Norwich: Geobooks, pp. 45-64.

Van der Ploeg, Jan Douwe, Henk Renting, Gianluca Brunori, Karlheinz Knickel, Joe Mannion, Terry Marsden, Kees de Roest, Eduardo Sevilla-Guzmán e Flaminia Ventura (2000), “Rural Development: From Practices and Policies towards Theory”, *Sociologia Ruralis*, vol. 40(4), pp. 391-408.

Vasquez-Barquero, A. (1988), *Desarrollo Local – una estrategia de creación de empleo*, Madrid: Pirámide, SA.

Viladomiu, Lourdes (1994), “Diez años de reforma de la política agraria comunitaria”, *Agricultura y Sociedad*, nº 70, pp. 9-31.

Ward, Neil e Richard Munton (1992), “Conceptualizing Agriculture-Environment Relations”, *Sociologia Ruralis*, Vol. 32(1), pp. 127-145.

Whitby, Martin (1996), *The European Environment and CAP Reforms: policies and prospects for conservation*, Oxon: CAB International.

Wilkinson, Iain (2001), “Social Theories of Risk Perception: At Once Indispensable and Insufficient”, *Current Sociology*, Vol. 49(1), pp. 1-22.

Anexo A

Quadro A.1. Taxas de crescimento médio anual do produto por activo, a preços constantes de 1963, para o total da economia, sector agrícola e sector não agrícola

Anos	Do PIB/população activa total (PAT)	Do PAB/população activa agrícola (PAA)	Do Produto não agrícola bruto/população activa não agrícola
1960-70	6.6	5.1	5.8
1970-74	4.8	1.4	4.5
1974-76	-0.2	-2.8	-0.6

Fonte: Cordovil (1979), *Estruturas Agrárias em Portugal*, INSCOOP: 3.

Quadro A.2. Percentagem de fornecimentos nacionais ao sector e subsectores provenientes de ramos a montante, em relação ao total de *inputs* intermédios nacionais e ao *input* intermédio total

Ramos	01 Agricultura	02 Silvicultura	03 Pecuária	Total de 01+02+03
01 Agricultura	43.1(1) 40.0 (2)	0 0	19.0 (1) 17.0 (2)	34.1(1) 31.2 (2)
02. Silvicultura	– –	7.0 (1) 6.6 (2)	– –	– –
03 Pecuária	0 0	0 0	2.3 (1) 2.1 (2)	– –
11 Alimentos para animais	0 0	0 0	66.7 (1) 59.5 (2)	23.3 (1) 21.3 /2)
18 Vestuário	1.7 (1) 1.6(2)	– –	– –	1.1 (1) 1.0 (2)
29 Produtos químicos de base	28.0 (1) 26.0 (2)	0 0	0 0	17.9 (1) 16.3 (2)
33 Produtos químicos diversos	4.2 (1) 3.9 (2)	0 0	– –	3.0 (1) 2.7 (2)
34 Derivados do petróleo e carvão	1.9 (1) 1.7 (2)	– –	– –	1.4 (1) 1.3 (2)
40 Produtos metálicos	2.7 (1) 2.5 (2)	39.5 (1) 36.9 (2)	– –	2.3 (1) 2.1 (2)
46 Construção civil e obras públicas	– –	9.0 (1) 8.4 (2)	– –	– –
50 Comércio	9.4 (1) 8.7 (2)	10.1 (1) 9.5(2)	2.6 (1) 2.3 (2)	7.0 (1) 6.4 (2)

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Ramos	01 Agricultura	02 Silvicultura	03 Pecuária	Total de 01+02+03
51 Transportes rodoviários e ferroviários	– –	1.2 (1) 1.1 (2)	– –	– –
54 Comunicações	1.7 (1) 1.6 (2)	1.3 (1) 1.3 (2)	2.1 (1) 1.9 (2)	1.9 (1) 1.7 (2)
59 Bancos, seguros e operações sobre imóveis	2.8 (1) 2.6 (2)	30.1 (1) 28.1 (2)	3.6 (1) 3.2 (2)	3.4 (1) 3.2 (2)
Outros ramos	4.5 (1) 4.2 (2)	1.8 (1) 1.7 (2)	3.7 (1) 3.3 (2)	4.7 (1) 4.3 (2)
Total de <i>inputs</i> nacionais	100.0 (1) 92.8 (2)	100.0 (1) 93.5 (2)	100.0 (1) 89.3 (2)	100.0 (1) 91.5 (2)
<i>Inputs</i> nacionais	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)	100.0 (2)

(1) Percentagem em relação ao total de *inputs* nacionais

(2) Percentagem em relação ao *input* total

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) – 1970*

Quadro A.3. Importância do sector agrícola e respectivos subsectores para os ramos nacionais a montante

Ramos	Fornecimento a 01/VBP do ramo	Fornecimento a 02/VBP do ramo	Fornecimento a 03/VBP do ramo	Fornecimento a 01+02+03/VBP do ramo
01 Agricultura	0.14	0	0.03	0.20
02 Silvicultura	–	0.0005	–	–
03 Pecuária	0	0	0.008	–
11 Alimentos para animais	0	0	0.98	0.98
18 Vestuário	0.009	–	–	0.009
29 Produtos químicos de base	0.30	0	0	0.30
33 Produtos químicos diversos	0.08	0	–	0.09
34 Derivados do petróleo e carvão	0.04	–	–	0.05
40 Produtos metálicos	0.03	0.009	–	0.04

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Ramos	Fornecimento a 01/VBP do ramo	Fornecimento a 02/VBP do ramo	Fornecimento a 03/VBP do ramo	Fornecimento a 01+02+03/VBP do ramo
46 Construção civil e obras públicas	–	0.0008	–	–
50 Comércio	0.02	0.0005	0.003	0.03
51 Transportes rodoviários e ferroviários	–	0.0003	–	–
54 Comunicações	0.05	0.0008	0.03	0.08
54 Bancos, seguros e operações sobre imóveis	0.02	0.005	0.02	0.04

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, Vol. V, Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Quadro A.4. Estrutura dos *inputs* intermédios importados, por ramos

Ramos	01 Agricultura (em %)	02 Silvicultura (em %)	03 Pecuária (em %)	01+02+03 (em %)
01 Agricultura	14.8	0	66.5	38.1
03 Pecuária	0	0	4.6	2.1
06 Extracção de minerais não metálicos	9.4	0	0	5.0
11 Alimentos para animais	0	0	19.0	8.6
12. Outros produtos alimentares	0	0	1.3	–
18 Vestuário	4.1	0	0	2.2
28 Artigos de matérias plásticas	4.0	0	–	2.2
29 Produtos químicos de base	50.6	0	–	27.2
33 Produtos químicos diversos	–	–	1.6	–
34 Derivados do petróleo e carvão	8.0	1.7	2.0	5.2

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Ramos	01 Agricultura (em %)	02 Silvicultura (em %)	03 Pecuária (em %)	01+02+03 (em %)
40 Produtos metálicos	2.2	89.4	–	2.1
41. Máquinas excepto as eléctricas	–	5.0	–	–
54 Comunicações	5.9	3.4	4.6	5.3
Outros ramos	1.0	0.6	0.2	2.0
Total dos <i>inputs</i> importados	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, Vol. V, Sistema de Matrizes (60 por 60) - 1970*

Quadro A.5. Relação procura intermédia/procura final do sector agrícola nacional

Ramos	Procura intermédia	Consumo privado	Variação de <i>stocks</i>	Exportações	Total	VBP
01 Agricultura	39.1 (1)	56.6 (1)	- 4.0 (1)	8.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	45.1 (3)	93.0 (2)	- 6.6 (2)	13.6 (2)	60.9 (2)	
		77.6 (3)	114.8 (3)	91.8 (3)	77.5 (3)	
02 Silvicultura	84.1 (1)	8.6 (1)	3.5 (1)	3.9 (1)	100.0 (1)	100.0
	14.5 (3)	54.0 (2)	21.8 (2)	24.3 (2)	15.9 (2)	
		1.8 (3)	- 14.8 (3)	6.4 (3)	3.0 (3)	
03 Pecuária	69.6 (1)	30.1 (1)	0 (1)	0.3 (1)	100.0 (1)	100.0
	40.3 (3)	98.9 (2)	0 (2)	1.1 (2)	30.4 (2)	
		20.7 (3)	0 (3)	1.8 (3)	19.4 (3)	
Total	52.5 (1)	44.2 (2)	- 2.1 (1)	5.5 (1)	100.0 (1)	100.0
	100.0 (3)	93.0 (2)	- 4.5 (2)	11.5 (2)	47.5 (2)	
		100.0 (3)	100.0 (3)	100.0 (3)	100.0 (3)	

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola (01+02+03).

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura final de cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, Vol. V Sistema de Matrizes (60 por 60) – 1970*

Quadro A.6. Estrutura da procura intermédia do sector agrícola por parte dos ramos a jusante

Ramos	01 Agricult.	03 Pecuária	07 Carne e conservas de carne	08 Lacticínios	09 Conservas de frutos	10 Óleos alimentares	11. Alimentos para animais
01 Agricult.	36.2 (1) 22.0 (2)	8.8 (1) 5.3 (2)	- (1) - (2)	- (1) - (2)	6.0 (1) 3.6 (2)	3.1 (1) 1.9 (2)	4.8 (1) 3.0 (2)
02 Silvicult.	- (1) - (2)	- (1) - (2)	- (1) - (2)	0 (1) 0 (2)	- (1) - (2)	- (1) - (2)	- (1) - (2)
03 Pecuária	0 (1) 0 (2)	1.2 (1) 1.1 (2)	87.5 (1) 81.8 (2)	7.9 (1) 7.4 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)
Total	16.4 (1) 12.3 (2)	4.4 (1) 3.3 (2)	35.3 (1) 26.5 (2)	3.2 (1) 2.4 (2)	2.7 (1) 2.0 (2)	1.4 (1) 1.0 (2)	2.2 (1) 1.6 (2)

Quadro A.6. (continuação na horizontal). Estrutura da procura intermédia do sector agrícola por parte dos ramos a jusante

Ramos	12 Outros produtos alimentares	13 Bebidas	15 Têxteil da lã e mistos	21 Madeira	22 Cortiça	23 Pasta para papel	30 Resinosos
01 Agricult.	34,0 (1) 21.0 (2)	6.3 (1) 4.0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)
02 Silvicult.	1.5 (1) 1.4 (2)	- (1) - (2)	- (1) - (2)	28.3 (1) 25.5 (2)	24.6 (1) 22.2 (2)	22.0 (1) 20.0 (2)	15.5 (1) 14.0 (2)
03 Pecuária	- (1) - (2)	0 (1) 0 (2)	2.7 (1) 2.6 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)
Total	16.0 (19) 12.0 (2)	2.9 (1) 2.2 (2)	1.1. (1) 0.8 (2)	4.1 (1) 3.1 (2)	3.6 (1) 2.7 (2)	3.2 (1) 2.4 (2)	2.3 (1) 1.7 (2)

Quadro A.6. (continuação na horizontal). Estrutura da procura intermédia do sector agrícola por parte dos ramos a jusante

Ramos	38 Indústria do ferro e do aço	46 Construção civil e obras públicas	Procura intermédia total nacional	Outros ramos	Procura intermédia total
01 Agricult.	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0.9 (1) 0.6 (2)	100.0 (1) 60.9 (2)	100.0
02 Silvicult.	1.7 (1) 1.5 (2)	3.4 (1) 3.1 (2)	3.2 (1) 2.9 (2)	100.0 (1) 90.1 (2)	100.0
03 Pecuária	0 (1) 0 (2)	0 (1) 0 (2)	0.7 (1) 0.7 (2)	100.0 (1) 93.6 (2)	100.0
Total	- (1) - (2)	- (1) - (2)	1.5 (1) 1.1 (2)	100.0 (1) 75.0 (2)	100.0

(1) Percentagem em relação à procura intermédia total de produtos agrícolas de origem nacional.

(2) Percentagem em relação à procura intermédia total de produtos agrícolas.

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) – 1970*

Quadro A.7. Dependência dos ramos clientes em relação ao fornecimento de produtos agrícolas de origem nacional

Ramos a jusante do sector agrícola	% de aquisições a 01 Agric./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 02 Silv./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 03 Pec./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 01+02+03/total de <i>Inputs</i> nacionais
01 Agricultura	43.1	–	0	43.3
03. Pecuária	19.0	–	2.3	21.3
07 Carne e conservas de carne	–	–	83.6	83.7
08 Lacticínios	–	0	59.1	59.1
09 Conservas de frutos	61.9	–	0	62.0
10 Óleos alimentares	32.4	–	0	32.5
11 Alimentos para animais	25.3	–	0	25.4
12 Outros produtos alimentares	35.0	0.5	–	36.1
13 Bebidas	34.4	–	0	34.6

Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000

Ramos a jusante do sector agrícola	% de aquisições a 01 Agric./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 02 Silv./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 03 Pec./total de <i>Inputs</i> nacionais	% de aquisições a 01+02+03/total de <i>Inputs</i> nacionais
15 Têxtil da lã e mistos	0	–	9.0	9.0
21 Madeira	0	47.5	0	47.5
22 Cortiça	0	36.7	0	36.7
24 Pasta para papel	0	50.5	0	50.5
30 Resinosos	0	77.7	0	77.7
38 Indústrias do ferro e do aço	0	2.3	0	–
46 Construção civil e obras públicas	0	1.0	0	–

Fonte: GEBEI, *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, Vol. V, *Sistema de Matrizes (60 por 60) – 1970*

Anexo B

Quadro B.1. Repartição percentual da superfície total por estratos de agricultura em 1979

Regiões/ Distritos	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
Continente	7.7	24.1	21.7	46.5
Norte Litoral:				
Aveiro	13.7	51.5	14.7	20.1
Braga	12.4	63.8	18.8	5.0
Porto	12.6	30.4	49.8	7.2
Viana do Castelo	14.2	32.0	6.5	47.3
Centro Litoral:				
Coimbra	11.0	42.5	9.9	36.6
Leiria	11.4	51.3	14.1	23.2
Norte e Centro Interior:				
Bragança	15.3	46.2	25.6	12.9
Castelo Branco	15.4	21.6	20.0	43.0
Guarda	27.6	41.2	22.8	8.4
Vila Real	19.2	16.6	13.6	50.6
Viseu	10.9	48.6	17.4	23.1
Santarém	3.5	31.8	22.1	42.6
Lisboa	5.1	23.9	42.5	28.4
Setúbal	1.0	10.5	21.9	66.6
Alentejo:				
Beja	1.6	7.6	29.8	61.0
Évora	1.8	4.3	12.0	81.0
Portalegre	2.9	7.2	19.7	70.2
Faro	3.9	41.6	31.2	23.2

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Quadro B.2. Superfície média por exploração (ha) em 1979

Regiões/distritos	Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
Continente	6.6	0.9	3.9	29.5	610.7
Norte Litoral:					
Aveiro	2.2	0.5	2.7	17.5	272.2
Braga	2.2	0.5	3.0	17.3	129.9
Porto	2.1	0.5	2.1	8.8	134.5
Viana do Castelo	2.8	0.7	2.4	26.2	426.2
Centro Litoral:					
Coimbra	2.9	0.6	2.6	18.1	560.5
Leiria	2.5	0.5	2.7	17.4	320.5
Norte e Centro Interior:					
Bragança	8.1	2.2	9.6	46.6	693.4
Castelo Branco	7.7	1.5	8.8	55.5	771.3
Guarda	5.2	1.9	9.9	59.2	723.3
Vila Real	6.3	1.5	7.0	20.1	756.0
Viseu	3.1	0.7	2.8	21.4	249.6
Santarém	6.8	0.6	4.0	52.9	692.9
Lisboa	4.0	0.6	2.1	9.5	161.5
Setúbal	23.2	0.5	5.2	63.7	840.5
Alentejo:					
Beja	45.2	1.7	9.9	64.0	668.4
Évora	48.5	1.4	8.8	64.0	1105.4
Portalegre	30.3	1.4	9.4	66.6	797.9
Faro	6.7	0.8	4.8	24.1	172.9

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Quadro B.3. Área dos agricultores autónomos em percentagem da área total em 1979

Regiões/distritos	Total	Muito pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
Continente	45.9	92.2	89.4	63.2	7.7
Norte Litoral:					
Aveiro	76.0	97.7	94.0	79.2	12.9
Braga	82.1	89.3	89.3	64.4	39.0
Porto	77.9	92.0	89.5	76.6	13.5
Viana do Castelo	44.9	88.8	93.1	33.7	0.6
Centro Litoral:					
Coimbra	57.7	95.6	91.5	65.5	4.9
Leiria	70.5	97.1	93.8	68.4	7.2
Norte e Centro Interior:					
Bragança	69.0	89.8	89.5	52.0	4.3
Castelo Branco	53.7	95.2	90.0	63.6	16.0
Guarda	76.1	91.5	86.8	54.2	37.7
Vila Real	40.6	89.4	82.5	62.7	2.4
Viseu	61.9	86.3	87.2	48.5	7.3
Santarém	40.0	96.4	86.5	36.4	3.4
Lisboa	60.7	95.3	94.0	69.9	12.9
Setúbal	26.9	96.6	86.5	60.8	5.4
Alentejo:					
Beja	38.1	93.0	92.7	76.0	11.4
Évora	13.9	89.3	80.6	51.9	3.1
Portalegre	24.4	92.6	87.3	58.6	5.4
Faro	77.9	95.7	94.3	80.5	41.7

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Quadro B.4. Produtores agrícolas individuais cujo rendimento provém em mais de 50% de fora da exploração agrícola (percentagem) em 1979

Regiões Distritos	% do número total de expl.	% do total da área	Muito pequenas (% da área)	Pequenas (% da área)	Médias (% da área)	Grandes(% da área)
Continente	60.5	29.4	62.9	38.3	19.6	11.5
Norte Litoral:						
Aveiro	62.6	43.9	70.0	39.4	38.1	35.2
Braga	57.5	37.1	68.1	32.4	30.4	47.3
Porto	64.7	40.0	73.4	41.1	30.1	49.7
Viana do Castelo	57.0	47.1	61.7	41.4	45.9	44.0
Centro Litoral:						
Coimbra						
Leiria	68.3	55.9	76.8	53.1	46.7	47.5
	64.8	44.6	76.4	41.5	28.9	46.5
Norte e Centro Interior:						
Bragança	40.9	23.2	49.8	19.4	13.6	19.1
Castelo Branco	74.7	38.9	76.1	48.3	29.4	15.2
Guarda	50.1	27.7	48.9	21.4	16.6	7.5
Vila Real	41.9	23.5	36.4	15.9	13.8	20.3
Viseu	57.6	42.7	68.0	41.9	32.8	30.2
Santarém	75.9	38.5	90.2	53.6	24.8	15.1
Lisboa	52.3	28.1	76.2	38.7	19.1	18.7
Setúbal	63.5	18.4	70.1	37.6	14.4	8.5
Alentejo:						
Beja	51.1	13.8	75.4	37.3	11.9	5.5
Évora	67.8	20.0	75.8	41.6	18.1	9.1
Portalegre	66.8	16.8	73.0	38.4	14.0	7.2
Faro	57.5	30.8	74.1	41.3	20.0	17.0

 Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

Q9. Nível de escolaridade: Não sabe ler/escrever 1
Sabe ler/escrever 2
4ª classe 3
6ª classe 4
9º ano 5
12º ano 6
Curso médio 7
Curso superior 8

Q10. Tem formação profissional agrícola: Sim 1
Não 2

Q10a. Se sim, qual: _____

Q11. É membro de alguma(s) associação(s) agrícola(s): Sim 1
Não 2

Q11a. Qual(ais): _____

Q12. Os rendimentos da família vêm só da sua actividade na exploração agrícola?
Sim 1
Não 2

Q12a. Se não, indique de onde provêm os outros rendimentos familiares.

Pensões, reformas ou afins 1
Outro emprego fora da sua exploração 2
Outra situação _____

Q13. A agricultura é a sua actividade principal: Sim 1
Não 2

Q14. Exerceu outra actividade antes de se tornar agricultor: Sim 1
Não 2

Q15. Há quantos anos é chefe da exploração:

Tipo de produção animal:

	Q22. Nº média de cabeças	Q23. Produção destinada ao mercado (%)
A. Bovinos		
B. Ovinos		
C. Caprinos		
D. Suínos		
E. Equídeos		
F. Aves		
G. Coelhoos		

Produção vegetal: (média dos últimos cinco anos)

Tipo de culturas permanentes

	Q24. Área ocupada (ha)	Q25. Nº de pés dispersos	Q26. Volume da produção (t)	Q27. Produção destinada ao mercado (%)
A. Fruticultura				
a1. Macieira				
a2. Pereira				
a3. Pessegueiro				
a4. Ameixoeira				
a5. Limões				
a6. Laranjas				
B. Oliveira				
C. Vinha				
c1. Uva de mesa				
c2. Vinho				
D. Outras				

Tipo de culturas temporárias

	Q28. Área ocupada (ha)	Q29. Volume da produção (t)	Q30. Produção destinada ao mercado (%)
E. Horticultura e batata			
e1. Ao ar livre			
e2. Em estufas			
F. Culturas forrageiras			
G. Cereais e culturas arvenses			
H. Outras:			

Maquinaria

	Q.31 Própria	Q32. Alugada
A. Tractor		
B. Motocultivador		
C. Outros:		

Alfaias

	Q33. Própria	Q34. Alugada
A. Grade de discos		
B. Charrua		
C. Frese		
D. Escarificador		
E. Pulverizador		
F. Corta mato/triturador		
G. Semeador		
H. Outros:		

Q35. Qual o sistema de rega a que recorre na fruticultura?

Alagamento (pé) 1

Gota-a-gota 2

Aspersão 3

Outras: _____

Q36. Tem contabilidade organizada: Sim 1

Não 2

Q37. Qual o tipo de mão-de-obra empregue na exploração (nº):

a. Trabalhadores assalariados permanentes

b. Trabalhadores familiares n/ remunerados

c. Trabalhadores familiares remunerados

Q38. Recorre a trabalhadores eventuais: Sim 1

Não 2

Q39. Fez investimentos ou tomou outras decisões no sentido de melhorar a rentabilidade económica da sua exploração nos últimos dez anos?

Sim 1

Não 2

Q39a. Se sim, quais: _____

II: REGULAMENTO 2078/92

Medidas a que se candidatou	Q40. Área (ha)	Q41. Ano de candidatura	Q42. Motivo principal	
			a)	b)
1. Lua Química Aconselhada				
2. Agricultura Biológica				
3. Protecção Integrada				
4. Produção Integrada				
5. Fruteiras de Variedade Regional				
Outras, quais _____ _____ _____				

Q43. Indique o ordene os dois principais motivos da sua candidatura? (por medida)

1. Diminuir os custos de produção
2. Diversificação das fontes de rendimentos
3. Rendimento adicional proveniente das ajudas
4. Valorização futura dos produtos no mercado
5. Resolver um problema de ordem técnica, agronómica
6. O montante das ajudas
7. A falta de perspectivas da exploração
8. Protecção da Natureza
9. Conservar a terra em exploração / evitar o abandono
10. Outros

Q44. No caso dos candidatos à Agricultura Biológica, Luta Química Aconselhada, Protecção Integrada e Produção Integrada, desde quando pratica?

A:B: |_|_|a

L:Q:A: |_|_|b

Pt. I. |_|_|c

Pd. I. |_|_|d

Q45. Qual a área total dedicada a cada uma delas?

	a. Horticultura	b. Fruticultura	c. Vinha	d. Outras
1. A.B.				
2. L.Q.A.				
Pt. I.				
Pd. I.				

Q46. Qual é a sua principal fonte de informação sobre a agricultura e a política agrícola?

Q47. Como obteve as informações sobre estas medidas: (uma só)

- | | |
|--|----------------------------|
| Serviços do Ministério da Agricultura | <input type="checkbox"/> 1 |
| Informação pessoal/oral através de outros agricultores | <input type="checkbox"/> 2 |
| Associação de agricultores. Qual _____ | <input type="checkbox"/> 3 |
| Outras fontes. Especifique _____ | <input type="checkbox"/> 4 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 5 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 6 |

Q50. Foi-lhe difícil compreender e seguir os procedimentos exigidos para se candidatar:

- Sim 1
Não 2

Q50a. Se sim, em que aspectos: _____

Q51. Quem foi o responsável pela concretização da sua candidatura?

- | | |
|---------------------------------------|--|
| O próprio | <input type="checkbox"/> 1 |
| Os técnicos das Zonas Agrárias | <input type="checkbox"/> 2 |
| Os técnicos das associações agrícolas | <input type="checkbox"/> 3 Que associação: _____ |
| Outros | <input type="checkbox"/> 4 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 5 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 6 |

Q52. Os montantes das ajudas atribuídas são: (escolha única)

- Satisfatórios 1
- Razoáveis 2
- Insuficientes 3
- Não sabe 4
- Não responde 5

Q53. Considera os prazos de compromisso: (escolha única)

- Longos 1
- Razoáveis 2
- Curtos 3
- Não sabe 4
- Não responde 5

Q54. Que resultados práticos, ao nível da sua exploração agrícola, pensa que virão a ter estas medidas no que respeita aos seguintes aspectos.

1. Sim
2. Não
3. Não sabe
4. Não responde

- a) Rendimento adicional por tempo limitado
- b) Produtos mais valorizados a médio prazo
- c) Redução dos custos de produção
- d) Conversão das práticas de agricultura em termos de preservação ambiental
- e) Experimentação em aberto (“a ver o que dá!”)

III. EXPERIÊNCIA DE PROGRAMAS AGRÍCOLAS ANTERIORES E DA PAC

Q55. Já beneficiou de outros programas/medidas agrícolas subsidiados pela EU:

Sim 1

Não 2

Q55a. Se sim, quais: _____

Q56. Que avaliação faz dos efeitos da PAC na sua aexploração:

1. Positiva

2. Nem positiva nem negativa

3. Negativa

4. Não sabe

5. Não responde

a) Nos últimos 5 anos

b) Actualmente

c) Nos próximos 5 anos

Q57. Considera que a actual PAC favorece certos grupos de agricultores?

Sim 1

Não 2

Não sabe 3

Não responde 4

Q57a. Se sim, quais _____

Q58. Quem orienta a PAC

Os governos/Ministérios da Agricultura nacionais 1

A U.E. 2

Associações/Confederações de agricultores 3

Certos Estados-membros da U.E.. Especifique _____ 4

Outros. Especifique _____ 5

Não sabe 6

Não responde 7

IV. AGRICULTURA E AMBIENTE

Q59. Utilizando a seguinte escala, indique com que frequência os seguintes problemas têm afectado a sua exploração nos últimos cinco anos:

1. Nunca
2. Uma vez
3. Várias vezes
4. Não sabe
5. Não responde

- a) Erosão dos solos
- b) Poluição química
- c) Pragas e epidemias
- d) Outros

Quais _____

Q60. Utilizando a seguinte escala, indique com que frequência na sua exploração recorre a:

1. Nunca
2. Ocasionalmente
3. Sistemáticamente
4. Não sabe
5. Não responde

- a) Aplicação de adubos químicos
- b) Aplicação de pesticidas/fungicidas/herbicidas
- c) Aplicação de fertilizantes naturais
- d) Técnicas de cultura biológica

Q61. Acha que a agricultura provoca problemas ambientais?

- Sim 1
- Não 2*
- Não sabe 3
- Não responde 4

(*). Em caso de resposta neste item, não colocar as questões Q62, Q64 e Q65.

Q62. Dos seguintes aspectos, quais considera que podem ser problemas ambientais resultantes da agricultura:

1. Sim
2. Não
3. Não sabe
4. Não responde

Destruição das paisagens	<input type="checkbox"/>
Destruição/diminuição das espécies (animais e vegetais)	<input type="checkbox"/>
Poluição da água	<input type="checkbox"/>
Erosão dos solos	<input type="checkbox"/>

Q63. Do seu ponto de vista, qual das actividades causa maiores problemas ambientais? (escolha única)

	a) A nível nacional	b) A nível regional
Indústria	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Agricultura	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Pecuária	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Turismo	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Transportes	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Outro	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Não sabe	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Não responde	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8

Q64. Os danos ambientais provocados pela agricultura na sua região devem-se principalmente a: (escolha única)

Concorrência/pressão do mercado da UE	<input type="checkbox"/> 1
A política de intensificação dos sistemas agrícolas	<input type="checkbox"/> 2
Falta de conhecimento/formação dos agricultores	<input type="checkbox"/> 3
Falta de intervenção do Governo	<input type="checkbox"/> 4
Outro. Qual: _____	<input type="checkbox"/> 5
Não sabe	<input type="checkbox"/> 6
Não responde	<input type="checkbox"/> 7

Q65. Quem deverá ser responsabilizado pelos problemas ambientais resultantes da agricultura? (escolha única)

Os agricultores que poluem (o princípio do poluidor-pagador)	<input type="checkbox"/> 1
Os consumidores, através do aumento dos preços dos produtos	<input type="checkbox"/> 2
O Estado	<input type="checkbox"/> 3
Outra solução. Qual: _____	<input type="checkbox"/> 4
Não sabe	<input type="checkbox"/> 5
Não responde	<input type="checkbox"/> 6

Q66. Qual o tipo de agricultura que melhor se adapta à protecção do meio ambiente e da natureza? (escolha única)

- | | |
|--------------------------------|----------------------------|
| A agricultura tradicional | <input type="checkbox"/> 1 |
| A agricultura extensiva | <input type="checkbox"/> 2 |
| A agricultura intensiva | <input type="checkbox"/> 3 |
| A agricultura biológica | <input type="checkbox"/> 4 |
| A produção/protecção integrada | <input type="checkbox"/> 5 |
| Todos os tipos de agricultura | <input type="checkbox"/> 6 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 8 |

Q67. É comum afirmar-se que a agricultura extensiva respeita mais o meio ambiente do que a agricultura intensiva. Na sua opinião, tal acontece por que motivo? (escolha única)

- | | |
|--|-----------------------------|
| Não concordo com essa afirmação | <input type="checkbox"/> 1 |
| Menores consumos de energia | <input type="checkbox"/> 2 |
| Menor uso de produtos químicos | <input type="checkbox"/> 3 |
| Menor degradação da qualidade da água | <input type="checkbox"/> 4 |
| Aproveitamento/reciclagem dos desperdícios orgânicos | <input type="checkbox"/> 5 |
| Preservação da diversidade da fauna e da flora | <input type="checkbox"/> 6 |
| Preservação da paisagem e das áreas rurais | <input type="checkbox"/> 7 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 8 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 9 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 10 |

Q68. Que tipo de agricultura pode ao mesmo tempo preservar o meio ambiente e oferecer boas perspectivas económicas para o futuro do sector agrícola? (escolha única)

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| Intensiva | <input type="checkbox"/> 1 |
| Extensiva | <input type="checkbox"/> 2 |
| Diversificada | <input type="checkbox"/> 3 |
| Multifuncional | <input type="checkbox"/> 4 |
| Exploração camponesa tradicional | <input type="checkbox"/> 5 |
| Agricultura biológica | <input type="checkbox"/> 6 |
| Produção e protecção integrada | <input type="checkbox"/> 7 |
| Outra. Qual _____ | <input type="checkbox"/> 8 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 9 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 10 |

Q69. Que planos tem para a sua exploração para além dos próximos 5 anos? (escolha única)

- | | |
|--|----------------------------|
| Continuação das presentes práticas | <input type="checkbox"/> 1 |
| Especialização | <input type="checkbox"/> 2 |
| Intensificação | <input type="checkbox"/> 3 |
| Extensificação | <input type="checkbox"/> 4 |
| Práticas agrícolas compatíveis com o meio ambiente | <input type="checkbox"/> 5 |
| Outros. Quais _____ | <input type="checkbox"/> 6 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 8 |

Q70. Na sua opinião, o que é que seria necessário para ajudar a manter a sua exploração a longo prazo? (ordene os três principais)

- | | |
|--|----------------------------|
| Diminuição dos custos de produção | <input type="checkbox"/> 1 |
| Mais ajudas públicas | <input type="checkbox"/> 2 |
| Outro tipo de ajudas públicas | <input type="checkbox"/> 3 |
| Preços garantidos | <input type="checkbox"/> 4 |
| Garantia de escoamento dos produtos | <input type="checkbox"/> 5 |
| Maiores conhecimentos e melhor formação agrícola | <input type="checkbox"/> 6 |
| Outra solução | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 8 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 9 |

Q71. Que caminho acha que a agricultura deve seguir para se manter e desenvolver? (escolha única)

- | | |
|---|----------------------------|
| Produção de bens alimentares com menos resíduos tóxicos | <input type="checkbox"/> 1 |
| Produção de matérias-primas para fins energéticos | <input type="checkbox"/> 2 |
| A diversificação da produção | <input type="checkbox"/> 3 |
| Protecção e preservação do meio ambiente | <input type="checkbox"/> 4 |
| Outro. Qual _____ | <input type="checkbox"/> 5 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 6 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 7 |

Q72. Utilizando a seguinte escala, o que acha que irá acontecer à agricultura desta região nos próximos 5 anos sob a influência da PAC?

1. Vai aumentar
2. Vai manter-se
3. Vai diminuir
4. Não sabe
5. Não responde

- a) Modernização/intensificação dos sistemas agrícolas
- b) Agricultura biológica
- c) Protecção e produção integrada
- d) Abandono da actividade agrícola
- e) Outra situação

Qual _____

Q73. Utilizando a seguinte escala, quem irá influenciar o futuro da agricultura na sua região?

1. Muita influência
2. Pouca influência
3. Nenhuma influência
4. Não sabe
5. Não responde

- a) Os próprios agricultores
- b) As associações de agricultores
- c) O Estado português
- d) A U:E:
- e) O mercado mundial
- f) Circuitos de comercialização regionais
- g) Outro

Qual _____

Q74. Quem melhor representa os interesses dos agricultores? (escolha única)

- A U:E: 1
- O Governo português 2
- As associações de agricultores 3
- O agricultor isolado 4
- Outro. Qual _____ 5
- Não sabe 6
- Não responde 7

Q75. Gostaria que o seu filho fosse: (escolha única)

- | | |
|---|----------------------------|
| Agricultor | <input type="checkbox"/> 1 |
| Não fosse agricultor | <input type="checkbox"/> 2 |
| Agricultor, mas usando métodos diferentes | <input type="checkbox"/> 3 |
| Não sabe | <input type="checkbox"/> 4 |
| Não responde | <input type="checkbox"/> 5 |

CURRICULUM VITAE

Aida Maria Valadas de Lima Pinto Guizo

Nascida em Lisboa, a 7 de Março de 1954.

Bilhete de Identidade: 2354109 emitido em 22/11/2000 em Lisboa.

Residência: Prac. Cesário Verde, 7, 4º Dt., Massamá, 2745-Queluz.

Número de telefone: 214381166.

Número de telemóvel: 965254177.

E-mails: aida.valadas @ics.ul.pt;

avlg@iscte.pt

1. Formação Académica

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa 1977, com a classificação final de 16 (dezasseis) valores.

Provas de Aptidão Científica no domínio da Economia e da Sociologia Rural no Centro de Estudos de Economia Agrária (C.E.E.A.) do Instituto Gulbenkian de Ciência, 1983.

Doutoranda em Sociologia no ISCTE; data prevista de conclusão da tese: Junho de 2011.

2. Actividade Profissional

2.1. Ensino Universitário:

Assistente Eventual (1977/78 e 1978/79), Assistente (1979/84), Assistente Convidada (1984/2001) e Professora Auxiliar Convidada (desde Nov. de 2001) no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

De 1978/79 a 1991/92 leccionou a cadeira de Sociologia Rural e o Seminário de Problemas Rurais.

Desde o ano lectivo de 1992/93 lecciona a cadeira de Sociologia do Ambiente, da qual é coordenadora.

No ano lectivo de 1997/98 reiniciou a leccionação da cadeira de Sociologia Rural.

No ano lectivo 2002/2003 leccionou ainda a cadeira de Instrumentos e Instituições de Planeamento na Licenciatura de Sociologia e Planeamento.

De 2004 a 2008 leccionou as cadeiras de Sociologia do Ambiente e de Sociologia Rural nas Licenciaturas de Sociologia e Sociologia e Planeamento e a cadeira de Território e Ambiente no Mestrado de Sociologia, especialidade em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, da qual é coordenadora.

Nos anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008 leccionou ainda as Unidades Curriculares de Lab. VI na Licenciatura de Sociologia e de Lab. III na Licenciatura de Sociologia e Planeamento.

No ano lectivo de 2008/2009 leccionou, no primeiro semestre, as Unidades Curriculares de Laboratório I da Licenciatura em Sociologia e Laboratório II da Licenciatura em Sociologia e Planeamento e, no 2º semestre, a Unidade Curricular de Sociologia do Ambiente das Licenciaturas em Sociologia e Sociologia e Planeamento.

No ano lectivo de 2009/2010 leccionou, no primeiro semestre, a Unidade Curricular de Competências Transversais - Escrita de Textos Técnicos e Científicos da Licenciatura em Sociologia e, no 2º semestre, a Unidade de Laboratório de Relatório de Projectos em Sociologia e a Unidade Curricular de Sociologia do Ambiente da Licenciatura em Sociologia.

Actualmente (ano lectivo de 2010/2011) leccionou, no 1º semestre, a Unidade Curricular de Competências Transversais - Escrita de Textos Técnicos e Científicos da Licenciatura em

Sociologia e, no 2º semestre, a Unidade de Laboratório de Relatório de Projectos em Sociologia e a Unidade Curricular de Sociologia do Ambiente da Licenciatura em Sociologia

Nos anos lectivos de 1998/99 e 1999/2000 leccionou uma cadeira de Sociologia do Ambiente na Licenciatura em Engenharia do Ambiente do Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST).

Colaborou no Mestrado de Sociologia, especialidade em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, do ISCTE (no ano lectivo de 1993/94) e em cursos de pós-graduação na área da Sociologia do Ambiente.

No ano lectivo de 1996/97 leccionou o módulo de Sociologia do Ambiente no Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental na Universidade Católica de Lisboa.

Colaborou no Mestrado de Turismo, Ambiente e Identidades Locais, no ano lectivo de 2000/2001, INESLA – Grândola, onde leccionou as cadeiras de Sociologia e História Agrária Portuguesa e de Sociologia do Ambiente.

Colaborou no Mestrado de Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Viseu, onde leccionou o Módulo “Do Rural ao Ambiente” integrado na disciplina Território, Democracia e Desenvolvimento, no ano lectivo de 2000/2001.

Colaborou nas Acções de Formação do “Observatório Permanente das Escolas – ICS/UL” no “Curso Pós Graduado de Actualização de Professores: A Sociedade Portuguesa em Questão”, no Módulo “A Sociedade Portuguesa em Questão: Marcas e Dinâmicas do Presente”, ICS/UL, Lisboa, Setembro de 2006.

Orientação de Teses de Mestrado:

Co-orientação (com Isabel Guerra, ISCTE) do Projecto de Tese de Mestrado de Ricardo Gomes Figueira, ”Revalorização Económica e Preservação Ambiental - Abordagem sociológica dos praticantes da Protecção Integrada”, Mestrado em Sociologia Urbana e do Território, ISCTE, 1996.

Co-orientação (com Fernando Medeiros, Universidade de Paris X-Nanterre) do Projecto de Tese de Mestrado de Carlos Franco, “As Catedrais do Consumo”, Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais de Actividade Económica, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), 1998.

Co-orientação (com Eduarda Gonçalves, ISCTE), do Projecto de Tese de Mestrado de Delta de Faria Sousa e Silva, “Os Desastres não são Fatalidades Incontornáveis: O caso das cheias do Mondego 2000-2001”, Mestrado em Cidade, Território e Requalificação Urbana, ISCTE, 2003.

Co-orientação (com Madalena Matos, ISCTE), do Projecto de Tese de Mestrado de Susana da Cruz Clemente, “Política Ambiental: Áreas Protegidas e Parques Naturais”, Mestrado em Demografia, INESLA/ISCTE, 2005.

Orientação tutorial na definição do objecto de análise da Tese de Mestrado em Ciências Sociais de João Francisco Charrua Guerra, “Agricultura Biológica: Regulação, Protagonistas e Valores Sociais”, ICS-UL, 2005.

Orientação do Projecto de Tese de Mestrado de António Durão, “Agricultura e Ambiente: Percepções e Representações dos Agricultores de Regadio face ao Risco de Poluição do Recurso Água”, Mestrado de Fileira de Sociologia e Planeamento, ISCTE, 2007/2008.

Orientação do Projecto de Tese de Mestrado de Luís Capucha Pereira, “Construindo Sustentabilidade – A Participação Pública no Centro de um Novo Paradigma de Desenvolvimento”, Mestrado de Sociologia, especialidade em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, ISCTE, 2009/2010.

Arguência de Teses de Mestrado

Arguência da Tese de Mestrado em Sociologia, especialidade em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, de Isabel Sanches Costa, “Permacultura: Filosofia de Vida ou Movimento Social”, sob a orientação de Joaquim Gil Nave, Janeiro de 2009.

Arguência da Tese de Mestrado em Sociologia e Planeamento de Sílvia Maria Clemente da Silva, “O Planeamento em Saúde: Projecto “Torres Vedras Saudável””, sob a orientação de Graça Carapinheiro, Maio de 2009.

2.2. Investigação Científica:

De 1979 a 1982 trabalhou no Centro de Estudos de Economia Agrária (CEEA) do Instituto Gulbenkian de Ciência com o estatuto de Associada de Investigação. A sua actividade científica desenvolveu-se nos domínios da economia agrária e da sociologia rural. Em Maio de 1983, prestou provas para a categoria de Investigador Assistente no CEEA, de acordo com o estabelecido no Estatuto da Carreira Científica do Instituto Gulbenkian de Ciência, tendo sido considerada, pelo respectivo júri, apta para o desempenho das funções da citada categoria.

Assistente de Investigação no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, de Outubro de 1984 a Outubro de 1992. No âmbito do ICS - UL trabalhou nas áreas de sociologia rural e de sociologia económica.

É Investigadora Associada Sénior do ICS da Universidade de Lisboa desde 1993, integrando, desde 2006, a Linha de Pesquisa “Sustentabilidade, Ambiente, Risco e Espaços: Barragens e Paisagens – o Impacte Ambiental do Estado Novo”,

É membro da equipa de investigação do Programa Observa, entidade resultante de um protocolo entre o ISCTE, ICS da Universidade de Lisboa e IPAMB (OBSERVA - Ambiente, Sociedade e Opinião Pública), desde 1996.

É membro da equipa de investigação do *Fórum Ambiental Luso-Americano (FALA)* da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), desde 1996.

Participação em projectos:

1) “Rede Europeia de Análises Locais Comparadas das Explorações Agrícolas (REALCEA)”, Coordenado por Hugues Lamarche, C.N.R.S., Groupe de Recherche Sociologique, Université de Paris X Nanterre, 1990/1993.

2) “Sociological Enquiry into the Conditions Required for the Success of the Supporting Environmental Measures Within the Reform of the Common Agricultural Policy”, Coordenado por Karl Bruckmeir, Katalyse, Colónia, 1994/96.

3) “Ambiente e Opinião Pública”, no quadro do Programa Forum Ambiental Luso-Americano (FALA) da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Coordenado por Riley Dunlap da Whashington State University e por Afonso de Barros do ISCTE, 1994/96.

4) “European Perceptions of the Common Agricultural Policy (CAP)”, Coordenado por Philip Lowe, Centre for Rural Economy, University of Newcastle Upon Tyne, Newcastle Upon Tyne, 1996/97.

5) “Observa - Ambiente, Opinião Pública e Sociedade”, ICTE/ICS/IPAMB, Coordenado por João Ferreira de Almeida, com início em 1996. No âmbito do Programa Observa, fez parte da equipa de investigação que preparou o lançamento do “Inquérito Nacional às Representações e Atitudes dos Portugueses face ao Ambiente” e coordenou um projecto subordinado ao título: “Agricultura, Espaço Rural e Ambiente: a Aplicação das Medidas Agro-Ambientais”.

6) “Para uma História das Questões Ambientais em Portugal”, no quadro do Programa Forum Ambiental Luso-Americano (FALA) da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, coordenado por Luísa Schmidt, com início em 1997.

7) “O Papel da Família Agrícola no Desenvolvimento Local do Alentejo”, Coordenado por Eduardo Figueira da Universidade de Évora, com o estatuto de consultora, com início em 1997.

8) “Ciência, Política e Desenvolvimento. O Caso das Gravuras de Foz Côa”, coordenado por Eduarda Gonçalves, no quadro do Programa PRAXIS XXI, área IV. Sociologia dos Movimentos e dos Valores Sociais. Procura e Oferta de Património. Públicos e Gestores Culturais de Foz Côa, com início em 1997.

9) Membro do Grupo de Trabalho – Ponto Focal Nacional – sobre a Desertificação, no âmbito do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1998.

10) “Observa – Ambiente, Opinião Pública e Sociedade”, ISCTE/ICS/IPAMB, coordenado por João Ferreira de Almeida com início em 1999. Membro da equipa de investigação responsável pelo 2º Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses, sobre o Ambiente, em particular pela problemática das representações sociais de ambiente e na aplicação à realidade portuguesa da *New Ecological Paradigm Scale* da autoria da equipa norte-americana dirigida pelo sociólogo Riley E. Dunlap.

11) International Social Survey Programme (ISSP), a mais antiga e a mais vasta rede internacional de inquéritos sociológicos, envolvendo a aplicação de questionários comuns em mais de três dezenas de países, representados por uma maioria de instituições públicas e privadas especializadas em estudos de opinião. Membro da equipa portuguesa responsável pelo Inquérito ao Ambiente e Património, com início em 1999 e coordenada por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala.

12) Membro da Comissão de Acompanhamento do Millennium Ecosystem Assessment – Avaliação Portuguesa, 2004.

13) Membro da equipa que realizou o estudo conducente à apresentação da proposta técnica de PNDFCI – Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Setembro de 2005.

14) Membro da equipa de investigação do Projecto – Turismo Sustentável na Costa Sudoeste, coordenado por Vitor Matias Ferreira, CET/ISCTE, Instituto de Turismo de Portugal/CET-ISCTE, de Janeiro de 2006 a Outubro de 2008.

15) Membro da equipa de investigação do Programa CRIQUE – Risques et Inégalités Face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale, coordenado por Jean-Paul Billaud, Université Paris X, iniciado em Janeiro de 2008 (em curso).

16) Coordenadora em Portugal do projecto Análise da Gestão Económica e Institucional da Água de Rega numa perspectiva de Sustentabilidade: estudo comparativo das dinâmicas hidráulicas das zonas de pequena e média hidráulica do Saïs, em Marrocos, e do Alentejo, em Portugal, CET-ISCTE / École Nationale d’Agronomie de Mèknes, Marrocos, projecto iniciado em Maio de 2008 (em curso).

17) Membro da Equipa de Investigação do International Social Survey Programme (ISSP) – *Environmental III Study*, 2009/2010.

3. Congressos, Colóquios e Seminários

Tem participado como organizadora e apresentado várias comunicações em reuniões académicas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente França, Irlanda, Hungria, Itália, República Checa, Roménia e Estados Unidos da América. Das mais recentes, enumerem-se as seguintes:

Participou nos Cursos da Arrábida *Science, Politics and Development: The Case of the Foz Côa Rock Art Engravings*, onde apresentou uma comunicação com o título “Os Públicos de Foz Côa”, Convento da Arrábida, 24 a 26 de Setembro de 1998.

Participou no Congresso da EASST'98 (European Association for the Study of Science and Technology) General Conference *Cultures of Science And Technology: Europe And The Global Context*, onde apresentou, na *Area VII – Space, Environment and Mobility*, uma comunicação com o título “Knowledge Systems in Ecological Agricultural Modernisation”, ISCTE, Lisboa, 1 a 3 de Outubro de 1998.

Participou num Seminário em Vila Nova de Foz Côa, subordinado ao tema: “O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica”, onde apresentou uma comunicação com o título “O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, Outubro de 1999.

Participou na Apresentação Pública dos Resultados do Inquérito, realizado pelo Observa em 2000, intitulado “Os Portugueses e o Ambiente”, com um trabalho sobre “Degradação Ambiental, Representações Sociais do Ambiente e Novos Valores Ecológicos”, FLAD, Lisboa, Maio de 2001.

Participou no Colóquio “Ambiente e Desenvolvimento: Uma abordagem transnacional”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Ambiente e Cidadania. Dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, FLAD, Lisboa, Março de 2002.

Participou no Seminário promovido pelo Programa Equal “A Responsabilidade Social das Empresas”, a convite de Luís Manuel Capucha, ISCTE, com uma comunicação subordinada ao título “A Responsabilidade Ambiental das Empresas e o Ambiente (biofísico)”, ISCTE, Lisboa, Abril de 2002.

Participou no Encontro promovido pela Câmara Municipal do Fundão sobre “Estratégias de desenvolvimento Rural”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Da Multifuncionalidade da Agricultura e do seu Contributo para o Desenvolvimento Rural”, Alpedrinha/Fundão, Maio de 2003.

Participou nas “Jornadas Ambientais de Loures”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Valores e Representações Ambientais da População Portuguesa”, Loures, Outubro de 2004.

Participou no Seminário “Evolução da Família Agrícola”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal: Uma Aproximação à sua Quantificação entre 1989 e 1999”, organizado pelo INIAP (Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas), INIAP, Oeiras, Novembro de 2004.

Participou na Apresentação da “European Declaration for a New Water Culture”, realizada em Madrid, pela Fundación Nueva Cultura del Agua, em Fevereiro de 2005, tendo sido uma das signatárias.

Participou no “VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Da Modernização Ecológica da Agricultura em Portugal: Uma Reflexão Sociológica a partir de um Caso”, realizada na Universidade Internacional da Andaluzia, La Rábia, Huelva, Fevereiro de 2006.

Participou no “I Seminário do Programa de Investigação – Risques et Inégalités face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Les Agriculteurs du Périmètre d’Irrigation du Alqueva”, Sevilha, Fevereiro de 2006.

Participou no Encontro promovido pela APS/CETRAD-UTAD sobre “Sociedade e Floresta em Portugal, 2006: O que (não) sabemos”, onde apresentei uma comunicação subordinada ao título “Risco de Incêndio: Entre a percepção e a sensibilização”, Vila Real, Abril de 2006.

Participou, a convite da Universidade do Algarve, na iniciativa “Sociologia ao Fim da Tarde”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Ambiente e Cidadania em Portugal”, Faro, Maio de 2006.

Realizou, a convite do Prof. Doutor Savo Trifunovic da Universidade de Kragujevac, Sérvia, duas conferências subordinadas, respectivamente, aos títulos “Environmental Sociology: A New Research Field” e “The Application of NEP Scale : Some Results from Portugal”, Kraljevo, Maio de 2006.

Participou no “II Seminário do Programa de Investigação – Risques et Inégalités face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “A Gestão da Água de Rega no Âmbito da Infra-Estrutura 12 da Barragem do Alqueva”, Montpellier, Junho de 2006.

Participou no “VIII Curso de Verão da Ericeira”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Os Portugueses e o Ambiente em 2000”, Ericeira, Julho de 2006.

Participou nas “III Jornadas Ambientais de Castro Verde “Uma Abordagem Internacional à Desertificação”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Desertificação e Sociedade: Temas para uma Agenda. O Contributo das Ciências Sociais”, organizadas pela LPN (Liga da Protecção da Natureza), Castro Verde, 16 a 19 de Novembro de 2006.

Participou no Colóquio “Social Movements and Environmental Conflicts. Looking for a New Cultural Dimension of the Territory?”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Territorial and Social Conflicts: Vale do Côa (Portugal)”, Institut de Govern i Polítiques Públiques, Barcelona, Abril de 2007.

Participou no “III Seminário de Trabalho do Programa de Investigação – Risques et Inégalités face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Análise Exploratória dos Resultados da Aplicação de um Inquérito aos Agricultores de Regadio da Zona de Influência da Barragem do Alqueva”, Hammamet (Tunísia), Junho de 2007.

Participou no Colóquio “Desertificação, Inovação e Novas Tecnologias à Escala Regional”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Desertificação e Sociedade: O Contributo das Ciências Sociais”, Moura, Julho de 2007.

Participou na Escola Temática «Gestion de l’eau et perception du risque en Méditerranée », onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “De l’Opérationnalisation de la Notion de Risque Environnemental dans l’ Agriculture”, Saint-Pierre d’Oléron (Charente-Maritime), França, 25/29 de Setembro de 2007.

Participou no “III Congresso de Estudos Rurais”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título “Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas Para o Desenvolvimento Rural?”, organizado pela SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais), Faro, Novembro de 2007.

Participou no «IV Seminário de Trabalho do Programa de Investigação – Risques et Inégalités face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale”, onde apresentou uma comunicação subordinada ao título «Systèmes de production agricole et exposition au risque environnemental dans la zone d’influence de l’Alqueva, au Portugal», Lisboa, 14-17 de Junho de 2008,

Participou no VI Congresso Português de Sociologia “Mundos Sociais: Saberes e Práticas” onde apresentou uma comunicação subordinada ao título «Agricultura de Regadio e Risco Ambiental na Zona de Influência da Barragem do Alqueva», Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 25-28 de Junho de 2008.

Participou no VI Congresso Português de Sociologia “Mundos Sociais: Saberes e Práticas” onde realizou a Comunicação de Abertura da Área Temática “Cidades, Campos e Territórios”, subordinada ao título «O Rural e a Ruralidade nas Sociedades Contemporâneas», Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 25-28 de Junho de 2008.

Participou no I Workshop Agriculture et Environnement (Projet GRICES/CNRST), onde apresentou uma comunicação subordinada ao título «Société et environnement: un nouveau champ de recherche», Méknes, 20-27 de Outubro de 2008.

Participou no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, “Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto”, onde realizou a Comunicação de Abertura da Área Temática “Riscos, Ambiente e Saúde”, subordinada ao título “Sociedade e Ambiente: um campo de pesquisa sociológica”, Universidade do Minho, Braga, 4-7 de Fevereiro de 2009.

Participou no “V Seminário de Trabalho do Programa de Investigação – Risques et Inégalités face à la Gestion de la Ressource Hydraulique en Méditerranée Occidentale”, onde apresentou a versão preliminar do Relatório de Progresso do Trabalho Realizado pela Equipa Portuguesa, da qual é coordenadora, Argel, 6 a 9 de Março de 2009.

Participou no Colóquio “Risques et Inégalités face à la Gestion de l’Eau en Méditerranée”, organizado pelo Ladyss (França) e IRESA (Tunísia) onde apresentou uma comunicação, em co-autoria com colegas da Argélia, Tunísia e Marrocos”, subordinada ao título: “Systèmes de production agricole, risque et vulnérabilité économiques”, Djerba (Tunísia), 24 a 26 de Setembro de 2009.

Participou no Seminário do Projecto Aquimed “Water Management Strategies in Mediterranean Coastal Water Scarce Areas as a Response to Climate Change”, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 10 de Dezembro de 2009.

Outras Actividades Científicas:

Foi membro da Comissão Organizadora Nacional do XIII Congresso Europeu de Sociologia Rural, subordinado ao tema “Estratégias de Sobrevivência na Sociedade Rural: Continuidade e Mudança”, realizado em Abril de 1986, em Braga.

Foi membro da Comissão Organizadora do 3º Congresso Internacional da Associação Mediterrânica de Sociologia do Turismo, subordinado ao tema “Turismo e Ambiente”, realizado em Abril de 1995, no Estoril.

Foi membro do Conselho Animador do I Congresso de Estudos Rurais, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Departamento de Economia e Sociologia da UTAD, subordinado ao tema “Território, Sociedade e Política – Continuidades e Rupturas”, realizado em Setembro de 2001, em Vila Real.

Foi organizadora, com Manuel Carlos Silva da Universidade do Minho, do Grupo de Trabalho “Cultural Representations of European Rurality (discourses, rural images and related topics)” no âmbito do XXth Congress of the European Society for Rural Sociology: “Work, Leisure and Development in Rural Europe Today”, realizado em Sligo, Irlanda, de 18 a 22 de Agosto de 2003.

Foi organizadora, com Manuela Ribeiro da UTAD, do Grupo de Trabalho “Identidades e Estilos de Vida” no âmbito do V Congresso Português de Sociologia, realizado na Universidade do Minho, Braga, de 12 a 15 de Maio de 2004.

Foi moderadora do Grupo de Trabalho “Ambiente” no âmbito do V Congresso Português de Sociologia, realizado na Universidade do Minho, Braga, de 12 a 15 de Maio de 2004.

Foi organizadora e moderadora do Grupo de Trabalho “Sociabilidades: da Demografia às Mudanças Culturais” no âmbito do II Congresso de Estudos Rurais “Periferias e Espaços Rurais”, realizado em Angra do Heroísmo, de 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2004.

Foi organizadora, com Elisabete Figueiredo da Universidade de Aveiro, do Grupo de Trabalho “Agriculture and Environment” no âmbito do XXIst Congress of the European Society for Rural Sociology, realizado em Keszthely, Hungria, de 22 a 26 de Agosto de 2005.

Foi co-coordenadora, de 2006 a 2009, da Área de Investigação “Planeamento, Gestão e Desenvolvimento Territorial” do CET/ISCTE.

Foi relatora da Sessão 3 – “Das Riquezas (I)materiais” – do Encontro Promovido pela APS/CETRAD-UTAD sobre “Sociedade e Floresta em Portugal, 2006 – O que (não) sabemos”, Vila Real, Vila Real, 2006.

Foi organizadora do Seminário Gestion de l’Eau et Perception du Risque en Méditerranée, no âmbito do projecto CRIQUE, Universidade de Paris X, ICS-UL, Lisboa, 14-17 de Junho de 2008.

Foi organizadora do II Workshop Agriculture et Environnement, no âmbito do projecto GRICES/CNRST, do qual é coordenadora da equipe portuguesa, Lisboa, 1-8 de Julho de 2009.

Membro da Comissão Científica do IV CER - Congresso de Estudos Rurais, subordinado à temática “Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros”, Universidade de Aveiro, 4 a 6 de Fevereiro de 2010.

4. Outras Actividades

Foi membro fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, de cuja Direcção fez parte.

Foi coordenadora da Secção de “Território e Ambiente” de Departamento de Sociologia do ISCTE.

Foi membro da Direcção da FEPASC

É membro do DINÂMIA-CET do ISCTE.

É membro da Associação Portuguesa de Sociologia.

Coordenadora da Secção “Ambiente e Sociedade” da Associação Portuguesa de Sociologia.

5. Trabalhos Publicados

5.1. Relatórios

Aida V. de Lima, “Fin des Paysans/Nouveaux Paysans”, Relatório destinado a integrar a contribuição portuguesa para o *Programa FAST II* das Comunidades Europeias, JNICT, Fev. de 1987.

Aida V. de Lima e Rosária Casinha, *Caracterização dos Agregados Familiares Agrícolas e suas Explorações. Freguesia de Almargem do Bispo*, Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, Departamento Económico-Social, Divisão de Apoio às Actividades Económicas, Câmara Municipal de Sintra, Dezembro de 1989.

Aida V. de Lima et alii, *Rede Europeia de Análises Locais Comparadas das Explorações Agrícolas (REALCEA): Portugal*, Groupe de Recherche Sociologique, Université de Paris X Nanterre/ Instituto de Ciências Sociais, Relatório de Progresso, Outubro de 1992.

Aida V. de Lima et alii, *Rede Europeia de Análises Locais Comparadas das Explorações Agrícolas (REALCEA): Portugal*, Groupe de Recherche Sociologique, Université de Paris X Nanterre/ Instituto de Ciências Sociais, Relatório Final, Outubro de 1993.

Aida V. de Lima et alii, *Sociological Enquiry into the Conditions Required for the Success of the Supporting Environmental Measures Within the Reform of the Common Agricultural Policy, Final Report*, Maio de 1996.

9) Aida V. de Lima et alii, Relatório destinado a integrar a contribuição portuguesa no âmbito do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1998.

Aida V. de Lima et alii, “Da Compreensão Pública do Risco à eficácia da Prevenção dos Incêndios Florestais”, PNDFCI – Um Presente para o Futuro, ISA, Junho de 2005.

Aida V. de Lima et alii, “Educação e Sensibilização no âmbito dos Incêndios Florestais”, PNDFCI – Um Presente para o Futuro, ISA, Julho de 2005.

Aida V. de Lima et alii, “Proposta Técnica de PNDFCI – Um Presente para o Futuro”. Relatório Final “ (2 volumes), Ministério da Agricultura e Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), Setembro de 2005.

Aida V. de Lima et alii, *Turismo Sustentável na Costa Sudoeste: I Relatório de Progresso*, ITP/CET - ISCTE, Julho de 2007.

Aida V. de Lima et alii, *Turismo Sustentável na Costa Sudoeste: II Relatório de Progresso*, ITP/CET - ISCTE, Janeiro de 2008.

Aida V. de Lima et alii, *Turismo Sustentável na Costa Sudoeste: Relatório Final*, ITP/CET - ISCTE, Setembro de 2008.

Aida V. de Lima, Fabienne Wateau, Fernando Medeiros e Edgar Rocha, *Portugal: Périmètres d’Odivelas et du Roxo et Irrigation*, Universidade de Paris X, Março de 2009.

5.2. Artigos

Aida V. de Lima et alii, “O Fascismo nos Campos em Portugal - “A Campanha do Trigo” (I)”, *Análise Social*, nº 46, 1976.

Aida V. de Lima et alii, “O Fascismo nos Campos em Portugal - “A Campanha do Trigo” (II)”, *Análise Social*, nº 54, 1978.

Aida V. de Lima, “A articulação pequena exploração/grande exploração - os seareiros durante a “Campanha do Trigo”, 1929/38”, *Página de História do Diário de Notícias*, 28 de Setembro de 1982.

Aida V. de Lima, “Contribuição para o estudo da mercantilização do sector agrícola”, *Análise Social*, nº 77/78/79, 1983.

Aida V. de Lima et alii, “La Campagne du Blé et le Protectionisme Céréalière au Portugal: 1929-1960”, *Estudos de Economia*, Vol. III, nº 4, Jul.-Set., 1983.

Aida V. de Lima, “O rendimento em Portugal ao longo da última década”, *Análise Social*, nº 87/88/89, 1985.

Aida V. de Lima, “A agricultura a tempo parcial em Portugal - uma primeira aproximação à sua quantificação”, *Análise Social*, nº 91, 1986.

Aida V. de Lima, “Consumo e Poupança em Portugal - 1970/81”, *Risco*, nº 8, 1988.

Aida V. de Lima, “Modalidades de trabalho na agricultura: um teste para o distrito do Porto”, *Análise Social*, nº 100, 1988.

Aida V. de Lima, “Agricultura de pluriactividade e integração espacial”, *Sociologia -Problemas e Práticas*, nº 8, 1990.

Aida V. de Lima, “Velhos e novos agricultores em Portugal”, *Análise Social*, nº 111, 1991.

Aida V. de Lima, “Modalidades de Pluriactividade Agrícola no Alentejo”, *Actas do I Congresso Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, 1991.

Aida V. de Lima et alii, "The attitudes of Portuguese farmers towards agri-environmental measures: some results of an empirical study", in: *Actas do XVI Congress of the European Society for Rural Sociology*, Praga, Julho-Agosto, 1995.

Aida V. de Lima et alii, *Sociological Enquiry into the Conditions Required for the Success of the Supporting Environmental Measures within the Reform of the Common Agricultural Policy*, Cologne, Katalyse Publications, 1995.

Aida V. Lima e Helena Caninhas, "Os agricultores e o meio ambiente - Práticas e representações", *Actas do III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, SPER, Lisboa, 1996.

Aida V. de Lima et alii, "Social Construction of the Rural Environment - Europe and the National Discourses in France, Germany and Portugal", *Agricultural Economics*, Prague, 1996.

Aida V. de Lima et alii, "Tradução e Implementação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal", in: *Actas do III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fevereiro de 1996.

Aida V. de Lima e Luísa Schmidt, "Questões Ambientais. Conhecimentos, preocupações e sensibilidades", in: *Análise Social*, nº 135, Dez 1996.

Aida V. de Lima e Manuela Reis, "Os Públicos de Foz Côa", in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 39 (1-2), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1999.

Aida V. de Lima, "Sociologia e Ambiente: Do ensino à investigação e intervenção", in: *Jornal do Núcleo de Estudantes de Sociologia e Planeamento*, ISCTE, Lisboa, 2004.

Aida V. de Lima e Inês Zuber, "A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal: uma aproximação à sua quantificação entre 1989 e 1999", in: Barros, Vitor Coelho e José Brito Ramos (coord.), *Evolução da Família Agrícola*, INIAP, Estação Agronómica Nacional, Lisboa, 2005.

Aida V. de Lima e Teresa Rosado, “Da Modernização Ecológica da Agricultura em Portugal: Uma Reflexão Sociológica a partir do Estudo de um Caso”, in: *Actas do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Universidade Internacional da Andaluzia, Huelva 2006.

Aida V. de Lima, “Environmental Sociology: A New Research Field”, in: *Journal Acta Agriculturae Serbica*, nº 14, Faculty of Agronomy, Cacak, Sérvia, 2006.

Aida V. de Lima, “A Valorização Social e Económica dos Recursos dos Territórios Rurais no Contexto das Sociedades Modernas”, in: *Cidades-Comunidades e Territórios*, nº 12/13, Centro de Estudos Territoriais/ISCTE, Lisboa, 2006.

Aida V. de Lima, “O Rural e a Ruralidade nas Sociedades Contemporâneas – Velhas Questões...Novos Desafios”, in: *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*, APS, Lisboa, 2008.

Aida V. de Lima, “Agricultura de Regadio e Risco Ambiental na Zona de Influência da Barragem do Alqueva”, in: *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*, APS, Lisboa, 2008.

Aida V. de Lima et alii, “Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Turística no Sudoeste do Continente Português”, in: *Cidades-Comunidades e Territórios*, nº 19, Centro de Estudos Territoriais/ISCTE, Lisboa, 2009.

Aida V. de Lima, “La Problématique de la Durabilité des Ressources Naturelles et la Gestion Institutionnelle de l’Eau dans la Région de l’Alentejo au Portugal”, *Revue de l’École National d’Agronomie de Mèknes (Marrocos)*, (no prelo).

Aida V. de Lima e Mohamed Al Amranni, “Estudo Comparativo, entre Portugal e Marrocos, da Relação entre Sistemas de Produção Agrícola e Vulnerabilidade Ambiental, Lisboa (no prelo).

Aida V. de Lima, “Société et Environment: Un Défi à la Sociologie”, *Revue de l’École National d’Agronomie de Mèknes (Marrocos)*, (no prelo).

5.3. Capítulos de Livros

Aida V. de Lima, “Anexo I - Nomes adoptados pelas novas unidades de produção. Breve ensaio de análise acerca de aspectos da ideologia do movimento social da reforma agrária”, in: Afonso de Barros, *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação de novas unidades de produção*, CEEA, Oeiras, 1981.

Aida V. de Lima e Francisco Cabral Cordovil, “Anexo Estatístico. A Agricultura na Sociedade Portuguesa”, in: *Aspectos do Portugal Rural* (XIII Congresso Europeu de Sociologia Rural), SPER, Braga, 1986.

Aida V. de Lima e Manuela Reis, “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in: *Portugal, que Modernidade?*, in: Viegas, José Manuel e António Firmino da Costa (ed.), Celta Editora, Oeiras, 1998.

Aida V. de Lima, “Representações e Valores sobre Natureza e Ambiente”, in: João Ferreira de Almeida (coord.), *Os Portugueses e o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

Aida V. de Lima et alii, “National, cultural and institutional factors in CAP and environment” in: Brouwer, Floor & Lowe, Philip (eds.), *CAP regimes and the European countryside? Prospects for integration between agricultural, regional and environmental policies*, Oxon/N. York, CABI publishing, 2000.

Aida V. de Lima e Manuela Reis, “ O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, in: Gonçalves, Eduarda (coord.), *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sócio-Política*, Edições 70, Lisboa, 2001.

Aida V. de Lima e Maria Teresa Patrício, “The Agri-environmental Measures Confront Traditional Agriculture in Portugal”, in: Bruckmeier, Karl & Ehlert, Wiking (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental*

Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal, Peter Lang, Frankfurt am Main, 2002.

Aida V. de Lima e allii, “Agricultural Development in the European Context”, in: Bruckmeier, Karl & Ehlert, Wiking (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within the Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Frankfurt am Main, 2002.

Aida V. de Lima e allii, “Agriculture and Environment in Three Countries – A Comparasion”, in: Bruckmeier, Karl & Ehlert, Wiking (eds.), *The Agri-Environmental Policy of the European Union. The Implementation of the Agri-environmental Measures within The Common Agricultural Policy in France, Germany and Portugal*, Peter Lang, Frankfurt am Main, 2002.

Aida V. de Lima e João Guerra, “Degradação Ambiental, Representações Sociais do Ambiente e Novos Valores Ecológicos”, in: Almeida, João (org.), *Os Portugueses e o Ambiente*, Celta Editora, Oeiras, 2004.

Aida V. de Lima e João Guerra, “Ambiente e Cidadania. Dimensões da Mobilização Ambiental em Quatro Países Europeus”, in: Lima, Luísa, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (org.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004.

Aida V. de Lima, “Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade da Agricultura: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável?”, in: Cabral, Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários. A Investigação nos 25 anos do ICS*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2008.

Aida V. de Lima, “Agricultura de Regadio e Risco Ambiental na Zona de Influência da Barragem do Alqueva (Portugal)”, in: Renato Miguel do Carmo (CIES-ISCTE), Vanda Silva (ICS-UL, CERES-UNICAMP) e João Rodrigues (ICS-UL, Universidade do Estado do rio Grande do Norte) (org.), *O Rural: Mito ou Realidade?*, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil (no prelo).

Aida V. de Lima, Fernando Medeiros, Fabienne Wateau e Edgar Rocha, “L’Agriculture Irriguée dans la Zone d’Influence du Barrage d’Alqueva (Portugal)”, in: Jean-Paul Billaud (coord.), *Agriculture Irriguée et Environnement dans le Contexte Méditerranée*, CNRS, Paris (no prelo)

5.4. Livros

Aida V. de Lima, Philip Lowe, Brendan Flynn, Flemming Just, Teresa Patrício e Andrea Povellato, *National Perspectives on the Greening of the CAP: a Comparative Analysis*, University of Newcastle Upon Tyne, UK, 1999.

Aida Valadas de Lima, *Agricultura e Ambiente – A Aplicação das Medidas Agro- Ambientais. Inquérito Exploratório na Região do Oeste*, Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, Lisboa, 2000.